

2018

PMPB

Polícia Militar da Paraíba

Soldado

LÍNGUA PORTUGUESA
LÍNGUA ESTRANGEIRA (Inglês)
NOÇÕES DE INFORMÁTICA
RACIOCÍNIO LÓGICO
GEOGRAFIA DA PARAÍBA
HISTÓRIA DA PARAÍBA
NOÇÕES DE DIREITO
Noções de Direito Constitucional
Noções de Direito Penal
Noções de Direito Processual Penal
Noções de Direito Militar
Legislação Extravagante
Noções de Sociologia



Brindes Grátis
Questões Gabaritadas
Motivacional



Há 17 anos, o Curso BR é referência nacional na preparação para Concursos Públicos e Exames da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Pensando na praticidade e acessibilidade de uma nova ferramenta de ensino, o Curso BR oferece um novo material em formato Digital.

Aproveite a praticidade do material digital e estude onde e quando quiser.

“Muito obrigado pela preferência e bons estudos.”

Sua aprovação começa agora!



© - Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/98. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	<i>Página</i> 4
LÍNGUA ESTRANGEIRA (Inglês)	<i>Página</i> 245
NOÇÕES DE INFORMÁTICA	<i>Página</i> 277
RACIOCÍNIO LÓGICO	<i>Página</i> 426
GEOGRAFIA DA PARAÍBA	<i>Página</i> 469
HISTÓRIA DA PARAÍBA	<i>Página</i> 480
NOÇÕES DE DIREITO	
Noções de Direito Constitucional	<i>Página</i> 517
Noções de Direito Penal	<i>Página</i> 528
Noções de Direito Processual Penal	<i>Página</i> 594
Noções de Direito Militar	<i>Página</i> 619
Legislação Extravagante	<i>Página</i> 635
Noções de Sociologia	<i>Página</i> 713

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto

O hábito da leitura é fundamental durante a preparação para qualquer concurso público. Mas para uma disciplina específica é ponto chave para que os candidatos consigam o maior número de acertos.

A interpretação de textos, tão comum em provas de Português, sempre foi um tópico de grande dificuldade para os candidatos a concursos públicos ou vestibulares.

As pessoas têm pouca disposição de mergulhar no texto, conseguem lê-lo, mas não aprofundam a leitura, não extraem dele aquelas informações que uma leitura superficial, apressada, não permite.

Ao tentar resolver o problema, as pessoas buscam os materiais que julgam poder ajudá-las.

Caem, então, no velho vício de ler teoria em excesso, estudar coisas que nem sempre dizem respeito à compreensão e interpretação dos textos e no final, cansadas, não fazem o essencial: ler uma grande quantidade de textos — e tentar interpretá-los.

Interpretar um texto é penetrá-lo em sua essência, observar qual é a ideia principal, quais os argumentos que comprovam a ideia, como o texto está escrito e outras nuances. Em suma, procurar interpretar corretamente um texto é ampliar seus horizontes existenciais.

Compreensão

A base conceitual da interpretação de texto é a compreensão. A etimologia, ainda que não seja um recurso confiável para estabelecer o significado das palavras, pode ser útil aqui, para mostrar a diferença entre compreender e interpretar. “Compreender” vem de duas palavras latinas: “cum”, que significa “junto” e “prehendere” que significa “pegar”.

Compreender é, portanto, “pegar junto”.

Essa ideia de juntar é óbvia em uma das principais acepções do verbo compreender: ser composto de dois ou mais elementos, ou seja, abarcar, envolver, abranger, incluir.

Vejamos alguns exemplos para ilustrar essa acepção:

- O ensino da língua compreende o estudo da fala e da escrita.
- A gramática tradicional compreende o estudo da fonologia, da morfologia, da sintaxe e da semântica.
- A leitura compreende o contato do leitor com vários textos.

Saber ler corretamente

Ler adequadamente é mais do que ser capaz de decodificar as palavras ou combinações linearmente ordenadas em sentenças. O interessado deve aprender a “enxergar” todo o contexto denotativo e conotativo. É preciso compreender o assunto principal, suas causas e consequências, críticas, argumentações, polissemias, ambiguidades, ironias, etc.

Ler adequadamente é sempre resultado da consideração de dois tipos de fatores: os propriamente linguísticos e os contextuais ou situacionais, que podem ser de natureza bastante variada. Bom leitor, portanto, é aquele capaz de integrar estes dois tipos de fatores.

Erros de Leitura

Extrapolar

Trata-se de um erro muito comum. Ocorre quando saímos do contexto, acrescentando-lhe ideias que não estão presentes no texto. A interpretação fica comprometida, pois passamos a criar sobre aquilo que foi lido. Frequentemente, relacionamos fatos que conhecemos, mas que eram realidade em outros contextos e não naquele que está sendo analisado.

Reduzir

Trata-se de um erro oposto à extrapolação. Ocorre quando damos atenção apenas a uma parte ou aspecto do texto, esquecendo a totalidade do contexto. Privilegiamos, desse modo, apenas um fato ou uma relação que podem ser verdadeiros, porém insuficientes se levarmos em consideração o conjunto das ideias.

Contradizer

É o mais comum dos erros. Ocorre quando chegamos a uma conclusão que se opõe ao texto. Associamos ideias que, embora no texto, não se relacionam entre si.

Nas provas de concursos públicos, o candidato deve ter o hábito de fazer leituras diárias, pois é através dela que o indivíduo terá um vocabulário mais amplo e um conhecimento aprimorado da língua portuguesa. Praticar a leitura, faz com que a interpretação seja mais aguçada e o concurseiro possa entender os enunciados de outras questões no decorrer de sua prova. Ao estudar, se houverem palavras não entendidas, procure no dicionário. Ele será seu companheiro na hora das dúvidas.

Em questões que cobram a interpretação de textos como, por exemplo, aquelas que existem textos de autores famosos ou de notícias, procure entender bem o enunciado e verificar o que está sendo cobrado, pois é preciso responder o que exatamente está sendo cobrado no texto e não aquilo que o candidato pensa.

Ao ler um texto procure atingir dois níveis de leitura: leitura informativa e de reconhecimento e leitura interpretativa.

No primeiro caso, deve-se ter uma primeira noção do tema, extraíndo informações importantes e verificando a mensagem do escritor.

No segundo tipo de leitura, é aconselhável grifar trechos importantes, palavras-chaves e relacionar cada parágrafo com a ideia central do texto.

Geralmente, um texto é organizado de acordo com seus parágrafos, cada um seguindo uma linha de raciocínio diferente e de acordo com os tipos de texto, que podem ser narrativo, descritivo e dissertativo. Cada tipo desses, possui uma forma diferente de organização do conteúdo.

Tipos de textos

A narração consiste em arranjar uma sequência de fatos na qual os personagens se movimentam num determinado espaço à medida que o tempo passa.

O texto narrativo é baseado na ação que envolve personagens, tempo, espaço e conflito. Seus elementos são: narrador, enredo, personagens, espaço e tempo.

Dessa forma, o texto narrativo apresenta uma determinada estrutura:

Esquematizando temos:

- Apresentação;
- Complicação ou desenvolvimento;
- Clímax;
- Desfecho.

Protagonistas e Antagonistas: A narrativa é centrada num conflito vivido pelos personagens. Diante disso, a importância dos personagens na construção do texto é evidente.

Podemos dizer que existe um protagonista (personagem principal) e um antagonista (personagem que atua contra o protagonista, impedindo-o de alcançar seus objetivos). Há também os adjuvantes ou coadjuvantes, esses são personagens secundários que também exercem papéis fundamentais na história.

Narração e Narratividade: Em nosso cotidiano encontramos textos narrativos; contamos e/ou ouvimos histórias o tempo todo. Mas os textos que não pertencem ao campo da ficção não são considerados narração, pois essas não têm como objetivo envolver o leitor pela trama, pelo conflito. Podemos dizer que nesses relatos há narratividade, que quer dizer, o modo de ser da narração.

Os Elementos da Narrativa: Os elementos que compõem a narrativa são:

- Foco narrativo (1º e 3º pessoa);
- Personagens (protagonista, antagonista e coadjuvante);
- Narrador (narrador- personagem, narrador observador).
- Tempo (cronológico e psicológico);
- Espaço.

Exemplo de Texto Narrativo:

Conta à lenda que um velho funcionário público de Veneza noite e dia, dia e noite rezava e implorava para o seu Santo que o fizesse ganhar sozinho na loteria cujo valor do prêmio o faria realizar todos seus desejos e vontades. Assim passavam os dias, as semanas, os meses e anos. E nada acontecia. Até que no dia do Santo, de tanto que seu fiel devoto chorava e implorava, o Santo surgiu do nada e numa voz de desespero e raiva gritou:

Pelo menos meu filho compra o bilhete!!!

Descritivo

“Descrição é a representação verbal de um objeto sensível (ser, coisa, paisagem), através da indicação dos seus aspectos mais característicos, dos pormenores que o individualizam, que o distinguem.”

Descrever não é enumerar o maior número possível de detalhes, mas assinalar os traços mais singulares, mais salientes; é fazer ressaltar do conjunto uma impressão dominante e singular. Dependendo da intenção do autor, varia o grau de exatidão e minúcia na descrição.

Diferentemente da narração, que faz uma história progredir, a descrição faz interrupções na história, para apresentar melhor um personagem, um lugar, um objeto, enfim, o que o autor julgar necessário para dar mais consistência ao texto.

Texto descritivo é, então, desenhar, pintar, usando palavras em vez de tintas. Um bom exercício para levar a criança a vivenciar o texto descritivo e pedir que ela olhe em volta e escreva ou fale o que está vendo, descrever objetos como, sua mochila, estojo, etc. Ou que ela conte como é o coleguinha ao lado, (nessa é bom ter cuidado, pois elas costumam achar defeitos horrorosos).

Algumas das características que marcam o texto descritivo são:

- presença de substantivo, que identifica o que está sendo descrito.
- adjetivos e locuções adjetivas.
- presença de verbos de ligação.
- há predominância do predicado verbal, devido aos verbos de ligação e aos adjetivos.
- emprego de metáforas e comparações, para auxiliar na “visualização” das características que se deseja descrever.

Essa é a explicação básica e resumida de “como ensinar texto descritivo para crianças”. Lembrando que ao descrever seres vivos, as características psicológicas e comportamentais, também fazem parte da descrição.

Exemplo de texto descritivo:

“A árvore é grande, com tronco grosso e galhos longos”. É cheia de cores, pois tem o marrom, o verde, o vermelho das flores e até um ninho de passarinhos. O rio espesso com suas águas barrentas desliza lento por entre pedras polidas pelos ventos e gastas pelo tempo.

Dissertativo

Dissertar é o mesmo que desenvolver ou explicar um assunto, discorrer sobre ele. Assim, o texto dissertativo pertence ao grupo dos textos expositivos, juntamente ao texto de apresentação científica, o relatório, o texto didático, o artigo enciclopédico. Em princípio, o texto dissertativo não está preocupado com a persuasão e sim, com a transmissão de conhecimento, sendo, portanto, um texto informativo. Os textos argumentativos, ao contrário, têm por finalidade principal persuadir o leitor sobre o ponto de vista do autor a respeito do assunto. Quando o texto, além de explicar, também persuade o interlocutor e modifica seu comportamento, temos um texto dissertativo-argumentativo. O texto dissertativo argumentativo tem uma estrutura convencional, formada por três partes essenciais.

Introdução (1º parágrafo): Apresenta a ideia principal da dissertação, podendo conter uma citação, uma ou mais perguntas (contanto que sejam respondidas durante o texto), comparação, pensamento filosófico, afirmação histórica, etc.

Desenvolvimento (2º aos penúltimos parágrafos): Argumentação e desenvolvimento do tema, na qual o autor dá a sua opinião e tenta persuadir o leitor, sem nunca usar a primeira pessoa (invés de “eu sei”, use “nós sabemos” ou “se sabe”).

Conclusão (último parágrafo): Resumo do que foi dito no texto e/ou uma proposta de solução para os problemas nele tratados.

Exemplo de texto dissertativo:

Uma nova ordem

Nunca foi tão importante no País uma cruzada pela moralidade. As denúncias que se sucedem, os escândalos que se multiplicam, os casos ilícitos que ocorrem em diversos níveis da administração pública exibem, de forma veemente, a profunda crise moral por que passa o País. O povo se afasta cada vez mais dos políticos, como se estes fossem símbolos de todos os males. As instituições normativas, que

fundamentam o sistema democrático, caem em descrédito. Os governantes, eleitos pela expressão do voto, também engrossam a caldeira da descrença e, frágeis, acabam comprometendo seus programas de gestão.

Para complicar, ainda estamos no meio de uma recessão que tem jogado milhares de trabalhadores na rua, ampliando os bolsões de insatisfação e amargura.

Não é de estranhar que parcelas imensas do eleitorado, em protesto contra o que vêem e sentem, procurem manifestar sua posição com o voto nulo, a abstenção ou o voto em branco. Convenhamos, nenhuma democracia floresce dessa maneira.

A atitude de inércia e apatia dos homens que têm responsabilidade pública os condenará ao castigo da história. É possível fazer-se algo, de imediato, que possa acender uma pequena chama de esperança.

O Brasil dos grandes valores, das grandes ideias, da fé e da crença, da esperança e do futuro necessita, urgentemente da ação solidária, tanto das autoridades quanto do cidadão comum, para instaurar uma nova ordem na ética e na moral.

Lembre-se

Não existe texto difícil, existe texto mal interpretado.

O texto é como uma colcha de retalhos. O candidato deve dividi-lo em partes, ver as ideias mais importantes em cada uma e enxergar a coerência entre elas.

Melhore seu desempenho na interpretação de textos**VOCABULÁRIO**

Durante o estudo, anote as palavras não entendidas e procure o significado delas no dicionário, que deve fazer parte do material de estudo.

**QUESTÕES ANTES DO TEXTO**

O candidato deve ler antes as questões da prova. Assim, ele define uma linha de raciocínio e, à medida que lê o texto, já busca as respostas.

**FRAGMENTOS**

Primeiro divida o texto do concurso em partes. Depois defina a idéia mais importante de cada uma delas e estabeleça relações entre esses fragmentos.

**MARCAÇÃO DO TEXTO**

O candidato deve grifar as idéias mais importantes à medida que for lendo o texto. Ele também pode usar setas, asteriscos e chaves para destacar os pontos que julgar importantes.

**TRAVESSÕES E VÍRGULAS**

Cuidado com os travessões e as vírgulas. Muitas vezes eles são usados como "obstáculos" para confundir o candidato.

**PRONOMES E ELIPSES**

Os pronomes, usados para substituir palavras já citadas, e a elipse, que é a omissão de palavras subentendidas na frase para evitar a repetição, devem ser dominados pelo candidato para melhor compreensão do texto.

**CONJUNÇÕES**

Os candidatos devem entender bem as conjunções, que são as expressões usadas para introduzir uma idéia nova no texto. Exemplos: embora, todavia, no entanto, porquanto, não obstante.

Fonte: Renato Aquino

Questões de Concursos

1 - FCC - 2015 - TCM-GO - Auditor Controle Externo Prazer sem humilhação

O poeta Ferreira Gullar disse há tempos uma frase que gosta de repetir: "A crase não existe para humilhar ninguém". Entenda-se: há normas gramaticais cuja razão de ser é emprestar clareza ao discurso escrito, valendo como ferramentas úteis e não como instrumentos de tortura ou depreciação de alguém.

Acho que o sentido dessa frase pode ampliar-se: "A arte não existe para humilhar ninguém", entendendo-se com isso que os artistas existem para estimular e desenvolver nossa sensibilidade e inteligência do mundo, e não para produzir obras que separem e hierarquizem as pessoas. Para ficarmos no terreno da música: penso que todos devem escolher ouvir o que gostam, não aquilo que alguém determina. Mas há aqui um ponto crucial, que vale a pena discutir: estamos mesmo em condições de escolher livremente as músicas de que gostamos?

Para haver escolha real, é preciso haver opções reais. Cada vez que um carro passa com o som altíssimo de graves repetidos praticamente sem variação, num ritmo mecânico e hipnótico, é o caso de se perguntar: houve aí uma escolha? Quem alardeia os infernais decibéis de seu som motorizado pela cidade teve a chance de ouvir muitos outros gêneros musicais? Conhece muitos outros ritmos, as canções de outros países, os compositores de outras épocas, as tendências da música brasileira, os incontáveis estilos musicais já inventados e frequentados? Ou se limita a comprar no mercado o que está vendendo na prateleira dos sucessos, alimentando o círculo vicioso e enganoso do "vende porque é bom, é

bom porque vende"?

Não digo que A é melhor que B, ou que X é superior a todas as letras do alfabeto; digo que é importante buscar conhecer todas as letras para escolher. Nada contra quem escolhe um "batidão" se já ouviu música clássica, desde que tenha tido realmente a oportunidade de ouvir e escolher compositores clássicos que lhe digam algo. Não acho que é preciso escolher, por exemplo, entre os grandes Pixinguinha e Bach, entre Tom Jobim e Beethoven, entre um forró e a música eletrônica das baladas, entre a música dançante e a que convida a uma audição mais serena; acho apenas que temos o direito de ouvir tudo isso antes de escolher. A boa música, a boa arte, esteja onde estiver, também não existe para humilhar ninguém.

(João Cláudio Figueira, inédito)

A diversidade de épocas e de linguagens em que as artes se manifestam

- **a)** representa uma riqueza cultural para quem foi contemplado com uma inata e especial sensibilidade.
- **b)** obriga o público a confiar no mercado, cujos critérios costumam respeitar tal diversidade.
- **c)** não interessa ao gosto popular, que costuma cultivar as exigências artísticas mais revolucionárias.
- **d)** constitui uma vantagem para quem se habilita a escolher de acordo com o próprio gosto.
- **e)** cria uma impossibilidade de opções reais, razão pela qual cada um de nós aprimora seu gosto pessoal.

2 - FCC - 2015 - TCM-GO - Auditor Controle Externo

O autor da crônica se reporta ao emprego da crase, ao sentido da arte em geral e ao da música clássica em particular. A tese que articula esses três casos e justifica o título da crônica é a seguinte:

- **a)** É comum que nos sintamos humilhados quando não conseguimos extrair prazer de todos os níveis de cultura que se oferecem ao nosso desfrute.
- **b)** Costumamos ter vergonha daquilo que nos causa prazer, pois nossas escolhas culturais são feitas sem qualquer critério ou disciplina.
- **c)** A possibilidade de escolha entre os vários níveis de expressão da linguagem e das artes não deve constranger, mas estimular nosso prazer.
- **d)** Tanto o emprego da crase como a audição de música clássica são reveladores do mau gosto de quem desconsidera o prazer verdadeiro dos outros.
- **e)** Somente quem se mostra submisso e humilde diante da linguagem culta e da música clássica está em condições de sentir um verdadeiro prazer.

3 - FCC - 2015 - TCM-GO - Auditor Controle Externo

Considere as seguintes afirmações:

- I. Têm significação equivalente, no 2º parágrafo, estes dois segmentos: estimular e desenvolver nossa sensibilidade e separem e hierarquizam as pessoas.
- II. O autor se refere ao som altíssimo do que toca num carro que passa para ilustrar o caso de quem, diante de tantas opções reais, fez uma escolha de gosto discutível.
- III. O que importa para a definição do nosso gosto é que se abram para

nós todas as opções possíveis, para que a partir delas escolhamos a que de fato mais nos apraz.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- **a)** II e III.
- **b)** III.
- **c)** II.
- **d)** I e III.
- **e)** I.

4 - FCC - 2015 - TCM-GO - Auditor Controle Externo

Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- **a)** *clássicos que lhe digam algo* (4º parágrafo) = eruditos que lhe transmitam alguma coisa.
- **b)** *instrumentos de tortura ou depreciação* (1º parágrafo) = meios de aviltamento ou rejeição.
- **c)** *ritmo mecânico e hipnótico* (3º parágrafo) = toque automático e insone.
- **d)** *alardeia os infernais decibéis* (3º parágrafo) = propaga os pérfidos excessos.
- **e)** *alimentando o círculo vicioso* (3º parágrafo) = nutrindo a esfera pecaminosa.

5 - FCC - 2015 - TCM-GO - Auditor Controle Externo

Pátrio poder

Pais que vivem em bairros violentos de São Paulo chegam a comprometer 20% de sua renda para manter seus filhos em escolas privadas. O investimento faz sentido? A questão, por envolver múltiplas variáveis, é complexa, mas, se fizermos questão de extrair uma resposta simples, ela é "provavelmente sim". Uma série de estudos sugere que a influência de pais sobre o comportamento dos filhos, ainda que não chegue a ser nula, é menor do que a imaginada e se dá por vias diferentes das esperadas. Quem primeiro levantou essa hipótese foi a psicóloga Judith Harris no final dos anos 90. Para Harris, os jovens vêm programados para ser socializados não pelos pais, como pregam nossas instituições e nossa cultura, mas pelos pares, isto é, pelas outras crianças com as quais convivem. Um dos muitos argumentos que ela usa para apoiar sua teoria é o fato de que filhos de imigrantes não terminam falando com a pronúncia dos genitores, mas sim com a dos jovens que os cercam. As grandes aglomerações urbanas, porém, introduziram um problema. Em nosso ambiente ancestral, formado por bandos de no máximo 200 pessoas, o "cantinho" das crianças era heterogêneo, reunindo meninos e meninas de várias idades. Hoje, com escolas que reúnem centenas de alunos, o(a) garoto(a) tende a socializar-se mais com coleguinhas do mesmo sexo, idade e interesses. O resultado é formação de nichos com a exacerbação de características mais marcantes. Meninas se tornam hiperfemininas, e meninos, hiperativos. O mau aluno encontra outros maus alunos, que constituirão uma subcultura onde rejeitar a escola é percebido como algo positivo. O mesmo vale para a violência e drogas. Na outra ponta, podem surgir

meios que valorizem a leitura e a aplicação nos estudos. Nesse modelo, a melhor chance que os pais têm de influir é determinando a vizinhança em que seu filho vai viver e a escola que frequentará.

(Adaptado de: SCHWARTSMAN, Hélio. **Folha de São Paulo**, 7/12/2014)

À pergunta *O investimento faz sentido?* o próprio autor responde: *"provavelmente sim"*. Essa resposta se justifica, porque

- **a)** as grandes concentrações humanas estimulam características típicas do que já foi nosso ambiente ancestral.
- **b)** a escola particular, mesmo sendo cara, acaba por desenvolver nos alunos uma subcultura crítica em relação ao ensino.
- **c)** a escola, ao contrário do que se imagina, tem efeitos tão poderosos quanto os que decorrem da convivência familiar.
- **d)** as influências dos pares de um educando numa escola pública são menos nocivas do que os exemplos de seus pais.
- **e)** a qualidade do convívio de um estudante com seus colegas de escola é um fator determinante para sua formação.

6 - FCC - 2015 - TCM-GO - Auditor Controle Externo

Com a frase *O resultado é formação de nichos com a exacerbação de características mais marcantes* (3º parágrafo) o autor está afirmando que a socialização nas escolas se dá de modo a

- **a)** criar grupos fortemente tipificados.
- **b)** dissolver os agrupamentos perniciosos.
- **c)** promover a competitividade entre os grupos.
- **d)** estabelecer uma hierarquia no interior dos grupos.

- **e)** incentivar o desempenho dos alunos mais habilitados.

7 - FCC - 2015 - TCM-GO - Auditor Controle Externo

Considere as seguintes afirmações:

- I. A hipótese levantada pela psicóloga Judith Harris é a de que os estudantes migrantes são menos sensíveis às influências dos pais que às de seus professores.
- II. O fato de um mau aluno se deixar atrair pela amizade de outro mau aluno prova que as deficiências da vida familiar antecedem e determinam o mau aproveitamento escolar.
- III. Do ponto de vista do desempenho escolar, podem ser positivos ou negativos os traços de afinidade que levam os estudantes a se agruparem.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- **a)** I e III.
- **b)** I.
- **c)** III.
- **d)** II e III.
- **e)** I e II.

8 - FGV - 2015 - TJ-BA - Analista Judiciário

Texto 1 – “A história está repleta de erros memoráveis. Muitos foram cometidos por pessoas bem-intencionadas que simplesmente tomaram decisões equivocadas e acabaram sendo responsáveis por grandes tragédias. Outros, gerados por indivíduos motivados por ganância e poder, resultaram de escolhas egoístas e provocaram catástrofes igualmente terríveis.” (*As piores decisões da história*, Stephen Weir)

A primeira frase do texto 1, no desenvolvimento desse texto, desempenha o seguinte papel:

- **a)** aborda o tema de “erros memoráveis”, que são enumerados nos períodos seguintes;
- **b)** introduz um assunto, que é subdividido no restante do texto;
- **c)** mostra a causa de algo cujas consequências são indicadas a seguir;
- **d)** denuncia a história como uma sequência de erros cometidos por razões explicitadas a seguir;
- **e)** faz uma afirmação que é comprovada pelas exemplificações seguintes.

GABARITO

1 - D 2 - C 3 - B 4 - A 5 - E 6 - A 7 - C 8 - B

Coesão e coerência

A coesão textual está relacionada ao encadeamento das ideias dentro de texto e às referências que fazemos. É ideal que se siga um fluxo, facilitando a leitura. Quando há a sensação de fluidez, o texto não fica cansativo; afirmamos que ele é coeso.

Dispomos de vários mecanismos para conectar e relacionar as partes de um texto. Abaixo, citamos os principais:

1. Coesão referencial

Alcançamos a coesão referencial utilizando expressões que retomam ou antecipam nossas ideias:

onde: indica a noção de "lugar" e pode substituir outras palavras.

São Paulo é uma cidade onde a poluição atinge níveis muito altos. [No caso, "onde" retoma a palavra "cidade".]

cujo: pode estabelecer uma relação de posse entre dois substantivos.

Raul Pompeia é um escritor cujas obras lemos com prazer.

que: pode substituir (e evitar a repetição de) palavras ou de uma oração inteira.

Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, o que permitiu aos portugueses ampliarem seu império marítimo.

esse(a), isso: podem conectar duas frases, apontando para uma ideia que já foi mencionada no texto.

O presidente de uma ONG tem inúmeras funções a cumprir. Essas responsabilidades, no entanto, podem ser divididas com outros membros da diretoria.

este(a), isto: podem conectar duas frases, apontando para uma ideia que será mencionada no texto.

O que me fascina em Machado de Assis é isto: sua ironia.

2. Coesão lexical

Permite evitar a repetição de palavras e, também, unir partes de um texto. Pode ser alcançada utilizando-se:

sinônimos: palavras semelhantes que podem ser usadas em diferentes contextos, mas sem alterar o que o texto pretende transmitir.

O presidente do Palmeiras, Silvano Eustáquio, afirmou que o time tem todas as condições para ganhar o campeonato. Segundo o dirigente, com Miudinho na zaga, o gol palmeirense será impenetrável. Na opinião do cartola, a torcida só terá motivos de alegria.

hiperônimos: vocábulo de sentido mais genérico em relação a outro.

Lucinha estava na poltrona do cinema, esperando o filme começar, quando, de repente, no assento ao lado, uma idosa desmaiou.

perífrases: construção mais complexa para caracterizar uma expressão mais simples.

A vigilância policial nos estádios de futebol é sempre necessária, pois as torcidas às vezes agem com violência. Na verdade, não é mais possível a realização de qualquer campeonato sem a presença de elementos treinados para garantir não só a ordem, mas também proteger a segurança dos cidadãos que desejam acompanhar o jogo em tranquilidade.

3. Coesão sequencial

Trata-se de estabelecer relações lógicas entre as ideias do texto. Para tanto, utilizamos os chamados conectivos (principalmente preposições e conjunções). Veja os principais:

Consequência (ou conclusão): por isso, logo, portanto, pois, de modo que, assim, então, por conseguinte, em vista disso.

Ela é muito competente, por isso conseguiu a vaga.

Causa: porque, pois, visto que, já que, dado que, como, uma vez que, porquanto, por, por causa de, em vista de, em virtude de, devido a, por motivo de, por razões de.

Ela conseguiu a vaga, já que é muito competente.

Oposição: entretanto, mas, porém, no entanto, todavia, contudo.

Paulo tinha tudo para ganhar a corrida, no entanto, no dia da prova, sofreu um acidente de carro.

Condição: se, caso, desde que, contanto que.

Você pode ir brincar na rua, desde que faça todo o dever.

Finalidade: para que, a fim de que, com o objetivo de, com o intuito de.

Com o intuito de conseguir a vaga na faculdade, Sílvia estudava oito horas todos os dias.

A **coerência textual** é o instrumento que o autor vai usar para conseguir encaixar as “peças” do texto e dar um sentido completo a ele. Cada palavra tem seu sentido individual, quando elas se relacionam elas montam um outro sentido. O mesmo raciocínio vale para as frases, os parágrafos e até os textos. Cada um desses elementos tem um sentido individual e um tipo de relacionamento com os demais. Caso estas relações sejam feitas da maneira correta, obtemos uma mensagem, um conteúdo semântico compreensível.

O texto é escrito com uma intencionalidade, de modo que ele tem uma repercussão sobre o leitor, muitas vezes proposital.

Em uma redação, para que a coerência ocorra, as ideias devem se completar. Uma deve ser a continuação da outra. Caso não ocorra uma concatenação de ideias entre as frases, elas acabarão por se contradizerem ou por quebrarem uma linha de raciocínio. Quando isso acontece, dizemos que houve um quebra de coerência textual.

A coerência é um resultado da não contradição entre as partes do texto e do texto com relação ao mundo. Ela é também auxiliada pela coesão textual, isto é, a compreensão de um texto é melhor capturada com o auxílio de conectivos, preposições, etc.

Vejamos alguns exemplos de falta de coerência textual:

"No verão passado, quando estivemos na capital do Ceará Fortaleza, não pudemos aproveitar a praia, pois o frio era tanto que chegou a nevar"

"Estão derrubando muitas árvores e por isso a floresta consegue sobreviver."

"Todo mundo viu o mico-leão, mas eu não ouvi o sabiá cantar"

"Todo mundo destrói a natureza menos todo mundo"

"Podemos notar claramente que a falta de recursos para a escola pública é um problema no país. O governo prometeu e cumpriu: trouxe várias melhorias na educação e fez com que os alunos que estavam fora da escola voltassem a frequentá-la. Isso trouxe várias melhoras para o país."

A falta de coerência em um texto é facilmente detectada por um falante da língua, mas não é tão simples notá-la quando é você quem escreve. A coerência é a correspondência entre as ideias do texto de forma lógica.

Quando o entendimento de determinado texto é comprometido, imediatamente alguém pode afirmar que ele está incoerente. Na maioria das vezes esta pessoa está certa ao fazer esta afirmação, mas não podemos achar que as dificuldades de organização das ideias se resumem à coerência ou a coesão. É certo que elas facilitam bastante esse processo, mas não são suficientes para resolver todos os problemas. O que nos resta é nos atualizarmos constantemente para podermos ter um maior domínio do processo de produção textual.

Figuras de Linguagem

Figuras de Linguagem são recursos que tornam as mensagens que emitimos mais expressivas. Subdividem-se em figuras de som, figuras de palavras, figuras de pensamento e figuras de construção.

Classificação das Figuras de Linguagem

Observe:

- 1) Fernanda acordou às sete horas, Renata às nove horas, Paula às dez e meia.
- 2) "Quando Deus fecha uma porta, abre uma janela."
- 3) Seus olhos eram luzes brilhantes.

Nos exemplos acima, temos três tipos distintos de figuras de linguagem:

Exemplo 1: há o uso de uma construção sintética ao deixar subentendido, na segunda e na terceira frase, um termo citado anteriormente - o verbo acordar. Repare que a segunda e a última frase do primeiro exemplo devem ser entendidas da seguinte forma: "Renata acordou às nove horas, Paula acordou às dez e meia. Dessa forma, temos uma figura de construção ou de sintaxe.

Exemplo 2: a ideia principal do ditado reside num jogo conceitual entre as palavras fecha e abre, que possuem significados opostos. Temos, assim, uma figura de pensamento.

Exemplo 3: a força expressiva da frase está na associação entre os elementos olhos e luzes brilhantes. Essa associação nos permite uma transferência de significados a ponto de usarmos "olhos" por "luzes brilhantes". Temos, então, uma figura de palavra.

Figura de Palavra

A figura de palavra consiste na **substituição** de uma palavra por outra, isto é, no emprego figurado, simbólico, seja por uma relação muito próxima (contiguidade), seja por uma associação, uma comparação, uma similaridade. Esses dois conceitos básicos

- contiguidade e similaridade - permitem-nos reconhecer dois tipos de figuras de palavras: a metáfora e a metonímia.

METÁFORA

É o emprego de uma palavra com o significado de outra em vista de uma relação de semelhanças entre ambas. É uma comparação subentendida.

Exemplo:

Minha boca é um túmulo.

Essa rua é um verdadeiro deserto.

COMPARAÇÃO

Consiste em atribuir características de um ser a outro, em virtude de uma determinada semelhança.

Exemplo:

O meu coração está igual a um céu cinzento.

O carro dele é rápido como um avião.

PROSOPOPÉIA

É uma figura de linguagem que atribui características humanas a seres inanimados. Também podemos chamá-la de PERSONIFICAÇÃO.

Exemplo:

O céu está mostrando sua face mais bela.

O cão mostrou grande sisudez.

SINESTESIA

Consiste na fusão de impressões sensoriais diferentes.

Exemplo:

Raquel tem um olhar frio, desesperador.

Aquela criança tem um olhar tão doce.

CATACRESE

É uma metáfora desgastada, tão usual que já não percebemos. Assim, a catacrese é o emprego de uma palavra no sentido figurado por falta de um termo próprio.

Exemplo:

O menino quebrou o braço da cadeira.

A manga da camisa rasgou.

METONÍMIA

É a substituição de uma palavra por outra, quando existe uma relação lógica, uma proximidade de sentidos que permite essa troca. Ocorre metonímia quando empregamos:

- O autor pela obra.

Li Jô Soares dezenas de vezes. (a obra de Jô Soares)

- o continente pelo conteúdo.

O ginásio aplaudiu a seleção. (ginásio está substituindo os torcedores)

- a parte pelo todo.

Vários brasileiros vivem sem teto, ao relento. (teto substitui casa)

- o efeito pela causa.

Suou muito para conseguir a casa própria. (suor substitui o trabalho)

PERÍFRASE

É a designação de um ser através de alguma de suas características ou atributos, ou de um fato que o celebrizou.

Exemplo:

A Veneza Brasileira também é palco de grandes espetáculos. (Veneza Brasileira = Recife)

A Cidade Maravilhosa está tomada pela violência. (Cidade Maravilhosa = Rio de Janeiro)

ANTÍTESE

Consiste no uso de palavras de sentidos opostos.

Exemplo:

Nada com Deus é tudo.

Tudo sem Deus é nada.

EUFEMISMO

Consiste em suavizar palavras ou expressões que são desagradáveis.

Exemplo:

Ele foi repousar no céu, junto ao Pai. (repousar no céu = morrer)

Os homens públicos envergonham o povo. (homens públicos = políticos)

HIPÉRBOLE

É um exagero intencional com a finalidade de tornar mais expressiva a ideia.

Exemplo:

Ela chorou rios de lágrimas.

Muitas pessoas morriam de medo da perna cabeluda.

IRONIA

Consiste na inversão dos sentidos, ou seja, afirmamos o contrário do que pensamos.

Exemplo:

Que alunos inteligentes, não sabem nem somar.

Se você gritar mais alto, eu agradeço.

ONOMATOPÉIA

Consiste na reprodução ou imitação do som ou voz natural dos seres.

Exemplo:

Com o au-au dos cachorros, os gatos desapareceram.

Miau-miau. – Eram os gatos miando no telhado a noite toda.

ALITERAÇÃO

Consiste na repetição de um determinado som consonantal no início ou interior das palavras.

Exemplo:

O rato roeu a roupa do rei de Roma.

ELIPSE

Consiste na omissão de um termo que fica subentendido no contexto, identificado facilmente.

Exemplo:

Após a queda, nenhuma fratura.

ZEUGMA

Consiste na omissão de um termo já empregado anteriormente.

Exemplo:

Ele come carne, eu verduras.

PLEONASMO

Consiste na intensificação de um termo através da sua repetição, reforçando seu significado.

Exemplo:

Nós cantamos um canto glorioso.

POLISSÍNDETO

É a repetição da conjunção entre as orações de um período ou entre os termos da oração.

Exemplo:

Chegamos de viagem e tomamos banho e saímos para dançar.

ASSÍNDETO

Ocorre quando há a ausência da conjunção entre duas orações.

Exemplo:

Chegamos de viagem, tomamos banho, depois saímos para dançar.

ANACOLUTO

Consiste numa mudança repentina da construção sintática da frase.

Exemplo:

Ele, nada podia assustá-lo.

Nota: o anacoluto ocorre com frequência na linguagem falada, quando o falante interrompe a frase, abandonando o que havia dito para reconstruí-la novamente.

ANAFÓRA

Consiste na repetição de uma palavra ou expressão para reforçar o sentido, contribuindo para uma maior expressividade.

Exemplo:

Cada alma é uma escada para Deus,

Cada alma é um corredor-Universo para Deus,

Cada alma é um rio correndo por margens de Externo

Para Deus e em Deus com um sussurro noturno. (Fernando Pessoa)

SILEPSE

Ocorre quando a concordância é realizada com a ideia e não sua forma gramatical. Existem três tipos de silepse: gênero, número e pessoa.

De gênero.

Exemplo:

Vossa excelência está preocupado com as notícias. (a palavra vossa excelência é feminina quanto à forma, mas nesse exemplo a

concordância se deu com a pessoa a que se refere o pronome de tratamento e não com o sujeito).

De número.

Exemplo:

A boiada ficou furiosa com o peão e derrubaram a cerca. (nesse caso a concordância se deu com a ideia de plural da palavra boiada).

De pessoa

Exemplo:

As mulheres decidimos não votar em determinado partido até prestarem conta ao povo. (nesse tipo de silepse, o falante se inclui mentalmente entre os participantes de um sujeito em 3ª pessoa).

Ortografia

A ortografia se caracteriza por estabelecer padrões para a forma escrita das palavras. Essa escrita está relacionada tanto a critérios etimológicos (ligados à origem das palavras) quanto fonológicos (ligados aos fonemas representados). É importante compreender que a ortografia é fruto de uma convenção. A forma de grafar as palavras é produto de acordos ortográficos que envolvem os diversos países em que a língua portuguesa é oficial. A melhor maneira de treinar a ortografia é ler, escrever e consultar o dicionário sempre que houver dúvida.

A nova ortografia

Alfabeto

O alfabeto, que antes se compunha de 23 letras, agora se compõe de 26 letras. Há muito tempo as letras “k”, “w” e “y” faziam parte do nosso idioma, isto não é nenhuma novidade. Elas já apareciam em unidades de medidas, nomes próprios e palavras importadas do idioma inglês, como:

km – quilômetro,

kg – quilograma

Show, Shakespeare, Byron, Newton, dentre outros.

O alfabeto, graficamente, se apresenta:

**A – B – C – D – E – F – G – H – I – J – K – L – M – N – O – P – Q – R – S
– T – U – V – W – X – Y – Z**

Trema

Não se usa mais o trema em palavras do português. Ele só vai permanecer em nomes próprios e seus derivados, de origem estrangeira. Por exemplo, Gisele Bundchen não vai deixar de usar o trema em seu nome, pois é de origem alemã. (neste caso, o “u” lê-se “i”)

Quanto à classificação da sílaba, as palavras podem ser:

- Átonas – quando não há ênfase na pronúncia de uma sílaba.
- Tônicas – quando há ênfase na pronúncia de uma sílaba.

Ex. A palavra “mato” tem duas sílabas: a primeira “ma” – é tônica; a segunda “to” – é átona.

Quanto à posição da sílaba tônica, as palavras podem ser:

- Oxítonas – quando a sílaba forte encontra-se na última sílaba de uma palavra.

Ex. saci, funil, parabéns, café, calor, bombom.

- Paroxítonas – quando a sílaba forte encontra-se na penúltima sílaba.

Ex. escola, sossego, dormindo, amável.

- Proparoxítonas – quando a sílaba forte encontra-se na antepenúltima sílaba.

Ex. pêndulo, lâmpada, rápido, público, cômico.

Quanto à classificação dos encontros vocálicos:

- Ditongo: encontro de duas vogais numa só sílaba.

Ex. céu, véu, coi-sa, i-dei-a.

- Hiato: encontro de duas vogais em sílabas separadas.

Ex. fa-ís-ca, i-dei-a, pa-pa-gai-o, ba-i-nha.

* a palavra "ideia" possui ditongo E hiato.

Quanto ao número de sílabas, as palavras podem ser:

- Monossílabas – com apenas uma sílaba.

Ex. mau, mês, vi, um, só

- Dissílabas – com duas sílabas.

Ex. Ca-fé, Ca-sa, mui-to, li-vro, rou-pa, rit-mo

- Trissílabas – palavras com três sílabas.

Ex. Eu-ro-pa, cri-an-ça, ma-lu-co, tor-na-do

- Polissílabas – palavras com quatro ou mais sílabas.

Ex. Pa-ra-peí-to, es-tu-dan-te, u-ni-ver-si-da-de, la-bi-rin-ti-te.

As gramáticas costumam ainda classificar os monossílabos (palavras com apenas uma sílaba) em dois tipos:

- Monossílabo átono: palavras de uma sílaba fraca, ou seja, pronunciada sem ênfase. Estes podem ser:

Artigos: o, a, um...

Pronomes Pessoais Oblíquos: se, te, ti, lhe, o, a...

Pronome relativo: que

Conjunção: e, ou, mas, nem...

Preposição: dos, de, à, na...

- Monossílabo tônico: palavras de uma sílaba tônica, ou seja, pronunciadas com ênfase, que podem ser:

Verbos: li, vi, ter, ser, dê...

Substantivos: sol, mar, flor, dor, mel...

Adjetivos: mau, bom, má...

Pronomes: eu, tu, nós, mim...

Advérbios: lá, cá, bem, já...

Uso hífen ou não?

A letra "H" é uma letra sem personalidade, sem som. Em "Helena", não tem som; em "Hollywood", tem som de "R". Portanto, não deve aparecer encostado em prefixos:

- pré-história
- anti-higiênico
- sub-hepático
- super-homem
-

Então, letras IGUAIS, SEPARA. Letras DIFERENTES, JUNTA.

Anti-inflamatório

neoliberalismo

Supra-auricular	extraoficial
Arqui-inimigo	semicírculo
sub-bibliotecário superintendente	

Quanto ao "R" e o "S", se o prefixo terminar em vogal, a consoante deverá ser dobrada:

suprarrenal (supra+renal)	ultrassonografia
(ultra+sonografia)	

minissaia	antisséptico
contrarregra	megassaia

Entretanto, se o prefixo terminar em consoante, não se unem de jeito nenhum.

- Sub-reino
- ab-rogar
- sob-roda

ATENÇÃO!

Quando dois "R" ou "S" se encontrarem, permanece a regra geral: letras iguais, SEPARA.

super-requintado	super-realista
inter-resistente	

Continuamos a usar o hífen

Diante dos prefixos "ex-, sota-, soto-, vice- e vizo-":

Ex-diretor, Ex-hospedeira, Sota-piloto, Soto-mestre, Vice-presidente , Vizo-rei

Diante de "pós-, pré- e pró-", quando TEM SOM FORTE E ACENTO.

pós-tônico, pré-escolar, pré-natal, pró-labore

pró-africano, pró-europeu, pós-graduação

Diante de "pan-, circum-, quando juntos de vogais.

Pan-americano, circum-escola

OBS. "Circunferência" – é junto, pois está diante da consoante "F".

NOTA: Veja como fica estranha a pronúncia se não usarmos o hífen:

Exesposa, sotapiloto, panamericano, vicesuplente, circumescola.

ATENÇÃO!

Não se usa o hífen diante de "CO-, RE-, PRE" (SEM ACENTO)

Coordenar	reedição	preestabelecer
Coordenação	refazer	preexistir
Coordenador	reescrever	prever
Coobrigar	relembrar	
Cooperação	reutilização	
Cooperativa	reelaborar	

O ideal para memorizar essas regras, lembre-se, é conhecer e usar pelo menos uma palavra de cada prefixo. Quando bater a dúvida numa palavra, compare-a à palavra que você já sabe e escreva-a duas vezes: numa você usa o hífen, na outra não. Qual a certa? Confie na sua memória! Uma delas vai te parecer mais familiar.

REGRA GERAL (Resumindo)

Letras iguais, separa com hífen(-).

Letras diferentes, junta.

O "H" não tem personalidade. Separa (-).

O "R" e o "S", quando estão perto das vogais, são dobrados. Mas não se juntam com consoantes.

Emprego das letras

Emprego das letras K, W e Y

Utilizam-se nos seguintes casos:

a) Em antropônimos originários de outras línguas e seus derivados.

Exemplos: Kant, kantismo; Darwin, darwinismo; Taylor, taylorista.

b) Em topônimos originários de outras línguas e seus derivados.

Exemplos: Kuwait, kuwaitiano.

c) Em siglas, símbolos, e mesmo em palavras adotadas como unidades de medida de curso internacional.

Exemplos: K (Potássio), W (West), kg (quilograma), km (quilômetro), Watt.

Emprego de X e Ch

Emprega-se o X:

1) Após um ditongo.

Exemplos: caixa, frouxo, peixe

Exceção: recauchutar e seus derivados

2) Após a sílaba inicial "en".

Exemplos: enxame, enxada, enxaqueca

Exceção: palavras iniciadas por "ch" que recebem o prefixo "en-"

Exemplos: encharcar (de charco), enchiqueirar (de chiqueiro), encher e seus derivados (enchente, enchimento, preencher...)

3) Após a sílaba inicial "me-".

Exemplos: mexer, mexerica, mexicano, mexilhão

Exceção: mecha

4) Em vocábulos de origem indígena ou africana e nas palavras inglesas aportuguesadas.

Exemplos: abacaxi, xavante, orixá, xará, xerife, xampu

5) Nas seguintes palavras:

bexiga, bruxa, coaxar, faxina, graxa, lagartixa, lixa, lixo, puxar, rixa, oxalá, praxe, roxo, vexame, xadrez, xarope, xaxim, xícara, xale, xingar, etc.

Emprega-se o dígrafo Ch:

1) Nos seguintes vocábulos:

bochecha, bucha, cachimbo, chalé, charque, chimarrão, chuchu, chute, cochilo, debochar, fachada, fantoche, ficha, flecha, mochila, pechincha, salsicha, tchau, etc.

Para representar o fonema /j/ na forma escrita, a grafia considerada correta é aquela que ocorre de acordo com a origem da palavra. Veja os exemplos:

gesso: Origina-se do grego gypsos

jipe: Origina-se do inglês jeep.

Emprega-se o G:

1) Nos substantivos terminados em -agem, -igem, -ugem

Exemplos: barragem, miragem, viagem, origem, ferrugem

Exceção: pajem

2) Nas palavras terminadas em -ágio, -égio, -ígio, -ógio, -úgio

Exemplos: estágio, privilégio, prestígio, relógio, refúgio

3) Nas palavras derivadas de outras que se grafam com g

Exemplos: engessar (de gesso), massagista (de massagem), vertiginoso (de vertigem)

4) Nos seguintes vocábulos:

algema, auge, bege, estrangeiro, geada, gengiva, gibi, gilete, hegemonia, herege, megera, monge, rabugento, vagem.

Emprega-se o J:

1) Nas formas dos verbos terminados em -jar ou -jear

Exemplos:

arranjar: arranjo, arranje, arranjem

despejar: despejo, despeje, despejem

gorjear: gorjeie, gorjeiam, gorjeando

enferrujar: enferruje, enferrujem

viajar: viajo, viaje, viajem

2) Nas palavras de origem tupi, africana, árabe ou exótica

Exemplos: biju, jiboia, canjica, pajé, jerico, manjeriço, Moji

3) Nas palavras derivadas de outras que já apresentam j

Exemplos:

laranja- laran j eira	loja- lo j ista	lisonja - lison j eador	nojo- no j eira
cereja- cere j eira	varejo- vare j ista	rijo- enri j ecer	jeito- a j ear

4) Nos seguintes vocábulos:

berinjela, cafajeste, jeca, jegue, majestade, jeito, jejum,
laje, traje, pegajento

Emprega-se o Z:

1) Nas palavras derivadas de outras que já apresentam z no radical

Exemplos:

desl**iz**e- desl**iz**ar raz**ão**- razoável vaz**io**- esvaz**iar**
raiz- enra**iz**ar cruz- cru**z**eiro

2) Nos sufixos -ez, -eza, ao formarem substantivos abstratos a partir de adjetivos

Exemplos:

inválido- invalide ez	limpo- limpe za	macio- macie z	rígido- rigide z
frio- frie za	nobre- nobre za	pobre- pobre za	surdo- surde z

3) Nos sufixos -izar, ao formar verbos e -ização, ao formar substantivos

Exemplos:

civil izar - civiliza ção	hospital izar - hospital iza ção
---	---

colonizar- colonização realizar- realização

4) Nos derivados em -zal, -zeiro, -zinho, -zinha, -zito, -zita

Exemplos:

cafezal, cafezeiro, cafezinho, arvorezinha, cãozito, avezita

5) Nos seguintes vocábulos:

azar, azeite, azedo, amizade, buzina, bazar, catequizar,
chafariz, cicatriz, coalizão, cuscuz, proeza, vizinho, xadrez,
verniz, etc.

6) Nos vocábulos homófonos, estabelecendo distinção no
contraste entre o S e o Z

Exemplos:

cozer (cozinhar) e coser (costurar)
prezar(ter em consideração) e presar (prender)
traz (forma do verbo trazer) e trás (parte posterior)

Observação: em muitas palavras, a letra X soa como Z. Veja os exemplos:

exame exato exausto exemplo existir exótico inexorável

Emprego de S, Ç, X e dos Dígrafos Sc, Sç, Ss, Xc, Xs

Existem diversas formas para a representação do fonema /S/. Observe:

Emprega-se o S:

Nos substantivos derivados de verbos terminados em "andir","ender", "verter" e "pelir"

Exemplos:

exp andir - expans ão	pret ender - pretens ão	verter - vers ão	exp elir - expuls ã o
est ender - extens ão	susp ender - suspens ão	con verter - convers ão	rep elir - repuls ã o

Emprega-se Ç:

Nos substantivos derivados dos verbos "ter" e "torcer"

Exemplos:

at er - aten ção	torcer - tor ção
det er - deten ção	dist orcer -distor ção
man ter - manuten ção	cont orcer - contor ção

Emprega-se o X:

Em alguns casos, a letra X soa como Ss

Exemplos:

auxílio, expectativa, experto, extroversão, sexta, sintaxe,
texto, trouxe

Emprega-se Sc:

Nos termos eruditos

Exemplos:

acréscimo, ascensorista, consciência, descender, discente, fascículo, fascínio, imprescindível, miscigenação, miscível, plebiscito, rescisão, seiscentos, transcender, etc.

Emprega-se Sç:

Na conjugação de alguns verbos

Exemplos:

nascer- nasço, nasça
crescer- cresço, cresça
descer- desço, desça

Emprega-se Ss:

Nos substantivos derivados de verbos terminados em "gredir", "mitir", "ceder" e "cutir"

Exemplos:

agredir- agressão	demitir- demissão	ceder- cessão	discutir- discussão
progredir- progressão	transmitir- transmissão	exceder- excesso	repercutir- repercussão

Emprega-se o Xc e o Xs:

Em dígrafos que soam como Ss

Exemplos:

exceção, excêntrico, excedente, excepcional, exsudar

Observações sobre o uso da letra X

1) O X pode representar os seguintes fonemas:

/ch/ - xarope, vexame

/cs/ - axila, nexa

/z/ - exame, exílio

/ss/ - máximo, próximo

/s/ - texto, extenso

2) Não soa nos grupos internos -xce- e -xci-

Exemplos: excelente, excitar

Emprego das letras E e I

Na língua falada, a distinção entre as vogais átonas /e/ e /i/ pode não ser nítida. Observe:

Emprega-se o E:

1) Em sílabas finais dos verbos terminados em -oar, -uar

Exemplos:

magoar - magoe, magoes

continuar- continue, continues

2) Em palavras formadas com o prefixo ante- (antes, anterior)

Exemplos: antebraço, antecipar

3) Nos seguintes vocábulos:

cadeado, confete, disenteria, empecilho, irrequieto, mexerico, orquídea, etc.

Emprega-se o I :

1) Em sílabas finais dos verbos terminados em -air, -oer, -uir

Exemplos:

cair- cai

doer- dói

influir- influi

2) Em palavras formadas com o prefixo anti- (contra)

Exemplos:

Anticristo, antitetânico

3) Nos seguintes vocábulos:

aborígene, artimanha, chefiar, digladiar, penicilina, privilégio, etc.

Emprego das letras O e U**Emprega-se o O/U:**

A oposição o/u é responsável pela diferença de significado de algumas palavras. Veja os exemplos:

comprimento (extensão) e cumprimento (saudação, realização)

soar (emitir som) e suar (transpirar)

Grafam-se com a letra O: bolacha, bússola, costume, moleque.

Grafam-se com a letra U: camundongo, jabuti, Manuel, tábua

Emprego da letra H

Esta letra, em início ou fim de palavras, não tem valor fonético. Conservou-se apenas como símbolo, por força da etimologia e da tradição escrita. A palavra hoje, por exemplo, grafa-se desta forma devido a sua origem na forma latina hodie.

Emprega-se o H:

- 1) Inicial, quando etimológico

Exemplos: hábito, hesitar, homologar, Horácio

- 2) Medial, como integrante dos dígrafos ch, lh, nh

Exemplos: flecha, telha, companhia

- 3) Final e inicial, em certas interjeições

Exemplos: ah!, ih!, eh!, oh!, hem?, hum!, etc.

- 4) Em compostos unidos por hífen, no início do segundo elemento, se etimológico

Exemplos: anti-higiênico, pré-histórico, super-homem, etc.

Observações:

- 1) No substantivo Bahia, o "h" sobrevive por tradição. Note que nos substantivos derivados como baiano, baianada ou baianinha ele não é utilizado.

- 2) Os vocábulos erva, Espanha e inverno não possuem a letra "h" na sua composição. No entanto, seus derivados eruditos sempre são grafados com h. Veja:

herbívoro, hispânico, hibernal.

Emprego das Iniciais Maiúsculas e Minúsculas

1) Utiliza-se inicial maiúscula:

a) No começo de um período, verso ou citação direta.

Exemplos:

Disse o Padre Antonio Vieira: "Estar com Cristo em qualquer lugar, ainda que seja no inferno, é estar no Paraíso."

"Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que à luz do sol encerra
As promessas divinas da Esperança..."
(Castro Alves)

Observações

- No início dos versos que não abrem período, é facultativo o uso da letra maiúscula.

Por Exemplo:

"Aqui, sim, no meu cantinho,
vendo rir-me o candeeiro,
gozo o bem de estar sozinho
e esquecer o mundo inteiro."

- Depois de dois pontos, não se tratando de citação direta, usa-se letra minúscula.

Por Exemplo:

"Chegam os magos do Oriente, com suas dádivas: ouro,
incenso, mirra." (Manuel Bandeira)

b) Nos antropônimos, reais ou fictícios.

Exemplos:

Pedro Silva, Cinderela, D. Quixote.

c) Nos topônimos, reais ou fictícios.

Exemplos:

Rio de Janeiro, Rússia, Macondo.

d) Nos nomes mitológicos.

Exemplos:

Dionísio, Netuno.

e) Nos nomes de festas e festividades.

Exemplos:

Natal, Páscoa, Ramadã.

f) Em siglas, símbolos ou abreviaturas internacionais.

Exemplos:

ONU, Sr., V. Ex.^a.

g) Nos nomes que designam altos conceitos religiosos, políticos ou nacionalistas.

Exemplos:

Igreja (Católica, Apostólica, Romana), Estado, Nação, Pátria, União, etc.

Observação: esses nomes escrevem-se com inicial minúscula quando são empregados em sentido geral ou indeterminado.

Exemplo:

Todos amam sua pátria.

Emprego FACULTATIVO de letra maiúscula:

a) Nos nomes de logradouros públicos, templos e edifícios.

Exemplos:

Rua da Liberdade ou rua da Liberdade

Igreja do Rosário ou igreja do Rosário

2) Utiliza-se inicial minúscula:

a) Em todos os vocábulos da língua, nos usos correntes.

Exemplos:

carro, flor, boneca, menino, porta, etc.

b) Nos nomes de meses, estações do ano e dias da semana.

Exemplos:

janeiro, julho, dezembro, etc.

segunda, sexta, domingo, etc.

primavera, verão, outono, inverno

c) Nos pontos cardeais.

Exemplos:

Percorri o país de norte a sul e de leste a oeste.

Estes são os pontos colaterais: nordeste, noroeste, sudeste, sudoeste.

Observação: quando empregados em sua forma absoluta, os pontos cardeais são grafados com letra maiúscula.

Exemplos:

Nordeste (região do Brasil)

Ocidente (europeu)

Oriente (asiático)

Emprego FACULTATIVO de letra minúscula:

a) Nos vocábulos que compõem uma citação bibliográfica.

Exemplos:

Crime e Castigo ou Crime e castigo

Grande Sertão: Veredas ou Grande sertão: veredas

Em Busca do Tempo Perdido ou Em busca do tempo perdido

b) Nas formas de tratamento e reverência, bem como em nomes sagrados e que designam crenças religiosas.

Exemplos:

Governador Mário Covas ou governador Mário Covas

Papa João Paulo II ou papa João Paulo II

Excelentíssimo Senhor Reitor ou excelentíssimo senhor reitor

c) Nos nomes que designam domínios de saber, cursos e disciplinas.

Exemplos:

Português ou português

Línguas e Literaturas Modernas ou línguas e literaturas modernas

História do Brasil ou história do Brasil

Arquitetura ou arquitetura

Acentuação gráfica

Na Língua Portuguesa, todas as palavras possuem uma sílaba tônica que recebe a maior inflexão de voz. Nem todas, porém, são marcadas pelo acento gráfico.

Quanto à classificação da sílaba, as palavras podem ser:

QUANTO À POSIÇÃO DA SÍLABA TÔNICA

1. Acentuam-se as oxítonas terminadas em "A", "E", "O", "ÊM", "ÉM", "ÊNS", seguidas ou não de "S", inclusive as formas verbais quando seguidas de "LO(s)" ou "LA(s)". Também recebem acento as oxítonas terminadas em ditongos abertos, como "ÉI", "ÉU", "ÓI", seguidos ou não de "S"

Exemplo:

Chá	Mês	nós
Gás	Sapé	cipó
Dará	Café	avós
Pará	Vocês	compôs
vatapá	pontapés	só
Aliás	português	robô
dá-lo	vê-lo	avó
recuperá-los	Conhecê-los	pô-los
guardá-la	Fé	compô-los
réis (moeda)	Véu	dói

méis	céu	mói
pastéis	Chapéus	anzóis
ninguém	parabéns	Jerusalém

Só não acentuamos oxítonas terminadas em "I" ou "U", a não ser que seja um caso de hiato. Por exemplo: as palavras "baú", "aí", "Esaú" e "atraí-lo" são acentuadas porque as vogais "i" e "u" estão tônicas nestas palavras.

2. Acentuamos as palavras paroxítonas quando terminadas em:

- L – afável, fácil, cônsul, desejável, ágil, incrível.
- N – pólen, abdômen, sêmen, abdômen.
- R – câncer, caráter, néctar, repórter.
- X – tórax, látex, ônix, fênix.
- PS – fórceps, Quéops, bíceps.
- Ã(S) – ímã, órfãs, ímãs, Bálcãs.
- ÃO(S) – órgão, bênção, sótão, órfão.
- I(S) – júri, táxi, lápis, grátis, oásis, miosótis.
- ON(S) – náilon, próton, elétrons, cânon.
- UM(S) – álbum, fórum, médium, albuns.
- US – ânus, bônus, vírus, Vênus.

Também acentuamos as paroxítonas terminadas em ditongos crescentes (semivogal+vogal):

Névoa, infância, tênue, calvície, série, polícia, residência, férias, lírio.

3. Todas as proparoxítonas são acentuadas.

Ex. México, música, mágico, lâmpada, pálido, pálido, sândalo, crisântemo, público, pároco, proparoxítona.

QUANTO À CLASSIFICAÇÃO DOS ENCONTROS VOCÁLICOS

4. Acentuamos as vogais "I" e "U" dos hiatos, quando:

- Formarem sílabas sozinhos ou com "S"

Ex. Ju-í-zo, Lu-ís, ca-fe-í-na, ra-í-zes, sa-í-da, e-go-ís-ta.

IMPORTANTE

Por que não acentuamos "ba-i-nha", "fei-u-ra", "ru-im", "ca-ir", "Ra-ul", se todos são "i" e "u" tônicas, portanto hiatos?

Porque o "i"ônico de "bainha" vem seguido de NH. O "u" e o "i" tônicos de "ruim", "cair" e "Raul" formam sílabas com "m", "r" e "l" respectivamente. Essas consoantes já soam forte por natureza, tornando naturalmente a sílaba "tônica", sem precisar de acento que reforce isso.

5. Trema

Não se usa mais o trema em palavras da língua portuguesa. Ele só vai permanecer em nomes próprios e seus derivados, de origem estrangeira, como Bundchen, Muller, mulleriano (neste caso, o "u" lê-se "i")

6. Acento Diferencial

O acento diferencial permanece nas palavras:

pôde (passado), pode (presente)

pôr (verbo), por (preposição)

Nas formas verbais, cuja finalidade é determinar se a 3ª pessoa do verbo está no singular ou plural:

SINGULAR	PLURAL
Ele tem	Eles têm
Ele vem	Eles vêm

Essa regra se aplica a todos os verbos derivados de "ter" e "vir", como: conter, manter, intervir, deter, sobrevir, reter, etc.

Questões de Concursos

1 - COSEAC - 2015 - CLIN - Gari e Operador de Roçadeira

Leia o texto abaixo e responda ao que se pede.

Existe no Oceano Pacífico uma ilha feita de duas montanhas. É como se alguém tivesse colado dois grandes montes de terra no meio do mar. A maior chama-se Tristeza e a menor, Alegria.

Dizem que há muitos anos atrás a Alegria era maior e mais alta que a Tristeza. Dizem também que, por causa de um terremoto, parte da Alegria caiu no mar e afundou, deixando a montanha do jeito que está hoje.

Ninguém sabe se isso é mesmo verdade. Verdade é que ao pé desses dois cumes, exatamente onde eles se encontram, moram uma menina chamada Aleteia e sua avó.

Aleteia e a avó são como as montanhas: duas pessoas que estão sempre juntas.

Hoje Aleteia é menor, mais baixa que sua avó; acontece que daqui a algum tempo, ninguém sabe quando, Aleteia vai acordar e estará mais alta que a avó. Aleteia vai crescer e eu acho que, quando esse dia chegar, elas ainda estarão juntas. Igual às montanhas da ilha.

Um dia Aleteia perguntou: "Vovó, quem fez o mundo?", e sua avó respondeu: "Deus".

- Todo ele?
- Sim, todo.
- Sozinho?
- Sim, sozinho.

Aleteia saiu da sala com aquela conversa na cabeça. Não estava convencida. Pensou muito a respeito do assunto. Para raciocinar melhor, saiu para caminhar e caminhou muito pela ilha. Pensava sozinha, pensava em voz alta e começou a dividir seus pensamentos com as coisas que lhe apareciam pelo caminho: folhas, árvores, pedras, formigas, grilos, etc. Deus tinha criado o mundo sozinho?

(KOMATSU, Henrique. A menina que viu Deus. p.3-6, formato eletrônico, fragmento.)

No trecho "Existe no Oceano Pacífico uma ilha feita de duas montanhas.", a palavra grifada segue a mesma regra de acentuação que:

- a) árvores.
- b) vovó.
- c) também.
- d) estará.

2 - IESES - 2014 - IFC - Técnico em Segurança do Trabalho

Qual das alternativas contém a frase em que todas as palavras estão corretamente acentuadas?

- a) Foram distribuídas pública e gratuitamente as amostras de remédio.
- b) A juíza, irresoluta, julgou improcedentes as acusações contra a púdica adolescente.
- c) Os lêvedos contém grande quantidade de proteína.
- d) O prêmio Nobel foi entregue ao avaro e polêmico diretor.

3 - UPENET - 2014 - PM-PE - Oficial da Polícia Militar

TEXTO

A importância da participação da família no desenvolvimento da criança é indiscutível, mas, neste século, os pais deixaram de lado a educação dos filhos, já que esperam que tudo venha da escola. Sem a transmissão de valores, a criança tem dificuldade em processar mentalmente estímulos, de relacionar fatos e estabelecer a importância entre eles. Deixa, portanto, de aprender com os erros do passado. O processo de mediação pode estar presente em qualquer situação do dia a dia. Numa viagem de férias, uma mãe estará mediando o aprendizado de seu filho,

ao juntar ao lazer algumas histórias sobre o local, ao chamar a atenção para a arquitetura ou o comportamento das pessoas.

MORAES, Rita. Deixe-me pensar. Isto é, 30 jun.1998. (Adaptado)

Observe os termos abaixo sublinhados. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a justificativa CORRETA para o acento existente no termo sublinhado.

- a) "A importância da participação da família no desenvolvimento da criança..." - paroxítona terminada em hiato.
- b) "...a criança tem dificuldade em processar mentalmente estímulos..." - a tonicidade recai na penúltima sílaba.
- c) "Numa viagem de férias, uma mãe estará mediando o aprendizado..." - proparoxítona terminada em ditongo.
- d) "A importância da participação da família no desenvolvimento da criança é indiscutível..." - paroxítona terminada em "l".
- e) "...mas neste século, os pais deixaram de lado a educação dos filhos..." - a tonicidade recai na penúltima sílaba.

4 - FCC - 2014 - TJ-AP - Técnico Judiciário - Área Judiciária e Administrativa

Uma história em comum

Os povos indígenas que hoje habitam a faixa de terras que vai do Amapá ao norte do Pará possuem uma história comum de relações comerciais, políticas, matrimoniais e rituais que remonta a pelo menos três séculos. Essas relações até hoje não deixaram de existir nem se deixaram restringir aos limites das fronteiras nacionais, estendendo-se à

Guiana-Francesa e ao Suriname.

Essa amplitude das redes de relações regionais faz da história desses povos uma história rica em ganhos e não em perdas culturais, como muitas vezes divulgam os livros didáticos que retratam a história dos índios no Brasil. No caso específico desta região do Amapá e norte do Pará, são séculos de acúmulo de experiências de contato entre si que redundaram em inúmeros processos, ora de separação, ora de fusão grupal, ora de substituição, ora de aquisição de novos itens culturais. Processos estes que se somam às diferentes experiências de contato vividas pelos distintos grupos indígenas com cada um dos agentes e agências que entre eles chegaram, dos quais existem registros a partir do século XVII.

É assim que, enquanto pressupomos que nós descobrimos os índios e achamos que, por esse motivo, eles dependem de nosso apoio para sobreviver, com um pouco mais de conhecimento sobre a história da região podemos constatar que os povos indígenas dessa parte da Amazônia nunca viveram isolados entre si. E, também, que o avanço de frentes de colonização em suas terras não resulta necessariamente num processo de submissão crescente aos novos conhecimentos, tecnologias e bens a que passaram a ter acesso, como à primeira vista pode nos parecer. Ao contrário disso, tudo o que esses povos aprenderam e adquiriram em suas novas experiências de relacionamento com os não-índios insere-se num processo de ampliação de suas redes de intercâmbio, que não apaga - apenas redefine - a importância das relações que esses povos mantêm entre si, há muitos séculos, "apesar" de nossa interferência.

(Adaptado de: GALLOIS, Dominique Tilkin; GRUPIONI, Denise Fajardo. Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará: quem são, onde

estão, quantos são, como vivem e o que pensam? São Paulo: Iepé, 2003, p.8-9)

Acentuam-se devido à mesma regra os seguintes vocábulos do texto:

- a) também, mantêm, experiências.
- b) indígenas, séculos, específico.
- c) acúmulo, importância, intercâmbio.
- d) políticas, história, Pará.
- e) até, três, índios.

5 - FGV - 2014 - TJ-RJ - Técnico de Atividade Judiciária

TEXTO – QUANTO FALTA PARA O DESASTRE?

Verão de 2015. As filas para pegar água se espalham por vários bairros. Famílias carregam baldes e aguardam a chegada dos caminhões-pipa. Nos canos e nas torneiras, nem uma gota. O rodízio no abastecimento força lugares com grandes aglomerações, como shopping centers e faculdades, a fechar. As chuvas abundantes da estação não vieram, as obras em andamento tardarão a ter efeito e o desperdício continuou alto. Por isso, São Paulo e várias cidades vizinhas, que formam a maior região metropolitana do país, entram na mais grave crise de falta d'água da história. (Época, 16/06/2014)

A correção na acentuação gráfica faz parte do cuidado com a norma culta na redação de um texto; a opção que apresenta um vocábulo do texto 3 que é acentuado graficamente por razão distinta das demais é:

- a) famílias;
- b) país;

- c) rodízio;
- d) água;
- e) desperdício.

6 - CETRO - 2014 - IF-PR - Assistente de Alunos

De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à acentuação, assinale a alternativa correta.

- a) Todos estão em ritmo de festa.
- b) O estacionamento é gratuito.
- c) Não gostaria de executar este trabalho sózinho.
- d) Resolvemos viver em harmonía.
- e) Perdeu o fôlego de tanto correr.

7 - CETRO - 2014 - IF-PR - Pedagogo

De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à acentuação e ao contexto, assinale a alternativa correta.

- a) Tenho que trocar o fluído do freio.
- b) Convidei os colegas de trabalho para tomar um cafézinho.
- c) Atente-se para todos os ítems do Edital.
- d) Pouco ocorreu neste interím.
- e) Não conseguimos entender esta barbárie.

8 - CETRO - 2014 - IF-PR - Auxiliar de Biblioteca

De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à acentuação, assinale a alternativa correta.

- a) Minha mãe fez um delicioso bolo de amêixa.
- b) Ele não acredita nisso. É um cético.
- c) Não quero mais ficar aqui.
- d) Aquela mulher parece uma vibôra.
- e) Mesmo com idade avançada, ainda tem vigôr.

9 - IAT - 2014 - Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes - PE -
Engenheiro Cartógrafo

Analise as seguintes afirmativas:

I. De acordo com o que prescreve a norma- padrão, outra redação possível para a frase "A economia brasileira já faz isso há séculos" é "A economia brasileira já faz isso faz séculos".

II. A frase "Restaura-se pneus" está correta quanto à concordância verbal.

III. As palavras "só", "já" e "três" recebem acento com base na mesma regra de acentuação gráfica.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.

10 - IAT - 2014 - Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes - PE -
Engenheiro Cartógrafo

Analise as afirmativas a seguir:

I. Os seguintes vocábulos são acentuados devido à mesma justificativa: "cinquentenário"; "império"; "rápida" e "tráfego".

II. De acordo com as regras de acentuação, o seguinte grupo de palavras foi acentuado pela mesma razão: "amiúde"; "cafeína"; "graúdo"; "sanduíche".

III. As seguintes palavras foram corretamente grafadas: "revindicações"; "desidiram"; "greve"; "reajuste"; "parcela"; "adicional"; "aumento" e "benefícios".

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas.

GABARITO

1 - A 2 - D 3 - D 4 - B 5 - B 6 - E 7 - E 8 - B 9 - D
10 - C

Crase

Na língua portuguesa, crase é a fusão de duas vogais idênticas, mas essa denominação visa a especificar principalmente a contração ou

fusão da preposição a com os artigos definidos femininos a, as ou com os pronomes demonstrativos a, as, aquele, aquela, aquilo.

a + a = à

a + as = às

a + aquele(s) = àquele(s)

a + aquela(s) = àquela(s)

a + aquilo = àquilo

Para saber se ocorre ou não a crase, basta seguir três regras básicas:

01) Só ocorre crase diante de palavras femininas, portanto nunca use o acento grave indicativo de crase diante de palavras que não sejam femininas.

- O sol estava a pino. Sem crase, pois pino não é palavra feminina.
- Ela recorreu a mim. Sem crase, pois mim não é palavra feminina. Pode até referir-se a uma mulher, mas a palavra em si não é feminina.
- Estou disposto a ajudar você. Sem crase, pois ajudar não é palavra feminina; é verbo.

02) Se a preposição a for exigida por um verbo que indica destino (ir, vir, voltar, chegar, cair, comparecer, dirigir-se...), troque este verbo por outro que indique procedência (vir, voltar, chegar...); se, diante do que indicar procedência, surgir da, diante do que indicar destino, ocorrerá crase; caso contrário, não ocorrerá crase. Essa substituição serve para demonstrar a existência da preposição e do artigo, cuja junção exige o acento indicador de crase.

venho de = vou a

venho da = vou à

- Vou a Porto Alegre. Sem crase, pois Venho de Porto Alegre.
- Vou à Bahia. Com crase, pois Venho da Bahia.

03) Se não houver verbo indicando destino, troca-se a palavra feminina por outra masculina; se, diante da masculina, surgir ao, diante da feminina, ocorrerá crase; caso contrário, não ocorrerá crase. Essa substituição serve para demonstrar a existência da preposição e do artigo, cuja junção exige o acento indicador de crase.

- Assisti à peça. Com crase, pois Assisti ao filme.
- Paguei à cabeleireira. Com crase, pois Paguei ao cabeleireiro.
- Respeito as regras. Sem crase, pois Respeito os regulamentos.

Casos especiais:

01) Nas expressões adverbiais à moda de e à maneira de, mesmo que as palavras moda e maneira fiquem subentendidas, ocorre crase.

- Fizemos um churrasco à gaúcha. (À moda gaúcha; à moda dos gaúchos)
- Comemos bife à milanesa e espaguete à bolonhesa. (À moda milanesa e à moda bolonhesa; à moda de Milão e à moda de Borgonha)

- Joãozinho usa cabelos à Príncipe Valente. (À moda do Príncipe Valente)

02) Nos adjuntos adverbiais de modo, lugar e tempo femininos, ocorre crase.

à tarde, à noite, às pressas, às escondidas, às escuras, às tontas, à direita, à esquerda, à vontade, à revelia ...

- Encontrei Tiago ontem à noite.

- Saí às pressas de casa.

03) Nas locuções prepositivas e conjuntivas femininas ocorre crase.

Locução prepositiva feminina é a junção de a + substantivo feminino + de;

Locução conjuntiva feminina é a junção de a + substantivo feminino + que.

à maneira de, à moda de, às custas de, à procura de, à espera de, à medida que, à proporção que...

- Ele está à procura da esposa.

- À proporção que o tempo passa, mais sábios ficamos.

04) Diante da palavra distância, só ocorrerá crase, se houver a formação de locução prepositiva (à distância de) apesar de, modernamente, muitos cursos a distância escreverem tal expressão com crase.

- Reconheci-o a distância.
- Reconheci-o à distância de duzentos metros.

05) Diante do pronome relativo que ou da preposição de, quando for fusão da preposição a com o pronome demonstrativo a, as, que pode ser substituído por aquela, aquelas, esta, estas

- Essa roupa é igual à que comprei ontem. (A roupa é igual a esta)
- Sua voz é igual à de um primo meu. (A voz é igual a esta)

06) Diante dos pronomes relativos a qual, as quais, quando o verbo da oração subordinada adjetiva (o que vem logo depois de a qual, as quais) exigir a preposição a, ocorre crase.

- A cena à qual assisti foi chocante. (quem assiste assiste a algo)

07) Quando o a estiver no singular, diante de uma palavra no plural, não ocorre crase, pois falta-lhe o artigo.

- Referi-me a todas as alunas, sem exceção.
- Não gosto de ir a festas desacompanhado.

08) Nos adjuntos adverbiais de meio ou de instrumento, a não ser que cause ambiguidade.

- Preencheu o formulário a caneta.
- Matou o desafeto a faca.

Nota: Modernamente, alguns gramáticos admitem crase diante de adjuntos adverbiais de meio, mesmo não ocorrendo ambiguidade. É o que tem ocorrido, por exemplo, com o adjunto adverbial de meio (pagar) a vista.

09) Diante de pronomes possessivos femininos, é facultativo o uso do artigo se o pronome acompanhar substantivo, então, quando houver a preposição a, será facultativa a ocorrência de crase.

- Referi-me a sua professora.
- Referi-me à sua professora.

Observação: Caso o pronome possessivo não acompanhe substantivo, mas o substitua, o artigo será obrigatório; se, então, houver a preposição a, o acento indicador de crase também será obrigatório.

- Não me referi a (ou à) sua esposa, e sim à minha.

10) Após a preposição até, é facultativo o uso da preposição a, quando esta for necessária ao elemento anterior ao até, portanto, caso haja substantivo feminino à frente, a ocorrência de crase será facultativa.

- Fui até a secretaria ou Fui até à secretaria, pois quem vai, vai a algum lugar.

11) A palavra CASA:

A palavra casa só terá artigo, se estiver especificada, portanto só ocorrerá crase diante da palavra casa nesse caso.

- Cheguei a casa antes de todos.
- Cheguei à casa de Ronaldo antes de todos.

12) A palavra TERRA:

- Significando planeta, é substantivo próprio e tem artigo, consequentemente, quando houver a preposição a, ocorrerá a crase.
- Os astronautas voltaram à Terra.
- Significando chão firme, solo, só tem artigo, quando estiver especificada, portanto só nesse caso poderá ocorrer a crase.
- Os marinheiros voltaram a terra.
- Irei à terra de meus avós.

Classes de Palavras

A parte da gramática que estuda as classes de palavras é a MORFOLOGIA (morfo = forma, logia = estudo), ou seja, o estudo da forma. Na morfologia, portanto, não estudamos as relações entre as palavras, o contexto em que são empregadas, ou outros fatores que podem influenciá-la, mas somente a forma da palavra.

São 10 classes de palavras: substantivo, adjetivo, advérbio, verbo, conjunção, interjeição, preposição, artigo, numeral e pronome.

Vamos aos estudos!

Colômbia, bola, medo, trovão, paixão, etc. Essas palavras estão dando nome a lugar, objeto, sensação física, fenômenos da natureza, emoções, enfim as coisas em geral. Esses nomes são chamados SUBSTANTIVOS.

Assim, podemos dizer que substantivo é a palavra que dá nome aos seres. Eles podem ser classificados da seguinte forma:

Concretos

Quando tratam de coisas reais, ou tidas como reais.
homem, menino, lobisomem, fada.

Abstratos

Quando tratam de estados e qualidades, sentimentos e ações.
vida (estado), beleza (qualidade), felicidade (sentimento), esforço (ação).

Simples

Quando formados por um só radical.
flor, tempo, chuva...

Compostos

Quando possuem mais de um radical.
couve-flor, passatempo, guarda-chuva...

Primitivos

Quando não derivam de outra palavra da língua portuguesa.
pedra, ferro, porta...

Derivados

Quando derivam de outra palavra da língua portuguesa.
pedreira, pedreiro, ferreiro, portaria...

Comuns

Quando se referem a seres da mesma espécie, sem especificá-los.
país, cidade, pessoa...

Próprios

Quando se referem a seres, pessoas, entidades determinados. São escritos sempre com inicial maiúscula.
Brasil, Santos, João, Deus...

Coletivos

Quando se referem a um conjunto de seres da mesma espécie.
álbum (fotografias, selos), biblioteca (livros), código (leis)...

Flexionam-se em gênero para indicar o sexo dos seres vivos. (quanto aos seres inanimados a classificação é convencional).

Masculino

Quando podem ser precedidos dos artigos o ou os.

Feminino

Quando podem ser precedidos dos artigos a ou as.

Existem ainda substantivos que são uniformes em gênero:

Epíctenos

Quando um só gênero se refere a animais macho e fêmea.
jacaré (macho ou fêmea)...

Sobrecomuns

Quando um só gênero se refere a homem ou mulher.
a criança (tanto menino quanto menina)

Comuns de dois gêneros

Quando uma só forma existe para se referir a indivíduos dos dois sexos.
o artista, a artista, o dentista, a dentista...

Flexionam-se em número para indicar a quantidade (um ou mais seres).

Singular

Quando se refere a um único ser ou grupo de seres.
homem, povo, flor...

Plural

Quando se refere a mais de um ser ou grupo de seres.
homens, povos, flores...

Existem ainda substantivos que só se empregam no plural.
férias, pêsames, núpcias...

Flexionam-se em grau para se referir ao tamanho e também emprestar
significado pejorativo, afetivo, etc.

Normal: gente, povo...

Aumentativo: gentalha, povão (com sentido pejorativo)

Diminutivo: gentinha, povinho (com sentido pejorativo)

Adjetivos

Adjetivos são palavras que caracterizam o substantivo atribuindo-lhes
qualidades, estados, aparência, etc.

Quanto à classificação podem ser:

-Simples

Quando formados por apenas um radical.

claro, escuro...

- Compostos

Quando formados por dois ou mais radicais.

amarelo-claro, azul-escuro...

-Primitivos

Quando não derivados de outra palavra em língua portuguesa.

bom, feliz...

-Derivados

Quando derivados de outros substantivos ou verbos.

bondoso, amado...

Existem ainda os adjetivos pátrios, que se referem à origem ou nacionalidade.

brasileiro, paulistano, santista...

Os adjetivos flexionam-se um gênero, número e grau.

Quanto ao gênero, podem ser:

- Uniformes

Quando uma única forma é usada tanto para concordar com substantivos masculinos quanto com femininos.

menino feliz, menina feliz...

-Biformes

Quando se flexionam para concordar com o substantivo que qualificam.

menino bonito, menina bonita...

Quanto ao número, podem ser singular ou plural para acompanhar o substantivo que qualificam.

menina bonita - meninas bonitas

pessoa feliz - pessoas felizes

Flexionam-se em grau para expressar a intensidade das qualidades do substantivo ao qual se referem.

Quanto ao grau, podem ser comparativos ou superlativos.

O grau comparativo pode designar:

igualdade: Sou tão bonita quanto ela.

superioridade: Sou mais bonita que ela.

inferioridade : Ela é menos bonita do que eu.

O grau superlativo pode ser absoluto ou relativo.

absoluto analítico: Ela é muito bonita.

absoluto sintético: Ela é belíssima.

relativo de superioridade

analítico: Ela é a mais bonita de todas.

sintético: Esta vila é a maior de todas.

relativo de inferioridade: Ela é a menos bonita de todas nós.

Pronomes

Pronome é a classe de palavras que substitui uma frase nominal. Inclui palavras como ela, eles e algo. Os pronomes são reconhecidos como uma parte do discurso distinta das demais desde épocas antigas.

Essencialmente, um pronome é uma única palavra (ou raramente uma forma mais longa), com pouco ou nenhum sentido próprio, que funciona como um sintagma nominal completo.

O pronome é a palavra que acompanha ou substitui o substantivo, relacionando-o com uma das pessoas do discurso.

Quando um pronome substitui o substantivo ele é chamado de pronome substantivo.

Os pronomes classificam-se em vários tipos.

PRONOMES PESSOAIS são termos que substituem ou acompanham o substantivo. Servem para representar os nomes dos seres e determinar as pessoas do discurso, que são:

1ª pessoa.....a que fala

2ª pessoa.....com quem se fala

3ª pessoa.....de quem se fala

Eu aprecio tua dedicação aos estudos. Será que ela aprecia também?

Os pronomes pessoais classificam-se em retos e oblíquos:

São pronomes retos, quando atuam como sujeito da oração.

	Singular	Plural	Exemplo
1ª pessoa	eu	nós	<u>Eu</u> estudo todos os dias.
2ª pessoa	tu	vós	<u>Tu</u> também tens estudado?
3ª pessoa	ele/ela	eles/elas	Será que <u>ela</u> estuda também?

São pronomes oblíquos, quando atuam como complemento (objeto direto ou indireto).

Quanto à acentuação, classificam-se em oblíquos átonos (acompanham formas verbais) e oblíquos tônicos (acompanhados de preposição):

Pronomes oblíquos átonos: me, te, o, a, lhe, se, nos, vos, os, as, lhes.

Desejo-te boa sorte...

Faça-me o favor...

Em verbos terminados em -r, -s ou -z, elimina-se a terminação e os pronomes o(s), a(s) se tornam lo(s), la(s). Em verbos terminados em -am, -em, -ão e -õe os pronomes se tornam no(s), na(s).

Pronomes oblíquos tônicos: mim, ti, ele, ela, si, nós, vós, eles, elas.

A mim pouco importa o que dizem...

Os pronomes de tratamento tem a função de pronome pessoal e serve para designar as pessoas do discurso.

PRONOMES POSSESSIVOS - Indicam posse. Estabelece relação da pessoa do discurso com algo que lhe pertence.

	Singular	Plural
1ª pessoa	meu(s), minha(s)	nosso(s), nossa(s)
2ª pessoa	teu(s), tua(s)	vosso(s), vossa(s)
3ª pessoa	seu(s), sua(s)	dele(s), dela(s)

PRONOMES DEMONSTRATIVOS – Indicam a posição de um ser ou objeto em relação às pessoas do discurso.

1ª pessoa este(s), esta(s), isto.....se refere a algo que está perto da pessoa que fala.

2ª pessoa esse(s), essa(s), isso.....se refere a algo que esta perto da pessoa que ouve.

3ª pessoa aquele(s), aquela(s), aquilo...se refere a algo distante de ambos.

Estes livros e essas apostilas devem ser guardadas naquela estante.

Estes - perto de quem fala

essas - perto de quem ouve

naquela - distante de ambos

PRONOMES INDEFINIDOS – São imprecisos, vagos. Se referem à 3ª pessoa do discurso.

Podem ser variáveis (se flexionando em gênero e número) ou invariáveis. São formas variáveis: algum(s), alguma(s), nenhum(s), nenhuma(s), todo(s), toda(s), muito(s), muita(s), pouco(s), pouca(s), tanto(s), tanta(s), certo(s), certa(s), vários(s), várias(s), outro(s), outra(s), certo(s), certa(s), quanto(s), quanta(s), tal, tais, qual, quais, qualquer, quaisquer...

São formas invariáveis: quem, alguém, ninguém, outrem, cada, algo, tudo, nada..

Algumas pessoas estudam diariamente. Ninguém estuda diariamente.

PRONOMES INTERROGATIVOS – São empregados para formular perguntas diretas ou indiretas. Podem ser variáveis ou invariáveis.

Variáveis: qual, quais, quanto(s), quanta(s).

Invariáveis: que, onde, quem...

Quantos de vocês estudam diariamente? Quem de vocês estuda diariamente?

PRONOMES RELATIVOS – São os que relacionam uma oração a um substantivo que representa. Também se classificam em variáveis e invariáveis.

Variáveis: o(a) qual, os(as) quais, quanto(s), quanta(s), cujo(s), cuja(s).

Invariáveis:que, quem, onde.

Conseguiu o emprego que tanto queria.

Verbos

Verbo é a palavra que exprime um fato (geralmente uma ação, estado ou fenômeno da natureza) e localiza-o no tempo, usados também para ligar o sujeito ao predicado. Mas o verbo é identificado principalmente por ser a classe de palavras que mais admitem flexões em número, pessoa, modo, tempo e voz.

Estrutura das Formas Verbais

Do ponto de vista estrutural, uma forma verbal pode apresentar os seguintes elementos:

a) **Radical**: é a parte invariável, que expressa o significado essencial do verbo.

Por exemplo:

fal-ei; **fal**-ava; **fal**-am. (radical **fal**-)

b) **Tema**: é o radical seguido da vogal temática que indica a conjugação a que pertence o verbo.

Por exemplo:

fala-r

São três as conjugações:

1ª - Vogal Temática - **A** - (falar)

2ª - Vogal Temática - **E** - (vender)

3ª - Vogal Temática - **I** - (partir)

c) **Desinência modo-temporal**: é o elemento que designa o tempo e o modo do verbo.

Por exemplo:

falá**va**mos (indica o pretérito imperfeito do indicativo.)

falas**se** (indica o pretérito imperfeito do subjuntivo.)

d) **Desinência número-pessoal:** é o elemento que designa a pessoa do discurso (1ª, 2ª ou 3ª) e o número (singular ou plural).

Por exemplo:

falamos (indica a 1ª pessoa do plural.)

falavam (indica a 3ª pessoa do plural.)

Observação: o verbo pôr, assim como seus derivados (compor, repor, depor, etc.), pertencem à 2ª conjugação, pois a forma arcaica do verbo pôr era poer. A vogal "e", apesar de haver desaparecido do infinitivo, revela-se em algumas formas do verbo: põe, pões, põem, etc.

Formas Rizotônicas e Arrizotônicas

Ao combinarmos os conhecimentos sobre a estrutura dos verbos com o conceito de acentuação tônica, percebemos com facilidade que nas formas **rizotônicas**, o acentoônico cai no radical do verbo: **opino**, **aprendam**, **nutro**, por exemplo. Nas formas **arrizotônicas**, o acentoônico não cai no radical, mas sim na terminação verbal: **opinei**, **aprenderão**, **nutriríamos**.

Classificam-se em:

a) Regulares: são aqueles que possuem as desinências normais de sua conjugação e cuja flexão não provoca alterações no radical.

Por exemplo:

canto cantei cantarei cantava cantasse

b) Irregulares: são aqueles cuja flexão provoca alterações no radical ou nas desinências.

Por exemplo:

faço fiz farei fizesse

c) Defectivos: são aqueles que não apresentam conjugação completa. Classificam-se em **impessoais, unipessoais** e **pessoais**.

Impessoais: são os verbos que não têm sujeito. Normalmente, são usados na terceira pessoa do singular. Os principais verbos impessoais são:

a) **haver**, quando sinônimo de existir, acontecer, realizar-se ou fazer (em orações temporais).

Por exemplo:

Havia poucos ingressos à venda. (**Havia** = Existiam)

Houve duas guerras mundiais. (**Houve** = Aconteceram)

Haverá reuniões aqui. (**Haverá** = Realizar-se-ão)

Deixei de fumar **há** muitos anos. (**há** = faz)

b) **fazer, ser e estar** (quando indicam tempo)

Por exemplo:

Faz invernos rigorosos no Sul do Brasil.

Era primavera quando a conheci.

Estava frio naquele dia.

c) Todos os verbos que indicam fenômenos da natureza são impessoais: **chover, ventar, nevar, gear, trovejar, amanhecer, escurecer**, etc. Quando, porém, se constrói, "**Amanheci** mal-humorado", usa-se o verbo "**amanhecer**" em sentido figurado. Qualquer verbo impessoal, empregado em sentido figurado, deixa de ser impessoal para ser pessoal.

Por exemplo:

Amanheci mal-humorado. (Sujeito desinencial: **eu**)

Choveram candidatos ao cargo. (Sujeito: **candidatos**)

Fiz quinze anos ontem. (Sujeito desinencial: **eu**)

d) São impessoais, ainda:

1. o verbo **passar** (seguido de preposição), indicando tempo.

Ex.: Já **passa das** seis.

2. os verbos **bastar e chegar**, seguidos da preposição **de**,

indicando suficiência. Ex.: **Basta detolices. Chega de** blasfêmias.

3. os verbos **estar e ficar** em orações tais como **Está bem, Está muito bem assim, Não fica bem, Fica mal**, sem referência a sujeito expresso anteriormente. Podemos, ainda, nesse caso, classificar o sujeito como **hipotético**, tornando-se, tais verbos, então, pessoais.

4. o verbo **deu + para** da língua popular, equivalente de "**ser possível**". Por exemplo:

Não **deu para** chegar mais cedo.

Dá para me arrumar uns trocados?

Unipessoais: são aqueles que, tendo sujeito, se conjugam apenas nas terceiras pessoas, do singular e do plural.

Por exemplo:

A fruta **amadureceu**.

As frutas **amadureceram**.

Observação: os verbos unipessoais podem ser usados como verbos pessoais na linguagem figurada:

Teu irmão **amadureceu** bastante.

Entre os unipessoais estão os verbos que significam vozes de animais; eis alguns:

bramar: tigre

bramir: crocodilo

cacarejar: galinha

coaxar: sapo

cricrilar: grilo

Os principais verbos unipessoais são:

1. **cumprir, importar, convir, doer, aprazer, parecer, ser** (preciso, necessário, etc.).

Observe os exemplos:

Cumpre trabalharmos bastante. (Sujeito: **trabalharmos bastante**.)

Parece que vai chover. (Sujeito: **que vai chover**.)

É preciso que chova. (Sujeito: **que chova**.)

2. **fazer** e **ir**, em orações que dão ideia de tempo, seguidos da conjunção **que**.

Observe os exemplos:

Faz dez anos que deixei de fumar. (Sujeito: **que deixei de fumar**.)

Vai para (ou **Vai em** ou **Vai por**) dez anos que não vejo Cláudia.

(Sujeito: **que não vejo Cláudia**)

Obs.: todos os sujeitos apontados são oracionais.

Pessoais: não apresentam algumas flexões por motivos morfológicos ou eufônicos.

Por exemplo:

verbo **falir**

Este verbo teria como formas do presente do indicativo **falo, fales, fale**, idênticas às do verbo **falar** - o que provavelmente causaria problemas de interpretação em certos contextos.

Por exemplo:

verbo **computar**

Este verbo teria como formas do presente do indicativo **computo, computas, computa** - formas de sonoridade considerada ofensiva por alguns ouvidos gramaticais. Essas razões muitas vezes não impedem o uso efetivo de formas verbais repudiadas por alguns gramáticos:

exemplo disso é o próprio verbo **computar**, que, com o desenvolvimento e a popularização da informática, tem sido conjugado em todos os tempos, modos e pessoas.

d) Abundantes: são aqueles que possuem mais de uma forma com o mesmo valor. Geralmente, esse fenômeno costuma ocorrer no particípio, em que, além das formas regulares terminadas em **-ado** ou **-ido**, surgem as chamadas **formas curtas** (particípio irregular).

Observe:

INFINITIVO	PARTICÍPIO REGULAR	PARTICÍPIO IRREGULAR
Anexar	Anexado	Anexo
Dispersar	Dispersado	Disperso
Eleger	Elegido	Eleito
Envolver	Envolvido	Envolto
Imprimir	Imprimido	Impresso
Matar	Matado	Morto

Morrer	Morrido	Morto
Pegar	Pegado	Pego
Soltar	Soltado	Solto

e) Anômalos: são aqueles que incluem mais de um radical em sua conjugação.

Por exemplo:

Ir	Pôr	Ser	Saber
vou	ponho	sou	sei
vais	pus	és	sabes
ides	pôs	fui	soube
fui	punha	foste	saiba
foste		seja	

f) Auxiliares

São aqueles que entram na formação dos tempos compostos e das locuções verbais. O verbo principal, quando acompanhado de verbo auxiliar, é expresso numa das formas nominais: **infinitivo, gerúndio ou particípio**.

Por exemplo:

Vou **espantar** as moscas.
(verbo auxiliar) (verbo principal no infinitivo)

Está **chegando** a hora do debate.
(verbo auxiliar) (verbo principal no gerúndio)

Os noivos **foram**
cumprimentados por todos os presentes.
(verbo auxiliar) (verbo principal no
particípio)

Obs.: os verbos auxiliares mais usados são: ser, estar, ter e haver.

g) Pronominais

São aqueles verbos que se conjugam com os pronomes oblíquos átonos me, te, se, nos, vos, se, na mesma pessoa do sujeito, expressando reflexibilidade (pronominais acidentais) ou apenas reforçando a ideia já implícita no próprio sentido do verbo (reflexivos essenciais). Veja:

1. Essenciais: são aqueles que sempre se conjugam com os pronomes oblíquos me, te, se, nos, vos, se. São poucos: abster-se, ater-se, apiedar-se, atrever-se, dignar-se, arrepender-se, etc. Nos verbos pronominais essenciais a reflexibilidade já está implícita no radical do verbo.

Por exemplo:

Arrependi-me de ter estado lá.

A ideia é de que a pessoa representada pelo sujeito (eu) tem um sentimento (arrependimento) que recai sobre ela mesma, pois não recebe ação transitiva nenhuma vinda do verbo; o pronome oblíquo átono é apenas uma partícula integrante do verbo, já que, pelo uso, sempre é conjugada com o verbo. Diz-se que o pronome apenas serve de reforço da ideia reflexiva expressa pelo radical do próprio verbo.

Veja uma conjugação pronominal essencial (verbo e respectivos pronomes):

Eu me arrependo

Tu te arrependes

Ele se arrepende

Nós nos arrependemos

Vós vos arrependeis

Eles se arrependem

2. Acidentais: são aqueles verbos transitivos diretos em que a ação exercida pelo sujeito recai sobre o objeto representado por pronome oblíquo da mesma pessoa do sujeito; assim, o sujeito faz uma ação que recai sobre ele mesmo. Em geral, os verbos transitivos diretos ou transitivos diretos e indiretos podem ser conjugados com os pronomes mencionados, formando o que se chama voz reflexiva.

Por exemplo: Maria se penteava.

A reflexibilidade se diz acidental, pois a ação reflexiva pode ser exercida também sobre outra pessoa.

Por exemplo: Maria penteou-me.

Observações:

- 1- Por fazerem parte integrante do verbo, os pronomes oblíquos átonos dos verbos pronominais não possuem função sintática.
- 2- Há verbos que também são acompanhados de pronomes oblíquos átonos, mas que não são essencialmente pronominais, são os verbos

reflexivos. Nos verbos reflexivos, os pronomes, apesar de se encontrarem na pessoa idêntica à do sujeito, exercem funções sintáticas.

Por exemplo:

Eu me feri. ----- Eu (sujeito)-1ª pessoa do singular
me (objeto direto) - 1ª pessoa do singular

Modos Verbais

Dá-se o nome de **modo** às várias formas assumidas pelo verbo na expressão de um fato. Em Português, existem três modos:

Indicativo - indica uma certeza, uma realidade. Por exemplo: Eu sempre **estudo**.

Subjuntivo - indica uma dúvida, uma possibilidade. Por exemplo: Talvez eu **estude** amanhã.

Imperativo - indica uma ordem, um pedido. Por exemplo: **Estuda** agora, menino.

Formas Nominais

Além desses três modos, o verbo apresenta ainda formas que podem exercer funções de nomes (substantivo, adjetivo, advérbio), sendo por isso denominadas **formas nominais**. Observe:

a) Infinitivo Impessoal: exprime a significação do verbo de modo vago e indefinido, podendo ter valor e função de substantivo.

Por exemplo:

Viver é lutar. (= vida é luta)

É indispensável combater a corrupção. (= combate à)

O infinitivo impessoal pode apresentar-se no presente (forma simples) ou no passado (forma composta).

Por exemplo:

É preciso ler este livro.

Era preciso ter lido este livro.

b) Infinitivo Pessoal: é o infinitivo relacionado às três pessoas do discurso. Na 1ª e 3ª pessoas do singular, não apresenta desinências, assumindo a mesma forma do impessoal; nas demais, flexiona-se da seguinte maneira:

2ª pessoa do singular: Radical + ES

Ex.: teres(tu)

1ª pessoa do plural: Radical + MOS

Ex.: termos (nós)

2ª pessoa do plural: Radical + DES

Ex.: terdes (vós)

3ª pessoa do plural: Radical + EM

Ex.: terem (eles)

Por exemplo:

Foste elogiado por **teres** alcançado uma boa colocação.

c) Gerúndio: o gerúndio pode funcionar como adjetivo ou advérbio.

Por exemplo:

Saindo de casa, encontrei alguns amigos. (função de advérbio)

Nas ruas, havia crianças **vendendo** doces. (função adjetivo)

Na forma simples, o gerúndio expressa uma ação em curso; na forma composta, uma ação concluída.

Por exemplo:

Trabalhando, aprenderás o valor do dinheiro.

Tendo trabalhado, aprendeu o valor do dinheiro.

d) **Particípio**: quando não é empregado na formação dos tempos compostos, o particípio indica geralmente o resultado de uma ação terminada, flexionando-se em gênero, número e grau.

Por exemplo:

Terminados os exames, os candidatos saíram.

Quando o particípio exprime somente estado, sem nenhuma relação temporal, assume verdadeiramente a função de adjetivo (adjetivo verbal).

Por exemplo:

Ela foi a aluna **escolhida** para representar a escola.

Tempos Verbais

Tomando-se como referência o momento em que se fala, a ação expressa pelo verbo pode ocorrer em diversos tempos. Veja:

1. Tempos do Indicativo

Presente - Expressa um fato atual.

Por exemplo:

Eu **estudo** neste colégio.

Pretérito Imperfeito - Expressa um fato ocorrido num momento anterior ao atual, mas que não foi completamente terminado.

Por exemplo:

Ele **estudava** as lições quando foi interrompido.

Pretérito Perfeito (simples) - Expressa um fato ocorrido num momento anterior ao atual e que foi totalmente terminado.

Por exemplo:

Ele **estudou** as lições ontem à noite.

Pretérito Perfeito (composto) - Expressa um fato que teve início no passado e que pode se prolongar até o momento atual.

Por exemplo:

Tenho estudado muito para os exames.

Pretérito-Mais-Que-Perfeito - Expressa um fato ocorrido antes de outro fato já terminado.

Por exemplo:

Ele já **tinha estudado** as lições quando os amigos chegaram.
(forma composta)

Ele já **estudara** as lições quando os amigos chegaram.
(forma simples)

Futuro do Presente (simples) - Enuncia um fato que deve ocorrer num tempo vindouro com relação ao momento atual.

Por exemplo:

Ele **estudará** as lições amanhã.

Futuro do Presente (composto) - Enuncia um fato que deve ocorrer posteriormente a um momento atual, mas já terminado antes de outro fato futuro.

Por exemplo:

Antes de bater o sinal, os alunos já **terão terminado** o teste.

Futuro do Pretérito (simples) - Enuncia um fato que pode ocorrer posteriormente a um determinado fato passado.

Por exemplo:

Se eu tivesse dinheiro, **viajaria** nas férias.

Futuro do Pretérito (composto) - Enuncia um fato que poderia ter ocorrido posteriormente a um determinado fato passado.

Por exemplo:

Se eu tivesse ganho esse dinheiro, **teria viajado** nas férias.

2. Tempos do Subjuntivo

Presente - Enuncia um fato que pode ocorrer no momento atual.

Por exemplo:

É conveniente que **estudes** para o exame.

Pretérito Imperfeito - Expressa um fato passado, mas posterior a outro já ocorrido.

Por exemplo:

Eu esperava que ele **vencesse** o jogo.

Obs.: o pretérito imperfeito é também usado nas construções em que se expressa a ideia de condição ou desejo.

Por exemplo:

Se ele **viesse** ao clube, participaria do campeonato.

Pretérito Perfeito (composto) - Expressa um fato totalmente terminado num momento passado.

Por exemplo:

Embora **tenha estudado** bastante, não passou no teste.

Pretérito Mais-Que-Perfeito (composto) - Expressa um fato ocorrido antes de outro fato já terminado.

Por exemplo:

Embora o teste já **tivesse começado**, alguns alunos puderam entrar na sala de exames.

Futuro do Presente (simples) - Enuncia um fato que pode ocorrer num momento futuro em relação ao atual.

Por exemplo:

Quando ele **vier** à loja, levará as encomendas.

Obs.: o futuro do presente é também usado em frases que indicam possibilidade ou desejo.

Por exemplo:

Se ele **vier** à loja, levará as encomendas.

Futuro do Presente (composto) - Enuncia um fato posterior ao momento atual mas já terminado antes de outro fato futuro.

Por exemplo: Quando ele **tiver saído** do hospital, nós o visitaremos.

Formação dos Tempos Simples

Quanto à formação dos tempos simples, estes dividem-se em primitivos e derivados.

Primitivos:

presente do indicativo

pretérito perfeito do indicativo

infinitivo impessoal

Derivados do Presente do Indicativo:

Presente do subjuntivo

Imperativo afirmativo

Imperativo negativo

Derivados do Pretérito Perfeito do Indicativo:

Pretérito mais-que-perfeito do indicativo

Pretérito imperfeito do subjuntivo

Futuro do subjuntivo

Derivados do Infinitivo Impessoal:

Futuro do presente do indicativo

Futuro do pretérito do indicativo

Imperfeito do indicativo

Gerúndio

Particípio

Tempos Compostos

São formados por locuções verbais que têm como auxiliares os verbos **ter** e **haver** e como principal, qualquer verbo no **particípio**. São eles:

01) Pretérito Perfeito Composto do Indicativo:

É a formação de locução verbal com o auxiliar **ter** ou **haver** no Presente do Indicativo e o principal no particípio, indicando fato que tem ocorrido com frequência ultimamente.

Por exemplo:

Eu tenho estudado demais ultimamente.

02) Pretérito Perfeito Composto do Subjuntivo:

É a formação de locução verbal com o auxiliar **ter** ou **haver** no Presente do Subjuntivo e o principal no particípio, indicando desejo de que algo já tenha ocorrido.

Por exemplo:

Espero que você tenha estudado o suficiente, para conseguir a aprovação.

03) Pretérito Mais-que-perfeito Composto do Indicativo:

É a formação de locução verbal com o auxiliar **ter** ou **haver** no Pretérito Imperfeito do Indicativo e o principal no particípio, tendo o mesmo valor que o Pretérito Mais-que-perfeito do Indicativo simples.

Por exemplo:

Eu já tinha estudado no Maxi, quando conheci Magali.

04) Pretérito Mais-que-perfeito Composto do Subjuntivo:

É a formação de locução verbal com o auxiliar ter ou haver no Pretérito Imperfeito do Subjuntivo e o principal no particípio, tendo o mesmo valor que o Pretérito Imperfeito do Subjuntivo simples.

Por exemplo:

Eu teria estudado no Maxi, se não me tivesse mudado de cidade.

Obs.: perceba que todas as frases remetem a ação obrigatoriamente para o passado. A frase Se eu estudasse, aprenderia é completamente diferente de Se eu tivesse estudado, teria aprendido.

05) Futuro do Presente Composto do Indicativo:

É a formação de locução verbal com o auxiliar ter ou haver no Futuro do Presente simples do Indicativo e o principal no particípio, tendo o mesmo valor que o Futuro do Presente simples do Indicativo.

Por exemplo:

Amanhã, quando o dia amanhecer, eu já terei partido.

06) Futuro do Pretérito Composto do Indicativo:

É a formação de locução verbal com o auxiliar ter ou haver no Futuro do Pretérito simples do Indicativo e o principal no particípio, tendo o mesmo valor que o Futuro do Pretérito simples do Indicativo.

Por exemplo:

Eu teria estudado no Maxi, se não me tivesse mudado de cidade.

07) Futuro Composto do Subjuntivo:

É a formação de locução verbal com o auxiliar **ter** ou **haver** no **Futuro do Subjuntivo simples** e o principal no particípio, tendo o mesmo valor que o Futuro do Subjuntivo simples.

Por exemplo:

Quando você tiver terminado sua série de exercícios, eu caminharei 6 Km.

Veja os exemplos:

Quando você chegar à minha casa, telefonarei a Manuel.

Quando você chegar à minha casa, já terei telefonado a Manuel.

Perceba que o significado é totalmente diferente em ambas as frases apresentadas. No primeiro caso, esperarei "você" praticar a sua ação para, depois, praticar a minha; no segundo, primeiro praticarei a minha. Por isso o uso do advérbio "já".

Assim, observe que o mesmo ocorre nas frases a seguir::

Quando você tiver terminado o trabalho, telefonarei a Manuel.

Quando você tiver terminado o trabalho, já terei telefonado a Manuel.

08) Infinitivo Pessoal Composto:

É a formação de locução verbal com o auxiliar **ter** ou **haver** no **Infinitivo Pessoal simples** e o principal no particípio, indicando ação passada em relação ao momento da fala.

Por exemplo:

Para você ter comprado esse carro, necessitou de muito dinheiro.

Locuções Verbais

Outro tipo de conjugação composta - também chamada **conjugação perifrástica** - são as locuções verbais, constituídas de verbos auxiliares mais gerúndio ou infinitivo. São conjuntos de verbos que, numa frase, desempenham papel equivalente

ao de um verbo único. Nessas locuções, o último verbo, chamado principal, surge sempre numa de suas formas nominais; as flexões de tempo, modo, número e pessoa ocorrem nos verbos auxiliares. Observe os exemplos:

Estou lendo o jornal.

Marta **veio correndo**: o noivo **acabara de chegar**.

Ninguém **poderá sair** antes do término da sessão.

A língua portuguesa apresenta uma grande variedade dessas locuções, conseguindo exprimir por meio delas os mais variados matizes de significado. **Ser** (estar, em algumas construções) é usado nas locuções verbais que exprimem a voz passiva analítica do verbo. **Poder** e **dever** são auxiliares que exprimem a potencialidade ou a necessidade de que determinado processo se realize ou não. Veja:

Pode ocorrer algo inesperado durante a festa.

Deve ocorrer algo inesperado durante a festa.

Outro auxiliar importante é querer, que exprime vontade, desejo.

Por exemplo:

Quero ver você hoje.

Também são largamente usados como auxiliares: **começar a, deixar de, voltar a, continuar a, pôr-se a, ir, vire estar**, todos ligados à noção de **aspecto verbal**.

Aspecto Verbal

No que se refere ao estudo de valor e emprego dos tempos verbais, é possível perceber diferenças entre o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito do indicativo. A diferença entre esses tempos é uma diferença de **aspecto**, pois está ligada à duração do processo verbal. Observe:

- Quando o vi, **cumprimentei**-o.

O aspecto é **perfeito**, pois o processo está concluído.

- Quando o via cumprimentava-o.

O aspecto é **imperfeito**, pois o processo não tem limites claros, prolongando-se por período impreciso de tempo.

O presente do indicativo e o presente do subjuntivo apresentam aspecto imperfeito, pois não impõem precisos ao processo verbal:

- **Faço** isso sempre.

- É provável que ele **faça** isso sempre.

Já o pretérito mais-que-perfeito, como o próprio nome indica, apresenta aspecto perfeito em suas várias formas do indicativo e do subjuntivo, pois traduz processos já concluídos:

- Quando atingimos o topo da montanha, encontramos a bandeira que ele **fincara** (ou havia fincado) dois dias antes.

- Se **tivéssemos chegado** antes, teríamos conseguido fazer o exame.

Outra informação aspectual que a oposição entre o perfeito e imperfeito pode fornecer diz respeito à localização do processo no tempo. Os tempos perfeitos podem ser usados para exprimir processos localizados num ponto preciso do tempo:

- No momento em que o **vi**, **acenei**-lhe.

- **Tinha**-o **cumprimentado** logo que o vira.

Já os tempos **imperfeitos** podem indicar processos frequentes e repetidos:

- Sempre que **saía**, **trancava** todas as portas.

O aspecto permite a indicação de outros detalhes relacionados com a duração do processo verbal. Veja:

- **Tenho encontrado** problemas em meu trabalho.

Esse tempo, conhecido como pretérito perfeito composto do indicativo, indica um processo repetido ou frequente, que se prolonga até o presente.

- **Estou almoçando.**

A forma composta pelo auxiliar **estar** seguido do gerúndio do verbo principal indica um processo que se prolonga. É largamente empregada na linguagem cotidiana, não só no presente, mas também em outros tempos (estava almoçando, estive almoçando, estarei almoçando, etc.).

As formas compostas: **estará resolvido** e **estaria resolvido**, conhecidas como futuro do presente e futuro do pretérito compostos do indicativo, exprimem processo concluído - é a ideia do aspecto perfeito - ao qual se acrescenta a noção de que os efeitos produzidos permanecem, uma vez realizada a ação.

- Os animais noturnos **terminaram de se recolher** mal **começou a raiar** o dia.

Nas duas locuções destacadas, mais duas noções ligadas ao aspecto verbal: a indicação do término e do início do processo verbal.

- Eles **vinham chegando** à proporção que nós **íamos saindo**.

As locuções formadas com os auxiliares vir e ir exprimem processos que se prolongam.

- Ele **voltou a trabalhar** depois de **deixar de sonhar** projetos irrealizáveis.

As locuções destacadas exprimem o início de um processo interrompido e a interrupção de outro, respectivamente.

Emprego do Infinitivo Impessoal e Pessoal

Infinitivo Impessoal

Quando se diz que um verbo está no infinitivo impessoal, isso significa que ele apresenta sentido genérico ou indefinido, não relacionado a nenhuma pessoa, e sua forma é invariável. Assim, considera-se apenas o processo verbal.

Por exemplo:

Amar **é** sofrer.

O infinitivo pessoal, por sua vez, apresenta desinências de número e pessoa.

Veja:

falar	-es	Eu
vender		Tu
partir	-mos	Ele
	-des	Nós
	-em	Vós
		Eles

Observe que, embora não haja desinências para a 1ª e 3ª pessoas do singular (cujas formas são iguais às do infinitivo impessoal), elas não deixam de referir-se às respectivas pessoas do discurso (o que será esclarecido apenas pelo contexto da frase).

Por exemplo:

Para **ler** melhor, eu **uso** estes óculos. (1ª pessoa)

Para **ler** melhor, ela **usa** estes óculos. (3ª pessoa)

Note: as regras que orientam o emprego da forma variável ou invariável do infinitivo não são todas perfeitamente definidas. Por ser o infinitivo impessoal mais genérico e vago, e o infinitivo pessoal mais preciso e determinado, recomenda-se usar este último sempre que for necessário dar à frase maior clareza ou ênfase.

Observações importantes:

O infinitivo impessoal é usado:

1. Quando apresenta uma ideia vaga, genérica, sem se referir a um sujeito determinado;

Por exemplo:

Querer é poder.

Fumar prejudica a saúde.

É proibido **colar** cartazes neste muro.

2. Quando tiver o valor de Imperativo;

Por exemplo:

Soldados, **marchar!** (= Marchai!)

3. Quando é regido de preposição e funciona como complemento de um substantivo, adjetivo ou verbo da oração anterior;

Por exemplo:

Eles não têm o direito **de gritar** assim.

As meninas foram impedidas **de participar** do jogo.

Eu os convenci **a aceitar**.

No entanto, na voz passiva dos verbos "**contentar**", "**tomar**" e "**ouvir**", por exemplo, o Infinitivo (verbo auxiliar) deve ser flexionado.

Por exemplo:

Eram pessoas difíceis de **serem** contentadas.

Aqueles remédios são ruins de **serem** tomados.

Os CDs que você me emprestou são agradáveis de **serem** ouvidos.

4. Nas locuções verbais;

Por exemplo:

Queremos **acordar** bem cedo amanhã.

Eles não podiam **reclamar** do colégio.

Vamos **pensar** no seu caso.

5. Quando o sujeito do infinitivo é o mesmo do verbo da oração anterior;

Por exemplo:

Eles foram condenados a pagar pesadas multas.

Devemos sorrir ao invés de chorar.

Tenho ainda alguns livros por (para) publicar.

Observação: quando o infinitivo preposicionado, ou não, preceder ou estiver distante do verbo da oração principal (verbo regente), pode ser flexionado para melhor clareza do período e também para se enfatizar o sujeito (agente) da ação verbal.

Por exemplo:

Na esperança de **sermos** atendidos, muito lhe agradecemos.

Foram dois amigos à casa de outro, a fim de **jogarem** futebol.

Para **estudarmos**, estaremos sempre dispostos.

Antes de **nascermos**, já estão condenadas à fome muitas crianças.

6. Com os verbos causativos "deixar", "mandar" e "fazer" e seus sinônimos que não formam locução verbal com o infinitivo que os segue;

Por exemplo:

Deixei-os **sair** cedo hoje.

7. Com os verbos sensitivos "ver", "ouvir", "sentir" e sinônimos, deve-se também deixar o infinitivo sem flexão.

Por exemplo:

Vi-os **entrar** atrasados.

Ouvi-as **dizer** que não iriam à festa.

Observações:

a) É inadequado o emprego da preposição "**para**" antes dos objetos diretos de verbos como "**pedir**", "**dizer**", "**falar**" e sinônimos;

Pediu **para** Carlos entrar. (errado)

Pediu **para** que Carlos entrasse. (errado)

Pediu que Carlos entrasse. (correto)

b) Quando a preposição "**para**" estiver regendo um verbo, como na oração "Este trabalho é **para eu fazer**", pede-se o emprego do pronome pessoal "**eu**", que se revela, neste caso, como sujeito.

Outros exemplos:

Aquele exercício era para **eu** corrigir.

Esta salada é para **eu** comer?

Ela me deu um relógio para **eu** consertar.

Atenção:

Em orações como "Esta carta é **para mim!**", a preposição está ligada somente ao pronome, que deve se apresentar oblíquo tônico.

Infinitivo Pessoal

Quando se diz que um verbo está no infinitivo pessoal, isso significa que ele atribui um agente ao processo verbal, flexionando-se.

O infinitivo deve ser flexionado nos seguintes casos:

1. Quando o sujeito da oração estiver claramente expresso;

Por exemplo:

Se tu não **perceberes** isto...

Convém vocês **irem** primeiro.

O bom é sempre **lembrarmos** desta regra (sujeito desinencial, sujeito implícito = nós)

2. Quando tiver sujeito diferente daquele da oração principal;

Por exemplo:

O professor deu um prazo de cinco dias para os alunos **estudarem** bastante para a prova.

Perdoo-te por me **traíres**.

O hotel preparou tudo para os turistas **ficarem** à vontade.

O guarda fez sinal para os motoristas **pararem**.

3. Quando se quiser indeterminar o sujeito (utilizado na terceira pessoa do plural);

Por exemplo:

Faço isso para não me **acharem** inútil.

Temos de agir assim para nos **promoverem**.

Ela não sai sozinha à noite a fim de não **falarem** mal da sua conduta.

4. Quando apresentar reciprocidade ou reflexibilidade de ação;

Por exemplo:

Vi os alunos **abraçarem-se** alegremente.

Fizemos os adversários **cumprimentarem-se** com gentileza.

Mandei as meninas **olharem-se** no espelho.

Nota: como se pode observar, a escolha do Infinitivo Flexionado é feita sempre que se quer enfatizar o agente (sujeito) da ação expressa pelo verbo.

DICAS:

a) Se o infinitivo de um verbo for escrito com "j", esse "j" aparecerá em todas as outras formas.

Por exemplo:

Enferrujar: enferrujou, enferrujaria, enferrujem, enferrujarão, enferrujassem, etc. (Lembre, contudo, que o substantivo ferrugem é grafado com "g".)

Viajar: viajou, viajaria, viagem (3ª pessoa do plural do presente do subjuntivo, não confundir com o substantivo **viagem**) viajarão, viajasses, etc.

b) Quando o verbo tem o infinitivo com "**g**", como em "dirigir" e "agir" este "g" deverá ser trocado por um "j" apenas na **primeira** pessoa do presente do indicativo.

Por exemplo:

eu dir**ij**o/ eu aj**o**

c) O verbo "**parecer**" pode relacionar-se de duas maneiras distintas com o infinitivo.

- Quando "parecer" é verbo auxiliar de um outro verbo:

Elas **parecem** mentir.

- Elas **parece** mentirem - Neste exemplo ocorre, na verdade, um período composto. "Parece" é o verbo de uma oração principal cujo sujeito é a oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo "elas mentirem". Como desdobramento dessa reduzida, podemos ter a oração "Parece que elas mentem."

Vozes do Verbo

Dá-se o nome de voz à forma assumida pelo verbo para indicar se o sujeito gramatical é agente ou paciente da ação. São três as vozes verbais:

a) Ativa: quando o sujeito é agente, isto é, pratica a ação expressa pelo verbo.

Por exemplo:

Ele fez o trabalho.
sujeito agente ação objeto (paciente)

b) Passiva: quando o sujeito é paciente, recebendo a ação expressa pelo verbo.

Por exemplo:

O trabalho foi feito por ele.
sujeito paciente ação agente da passiva

c) Reflexiva: quando o sujeito é ao mesmo tempo agente e paciente, isto é, pratica e recebe a ação.

Por exemplo:

O menino feriu-se.

Obs.: não confundir o emprego reflexivo do verbo com a noção de reciprocidade.

Por exemplo:

Os lutadores feriram-se. (um ao outro)

Formação da Voz Passiva

A voz passiva pode ser formada por dois processos: **analítico** e **sintético**.

1- Voz Passiva Analítica

Constrói-se da seguinte maneira: Verbo SER + particípio do verbo principal.

Por exemplo:

A escola **será pintada**.
O trabalho **é feito** por ele.

Obs. : o agente da passiva geralmente é acompanhado da preposição por, mas pode ocorrer a construção com a preposição de.

Por exemplo:

A casa ficou cercada **de soldados**.

- Pode acontecer ainda que o agente da passiva não esteja explícito na frase.

Por exemplo:

A exposição **será aberta** amanhã.

- A variação temporal é indicada pelo verbo auxiliar (SER), pois o particípio é invariável. Observe a transformação das frases seguintes:

- a) Ele **fez** o trabalho. (pretérito perfeito do indicativo)
O trabalho **foi** feito por ele. (pretérito perfeito do indicativo)
- b) Ele **faz** o trabalho. (presente do indicativo)
O trabalho **é** feito por ele. (presente do indicativo)
- c) Ele **fará** o trabalho. (futuro do presente)
O trabalho **será** feito por ele. (futuro do presente)

- Nas frases com locuções verbais, o verbo SER assume o mesmo tempo e modo do verbo principal da voz ativa. Observe a transformação da frase seguinte:

O vento ia **levando** as folhas. (gerúndio)

As folhas iam **sendo** levadas pelo vento. (gerúndio)

Obs.: é menos frequente a construção da voz passiva analítica com outros verbos que podem eventualmente funcionar como auxiliares.

Por exemplo:

A moça **ficou marcada** pela doença.

2- Voz Passiva Sintética

A voz passiva sintética ou pronominal constrói-se com o verbo na 3ª pessoa, seguido do pronome apassivador SE.

Por exemplo:

Abriram-se as inscrições para o concurso.

Destruiu-se o velho prédio da escola.

Obs.: o agente não costuma vir expresso na voz passiva sintética.

Conversão da Voz Ativa na Voz Passiva

Pode-se mudar a voz ativa na passiva sem alterar substancialmente o sentido da frase.

Por exemplo:

<u>Gutenberg</u>	inventou	<u>a imprensa</u>	(Voz Ativa)
Sujeito da Ativa		Objeto Direto	

<u>A imprensa</u>	foi inventada	<u>por</u> <u>Gutenberg</u>	(Voz Passiva)
Sujeito da Passiva		Agente da Passiva	

Observe que o **objeto direto** será o **sujeito da passiva**, o **sujeito da ativa** passará a **agente da passiva** e o **verbo ativo** assumirá a **forma passiva**, conservando o mesmo tempo. Observe mais exemplos:

- Os mestres **têm** constantemente **aconselhado** os alunos.

Os alunos **têm sido** constantemente **aconselhados** pelos mestres.

- Eu o **acompanharei**.

Ele **será acompanhado** por mim.

Obs.: quando o sujeito da voz ativa for indeterminado, não haverá complemento agente na passiva.

Por exemplo:

- Prejudicaram-me.

Fui prejudicado.

Saiba que:

1) Aos verbos que não são ativos nem passivos ou reflexivos, são chamados **neutros**.

Por exemplo:

O vinho **é** bom.

Aqui **chove** muito.

2) Há formas passivas com sentido ativo:

Por exemplo:

É chegada a hora. (= Chegou a hora.)

Eu ainda não **era nascido**. (= Eu ainda não tinha nascido.)

És um homem **lido** e **viajado**. (= que leu e viajou)

3) Inversamente, usamos formas ativas com sentido passivo:

Por exemplo:

Há coisas difíceis de **entender**. (= serem entendidas)

Mandou-o **lançar** na prisão. (= ser lançado)

4) Os verbos **chamar-se**, **batizar-se**, **operar-se** (no sentido cirúrgico) e **vacinar-se** são considerados passivos, logo o sujeito é paciente.

Por exemplo:

Chamo-me Luís.

Batizei-me na Igreja do Carmo.

Operou-se de hérnia.

Vacinaram-se contra a gripe.

Advérbios

Advérbio é a classe gramatical das palavras que modificam um verbo, um adjetivo ou um outro advérbio. Raramente modifica um substantivo. É a palavra invariável que indica as circunstâncias em que ocorre a ação verbal.

Tipos de Advérbios

DE MODO: Ex.:Sei muito BEM que ninguém deve passar atestado da virtude alheia.

Bem, mal, assim, adrede, melhor, pior, depressa, acinte, de balde, devagar, às pressas, às claras, às cegas, à toa, à vontade, às escondidas, aos poucos, desse jeito, desse modo, dessa maneira, em geral, frente a frente, lado a lado, a pé, de cor, em vão e a maior parte dos que terminam em -mente: calmamente, tristemente, propositadamente, pacientemente, amorosamente, docemente, escandalosamente, bondosamente, generosamente

DE INTENSIDADE: Ex.:Acho que, por hoje, você já ouviu BASTANTE.

Muito, demais, pouco, tão, menos, em excesso, bastante, pouco, mais, menos, demasiado, quanto, quão, tanto, assaz, que (equivale a quão), tudo, nada, todo, quase, de todo, de muito, por completo, bem (quando aplicado a propriedades graduáveis)

DE TEMPO: Ex.: Leia e depois me diga QUANDO pode sair na gazeta.

Hoje, logo, primeiro, ontem, tarde outrora, amanhã, cedo, dantes, depois, ainda, antigamente, antes, doravante, nunca, então, ora, jamais, agora, sempre, já, enfim, afinal, amiúde, breve, constantemente, entretanto, imediatamente, primeiramente, provisoriamente, sucessivamente, às vezes, à tarde, à noite, de manhã, de repente, de vez

em quando, de quando em quando, a qualquer momento, de tempos em tempos, em breve, hoje em dia

DE LUGAR: Ex.: A senhora sabe AONDE eu posso encontrar esse pai-de-santo?

Aqui, antes, dentro, ali, adiante, fora, acolá, atrás, além, lá, detrás, aquém, cá, acima, onde, perto, aí, abaixo, aonde, longe, debaixo, algures, defronte, nenhures, adentro, afora, alhures, nenhures, aquém, embaixo, externamente, a distancia, à distancia de, de longe, de perto, em cima, à direita, à esquerda, ao lado, em volta

DE NEGAÇÃO :Ex.: DE MODO ALGUM irei lá

Não, nem, nunca, jamais, de modo algum, de forma nenhuma, tampouco, de jeito nenhum

DE DÚVIDA: Ex.: TALVEZ ela volte hoje

Acaso, porventura, possivelmente, provavelmente, quiçá, talvez, casualmente, por certo, quem sabe

DE AFIRMAÇÃO: Ex.: REALMENTE eles sumiram

Sim, certamente, realmente, decerto, efetivamente, certo, decididamente, realmente, deveras, indubitavelmente

DE EXCLUSÃO:

Apenas, exclusivamente, salvo, senão, somente, simplesmente, só, unicamente

DE INCLUSÃO:

Ex.: Emocionalmente o indivíduo TAMBÉM amadurece durante a adolescência. Ainda, até, mesmo, inclusivamente, também

DE ORDEM:

Depois, primeiramente, ultimamente

DE DESIGNAÇÃO: Eis

DE INTERROGAÇÃO:

Ex.: E então? QUANDO é que embarca?
onde?(lugar), como?(modo), quando?(tempo), porque?(causa), quanto?
(preço e intensidade), para que?(finalidade)

Palavras Denotativas

Há, na língua portuguesa, uma série de palavras que se assemelham a advérbios. A Nomenclatura Gramatical Brasileira não faz nenhuma classificação especial para essas palavras, por isso elas são chamadas simplesmente de palavras denotativas.

ADIÇÃO: Ex.: Comeu tudo e ainda queria mais
Ainda, além disso

AFASTAMENTO: Ex.: Foi embora daqui.
embora

AFETIVIDADE: Ex.: Ainda bem que passei de ano
Ainda bem, felizmente, infelizmente

APROXIMAÇÃO:
quase, lá por, bem, uns, cerca de, por volta de

DESIGNAÇÃO: Ex.: Eis nosso novo carro
eis

EXCLUSÃO: Ex.: Todos irão, menos ele.
Apenas, salvo, menos, exceto, só, somente, exclusive, sequer, senão,

EXPLICAÇÃO: Ex.: Viajaremos em julho, ou seja, nas férias.
isto é, por exemplo, a saber, ou seja

INCLUSÃO: Ex.: Até ele irá viajar.
Até, inclusive, também, mesmo, ademais

LIMITAÇÃO: Ex.: Apenas um me respondeu.
só, somente, unicamente, apenas

REALCE: Ex.: E você lá sabe essa questão?
é que, cá, lá, não, mas, é porque, só, ainda, sobretudo.

RETIFICAÇÃO: Ex.: Somos três, ou melhor, quatro
aliás, isto é, ou melhor, ou antes

SITUAÇÃO: Ex.: Afinal, quem perguntaria a ele?
então, mas, se, agora, afinal

Grau dos Advérbios

Os advérbios, embora pertençam à categoria das palavras invariáveis, podem apresentar variações com relação ao grau. Além do grau normal, o advérbio pode-se apresentar no grau comparativo e no superlativo.

- GRAU COMPARATIVO: quando a circunstância expressa pelo advérbio aparece em relação de comparação. O advérbio não é flexionado no grau comparativo. Para indicar esse grau utilizam as formas tão...quanto, mais...que, menos...que. Pode ser:

comparativo de igualdade:
Ex.; Chegarei tão cedo quanto você.

comparativo de superioridade:
Ex.: Chegarei mais cedo que você.

comparativo de inferioridade:
Ex.: Chegaremos menos cedo que você.

- GRAU SUPERLATIVO: nesse caso, a circunstância expressa pelo advérbio aparecerá intensificada. O grau superlativo do advérbio pode ser formado tanto pelo processo sintético (acréscimo de sufixo), como pelo processo analítico (outro advérbio estará indicando o grau superlativo).

superlativo (ou absoluto) sintético: formado com o acréscimo de sufixo.
Ex.:Cheguei tardíssimo.

superlativo (ou absoluto) analítico: expresso com o auxílio de um advérbio de intensidade.

Ex.:Cheguei muito tarde.

Quando se empregam dois ou mais advérbios terminados em –mente, pode-se acrescentar o sufixo apenas no último.

Ex.: Nada omitiu de seu pensamento; falou clara, franca e nitidamente.

Quando se quer realçar o advérbio, pode-se antecipá-lo.

Ex.: Imediatamente convoquei os alunos.

Numeral

Numeral é toda palavra que encerra a ideia de número.

Exemplos:

- Andei por duas quadras.
- Fui a segunda colocada no concurso.
- Comi um quarto da pizza.
- Tenho triplo da idade de meu filho.

Classificação do numeral: cardinal, ordinal, multiplicativo e fracionário.

CARDINAL

Indica quantidade, serve para fazer a contagem.

ORDINAL

Expressa ordem.

MULTIPLICATIVO

Indica multiplicação.

FRACIONÁRIO

Expressa divisão, fração e partes.

COLETIVO

Indica um conjunto. Exemplo: centena, dúzia, dezena, década e milheiro.

*Observação: "zero" e "ambos" são considerados como numerais.

Diferença entre um artigo e o um numeral, um artigo indica indefinição do substantivo e o um numeral indica quantidade do substantivo.

Flexão dos numerais:

Alguns variam em gênero e número.

Dois – duas

segundo – segunda

Com funções adjetivas são variáveis.

- Ficou em coma por tomar doses triplas de veneno.

Números fracionários.

É meio-dia e meia (hora).

Cardinais	Ordinais	Multiplicativos	Fracionários
um	primeiro	-	-
dois	segundo	dobro, duplo	meio
três	terceiro	triplo, tríplice	terço
quatro	quarto	quádruplo	quarto
cinco	quinto	quíntuplo	quinto
seis	sexto	sêxtuplo	sexto
sete	sétimo	sétuplo	sétimo
oito	oitavo	óctuplo	oitavo
nove	nono	nônuplo	nono
dez	décimo	décuplo	décimo
onze	décimo primeiro	-	onze avos
doze	décimo segundo	-	doze avos
treze	décimo terceiro	-	treze avos
catorze	décimo quarto	-	catorze avos
quinze	décimo quinto	-	quinze avos
dezesseis	décimo sexto	-	dezesseis avos
dezessete	décimo sétimo	-	dezessete avos
dezoito	décimo oitavo	-	dezoito avos
dezenove	décimo nono	-	dezenove avos

vinte	vigésimo	-	vinte avos
trinta	trigésimo	-	trinta avos
quarenta	quadragésimo	-	quarenta avos
cinquenta	quinguagésimo	-	cinquenta avos
sessenta	sexagésimo	-	sessenta avos
setenta	septuagésimo	-	setenta avos
oitenta	octogésimo	-	oitenta avos
noventa	nonagésimo	-	noventa avos
cem	centésimo	cêntuplo	centésimo
duzentos	ducentésimo	-	ducentésimo
trezentos	trecentésimo	-	trecentésimo
quatrocentos	quadringentésimo	-	quadringentésimo
quinhentos	quingentésimo	-	quingentésimo
seiscentos	sexcentésimo	-	sexcentésimo
setecentos	septingentésimo	-	septingentésimo
oitocentos	octingentésimo	-	octingentésimo
novecentos	nongentésimo ou noningentésimo	-	nongentésimo
mil	milésimo	-	milésimo
milhão	millionésimo	-	millionésimo
bilhão	bilionésimo	-	bilionésimo

Preposição

Preposição é uma palavra invariável que liga dois elementos da oração, subordinando o segundo ao primeiro, ou seja, o regente e o regido. Isso significa que a preposição é o termo que liga substantivo a substantivo, verbo a substantivo, substantivo a verbo, adjetivo a substantivo, advérbio a substantivo, etc. Junto com as posposições e as

raríssimas circumposições, as preposições formam o grupo das adposições.

Tipos de Preposição

1. Preposições essenciais: palavras que atuam exclusivamente como preposições.

A, ante, perante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, por, sem, sob, sobre, trás, atrás de, dentro de, para com.

2. Preposições acidentais: palavras de outras classes gramaticais que podem atuar como preposições.

Como, durante, exceto, fora, mediante, salvo, segundo, senão, visto.

3. Locuções prepositivas: duas ou mais palavras valendo como uma preposição, sendo que a última palavra é uma delas.

Abaixo de, acerca de, acima de, ao lado de, a respeito de, de acordo com, em cima de, embaixo de, em frente a, ao redor de, graças a, junto a, com, perto de, por causa de, por cima de, por trás de.

A preposição, como já foi dito, é invariável. No entanto pode unir-se a outras palavras e assim estabelecer concordância em gênero ou em número.

Ex: por + o = pelo

por + a = pela

Vale ressaltar que essa concordância não é característica da preposição e sim das palavras a que se ela se une.

Esse processo de junção de uma preposição com outra palavra pode se dar a partir de dois processos:

1. Combinação: A preposição não sofre alteração.

preposição a + artigos definidos o, os

a + o = ao

preposição a + advérbio onde

a + onde = aonde

2. Contração: Quando a preposição sofre alteração.

Preposição + Artigos

De + o(s) = do(s)

De + a(s) = da(s)

De + um = dum

De + uns = duns

De + uma = duma

De + umas = dumas

Em + o(s) = no(s)

Em + a(s) = na(s)

Em + um = num

Em + uma = numa

Em + uns = nuns

Em + umas = numas

A + à(s) = à(s)

Por + o = pelo(s)

Por + a = pela(s)

Preposição + Pronomes

De + ele(s) = dele(s)

De + ela(s) = dela(s)

De + este(s) = deste(s)

De + esta(s) = desta(s)

De + esse(s) = desse(s)

De + essa(s) = dessa(s)

De + aquele(s) = daquele(s)

De + aquela(s) = daquela(s)

De + isto = disto

De + isso = disso

De + aquilo = daquilo

De + aqui = daqui

De + aí = daí

De + ali = dali

De + outro = doutro(s)

De + outra = doutra(s)

Em + este(s) = neste(s)

Em + esta(s) = nesta(s)

Em + esse(s) = nesse(s)

Em + aquele(s) = naquele(s)

Em + aquela(s) = naquela(s)

Em + isto = nisto

Em + isso = nisso

Em + aquilo = naquilo

A + aquele(s) = àquele(s)

A + aquela(s) = àquela(s)

A + aquilo = àquilo

O "a" pode funcionar como preposição, pronome pessoal oblíquo e artigo. Como distingui-los?

- Caso o "a" seja um artigo, virá precedendo a um substantivo. Ele servirá para determiná-lo como um substantivo singular e feminino.
- A dona da casa não quis nos atender.
- Como posso fazer a Joana concordar comigo?
- Quando é preposição, além de ser invariável, liga dois termos e estabelece relação de subordinação entre eles.
- Cheguei a sua casa ontem pela manhã.
- Não queria, mas vou ter que ir à outra cidade para procurar um tratamento adequado.

- Se for pronome pessoal oblíquo estará ocupando o lugar e/ou a função de um substantivo.
- Temos Maria como parte da família. / A temos como parte da família
- Creio que conhecemos nossa mãe melhor que ninguém. / Creio que a conhecemos melhor que ninguém.

Algumas relações semânticas estabelecidas por meio das preposições:

Destino

Irei para casa.

Modo

Chegou em casa aos gritos.

Lugar

Vou ficar em casa;

Assunto

Escrevi um artigo sobre adolescência.

Tempo

A prova vai começar em dois minutos.

Causa

Ela faleceu de derrame cerebral.

Fim ou finalidade

Vou ao médico para começar o tratamento.

Instrumento

Escreveu a lápis.

Posse

Não posso doar as roupas da mamãe.

Autoria

Esse livro de Machado de Assis é muito bom.

Companhia

Estarei com ele amanhã.

Matéria

Farei um cartão de papel reciclado.

Meio

Nós vamos fazer um passeio de barco.

Origem

Nós somos do Nordeste, e você?

Conteúdo

Quebrei dois frascos de perfume.

Oposição

Esse movimento é contra o que eu penso.

Preço

Essa roupa sai por R\$ 50 à vista.

Conjunção

Conjunção é uma das classes de palavras definidas pela gramática general. As conjunções são palavras invariáveis que servem para conectar orações ou dois termos de mesma função sintática, estabelecendo entre eles uma relação de dependência ou de simples coordenação.

CLASSIFICAÇÃO

- Conjunções Coordenativas
- Conjunções Subordinativas

CONJUNÇÕES COORDENATIVAS

Dividem-se em:

- ADITIVAS: expressam a ideia de adição, soma.

Observe os exemplos:

- Ela foi ao cinema e ao teatro.
- Minha amiga é dona-de-casa e professora.

- Eu reuni a família e preparei uma surpresa.
- Ele não só emprestou o joguinho como também me ensinou a jogar.

Principais conjunções aditivas: e, nem, não só...mas também, não só...como também.

- ADVERSATIVAS

Expressam ideias contrárias, de oposição, de compensação. Exemplos:

- Tentei chegar na hora, porém me atrasei.
- Ela trabalha muito mas ganha pouco.
- Não ganhei o prêmio, no entanto dei o melhor de mim.
- Não vi meu sobrinho crescer, no entanto está um homem.

Principais conjunções adversativas: mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto.

ALTERNATIVAS

Expressam ideia de alternância.

- Ou você sai do telefone ou eu vendo o aparelho.
- Minha cachorra ora late ora dorme.
- Vou ao cinema quer faça sol quer chova.

Principais conjunções alternativas: Ou...ou, ora...ora, quer...quer, já...já.

CONCLUSIVAS

Servem para dar conclusões às orações. Exemplos:

- Estudei muito por isso mereço passar.
- Estava preparada para a prova, portanto não fiquei nervosa.
- Você me ajudou muito; terá, pois sempre a minha gratidão.

Principais conjunções conclusivas: logo, por isso, pois (depois do verbo), portanto, por conseguinte, assim.

EXPLICATIVAS

Explicam, dão um motivo ou razão:

- É melhor colocar o casaco porque está fazendo muito frio lá fora.
- Não demore, que o seu programa favorito vai começar.

Principais conjunções explicativas: que, porque, pois (antes do verbo), porquanto.

CLASSIFICAÇÃO DAS CONJUNÇÕES SUBORDINATIVAS CAUSAIS

Principais conjunções causais: porque, visto que, já que, uma vez que, como (= porque). Exemplos:

- Não pude comprar o CD porque estava em falta.
- Ele não fez o trabalho porque não tem livro.
- Como não sabe dirigir, vendeu o carro que ganhou no sorteio.

COMPARATIVAS

Principais conjunções comparativas: que, do que, tão...como, mais...do que, menos...do que.

- Ela fala mais que um papagaio.

CONCESSIVAS

Principais conjunções concessivas: embora, ainda que, mesmo que, apesar de, se bem que.

Indicam uma concessão, admitem uma contradição, um fato inesperado. Traz em si uma ideia de "apesar de".

- Embora estivesse cansada, fui ao shopping. (= apesar de estar cansada)
- Apesar de ter chovido fui ao cinema.

CONFORMATIVAS

Principais conjunções conformativas: como, segundo, conforme, consoante

- Cada um colhe conforme semeia.
- Segundo me disseram a casa é esta.

Expressam uma ideia de acordo, concordância, conformidade.

CONSECUTIVAS

Expressam uma ideia de consequência.

Principais conjunções consecutivas: que (após "tal", "tanto", "tão", "tamanho").

- Falou tanto que ficou rouco.
- Estava tão feliz que desmaiou.

FINAIS

Expressam ideia de finalidade, objetivo.

- Todos trabalham para que possam sobreviver.
- Viemos aqui para que vocês ficassem felizes.

Principais conjunções finais: para que, a fim de que, porque (=para que),

PROPORCIONAIS

Principais conjunções proporcionais: à medida que, quanto mais, ao passo que, à proporção que.

- À medida que as horas passavam, mais sono ele tinha.
- Quanto mais ela estudava, mais feliz seus pais ficavam.

TEMPORAIS

Principais conjunções temporais: quando, enquanto, logo que.

- Quando eu sair, vou passar na locadora.
- Chegamos em casa assim que começou a chover.

- Mal chegamos e a chuva desabou.

Obs: Mal é conjunção subordinativa temporal quando equivale a "logo que".

O conjunto de duas ou mais palavras com valor de conjunção chama-se locução conjuntiva.

Exemplos: ainda que, se bem que, visto que, contanto que, à proporção que.

Algumas pessoas confundem as circunstâncias de causa e consequência. Realmente, às vezes, fica difícil diferenciá-las.

Observe os exemplos:

- Correram tanto, que ficaram cansados.

"Que ficaram cansados" aconteceu depois deles terem corrido, logo é uma consequência.

Ficaram cansados porque correram muito.

"Porque correram muito" aconteceu antes deles ficarem cansados, logo é uma causa.

Artigo

Artigo é a palavra que, vindo antes de um substantivo, indica se ele está sendo empregado de maneira definida ou indefinida. Além disso, o artigo indica, ao mesmo tempo, o gênero e o número dos substantivos.

Classificação dos Artigos

Artigos Definidos: determinam os substantivos de maneira precisa: **o, a, os, as**.

Por exemplo:

Eu matei o animal.

Artigos Indefinidos: determinam os substantivos de maneira vaga: **um, uma, uns, umas**.

Por exemplo:

Eu matei um animal.

Combinação dos Artigos

É muito presente a combinação dos artigos definidos e indefinidos com preposições. Este quadro apresenta a forma assumida por essas **combinações**:

Preposições	Artigos			
	o, os	a, as	um, uns	uma, umas
a	ao, aos	à, às	-	-
de	do, dos	da, das	dum, duns	duma, dumas
em	no, nos	na, nas	num, nuns	numa, numas
por (per)	pelo, pelos	pela, pelas	-	-

- As formas à e às indicam a fusão da preposição **a** com o artigo definido **a**. Essa fusão de vogais idênticas é conhecida por **crase**.

- As formas pelo(s)/pela(s) resultam da combinação dos artigos definidos com a forma **per**, equivalente a **por**.

Interjeição

Interjeição é a palavra invariável que exprime emoções, sensações, estados de espírito, ou que procura agir sobre o interlocutor, levando-o a adotar certo comportamento sem que, para isso, seja necessário fazer uso de estruturas linguísticas mais elaboradas. Observe o exemplo:

Droga! Preste atenção quando eu estou falando!

No exemplo acima, o interlocutor está muito bravo. Toda sua raiva se traduz numa palavra: **Droga!**

Ele poderia ter dito: - Estou com muita raiva de você! Mas usou simplesmente uma palavra. Ele empregou a interjeição **Droga!**

As sentenças da língua costumam se organizar de forma lógica: há uma sintaxe que estrutura seus elementos e os distribui em posições adequadas a cada um deles. As interjeições, por outro lado, são uma espécie de "**palavra-frase**", ou seja, há uma ideia expressa por uma palavra (ou um conjunto de palavras - locução interjetiva) que poderia ser colocada em termos de uma sentença. Veja os exemplos:

1.**Bravo! Bis!**

bravo e **bis**: interjeição

sentença (sugestão): "Foi muito bom! Repitam!"

2.**Ai! Ai! Ai!** Machuquei meu pé...

ai: interjeição

sentença (sugestão): "Isso está doendo!" ou "Estou com dor!"

A interjeição é um recurso da linguagem afetiva, em que não há uma ideia organizada de maneira lógica, como são as sentenças da língua, mas sim a manifestação de um suspiro, um estado da alma decorrente de uma situação particular, um momento ou um contexto específico.

Exemplos:

1.**Ah**, como eu queria voltar a ser criança!

ah: expressão de um estado emotivo = interjeição

2.**Hum!** Esse pudim estava maravilhoso!

hum: expressão de um pensamento súbito = interjeição

O significado das interjeições está vinculado à maneira como elas são proferidas. Desse modo, o tom da fala é que dita o sentido que a

expressão vai adquirir em cada contexto de enunciação.

Exemplos:

1. **Psiu!**

contexto: alguém pronunciando essa expressão na rua

significado da interjeição (sugestão): "Estou te chamando! Ei, espere!"

2. **Psiu!**

contexto: alguém pronunciando essa expressão em um hospital

significado da interjeição (sugestão): "Por favor, faça silêncio!"

3. **Puxa!** Ganhei o maior prêmio do sorteio!

puxa: interjeição

tom da fala: euforia

4. **Puxa!** Hoje não foi meu dia de sorte!

puxa: interjeição

tom da fala: decepção

As interjeições cumprem, normalmente, duas funções:

a) Sintetizar uma frase **exclamativa**, exprimindo alegria, tristeza, dor, etc.

Por exemplo:

- Você faz o que no Brasil?
- Eu? Eu negocio com madeiras.
- Ah**, deve ser muito interessante.

b) Sintetizar uma frase **apelativa**

Por exemplo:

Cuidado! Saia da minha frente.

As interjeições podem ser formadas por:

- a) **simples sons vocálicos:** Oh!, Ah!, Ó, Ô
- b) **palavras:** Oba!, Olá!, Claro!
- c) **grupos de palavras** (locuções interjetivas): Meu Deus!, Ora bolas!

A ideia expressa pela interjeição depende muitas vezes da **entonação** com que é pronunciada; por isso, pode ocorrer que uma interjeição tenha mais de um sentido.

Por exemplo:

Oh! Que surpresa desagradável! (ideia de contrariedade)

Oh! Que bom te encontrar. (ideia de alegria)

Classificação das Interjeições

Comumente, as interjeições expressam sentido de:

Advertência: Cuidado!, Devagar!, Calma!, Sentido!, Atenção!, Olha!, Alerta!

Afugentamento: Fora!, Passa!, Rua!, Xô!

Alegria ou **Satisfação:** Oh!, Ah!, Eh!, Oba!, Viva!

Alívio: Arre!, Uf!, Ufa! Ah!

Animação ou **Estímulo:** Vamos!, Força!, Coragem!, Eia!, Ânimo!, Adiante!, Firme!, Toca!

Aplauso ou **Aprovação:** Bravo!, Bis!, Apreciado!, Viva!, Boa!

Concordância: Claro!, Sim!, Pois não!, Tá!, Hã-hã!

Repulsa ou **Desaprovação:** Credo!, Irra!, Ih!, Livra!, Safa!, Fora!, Abaixo!, Francamente!, Xi!, Chega!, Basta!, Ora!

Desejo ou **Intenção:** Oh!, Pudera!, Tomara!, Oxalá!

Desculpa: Perdão!

Dor ou **Tristeza**: Ai!, Ui!, Ai de mim!, Que pena!, Ah!, Oh!, Eh!

Dúvida ou **Incredulidade**: Qual!, Qual o quê!, Hum!, Epa!, Ora!

Espanto ou **Admiração**: Oh!, Ah!, Uai!, Puxa!, Céus!, Quê!,
Caramba!, Opa!, Virgem!, Vixe!, Nossa!, Hem?!, Hein?, Cruz!, Putz!

Impaciência ou **Contrariedade**: Hum!, Hem!, Irra!, Raios!, Diabo!,
Puxa!, Pô!, Ora!

Pedido de Auxílio: Socorro!, Aqui!, Piedade!

Saudação, Chamamento ou **Invocação**: Salve!, Viva!, Adeus!, Olá!,
Alô!, Ei!, Tchau!, Ô, Ó, Psiu!, Socorro!, Valha-me, Deus!

Silêncio: Psiu!, Bico!, Silêncio!

Terror ou **Medo**: Credo!, Cruzes!, Uh!, Ui!, Oh!

Locução Interjetiva

Ocorre quando duas ou mais palavras formam uma expressão com sentido de interjeição.

Por exemplo :

Ora bolas!	Quem me dera!	Virgem Maria!	Meu Deus!
Ó de casa!			
Ai de mim!	Valha-me Deus!	Graças a Deus!	Alto lá!
Muito bem!			

Observações:

1) As interjeições são como frases resumidas, sintéticas.

Por exemplo:

Ué! = Eu não esperava por essa!

Perdão! = Peço-lhe que me desculpe.

2) Além do contexto, o que caracteriza a interjeição é o seu tom exclamativo; por isso, palavras de outras classes gramaticais podem aparecer como interjeições.

Por exemplo:

Viva! Basta! (Verbos)

Fora! Francamente! (Advérbios)

3) A interjeição pode ser considerada uma "palavra-frase" porque sozinha pode constituir uma mensagem.

Por exemplo:

Socorro!

Ajudem-me!

Silêncio!

Fique quieto!

4) Há, também, as interjeições **onomatopaicas** ou **imitativas**, que exprimem ruídos e vozes.

Por exemplo:

Pum! Miau! Bumba! Zás! Plaft! Pof!

Catapimba! Tique-taque! Quá-quá-quá!, etc.

5) Não se deve confundir a interjeição de apelo "**ó**" com a sua homônima "**oh!**", que exprime admiração, alegria, tristeza, etc. Faz-se uma pausa depois do "**oh!**" exclamativo e não a fazemos depois do "**ó**" vocativo.

Por exemplo:

"**Ó** natureza! ó mãe piedosa e pura!" (Olavo Bilac)

Oh! a jornada negra!" (Olavo Bilac)

6) Na linguagem afetiva, certas interjeições, originadas de palavras de outras classes, podem aparecer flexionadas no diminutivo ou no superlativo.

Por exemplo:

Calminha! Adeusinho! Obrigadinho!

Sintaxe

A Sintaxe é a parte da gramática que estuda a disposição das palavras na frase e a das frases no discurso, bem como a relação lógica das frases entre si. Ao emitir uma mensagem verbal, o emissor procura transmitir um significado completo e compreensível. Para isso, as palavras são relacionadas e combinadas entre si. A sintaxe é um instrumento essencial para o manuseio satisfatório das múltiplas possibilidades que existem para combinar palavras e orações.

Frase

Frase é todo enunciado de sentido completo, podendo ser formada por uma só palavra ou por várias, podendo ter verbos ou não.

A *frase* exprime, através da fala ou da escrita:

ideias

emoções

ordens

apelos

A frase se define pelo seu propósito **comunicativo**, ou seja, pela sua capacidade de, num intercâmbio linguístico, transmitir um conteúdo satisfatório para a situação em que é utilizada.

Exemplos:

O Brasil possui um grande potencial turístico.

Espantoso!

Não vá embora.

Silêncio!

O telefone está tocando.

Observação: a frase que não possui verbo denomina-se *Frase Nominal*.

Na língua falada, a frase é caracterizada pela entoação, que indica nitidamente seu início e seu fim. A entoação pode vir acompanhada por gestos, expressões do rosto, do olhar, além de ser complementada pela situação em que o falante se encontra. Esses fatos contribuem para que frequentemente surjam frases muito simples, formadas por apenas uma palavra. **Observe:**

Rua!

Ai!

Essas palavras, dotadas de entoação própria, e acompanhadas de gestos peculiares, são suficientes para satisfazer suas necessidades expressivas.

Na língua escrita, a entoação é representada pelos **sinais de pontuação**, os quais procuram sugerir a melodia frasal. Desaparecendo a situação viva, o contexto é fornecido pelo próprio texto, o que acaba tornando necessário que as frases escritas sejam linguisticamente mais completas. Essa maior complexidade linguística leva a frase a obedecer as regras gerais da língua. Portanto, a organização e a ordenação dos elementos formadores da frase devem seguir os padrões da língua. **Por isso é que:**

As meninas estavam alegres.

constitui uma frase, **enquanto:**

Alegres meninas estavam as.
não é considerada uma frase da língua portuguesa.

Estrutura da Frase

As frases que possuem verbo são geralmente estruturadas a partir de dois elementos essenciais: sujeito e predicado. Isso não significa, no entanto, que tais frases devam ser formadas, no mínimo, por dois vocábulos. Na frase "Saímos", por exemplo, há um sujeito implícito na terminação do verbo: nós.

O sujeito é o termo da frase que concorda com o verbo em número e pessoa. É normalmente o "ser de quem se declara algo", "o tema do que se vai comunicar".

O predicado é a parte da frase que contém "a informação nova para o ouvinte". Normalmente, ele se refere ao sujeito, constituindo a declaração do que se atribui ao sujeito. É sempre muito importante analisar qual é o núcleo significativo da declaração: se o núcleo da declaração estiver no verbo, teremos um predicado verbal(ocorre nas frases verbais); se o núcleo da declaração estiver em algum nome, teremos um predicado nominal(ocorre nas frases nominais que possuem verbo de ligação).

Observe:

O amor é eterno.

O tema, o ser de quem se declara algo, o sujeito, é "O amor". A declaração referente a "o amor", ou seja, o predicado, é "**é eterno**". É um predicado nominal, pois seu núcleo significativo é o nome "eterno". Já na frase:

Os rapazes jogam futebol.

O sujeito é "Os rapazes", que identificamos por ser o termo que concorda em número e pessoa com o verbo "jogam". O predicado é "**jogam futebol**", cujo núcleo significativo é o verbo "**jogam**". Temos, assim, um predicado verbal.

Oração

Uma frase verbal pode ser também uma oração. Para isso é necessário:

- que o enunciado tenha **sentido** completo;
- que o enunciado tenha **verbo** (ou locução verbal).

Por Exemplo:

Camila **terminou** a leitura do livro.

Período

Período é a frase constituída de uma ou mais orações, formando um todo, com sentido completo. O período pode ser simples ou composto.

Período Simples: é aquele constituído por apenas **uma oração**, que recebe o nome de **oração absoluta**.

Exemplos:

O amor **é** eterno.

As plantas **necessitam** de cuidados especiais.

Quero aquelas rosas.

O tempo **é** o melhor remédio.

Período Composto: é aquele constituído por **duas** ou **mais orações**.

Exemplos:

Quando você **partiu** minha vida **ficou** sem alegrias.

Quero aquelas flores para **presentear** minha mãe.

Vou gritar para todos **ouvirem** que **estou sabendo** o
que **acontece** ao **anoitecer**.
Cheguei, jantei e fui **dormir**.

Tipos de Frases

Muitas vezes, as frases assumem sentidos que só podem ser integralmente captados se atentarmos para o contexto em que são empregadas. É o caso, por exemplo, das situações em que se explora a **ironia**.

Pense, por exemplo, na frase "Que educação!", usada quando se vê alguém invadindo, com seu carro, a faixa de pedestres.

Nesse caso, ela expressa exatamente o contrário do que aparentemente diz.

A entoação é um elemento muito importante da frase falada, pois nos dá uma ampla possibilidade de expressão. Dependendo de como é dita, uma frase simples como "É ela." pode indicar constatação, dúvida, surpresa, indignação, decepção, etc. Na língua escrita, os sinais de pontuação podem agir como definidores do sentido das frases.

Existem alguns tipos de frases cuja entoação é mais ou menos previsível, de acordo com o **sentido** que transmitem. São elas:

a) Frases Interrogativas: ocorrem quando uma **pergunta** é feita pelo emissor da mensagem. São empregadas quando se deseja obter alguma informação. A interrogação pode ser direta ou indireta.

Você aceita um copo de suco? (**Interrogação direta**)

Desejo saber se você aceita um copo de suco. (**Interrogação indireta**)

b) Frases Imperativas: ocorrem quando o emissor da mensagem dá uma ordem, um conselho ou faz um pedido, utilizando o verbo no modo **imperativo**. Podem ser afirmativas ou negativas.

Faça-o entrar no carro! (**Afirmativa**)

Não faça isso. (**Negativa**)

Dê-me uma ajudinha com isso! (**Afirmativa**)

c) Frases Exclamativas: nesse tipo de frase o emissor exterioriza um estado afetivo. Apresentam entoação ligeiramente prolongada.

Por Exemplo:

Que prova difícil!

É uma delícia esse bolo!

d) Frases Declarativas: ocorrem quando o emissor constata um fato. Esse tipo de frase informa ou declara alguma coisa. Podem ser afirmativas ou negativas.

Obrigaram o rapaz a sair. (Afirmativa)

Ela não está em casa. (Negativa)

e) Frases Optativas: são usadas para exprimir um desejo.

Por Exemplo:

Deus te acompanhe!

Bons ventos o levem!

De acordo com a **construção**, as frases classificam-se em:

Frase Nominal: é a frase construída sem verbos.

Exemplos:

Fogo!

Cuidado!

Belo serviço o seu!
Trabalho digno desse feirante.

Frase Verbal: é a frase construída com verbo.

Por Exemplo:

O sol **ilumina** a cidade e **aquece** os dias.
Os casais **saíram** para jantar.
A bola **rolou** escada abaixo.

Termos da oração

Os termos da oração podem ser classificados em três tipos:

Termos essenciais da oração

São os termos necessários para a formação das orações. Confira quais são os termos essenciais:

Sujeito: termo da oração no qual se enuncia alguma coisa;

Predicado: termo da oração que se refere ao sujeito.

Termos integrantes da oração

Esses termos integram (completam) o significado dos termos essenciais (sujeito e predicado). Os três termos integrantes da oração são:

Agente da passiva: indica quem praticou a ação de um verbo na voz passiva;

Complemento nominal: completa o sentido do adjetivo, do advérbio ou do substantivo;

Complemento verbal: completa o sentido dos verbos transitivos.

Termos acessórios da oração

Diferentemente dos termos essenciais, os termos acessórios são necessários em apenas alguns contextos. As funções desses termos são qualificar um ser, exprimir alguma circunstância e determinar os substantivos. A seguir listaremos os termos acessórios:

Adjunto Adnominal: termo que caracteriza, modifica, determina ou qualifica um substantivo;

Adjunto Adverbial: termo que altera o sentido do verbo, do adjetivo ou do advérbio;

Aposto: explica, resumi, enumera ou especifica um outro termo;

Vocativo: utilizado para referir-se ao interlocutor.

Vamos estudar com detalhes cada um dos termos.

As frases que possuem verbo são geralmente estruturadas a partir de dois elementos essenciais: sujeito e predicado. Isso não significa, no entanto, que tais frases devam ser formadas, no mínimo, por dois vocábulos. Na frase "Saímos", por exemplo, há um sujeito implícito na terminação do verbo: nós.

O sujeito é o termo da frase que concorda com o verbo em número e pessoa. É normalmente o "ser de quem se declara algo", "o tema do que se vai comunicar".

O predicado é a parte da frase que contém "a informação nova para o ouvinte". Normalmente, ele se refere ao sujeito, constituindo a declaração do que se atribui ao sujeito. É sempre muito importante

analisar qual é o núcleo significativo da declaração: se o núcleo da declaração estiver no verbo, teremos um predicado verbal(ocorre nas frases verbais); se o núcleo da declaração estiver em algum nome, teremos um predicado nominal(ocorre nas frases nominais que possuem verbo de ligação).

Observe:

O amor é eterno.

O tema, o ser de quem se declara algo, o sujeito, é "O amor". A declaração referente a "o amor", ou seja, o predicado, é "**é eterno**". É um predicado nominal, pois seu núcleo significativo é o nome "eterno". Já na frase:

Os rapazes jogam futebol.

O sujeito é "Os rapazes", que identificamos por ser o termo que concorda em número e pessoa com o verbo "jogam". O predicado é "**jogam futebol**", cujo núcleo significativo é o verbo "**jogam**". Temos, assim, um predicado verbal.

Oração

Uma frase verbal pode ser também uma oração. Para isso é necessário:

- que o enunciado tenha **sentido** completo;
- que o enunciado tenha **verbo** (ou locução verbal).

Por Exemplo:

Camila **terminou** a leitura do livro.

Obs.: Na oração as palavras estão relacionadas entre si, como partes de um conjunto harmônico: elas são os *termos* ou as *unidades sintáticas da oração*. Assim, cada termo da oração desempenha uma *função sintática*.

Período

Período é a frase constituída de uma ou mais orações, formando um todo, com sentido completo. O período pode ser simples ou composto.

Período Simples: é aquele constituído por apenas **uma oração**, que recebe o nome de **oração absoluta**.

Exemplos:

O amor **é** eterno.

As plantas **necessitam** de cuidados especiais.

Quero aquelas rosas.

O tempo **é** o melhor remédio.

Período Composto: é aquele constituído por **duas** ou **mais orações**.

Exemplos:

Quando você **partiu** minha vida **ficou** sem alegrias.

Quero aquelas flores para **presentear** minha mãe.

Vou gritar para todos **ouvirem** que **estou sabendo** o que **acontece** ao **anoitecer**.

Cheguei, jantei e fui **dormir**.

Análise Sintática

A análise sintática tem como objetivo examinar a estrutura de um período e das orações que compõem um período.

Estrutura de um Período

Observe:

Conhecemos mais pessoas quando estamos viajando.

Ao analisarmos a estrutura do período acima, é possível identificar duas orações: Conhecemos mais pessoas equando estamos viajando.

Termos da Oração

No período "Conhecemos mais pessoas quando estamos viajando", existem seis palavras. Cada uma delas exerce uma determinada função nas orações. Em análise sintática, cada palavra da oração é chamada de **termo** da oração. Termo é a palavra considerada de acordo com a função sintática que exerce na oração.

Segundo a Nomenclatura Gramatical Brasileira, os termos da oração podem ser:

1) Essenciais

Também conhecidos como termos "fundamentais", são representados pelo sujeito e predicado nas orações.

2) Integrantes

Completam o sentido dos verbos e dos nomes, são representados por:

- complemento verbal - objeto direto e indireto;
- complemento nominal;
- agente da passiva.

3) Acessórios

Desempenham função secundária (especificam o substantivo ou expressam circunstância). São representados por:

- adjunto adnominal;
- adjunto adverbial;
- aposto.

Obs.:

O vocativo, em análise sintática, é um termo à parte: não pertence à estrutura da oração.

TERMOS ESSENCIAIS DA ORAÇÃO

Sujeito e Predicado

Para que a oração tenha significado, são necessários alguns termos básicos: os termos essenciais. A oração possui dois termos essenciais, o **sujeito** e o **predicado**.

Sujeito: termo sobre o qual o restante da oração diz algo.

Por Exemplo:

As estão cada vez mais
praias poluídas.

Sujeito

Predicado: termo que contém o verbo e informa algo sobre o sujeito.

Por Exemplo:

As **estão cada vez mais**
praias **poluídas.**

Predicado

Posição do Sujeito na Oração

Dependendo da posição de seus termos, a oração pode estar:

Na Ordem Direta: o sujeito aparece antes do predicado.

Por Exemplo:

As brincavam
crianças despreocupadas.

Sujeito Predicado

Na Ordem Inversa: o sujeito aparece depois do predicado.

Brincavam as
despreocupadas crianças.

Predicado Sujeito

Sujeito no Meio do Predicado:

Despreocupa as brincava
das, crianças m.

Predicado Sujeito Predicad
o

Classificação do Sujeito

O sujeito das orações da língua portuguesa pode ser **determinado** ou **indeterminado**. Existem ainda as **orações sem sujeito**.

1 - Sujeito Determinado: é aquele que se pode identificar com precisão a partir da concordância verbal. Pode ser:

a) Simples

Apresenta apenas um núcleo ligado diretamente ao verbo.

Por Exemplo:

A **rua** estava deserta.

Observação: não se deve confundir sujeito simples com a noção de singular. Diz-se que o sujeito é simples quando o verbo da oração se refere a apenas um elemento, seja ele um substantivo (singular ou plural), um pronome, um numeral ou uma oração subjetiva.

Por Exemplo:

Os **meninos** estão gripados.

Todos cantaram durante o passeio.

b) Composto

Apresenta dois ou mais núcleos ligados diretamente ao verbo.

Tênis e **natação** são ótimos exercícios físicos.

c) **Implícito**

Ocorre quando o sujeito não está explicitamente representado na oração, mas pode ser identificado.

Por Exemplo:

Dispensamos todos os funcionários.

Nessa oração, o sujeito é **implícito** e **determinado**, pois está indicado pela desinência verbal -mos.

2 - Sujeito Indeterminado: é aquele que, embora existindo, não se pode determinar nem pelo contexto, nem pela terminação do verbo. Na língua portuguesa, há três maneiras diferentes de indeterminar o sujeito de uma oração:

a) Com verbo na 3ª pessoa do plural:

O verbo é colocado na terceira pessoa do plural, sem que se refira a nenhum termo identificado anteriormente (nem em outra oração):

Por Exemplo:

Procuraram você por todos os lugares.

Estão pedindo seu documento na entrada da festa.

b) Com verbo ativo na 3ª pessoa do singular, seguido do pronome se:

O verbo vem acompanhado do pronome **se**, que atua como **índice de indeterminação do sujeito**. Essa construção ocorre com verbos que não apresentam complemento direto (verbos intransitivos, transitivos indiretos e de ligação). O verbo obrigatoriamente fica na terceira pessoa do singular.

Exemplos:

Vive-se melhor no campo. (Verbo Intransitivo)

Precisa-se de técnicos em informática. (Verbo Transitivo Indireto)

No casamento, sempre **se fica** nervoso. (Verbo de Ligação)

c) Com o verbo no infinitivo impessoal:

Por Exemplo:

Era penoso **estudar** todo aquele conteúdo.

É triste **assistir** a estas cenas tão trágicas.

Obs.: quando o verbo está na 3ª pessoa do plural, fazendo referência a elementos explícitos em orações anteriores ou posteriores, o sujeito é *determinado*.

Por Exemplo:

Felipe e Marcos foram à feira. Compraram muitas verduras.

Nesse caso, o sujeito de compraram é eles (Felipe e Marcos). Ocorre sujeito oculto.

3 - Oração Sem Sujeito: é formada apenas pelo predicado e articula-se a partir de um verbo impessoal. Observe a estrutura destas orações:

Sujeito Predicado
o

- Havia formigas na casa.
- Nevou muito este ano em

Nova Iorque.

É possível constatar que essas orações não têm sujeito.

Constituem a enunciação pura e absoluta de um fato, através do predicado. O conteúdo verbal não é atribuído a nenhum ser, a mensagem centra-se no **processo** verbal. Os casos mais comuns de orações sem sujeito da língua portuguesa ocorrem com:

a) Verbos que exprimem fenômenos da natureza:

Nevar, chover, ventar, gear, trovejar, relampejar, amanhecer, anoitecer, etc.

Por Exemplo:

Choveu muito no inverno passado.

Amanheceu antes do horário previsto.

Observação: quando usados na forma figurada, esses verbos podem ter sujeito determinado.

Por Exemplo:

Choviam crianças na distribuição de brindes.

(crianças=sujeito)

Já amanheci cansado. (eu=sujeito)

b) Verbos *ser*, *estar*, *fazer* e *haver*, quando usados para indicar uma ideia de *tempo* ou *fenômenos meteorológicos*:

Ser:

É noite. (Período do dia)

Eram duas horas da manhã. (Hora)

Obs.: ao indicar *tempo*, o verbo *ser* varia de acordo com a expressão numérica que o acompanha. (É uma hora/ São nove horas)

Hoje **é** (ou **são**) 15 de março. (Data)

Obs.: ao indicar *data*, o verbo *ser* poderá ficar no singular, subentendendo-se a palavra *dia*, ou então irá para o plural, concordando com o número de dias.

Estar:

Está tarde. (Tempo)

Está muito quente. (Temperatura)

Fazer:

Faz dois anos que não vejo meu pai. (Tempo decorrido)

Fez 39° C ontem. (Temperatura)

Haver:

Não a vejo **há** anos. (Tempo decorrido)

Havia muitos alunos naquela aula.

(Verbo Haver significando existir)

Predicado

Predicado é aquilo que se declara a respeito do sujeito. Nele é obrigatória a presença de um verbo ou locução verbal. Quando se identifica o sujeito de uma oração, identifica-se também o predicado. Em termos, tudo o que difere do sujeito (e do vocativo, quando ocorrer) numa oração é o seu predicado. Veja alguns exemplos:

As compraram roupas
mulheres novas.

Predicado

Durante o muitos desistem do
ano, alunos curso.

Predicado

Predicado

A
natureza é bela.

Predica
do

Predicação Verbal

Chama-se **predicação verbal** o resultado da ligação que se estabelece entre o sujeito e o verbo e entre os verbos e os complementos. Quanto à predicação, os verbos podem ser intransitivos, transitivos ou de ligação.

1) Verbo Intransitivo

É aquele que traz em si a ideia completa da ação, sem necessitar, portanto, de um outro termo para completar o seu sentido. Sua ação **não transita**.

Por Exemplo:

O avião **caiu**.

O verbo cair é intransitivo, pois encerra um significado completo. Se desejar, o falante pode acrescentar outras informações, como:

local: O avião caiu sobre as casas da periferia.

modo: O avião caiu lentamente.

tempo: O avião caiu no mês passado.

Essas informações ampliam o significado do verbo, mas não são necessárias para que se compreenda a informação básica.

2) Verbo Transitivo

É o verbo que vem acompanhado por complemento: quem sente, sente algo; quem revela, revela algo a alguém. O sentido desse

verbo **transita**, isto é, segue adiante, integrando-se aos complementos, para adquirir sentido completo. Veja:

S. Simples Predicado

As crianças **precisam** **de carinho.**

1

2

1= Verbo Transitivo

2= Complemento Verbal (Objeto)

O verbo transitivo pode ser:

a) Transitivo Direto: é quando o complemento vem ligado ao verbo *diretamente*, sem preposição obrigatória.

Por Exemplo:

Nó **escutam** nossa música

s **os** favorita.

1

1= Verbo Transitivo Direto

b) Transitivo Indireto: é quando o complemento vem ligado ao verbo indiretamente, com preposição obrigatória.

Por Exemplo:

Eu **gost** de sorvet

o e.

2

2 = Verbo Transitivo Indireto

de= preposição

c) Transitivo Direto e Indireto: é quando a ação contida no verbo transita para o complemento direta e indiretamente, ao mesmo tempo.

Por Exemplo:

Ela **cont** tudo *ao*
ou namorado.

3

3= Verbo Transitivo Direto e Indireto

a= preposição

3) Verbo de Ligação

É aquele que, expressando estado, liga características ao sujeito, estabelecendo entre eles (sujeito e características) certos tipos de relações.

O verbo de ligação pode expressar:

a) estado permanente: ser, viver.

Por Exemplo:

Sandra **é** alegre.

Sandra **vive** alegre.

b) estado transitório: estar, andar, achar-se, encontrar-se

Por Exemplo:

Mamãe **está** bem.

Mamãe **encontra-se** bem.

c) estado mutatório: ficar, virar, tornar-se, fazer-se

Por Exemplo:

Júlia **ficou** brava.

Júlia **fez-se** brava.

d) continuidade de estado: continuar, permanecer

Por Exemplo:

Renato **continua** mal.

Renato **permanece** mal.

e) estado aparente: parecer

Por Exemplo:

Marta **parece** melhor.

Observação: a classificação do verbo quanto à predicação deve ser feita de acordo com o contexto e não isoladamente. Um mesmo verbo pode aparecer ora como intransitivo, ora como de ligação. **Veja:**

1 - O jovem anda devagar.

anda = verbo intransitivo, expressa uma ação.

2 - O jovem anda preocupado.

anda = verbo de ligação, expressa um estado.

Classificação do Predicado

Para o estudo do predicado, é necessário verificar se seu núcleo significativo está num nome ou num verbo. Além disso, devemos considerar se as palavras que formam o predicado referem-se apenas ao verbo ou também ao sujeito da oração. Veja o exemplo abaixo:

Os necessitam de cuidados
animais especiais.

Sujeito Predicado

O predicado, apesar de ser formado por muitas palavras, apresenta apenas uma que se refere ao sujeito: necessitam. As demais palavras ligam-se direta ou indiretamente ao verbo (necessitar é, no caso, de algo), que assume, assim, o papel de núcleo significativo do predicado. Já em:

A é bela.

natureza

Sujeito Predica
do

No exemplo acima, o nome bela se refere, por intermédio do verbo, ao sujeito da oração. O verbo agora atua como elemento de ligação entre sujeito e a palavra a ele relacionada. O núcleo do predicado é bela. Veja o próximo exemplo:

O dia amanheceu
ensolarado.

Sujeito Predicado
o

Percebemos que as duas palavras que formam o predicado estão diretamente relacionadas ao sujeito: amanheceu (verbo significativo) e ensolarado (nome que se refere ao sujeito). O predicado apresenta, portanto, dois núcleos: amanheceu e ensolarado.

Tomando por base o núcleo do que está sendo declarado, podemos reconhecer três tipos de predicado: verbal, nominal e verbo-nominal.

Predicado Verbal

Apresenta as seguintes características:

- a)** Tem um verbo como núcleo;
- b)** Não possui predicativo do sujeito;
- c)** Indica ação.

Por exemplo:

Eles **revelaram** toda a verdade para a filha.

Predicado Verbal

Para ser núcleo do predicado verbal, é necessário que o verbo seja *significativo*, isto é, que traga uma ideia de ação. Veja os exemplos abaixo:

O dia clareou. (núcleo do predicado verbal = clareou)

Chove muito nos estados do sul do país. (núcleo do predicado verbal = Chove)

Ocorreu um acidente naquela rua. (núcleo do predicado verbal = Ocorreu)

A antiga casa foi demolida. (núcleo do predicado verbal = demolida)

Obs.: no último exemplo há uma locução verbal de voz passiva, o que não impede o verbo demolir de ser o núcleo do predicado.

Predicado Nominal

Apresenta as seguintes características:

- a)** Possui um nome (substantivo ou adjetivo) como núcleo;
- b)** É formado por um verbo de ligação mais o predicativo do sujeito;
- c)** Indica estado ou qualidade.

Por Exemplo:

Leonardo **é competente**.

Predicado Nominal

No predicado nominal, o núcleo é sempre um nome, que desempenha a função de predicativo do sujeito. O predicativo do sujeito é um termo que caracteriza o sujeito, tendo como intermediário um verbo de ligação. Os exemplos abaixo mostram como esses verbos exprimem diferentes circunstâncias relativas ao estado do sujeito, ao mesmo tempo que o ligam ao predicativo. Veja:

Ele está triste. (triste = predicativo do sujeito, está = verbo de ligação)

A natureza é bela. (bela = predicativo do sujeito, é = verbo de ligação)

O homem parecia nervoso. (nervoso = predicativo do sujeito, parecia = verbo de ligação)

Nosso herói acabou derrotado. (derrotado = predicativo do sujeito, acabou = verbo de ligação)

Uma simples funcionária virou diretora da empresa. (diretora = predicativo do sujeito, virou = verbo de ligação)

Predicativo do Sujeito

É o termo que atribui características ao sujeito por meio de um verbo. Todo predicado construído com verbo de ligação necessita de predicativo do sujeito. Pode ser representado por:

a) Adjetivo ou locução adjetiva:

Por Exemplo:

O seu telefonema foi especial. (especial = adjetivo)

Este bolo está sem sabor. (sem sabor = locução adjetiva)

b) Substantivo ou palavra substantivada:

Por Exemplo:

Esta figura parece um peixe. (peixe = substantivo)

Amar é um eterno recomeçar. (recomeçar = verbo substantivado)

c) Pronome Substantivo:

Por Exemplo:

Meu boletim não é esse. (esse = pronome substantivo)

d) Numeral:**Por Exemplo:**

Nós somos dez ao todo. (dez = numeral)

Predicado Verbo-Nominal

Apresenta as seguintes características:

- a)** Possui dois núcleos: um verbo e um nome;
- b)** Possui predicativo do sujeito ou do objeto;
- c)** Indica ação ou atividade do sujeito e uma qualidade.

Por Exemplo:

Os saíram da aula
alunos alegres.

Predicado Verbo-
Nominal

O predicado é verbo-nominal porque seus núcleos são um verbo (saíram - verbo intransitivo), que indica uma ação praticada pelo sujeito, e um predicativo do sujeito (alegres), que indica o estado do sujeito no momento em que se desenvolve o processo verbal. É importante observar que o predicado dessa oração poderia ser desdobrado em dois outros, um verbal e um nominal. Veja:

Os alunos **saíram** da aula. Eles estavam **alegres**.

Estrutura do Predicado Verbo-Nominal

O predicado verbo-nominal pode ser formado de:

**1 - Verbo Intransitivo +
Predicativo do Sujeito**

Por Exemplo:

Joana partiu contente.

Sujeito	Verbo	Predicativo do
o	Intransitivo	Sujeito

2 - Verbo Transitivo + Objeto + Predicativo do Objeto

Por Exemplo:

A despedid deixou a mãe aflita.

Sujeito	Verbo	Objeto	Predicativo do
	Transitivo	Direto	Objeto

3 - Verbo Transitivo + Objeto + Predicativo do Sujeito

Por Exemplo:

Os alunos cantaram emocionados aquela canção.

Sujeito	Verbo	Predicativo do	Objeto
	Transitivo	Sujeito	Direto

Saiba que:

Para perceber como os verbos participam da relação entre o objeto direto e seu predicativo, basta passar a oração para voz passiva. Veja:

Voz Ativa:

As mulheres julgam os homens insensíveis.

Sujeito	Verbo	Objeto	Predicativo do
	Significativo	Direto	Objeto

Voz Passiva:

Os homens são julgados insensíveis pelas mulheres.

Verbo	Predicativo do
Significativo	Objeto

O verbo julgar relaciona o complemento (os homens) com o predicativo (insensíveis). Essa relação se evidencia quando passamos a oração para a voz passiva.

Observação: o predicativo do objeto normalmente se refere ao objeto direto. Ocorre predicativo do objeto indireto com o verbo *chamar*. Assim, vem precedido de preposição.

Por Exemplo:

Todos o chamam **de irresponsável.**

Chamou-lhe ingrato. (Chamou a ele ingrato.)

TERMOS INTEGRANTES DA ORAÇÃO

Certos verbos ou nomes presentes numa oração não possuem sentido completo em si mesmos. Sua significação só se completa com a presença de outros termos, chamados integrantes. São eles:

complementos verbais (objeto direto e objeto indireto);

complemento nominal;

agente da passiva.

Complementos Verbais

Completam o sentido de verbos transitivos diretos e transitivos indiretos. São eles:

1) Objeto Direto

É o termo que completa o sentido do verbo transitivo direto, ligando-se a ele sem o auxílio necessário da preposição.

Por Exemplo:

Abr
i os braços ao vê-
lo.

Objeto

Direto

O objeto direto pode ser constituído:

a) Por um substantivo ou expressão substantivada.

Exemplos:

O agricultor cultiva a **terra**. / Unimos o **útil** ao agradável.

b) Pelos pronomes oblíquos **o, a, os, as, me, te, se, nos, vos**.

Exemplos:

Espero-**o** na minha festa. / Ela **me** ama.

c) Por qualquer pronome substantivo.

Por Exemplo:

O menino **que** conheci está lá fora.

Atenção:

Em alguns casos, o objeto direto pode vir acompanhado de preposição facultativa. Isso pode ocorrer:

- quando o objeto é um substantivo próprio: Adoremos **a Deus**.
- quando o objeto é representado por um pronome pessoal oblíquo tônico: Ofenderam **a mim**, não **a ele**.
- quando o objeto é representado por um pronome substantivo indefinido: O diretor elogiou **a todos**.

- para evitar ambiguidade: Venceu **ao inimigo** o nosso colega.

Obs.: caso o objeto direto não viesse preposicionado, o sentido da oração ficaria ambíguo, pois não poderíamos apontar com precisão o sujeito (o nosso colega).

2) Objeto Indireto

É o termo que completa o sentido de um verbo transitivo indireto. Vem sempre regido de preposição clara ou subentendida. Atuam como objeto indireto os pronomes: lhe, lhes, me te, se, nos, vos.

Exemplos:

Não a meus
desobedeço pais.

Objeto
Indireto

Precis de ajuda. (Preposição
o clara "de")

Objeto Indireto

Enviei-lhe um (Enviei a ele - a preposição a está
recado. subentendida)

Objeto
Indireto

Obs.: muitas vezes o objeto indireto inicia-se com crase (à, àquele, àquela, àquilo). Isso ocorre quando o verbo exige a preposição "a", que acaba se contraindo com a palavra seguinte.

Por Exemplo:

Entregaram à mãe o presente. (à = "a" preposição + "a" artigo definido)

Observações Gerais:

a) Pode ocorrer ainda o (objeto direto ou indireto) pleonástico, que consiste na retomada do objeto por um pronome pessoal, geralmente com a intenção de colocá-lo em destaque.

Por Exemplo: As mulheres, eu as vi na cozinha. (Objeto Direto)

A todas vocês, eu já lhes forneci o pagamento mensal. (Objeto Indireto)

b) Os pronomes oblíquos **o, a, os, as** (e as variantes **lo, la, los, las, no, na, nos, nas**) são sempre objeto direto. Os pronomes **lhe, lhes** são sempre objeto indireto.

Exemplos:

Eu a encontrei no quarto. (OD)

Vou avisá-lo.(OD)

Eu lhe pagarei um sorvete.(OI)

c) Os pronomes oblíquos **me, te, se, nos, vos** podem ser objeto direto ou indireto. Para determinar sua função sintática, podemos substituir esses pronomes por um substantivo: se o uso da preposição for obrigatório, então se trata de um objeto indireto; caso contrário, de objeto direto.

Por Exemplo:

Roberto me viu na escola.(OD)

Substituindo-se "**me**" por um substantivo qualquer (amigo, por exemplo), tem-se: "Roberto viu o amigo na escola." Veja que a preposição não foi usada. Portanto, "**me**" é objeto direto.

Observe o próximo exemplo:

João me telefonou.(OI)

Substituindo-se "**me**" por um substantivo qualquer (amigo, por exemplo), tem-se: "João telefonou ao amigo". A preposição foi usada. Portanto, "**me**" é objeto indireto.

3) Complemento Nominal

É o termo que completa o sentido de uma palavra que não seja verbo. Assim, pode referir-se a **substantivos**, **adjetivos** ou **advérbios**, sempre por meio de preposição.

Exemplos:

Cecília tem	orgulho	da filha.
	substantivo	complemento nominal
Ricardo estava	consciente	de tudo.
	adjetivo	complemento nominal
A professora agiu	favoravelmente	aos alunos.
	advérbio	complemento nominal

Saiba que:

O complemento nominal representa o recebedor, o paciente, o alvo da declaração expressa por um nome. É regido pelas mesmas preposições do objeto indireto. Difere deste apenas porque, em vez de complementar verbos, complementa nomes (substantivos, adjetivos) e alguns advérbios em -mente.

4) Agente da Passiva

É o termo da frase que pratica a ação expressa pelo verbo quando este se apresenta na voz passiva. Vem regido comumente da preposição "**por**" e eventualmente da preposição "**de**".

Por Exemplo:

A vencedora	foi escolhida	pelos jurados.
Sujeito	Verbo	Agente da
Paciente	Voz Passiva	Passiva

Ao passar a frase da voz passiva para a voz ativa, o agente da passiva recebe o nome de sujeito. Veja:

Os jurados	escolheram	a vencedora.
Sujeito	Verbo	Objeto Direto
	Voz Ativa	

Outros exemplos:

Joana	é amada	de muitos.
Sujeito Paciente	Agente da	Passiva

Essa situação	já era conhecida	de todos.
Sujeito Paciente	Agente da	Passiva

Observações:

a) O agente da passiva pode ser expresso por substantivos ou pronomes.

Por Exemplo:

O solo foi umedecido pela chuva. (substantivo)
Este livro foi escrito por mim. (pronome)

b) Embora o agente da passiva seja considerado um termo integrante, pode muitas vezes ser omitido.

Por Exemplo:

O público não foi bem recebido. (pelos anfitriões)

TERMOS ACESSÓRIOS DA ORAÇÃO

Sobre os Termos Acessórios

Existem termos que, apesar de dispensáveis na estrutura básica da oração, são importantes para a compreensão do enunciado. Ao acrescentar informações novas, esses termos:

- **caracterizam o ser;**
- **determinam os substantivos;**
- **exprimem circunstância.**

São termos acessórios da oração: o adjunto adverbial, o adjunto adnominal e o aposto.

Vamos observar o exemplo:

Anoiteceu.

No exemplo acima, temos uma oração de predicado verbal formado por um verbo impessoal. Trata-se de uma oração sem sujeito. O verbo anoiteceu é suficiente para transmitir a mensagem enunciada. Poderíamos, no entanto, ampliar a gama de informações contidas nessa frase:

Por Exemplo:

Suavemente anoiteceu **na cidade**.

A ideia central continua contida no verbo da oração. Temos, agora, duas noções acessórias, circunstanciais, ligadas ao processo verbal: o modo como anoiteceu (**suavemente**) e o lugar onde anoiteceu (**na cidade**). A esses termos acessórios que indicam circunstâncias relativas ao processo verbal damos o nome de adjuntos adverbiais.

Agora, observe o que ocorre ao expandirmos um pouco mais a oração acima:

Por Exemplo:

Suavemente anoiteceu na **deserta** cidade **do planalto**.

Surgiram termos que se referem ao substantivo cidade, caracterizando-o, delimitando-lhe o sentido. Trata-se de termos acessórios que se ligam a um **nome**, determinando-lhe o sentido. São chamados adjuntos adnominais.

Por último, **analise a frase abaixo**:

Fernando Pessoa era português.

Nessa oração, o sujeito é determinado e simples: Fernando Pessoa. Há ainda um predicativo do sujeito (português) relacionado ao sujeito pelo verbo de ligação (era). Trata-se, pois, de uma oração com predicado nominal. Note que a frase é capaz de comunicar eficientemente uma informação. Nada nos impede, no entanto, de enriquecer mais um pouco o conteúdo informativo. Veja:

Fernando Pessoa, o criador de poetas, era português.

Agora, além do núcleo do sujeito (Fernando Pessoa) há um termo que explica, que enfatiza esse núcleo: o criador de poetas. Esse termo é chamado de aposto.

Adjunto Adverbial

É o termo da oração que indica uma circunstância (dando ideia de tempo, lugar, modo, causa, finalidade, etc.). O **adjunto adverbial** é o termo que **modifica** o sentido de um verbo, de um adjetivo ou de um advérbio. Observe as frases abaixo:

Eles se respeitam muito.

Seu projeto é muito interessante.

O time jogou muito mal.

Nessas três orações, muito é **adjunto adverbial de intensidade**. No primeiro caso, intensifica a forma **verbal** *respeitam*, que é núcleo do predicado verbal. No segundo, intensifica o **adjetivo** *interessante*, que é o núcleo do predicativo do sujeito. Na terceira oração, muito intensifica o **advérbio** *mal*, que é o núcleo do adjunto adverbial de modo.

Veja o exemplo abaixo:

Amanhã voltarei de bicicleta àquela velha praça.

Os termos em destaque estão indicando as seguintes circunstâncias:

amanhã indica tempo;

de bicicleta indica meio;

àquela velha praça indica lugar.

Sabendo que a classificação do adjunto adverbial se relaciona com a circunstância por ele expressa, os termos acima podem ser classificados, respectivamente em: adjunto adverbial de tempo, adjunto adverbial de meio e adjunto adverbial de lugar.

O adjunto adverbial pode ser expresso por:

1) Advérbio: O balão caiu **longe**.

2) Locução Adverbial: O balão caiu **no mar**.

3) Oração: **Se o balão pegar fogo**, avisem-me.

Observação: nem sempre é possível apontar com precisão a circunstância expressa por um adjunto adverbial. Em alguns casos, as diferentes possibilidades de interpretação dão origem a orações sugestivas.

Por Exemplo:

Entreguei-me calorosamente àquela causa.

É difícil precisar se calorosamente é um adjunto adverbial de modo ou de intensidade. Na verdade, parece ser uma fórmula de expressar ao

mesmo tempo as duas circunstâncias. Por isso, é fundamental levar em conta o contexto em que surgem os adjuntos adverbiais.

Adjunto Adnominal

É o termo que **determina, especifica** ou **explica** um **substantivo**. O adjunto adnominal possui função adjetivana oração, a qual pode ser desempenhada por adjetivos, locuções adjetivas, artigos, pronomes adjetivos e numerais adjetivos. Veja o exemplo a seguir:

O poeta		dois longos	ao seu amigo de
inovador	enviou	trabalhos	infância.
	Núcleo do		
Sujeito	Predicado	Objeto Direto	Objeto Indireto
	Verbal		

Na oração acima, os substantivos poeta, trabalhos e amigo são núcleos, respectivamente, do sujeito determinado simples, do objeto direto e do objeto indireto. Ao redor de cada um desses substantivos agrupam-se os **adjuntos adnominais**:

o artigo "o" e o adjetivo inovador referem-se a poeta;

o numeral dois e o adjetivo longos referem-se ao substantivo trabalhos;

o artigo "o" (em ao), o pronome adjetivo seu e a locução adjetiva de infância são adjuntos adnominais de amigo.

Observe como os adjuntos adnominais se prendem diretamente ao substantivo a que se referem, sem qualquer participação do verbo. Isso é facilmente notável quando substituirmos um substantivo por um pronome: todos os adjuntos adnominais que estão ao redor do substantivo têm de acompanhá-lo nessa substituição.

Por Exemplo:

O notável poeta português deixou uma obra originalíssima.

Ao substituirmos poeta pelo pronome ele, obteremos:

Ele deixou uma obra originalíssima.

As palavras "o", notável e português tiveram de acompanhar o substantivo poeta, por se tratar de adjuntos adnominais. O mesmo aconteceria se substituíssemos o substantivo obra pelo pronome a. Veja:

O notável poeta português deixou-**a**.

Aposto

Aposto é um termo que se junta a outro de valor substantivo ou pronominal para explicá-lo ou especificá-lo melhor. Vem separado dos demais termos da oração por vírgula, dois-pontos ou travessão.

Por Exemplo:

Ontem, **segunda-feira**, passei o dia com dor de cabeça.

Segunda-feira é **aposto** do adjunto adverbial de tempo *ontem*. Dizemos que o aposto é sintaticamente equivalente ao termo a que se relaciona porque poderia substituí-lo. Veja:

Segunda-feira passei o dia com dor de cabeça.

Obs.: após a eliminação de ontem, o substantivo *segunda-feira* assume a função de adjunto adverbial de tempo.

Veja outro exemplo:

Apreci	todos os tipos de	MPB, rock, blues, chorinho,
o	música:	samba, etc.

Objeto Direto	Aposto do Objeto Direto
---------------	-------------------------

Se retirarmos o objeto da oração, seu aposto passa a exercer essa função:

Apreci	MPB, rock, blues, chorinho,
o	samba, etc.

Objeto Direto

Obs.: o termo a que o aposto se refere pode desempenhar qualquer função sintática (inclusive a de aposto).

Por Exemplo:

Dona Aida servia o patrão, pai de Marina, menina levada.

Analisando a oração, temos:

pai de Marina = aposto do objeto direto *patrão*.

menina levada = aposto de *Marina*.

Classificação do Aposto

De acordo com a relação que estabelece com o termo a que se refere, o aposto pode ser classificado em:

a) Explicativo:

A Ecologia, ciência que investiga as relações dos seres vivos entre si e com o meio em que vivem, adquiriu grande destaque no mundo atual.

b) Enumerativo:

A vida humana se compõe de muitas coisas: amor, trabalho, ação.

c) Resumidor ou Recapitulativo:

Vida digna, cidadania plena, igualdade de oportunidades, tudo isso está na base de um país melhor.

d) Comparativo:

Seus olhos, indagadores holofotes, fixaram-se por muito tempo na baía anoitecida.

e) Distributivo:

Drummond e Guimarães Rosa são dois grandes escritores, **aquele na poesia e este na prosa.**

f) Aposto de Oração:

Ela correu durante uma hora, **sinal de preparo físico.**

Além desses, há o aposto especificativo, que difere dos demais por não ser marcado por sinais de pontuação (vírgula ou dois-pontos). O aposto especificativo individualiza um substantivo de sentido genérico, prendendo-se a ele diretamente ou por meio de uma preposição, sem que haja pausa na entonação da frase:

Por Exemplo:

O *poeta* Manuel Bandeira criou obra de expressão simples e temática profunda.

A *rua* Augusta está muito longe do *rio* São Francisco.

Vocativo

Vocativo é um termo que não possui relação sintática com outro termo da oração. Não pertence, portanto, nem ao sujeito nem ao predicado. É o termo que serve para chamar, invocar ou interpelar um ouvinte real ou hipotético. Por seu caráter, geralmente se relaciona à segunda pessoa do discurso. Veja os exemplos:

Não fale tão alto, Rita!

Vocativo

Senhor presidente, queremos nossos direitos!

Vocativo

A vida, minha amada, é feita de escolhas.

Vocativo

Nessas orações, os termos destacados são vocativos: indicam e nomeiam o interlocutor a que se está dirigindo a palavra.

Obs.: o vocativo pode vir antecedido por interjeições de apelo, tais como ó, olá, eh!, etc.

Por Exemplo:

Ó Cristo, ilumina-me em minhas decisões.

Olá professora, a senhora está muito elegante hoje!

Eh! Gente, temos que estudar mais.

Distinção entre Vocativo e Aposto

- O vocativo **não** mantém relação sintática com outro termo da oração.

Por Exemplo:

Crianças, vamos entrar.

Vocativo

- O aposto **mantém** relação sintática com outro termo da oração.

Por Exemplo:

A vida de Moisés, grande profeta, foi filmada.

Sujeito

Aposto

Orações Coordenadas e Subordinadas

Quando um período é simples, a oração de que é constituído recebe o nome de oração absoluta.

Por Exemplo:

A menina comprou chocolate.

Quando um período é composto, ele pode apresentar os seguintes esquemas de formação:

a) Composto por Coordenação: ocorre quando é constituído apenas de orações independentes, coordenadas entre si, mas sem nenhuma dependência sintática.

Por Exemplo:

Sáimos de manhã e voltamos à noite.

b) Composto por Subordinação: ocorre quando é constituído de um conjunto de pelo menos duas orações, em que uma delas (Subordinada) depende sintaticamente da outra (Principal).

Por Exemplo:

Não fui à aula porque estava doente.

Oração Principal

Oração Subordinada

c) Misto: quando é constituído de orações coordenadas e subordinadas.

Por Exemplo:

Fui à escola e busquei minha irmã que estava esperando.

Oração Coordenada

Oração Coordenada

Oração Subordinada

Obs.: qualquer oração (coordenada ou subordinada) será ao mesmo tempo principal, se houver outra que dela dependa.

Por Exemplo:

Fui ao mercado e comprei os produtos que estavam faltando.

	Oração Coordenada (2)	
Oração Coordenada (1)	(Com relação à 1ª.) e	Oração Subordinada
	Oração Principal (Com	(3)
	relação à 3ª.)	

Agora observe:

As luzes apagam-se, abrem-se as cortinas e começa o espetáculo.

O período é composto de três orações:

As luzes apagam-se;
abrem-se as cortinas;
e começa o espetáculo.

As orações, no entanto, não mantêm entre si dependência gramatical, são independentes. Existe entre elas, evidentemente, uma relação de sentido, mas do ponto de vista sintático, uma não depende da outra. A essas orações independentes, dá-se o nome de **orações coordenadas**, que podem ser **assindéticas** ou **sindéticas**.

A conexão entre as duas primeiras é feita exclusivamente por uma pausa, representada na escrita por uma vírgula. Entre a segunda e a terceira, é feita pelo uso da conjunção "e". As orações coordenadas que se ligam umas às outras apenas por uma pausa, sem conjunção, são chamadas assindéticas. É o caso de "As luzes apagam-se" e "abrem-se as cortinas". As orações coordenadas introduzidas por uma conjunção são chamadas sindéticas. No exemplo acima, a oração "e começa o

espetáculo" é coordenada sindética, pois é introduzida pela conjunção coordenativa **"e"**.

Classificação das Orações Coordenadas Sindéticas

De acordo com o tipo de conjunção que as introduz, as orações coordenadas sindéticas podem ser: **aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas** ou **explicativas**.

a) Aditivas

Expressam ideia de adição, acrescentamento. Normalmente indicam fatos, acontecimentos ou pensamentos dispostos em sequência. As conjunções coordenativas aditivas típicas são "e" e "nem" (= e + não). Introduzem as orações coordenadas sindéticas aditivas.

Por Exemplo:

Discutimos várias propostas e analisamos possíveis soluções.

As orações sindéticas aditivas podem também estar ligadas pelas locuções não só... mas (também), tanto...como, e semelhantes. Essas estruturas costumam ser usadas quando se pretende enfatizar o conteúdo da segunda oração. **Veja:**

Chico Buarque não só canta, mas também (ou como também) compõe muito bem.

Não só provocaram graves problemas, mas (também) abandonaram os projetos de reestruturação social do país.

Obs.: como a conjunção "nem" tem o valor da expressão "e não", condena-se na língua culta a forma "enem" para introduzir orações aditivas.

Por Exemplo:

Não discutimos várias propostas, nem (= e não) analisamos quaisquer soluções.

b) Adversativas

Exprimem fatos ou conceitos que se opõem ao que se declara na oração coordenada anterior, estabelecendo contraste ou compensação. "**Mas**" é a conjunção adversativa típica. Além dela, empregam-se: **porém, contudo, todavia, entretanto** e as locuções **no entanto, não obstante, nada obstante**. Introduzem as orações coordenadas sindéticas **adversativas**.

Veja os exemplos:

"O amor é difícil, mas pode luzir em qualquer ponto da cidade."

(Ferreira Gullar)

O país é extremamente rico; o povo, porém, vive em profunda miséria.

Tens razão, contudo controle-se.

Renata gostava de cantar, **todavia** não agradava.

O time jogou muito bem, entretanto não conseguiu a vitória.

c) Alternativas

Expressam ideia de alternância de fatos ou escolha. Normalmente é usada a conjunção "ou". Além dela, empregam-se também os pares: ora... ora, já... já, quer... quer, seja... seja, etc. Introduzem as orações coordenadas sindéticas alternativas.

Exemplos:

Diga agora ou cale-se para sempre.

Ora age com calma, ora trata a todos com muita aspereza.

Estarei lá, quer você permita, quer você não permita.

Obs.: nesse último caso, o par "quer...quer" está coordenando entre si duas orações que, na verdade, expressam concessão em relação a "Estarei lá". É como disséssemos: "Embora você não permita, estarei lá".

d) Conclusivas

Exprimem conclusão ou consequência referentes à oração anterior. As conjunções típicas são: logo, portanto e pois (posposto ao verbo). Usa-se ainda: então, assim, por isso, por conseguinte, de modo que, em vista disso, etc. Introduzem as orações coordenadas sindéticas conclusivas.

Exemplos:

Não tenho dinheiro, portanto não posso pagar.

A situação econômica é delicada; devemos, pois, agir cuidadosamente.

O time venceu, por isso está classificado.

Aquela substância é tóxica, logo deve ser manuseada cautelosamente.

e) Explicativas

Indicam uma justificativa ou uma explicação referente ao fato expresso na declaração anterior. As conjunções que merecem destaque são: que, porque e pois (obrigatoriamente anteposto ao verbo). Introduzem as orações coordenadas sindéticas explicativas.

Exemplos:

Vou embora, que cansei de esperá-lo.

Vinícius devia estar cansado, **porque** estudou o dia inteiro.

Cumprimente-o, pois hoje é o seu aniversário.

Atenção:

Cuidado para não confundir as orações coordenadas explicativas com as subordinadas adverbiais causais. Observe a diferença entre elas:

- Orações Coordenadas Explicativas: caracterizam-se por fornecer um motivo, explicando a oração anterior.

Por Exemplo:

A criança devia estar doente, porque chorava muito. (O choro da criança não poderia ser a causa de sua doença.)

- Orações Subordinadas Adverbiais Causais: exprimem a causa do fato.

Por Exemplo:

Henrique está triste porque perdeu seu emprego. (A perda do emprego é a causa da tristeza de Henrique.)

Note-se também que há pausa (vírgula, na escrita) entre a oração explicativa e a precedente e que esta é, muitas vezes, imperativa, o que não acontece com a oração adverbial causal.

As orações subordinadas dividem-se em três grupos, de acordo com a função sintática que desempenham e a classe de palavras a que equivalem. Podem ser substantivas, adjetivas ou adverbiais. Para notar as diferenças que existem entre esses três tipos de orações, tome como base a análise do período abaixo:

Só depois disso percebi a profundidade das palavras dele.

Nessa oração, o sujeito é "eu", implícito na terminação verbal da palavra "percebi". "A profundidade das palavras dele" é objeto direto da forma verbal "percebi". O núcleo do objeto direto é "profundidade". Subordinam-se ao núcleo desse objeto os adjuntos adnominais "a" e "das palavras dele". No adjunto adnominal "das

palavras dele", o núcleo é o substantivo "palavras", ao qual se preendem os adjuntos adnominais "as" e "dele". "Só depois disso" é adjunto adverbial de tempo.

É possível transformar a expressão "**a profundidade das palavras dele**", objeto direto, em oração. Observe:

Só depois disso percebi que as palavras dele eram profundas.

Nesse período composto, o complemento da forma verbal "**percebi**" é a oração "que as palavras dele eram profundas". Ocorre aqui um **período composto por subordinação**, em que uma oração desempenha a função de objeto direto do verbo da outra oração. O objeto direto é uma **função substantiva** da oração, ou seja, é função desempenhada por substantivos e palavras de valor substantivo. É por isso que a oração subordinada que desempenha esse papel é chamada de oração subordinada substantiva.

Pode-se também modificar o período simples original transformando em oração o adjunto adnominal do núcleo do objeto direto, "profundidade". Observe:

Só depois disso percebi a "profundidade" que as palavras dele continham.

Nesse período, o adjunto adnominal de "profundidade" passa a ser a oração "que as palavras dele continham". O adjunto adnominal é uma **função** adjetiva da oração, ou seja, é função exercida por adjetivos, locuções adjetivas e outras palavras de valor adjetivo. É por isso que são chamadas de subordinadas adjetivas as orações que, nos períodos compostos por subordinação, atuam como adjuntos adnominais de termos das orações principais.

Outra modificação que podemos fazer no período simples original é a transformação do adjunto adverbial de tempo em uma oração. Observe:

Só quando caí em mim, percebi a profundidade das palavras dele.

Nesse período composto, "Só quando caí em mim" é uma oração que atua como adjunto adverbial de tempo do verbo da outra oração. O adjunto adverbial é uma **função adverbial** da oração, ou seja, é função exercida por advérbios e locuções adverbiais. Portanto, são chamadas de subordinadas adverbiais as orações que, num período composto por subordinação, atuam como adjuntos adverbiais do verbo da oração principal.

Observe o exemplo abaixo de Vinícius de Moraes:

"Eu sinto que em meu gesto existe o teu gesto."

Oração Principal

Oração Subordinada

Observe que na Oração Subordinada temos o verbo "existe", que está conjugado na terceira pessoa do singular do presente do indicativo. As orações subordinadas que apresentam verbo em qualquer dos tempos finitos (tempos do modo do indicativo, subjuntivo e imperativo), são chamadas de orações desenvolvidas ou explícitas.

Podemos modificar o período acima. **Veja:**

Eu sinto existir em meu gesto o teu gesto.

Oração Principal

Oração Subordinada

Observe que a análise das orações continua sendo a mesma: "Eu sinto" é a oração principal, cujo objeto direto é a oração subordinada "existir em meu gesto o teu gesto". Note que a oração subordinada apresenta agora verbo no infinitivo. Além disso, a

conjunção que, conectivo que unia as duas orações, desapareceu. As orações subordinadas cujo verbo surge numa das formas nominais (infinitivo - flexionado ou não - , gerúndio ou particípio) chamamos orações reduzidas ou implícitas.

1) ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS

A oração subordinada substantiva tem valor de **substantivo** e vem introduzida, geralmente, por conjunção integrante (que, se).

Por Exemplo:

Suponho **que** você foi à biblioteca hoje.

Oração Subordinada Substantiva

Você sabe **se** o presidente já chegou?

Oração Subordinada Substantiva

Os pronomes interrogativos (que, quem, qual) também introduzem as orações subordinadas substantivas, bem como os advérbios interrogativos (por que, quando, onde, como). Veja os exemplos:

O garoto perguntou **qual** era o telefone da moça.

Oração Subordinada Substantiva

Não sabemos **por que** a vizinha se mudou.

Oração Subordinada Substantiva

Classificação das Orações Subordinadas Substantivas

De acordo com a função que exerce no período, a oração subordinada substantiva pode ser:

a) Subjetiva

É subjetiva quando exerce a função sintática de sujeito do verbo da oração principal. **Observe:**

É fundamental o seu comparecimento à reunião.

Sujeito

É fundamental que você compareça à reunião.

Oração Principal Oração Subordinada Substantiva Subjetiva

Atenção:

Observe que a oração subordinada substantiva pode ser substituída pelo pronome " **isso**". Assim, temos um período simples:

É fundamental *isso* ou *Isso* é fundamental.

Dessa forma, a oração correspondente a "isso" exercerá a função de sujeito.

Veja algumas estruturas típicas que ocorrem na oração principal:

1- Verbos de ligação + predicativo, em construções do tipo:

É bom - É útil - É conveniente - É certo - Parece certo - É claro - Está evidente - Está comprovado

Por Exemplo:

É **bom** que você compareça à minha festa.

2- Expressões na voz passiva, como:

Sabe-se - Soube-se - Conta-se - Diz-se - Comenta-se - É sabido - Foi anunciado - Ficou provado

Por Exemplo:

Sabe-se que Aline não gosta de Pedro.

3- Verbos como:

convir - cumprir - constar - admirar - importar - ocorrer - acontecer

Por Exemplo:

Convém que não se atrase na entrevista.

b) Objetiva Direta

A oração subordinada substantiva **objetiva direta** exerce função de objeto direto do verbo da oração principal.

Por Exemplo:

Todos querem sua aprovação no vestibular.

Objeto Direto

Todos querem **que** você seja aprovado. (Todos querem isso)

Oração Principal Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta

As orações subordinadas substantivas objetivas diretas desenvolvidas são iniciadas por:

1- Conjunções integrantes "que" (às vezes elíptica) e "se":

Por Exemplo:

A professora verificou **se** todos alunos estavam presentes.

2- Pronomes indefinidos que, quem, qual, quanto (às vezes regidos de preposição), nas interrogações indiretas:

Por Exemplo:

O pessoal queria saber **quem** era o dono do carro importado.

3- Advérbios como, quando, onde, por que, quão (às vezes regidos de preposição), nas interrogações indiretas:

Por Exemplo:

Eu não sei **por que** ela fez isso.

c) Objetiva Indireta

A oração subordinada substantiva **objetiva indireta** atua como *objeto indireto* do verbo da oração principal. Vem precedida de preposição.

Por Exemplo:

Meu pai insiste **em** meu estudo.

Objeto Indireto

Meu pai insiste **em que** eu estude. (Meu pai insiste nisso)

Oração Subordinada Substantiva Objetiva Indireta

Observação: em alguns casos, a preposição pode estar elíptica na oração.

Por Exemplo:

Marta não gosta (de) que a chamem de senhora.

Oração Subordinada Substantiva Objetiva Indireta

d) Completiva Nominal

A oração subordinada substantiva **completiva nominal** completa um *nome* que pertence à oração principal e também vem marcada por preposição.

Por Exemplo:

Sentimos orgulho **de** seu comportamento.

Complemento Nominal

Sentimos orgulho **de que** você se comportou. (Sentimos orgulho disso.)

Oração Subordinada Substantiva Completiva Nominal

e) Predicativa

A oração subordinada substantiva **predicativa** exerce papel de *predicativo do sujeito* do verbo da oração principal e vem sempre depois do verbo ser.

Por Exemplo:

Nosso desejo era sua desistência.

Predicativo do Sujeito

Nosso desejo era que ele desistisse. (Nosso desejo era isso.)

Oração Subordinada Substantiva Predicativa

Observação: em certos casos, usa-se a preposição expletiva "de" para realce.

Veja o exemplo:

A impressão é de que não fui bem na prova.

f) Apositiva

A oração subordinada substantiva **apositiva** exerce função de *aposto* de algum termo da oração principal.

Por Exemplo:

Fernanda tinha um grande sonho: a chegada do dia de seu casamento.

Aposto

(Fernanda tinha um grande sonho: isso.)

Fernanda tinha um grande sonho: que o dia do seu casamento chegasse.

Oração Subordinada Substantiva Apositiva

2) ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS

Uma oração subordinada adjetiva é aquela que possui valor e função de **adjetivo**, ou seja, que a ele equivale. As orações vêm introduzidas por pronome relativo e exercem a função de adjunto adnominal do antecedente. **Observe o exemplo:**

Esta foi uma redação	bem-sucedida.
Substantivo	Adjetivo (Adjunto Adnominal)

Note que o substantivo redação foi caracterizado pelo adjetivo bem-sucedida. Nesse caso, é possível formarmos outra construção, a qual exerce exatamente o mesmo papel. **Veja:**

Esta foi uma redação	que fez sucesso.
Oração Principal	Oração Subordinada Adjetiva

Perceba que a conexão entre a oração subordinada adjetiva e o termo da oração principal que ela modifica é feita pelo **pronome relativo que**. Além de conectar (ou relacionar) duas orações, o pronome relativo desempenha uma função sintática na oração subordinada: ocupa o papel que seria exercido pelo termo que o antecede.

Quando são introduzidas por um pronome relativo e apresentam verbo no modo indicativo ou subjuntivo, as orações subordinadas adjetivas

são chamadas desenvolvidas. Além delas, existem as orações subordinadas adjetivas reduzidas, que não são introduzidas por pronome relativo (podem ser introduzidas por preposição) e apresentam o verbo numa das formas nominais (infinitivo, gerúndio ou particípio).

Por Exemplo:

Ele foi o primeiro aluno que se apresentou.

Ele foi o primeiro aluno a se apresentar.

No primeiro período, há uma oração subordinada adjetiva desenvolvida, já que é introduzida pelo pronome relativo "que" e apresenta verbo conjugado no pretérito perfeito do indicativo. No segundo, há uma oração subordinada adjetiva reduzida de infinitivo: não há pronome relativo e seu verbo está no infinitivo.

Na relação que estabelecem com o termo que caracterizam, as orações subordinadas adjetivas podem atuar de duas maneiras diferentes. Há aquelas que restringem ou especificam o sentido do termo a que se referem, individualizando-o. Nessas orações não há marcação de pausa, sendo chamadas subordinadas adjetivas restritivas. Existem também orações que realçam um detalhe ou amplificam dados sobre o antecedente, que já se encontra suficientemente definido, as quais denominam-se subordinadas adjetivas explicativas.

Exemplo 1:

Jamais teria chegado aqui, não fosse a gentileza de um homem que passava naquele momento.

O

ração Subordinada Adjetiva Restritiva

Nesse período, observe que a oração em destaque restringe e particulariza o sentido da palavra "homem": trata-se de um homem específico, único. A oração **limita** o universo de homens, isto é, não se

refere a todos os homens, mas sim àquele que estava passando naquele momento.

Exemplo 2:

O homem, que se considera racional, muitas vezes age animalescamente.

Oração Subordinada Adjetiva Explicativa

Nesse período, a oração em destaque **não** tem sentido restritivo em relação à palavra "homem": na verdade, essa oração apenas explicita uma ideia que já sabemos estar contida no conceito de "homem".

Ao redigir um período escrito por outrem, é necessário levar em conta as diferenças de significado que as orações restritivas e as explicativas implicam. Em muitos casos, a oração subordinada adjetiva será explicativa ou restritiva de acordo com o que se pretende dizer.

Exemplo 1:

Mandei um telegrama para meu irmão que mora em Roma.

No período acima, podemos afirmar com segurança que a pessoa que fala ou escreve tem, no mínimo, dois irmãos, um que mora em Roma e um que mora em outro lugar. A palavra "irmão", no caso, precisa ter seu sentido limitado, ou seja, é preciso restringir seu universo. Para isso, usa-se uma oração subordinada adjetiva restritiva.

Exemplo 2:

Mandei um telegrama para meu irmão, que mora em Roma.

Nesse período, é possível afirmar com segurança que a pessoa que fala ou escreve tem apenas **um** irmão, o qual mora em Roma. A informação de que o irmão more em Roma não é uma particularidade, ou seja, não

é um elemento identificador, diferenciador, e sim um detalhe que se quer realçar.

Observações:

As orações subordinadas adjetivas podem:

a) Vir coordenadas entre si;

Por Exemplo:

É uma realidade que degrada e assusta a sociedade.

e = conjunção

b) Ter um pronome como antecedente.

Por Exemplo:

Não sei o que vou almoçar.

o = antecedente

que vou almoçar = Oração Subordinada Adjetiva Restritiva

Emprego e Função dos Pronomes Relativos

O estudo das orações subordinadas adjetivas está profundamente ligado ao emprego dos pronomes relativos. Por isso, vamos aprofundar nosso conhecimento acerca desses pronomes.

1) Pronome Relativo QUE

O pronome relativo "que" é chamado relativo universal, pois seu emprego é extremamente amplo. Esse pronome pode ser usado para substituir pessoa ou coisa, que estejam no singular ou no plural.

Sintaticamente, o relativo "que" pode desempenhar várias funções:

a) Sujeito: Eis os artistas que representarão o nosso país.

Substituindo o pronome pelo antecedente, temos:

- Eis os artistas.
- Os artistas (= que) representarão o nosso país.

Sujeito

b) Objeto Direto: Trouxe o documento que você pediu.

Substituindo o pronome pelo antecedente, temos:

- Trouxe o documento
- Você pediu o documento (= que)

Objeto Direto

c) Objeto Indireto: Eis o caderno de que preciso.

Substituindo o pronome pelo antecedente, temos:

- Eis o caderno.
- Preciso do caderno (= de que)

Objeto Indireto

d) Complemento Nominal: Estas são as informações de que ele tem necessidade.

Substituindo o pronome pelo antecedente, temos:

- Estas são as informações.
- Ele tem necessidade das informações (= de que)

Complemento nominal

e) Predicativo do Sujeito: Você é o professor que muitos querem ser.

Substituindo o pronome pelo antecedente, temos:

- Você é o professor.

- Muitos querem ser o professor (= que)

Predicativo do Sujeito

f) Agente da Passiva: Este é o animal por **que** fui atacado.

Substituindo o pronome pelo antecedente, temos:

- Este é o animal.
- Fui atacado pelo animal (= por que)

Agente da Passiva

g) Adjunto Adverbial: O acidente ocorreu no dia em **que** eles chegaram.
(adjunto adverbial de tempo).

Substituindo o pronome pelo antecedente, temos:

- O acidente ocorreu no dia
- Eles chegaram no dia. (= em que)

Adjunto Adverbial de Tempo

Observação

Pelos exemplos citados, percebe-se que o pronome relativo deve ser precedido de preposição apropriada de acordo com a função que exerce. Na língua escrita formal, é sempre recomendável esse cuidado.

2) Pronome Relativo QUEM

O pronome relativo "**quem**" refere-se a pessoas ou coisas personificadas, no singular ou no plural. É sempre precedido de preposição, podendo exercer diversas funções sintáticas. Observe os exemplos:

- a) Objeto Direto Preposicionado: Clarice, a quem admiro muito, influenciou-me profundamente.
- b) Objeto Indireto: Este é o jogador a quem me refiro sempre.
- c) Complemento Nominal: Este é o jogador a quem sempre faço referência.
- d) Agente da Passiva: O médico por quem fomos assistidos é um dos mais renomados especialistas.
- e) Adjunto Adverbial: A mulher com quem ele mora é grega.

3) Pronome Relativo CUJO (s), CUJA (s)

"Cujo" e suas flexões equivalem a "de que", "do qual" (ou suas flexões "da qual", "dos quais", "das quais"), "de quem". Estabelecem normalmente relação de posse entre o antecedente e o termo que especificam, atuando na maior parte das vezes como adjunto adnominal e em algumas construções como complemento nominal. Veja:

a) Adjunto Adnominal:

Não consigo conviver com pessoas cujas aspirações sejam essencialmente materiais. (Não consigo conviver com pessoas / As aspirações dessas pessoas são essencialmente materiais).

b) Complemento Nominal:

O livro, **cuja** leitura agradou muito aos alunos, trata dos tristes anos da ditadura. (cuja leitura = a leitura do livro)

4) Pronome Relativo O QUAL, OS QUAIS, A QUAL, AS QUAIS

"O qual", "a qual", "os quais" e "as quais" são usados com referência a pessoa ou coisa. Desempenham as mesmas funções que o pronome "**que**"; seu uso, entretanto, é bem menos frequente e tem se limitado aos casos em que é necessário para evitar ambiguidade.

Por Exemplo:

Existem dias e noites, **às quais** se dedica o repouso e a intimidade.

O uso de **às quais** permite deixar claro que nos estamos referindo apenas às noites. Se usássemos a que, não poderíamos impor essa restrição. Observe esses dois exemplos:

a) Sujeito:

Conhecemos uma das irmãs de Pedro, **a qual** trabalha na Alemanha.

Nesse caso, o relativo **a qual** também evita ambiguidade. Se fosse usado o relativo que, não seria possível determinar quem trabalha na Alemanha.

b) Adjunto Adverbial:

Não deixo de cuidar da grama, **sobre a qual** às vezes gosto de um bom cochilo.

A preposição **sobre**, dissilábica, tende a exigir o relativo sob as formas "**o / a qual**", "**os / as quais**", rejeitando a forma "**que**".

5) Pronome Relativo ONDE

O pronome relativo "**onde**" aparece apenas no período composto, para substituir um termo da oração principal numa oração subordinada. Por essa razão, em um período como "**Onde você nasceu?**", por exemplo, não é possível pensar em pronome relativo: o período é simples, e nesse caso, "**onde**" é advérbio interrogativo.

Na língua culta, escrita ou falada, "**onde**" deve ser limitado aos casos em que há indicação de **lugar** físico, espacial. Quando não houver essa indicação, deve-se preferir o uso de **em que**, **no qual** (e suas flexões **na qual**, **nos quais**, **nas quais**) e nos casos da ideia de causa / efeito ou de conclusão.

Por Exemplo:

Quero uma cidade tranquila, **onde** possa passar alguns dias em paz.

Vivemos uma época muito difícil, **em que** (na qual) a violência gratuita impera.

6) Pronome Relativo QUANTO, COMO, QUANDO

a) Quanto, quantos e quantas: são pronomes relativos que seguem os pronomes **indefinidos** "tudo", "todos" ou "todas". Atuam principalmente como sujeito e objeto direto. Veja os exemplos:

Tente examinar todos quantos comparecerem ao consultório. **(Sujeito)**

Comeu tudo quanto queria. **(Objeto Direto)**

b) Como e quando: exprimem noções de modo e tempo, respectivamente. Atuam, portanto, como adjuntos adverbiais de modo e de tempo. **Exemplos:**

É estranho o modo como ele me trata.

É a hora quando o sol começa a deitar-se.

3) ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS

Uma oração subordinada adverbial é aquela que exerce a função de **adjunto adverbial** do verbo da oração principal. Dessa forma, pode exprimir circunstância de tempo, modo, fim, causa, condição, hipótese, etc. Quando desenvolvida, vem introduzida por uma das conjunções subordinativas (com exclusão das integrantes). Classifica-se de acordo com a conjunção ou locução conjuntiva que a introduz. **Observe os exemplos abaixo:**

Naquele momento, senti uma das maiores emoções de minha vida.

Adjunto Adverbial

Quando vi a estátua, senti uma das maiores emoções de minha vida.

Oração Subordinada Adverbial

No primeiro período, "naquele momento" é um adjunto adverbial de tempo, que modifica a forma verbal "senti". No segundo período, esse papel é exercido pela oração "Quando vi a estátua", que é, portanto, uma oração subordinada adverbial temporal. Essa oração é desenvolvida, pois é introduzida por uma conjunção subordinativa (quando) e apresenta uma forma verbal do modo indicativo ("**vi**", do pretérito perfeito do indicativo). Seria possível reduzi-la, obtendo-se:

Ao ver a estátua, senti uma das maiores emoções de minha vida.

A oração em destaque é **reduzida**, pois apresenta uma das formas nominais do verbo ("**ver**" no infinitivo) e **não** é introduzida por conjunção subordinativa, mas sim por uma preposição ("a", combinada com o artigo "o").

Circunstâncias Expressas pelas Orações Subordinadas Adverbiais

a) Causa

A ideia de causa está diretamente ligada àquilo que provoca um determinado fato, ao motivo do que se declara na oração principal. "É aquilo ou aquele que determina um acontecimento".

Principal conjunção subordinativa
causal: PORQUE

Outras conjunções e locuções causais: como (sempre introduzido na oração anteposta à oração principal), pois, pois que, já que, uma vez que, visto que.

Exemplos:

As ruas ficaram alagadas porque a chuva foi muito forte.

Como ninguém se interessou pelo projeto, não houve alternativa a não ser cancelá-lo.

Já que você não vai, eu também não vou.

Por ter muito conhecimento (= Porque/Como tem muito conhecimento), é sempre consultado. (Oração Reduzida de Infinitivo)

b) Consequência

As orações subordinadas adverbiais consecutivas exprimem um fato que é **consequência**, que é efeito do que se declara na oração principal. São introduzidas pelas conjunções e locuções: que, de forma que, de sorte que, tanto que, etc., e pelas estruturas tão... que, tanto... que, tamanho... que.

Principal conjunção subordinativa consecutiva: QUE (precedido de tal, tanto, tão, tamanho)

Exemplos:

É feio que dói. (É tão feio que, em consequência, causa dor.)

Nunca abandonou seus ideais, de sorte que acabou concretizando-os.

Não consigo ver televisão sem bocejar. (Oração Reduzida de Infinitivo)

Sua fome era tanta que comeu com casca e tudo.

c) Condição

Condição é aquilo que se impõe como necessário para a realização ou não de um fato. As orações subordinadas adverbiais condicionais exprimem o que deve ou não ocorrer para que se realize ou deixe de se realizar o fato expresso na oração principal.

Principal conjunção subordinativa condicional: SE

Outras conjunções condicionais: caso, contanto que, desde que, salvo se, exceto se, a não ser que, a menos que, sem que, uma vez que (seguida de verbo no subjuntivo).

Exemplos:

Se o regulamento do campeonato for bem elaborado, certamente o melhor time será campeão.

Uma vez que todos aceitem a proposta, assinaremos o contrato.

Caso você se case, convide-me para a festa.

Não saia sem que eu permita.

Conhecendo os alunos (= Se conhecesse os alunos), o professor não os teria punido. (Oração Reduzida de Gerúndio)

d) Concessão

As orações subordinadas adverbiais concessivas indicam **concessão** às ações do verbo da oração principal, isto é, admitem uma contradição ou um fato inesperado. A ideia de concessão está diretamente ligada ao **contraste**, à quebra de expectativa.

Principal conjunção subordinativa concessiva: EMBORA

Utiliza-se também a conjunção: conquanto e as locuções ainda que, ainda quando, mesmo que, se bem que, posto que, apesar de que.

Observe este exemplo:

Só irei se ele for.

A oração acima expressa uma condição: o fato de "eu" ir só se realizará caso essa condição for satisfeita.

Compare agora com:

Irei mesmo que ele não vá.

A distinção fica nítida; temos agora uma **concessão**: irei de qualquer maneira, independentemente de sua ida. A oração destacada é, portanto, subordinada adverbial concessiva.

Observe outros exemplos:

Embora fizesse calor, levei agasalho.

Conquanto a economia tenha crescido, pelo menos metade da população continua à margem do mercado de consumo.

Foi aprovado sem estudar (= sem que estudasse / embora não estudasse). (reduzida de infinitivo)

e) Comparação

As orações subordinadas adverbiais comparativas estabelecem uma **comparação** com a ação indicada pelo verbo da oração principal.

Principal conjunção subordinativa comparativa: COMO

Por Exemplo:

Ele dorme como um urso.

Utilizam-se com muita frequência as seguintes estruturas que formam o grau comparativo dos adjetivos e dos advérbios: tão...

como (quanto), mais (do) que, menos (do) que. Veja os exemplos:

Sua sensibilidade é tão afinada quanto a sua inteligência.

O orador foi **mais** brilhante **do que** profundo.

f) Conformidade

As orações subordinadas adverbiais conformativas indicam ideia de **conformidade**, ou seja, exprimem uma regra, um modelo adotado para a execução do que se declara na oração principal.

Principal conjunção subordinativa conformativa: CONFORME

Outras conjunções conformativas: como, consoante e segundo (todas com o mesmo valor de conforme).

Exemplos:

Fiz o bolo conforme ensina a receita.

Consoante reza a Constituição, todos os cidadãos têm direitos iguais.

Segundo atesta recente relatório do Banco Mundial, o Brasil é o campeão mundial de má distribuição de renda.

g) Finalidade

As orações subordinadas adverbiais finais indicam a intenção, a **finalidade** daquilo que se declara na oração principal.

Principal conjunção subordinativa final: A FIM DE QUE

Outras conjunções finais: que, porque (= para que) e a locução conjuntiva para que.

Por Exemplo:

Aproximei-me dela a fim de que ficássemos amigos.

Felipe abriu a porta do carro para que sua namorada entrasse.

h) Proporção

As orações subordinadas adverbiais proporcionais exprimem ideia de **proporção**, ou seja, um fato simultâneo ao expresso na oração principal.

Principal locução conjuntiva subordinativa proporcional: À

PROPORÇÃO QUE

Outras locuções conjuntivas proporcionais: **à medida que, ao passo que**. Há ainda as estruturas: **quanto maior...** (maior), **quanto maior...** (menor), **quanto menor...** (maior), **quanto menor...** (menor), **quanto mais...** (mais), **quanto mais...** (menos), **quanto menos...** (mais), **quanto menos...** (menos).

Exemplos:

À proporção que estudávamos, acertávamos mais questões.

Visito meus amigos à medida que eles me convidam.

Quanto maior for a altura, maior será o tombo.

Lembre-se:

À medida que é uma conjunção que expressa ideia de proporção; portanto, pode ser substituída por "à proporção que".

Na medida em que exprime uma ideia de causa e equivale a "tendo em vista que" e só nesse sentido deve ser usada.

Por Exemplo:

Na medida em que não há provas contra esse homem, ele deve ser solto.

Atenção: não use as formas "à medida em que" ou "na medida que".

i) Tempo

As orações subordinadas adverbiais temporais acrescentam uma ideia de **tempo** ao fato expresso na oração principal, podendo exprimir noções de simultaneidade, anterioridade ou posterioridade.

Principal conjunção subordinativa temporal: **QUANDO**

Outras conjunções subordinativas temporais: enquanto, **mal** e locuções conjuntivas: assim que, logo que, todas as vezes que, antes que, depois que, sempre que, desde que, etc.

Exemplos:

Quando você foi embora, chegaram outros convidados.

Sempre que ele vem, ocorrem problemas.

Mal você saiu, ela chegou.

Terminada a festa, todos se retiraram. (= Quando terminou a festa) **(Oração Reduzida de Particípio)**

Período composto por coordenação e subordinação

Num período podem aparecer orações que se relacionam pela coordenação e pela subordinação. Assim, tem-se um período **misto**.

Por Exemplo:

O atleta entrou na piscina e **pediu** que todos **saíssem**.

1ª Oração

2ª Oração

3ª Oração

1ª Oração: Oração Coordenada Assindética

2ª Oração: Oração Coordenada Sindética Aditiva (em relação à 1ª oração) e Oração Principal (em relação à 3ª oração).

3ª Oração: Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta (em relação à 2ª Oração).

Observe outro exemplo:

Eram alunas que **tiravam** boas notas, mas não **estudavam**.

1ª Oração

2ª Oração

3ª Oração

1ª Oração: Oração Principal

2ª Oração: Oração Subordinada Adjetiva Restritiva

3ª Oração: Oração Coordenada Sindética Adversativa (em relação à 2ª oração) e Oração Subordinada Adjetiva Restritiva (em relação à 1ª oração).

Responda

1 - FGV - 2014 - Prefeitura de Florianópolis - SC - Fiscal de Serviços Públicos

POR QUE SÃO ASSIM?

Mariana Sgarioni

Daniel Blair tem 4 aninhos e achou que seu cachorrinho de apenas uma semana de vida estava muito sujo. O melhor jeito encontrado para um banho rápido foi atirar o animal na água do vaso sanitário – e dar descarga. Por sorte, a mãe descobriu a tempo, e bombeiros resgataram o animalzinho ainda vivo no esgoto. O caso aconteceu no início de junho, na Inglaterra, e chamou a atenção das câmeras do mundo inteiro. Muitos perguntaram: será que Daniel seria um psicopata divertindo-se com o sofrimento do bicho?

Provavelmente não. Nesses casos, o que pode existir é o transtorno de conduta – comportamento que viola regras sociais importantes.

“Nesses casos, o que pode existir é um transtorno de conduta”; esse segmento do texto apresenta:

- a) duas orações, sendo uma subordinada;
- b) três orações, sendo uma reduzida;
- c) quatro orações, sendo uma coordenada;
- d) uma só oração, sendo absoluta;

- e) três orações, sendo uma coordenada.

2 - IBFC - 2014 - PC-SE - Escrivão Substituto

Eficiência militar

(Historieta Chinesa)

LI-HU ANG-PÔ, vice-rei de Cantão, Império da China, Celeste Império, Império do Meio, nome que lhe vai a calhar, notava que o seu exército provincial não apresentava nem garbo marcial, nem tampouco, nas últimas manobras, tinha demonstrado grandes aptidões guerreiras.

Como toda a gente sabe, o vice-rei da província de Cantão, na China, tem atribuições quase soberanas. Ele governa a província como reino seu que houvesse herdado de seus pais, tendo unicamente por lei a sua vontade.

Convém não esquecer que isto se passou, durante o antigo regime chinês, na vigência do qual, esse vice-rei tinha todos os poderes de monarca absoluto, obrigando-se unicamente a contribuir com um avultado tributo anual, para o Erário do Filho do Céu, que vivia refestelado em Pequim, na misteriosa cidade imperial, invisível para o grosso do seu povo e cercado por dezenas de mulheres e centenas de concubinas. Bem.

Verificado esse estado miserável do seu exército, o vice- rei Li-Huang-Pô começou a meditar nos remédios que devia aplicar para levantar-lhe o moral e tirar de sua força armada maior rendimento militar. Mandou dobrar a ração de arroz e carne de cachorro, que os soldados venciam. Isto, entretanto, aumentou em muito a despesa feita com a força militar do vice-reinado; e, no intuito de fazer face a esse aumento, ele se

lembrou, ou alguém lhe lembrou, o simples alvitre de duplicar os impostos que pagavam os pescadores, os fabricantes de porcelana e os carregadores de adubo humano - tipo dos mais característicos daquela babilônica cidade de Cantão.

Ao fim de alguns meses, ele tratou de verificar os resultados do remédio que havia aplicado nos seus fiéis soldados, a fim de dar-lhes garbo, entusiasmo e vigor marcial.

Determinou que se realizassem manobras gerais, na próxima primavera, por ocasião de florirem as cerejeiras, e elas tivessem lugar na planície de Chu-Wei-Hu - o que quer dizer na nossa língua: "planície dos dias felizes". As suas ordens foram obedecidas e cerca de cinqüenta mil chineses, soldados das três armas, acamparam em Chu-Wei-Hu, debaixo de barracas de seda. Na China, seda é como metim aqui.

Comandava em chefe esse portentoso exército, o general Fu-Shi-Tô que tinha começado a sua carreira militar como puxador de tálburi* em Hong-Kong. Fizera-se tão destro nesse mister que o governador inglês o tomara para o seu serviço exclusivo.

Este fato deu-lhe um excepcional prestígio entre os seus patrícios, porque, embora os chineses detestem os estrangeiros, em geral, sobretudo os ingleses, não deixam, entretanto, de ter um respeito temeroso por eles, de sentir o prestígio sobre humano dos "diabos vermelhos", como os chinas chamam os europeus e os de raça europeia.

Deixando a famulagem do governador britânico de Hong- Kong, Fu-Shi-Tô não podia ter outro cargo, na sua própria pátria, senão o de general no exército do vice-rei de Cantão. E assim foi ele feito, mostrando-se desde logo um inovador, introduzindo melhoramentos na tropa e no

material bélico, merecendo por isso ser condecorado, com o dragão imperial de ouro maciço. Foi ele quem substituiu, na força armada cantonesa, os canhões de papelão, pelos do Krupp; e, com isto, ganhou de comissão alguns bilhões de tael^s* que repartiu com o vice-rei. Os franceses do Canet queriam lhe dar um pouco menos, por isso ele julgou mais perfeitos os canhões do Krupp, em comparação com os do Canet. Entendia, a fundo, de artilharia, o ex-fâmulo do governador de Hong-Kong.

O exército de Li-Huang-Pô estava acampado havia um mês, nas “planícies dos dias felizes”, quando ele se resolveu a ir assistir-lhe as manobras, antes de passar-lhe a revista final.

O vice-rei, acompanhado do seu séquito, do qual fazia parte o seu exímio cabeleireiro Pi-Nu, lá foi para a linda planície, esperando assistir a manobras de um verdadeiro exército germânico. Antegozava isso como uma vítima sua e, também, como constituindo o penhor de sua eternidade no lugar rendoso de quase rei da rica província de Cantão. Com um forte exército à mão, ninguém se atreveria a demiti-lo dele. Foi.

Assistiu às evoluções com curiosidade e atenção. A seu lado, Fu-Shi-Pô explicava os temas e os detalhes do respectivo desenvolvimento, com a abundância e o saber de quem havia estudado Arte da Guerra entre os varais de um cabriolet*.

O vice-rei, porém, não parecia satisfeito. Notava hesitações, falta de élan na tropa, rapidez e exatidão nas evoluções e pouca obediência ao comando em chefe e aos comandados particulares; enfim, pouca eficiência militar naquele exército que devia ser uma ameaça à China inteira, caso quisessem retirá-lo do cômodo e rendoso lugar de vice-rei

de Cantão. Comunicou isto ao general, que lhe respondeu:

- É verdade o que Vossa Excelência Reverendíssima, Poderosíssima, Graciosíssima, Altíssima e Celestial diz; mas os defeitos são fáceis de remediar.
- Como? perguntou o vice-rei.
- É simples. O uniforme atual muito se parece com o alemão: mudemo-lo para uma imitação do francês e tudo estará sanado.

Li-Huang-Pô pôs-se a pensar, recordando a sua estadia em Berlim, as festas que os grandes dignatários da corte de Potsdam lhe fizeram, o acolhimento do Kaiser e, sobretudo, os tael que recebeu de sociedade com o seu general Fu-ShiPô... Seria uma ingratidão; mas... Pensou ainda um pouco; e, por fim, num repente, disse peremptoriamente:

- Mudemos o uniforme; e já!

(Lima Barreto)

*tael: unidade monetária e de peso da China;

*cabriolet: tipo de carruagem;

*tílbur: carro de duas rodas e dois assentos comandados por um animal.

*famulagem: grupo de criados

O trecho abaixo transcrito revela a insatisfação de LI-HU ANG-PÔ, vice-rei de Cantão, com o seu exército.

“O vice-rei, porém, não parecia satisfeito. Notava hesitações, falta de élan na tropa, rapidez e exatidão nas evoluções e pouca obediência ao comando em chefe e aos comandados particulares; enfim, pouca eficiência militar naquele exército que devia ser uma ameaça à China

inteira, caso quisessem retirá-lo do cômodo e rendoso lugar de vice-rei de Cantão.

Comunicou isto ao general, que lhe respondeu:

- É verdade o que Vossa Excelência Reverendíssima, Poderosíssima, Graciosíssima, Altíssima e Celestial diz; mas os defeitos são fáceis de remediar."

A oração "que lhe respondeu" tem sua correta classificação sintática indicada em:

- a) Oração subordinada adjetiva explicativa
- b) Oração coordenada sindética explicativa
- c) Oração subordinada substantiva apositiva
- d) Oração subordinada adjetiva restritiva

3 - FGV - 2014 - PROCEMPA - Técnico Administrativo

Todos desejamos ajudar uns aos outros. Os seres humanos são assim. Desejamos viver para a felicidade do próximo - não para o seu infortúnio. Por que havemos de odiar e desprezar uns aos outros? Neste mundo há espaço para todos. A terra, que é boa e rica, pode prover a todas as nossas necessidades.

O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza, porém nos deixamos extraviar. A cobiça envenenou a alma dos homens, levantou no mundo as muralhas do ódio e tem-nos feito marchar a passo de ganso para a miséria e os morticínios. Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro dela. A máquina, que produz abundância, tem-nos deixado em penúria. Nossos conhecimentos

fizeram-nos céticos; nossa inteligência, empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura. Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido.

A aviação e o rádio nos aproximou. A própria natureza dessas coisas são um apelo eloquente à bondade do homem, um apelo à fraternidade universal, a união de todos nós. Neste mesmo instante, a minha voz chega a milhares de pessoas pelo mundo afora. Milhões de desesperados: homens, mulheres, criancinhas, vítimas de um sistema que tortura seres humanos e encarcera inocentes. Aos que podem me ouvir eu digo: não desesperéis! A desgraça que tem caído sobre nós não é mais do que o produto da cobiça em agonia, da amargura de homens que temem o avanço do progresso humano. Os homens que odeiam desaparecerão, os ditadores sucumbirão e o poder que do povo arrebataram há de retornar ao povo. Sei que os homens morrem, mas a liberdade não perecerá jamais.

(Charles Chaplin)

Assinale a opção que indica a frase em que a conjunção e mostra valor adversativo.

- a) "Por que havemos de odiar e desprezar uns aos outros?"
- b) "A terra, que é boa e rica, pode prover a todas as nossas necessidades."
- c) "O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza."
- d) "...tem-nos feito marchar a passo de ganso para a miséria e os morticínios."

- e) "Pensamos em demasia e sentimos bem pouco."

GABARITO

1 - A 2 - A 3 - E

Concordância verbal e nominal

Concordância é o mecanismo pelo qual as palavras alteram sua terminação para se adequarem harmonicamente na frase.

CONCORDÂNCIA VERBAL

Na concordância verbal, o verbo concorda em número e pessoa com o sujeito. A concordância verbal pode se dar com:

Sujeito simples: antecedendo ou não o seu sujeito simples, o verbo concorda com ele em número e pessoa (E o vento forte quebra as telhas e vidraças – verbo e sujeito no singular);

Sujeito composto anteposto ao verbo: o verbo pode ir para o plural, estar no singular ou no plural (com palavras sinônimas, ou caso os

núcleos do sujeito expressem uma gradação), ou permanecer no singular (caso os núcleos do sujeito estejam se referindo à mesma pessoa ou coisa, ou caso os núcleos do sujeito estejam resumidos por tudo, nada, ninguém);

Sujeito composto posposto ao verbo: o verbo irá para o plural (Explodem, como granadas, os arrozais e as águas.), é admissível também a concordância do verbo com o núcleo mais próximo (Só cabe no poema o homem sem estômago);

Sujeito composto de pessoas diferentes: o verbo vai para o plural na pessoa que prevalecer (O trabalhador e eu plantamos muita mandioca por esse mundão);

Sujeito representado por um coletivo: o verbo concorda com o coletivo (A manada de touros tomava a paisagem em largura);

Sujeito constituído de pronomes de tratamento: o verbo não concorda com a segunda pessoa: vai para a terceira pessoa (Vossa Excelência se enganou).

CONCORDÂNCIA NOMINAL

Na concordância nominal, deve haver concordância entre os nomes (substantivos) e as palavras que com eles se relacionam (adjetivos, artigos, numerais, pronomes adjetivos, participípios). Observe os casos gerais de concordância nominal:

Concordância do adjetivo com o substantivo: um só adjetivo relacionando-se com mais de um substantivo de gênero ou número diferentes (Claros cabelos e semblante que esvaecem) ou mais de um

adjetivo referindo-se a um só substantivo (Entramos pelas terras italiana e suíça);

Concordância do predicado com o sujeito: predicado e sujeito simples (Lindas sombras ficaram opacas na madrugada) ou predicado e sujeito composto (O ódio e o amor pareciam idênticos);

Concordância do numeral com o substantivo: os numerais cardinais devem concordar com o substantivo a que se referem (No mercado havia vinte e duas pessoas), se aparecer antes dos numerais, o substantivo irá para o plural (As pessoas segunda e terceira são alegres);

Concordância dos pronomes de tratamento: é obrigatória a concordância com os pronomes de tratamento sempre em terceira pessoa e usual o adjetivo concordar com o sexo da pessoa relacionada ao pronome citado (Vossa Majestade está bem atrasada para a cerimônia);

Concordância ideológica ou silepse: modo especial de concordar as palavras, e não a forma gramatical, pode ser: de gênero (Extraordinária e bela Recife, Veneza brasileira), de pessoa (Os paulistanos abominados a violência urbana) ou de número (Memórias de um sargento de milícias satiriza o Rio do tempo do rei).

Regência verbal e nominal

A regência enfoca o relacionamento entre os termos da oração, verificando o nível de dependência entre eles.

Chama-se regente o termo que exige complemento e regido o termo complementar (Ninguém assistiu – termo regente – ao formidável enterro – termo regido).

Na regência nominal, alguns nomes (substantivo, adjetivo, advérbio) podem apresentar mais de uma regência, como acontece com os verbos (Estava ansioso para ouvi-lo./ Estava ansioso por ouvi-lo./ Estava ansioso de ouvi-lo.).

Apresentamos a seguir vários nomes acompanhados da preposição ou preposições que os regem. Observe-os atentamente e procure, sempre que possível, associar esses nomes entre si ou a algum verbo cuja regência você conhece.

Substantivos

Admiração a, por	Devoção a, para, com, por	Medo de
Aversão a, para, por	Doutor em	Obediência a
Atentado a, contra	Dúvida acerca de, em, sobre	Ojeriza a, por
Bacharel em	Horror a	Proeminência sobre
Capacidade de, para	Impaciência com	Respeito a , com, para com, por

Adjetivos

Acessível a	Entendido em	Necessário a
Acostumado a, com	Equivalente a	Nocivo a
Agradável a	Escasso de	Paralelo a
Alheio a, de	Essencial a, para	Passível de
Análogo a	Fácil de	Preferível a
Ansioso de, para, por	Fanático por	Prejudicial a
Apto a, para	Favorável a	Prestes a
Ávido de	Generoso com	Propício a
Benéfico a	Grato a, por	Próximo a
Capaz de, para	Hábil em	Relacionado com
Compatível com	Habitado a	Relativo a
Contemporâneo a, de	Idêntico a	Satisfeito com, de, em, por
Contíguo a	Impróprio para	Semelhante a
Contrário a	Indeciso em	Sensível a
Descontente com	Insensível a	Sito em
Desejoso de	Liberal com	Suspeito de
Diferente de	Natural de	Vazio de

Advérbios

Longe de
Perto de

Observação: os advérbios terminados em -mente tendem a seguir o regime dos adjetivos de que são formados: paralela a; paralelamente a; relativa a; relativamente a.

Quanto à regência verbal, os verbos podem ser:

- Transitivo direto
- Transitivo indireto
- Transitivo direto e indireto
- Intransitivo

Verbos que requerem uma ligação direta do complemento. São os VTD, que dispensam auxílio de preposição (Ver filmes. Parecer cansado.);

Verbos que requerem complemento sempre com a mesma preposição. São os VTI (Depender do carro. Incorrer em erro.);

Verbos cujo complemento pode variar de preposição, sem alterar o sentido. São também VTI (Contentar-se de ser feliz – Contentar-se com ser feliz);

Verbos cujo sentido varia conforme o complemento – com ou sem preposição (Aspirar ao cargo – Desejar o cargo / Aspirar o pó – Sugar o pó).

ASPIRAR

O verbo aspirar pode ser transitivo direto ou transitivo indireto.

Transitivo direto: quando significa "sorver", "tragar", "inspirar" e exige complemento sem preposição.

- Ela aspirou o aroma das flores.
- Todos nós gostamos de aspirar o ar do campo.

Transitivo indireto: quando significa "pretender", "desejar", "almejar" e exige complemento com a preposição "a".

- O candidato aspirava a uma posição de destaque.
- Ela sempre aspirou a esse emprego.

Obs: Quando é transitivo indireto não admite a substituição pelos pronomes lhe(s). Devemos substituir por "a ele(s)", "a ela(s)".

- Aspiras a este cargo?
- Sim, aspiro a ele. (e não "aspiro-lhe").

ASSISTIR

O verbo assistir pode ser transitivo indireto, transitivo direto e intransitivo.

Transitivo indireto: quando significa "ver", "presenciar", "cabere", "pertencer" e exige complemento com a preposição "a".

- Assisti a um filme. (ver)
- Ele assistiu ao jogo.
- Este direito assiste aos alunos. (cabere)

Transitivo direto: quando significa "socorrer", "ajudar" e exige complemento sem preposição.

- O médico assiste o ferido. (cuida)

Obs: Nesse caso o verbo "assistir" pode ser usado com a preposição "a".

- Assistir ao paciente.

Intransitivo: quando significa "morar" exige a preposição "em".

- O papa assiste no Vaticano. (no: em + o)
- Eu assisto no Rio de Janeiro.

"No Vaticano" e "no Rio de Janeiro" são adjuntos adverbiais de lugar.

CHAMAR

O verbo chamar pode ser transitivo direto ou transitivo indireto.

É transitivo direto quando significa "convocar", "fazer vir" e exige complemento sem preposição.

- O professor chamou o aluno.

É transitivo indireto quando significa "invocar" e é usado com a preposição "por".

- Ela chamava por Jesus.

Com o sentido de "apelidar" pode exigir ou não a preposição, ou seja, pode ser transitivo direto ou transitivo indireto.

Admite as seguintes construções:

- Chamei Pedro de bobo. (chamei-o de bobo)
- Chamei a Pedro de bobo. (chamei-lhe de bobo)
- Chamei Pedro bobo. (chamei-o bobo)
- Chamei a Pedro bobo. (chamei-lhe bobo)

VISAR

Pode ser transitivo direto (sem preposição) ou transitivo indireto (com preposição).

Quando significa "dar visto" e "mirar" é transitivo direto.

- O funcionário já visou todos os cheques. (dar visto)
- O arqueiro visou o alvo e atirou. (mirar)

Quando significa “desejar”, “almejar”, “pretender”, “ter em vista” é transitivo indireto e exige a preposição “a”.

- Muitos visavam ao cargo.
- Ele visa ao poder.

Nesse caso não admite o pronome lhe(s) e deverá ser substituído por a ele(s), a ela(s). Ou seja, não se diz: viso-lhe.

Obs: Quando o verbo “visar” é seguido por um infinitivo, a preposição é geralmente omitida.

- Ele visava atingir o posto de comando.

ESQUECER – LEMBRAR

- Lembrar algo – esquecer algo
- Lembrar-se de algo – esquecer-se de algo (pronominal)

No 1º caso, os verbos são transitivos diretos, ou seja exigem complemento sem preposição.

- Ele esqueceu o livro.

No 2º caso, os verbos são pronominais (-se, -me, etc) e exigem complemento com a preposição “de”. São, portanto, transitivos indiretos.

- Ele se esqueceu do caderno.
- Eu me esqueci da chave.
- Eles se esqueceram da prova.
- Nós nos lembramos de tudo o que aconteceu.

Há uma construção em que a coisa esquecida ou lembrada passa a funcionar como sujeito e o verbo sofre leve alteração de sentido. É uma construção muito rara na língua contemporânea , porém, é fácil encontrá-la em textos clássicos tanto brasileiros como

portugueses. Machado de Assis, por exemplo, fez uso dessa construção várias vezes.

- Esqueceu-me a tragédia. (cair no esquecimento)
- Lembrou-me a festa. (vir à lembrança)

O verbo lembrar também pode ser transitivo direto e indireto (lembrar alguma coisa a alguém ou alguém de alguma coisa).

PREFERIR

É transitivo direto e indireto, ou seja, possui um objeto direto (complemento sem preposição) e um objeto indireto (complemento com preposição)

- Prefiro cinema a teatro.
- Prefiro passear a ver TV.

Não é correto dizer: "Prefiro cinema do que teatro".

SIMPATIZAR

Ambos são transitivos indiretos e exigem a preposição "com".

- Não simpatizei com os jurados.

QUERER

Pode ser transitivo direto (no sentido de "desejar") ou transitivo indireto (no sentido de "ter afeto", "estimar").

- A criança quer sorvete.
- Quero a meus pais.

NAMORAR

É transitivo direto, ou seja, não admite preposição.

- Maria namora João.

Obs: Não é correto dizer: "Maria namora com João".

OBEDECER

É transitivo indireto, ou seja, exige complemento com a preposição "a" (obedecer a).

- Devemos obedecer aos pais.

Obs: embora seja transitivo indireto, esse verbo pode ser usado na voz passiva.

- A fila não foi obedecida.

VER

É transitivo direto, ou seja, não exige preposição.

- Ele viu o filme.

Sintaxe de Colocação

Fernanda, quem te contou isso?

Fernanda, contaram-te isso?

Nos exemplos acima, observe que o pronome "te" foi expresso em lugares distintos: antes e depois do verbo. Isso ocorre porque os pronomes átonos (**me, te, se, lhe, o, a, nos, vos, lhes, os, as**) podem

assumir três posições diferentes numa oração: antes do verbo, depois do verbo e no interior do verbo. Essas três colocações chamam-se, respectivamente: **próclise**, **ênclise** e **mesóclise**.

1) Próclise

Na próclise, o pronome surge **antes** do verbo. Costuma ser empregada:

a) Nas orações que contenham uma palavra ou expressão de valor negativo.

Exemplos:

Ninguém **o** apoia.

Nunca **se** esqueça de mim.

Não **me** fale sobre este assunto.

b) Nas orações em que haja advérbios e pronomes indefinidos, sem que exista pausa.

Exemplos:

Aqui **se** vive. (advérbio)

Tudo **me** incomoda nesse lugar. (pronome indefinido)

Obs.: caso haja pausa depois do advérbio, emprega-se ênclise.

Por Exemplo:

Aqui, vive-se.

c) Nas orações iniciadas por pronomes e advérbios interrogativos.

Exemplos:

Quem **te** convidou para sair? (pronome interrogativo)

Por que **a** maltrataram? (advérbio interrogativo)

d) Nas orações iniciadas por palavras exclamativas e nas optativas (que exprimem desejo).

Exemplos:

Como **te** admiro! (oração exclamativa)

Deus **o** ilumine! (oração optativa)

e) Nas conjunções subordinativas:**Exemplos:**

Ela não quis a blusa, embora lhe servisse.

É necessário que o traga de volta.

Comprarei o relógio se me for útil.

f) Com gerúndio precedido de preposição "em".**Exemplos:**

Em se tratando de negócios, você precisa falar com o gerente.

Em se pensando em descanso, pensa-se em férias.

g) Com a palavra "só" (no sentido de "apenas", "somente") e com as conjunções coordenativas alternativas.**Exemplos:**

Só se lembram de estudar na véspera das provas.

Ou se diverte, ou fica em casa.

h) Nas orações introduzidas por pronomes relativos.**Exemplos:**

Foi aquele colega quem me ensinou a matéria.

Há pessoas que nos tratam com carinho.

Aqui é o lugar onde te conheci.

2) Mesóclise

Emprega-se a mesóclise quando o verbo estiver no futuro do presente ou no futuro do pretérito do indicativo, desde que não se justifique a próclise. O pronome fica intercalado ao verbo.

Exemplos:

Falar-**lhe**-ei a teu respeito. (Falarei + lhe)

Procurar-**me**-iam caso precisassem de ajuda. (Procurariam + me)

Observações:

a) Havendo um dos casos que justifique a próclise, desfaz-se a mesóclise.

Por Exemplo:

Tudo lhe emprestarei, pois confio em seus cuidados. (O pronome "tudo" exige o uso de próclise.)

b) Com esses tempos verbais (futuro do presente e futuro do pretérito) jamais ocorre a ênclise.

c) A mesóclise é colocação exclusiva da língua culta e da modalidade literária.

3) Ênclise

A ênclise pode ser considerada a colocação básica do pronome, pois obedece à sequência verbo-complemento. Assim, o pronome surge depois do verbo. Emprega-se geralmente:

a) Nos períodos iniciados por verbos (desde que não estejam no tempo futuro), pois, na língua culta, não se abre frase com pronome oblíquo.

Exemplos:

Diga-**me** apenas a verdade.

Importava-**se** com o sucesso do projeto.

b) Nas orações reduzidas de infinitivo.

Exemplos:

Convém confiar-**lhe** esta responsabilidade.

Espero contar-**lhe** isto hoje à noite.

c) Nas orações reduzidas de gerúndio (desde que não venham precedidas de preposição "em".)

Exemplos:

A mãe adotiva ajudou a criança, dando-**lhe** carinho e proteção.

O menino gritou, assustando-**se** com o ruído que ouvira.

d) Nas orações imperativas afirmativas.

Exemplos:

Fale com seu irmão e avise-**o** do compromisso.

Professor, ajude-**me** neste exercício!

Observações:

1) A posição normal do pronome é a ênclise. Para que ocorra a próclise ou a mesóclise é necessário haver justificativas.

2) A tendência para a próclise na língua falada atual é predominante, mas iniciar frases com pronomes átonos não é lícito numa conversação formal. Por Exemplo:

Linguagem Informal: Me alcança a caneta.

Linguagem Formal: Alcança-me a caneta.

3) Se o verbo não estiver no início da frase, nem conjugado nos tempos Futuro do Presente ou Futuro do Pretérito, é possível usar tanto a próclise como a ênclise.

Exemplos:

Eu me machuquei no jogo.

Eu machuquei-me no jogo.

As crianças se esforçam para acordar cedo.

As crianças esforçam-se para acordar cedo.

Colocação dos Pronomes Oblíquos Átonos nas Locuções Verbais

As locuções verbais podem ter o verbo principal no infinitivo, no gerúndio ou no particípio.

1) Verbo Principal no Infinitivo ou Gerúndio

a) Sem palavra que exija a próclise:

Geralmente, emprega-se o pronome após a locução.

Por Exemplo:

Quero ajudar-**lhe** ao máximo.

b) Com palavra que exija próclise:

O pronome pode ser colocado antes ou depois da locução.

Exemplos:

Nunca **me** viram cantar. (antes)

Não pretendo falar-**lhe** sobre negócios. (depois)

Observações:

1) Quando houver preposição entre o verbo auxiliar e o infinitivo, a colocação do pronome será facultativa.

Por Exemplo:

Nosso filho há de encontrar-se na escolha profissional.

Nosso filho há de se encontrar na escolha profissional.

2) Com a preposição "a" e o pronome oblíquo "o" (e variações) o pronome deverá ser colocado depois do infinitivo.

Por Exemplo:

Voltei a cumprimentá-los pela vitória na partida.

2) Verbo Principal no Particípio

Estando o verbo principal no particípio, o pronome oblíquo átono **não** poderá vir depois dele.

Por Exemplo:

As crianças tinham-**se** perdido no passeio escolar.

a) Se não houver fator que justifique a próclise, o pronome ficará depois do verbo auxiliar.

Por Exemplo:

Seu rendimento escolar tem-**me** surpreendido.

b) Se houver fator que justifique a próclise, o pronome ficará antes da locução.

Por Exemplo:

Não **me** haviam avisado da prova que teremos amanhã.

Obs.: na língua falada, é comum o uso da próclise em relação ao particípio. Veja:

Por Exemplo:

Haviam me convencido com aquela história.

Não haviam me mostrado todos os cômodos da casa.

Pontuação

Os sinais de pontuação são recursos gráficos próprios da linguagem escrita. Embora não consigam reproduzir toda a riqueza melódica da

linguagem oral, eles estruturam os textos e procuram estabelecer as pausas e as entonações da fala. Basicamente, têm como finalidade:

- 1) Assinalar as pausas e as inflexões de voz (entoação) na leitura;
- 2) Separar palavras, expressões e orações que devem ser destacadas;
- 3) Esclarecer o sentido da frase, afastando qualquer ambiguidade.

Vírgula (,)

É usada para:

a) separar termos que possuem mesma função sintática na oração: O menino berrou, chorou, esperneou e, enfim, dormiu.

Nessa oração, a vírgula separa os verbos.

b) isolar o vocativo: Então, minha cara, não há mais o que se dizer!

c) isolar o aposto: O João, ex-integrante da comissão, veio assistir à reunião.

d) isolar termos antecipados, como complemento ou adjunto:

1. Uma vontade indescritível de beber água, eu senti quando olhei para aquele copo suado! (antecipação de complemento verbal)

2. Nada se fez, naquele momento, para que pudéssemos sair!
(antecipação de adjunto adverbial)

e) separar expressões explicativas, conjunções e conectivos: isto é, ou seja, por exemplo, além disso, pois, porém, mas, no entanto, assim, etc.

f) separar os nomes dos locais de datas: Brasília, 30 de janeiro de 2009.

g) isolar orações adjetivas explicativas: O filme, que você indicou para mim, é muito mais do que esperava.

Ponto-final (.)

É usado ao final de frases para indicar uma pausa total:

a) Não quero dizer nada.

b) Eu amo minha família.

E em abreviaturas: Sr., a. C., Ltda., vv., num., adj., obs.

Ponto de Interrogação (?)

O ponto de interrogação é usado para:

a) Formular perguntas diretas:

Você quer ir conosco ao cinema?

Desejam participar da festa de confraternização?

b) Para indicar surpresa, expressar indignação ou atitude de expectativa diante de uma determinada situação:

O quê? não acredito que você tenha feito isso! (atitude de indignação)

Não esperava que fosse receber tantos elogios! Será que mereço tudo isso? (surpresa)

Qual será a minha colocação no resultado do concurso? Será a mesma que imagino? (expectativa)

Ponto de Exclamação (!)

Esse sinal de pontuação é utilizado nas seguintes circunstâncias:

a) Depois de frases que expressem sentimentos distintos, tais como: entusiasmo, surpresa, súplica, ordem, horror, espanto:

Iremos viajar! (entusiasmo)

Foi ele o vencedor! (surpresa)

Por favor, não me deixe aqui! (súplica)

Que horror! Não esperava tal atitude. (espanto)

Seja rápido! (ordem)

b) Depois de vocativos e algumas interjeições:

Ui! que susto você me deu. (interjeição)

Foi você mesmo, garoto! (vocativo)

c) Nas frases que exprimem desejo:

Oh, Deus, ajude-me!

Observações dignas de nota:

* Quando a intenção comunicativa expressar, ao mesmo tempo, questionamento e admiração, o uso dos pontos de interrogação e exclamação é permitido. Observe:

Que que eu posso fazer agora?!

* Quando se deseja intensificar ainda mais a admiração ou qualquer outro sentimento, não há problema algum em repetir o ponto de exclamação ou interrogação. Note:

Não!!! – gritou a mãe desesperada ao ver o filho em perigo.

Ponto e vírgula (;)

É usado para:

a) separar itens enumerados:

A Matemática se divide em:

- geometria;
- álgebra;
- trigonometria;
- financeira.

b) separar um período que já se encontra dividido por vírgulas: Ele não disse nada, apenas olhou ao longe, sentou por cima da grama; queria ficar sozinho com seu cão.

Dois-pontos (:)

É usado quando:

a) se vai fazer uma citação ou introduzir uma fala:

Ele respondeu: não, muito obrigado!

b) se quer indicar uma enumeração:

Quero lhe dizer algumas coisas: não converse com pessoas estranhas, não brigue com seus colegas e não responda à professora.

Aspas (""")

São usadas para indicar:

a) citação de alguém: "A ordem para fechar a prisão de Guantánamo mostra um início firme. Ainda na edição, os 25 anos do MST e o bloqueio de 2 bilhões de dólares do Oportunity no exterior" (Carta Capital on-line)

b) expressões estrangeiras, neologismos, gírias: Nada pode com a propaganda de "outdoor".

Reticências (...)

São usadas para indicar supressão de um trecho, interrupção ou dar ideia de continuidade ao que se estava falando:

a) (...) Onde está ela, Amor, a nossa casa,
O bem que neste mundo mais invejo?
O brando ninho aonde o nosso beijo
Será mais puro e doce que uma asa? (...)

b) E então, veio um sentimento de alegria, paz, felicidade...

c) Eu gostei da nova casa, mas do quintal...

Parênteses ()

São usados quando se quer explicar melhor algo que foi dito ou para fazer simples indicações.

Ele comeu, e almoçou, e dormiu, e depois saiu. (o e aparece repetido e, por isso, há o predomínio de vírgulas).

Travessão (–)

O travessão é indicado para:

a) Indicar a mudança de interlocutor em um diálogo:

- Quais ideias você tem para revelar?
- Não sei se serão bem-vindas.
- Não importa, o fato é que assim você estará contribuindo para a elaboração deste projeto.

b) Separar orações intercaladas, desempenhando as funções da vírgula e dos parênteses:

Precisamos acreditar sempre – disse o aluno confiante – que tudo irá dar certo.

Não aja dessa forma – falou a mãe irritada – pois pode ser arriscado.

c) Colocar em evidência uma frase, expressão ou palavra:

O prêmio foi destinado ao melhor aluno da classe – uma pessoa bastante esforçada.

Gostaria de parabenizar a pessoa que está discursando – meu melhor amigo.

Colocação Pronominal

Fernanda, quem te contou isso?

Fernanda, contaram-te isso?

Nos exemplos acima, observe que o pronome "te" foi expresso em lugares distintos: antes e depois do verbo. Isso ocorre porque os pronomes átonos (me, te, se, lhe, o, a, nos, vos, lhes, os, as) podem assumir três posições diferentes numa oração: antes do verbo, depois do verbo e no interior do verbo. Essas três colocações chamam-se, respectivamente: próclise, ênclise e mesóclise.

1) Próclise

Na próclise, o pronome surge antes do verbo. Costuma ser empregada:

a) Nas orações que contenham uma palavra ou expressão de valor negativo.

Exemplos:

Ninguém o apoia.

Nunca se esqueça de mim.

Não me fale sobre este assunto.

b) Nas orações em que haja advérbios e pronomes indefinidos, sem que exista pausa.

Exemplos:

Aqui se vive. (advérbio)

Tudo me incomoda nesse lugar. (pronome indefinido)

Obs.: caso haja pausa depois do advérbio, emprega-se ênclise.

Por Exemplo:

Aqui, vive-se.

c) Nas orações iniciadas por pronomes e advérbios interrogativos.

Exemplos:

Quem te convidou para sair? (pronome interrogativo)

Por que a maltrataram? (advérbio interrogativo)

d) Nas orações iniciadas por palavras exclamativas e nas optativas (que exprimem desejo).

Exemplos:

Como te admiro! (oração exclamativa)

Deus o ilumine! (oração optativa)

e) Nas conjunções subordinativas:

Exemplos:

Ela não quis a blusa, **embora** lhe servisse.

É necessário **que o** traga de volta.

Comprarei o relógio **se me** for útil.

f) Com gerúndio precedido de preposição "em".

Exemplos:

Em se tratando de negócios, você precisa falar com o gerente.

Em se pensando em descanso, pensa-se em férias.

g) Com a palavra "só" (no sentido de "apenas", "somente") e com as conjunções coordenativas alternativas.

Exemplos:

Só se lembram de estudar na véspera das provas.

Ou se diverte, **ou** fica em casa.

h) Nas orações introduzidas por pronomes relativos.

Exemplos:

Foi aquele colega **quem me** ensinou a matéria.

Há pessoas **que nos** tratam com carinho.

Aqui é o lugar **onde te** conheci.

2) Mesóclise

Emprega-se a mesóclise quando o verbo estiver no futuro do presente ou no futuro do pretérito do indicativo, desde que não se justifique a próclise. O pronome fica intercalado ao verbo.

Exemplos:

Falar-lhe-ei a teu respeito. (Falarei + lhe)

Procurar-me-iam caso precisassem de ajuda. (Procurariam + me)

Observações:

a) Havendo um dos casos que justifique a próclise, desfaz-se a mesóclise.

Por Exemplo:

Tudo lhe emprestarei, pois confio em seus cuidados. (O pronome "tudo" exige o uso de próclise.)

b) Com esses tempos verbais (futuro do presente e futuro do pretérito) jamais ocorre a ênclise.

c) A mesóclise é colocação exclusiva da língua culta e da modalidade literária.

3) Ênclise

A ênclise pode ser considerada a colocação básica do pronome, pois obedece à sequência verbo-complemento. Assim, o pronome surge depois do verbo. Emprega-se geralmente:

a) Nos períodos iniciados por verbos (desde que não estejam no tempo futuro), pois, na língua culta, não se abre frase com pronome oblíquo.

Exemplos:

Diga-me apenas a verdade.

Importava-se com o sucesso do projeto.

b) Nas orações reduzidas de infinitivo.

Exemplos:

Convém confiar-lhe esta responsabilidade.

Espero contar-lhe isto hoje à noite.

c) Nas orações reduzidas de gerúndio (desde que não venham precedidas de preposição "em".)

Exemplos:

A mãe adotiva ajudou a criança, dando-lhe carinho e proteção.

O menino gritou, assustando-se com o ruído que ouvira.

d) Nas orações imperativas afirmativas.

Exemplos:

Fale com seu irmão e avise-o do compromisso.

Professor, ajude-me neste exercício!

Observações:

1) A posição normal do pronome é a ênclise. Para que ocorra a próclise ou a mesóclise é necessário haver justificativas.

2) A tendência para a próclise na língua falada atual é predominante, mas iniciar frases com pronomes átonos não é lícito numa conversação formal. Por Exemplo:

Linguagem Informal: Me alcança a caneta.

Linguagem Formal: Alcança-me a caneta.

3) Se o verbo não estiver no início da frase, nem conjugado nos tempos Futuro do Presente ou Futuro do Pretérito, é possível usar tanto a próclise como a ênclise.

Exemplos:

Eu me machuquei no jogo.

Eu machuquei-me no jogo.

As crianças se esforçam para acordar cedo.

As crianças esforçam-se para acordar cedo.

Colocação dos Pronomes Oblíquos Átonos nas Locuções Verbais

As locuções verbais podem ter o verbo principal no infinitivo, no gerúndio ou no particípio.

1) Verbo Principal no Infinitivo ou Gerúndio

a) Sem palavra que exija a próclise:

Geralmente, emprega-se o pronome após a locução.

Por Exemplo:

Quero ajudar-lhe ao máximo.

b) Com palavra que exija próclise:

O pronome pode ser colocado antes ou depois da locução.

Exemplos:

Nunca me **viram cantar**. (antes)

Não **pretendo falar**-lhe sobre negócios. (depois)

Observações:

1) Quando houver preposição entre o verbo auxiliar e o infinitivo, a colocação do pronome será facultativa.

Por Exemplo:

Nosso filho há de encontrar-se na escolha profissional.

Nosso filho há de se encontrar na escolha profissional.

2) Com a preposição "a" e o pronome oblíquo "o" (e variações) o pronome deverá ser colocado depois do infinitivo.

Por Exemplo:

Voltei a cumprimentá-los pela vitória na partida.

2) Verbo Principal no Particípio

Estando o verbo principal no particípio, o pronome oblíquo átono não poderá vir depois dele.

Por Exemplo:

As crianças tinham-se **perdido** no passeio escolar.

a) Se não houver fator que justifique a próclise, o pronome ficará depois do verbo auxiliar.

Por Exemplo:

Seu rendimento escolar **tem**-me surpreendido.

b) Se houver fator que justifique a próclise, o pronome ficará antes da locução.

Por Exemplo:

Não me **havam avisado** da prova que teremos amanhã.

Obs.: na língua falada, é comum o uso da próclise em relação ao particípio. Veja:

Por Exemplo:

Haviam me convencido com aquela história.
Não haviam me mostrado todos os cômodos da casa.

Equivalência e transformação de estruturas

A matéria "equivalência e transformação de estruturas" consiste em saber mudar uma sentença ou parte dela de modo a que fique gramaticalmente correta.

Provavelmente, em sua prova estará assim:

"parte do texto pode ser reescrito, sem prejuízo do seu sentido original e da correção gramatical."

Nesse caso, basta você compreender que se trata de uma **paráfrase** que é a reescrita de um texto sem que haja perda de sentido, a qual pode ocorrer com: mudança de ordem dos termos no período; o uso de sinônimos; antônimos antepostos ou pospostos por palavras negativas; elipse de termos facilmente subentendidos; ou ainda, pelo mecanismo da **perífrase** que é a reescritura por meio de um processo que consiste em expressar por muitas palavras o que se poderia dizer em poucos termos ou vice-versa.

Um exemplo muito comum em provas é o enunciado trazer uma frase no singular, por exemplo, e pedir que o candidato passe a frase para o plural, mantendo o sentido. É fácil!

Outra observação valiosa é ficar atento quanto à concordância e à regência verbal e nominal.

Portanto, resolver questões de reescritura é muito simples. Basta estudar tudo o que lhe foi cobrado no edital e mais esses dois conteúdos que lhe mostraremos agora: **paráfrase e perífrase**.

Paráfrase

Na paráfrase as palavras são mudadas, porém a ideia do texto é confirmada pelo novo texto, a alusão ocorre para atualizar, reafirmar os sentidos ou alguns sentidos do texto citado. É dizer com outras palavras o que já foi dito. Temos um exemplo citado por Affonso Romano Sant'Anna em seu livro "Paródia, paráfrase & Cia" (p. 23):

Texto Original

Minha terra tem palmeiras
Onde canta o sabiá,
As aves que aqui gorjeiam
Não gorjeiam como lá.
(Gonçalves Dias, "Canção do exílio").

Paráfrase

Meus olhos brasileiros se fecham saudosos
Minha boca procura a 'Canção do Exílio'.
Como era mesmo a 'Canção do Exílio'?
Eu tão esquecido de minha terra...
Ai terra que tem palmeiras
Onde canta o sabiá!
(Carlos Drummond de Andrade, "Europa, França e Bahia").

Portanto, **paráfrase** é sempre a reescritura de um texto já existente, uma espécie de 'tradução' dentro da própria língua.

Perífrase

Trata-se de uma expressão que designa um ser através de alguma de suas características ou atributos, ou de um fato que o celebrou. Veja o exemplo:

A Cidade Maravilhosa (= Rio de Janeiro) continua atraindo visitantes do mundo todo.

Obs.: quando a perífrase indica uma pessoa, recebe o nome de antonomásia.

Exemplos:

O Divino Mestre (= Jesus Cristo) passou a vida praticando o bem.

O Poeta dos Escravos (= Castro Alves) morreu muito jovem.

O Poeta da Vila (= Noel Rosa) compôs lindas canções.

Significação das Palavras

Quanto à significação, as palavras são divididas nas seguintes categorias:

Sinônimos

As palavras que possuem significados próximos são chamadas sinônimos. Exemplos:

casa - lar - moradia - residência

longe - distante

delicioso - saboroso

carro - automóvel

Observe que o sentido dessas palavras são **próximos**, mas não são exatamente equivalentes. Dificilmente encontraremos um sinônimo perfeito, uma palavra que signifique exatamente a mesma coisa que outra.

Há uma pequena diferença de significado entre palavras sinônimas. Veja que, embora casa e lar sejam sinônimos, ficaria estranho se falássemos a seguinte frase:

Comprei um novo lar.

Observação: o uso de palavras sinônimas pode ser de grande utilidade nos processos de retomada de elementos que inter-relacionam as partes dos textos.

Antônimos

São palavras que possuem significados opostos, contrários. Exemplos:

mal / bem

ausência / presença

fraco / forte

claro / escuro

subir / descer

cheio / vazio

possível / impossível

Polissemia

Polissemia é a propriedade que uma mesma palavra tem de apresentar mais de um significado nos múltiplos contextos em que aparece. Veja alguns exemplos de palavras polissêmicas:

cabo (posto militar, acidente geográfico, cabo da vassoura, da faca)

banco (instituição comercial financeira, assento)

manga (parte da roupa, fruta)

Homônimos

São palavras que possuem a mesma pronúncia (algumas vezes, a mesma grafia), mas significados diferentes. Veja alguns exemplos no quadro abaixo:

acender (colocar fogo)	ascender (subir)
acento (sinal gráfico)	assento (local onde se senta)
acerto (ato de acertar)	asserto (afirmação)
apreçar (ajustar o preço)	apressar (tornar rápido)
bucheiro (tripeiro)	buxeiro (pequeno arbusto)
bucho (estômago)	buxo (arbusto)
caçar (perseguir animais)	cassar (tornar sem efeito)
cegar (deixar cego)	segar (cortar, ceifar)
cela (pequeno quarto)	sela (forma do verbo selar; arreio)
censo (recenseamento)	senso (entendimento, juízo)
céptico (descrente)	séptico (que causa infecção)
cerração (nevoeiro)	serração (ato de serrar)
cerrar (fechar)	serrar (cortar)
cervo (veado)	servo (criado)
chá (bebida)	xá (antigo soberano do Irã)
cheque (ordem de pagamento)	xeque (lance no jogo de xadrez)
círio (vela)	sírio (natural da Síria)
cito (forma do verbo citar)	sito (situado)
concertar (ajustar, combinar)	consertar (reparar, corrigir)

concerto (sessão musical)	conserto (reparo)
coser (costurar)	cozer (cozinhar)
esotérico (secreto)	exotérico (que se expõe em público)
espectador (aquele que assiste)	expectador (aquele que tem esperança, que espera)
esperto (perspicaz)	experto (experiente, perito)
espiar (observar)	expiar (pagar pena)
espirar (soprar, exalar)	expirar (terminar)
estático (imóvel)	extático (admirado)
esterno (osso do peito)	externo (exterior)
estrato (camada)	extrato (o que se extrai de algo)
estremar (demarcar)	extremar (exaltar, sublimar)
incerto (não certo, impreciso)	inserto (inserido, introduzido)
incipiente (principiante)	insipiente (ignorante)
laço (nó)	lasso (frouxo)
ruço (pardacento, grisalho)	russo (natural da Rússia)
tacha (prego pequeno)	taxa (imposto, tributo)
tachar (atribuir defeito a)	taxar (fixar taxa)

Homônimos Perfeitos

Possuem a mesma grafia e o mesmo som.

Por Exemplo:

Eu cedo este lugar para a professora. (cedo = verbo)

Cheguei cedo para a entrevista. (cedo = advérbio de tempo)

Atenção: Existem algumas palavras que possuem a mesma escrita (grafia), mas a pronúncia e o significado são sempre diferentes. Essas palavras são chamadas de homógrafas e são uma subclasse dos homônimos.

Observe os exemplos:

almoço (substantivo, nome da refeição)

almoço (forma do verbo almoçar na 1ª pessoa do sing. do tempo presente do modo indicativo)

gosto (substantivo)

gosto (forma do verbo gostar na 1ª pessoa do sing. do tempo presente do modo indicativo)

Parônimos

É a relação que se estabelece entre palavras que possuem **significados diferentes, mas são muito parecidas na pronúncia e na escrita**. Veja alguns exemplos no quadro abaixo.

absolver (perdoar, inocentar)	absorver (aspirar, sorver)
apóstrofe (figura de linguagem)	apóstrofo (sinal gráfico)
aprender (tomar conhecimento)	apreender (capturar, assimilar)
arrear (pôr arreios)	arriar (descer, cair)
ascensão (subida)	assunção (elevação a um cargo)
bebedor (aquele que bebe)	bebedouro (local onde se bebe)
cavaleiro (que cavalga)	cavalheiro (homem gentil)
comprimento (extensão)	cumprimento (saudação)
deferir (atender)	diferir (distinguir-se, divergir)
delatar (denunciar)	dilatar (alargar)
descrição (ato de descrever)	discrição (reserva, prudência)
descriminar (tirar a culpa)	discriminar (distinguir)
despensa (local onde se guardam mantimentos)	dispensa (ato de dispensar)
docente (relativo a professores)	discente (relativo a alunos)
emigrar (deixar um país)	imigrar (entrar num país)
eminência (elevado)	iminência (qualidade do que está

	iminente)
eminente (elevado)	iminente (prestes a ocorrer)
esbaforido (ofegante, apressado)	espavorido (apavorado)
estada (permanência em um lugar)	estadia (permanência temporária em um lugar)
flagrante (evidente)	fragrante (perfumado)
fluir (transcorrer, decorrer)	fruir (desfrutar)
fusível (aquilo que funde)	fuzil (arma de fogo)
imersir (afundar)	emergir (vir à tona)
inflação (alta dos preços)	infração (violação)
infligir (aplicar pena)	infringir (violar, desrespeitar)
mandado (ordem judicial)	mandato (procuração)
peão (aquele que anda a pé, domador de cavalos)	pião (tipo de brinquedo)
precedente (que vem antes)	procedente (proveniente; que tem fundamento)
ratificar (confirmar)	retificar (corrigir)
recrear (divertir)	recriar (criar novamente)
soar (produzir som)	suar (transpirar)
sortir (abastecer, misturar)	surtir (produzir efeito)
sustar (suspender)	suster (sustentar)
tráfego (trânsito)	tráfico (comércio ilegal)
vadear (atravessar a vau)	vadiar (andar ociosamente)

LÍNGUA ESTRANGEIRA (Inglês)

Apesar de a **Língua Inglesa** ser a língua oficial do mercado internacional, que todo falante deve saber usá-la se quiser ser bem aceito (e remunerado) no mercado de trabalho, e ela ser disciplina obrigatória na grade curricular das escolas brasileiras, a maior parte dos alunos, principalmente os que não frequentaram escolas de idiomas, têm dificuldade em **compreender um texto em língua estrangeira**. Para driblar essa situação, existem técnicas que facilitam melhor a compreensão de um texto em qualquer língua.

As técnicas de leitura, como o próprio nome diz, é que vão nos ajudar a ler um texto. Confira as principais:

Skimming

“skim” em inglês é deslizar à superfície, desnatar (daí skimmed milk = leite desnatado), passar os olhos por.

A técnica de “skimming” nos leva a ler um texto superficialmente. Utilizar esta técnica significa que precisamos ler cada sentença, mas sim passarmos os olhos por sobre o texto, lendo algumas frases aqui e ali, procurando reconhecer certas palavras e expressões que sirvam como ‘dicas’ na obtenção de informações sobre o texto.

Às vezes não é necessário ler o texto em detalhes. Para usar esta técnica, precisamos nos valer dos nossos conhecimentos de Inglês também.

Observe este trecho:

"Using this integrated approach, the educator's task is to carefully select among the technological options. The goal is to build a mix of instructional media, meeting the needs of the learner in a manner that is instructionally effective and economically prudent." From: Engineering Outreach College of Engineering – University of Idaho

Selecionando algumas expressões teremos:

- integrated approach = abordagem (approach = abordagem, enfoque) integrada
- educator's task = tarefa (task = tarefa) do educador – 's significa posse = do
- technological options = opções tecnológicas (technological é adjetivo)
- goal = objetivo
- a mix instrucional media = uma mistura de mídia instrucional.

Com a técnica do "skimming" podemos dizer que este trecho afirma que a tarefa do educador é selecionar as opções tecnológicas; o objetivo é ter uma mistura de mídias instrucionais de uma maneira instrucionalmente efetiva e economicamente prudente.

Scanning

"Scan" em Inglês quer dizer examinar, sondar, explorar. O que faz um scanner? Uma varredura, não é?! Logo, com a técnica de "scanning" você irá fazer uma varredura do texto, procurando detalhes e ideias objetivas.

Aqui é importante que você utilize os conhecimentos de Inglês; por isso, nós vamos ver detalhadamente alguns itens gramaticais logo a seguir.

Observe este trecho:

" Teaching and learning at a distance is demanding. However, learning will be more meaningful and "deeper" for distant students, if students and their instructor share responsibility for developing learning goals: actively interacting with class members; promoting reflection on experience; relating new information to examples that make sense to learners. This is the challenge and the opportunity provided by distance education."

Poderíamos perguntar qual o referente do pronome "their" no trecho?

Utilizando a técnica de skimming, seria necessário retornar ao texto e entender a sentença na qual o pronome está sendo empregado. "Their" é um pronome possessivo (e como tal, sempre vem acompanhado de um substantivo) da terceira pessoa do plural (o seu referente é um substantivo no plural).

A tradução de "their instructor" seria seu instrutor. Seu de quem? Lendo um pouco para trás, vemos que há "students"; logo concluímos que "their" refere-se a "students, ou seja, instrutor dos alunos".

Confira mais essas técnicas e questões gramaticais necessárias para uma melhor compreensão textual.

1. Find the main elements of the sentence: subject and verb.

(Procure identificar os elementos essenciais da oração - o sujeito e o verbo.)

O português se caracteriza por uma certa flexibilidade com relação ao sujeito. Existem as figuras gramaticais do sujeito oculto, indeterminado e inexistente, para justificar a ausência do sujeito. Mesmo quando não ausente, o sujeito frequentemente aparece depois do verbo, e às vezes até no fim da frase (ex: Ontem apareceu um vendedor lá no escritório).

O inglês é mais rígido: praticamente não existem frases sem sujeito e ele aparece sempre antes do verbo em frases afirmativas e negativas. O sujeito é sempre um nome próprio (ex: Paul is my friend), um pronome (ex: He's my friend) ou um substantivo (ex: The house is big).

Pode-se dizer que o pensamento em inglês se estrutura a partir do sujeito; em seguida vêm o verbo, o complemento, e os adjuntos adverbiais. Para uma boa interpretação de textos em inglês, não adianta

reconhecer o vocabulário apenas; é preciso compreender a estrutura, e para isso é de fundamental importância a identificação do verbo e do sujeito.

2. Don't stumble on noun strings: read backwards.

(Não se atrapalhe com os substantivos em cadeia. Leia-os de trás para frente.)

A ordem normal em português é substantivo – adjetivo (ex: casa grande), enquanto que em inglês é o inverso (ex: big house). Além disto, qualquer substantivo em inglês é potencialmente também um adjetivo, podendo ser usado como tal.

Exemplos:

brick house = casa de tijolos

vocabulary comprehension test = teste de compreensão de vocabulário

health quality improvement measures = medidas de melhoramento da qualidade da saúde

English vocabulary comprehension test = teste de compreensão de vocabulário de inglês

Sempre que o aluno se defrontar com um aparente conjunto de substantivos enfileirados, deve lê-los de trás para diante intercalando a preposição "**de**".

3. Be careful with the suffix ...ing.

(Cuidado com o sufixo ...ing.)

O aluno principiante tende a interpretar o sufixo **...ing** unicamente como gerúndio, quando na maioria das vezes ele aparece como forma substantivada de verbo ou ainda como adjetivo. Se a palavra terminada em **...ing** for um substantivo, poderá figurar na frase como sujeito, enquanto que se for um verbo no gerúndio, jamais poderá ser

interpretado como sujeito nem como complemento. Este é um detalhe que muito frequentemente compromete seriamente o entendimento.

	gerund –	Ex: We are planning to ... What are you doing ?
...ing	noun –	Ex: He likes fishing and camping , and hates accounting . This apartment building is new.
	adjective –	Ex: This is interesting and exciting to me. That was a frightening explosion.

4. Get familiar with suffixes.

(Familiarize-se com os principais sufixos.)

A utilidade de se conhecer os principais sufixos e suas respectivas regras de formação de palavras, do ponto de vista daquele que está desenvolvendo familiaridade com inglês, está no fato de que este conhecimento permite a identificação da provável categoria gramatical mesmo quando não se conhece a palavra no seu significado, o que é de grande utilidade na interpretação de textos.

Vejam as regras de formação de palavras abaixo e seus respectivos sufixos, com alguns exemplos:

SUBSTANTIVO + ...ful = ADJETIVO (significando full of ..., having ...)

SUBSTANTIVO + ...less = ADJETIVO (significando without ...)

SUBSTANTIVO	...ful ADJETIVO	...less ADJETIVO
care (cuidado)	careful (cuidadoso)	careless (descuidado)
harm (dano, prejuízo)	harmful (prejudicial)	harmless (inócuo, inofensivo)
hope (esperança)	hopeful (esperanços o)	hopeless (que não tem esperança)
meaning (significado)	meaningful (significativo)	meaningless (sem sentido)
		painless (indolor)

pain (dor)	painful (doloroso)	powerless (impotente)
power (potência)	powerful (potente)	useless (inútil)
use (uso)	useful (útil)	
beauty (beleza)	beautiful (belo,	-
skill (habilidade)	bonito)	-
wonder (maravilha)	skillful (habilidoso)	-
	wonderful (maravilhoso)	
end (fim)	-	endless (interminável)
home (casa)	-	homeless (sem-teto)
speech (fala)	-	speechless (sem fala)
stain (mancha)	-	stainless (sem mancha,
top (topo)	-	inoxidável)
wire (arame, fio)	-	topless (sem a parte de cima)
worth (valor)	-	wireless (sem fio)
		worthless (que não vale nada)

SUBSTANTIVO + ...hood = SUBSTANTIVO ABSTRATO (sufixo de baixa produtividade significando o estado de ser). Há cerca de mil anos atrás, no período conhecido como Old English, hood era uma palavra independente, com um significado amplo, relacionado à pessoa, sua personalidade, sexo, nível social, condição. A palavra ocorria em conjunto com outros substantivos para posteriormente, com o passar dos séculos, se transformar num sufixo.

SUBSTANTIVO CONTÁVEL ...hood SUBSTANTIVO ABSTRATO

adult (adulto)	adulthood (maturidade)
brother (irmão)	brotherhood (fraternidade)
child (criança)	childhood (infância)
father (pai)	fatherhood (paternidade)
mother (mãe)	motherhood (maternidade)
neighbor (vizinho)	neighborhood (vizinhança)

SUBSTANTIVO + ...ship = SUBSTANTIVO ABSTRATO (sufixo de baixa produtividade significando o estado de ser). A origem do sufixo _ship é uma história semelhante à do sufixo _hood. Tratava-se de uma palavra independente na época do Old English, relacionada a shape e que tinha o significado de criar, nomear. Ao longo dos séculos aglutinou-se com o substantivo a que se referia adquirindo o sentido de estado ou condição de ser tal coisa.

SUBSTANTIVO CONTÁVEL**...ship SUBSTANTIVO ABSTRATO**

citizen (cidadão)	citizenship (cidadania)
dealer (negociante, revendedor)	dealership (revenda)
dictator (ditador)	dictatorship (ditadura)
friend (amigo)	friendship (amizade)
leader (líder)	leadership (liderança)
member (sócio, membro de um clube)	membership (qualidade de quem é sócio)
owner (proprietário)	ownership (posse, propriedade)
partner (sócio, companheiro)	partnership (sociedade comercial)
relation (relação)	relationship (relacionamento)

ADJETIVO + ...ness = SUBSTANTIVO ABSTRATO (significando o estado, a qualidade de).

ADJETIVO**...ness SUBSTANTIVO ABSTRATO**

dark (escuro)	darkness (escuridão)
happy (feliz)	happiness (felicidade)
kind (gentil)	kindness (gentileza)
polite (bem-educado)	politeness (boa educação)
selfish (egoísta)	selfishness (egoísmo)
soft (macio, suave)	softness (maciez, suavidade)
thick (grosso, espesso)	thickness (espessura)
useful (útil)	usefulness (utilidade)
weak (fraco)	weakness (fraqueza)
youthful (com aspecto de jovem)	youthfulness (característica de quem é jovem)

ADJETIVO + ...ity = SUBSTANTIVO ABSTRATO (significando o mesmo que o anterior: o estado, a qualidade de; equivalente ao sufixo ...idade do português). Uma vez que a origem deste sufixo é o latim, as palavras a que se aplica são na grande maioria de origem latina, mostrando uma grande semelhança com o português.

ADJETIVO**...ity SUBSTANTIVO ABSTRATO**

able (apto, que tem condições de)	ability (habilidade, capacidade)
active (ativo)	activity (atividade)
available (disponível)	availability (disponibilidade)
complex (complexo)	complexity (complexidade)
flexible (flexível)	flexibility (flexibilidade)
generous (generoso)	generosity (generosidade)
humid (úmido)	humidity (umidade)
personal (pessoal)	personality (personalidade)
possible (possível)	possibility (possibilidade)
probable (provável)	probability (probabilidade)
productive (produtivo)	productivity (produtividade)
responsible (responsável)	responsibility (responsabilidade)
sincere (sincero)	sincerity (sinceridade)

VERBO + ...tion (...sion) = SUBSTANTIVO (sufixo de alta produtividade significando o estado, a ação ou a instituição; equivalente ao sufixo ...ção do português). A origem deste sufixo é o latim. Portanto, as palavras a que se aplica são na grande maioria de origem latina, mostrando uma grande semelhança e equivalência com o português.

VERBO**...tion SUBSTANTIVO**

accommodate (acomodar)	accommodation (acomodação)
acquire (adquirir)	acquisition (aquisição, assimilação)
act (atuar, agir)	action (ação)
administer (administrar)	administration (administração)
attend (participar de)	attention (atenção)
cancel (cancelar)	cancellation (cancelamento)
collect (coletar, colecionar)	collection (coleta, coleção)

communicate (comunicar)	communication (comunicação)
compose (compor)	composition (composição)
comprehend (compreender)	comprehension (compreensão)
confirm (confirmar)	confirmation (confirmação)
connect (conectar)	connection (conexão)
consider (considerar)	consideration (consideração)
construct (construir)	construction (construção)
contribute (contribuir)	contribution (contribuição)
converse (conversar)	conversation (conversaço)
cooperate (cooperar)	cooperation (cooperaço)
correct (corrigir)	correction (correço)
corrupt (corromper)	corruption (corrupço)
create (criar)	creation (criaço)
define (definir)	definition (definiço)
demonstrate (demonstrar)	demonstration (demonstraço)
deport (deportar)	deportation (deportaço)
describe (descrever)	description (descriço)
direct (direcionar)	direction (direço)
discuss (discutir)	discussion (discussão)
distribute (distribuir)	distribution (distribuiço)
educate (educar, instruir)	education (educaço, instrução)
elect (eleger)	election (eleiço)
evaluate (avaliar)	evaluation (avaliaço)
exaggerate (exagerar)	exaggeration (exagero)
examine (examinar)	examination (exame)
except (excluir, fazer exceço)	exception (exceço)
explain (explicar)	explanation (explicação)
explode (explodir)	explosion (explosão)
express (expressar)	expression (expressão)
extend (extender, prorrogar)	extension (prorrogaço)
form (formar)	formation (formaço)
found (fundar, estabelecer)	foundation (fundaço)
generalize (generalizar)	generalization (generalizaço)
graduate (graduar-se, formar-se)	graduation (formatura)

humiliate (humilhar)	humiliation (humilhado)
identify (identificar)	
imagine (imaginar)	identification (identificação)
immerse (imersão)	imagination (imaginação)
incorporate (incorporar)	immersion (imersão)
infect (infeccionar)	incorporation (incorporação)
inform (informar)	infection (infecção)
inject (injetar)	information (informação)
inspect (inspecionar)	injection (injeção)
instruct (instruir)	inspection (inspeção)
intend (ter intenção, pretender)	instruction (instrução)
interpret (interpretar)	intention (intenção)
introduce (introduzir, apresentar)	interpretation (interpretação)
	introduction (introdução, apresentação)
justify (justificar, alinhar texto)	justification (justificação, alinhamento de texto)
legislate (legislar)	legislation (legislação)
locate (localizar)	location (localização)
lubricate (lubrificar)	lubrication (lubrificação)
menstruate (menstruar)	menstruation (menstruação)
modify (modificar)	modification (modificação)
motivate (motivar)	motivation (motivação)
nominate (escolher, eleger)	nomination (escolha de um candidato)
normalize (normalizar)	normalization (normalização)
obligate (obrigar)	obligation (obrigação)
operate (operar)	operation (operação)
opt (optar)	option (opção)
organize (organizar)	organization (organização)
orient (orientar)	orientation (orientação)
permit (permitir)	permission (permissão)
pollute (poluir)	pollution (poluição)
present (apresentar)	presentation (apresentação)
privatize (privatizar)	privatization (privatização)
produce (produzir)	production (produção)

promote (promover)	promotion (promoção)
pronounce (pronunciar)	pronunciation (pronúncia)
protect (proteger)	protection (proteção)
qualify (qualificar)	qualification (qualificação)
quest (buscar, procurar)	question (pergunta)
receive (receber)	reception (recepção)
reduce (reduzir)	reduction (redução)
register (registrar)	registration (registro)
regulate (regular)	regulation (regulamento)
relate (relacionar)	relation (relação)
repete (repetir)	repetition (repetição)
revolt (revoltar-se)	revolution (revolução)
salve (salvar)	salvation (salvação)
select (selecionar)	selection (seleção)
situate (situar)	situation (situação)
solve (resolver, solucionar)	solution (solução)
transform (transformar)	transformation (transformação)
translate (traduzir)	translation (tradução)
transmit (transmitir)	transmission (transmissão)
transport (transportar)	transportation (transporte)

VERBO + ...er = SUBSTANTIVO (significando o agente da ação; sufixo de alta produtividade).

VERBO

...er SUBSTANTIVO

bank (banco)	banker (banqueiro)
blend (misturar)	blender (liquidificador)
boil (fervor)	boiler (tanque de aquecimento, caldeira)
call (chamar, ligar)	caller (aquele que faz uma ligação telefônica)
compute (computar)	computer (computador)
drum (tamborear, tocar bateria)	drummer (baterista)
dry (secar)	drier (secador)
drive (dirigir)	driver (motorista)
erase (apagar)	eraser (apagador, borracha)

fight (lutar)	fighter (lutador, caça)
freeze (congelar)	freezer (congelador)
interpret (interpretar)	interpreter (intérprete)
kill (matar)	killer (matador, assassino)
lead (liderar)	leader (líder)
light (iluminar, acender)	lighter (isqueiro)
lock (chavear)	locker (armário de chavear)
love (amar)	lover (amante)
manage (gerenciar)	manager (gerente)
paint (pintar)	painter (pintor)
photograph (fotografar)	photographer (fotógrafo)
print (imprimir)	printer (impressora)
prosecute (acusar)	prosecuter (promotor)
publish (publicar)	publisher (editor)
read (ler)	reader (leitor)
record (gravar, registrar)	recorder (gravador)
report (reportar)	reporter (repórter)
rob (assaltar)	robber (assaltante)
sing (cantar)	singer (cantor)
smoke (fumar)	smoker (fumante)
speak (falar)	speaker (porta-voz, aquele que fala)
supply (fornecer)	supplier (fornecedor)
teach (ensinar)	teacher (professor)
train (treinar)	trainer (treinador)
travel (viajar)	traveler (viajante)
use (usar)	user (usuário)
wait (esperar)	waiter (garçom)
wash (lavar)	washer (lavador, máquina de lavar)
work (trabalhar)	worker (trabalhador, funcionário)
write (escrever)	writer (escritor)

VERBO + ...able (...ible) = ADJETIVO (o mesmo que o sufixo ...ável ou ...ível do português; sufixo de alta produtividade). Sua origem é o sufixo _abilis do latim, que significa capaz de, merecedor de.

VERBO

...able (...ible) ADJETIVO

accept (aceitar)	acceptable (aceitável)
access (acessar)	accessible (acessível)
achieve (realizar, alcançar um resultado)	achievable (realizável)
advise (aconselhar)	advisable (aconselhável)
afford (proporcionar, ter meios para custear)	affordable (que dá para comprar)
apply (aplicar, candidatar-se a)	applicable (aplicável)
avail (proporcionar, ser útil)	available (disponível)
believe (acreditar, crer)	believable (acreditável)
compare (comparar)	comparable (comparável)
comprehend (abranger, compreender)	comprehensible (abrangente, compreensível)
predict (predizer, prever)	predictable (previsível)
question (questionar)	questionable (questionável)
rely (confiar)	reliable (confiável)
respond (responder)	responsible (responsável)
sense (sentir)	sensible (sensível)
trust (confiar)	trustable (confiável)
understand (entender)	understandable (inteligível)
value (valorizar)	valuable (valioso)

VERBO + ...ive (...ative) = ADJETIVO (o mesmo que o sufixo ...tivo ou ...ível do português; sufixo de alta produtividade). Sua origem é o sufixo *_ivus* do latim, que significa ter a capacidade de.

VERBO	...ive (...ative) ADJETIVO
act (atuar)	active (ativo)
administrate (administrar)	administrative (administrativo)
affirm (afirmar)	affirmative (afirmativo)
attract (atrair)	attractive (atrativo)
communicate (comunicar)	communicative (comunicativo)
conserve (conservar)	conservative (conservador)
construct (construir)	constructive (construtivo)
expend (gastar)	expensive (caro)
explode (explodir)	explosive (explosivo)

inform (informar)	informative (informativo)
instruct (instruir)	instructive (instrutivo)
interrogate (interrogar)	interrogative (interrogativo)
offend (ofender)	offensive (ofensivo)
prevent (prevenir)	preventive (preventivo)
produce (produzir)	productive (produtivo)

ADJETIVO + ...ly = ADVÉRBIO (o mesmo que o sufixo ...mente do português; sufixo de alta produtividade).

ADJETIVO

...ly ADVÉRBIO

actual (real)	actually (de fato, na realidade)
approximate (aproximado)	approximately (aproximadamente)
basic (básico)	basically (basicamente)
careful (cuidadoso)	carefully (cuidadosamente)
careless (descuidado)	carelessly (de forma descuidada)
certain (certo)	certainly (certamente)
dangerous (perigoso)	dangerously (perigosamente)
efficient (eficiente)	efficiently (eficientemente)
eventual (final)	eventually (finalmente)
exact (exato)	exactly (exatamente)
final (final)	finally (finalmente)
fortunate (afortunado, feliz)	fortunately (felizmente)
frequent (frequente)	frequently (frequentemente)
hard (duro, difícil)	hardly (dificilmente)
hopeful (esperançoso)	hopefully (esperemos que)
important (importante)	importantly (de forma importante)
late (tarde, último)	lately (ultimamente)
natural (natural)	naturally (naturalmente)
necessary (necessário)	necessarily (necessariamente)
normal (normal)	normally (normalmente)
obvious (óbvio)	obviously (obviamente)
occasional (ocasional, eventual)	occasionally (ocasionalmente, eventualmente)
original (original)	originally (originalmente)
perfect (perfeito)	perfectly (perfeitamente)

permanent (permanente)	permanently (permanentemente)
quick (ligeiro)	quickly (ligeiramente)
real (real)	really (realmente)
recent (recente)	recently (recentemente)
regular (regular)	regularly (regularmente)
sincere (sincero)	sincerely (sinceramente)
slow (lento)	slowly (lentamente)
successful (bem-sucedido)	successfully (de forma bem-sucedida)
sudden (repentino)	suddenly (repentinamente)
unfortunate (infeliz)	unfortunately (infelizmente)
urgent (urgente)	urgently (urgentemente)
usual (usual)	usually (usualmente, normalmente)

5. Don't get thrown off by prepositional verbs: look them up in a dictionary.

(Não se deixe enganar pelos verbos preposicionais.)

Os verbos preposicionais, também chamados de phrasal verbs ou two-word verbs, confundem porque a adição da preposição normalmente altera substancialmente o sentido original do verbo. Ex:

go - ir	go off - disparar (alarme) go over - rever, verificar novamente
turn - virar, girar	turn on - ligar turn off - desligar turn down - desprezar turn into - transformar em
put - colocar, botar	put off - cancelar, postergar put on - vestir, botar put out - apagar (fogo) put away - guardar put up with - tolerar

6. Make sure you understand the words of connection.

(Procure conhecer bem as principais palavras de conexão.)

Words of connection ou words of transition são conjunções, preposições, advérbios, etc, que servem para estabelecer uma relação lógica entre frases e idéias. Familiaridade com estas palavras é chave para o entendimento e a correta interpretação de textos.

7. Be careful with false friends.

(Cuidado com os falsos conhecidos.)

Falsos conhecidos, falsos cognatos, também chamados de falsos amigos, são palavras normalmente derivadas do latim, que têm portanto a mesma origem e que aparecem em diferentes idiomas com ortografia semelhante, mas que ao longo dos tempos acabaram adquirindo significados diferentes.

INGLÊS - PORTUGUÊS	PORTUGUÊS - INGLÊS
<i>Actually (adv)</i> - na verdade ..., o fato é que ...	Atualmente - <i>nowadays, today</i>
<i>Adept (n)</i> - especialista, profundo conhecedor	Adepto - <i>supporter</i>
<i>Agenda (n)</i> - pauta do dia, pauta para discussões	Agenda - <i>appointment book; agenda</i>
<i>Amass (v)</i> - acumular, juntar	Amassar - <i>crush</i>
<i>Anticipate (v)</i> - prever; aguardar, ficar na expectativa	Antecipar - <i>to bring forward, to move forward</i>
<i>Apology (n)</i> - pedido de desculpas	Apologia - <i>elogio, enaltecimento</i>
<i>Application (n)</i> - inscrição, registro, uso	Aplicação (financeira) - <i>investment</i>
<i>Appointment (n)</i> - hora marcada,	Apontamento - <i>note</i>

compromisso profissional	
<i>Appreciation (n)</i> - gratidão, reconhecimento	Apreciação - <i>judgement</i>
<i>Argument (n)</i> - discussão, bate boca	Argumento - <i>reasoning, point</i>
<i>Assist (v)</i> - ajudar, dar suporte	Assistir - <i>to attend, to watch</i>
<i>Assume (v)</i> - presumir, aceitar como verdadeiro	Assumir - <i>to take over</i>
<i>Attend (v)</i> - assistir, participar de	Atender - <i>to help; to answer; to see, to examine</i>
<i>Audience (n)</i> - platéia, público	Audiência - <i>court appearance; interview</i>
<i>Balcony (n)</i> - sacada	Balcão - <i>counter</i>
<i>Baton (n)</i> - batuta (música), cacetete	Batom - <i>lipstick</i>
<i>Beef (n)</i> - carne de gado	Bife - <i>steak</i>
<i>Cafeteria (n)</i> - refeitório tipo universitário ou industrial	Cafeteria - <i>coffee shop, snack bar</i>
<i>Carton (n)</i> - caixa de papelão, pacote de cigarros (200)	Cartão - <i>card</i>
<i>Casualty (n)</i> - baixa (morte fruto de acidente ou guerra), fatalidade	Casualidade - <i>chance, fortuity</i>
<i>Cigar (n)</i> - charuto	Cigarro - <i>cigarette</i>
<i>Collar (n)</i> - gola, colarinho, coleira	Colar - <i>necklace</i>
<i>College (n)</i> - faculdade, ensino superior	Colégio (2º grau) - <i>high school</i>
<i>Commodity (n)</i> - artigo, mercadoria	Comodidade - <i>comfort</i>
<i>Competition (n)</i> - concorrência	Competição - <i>contest</i>
<i>Comprehensive (adj)</i> - abrangente, amplo, extenso	Compreensivo - <i>understanding</i>

<i>Compromise</i> - (v) entrar em acordo, fazer concessão; (n) acordo, conciliação	Compromisso - <i>appointment; date</i>
<i>Confident</i> (adj) - confiante	Confidente - <i>confidant</i>
<i>Contest</i> (n) - competição, concurso	Contexto - <i>context</i>
<i>Convenient</i> (adj) - prático	Conveniente - <i>appropriate</i>
<i>Costume</i> (n) - fantasia (roupa)	Costume - <i>custom, habit</i>
<i>Data</i> (n) - dados (números, informações)	Data - <i>date</i>
<i>Deception</i> (n) - logro, fraude, o ato de enganar	Decepção - <i>disappointment</i>
<i>Defendant</i> (n) - réu, acusado	Advogado de defesa - <i>defense attorney</i>
<i>Dent</i> (n) - amassão (carro batido)	Dente - <i>tooth</i>
<i>Design</i> (v, n) - projetar, criar; projeto, estilo	Designar - <i>to appoint</i> / Desenhar - <i>to draw</i>
<i>Disgrace</i> (n) - vergonha, desonra	Desgraça - <i>misfortune, disaster, calamity</i>
<i>Diversion</i> (n) - desvio	Diversão - <i>amusement, fun</i>
<i>Editor</i> (n) - redator	Editor - <i>publisher</i>
<i>Educated</i> (adj) - instruído, com alto grau de escolaridade	Educado - <i>with a good upbringing, well-mannered, polite</i>
<i>Emission</i> (n) - descarga (de gases, etc.)	Emissão - <i>issuing (of a document, etc.)</i>
<i>Enroll</i> (v) - inscrever-se, alistar-se, registrar-se	Enrolar - <i>to roll; to wind; to curl</i>
<i>Equivocate</i> (v) - enganar, enrolar, mentir	Equivocar-se - <i>to mistake one thing for another, to unintentionally make a wrong statement</i>
<i>Eventually</i> (adv) - finalmente, conseqüentemente	Eventualmente - <i>occasionally</i>
<i>Exciting</i> (adj) - empolgante	Excitante - <i>thrilling</i>

<i>Exit (n, v)</i> - saída, sair	Êxito - <i>success</i>
<i>Expert (n)</i> - especialista, perito	Esperto - <i>smart, clever</i>
<i>Exquisite (adj.)</i> - belo, refinado	Esquisito - <i>strange, odd</i>
<i>Fabric (n)</i> - tecido	Fábrica - <i>plant, factory</i>
<i>Genial (adj)</i> - afável, aprazível	Genial - <i>brilliant</i>
<i>Graduate program (n)</i> - Curso de mestrado ou doutorado	Curso de graduação - <i>undergraduate program</i>
<i>Gratuity (n)</i> - gratificação, gorjeta	Gratuidade - <i>the quality of being free of charge</i>
<i>Grip (v)</i> - agarrar firme	Gripe - <i>cold, flu, influenza</i>
<i>Hazard (n,v)</i> - risco, arriscar	Azar - <i>bad luck</i>
<i>Idiom (n)</i> - expressão idiomática, linguajar	Idioma - <i>language</i>
<i>Income tax return (n)</i> - declaração de imposto de renda	Devolução de imposto de renda - <i>income tax refund</i>
<i>Ingenuity (n)</i> - engenhosidade	Ingenuidade - <i>naiveté / naivety</i>
<i>Injury (n)</i> - ferimento	Injúria - <i>insult</i>
<i>Inscription (n)</i> - gravação em relevo (sobre pedra, metal, etc.)	Inscrição - <i>registration, application</i>
<i>Intend (v)</i> - pretender, ter intenção	Entender - <i>understand</i>
<i>Intoxication (n)</i> - embriaguez, efeito de drogas	Intoxicação - <i>poisoning</i>
<i>Jar (n)</i> - pote	Jarra - <i>pitcher</i>
<i>Journal (n)</i> - periódico, revista especializada	Jornal - <i>newspaper</i>
<i>Lamp (n)</i> - luminária, abajur	Lâmpada - <i>light bulb</i>
<i>Large (adj)</i> - grande, espaçoso	Largo - <i>wide</i>
<i>Lecture (n)</i> - palestra, aula	Leitura - <i>reading</i>
<i>Legend (n)</i> - lenda	Legenda - <i>subtitle</i>

<i>Library (n)</i> - biblioteca	Livraria - <i>book shop</i>
<i>Location (n)</i> - localização	Locação - <i>rental</i>
<i>Lunch (n)</i> - almoço	Lanche - <i>snack</i>
<i>Magazine (n)</i> - revista	Magazine - <i>department store</i>
<i>Mayor (n)</i> - prefeito	Maior - <i>bigger</i>
<i>Medicine (n)</i> - remédio, medicina	Medicina - <i>medicine</i>
<i>Moisture (n)</i> - umidade	Mistura - <i>mix, mixture, blend</i>
<i>Motel (n)</i> - hotel de beira de estrada	Motel - <i>love motel, hot-pillow joint, no-tell motel</i>
<i>Notice (v)</i> - notar, aperceber-se; aviso, comunicação	Notícia - <i>news</i>
<i>Novel (n)</i> - romance	Novela - <i>soap opera</i>
<i>Office (n)</i> - escritório	Oficial - <i>official</i>
<i>Parents (n)</i> - pais	Parentes - <i>relatives</i>
<i>Particular (adj)</i> - específico, exato	Particular - <i>personal, private</i>
<i>Pasta (n)</i> - massa (alimento)	Pasta - <i>paste; folder; briefcase</i>
<i>Policy (n)</i> - política (diretrizes)	Polícia - <i>police</i>
<i>Port (n)</i> - porto	Porta - <i>door</i>
<i>Prejudice (n)</i> - preconceito	Prejuízo - <i>damage, loss</i>
<i>Prescribe (v)</i> - receitar	Prescrever - <i>expire</i>
<i>Preservative (n)</i> - conservante	Preservativo - <i>condom</i>
<i>Pretend (v)</i> - fingir	Pretender - <i>to intend, to plan</i>
<i>Private (adj)</i> - particular	Privado - <i>private</i>
<i>Procure (v)</i> - conseguir, adquirir	Procurar - <i>to look for</i>
<i>Propaganda (n)</i> - divulgação de ideias/fatos com intuito de manipular	Propaganda - <i>advertisement, commercial</i>
<i>Pull (v)</i> - puxar	Pular - <i>to jump</i>

<i>Push (v)</i> - empurrar	Puxar - <i>to pull</i>
<i>Range (v)</i> - variar, cobrir	Ranger - <i>to creak, to grind</i>
<i>Realize (v)</i> - notar, perceber, dar-se conta, conceber uma idéia	Realizar - <i>to carry out, make come true, to accomplish</i>
<i>Recipient (n)</i> - recebedor, agraciado	Recipiente - <i>container</i>
<i>Record (v, n)</i> - gravar, disco, gravação, registro	Recordar - <i>to remember, to recall</i>
<i>Refrigerant (n)</i> - substância refrigerante usada em aparelhos	Refrigerante - <i>soft drink, soda, pop, coke</i>
<i>Requirement (n)</i> - requisito	Requerimento - <i>request, petition</i>
<i>Resume (v)</i> - retomar, reiniciar	Resumir - <i>summarize</i>
<i>Résumé (n)</i> - curriculum vitae, currículo	Resumo - <i>summary</i>
<i>Retired (adj)</i> - aposentado	Retirado - <i>removed, secluded</i>
<i>Senior (n)</i> - idoso	Senhor - <i>gentleman, sir</i>
<i>Service (n)</i> - atendimento	Serviço - <i>job</i>
<i>Stranger (n)</i> - desconhecido	Estrangeiro - <i>foreigner</i>
<i>Stupid (adj)</i> - burro	Estúpido - <i>impolite, rude</i>
<i>Support (v)</i> - apoiar	Suportar (tolerar) - <i>tolerate, can stand</i>
<i>Tax (n)</i> - imposto	Taxa - <i>rate; fee</i>
<i>Trainer (n)</i> - preparador físico	Treinador - <i>coach</i>
<i>Turn (n, v)</i> - vez, volta, curva; virar, girar	Turno - <i>shift; round</i>
<i>Vegetables (n)</i> - verduras, legumes	Vegetais - <i>plants</i>

8. Use intuition, don't be afraid of guesswork, and don't rely too much on the dictionary.

(Use sua intuição, não tenha medo de adivinhar significados, e não dependa muito do dicionário.)

Para nós, brasileiros, a interpretação de textos é facilitada pela semelhança no plano do vocabulário, uma vez que o português é uma língua latina e o inglês possui cerca de 50% de seu vocabulário proveniente do latim. É principalmente no vocabulário técnico e científico que aparecem as maiores semelhanças entre as duas línguas, mas também no vocabulário cotidiano encontramos palavras que nos são familiares. É certo que devemos cuidar com os falsos cognatos. Estes, entretanto, não chegam a representar 0,1% do vocabulário de origem latina. Podemos portanto confiar na semelhança. Por exemplo: bicycle, calendar, computer, dictionary, exam, important, intelligent, interesting, manual, modern, necessary, pronunciation, student, supermarket, test, vocabulary, etc., são palavras que brasileiros entendem sem saber nada de inglês. Assim sendo, o aluno deve sempre estar atento para quaisquer semelhanças. Se a palavra em inglês lembrar algo que conhecemos do português, provavelmente tem o mesmo significado.

A leitura de textos mais extensos como jornais, revistas e principalmente livros é altamente recomendável para alunos de nível intermediário e avançado, pois desenvolve vocabulário e familiaridade com as características estruturais da gramática do idioma.

A leitura, entretanto, torna-se inviável se o leitor prender-se ao hábito de consultar o dicionário para todas palavras cujo entendimento não é totalmente claro. O hábito salutar a ser desenvolvido é exatamente o

oposto. Ou seja, concentrar-se na ideia central, ser imaginativo e perseverante, e adivinhar se necessário.

Não deve o leitor desistir na primeira página por achar que nada entendeu. Deve, isto sim, prosseguir com insistência e curiosidade.

A probabilidade é de que o entendimento aumente de forma surpreendente, à medida em que o leitor mergulha no conteúdo do texto.

Treine um pouco com textos encontrados em sites confiáveis que te ajudam a aprender inglês. Uma ótima opção é o site da BBC, a emissora pública de rádio e televisão do Reino Unido fundada em 1922 disponibiliza uma ótima página com conteúdo valioso para os não falantes do idioma.

http://www.bbc.co.uk/portuguese/topicos/aprenda_ingles

Responda

1 – Leia o Texto

1.4 Million Ebola Infections Possible by January, U.S. Forecasts

By Reuters

Filed: 9/23/14 at 3:27 PM | Updated: 9/23/14 at 3:41 PM

Extracted from: <http://www.newsweek.com/us-forecasts-more-500000-ebola-cases-west-africa-272763>

- 1 NEW YORK/GENEVA (Reuters) - Global experts issued stark new warnings of the scale of West Africa's Ebola outbreak on Tuesday, with the U.S. government estimating between 550,000 and 1.4 million people might be infected in the region by January.
- 2 The U.S. Centers for Disease Control and Prevention (CDC) said its projection was based on data from late August and did not take into account a planned U.S. mission to fight the disease, so the upper end of the forecast was unlikely.
- 3 However, it followed research by experts from the World Health Organization (WHO) and Imperial College, which estimated that 20,000 people risked infection within six weeks – months earlier than previous forecasts. It warned that the disease might become a permanent feature of life in West Africa.
- 4 The worst Ebola outbreak on record has already killed over 2,800 people – more than the combined total of all previous outbreaks. The disease has marched across much of Guinea, Liberia and Sierra Leone, killing dozens of health workers and crippling economies recovering from years of conflict.
- 5 Outbreaks in Nigeria and Senegal appear for now to have been contained. But nations across the region fear contagion and, against expert advice, have shuttered borders and restricted travel, complicating international efforts to fight the disease.
- 6 "I am confident the direst projections will not come to pass," CDC director Dr. Thomas Frieden told reporters.
- 7 "A surge now can break the back of the epidemic," Frieden said. "If you get enough people effectively isolated, the epidemic can be stopped."
- 8 Amid complaints from aid workers and regional leaders that the world was doing too little, U.S. President Barack Obama last week announced plans to send 3,000 troops to build 17 treatment centers and train thousands of healthcare workers.
- 9 The U.S. move has been welcomed, but it was accompanied by calls for other nations to follow suit, since the disease was still spreading faster



A school official takes a pupil's temperature using an infrared digital laser thermometer in front of the school premises, at the resumption of private schools, in Lagos. September 22, 2014.
Filed Under: Tech & Science, Ebola

than the moves being made to contain it.

- 10 Underscoring this gap, a senior U.N. official in Liberia, the worst-hit nation, said on Tuesday that 150 foreign experts were in the country but another 600 to 700 were needed.
- 11 Antonio Vigilante, head of the U.N. Development Programme in Liberia, said Liberia now had 350 to 400 beds for Ebola patients, but that fell far short of the 2,000 needed.
- 12 "We have announcements that more will come but very small numbers," Vigilante added. "The American military are bringing in a camp hospital, but it is for 25 beds with medical staff. And so there are still very few. Even if we are at 2,000 beds two or three weeks from now, the cases we'll have in any single day may be more than that," he said.
- 13 Liberian President Ellen Johnson Sirleaf called the CDC predictions "horrendous" and "scary." But now that structures had been put in place, she said, the U.S. effort would help ensure the outbreak would decline as fast as it spread.
- 14 "I believe that, given another couple of weeks, we shall see that this major effort begins to show results," she said, via Skype to an audience at Georgetown University in Washington, D.C.
- 15 In a bid to fill the void, Liberia is now planning to train some 40,000 community workers.

O título do texto nos informa que

- **a)** há 1.4 milhões de infectados pelo ebola
- **b)** havia 1.4 milhões de infectados pelo ebola em janeiro.
- **c)** haverá 1.4 milhões de infectados pelo ebola até janeiro de 2015.

- **d)** poderá haver 1.4 milhões de infectados pelo ebola até janeiro de 2015
- **e)** poderá haver 1.4 milhões de infectados pelo ebola em janeiro de 2015.

2 - No parágrafo 1, "NEW YORK/GENEVA (Reuters) – Global experts issued **stark new warnings** of the scale of West Africa's Ebola outbreak on Tuesday, with the U.S. government estimating between 550,000 and 1.4 million people might be infected in the region by January", **stark new warnings** significa

- **a)** novos avisos.
- **b)** avisos duvidosos.
- **c)** avisos alentadores.
- **d)** avisos repetidos
- **e)** avisos alarmantes.

3 - No parágrafo 3 na sentença , "However, it followed research by experts from the World Health Organization (WHO) and Imperial College,**which** estimated that 20,000 people risked infection within six weeks – months earlier than previous forecasts", **which** refere-se

- **a)** ao povo.
- **b)** aos cientistas
- **c)** ao Imperial College.
- **d)** a WHO e Imperial College.
- **e)** à pesquisa

4 - No parágrafo 4, lê-se que o Ebola

- **a)** prejudicou a economia estável da região.
- **b)** matou duas vezes mais pessoas desde o último surto.
- **c)** matou centenas de pessoas saudáveis.
- **d)** matou vários profissionais da saúde.
- **e)** levou os infectados para a Guiné, Libéria e Serra Leoa.

5 - Em relação à Nigéria e ao Senegal, o parágrafo 5 diz que

- **a)** ambos temem a propagação do surto.
- **b)** os dois países fecharam suas fronteiras.
- **c)** ambos facilitaram o controle da propagação.
- **d)** os países próximos conseguiram controlar o surto.
- **e)** o surto foi aparentemente controlado nos dois países.

GABARITO

1 - D 2 - E 3 - E 4 - D 5 - E

1 - Leia o Texto

WELCOME!

And congratulations on your new purchase. You're now entitled to an unsurpassed service and a number of benefits as part of the Ericsson warranty and service program. Your Ericsson mobile phone was designed to offer you the ultimate in quality, convenience and performance. And of course, we guarantee it. From now on, as the new owner of an Ericsson mobile phone, you'll have access to a number of exclusive advantages such as: a vast network of Ericsson service centers; a limited 1 year warranty and service agreement, and a toll-free customer service hotline.

WARRANTY CONDITIONS

Dear Customer,

If your Ericsson product needs warranty service, you should send the product to any company authorized service facility. For information contact the store from which you purchased the product. The product in all cases must be accompanied by the following items: your name, address, telephone number, warranty card, bill of sale bearing the serial number, date of delivery, or reasonable proof of these dates, and a detailed description of the problem.

Our warranty

This warranty is extended by Ericsson Inc. ("The Company") to the original purchaser for use only. Ericsson warrants this product to be free of defects in material and workmanship at the time of its original purchase and for the subsequent period of one (1) year. All accessories for the product are covered for a period of one (1) year from the date of purchase.

What we will do

If, during the period of warranty, this product proves defective under normal use and service due to improper materials or workmanship, the company will repair or replace the defective item with a new or factory rebuilt replacement.

(Taken from Ericsson - One year Warranty and Service Agreement)

According to the text, the customer service hotline:

- **a)** is very cheap.
- **b)** is inexpensive.
- **c)** is free of charge.
- **d)** is a little expensive
- **e)** costs a lot of money.

2 - According to the text, there are _____ of Ericsson service centers.

- **a)** very few network
- **b)** just one network

- **c)** a limited network
- **d)** only some network
- **e)** an extensive network

3 - The pronoun WE in "And of course, we guarantee it" refers to:

- **a)** the readers of the manual.
- **b)** Ericsson's staff
- **c)** Ericsson mobile phone warranty.
- **d)** Ericsson mobile phone's new owners.
- **e)** the Ericsson warranty and service program.

4 - According to the text, what should the owner do if his or her Ericsson product needs warranty service?

- **a)** The owner should try to repair it.
- **b)** The owner should send the product to any company authorized service facility.
- **c)** The owner should send the product to the store from which he or she purchased the product.
- **d)** The owner should send the store from which he or she purchased the product a detailed description of the problem.
- **e)** The owner should have access to a number of exclusive advantages.

5 - The verb PURCHASED in: "contact the store from which you purchased the product" means:

- **a)** sold
- **b)** found.
- **c)** bought.
- **d)** repaired.
- **e)** borrowed.

6 - The word FACILITY in "You should send the product to any company authorized service facility" means in Portuguese:

- **a)** loja.
- **b)** facilidade.
- **c)** conserto.
- **d)** instalação.
- **e)** atendimento.

7 - The word PURCHASE in "congratulations on your new purchase" and PURCHASED in "contact the store from which you purchased the product" are, respectively:

- **a)** noun / verb
- **b)** verb / verb
- **c)** verb / noun
- **d)** noun / adjective
- **e)** adjective / noun

8 - Choose the option that contains the correct plural forms of: company / facility / address / store, respectively:

- **a)** companys, facilitys, address, stores
- **b)** companies, facilities, addressis, stories
- **c)** companys, facilitys, addressis, stories
- **d)** companies, facilities, addresses, stories
- **e)** companies, facilities, addresses, stores

9 - Choose the only correct sentence:

- **a)** Read the warranty conditions carefully.
- **b)** Read carefully the conditions warranty.
- **c)** Carefully read the conditions warranty.
- **d)** Carefully the warranty conditions read.
- **e)** Read the warranty carefully conditions.

10 - Read the following sentences:

1. Ericsson mobile phone _____ you the ultimate in quality.
2. Ericsson _____ the product to be free of defects.
3. If you need more information, you should _____ the store from which you purchased the product.

The verbs that complete the sentences above correctly are, respectively:

- **a)** offer /warrant / contact
- **b)** offers /warrants / contacts
- **c)** offer /warranty / contacts

- **d)** offers /warrants / contact
- **e)** offer /warranty / contact

GABARITO

1 - C 2 - E 3 - B 4 - B 5 - C 6 - D 7 - A 8 - E 9 - A
10 - D

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Internet e Intranet

A Internet é um amplo sistema de comunicação que conecta muitas redes de computadores. Existem várias formas e recursos de vários equipamentos que podem ser interligados e compartilhados, mediante meios de acesso, protocolos e requisitos de segurança.

A Internet oferece aos usuários um conjunto de serviços de transporte de informação, pesquisa e armazenamento com um bom tempo de resposta e alto nível de interatividade.

A Internet já é considerada por alguns cientistas sociais, antropólogos e psicólogos como um fenômeno que leva o ser humano a outro ambiente, o ambiente virtual. Já existem até doenças relacionadas ao uso da Internet. O usuário interage com a Internet através dos serviços por ela oferecidos.

Exemplos de Serviços oferecidos na Internet:

Salas de Bate Papo

Serviços de Busca e Pesquisas (Google, Bing, etc.)

Correio Eletrônico (serviços de mensagens off-line)

Conversação (Skype) (serviços de mensagens on-line)

Navegação em Páginas (WWW)

Comunidades (Twitter Facebook, LinkedIn, etc.)

Os serviços oferecidos pela Internet são utilizados com grande facilidade pelos usuários. Esta facilidade esconde do usuário final a infraestrutura complexa que dá suporte a estes serviços.

A complexidade da infraestrutura que oferece este suporte passa por entidades como: Roteadores, Concentradores, Modem's, Sistemas telefônicos, Meios de Transmissão e fundamentalmente por um conjunto de protocolos encabeçados pelo TCP/IP.

A **Intranet** também pode oferecer todos os serviços citados acima e muitos outros, porém, estão restritos à uma organização. Desenvolvida apenas para atender um público de usuários interno, a Intranet é uma rede de acesso para uso local, também podendo ser acessada externamente por funcionários de uma empresa, por exemplo. Neste caso, a intranet pode ser denominada **Extranet** que é, justamente, o acesso externo de uma intranet.



A intranet também permite um melhor gerenciamento de rede, controle de usuários e dados que serão transmitidos para a internet ou que são recebidos da internet. Existem alguns softwares e equipamentos de gerenciamento de rede, exemplo: Proxy e Firewalls.

A intranet oferece esta solução. Existem outros benefícios:

- Unifica as informações
- Fácil instalação e administração
- Arquitetura Aberta
- Interface Universal
- Baixo custo de implementação
- Conecta todas as plataformas de sistemas operacionais
- Compartilha conhecimento
- Reduz tempo e custo de desenvolvimento de novas aplicações
- Melhora tomada de decisões.

Quadro comparativo

	INTERNET	INTRANET	EXTRANET
Acesso restrito		✓	✓
Comunicação instantânea	✓	✓	✓
Comunicação externa	✓		✓
Compartilhamento de impressoras		✓	
Compartilhamento de dados	✓	✓	✓
Rede local (LAN)		✓	

Protocolo de Comunicação

Para que os computadores de uma rede possam trocar informações entre si é necessário que todos os computadores adotem as mesmas regras para o envio e o recebimento de informações. Este conjunto de regras é conhecido como Protocolo de Comunicação. No protocolo de comunicação estão definidas todas as regras necessárias para que o computador de destino, "entenda" as informações no formato que foram enviadas pelo computador de origem. Existem diversos protocolos, atualmente a grande maioria das redes utiliza o protocolo TCP/IP já que este é utilizado também na Internet.

O protocolo TCP/IP acabou se tornando um padrão, inclusive para redes locais, como a maioria das redes corporativas hoje tem acesso Internet, usar TCP/IP resolve a rede local e também o acesso externo.

Endereço IP

Endereço que o protocolo IP usa para localizar origem e destino. O endereço IP é um número no seguinte formato: X.Y.Z.W, ou seja, são

quatro números separados por ponto. Não podem existir duas máquinas, com o mesmo número IP, dentro da mesma rede. Caso seja configurado um novo equipamento com o mesmo número IP de uma máquina já existente, será gerado um conflito de números IP e um dos equipamentos não se conseguirá comunicar com a rede. O valor máximo para cada um dos números (X.Y.W OU Z) é 255.

O Endereço IP pode ser fornecido a um computador de duas formas:

Endereço IP Fixo - é fornecido ao computador pelo administrador da rede. Esse endereço é configurado diretamente dentro das propriedades do computador e este computador sempre vai apresentar este endereço.

Endereço IP Dinâmico - é usado em todas as conexões domésticas à Internet. Nesse caso, o endereço IP é fornecido ao computador no momento em que este se conecta à rede, e devolvido quando o computador é desligado da rede.

Um computador recebe o endereço IP dinâmico de um servidor que usa um protocolo chamado DHCP (Dynamic Host Configuration Protocol – Protocolo de Configuração Dinâmica de Host). O protocolo DHCP é, em suma, o responsável pela atribuição automática de endereços IP aos computadores na rede.

Não pode haver computadores, na rede, com endereços IP que terminem em 255 ou 0. Isso porque 0, no final do endereço IP, representa o endereço da rede. No caso do 255, no fim do endereço, ele é chamado de “endereço de broadcast”, pois é usado para o envio de pacotes a todos os micros da mesma rede.

Outros Protocolos

ICMP (Protocolo de Mensagens de Controle de Inter Redes)

Usado em conjunto com o IP para enviar mensagens de controle entre os equipamentos envolvidos na comunicação. Essas mensagens consistem em avisos como fluxo interrompido, congestionamento em um determinado roteador, tempo de resposta de um computador, entre outras coisas. Uma das aplicações mais comuns desse protocolo é o comando PING, usado para medir o tempo de resposta de um computador na rede.

UDP (Protocolo de Datagrama de Usuário)

Protocolo de transporte sem conexão que fornece uma entrega rápida, mas não confiável, dos pacotes.

SMTP (Protocolo de Transferência Simples de Correio)

Protocolo usado para o envio de mensagens de correio eletrônico (e-mail).

MIME do inglês Multipurpose Internet Mail Extensions

É uma norma da internet para o formato das mensagens de correio eletrônico. A grande maioria das mensagens de correio eletrônico são trocadas usando o protocolo SMTP e usam o formato MIME

POP (Protocolo de Agência de Correio)

Usado para realizar o recebimento das mensagens de correio eletrônico. Com este protocolo, as mensagens armazenadas na caixa postal do usuário são trazidas para o computador do usuário e retiradas do servidor. Atualmente esse protocolo encontra-se em sua terceira versão (POP3).

HTTP (Protocolo de Transferência de Hiper Texto)

Protocolo usado para realizar a transferência das páginas da Web para nossos computadores. O HTTP é usado para trazer o conteúdo das páginas para nossos programas navegadores (Browsers).

HTTPS (Protocolo de Transferência de Hiper Texto Seguro)

O HTTP tem uma variação, o HTTPS, que é uma implementação do protocolo HTTP sobre uma camada SSL, essa camada adicional permite que os dados sejam transmitidos através de uma conexão cifrada (criptografada) e que se verifique a autenticidade do servidor e do cliente através de certificados digitais (porta 443 do TCP).

SSL (Secure Socket Layer)

É um protocolo de segurança desenvolvido pela Netscape Communications que tem por finalidade compensar a falta de proteção no ambiente Web. SSL faz três coisas: 1 - SSL autentica que o servidor ao qual você se conectou é o que deveria ser. Você pode se certificar que você está realmente se comunicando com o banco e não um terceiro tentando interceptar a transação. 2 - SSL cria um canal de comunicação seguro através da criptografia de todas as comunicações entre o usuário e o servidor. 3 - SSL conduz a contagem de palavras criptografadas para assegurar a integridade dos dados entre o servidor e o usuário. Se uma mensagem não for recebida em toda sua integridade, ela é rejeitada e outra cópia da mensagem é enviada automaticamente.

FTP (Protocolo de Transferência de Arquivos)

Usado para realizar a transferência de arquivos entre dois computadores através da Internet. O protocolo FTP exige o estabelecimento de uma sessão, com o uso de login e senha. Este protocolo utiliza um caminho para os comandos e outro para transferência dos dados.

TELNET (Emulador de Terminal)

Protocolo que realiza a conexão entre dois computadores para que um deles "finja" ser terminal do outro. Isso significa que qualquer comando executado no computador "terminal" será realizado, na verdade, no computador servidor.

IMAP (Protocolo de Acesso a Mensagens na Internet)

É usado em opção ao POP porque facilita o acesso aos dados nas caixas postais sem a necessidade de “baixá-los” para o computador cliente. Através do IMAP, é possível realizar um acesso on-line aos dados na caixa postal localizada no servidor sem que isso signifique trazer as mensagens ao micro do usuário.

DHCP (Protocolo de Configuração Dinâmica de Estação)

É o protocolo que fornece as informações IP necessárias para as estações poderem se ligar na rede. Ao ligar o computador é enviada uma mensagem ao servidor DHCP, assim que o servidor recebe esta mensagem responde com um endereço IP disponível na rede.

VNC

É um protocolo desenhado para possibilitar interfaces gráficas remotas. Através deste protocolo um usuário pode conectar-se a um computador remotamente, e utilizar as suas funcionalidades visuais como se estivesse sentado em frente do computador. Também é um programa gratuito para o acesso remoto.

Navegadores (Browser)

Um browser, também conhecido como navegador, é um programa que habilita seus usuários a interagirem com documentos HTML hospedados em um servidor Web. O browser ou navegador interpreta o código HTML e constrói a página no computador do usuário. Os Browsers são clientes dos servidores HTTP. Existem vários Clientes de HTTP no mercado, sendo que alguns se sobressaem.

Os Browsers ou Navegadores mais usados são:

- Internet Explorer
- Mozilla Firefox
- Chrome

□ Safari

□ Netscape

Domínios e URL

Embora os computadores conectados a Internet utilizem os endereços IP's para localização e troca de informações, os usuários utilizam nomes amigáveis. Os nomes amigáveis são chamados de URL.

URL - Uniform Resource Locator (localizador de destino padrão), é uma indicação do protocolo e do endereço para acessar informações na Internet.

Os domínios são nomes que respeitam certas regras de hierarquia, que nós podemos apresentar como níveis separados por pontos. A leitura dos níveis é feita da direita para a esquerda



Exemplos de URL's:

□ `http://www.globo.com` □ `http://www.uol.com.br` □
`http://www.terra.com.br`

Um domínio é uma forma encontrada para facilitar o acesso das pessoas na Internet onde podemos dar nomes a números.

É um nome que serve para localizar e identificar conjuntos de computadores na Internet. O nome de domínio foi concebido para facilitar a memorização dos endereços de computadores na Internet. Sem ele, teríamos que memorizar sequências grandes de números.

Abaixo estão listadas todas as categorias de domínio .br oferecidas pelo Registro.br. As categorias podem ser divididas em 3 tipos. Os domínios de pessoa física e profissionais liberais só podem ser registrados por um titular com CPF. Os domínios de pessoa jurídica devem ser associados a um CNPJ. Já os domínios genéricos podem ser registrados por CPF ou CNPJ. Algumas categorias possuem ainda restrições adicionais por serem direcionadas a empresas de setores específicos, sendo necessária comprovação por meio de envio de documentos, ou ainda exigirem o uso de DNSSEC.

Embora o nome de domínio facilite a



memorização de endereços na Internet, vale ressaltar que o IP é que fornece a rota para acessar e enviar informações pela rede. Então resta uma pergunta.

Se digitamos URL's com nomes de domínio como é que o endereço do computador remoto é encontrado através do IP? DNS é a resposta.

DNS (Tradução de nomes em IP's)

Sigla para Domain Name System ou Sistema de Nomes de Domínios. É uma base de dados hierárquica, distribuída para a resolução (tradução) de nomes de domínios em endereços IP. Quando digitamos um URL na barra de endereços de um navegador e pressionamos o ENTER ele é enviado ao provedor, aí então o Servidor de DNS traduz o URL em um endereço IP, depois da tradução o IP é informado para o computador que fez a solicitação, a partir deste momento a conexão lógica está estabelecida entre os pontos que irão se comunicar. O esquema de DNS que traduz os nomes de domínios para endereços IP's foi criado para facilitar a vida do usuário, mas se quiser digitar diretamente o endereço IP na barra de endereços do navegador o site será acessado normalmente.

Proxy

O proxy é um intermediário que fica entre o computador do usuário e a Internet. Pode ser utilizado para registrar o uso e também para bloquear o acesso a sites da Internet. O firewall do servidor proxy bloqueia sites ou páginas da Web que considera indesejados. O Proxy pode armazenar em cache as páginas da Web acessadas por hosts da rede durante determinado período. Sempre que um host solicita a mesma página da Web, o servidor proxy utiliza as informações armazenadas em cache em vez de recuperá-las do provedor de conteúdo. Isso proporciona acesso mais rápido às páginas da Web. O Proxy não permite comunicação direta entre a rede interna e a Internet. Tudo deve passar pelo Proxy, que atua como um intermediador. O Proxy efetua a comunicação entre ambos os lados por meio da avaliação da sessão TCP dos pacotes.

O IPv6 (novo modelo de endereçamento)

O IP é o elemento comum encontrado na internet pública dos dias de hoje. É descrito no RFC 791 (Request For Comments) da IETF (The Internet Engineering Task Force) que foi publicada pela primeira vez em Setembro de 1981. Este documento descreve o protocolo da camada de rede mais popular e atualmente em uso. Esta versão do protocolo é designada de versão 4, ou IPv4.

O IPv4 possui limitações para atender as necessidades criadas pela Internet moderna, limitações como, conjunto de endereços limitados a aproximadamente 4,3 bilhões (com 32 bits), graves problemas de segurança, e muitos outros. IPv6 – ou IPng “IP Next Generation” O IPv6 (RFC’s 1883 e 1884) é a nova versão do protocolo IP utilizado futuramente na Internet, tem endereçamento de 128 bits, oferecendo mais endereços que os 32 bits do IPv4.

Combinações de endereços possíveis no IPv4: 2^{32} (2 elevado a 32) que seria: 4.294.967.296

Combinações de endereços possíveis no IPv6: 2^{128} (2 elevado a 128) que seria: 340.282.366.920.938.000.000.000.000.000.000.000.000

Esta é uma faixa de endereçamento extremamente grande.

Teoricamente, isto representa aproximadamente 665.570.793.348.866.943.898.599 endereços por metro quadrado da superfície do planeta Terra (assumindo que a superfície da Terra seja de 511.263.971.197.990 m²).

Considerando estas estimativas, seria improvável que alguém tivesse a necessidade de utilização de tantos endereços em um espaço tão pequeno.

Navegadores

Um navegador (também conhecido como web browser ou simplesmente browser) é um programa que habilita seus usuários a interagirem com documentos HTML hospedados em um servidor Web. É o tipo mais comumente usado de agente. A maior coleção interligada de documentos hipertexto, dos quais os documentos HTML são uma substancial fração, é conhecida com a World Wide Web.

Na prática ele é um programa que deve ser instalado em seu computador para permitir o acesso aos sites em que deseja visitar.

Há muitos navegadores Web no mercado. Uma pequena lista dos navegadores existentes podem ser vistos em http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_web_browsers.

No entanto, cinco navegadores tem sido adotados com maior popularidade por parte das empresas e organizações, e consequentemente são as mais cobradas em concursos.

Os mais cobrados são:

- Internet Explorer:** produto da empresa Microsoft, é o navegador nativo do sistema operacional Windows, o que o torna um dos navegadores mais utilizados. É um sistema proprietário, de código-fechado, sendo historicamente um navegador suscetível a falhas e programas maliciosos.

- Google Chrome:** produto da empresa Google, é um navegador de código-aberto que possui diversas funcionalidades como a adição de extensões e aplicativos diversos, desenvolvidos por terceiros, que permite expandir a sua capacidade. É o navegador atualmente mais utilizado no mundo, possuindo um padrão de

atualizações constantes o que permite atender rapidamente a falhas e brechas de sistema.

- Mozilla Firefox:** produto da Mozilla, uma fundação sem fins lucrativos, é um navegador de código-aberto que, assim como o Chrome, possui diversas funcionalidades como a adição de extensões e aplicativos diversos, desenvolvidos por terceiros, que permite expandir a sua capacidade. É considerado o navegador mais apropriado para usuários experientes nos quesitos de segurança e privacidade.

Navegadores não tão cobrados em concursos:

- Opera:** é um navegador da web e uma suíte de internet desenvolvida pela companhia Opera Software. Ele é oferecido gratuitamente para computadores pessoais e smartphones, mas para outros dispositivos é preciso pagar por ele. É um navegador criado para oferecer rapidez de acesso às páginas web, além de diversos outros recursos ainda não encontrados em outros navegadores, como comandos por voz.

- Safari:** o Safari é um navegador desenvolvido pela Apple Inc. e incluído como o navegador padrão a partir do sistema operacional Mac OS X para os produtos da Apple.

Mozilla Firefox

O navegador Mozilla Firefox é um dos navegadores mais usados no mundo e possui diversas vantagens funcionais. Uma das vantagens é o Recurso de Abas (Que atualmente já foi copiado por todos os outros navegadores) que permite que sejam abertos vários sites usando uma mesma janela do navegador.

O Mozilla Firefox é compatível com qualquer site da Web, não havendo assim, distinção quando acessar um site na internet.

Barra de Navegação

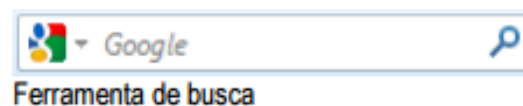


Esta é a barra onde são exibidos os recursos que possibilitam fazer a navegação entre as páginas da Internet. Esta barra é composta pelos seguintes recursos:

Barra de Botões de Navegação

	<p>Página anterior - exibe a página anteriormente visualizada.</p> <p>Próxima página - exibe a página seguinte em relação a página que estiver aberta</p>
	Favoritos - adicionar aos favoritos.
	Histórico - acessar o histórico de navegação.
	Atualizar a página - atualiza a página que estiver aberta.
	Parar - interrompe a abertura de uma nova página.

OPÇÕES DO MENU DO FIREFOX



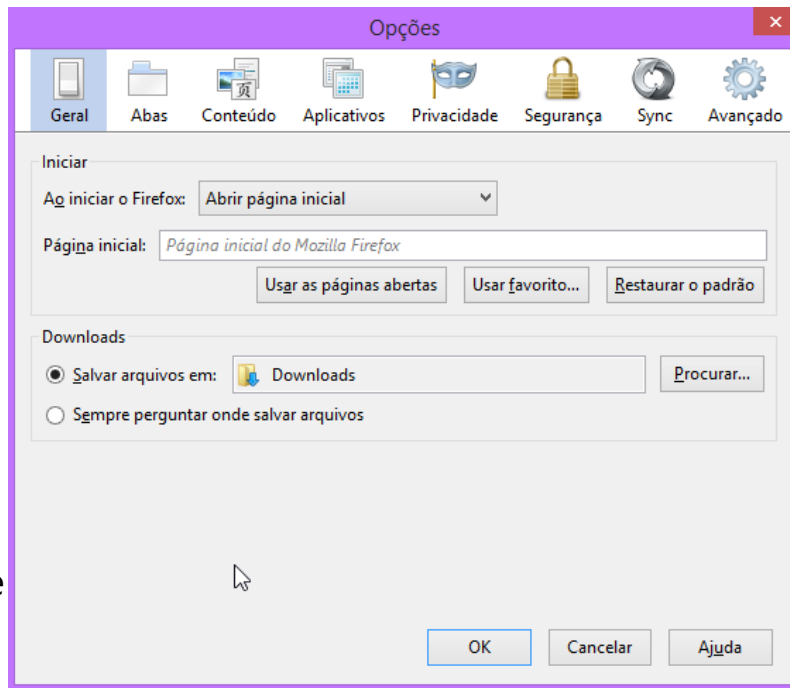
	Página inicial - exibe a página inicial.
	<p>Favoritos - Gerenciar os favoritos</p>

FERRAMENTAS > OPÇÕES

As configurações e personalizações são realizadas através desta opção do Firefox. Vejamos algumas telas de configuração:

Geral

Uma das principais opções é aquela que permite alterar a página inicial que é aberto quando o



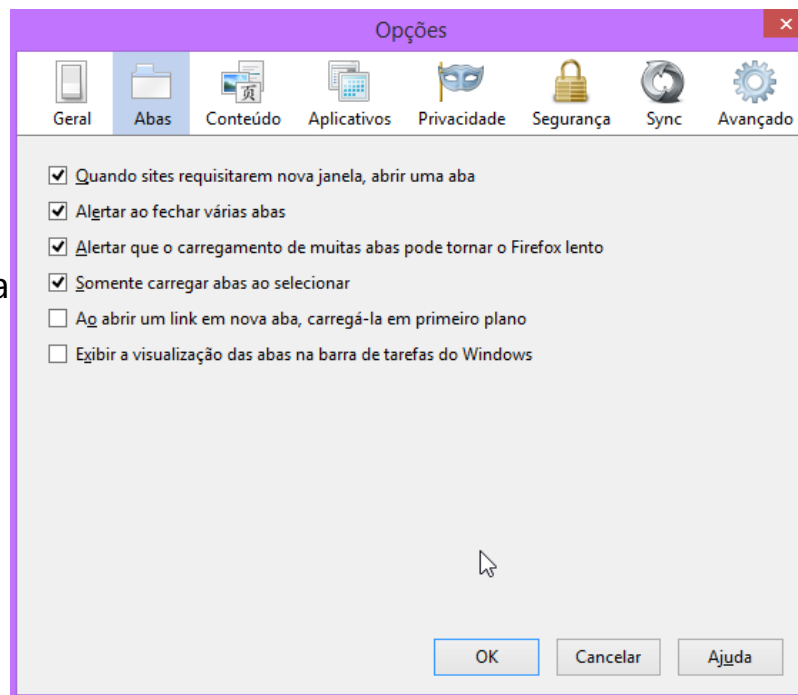
programa é inicial ou quando o botão de página inicial é pressionado pelo usuário.

Aba

Permite o usuário personalizar a utilização das Abas de Navegação quando clicar em um link ou quando um endereço URL for digitado, por exemplo.

Conteúdo

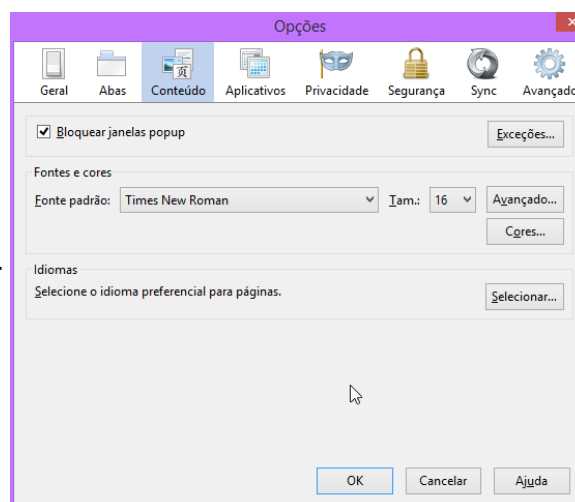
Através desta janela o usuário tem a opção de impedir que janelas pop-up's sejam abertas



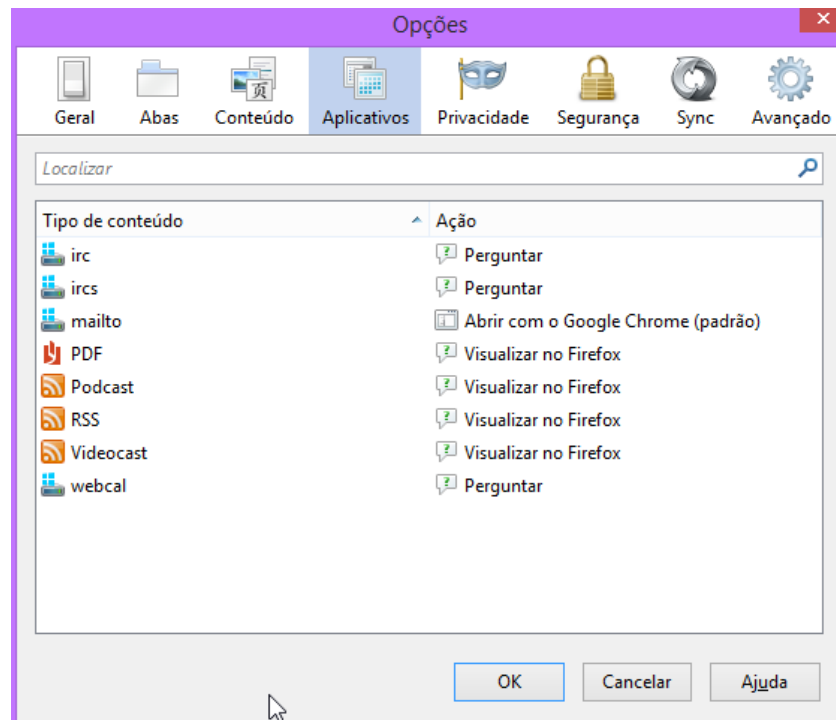
automaticamente ao acessar um site na internet. Permite também a utilização de recursos Java e personalizar fontes do navegador.

Aplicativos

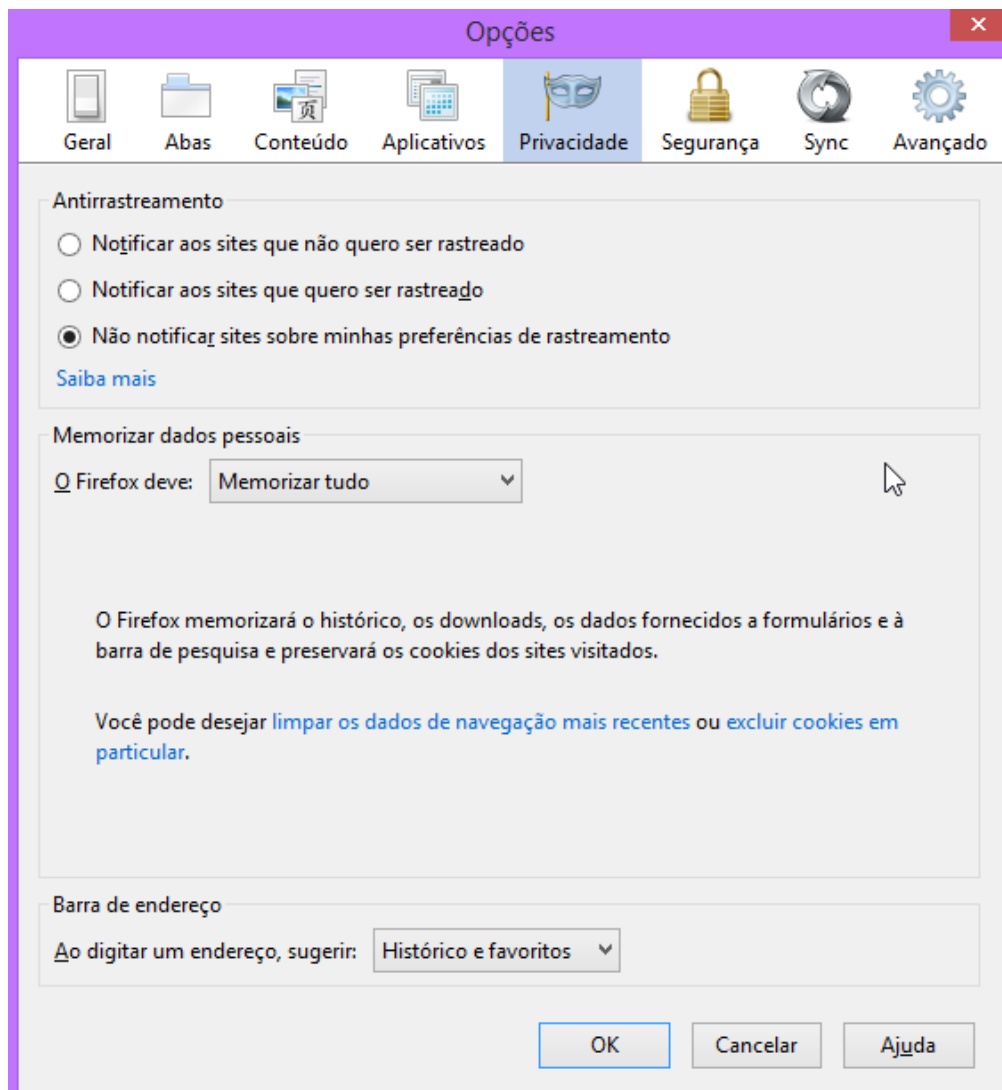
O Painel Aplicativos permite que você escolha como o Firefox lida com diferentes tipos de arquivos. Para cada



tipo de conteúdo que o Firefox reconhece, você pode selecionar uma ação para o Firefox usar para lidar com esse tipo de conteúdo. Você pode visualizar o conteúdo do arquivo na janela do Firefox com os formatos suportados nativamente (podcast, feed da Web, PDF) ou com uma extensão, abra o arquivo com um aplicativo instalado no seu computador (ou em alguns casos, com um aplicativo web), ou você pode salvar o arquivo para a pasta de downloads.



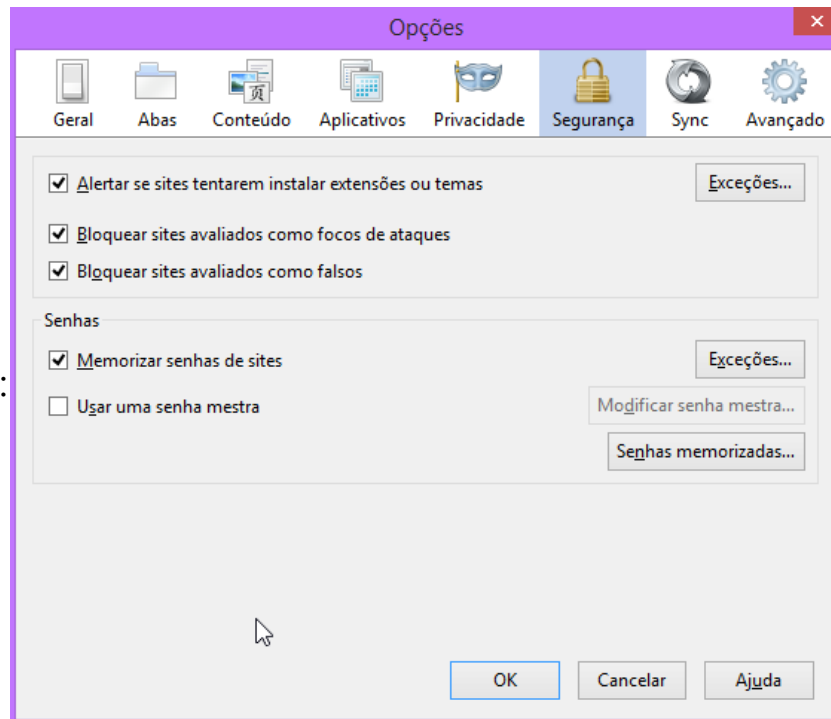
Privacidade



Histórico, Cookies e Dados Pessoais podem ser facilmente configurados através da janela Privacidade. O usuário tem a opção de excluir todos os cookies, o histórico de navegação e limpar os dados pessoais que são digitados em determinados sites. Há também opção que permite que todos estes dados não sejam gravados.

Segurança

Através desta janela o usuário tem opções de:



Alertar se sites tentarem instalar complementos

O Firefox sempre pedirá a sua confirmação para a instalação de complementos. Para evitar que tentativas de instalação não requisitadas resultem em instalações acidentais, o Firefox exibe um aviso quando um site tentar instalar um complemento e bloqueia a tentativa de instalação. Para permitir que sites específicos instalem complementos, você deve clicar em Exceções..., digitar o endereço do site e clicar em Permitir. Desmarque essa opção para desativar esse aviso para todos os sites.

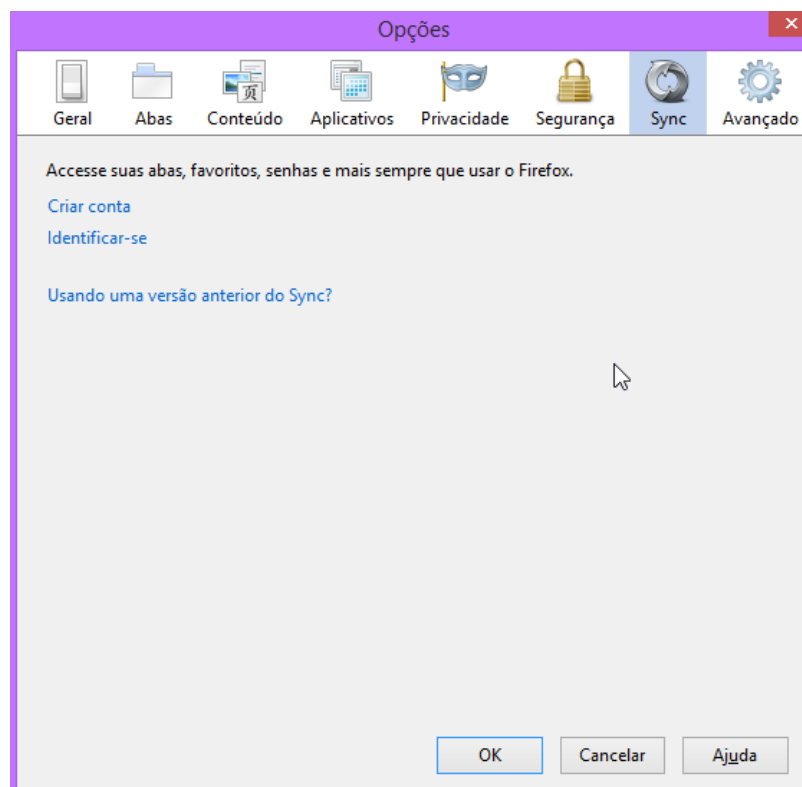
- **Bloquear sites reportados de ataque:** Marque isso se você quer que o Firefox verifique se o site que você está visitando pode ser uma tentativa de interferir nas funções normais do computador ou

mandar dados pessoais sobre você sem autorização através da Internet.

- A ausência deste aviso não garante que o site seja confiável.
- **Bloquear sites reportados como Fraudes:** Marque isso se você quer que o Firefox verifique ativamente se o site que você está visitando pode ser uma tentativa de enganar você fazendo com que passe suas informações pessoais (isto é frequentemente chamado de "phishing").
- A ausência deste aviso não garante que o site é confiável.

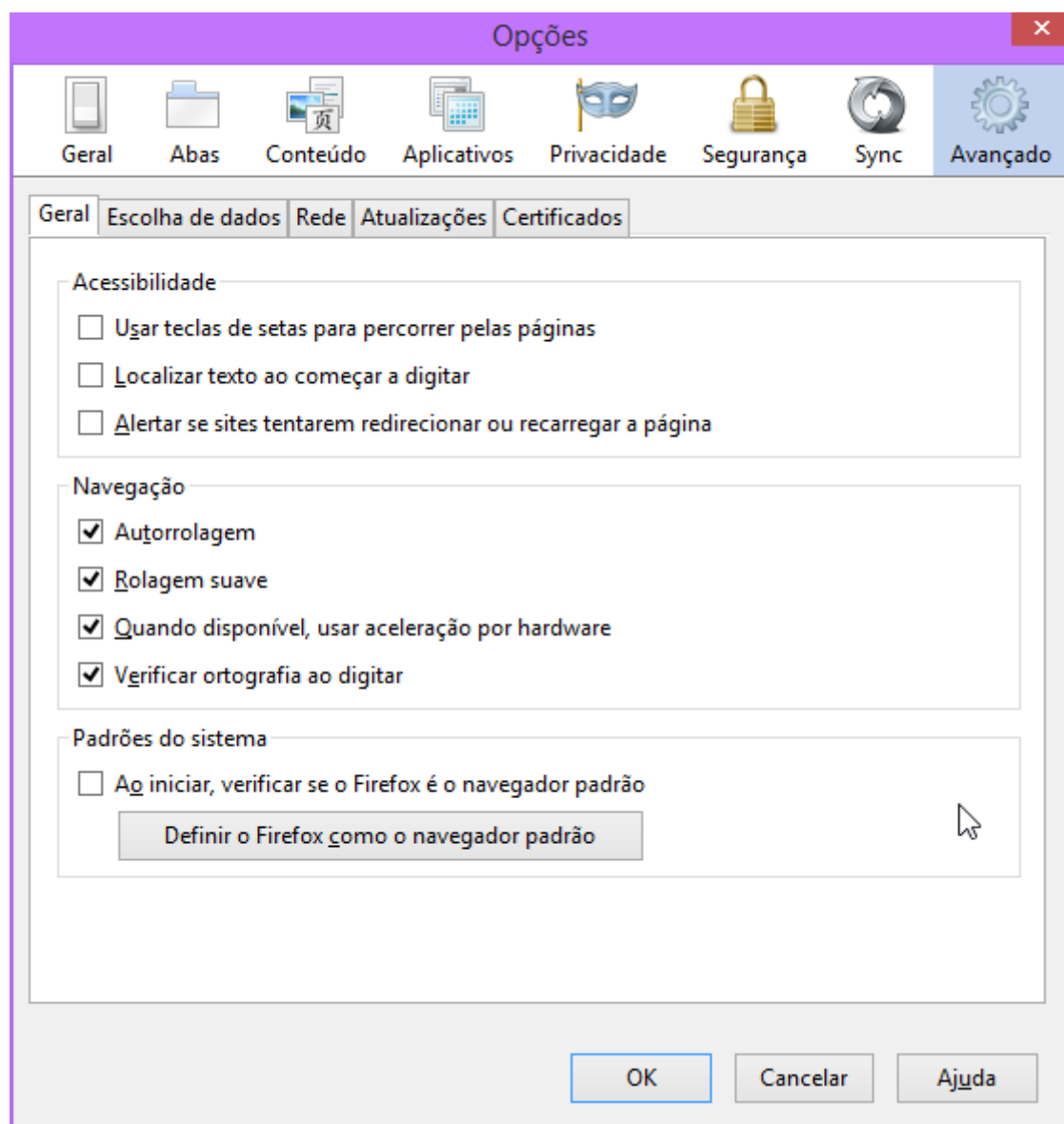
Sync

Quando configurar o Firefox Sync no seu computador, todos os seus dados e preferências (como os seus favoritos, histórico, senhas, abas abertas e complementos instalados) serão armazenados com segurança nos servidores da Mozilla. Você pode compartilhar essas informações em todos os seus dispositivos.



Avançado

Possui 5 sub abas: Geral, Escolha de Dados, Rede, Atualizações e Certificados.



Aba Geral

Acessibilidade

- **Usar teclas de setas para percorrer pelas páginas:** Quando essa opção está ativada, o Firefox mostrará um cursor móvel nas páginas, que lhe permite selecionar texto usando o teclado. Esse modo é conhecido como Caret Browsing e pode ser ativado ou desativado com a tecla F7.
- **Localizar texto ao começar a digitar:** Quando essa opção está ativada, o Firefox tenta localizar na página exibida qualquer texto que você digitar. Enquanto estiver digitando o texto a ser localizado, a barra de ferramentas Localizar é automaticamente exibida na parte inferior da janela, mostrando informações sobre a pesquisa.
- **Alertar se sites tentarem redirecionar ou recarregar a página:** Quando essa opção está ativada, o Firefox impedirá que sites tentem redirecioná-lo para outra página ou sejam recarregados automaticamente.

Navegação

- **Autorrolagem:** A autorrolagem é um recurso útil que permite rolar a página exibida segurando o botão do meio do mouse (normalmente a roda de rolagem) e movendo-o para cima ou para baixo. Alguns usuários podem achar esse recurso irritante e, por isso, a autorrolagem pode ser desativada por essa opção.
- **Rolagem suave:** A rolagem suave pode ser muito útil se você costuma ler páginas muito longas. Normalmente, quando você pressiona a tecla Page Down, a exibição desce uma página inteira. Com a rolagem suave, a página rola suavemente, permitindo que você veja o quanto a página rolou. Isso torna mais fácil continuar uma leitura do ponto que você estava.

•**Quando disponível, usar aceleração por hardware:** O Firefox pode usar sua placa de vídeo para exibir páginas com vídeos e animações. Isso deixa o Firefox muito mais rápido para essa tarefa, pois o processador da sua placa de vídeo é muito melhor que seu processador principal para exibir esse tipo de conteúdo. Essa opção está assinalada por padrão, mas o recurso não está disponível para todas as placas de vídeo. O Firefox irá ativá-lo quando possível.

•**Verificar ortografia ao digitar:** Quando essa opção está ativada, o Firefox irá verificar a ortografia do seu texto e sugerir possíveis correções enquanto estiver digitando informações em formulários. Lembre-se de que você precisa instalar um dicionário; para fazer isso, clique com o botão direito em qualquer campo de texto, ative a verificação ortográfica se necessário e então utilize o menu **Idiomas** para adicionar dicionários.

Aba Escolha de Dados

Telemetria

•**Ativar telemetria:** Esta opção assinalada permitirá o envio de dados anônimos (leia mais) à Mozilla, sobre como tem sido o desempenho do Firefox no mundo real. Usaremos essa informação para deixar o Firefox ainda melhor.

Relatório de Integridade do Firefox

•**Ativar Relatório de Integridade do Firefox:** O Relatório de Integridade do Firefox (leia mais) lhe dá informações sobre a

estabilidade do seu navegador através do tempo. A Mozilla usa esses dados para lhe dar dicas e informações significativas. Nós também agregamos as informações fornecidas por todo mundo para fazer o Firefox melhor para você.

Relatórios de travamento

•**Ativar Crash Reporter:** Se o Firefox trava, o Mozilla Crash Reporter (Relator de Travamentos do Firefox) aparecerá, perguntando se você quer enviar o relatório de travamento para a Mozilla. Com essa opção ativada, Enviar um relatório à Mozilla para que eles possam resolver o problema estará marcada por padrão.

Aba Rede

Conexão

Talvez a empresa ou provedor de Internet ofereça ou exija o uso de um proxy. Proxy é um programa que age como intermediário entre seu computador e a Internet. Ele intercepta todas as solicitações à Internet e verifica se a solicitação poderá ser atendida diretamente do seu cache. Servidores proxy são utilizados para aumentar o desempenho, filtrar solicitações e ocultar o seu computador na Internet para aumentar sua segurança. Servidores proxy também podem ser parte de um firewall corporativo.

Janela Configurar conexão

•**Sem proxy:** Escolha esta opção se não quiser usar um servidor proxy.

•**Autodetectar as configurações de proxy para esta rede:** Escolha esta opção se quiser que o Firefox tente detectar automaticamente as configurações de proxy para sua rede.

- **Usar as configurações de proxy do sistema:** Escolha esta opção se quiser usar as configurações de proxy do seu sistema.

- Essa é a configuração padrão.

- **Configuração manual de proxy:** Escolha esta opção se tiver uma lista de um ou mais servidores de proxy. Peça informações ao administrador do seu sistema para fazer a configuração. Cada proxy exige um nome de servidor e o número de uma porta.

- Se o mesmo nome de servidor e porta forem usados para todos os protocolos, assinale a opção **Usar este proxy para todos os protocolos**.

- **Sem proxy para:** Lista de nomes de servidores ou endereços de IP que não passarão pelo proxy.

- **Endereço para configuração automática de proxy:** Escolha esta opção se você tem um arquivo (.pac) de configuração de proxy (PAC, em inglês). Insira a URL e clique em OK para salvar as alterações e carregar a configuração de proxy.

- Recarregar: O botão para recarregar carregará a configuração de proxy disponível no momento.

Aba Atualizações

Atualizações do Firefox

- **Instalar automaticamente (recomendado: maior segurança):** O Firefox automaticamente baixa e instala as atualizações disponíveis.

- **Alertar caso desative alguma extensão:** Se você deseja ser alertado caso as atualizações forem desabilitar alguma extensão, assinale esta opção.

- **Verificar, mas perguntar se deseja instalar:** O Firefox lhe permite escolher se deseja baixar e instalar as atualizações. Se optar por não instalar no momento, poderá fazer isso posteriormente.

- **Nunca verificar (não recomendado: risco de segurança):** O Firefox não verificará se existem atualizações.

Atualizar automaticamente

- **Mecanismos de pesquisa:** Marque esta opção para receber automaticamente as atualizações para os seus mecanismos de pesquisa.

Aba Certificados

Os Certificados ajudam a criptografar e descriptografar as conexões com sites.

- **Quando um servidor solicitar meu certificado pessoal:** Alguns servidores solicitam que você se identifique com um certificado pessoal. Para fazê-lo, eles pedem ao Firefox para gerar um para você. Quando você visitar o site no futuro, o Firefox perguntará qual certificado deve ser usado. Se você deseja que o Firefox escolha automaticamente um certificado, selecione a opção **Selecionar um automaticamente**.

Nota: Um certificado pessoal pode conter informações de identificação pessoal, como nome e endereço. Pode ser perigoso para sua privacidade assinalar a opção Selecionar um automaticamente. Ao usar essa opção, você não será alertado quando sites requisitarem seu certificado pessoal, e você poderá perder o controle de quem pode acessar suas informações pessoais.

- **Consultar servidores de resposta OCSP para confirmar a validade de certificados:** O Firefox pode perguntar a um servidor

OCSF (Online Certificate Status Protocol) para confirmar que um certificado ainda é válido. Por padrão, o Firefox valida um certificado se o certificado fornece um servidor OCSF.

Provavelmente só precisa ser alterado se o seu ambiente de Internet exigir.

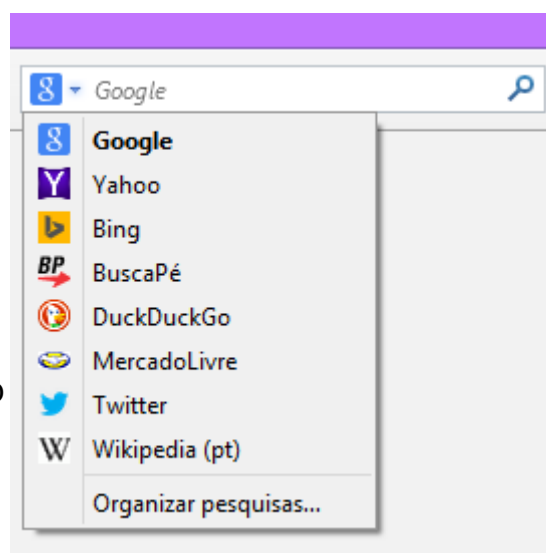
- Certificados:** Clique neste botão para exibir certificados armazenados, importar novos certificados e fazer backup ou excluir certificados antigos do Firefox.
- Dispositivos de segurança:** Dispositivos de segurança podem criptografar e descriptografar conexões e armazenar certificados e senhas. Se você precisar utilizar um dispositivo de segurança diferente do fornecido pelo Firefox, clique no botão Dispositivos de segurança.

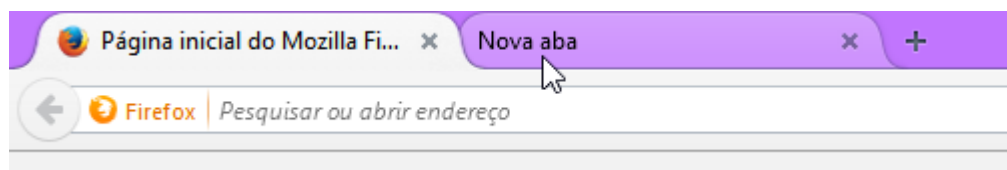
Barra de Pesquisas

A Barra de Pesquisas fica próximo a barra de endereço e oferece a comodidade para o usuário realizar pesquisa de sites no mecanismo de busca automática de sua escolha. E ainda poderá adicionar novos mecanismos de pesquisas de Livros, Compras, Produtos e serviços, traduções de músicas, etc., através da opção Organizar.

Abas de Navegação

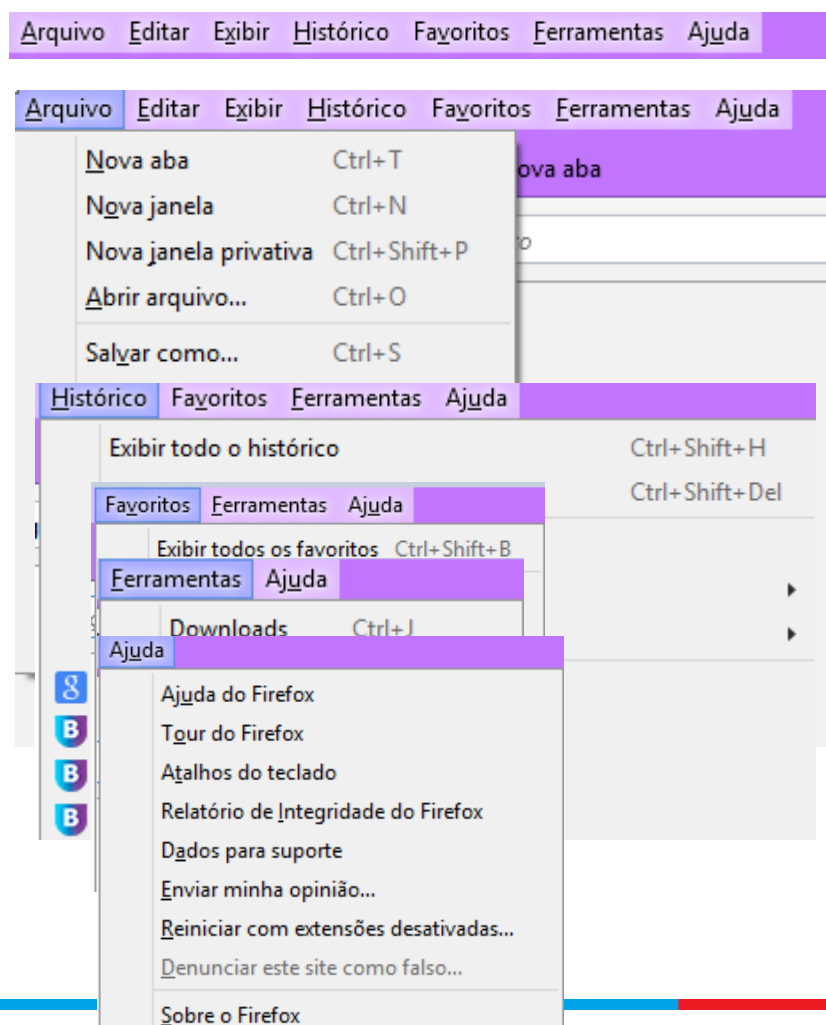
Aba com uma página em exibição





Barra de menu

Composta por 7 opções:

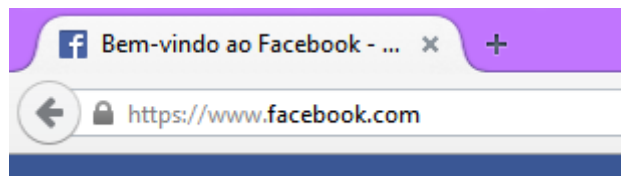


**Indicador
de Página
Segura**

Existem pelo menos dois itens que podem ser visualizados na janela do seu browser, e que significam que as informações transmitidas entre o browser e o site visitado estão sendo criptografadas.

O primeiro pode ser visualizado no local onde o endereço do site é digitado. O endereço deve começar com `https://` (diferente do `http://` nas conexões normais), onde o **s** antes do sinal de dois-pontos indica que o endereço em questão é de um site com conexão segura e, portanto, os dados serão criptografados antes de serem enviados.

A figura abaixo apresenta o primeiro item, indicando uma conexão segura



O segundo item a ser visualizado corresponde a algum desenho ou sinal, indicando que a conexão é segura.

Normalmente, o desenho mais adotado nos browsers recentes é de um "cadeado fechado", apresentado na barra de status, na parte inferior da janela do browser (se o cadeado estiver aberto, a conexão não é segura).

A figura abaixo apresenta desenhos dos cadeados fechados, indicando conexões seguras, observados nas barras de status do Internet Explorer

Ao clicar sobre o cadeado, será exibida uma tela que permite verificar as informações referentes ao certificado emitido para a instituição que mantém o site, bem como informações sobre o tamanho da chave utilizada para criptografar os dados.

Tecclas de Atalho**Comando****Navegação**

Voltar

**ho**Seta para a
lerda
spaceAlt+Seta para a direita
Shift+Backspace

Início	Alt+Home
Abrir arquivo	Ctrl+O
Recarregar	F5
	Ctrl +R
Recarregar (sobrepôr a cache)	Ctrl+F5
	Ctrl+Shift+R
Parar	Esc

Página atual

Ir para o fim da página	End
Ir para o início da página	Home
Ir para a próxima frame	F6
Ir para a frame anterior	Shift+F6
Informações da Página	+I}
Código-fonte da página	Ctrl+U
Imprimir	Ctrl+P
Guardar a página como	Ctrl+S
Reduzir	Ctrl+-
Ampliar	Ctrl+ +
Repor	Ctrl+0

Editar

Copiar	Ctrl+C
Cortar	Ctrl+X
Apagar	Delete
Colar	Ctrl+V
Refazer	Ctrl+Y
Selecionar tudo	Ctrl+A

Anular	Ctrl+Z
Procurar	
Procurar	Ctrl+F
Procurar seguinte	F3
	Ctrl+G
Procurar ao escrever uma hiperligação	'
Procurar ao escrever texto	/
Procurar anterior	Shift+F3
Pesquisa na Web	Ctrl+K
	Ctrl+E
Janela e separadores (consulte Navegação com separadores)	
Fechar separador	Ctrl+W
	Ctrl+F4
Fechar janela	Ctrl+Shift+W
	Alt+F4
Mover o separador para a esquerda (quando o separador está ativo)	Ctrl+Seta para a esquerda
	Ctrl+Seta para cima
Mover o separador para a direita (quando o separador está ativo)	Ctrl+Seta para a direita
	Ctrl+Seta para baixo
Mover o separador para o início (quando o separador está ativo)	Ctrl +Home
Mover o separador para o fim (quando o separador está ativo)	Ctrl+End
Novo separador	Ctrl+T
Nova janela	Ctrl+N
Próximo separador	Ctrl+Tabulação
	Ctrl+Page Down
Abrir endereço num novo separador (a partir da barra de navegação ou da barra de pesquisa)	Alt+Enter
Separador anterior	Ctrl+Shift+Tabulação
	Ctrl+Page Up
Reabrir separador fechado	Ctrl+Shift+T
Selecionar separador (1 a 8)	Ctrl+(1 a 8)
Selecionar último separador	Ctrl+9

Ferramentas

Adicionar todos os separadores abertos aos marcadores	Ctrl+Shift+D
---	--------------

Adicionar esta página aos marcadores	Ctrl+D
--------------------------------------	--------

Marcadores	Ctrl+B Ctrl+I
------------	------------------

Janela da Biblioteca	Ctrl+Shift+B
----------------------	--------------

Navegação com o cursor	F7
------------------------	----

Transferências	Ctrl+J
----------------	--------

Histórico	Ctrl+H
-----------	--------

Ativar Navegação Privada	Ctrl+Shift+P
--------------------------	--------------

Limpar Histórico Recente	Ctrl+Shift+Del
--------------------------	----------------

Consola de erros	Ctrl+Shift+J
------------------	--------------

Outros

Completar endereços do tipo .com	Ctrl+Enter
----------------------------------	------------

Completar endereços do tipo .net	Shift+Enter
----------------------------------	-------------

Completar endereços do tipo .org	Ctrl+Shift+Enter
----------------------------------	------------------

Eliminar entrada de conclusão automática selecionada	Del
--	-----

Ecrã inteiro	F11
--------------	-----

Selecionar barra de endereço	Alt+D Ctrl+L
------------------------------	-----------------

Selecionar ou gerir motores de pesquisa (quando a barra de pesquisa está ativa)	Alt+Seta para cima Alt+Seta para baixo F4
---	---

Responda**1 - PR-4 Concursos - 2015 - UFRJ - Assistente em Administração**

Janelas pop-up, ou simplesmente pop-ups, são janelas que aparecem automaticamente sem serem solicitadas. O Mozilla Firefox permite você controlar pop-ups, que já são bloqueados por padrão. O desbloqueio desta opção é feita por meio do painel:

- **a)** de controle do sistema operacional
- **b)** avançado na janela de Preferências
- **c)** de configurações Geral na janela de Preferências
- **d)** configurações de Conteúdo na janela de Preferências
- **e)** configurações de Segurança na janela de Preferências

2 - UFPB - Assistente em Administração

O Mozilla Firefox permite que o armazenamento de dados pessoais do usuário (histórico de navegação e downloads, por exemplo) seja configurado através dos itens **Ferramentas, Opções, Segurança** que estão disponíveis a partir da barra de menus.

- () Certo () Errado

3 - CESGRANRIO - 2013 - BR Distribuidora - Técnico de Administração e Controle Júnior

Na internet, para visualização de sites, são usados programas navegadores, tais como o

- **a)** Adobe Reader
- **b)** Mozilla Firefox
- **c)** Office Publisher

- **d)** Outlook Express
- **e)** Windows Explorer

4 - CESPE - 2012 - Pefoce - Todos os Cargos

O serviço *Firefox Sync* do navegador *Mozilla Firefox* permite a sincronização de favoritos, históricos de navegação, senhas, músicas e fotos de computadores diferentes ou até mesmo de celular.

- () Certo () Errado

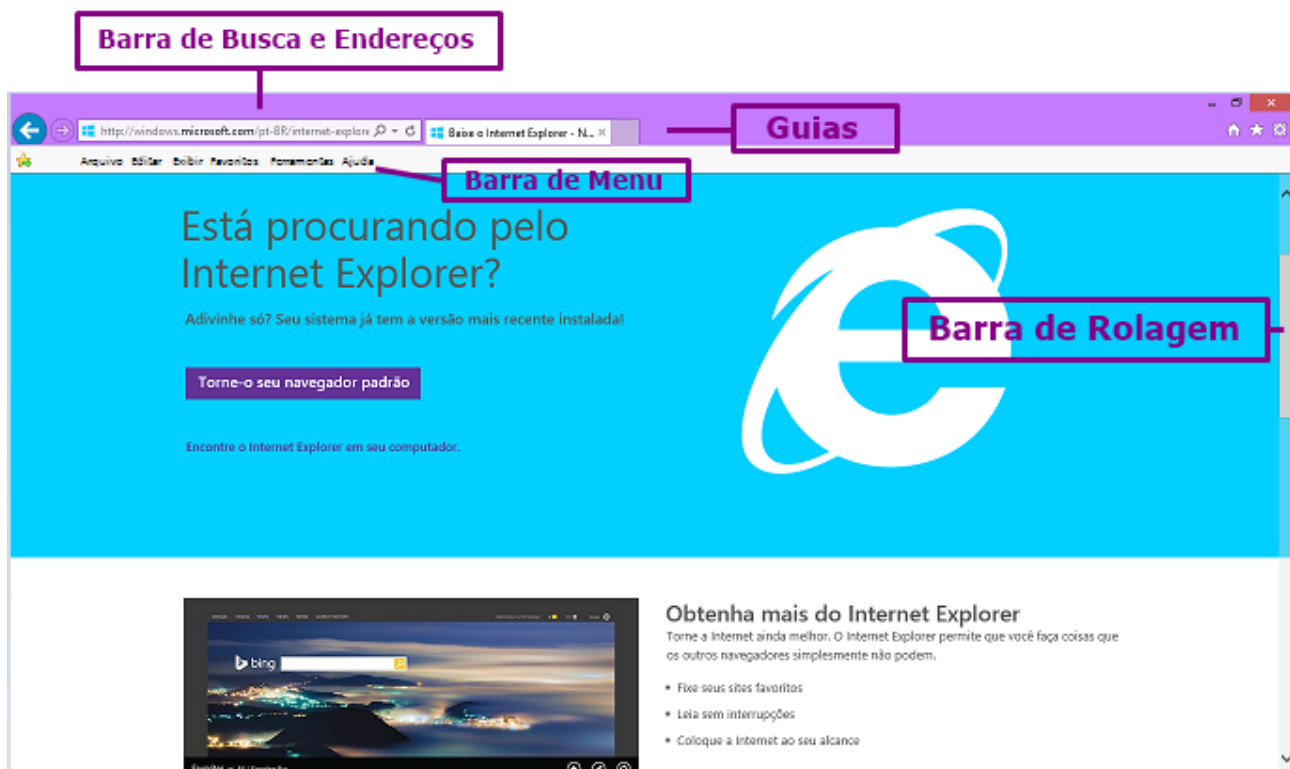
GABARITO

1 - D 2 - E 3 - B 4 - E

Internet Explorer

Desenvolvido pela Microsoft e distribuído integrado ao Sistema Operacional Windows, o Internet Explorer é um browser (programa navegador), que permite que o usuário visualize páginas HTML disponível na Internet.

O Internet Explorer 11 é a versão mais recente do Internet Explorer que foi desenvolvido pela Microsoft. É parte integrante do sistema operacional Windows 8. Tem duas distintas apresentações, de acordo com a interface escolhida pelo usuário do sistema: na interface Metro UI



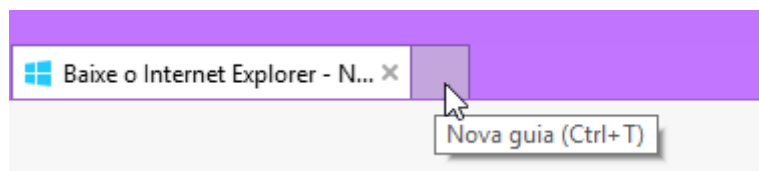
Principais Conceitos

Barra de Endereços

A barra de endereços é local do navegador onde são digitados ou mostrados os endereços eletrônicos dos sites que se deseja acessar. Você pode fazer pesquisas na Internet diretamente da Barra de endereços dos navegadores modernos e escolher o mecanismo de pesquisa a ser utilizado. Também é possível permitir que um mecanismo de pesquisa faça sugestões de termos de pesquisa ou de resultados enquanto você digita.

Navegação por Guias

A navegação com guias é um recurso nos navegadores modernos que permite a abertura de vários sites em uma única janela do navegador. Você pode abrir páginas da Web em novas guias, e alternar entre elas clicando nas guias que deseja exibir. Ao usar a navegação com guias, você reduz potencialmente o número de itens exibidos na barra de tarefas. Quando há várias páginas da Web abertas ao mesmo tempo, cada uma é exibida em uma guia separada. Essas guias facilitam a alternância entre os sites abertos. Você pode abrir uma guia clicando no botão Nova Guia à direita da guia aberta mais recentemente.



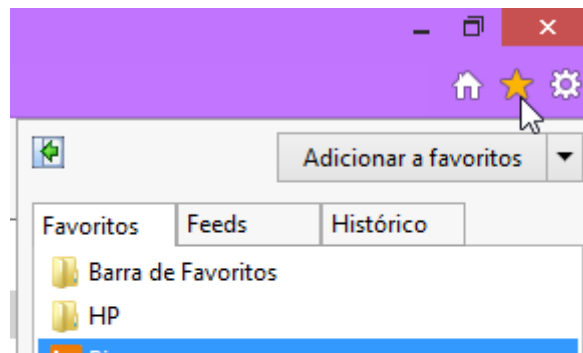
Central de Favoritos

O Centro de favoritos é o local onde você pode gerenciar seus Favoritos, Feeds e Histórico. Favoritos: Favoritos são links de páginas da Web que você pode adicionar ao seu navegador.

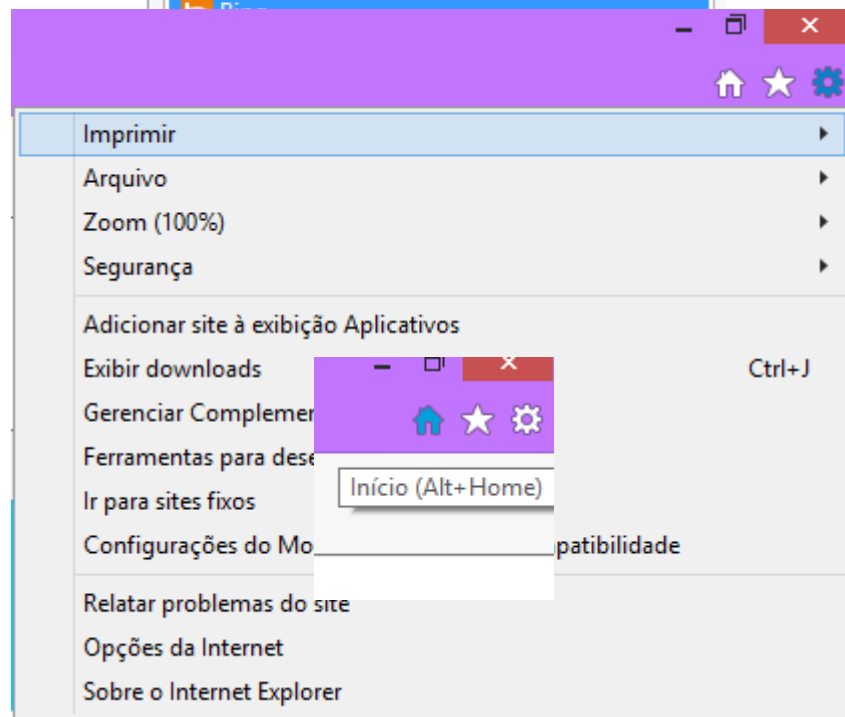
Feeds: Feeds são novos conteúdos baixados automaticamente de sites para que o RSS assinado esteja sempre atualizado. Um feed, também conhecido como feed RSS, feed XML ou conteúdo agregado, é o conteúdo de um site que pode ser fornecido automaticamente para o navegador. Assinando um feed, você pode obter conteúdo atualizado, como notícias recentes ou o seu blog favorito, sem ter que visitar o site.

Histórico: O Histórico traz os links visitados pelo usuário do computador em determinados períodos de tempo. O IE organiza os links de acordo com os sites visitados, agrupando site a site. O histórico NÃO guarda arquivo, ele é apenas uma listagem de links

Botão de Ferramentas



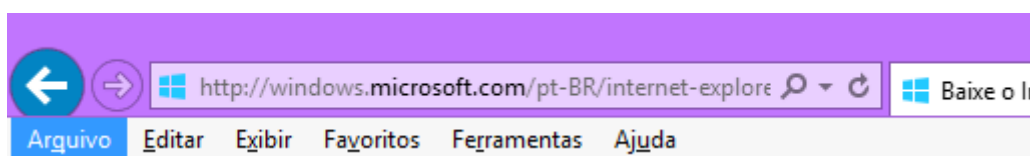
Botão Início ou Página Inicial

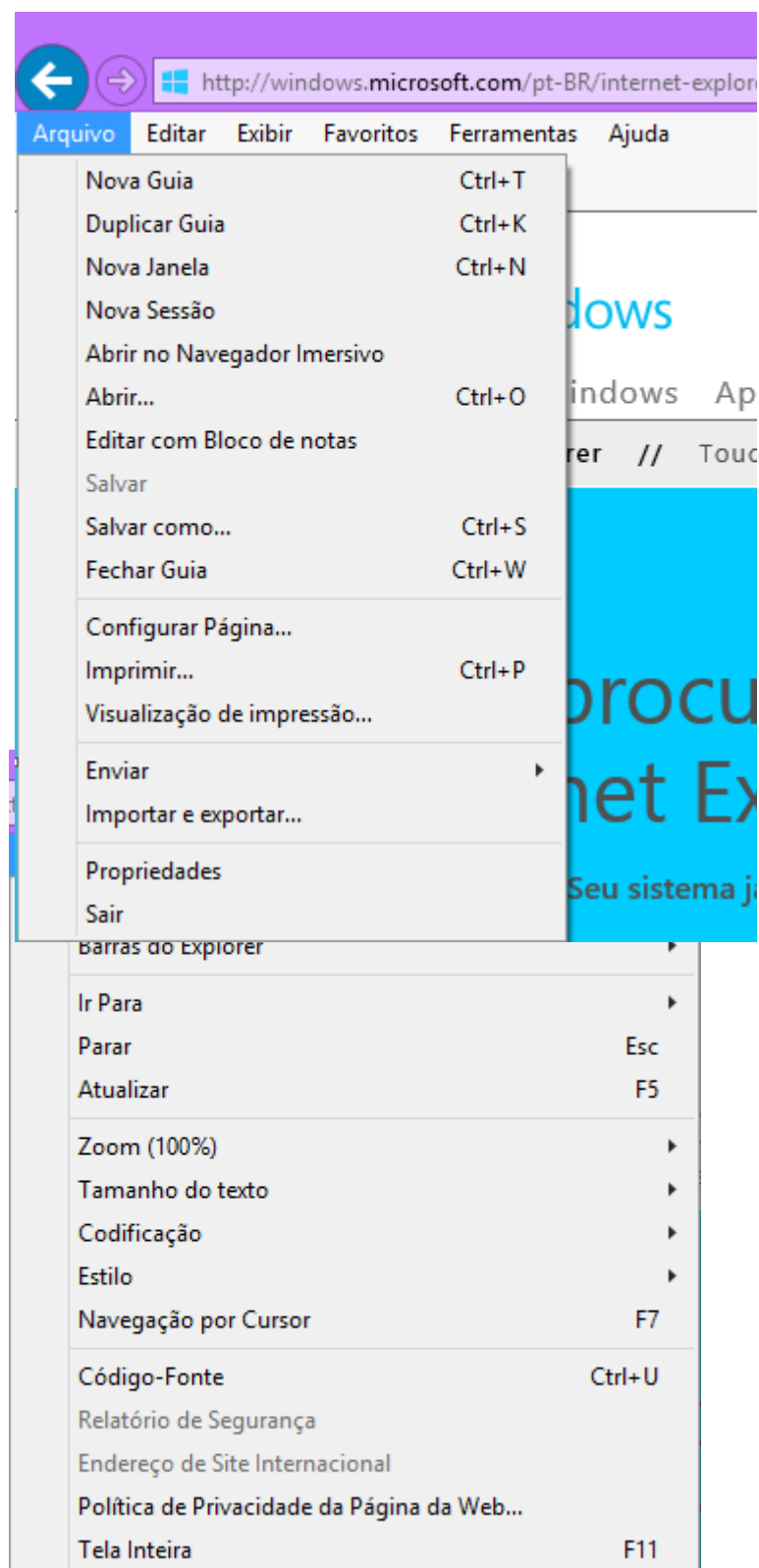


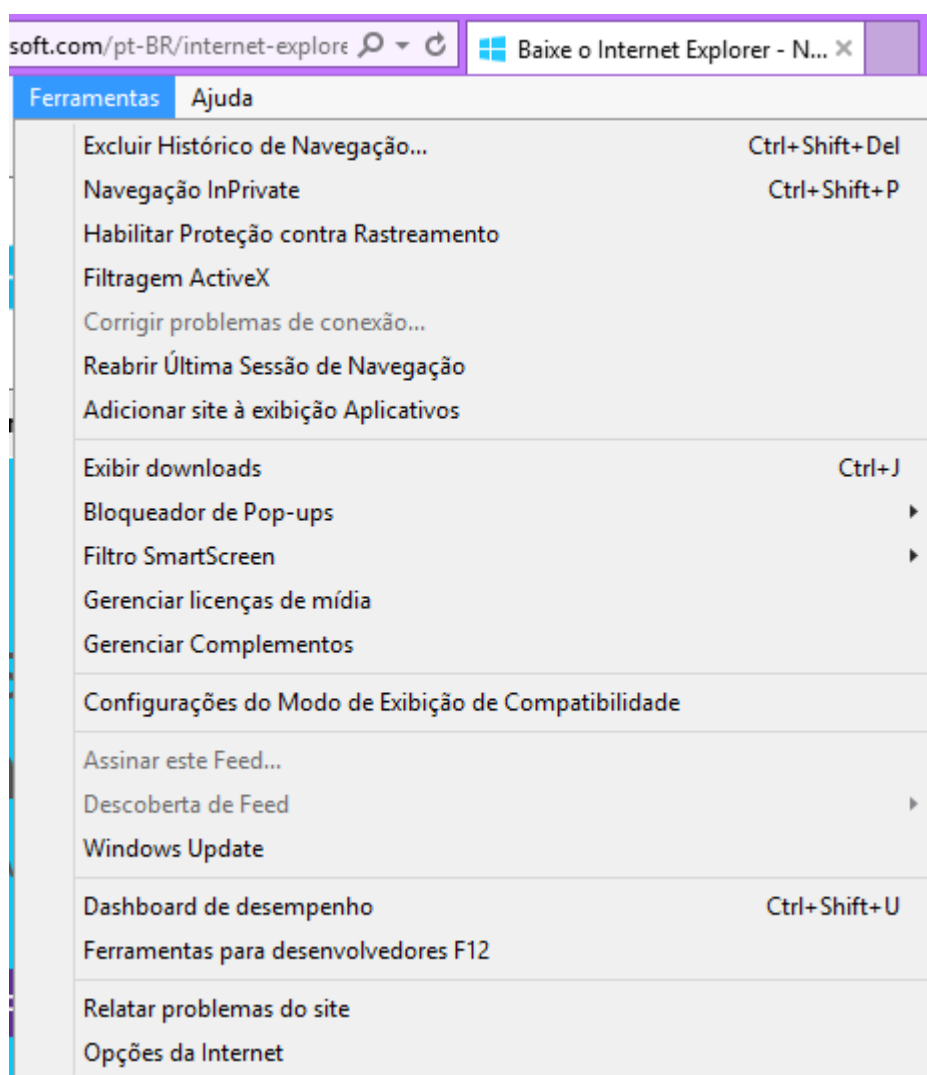
Barra de Menus

Por padrão a barra de

menu do Internet Explorer fica oculta, para ativar pasta pressionar o ALT da esquerda do teclado.

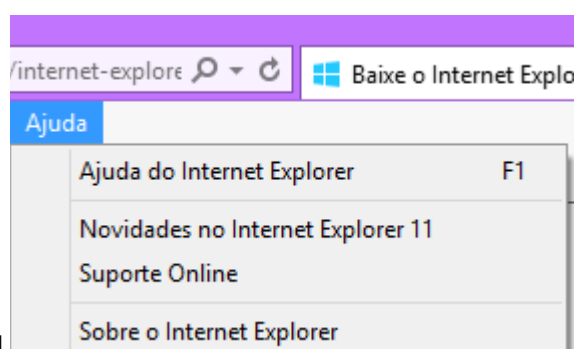


Arquivo**Editar****Exibir****Favoritos****Ferramentas**



Ajuda

Principais Funções do Menu



Arquivo

Nova Guia - Abre uma nova aba na janela selecionada do Internet Explorer.

Duplicar Guia - Cria outra guia com o conteúdo igual a que está aberta no momento.

Nova janela - Abre uma nova janela do Internet Explorer com a mesma página que está acessando no momento.

Nova Sessão - Abre uma nova janela do Internet Explorer.

Abrir – Abre uma caixa de dialogo solicitando um endereço de página a ser aberta.

Editar - Ele abre a janela no editor de arquivos HTML instalado no computador.

Salvar - Salva a página que está sendo exibida.

Salvar como... - Salva a página que está sendo exibida. Pode escolher entre salvar toda a página (completa, inclusive com imagens), somente a página HTML, ou somente o texto da página.

Fechar Guia - Fecha a guia aberta no momento.

Configurar Página.. - Abre a janela Configurar Página para que você possa efetuar alterações nas configurações de impressão de seu documento.

Imprimir - Exibe a caixa de diálogo Imprimir, com opções de impressão.

Visualizar impressão - Mostra como a página exibida ficará quando for impressa.

Enviar – Opções para escolher como enviar a página esta sendo exibida para destinatária de e-mail ou área de trabalho. Opções: Página por E-mail, Link por E-mail ou Atalho para Área de Trabalho.

Importar e Exportar - Abre o Assistente de importação e exportação, de opções, favoritos, histórico, senhas e outros dados de navegadores como o Microsoft Internet Explorer ou Mozilla.

Propriedades - Abre uma janela de informação sobre a página acessada no momento.

Trabalhar Offline - Alterna entre os modos online e offline. O modo offline permite que visualize páginas que já tenha visitado anteriormente sem a necessidade de estar conectado à internet.

Sair - Fecha todas as janelas abertas.

Editar

Recortar – Esta fica sempre desabilitada.

Copiar – Envia o conteúdo selecionar para área de transferência.

Colar – Cola o conteúdo da área de transferência.

Selecionar tudo - Seleciona todo o texto e outros itens da página.

Localizar nesta Página - Exibe a barra de ferramentas Localizar logo abaixo da barra de Guias do Internet Explorer.

Exibir

Barras de ferramentas - Oculta ou exibe as barras de ferramentas na janela do Internet Explorer.

Barra do Explorer - Oculta ou exibe as barras Favoritos, Histórico e Feeds.

Ir Para - Através desta opção você pode Voltar para uma página acessada anteriormente, Avançar para a página seguinte e voltar à Home Page (Página inicial).

Parar - Interrompe o carregamento da página que você está visitando.

Painel - O Painel pode exibir os seus favoritos ou o seu histórico.

Atualizar - Recarrega a página novamente em caso de algum problema.

Zoom - Caso a página exibida seja muito grande ou muito pequena, você pode alterá-la para um tamanho mais confortável.

Tamanho do Texto - Permite que você selecione o tamanho do texto exibido na página do site: Muito Grande, Grande, Médio, Pequeno e Muito Pequeno.

Codificação - Permite que você selecione manualmente a codificação de caracteres de uma página.

Estilo - Personaliza o layout de navegação.

Navegação por cursor - é uma maneira mais simples de selecionar textos e se mover pelas páginas da web, tudo através do seu teclado. Ao invés de utilizar o cursor do mouse para selecionar texto e se mover, você pode usar as teclas de navegação do seu teclado: Home, End, Page Up, Page Down, Enter, Backspace e as setas direcionais.

Código-fonte - Exibe o código-fonte do documento exibido. Códigos HTML

Política de Privacidade da Página da Web - Permitem visualizar quais paginas da internet podem gerar cookies ou não

Tela inteira - Alterna para o modo Tela inteira

Favoritos

Adicionar a Favoritos - Adiciona a página exibida aos seus Favoritos.

Adicionar à Barra de Favoritos - Adiciona a página aberta à barra de favoritos.

Adicionar Guias atuais a Favoritos - Adiciona todas as guias da janela exibida em uma nova pasta dos Favoritos.

Organizar favoritos: Exibe a Biblioteca, uma janela onde você modificar seus favoritos.

Ferramentas

Excluir Histórico de navegação - Exclui (limpa) o histórico de acesso a sites.

Navegação InPrivate - Permite navegar na Web sem deixar vestígios no Internet Explorer. Não gerando histórico, cookies ou arquivos temporários.

Reabrir Última Sessão de Navegação - Reabre a última janela fechada com a última página de internet aberta.

Filtragem InPrivate - Ajuda a evitar que provedores de conteúdo de sites da web colem informações sobre os sites visitados.

Configurações da Filtragem InPrivate - Configura quais os sites que estão permitidos a coletar informações sobre a navegação.

Bloqueador de Pop-ups: É um recurso do Internet Explorer que permite limitar ou bloquear a maioria dos pop-ups.

Filtro SmartScreen: É um recurso no Internet Explorer que ajuda a detectar sites de phishing software que solicitam preenchimento de formulários falsos para capturar as informações do usuário.

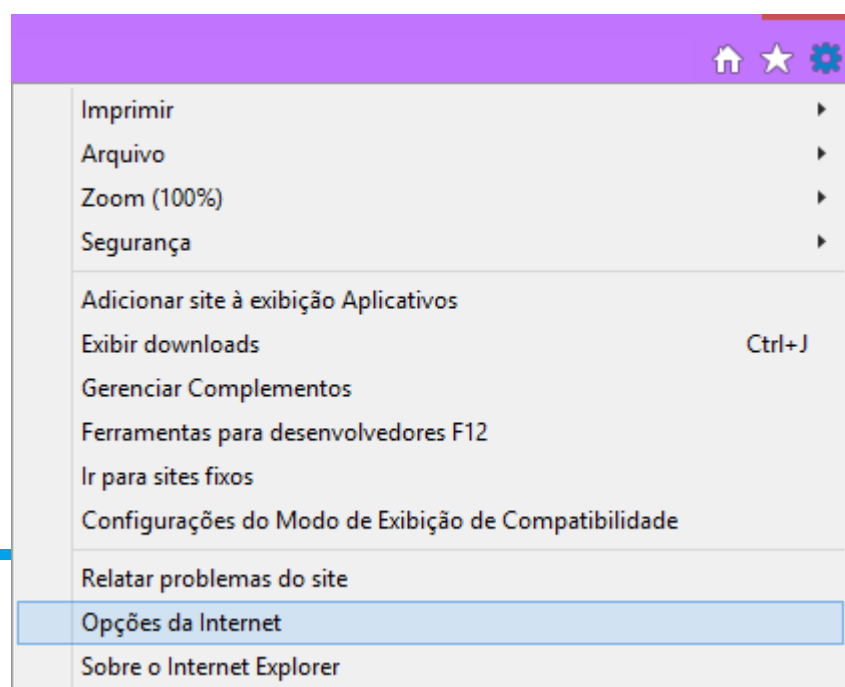
Gerencias Complementos - Serve para habilitar/desabilitar ou até mesmo conferir os complementos ou plugins do Internet Explorer.

Modo de Exibição de Compatibilidade: Se uma página não foi desenhada para o IE, mas funcionam bem nas demais versões, ela pode não ser exibida corretamente no Internet Explorer para resolver isso foi criado este item.

Assinar este feed - Ao clicar nesta opção será oferecido conteúdos atualizados do site atualmente acessado.

Windows Update – Acessa o site da Fabricante do Navegar a busca de novas atualizações ou correções de falhas.

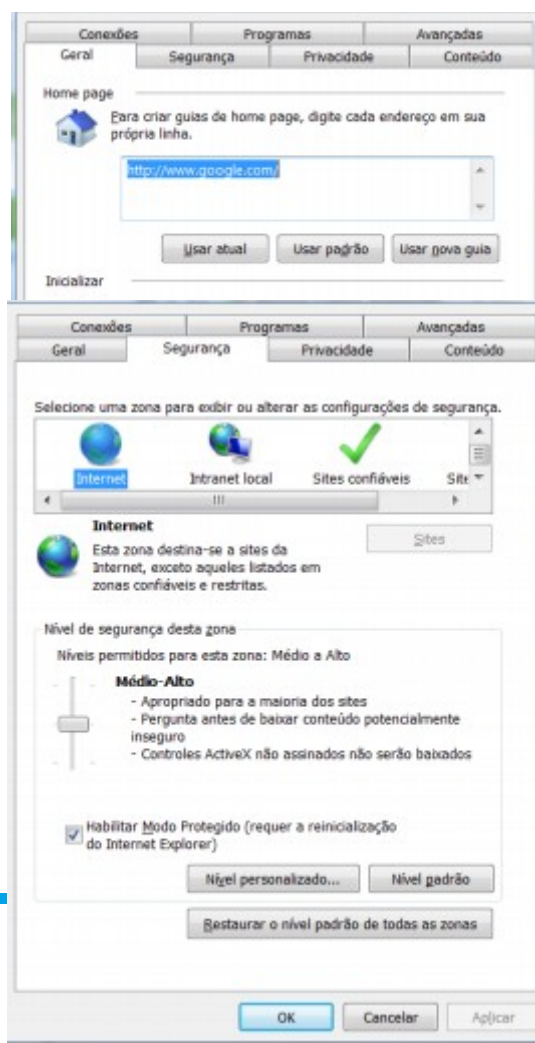
Opções da Internet



Geral: Gerencia a página inicial, Histórico de navegação, ferramentas de pesquisa, Guias/abas e aparência do navegador.

Segurança:

Gerencia os níveis de segurança na rede e permite personalizar a execução de complementos e funcionalidades.



Privacidade: Gerencia funcionalidades de privacidade na rede: Cookies e Pop-ups

Conteúdo:

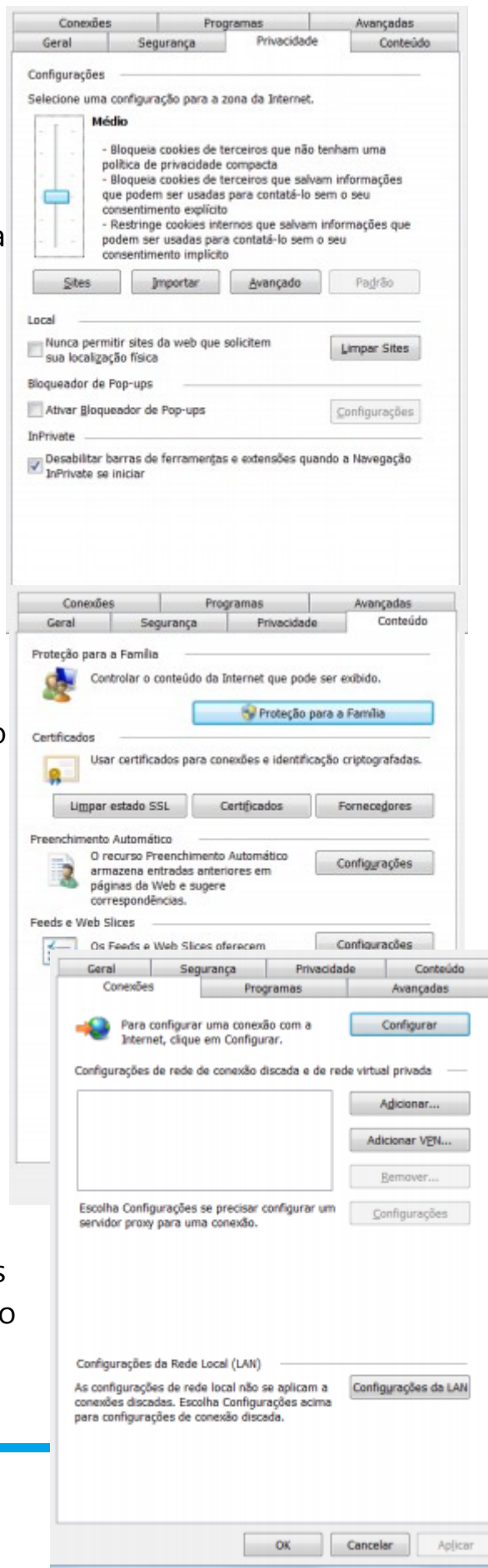
Gerencia conteúdos com visualização restrita (Filtro dos Pais), Certificados digitais, Preenchimento automático e Feeds

Conexões:

Gerencia a conexão com a Internet. Permite configuração de conexões para discagem automática.

Programas:

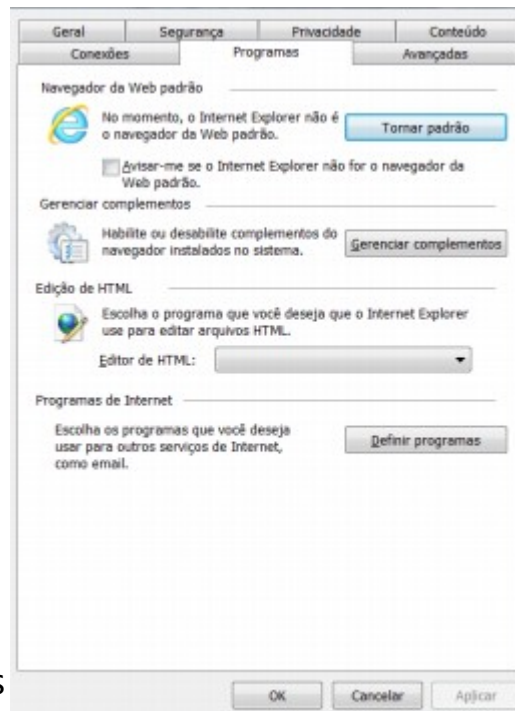
Gerencia os programas padrões para funcionamento



na Internet, o navegador padrão e os complementos instalados e disponíveis.

Avançadas:

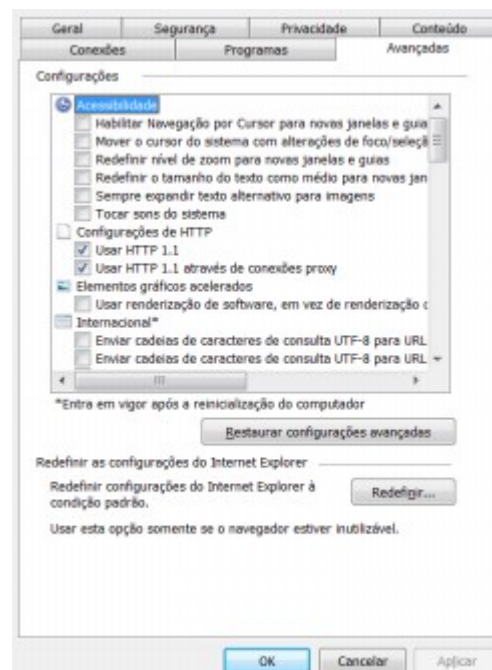
Gerencia as configurações avançadas do navegador (para usuários experientes). Permite alterar detalhes de acessibilidade, impressão, navegação, arquivos multimídia, pesquisa e segurança.



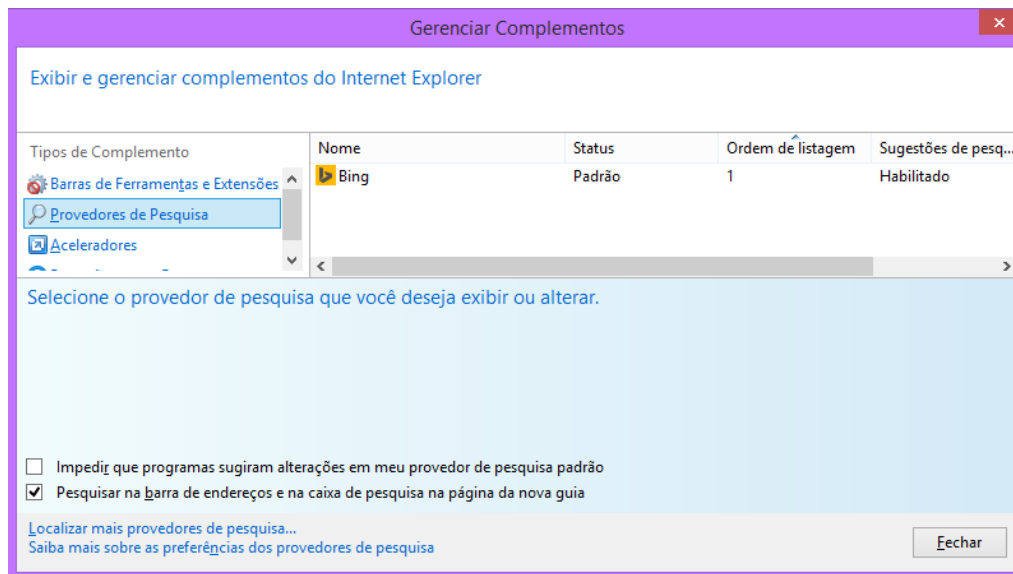
Outras Funções

Gerenciar Complementos

Os complementos de navegador da Web adicionam recursos extras ao navegador, como barras de ferramentas e controles ActiveX. Diversos complementos são pré-instalados no navegador, mas muitos são

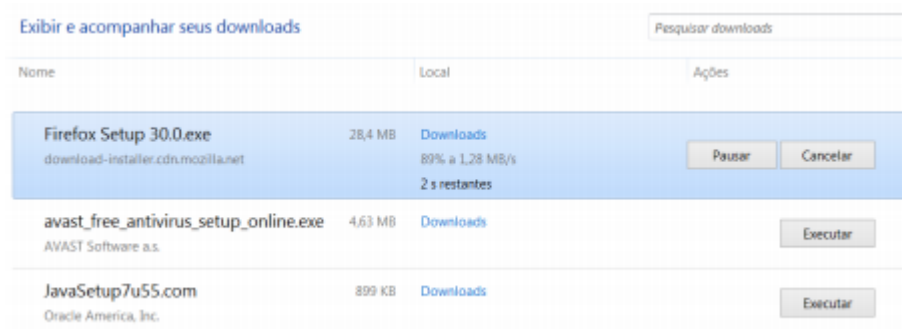


provenientes da Internet. Os complementos geralmente exigem a sua permissão para que sejam instalados no computador. Entretanto, alguns podem ser instalados sem o seu conhecimento. Isso pode acontecer se o complemento for parte de outro programa que você tenha instalado.



Gerenciador de Downloads

O Gerenciador de Download lista os arquivos que você baixou da Internet, mostra onde eles estão armazenados no computador e permite facilmente pausar downloads, abrir arquivos e executar outras ações.



Bloqueador de Pop-ups

O Bloqueador de Pop-ups limita ou bloqueia popups nos sites que você visita. Você pode escolher o nível de bloqueio que prefere, ative ou

desative o recurso de notificações quando os pop-ups estão bloqueados ou criar uma lista de sites cujos pop-ups você não deseja bloquear.

Do Not Track (Não Rastrear)

Rastreamento se refere à maneira como sites, provedores de conteúdo terceirizados, anunciantes e outros ficam sabendo sobre o modo como você interage com sites. Eles podem, por exemplo, monitorar as páginas que você visita, os links em que você clica e os produtos que você compra ou avalia. Isso ajuda esses sites a oferecer conteúdo personalizado como anúncios ou recomendações, mas também significa que a sua atividade de navegação está sendo coletada e, muitas vezes, compartilhada com outras empresas. Quando o recurso Do Not Track está ativado, o Internet Explorer envia uma solicitação Do Not Track tanto para os sites que você visita como para os terceiros cujo conteúdo está hospedado nesses sites. A solicitação Do Not Track informa a esses sites e provedores de conteúdo que você prefere que sua atividade de navegação não seja rastreada.

Indicador de Página Segura

Existem pelo menos dois itens que podem ser visualizados na janela do seu browser, e que significam que as informações transmitidas entre o browser e o site visitado estão sendo criptografadas.

O primeiro pode ser visualizado no local onde o endereço do site é digitado. O endereço deve começar com `https://` (diferente do `http://` nas conexões normais), onde o **s** antes do sinal de dois-pontos indica que o endereço em questão é de um site com conexão segura e, portanto, os dados serão criptografados antes de serem enviados.

A figura abaixo apresenta o primeiro item, indicando uma conexão segura

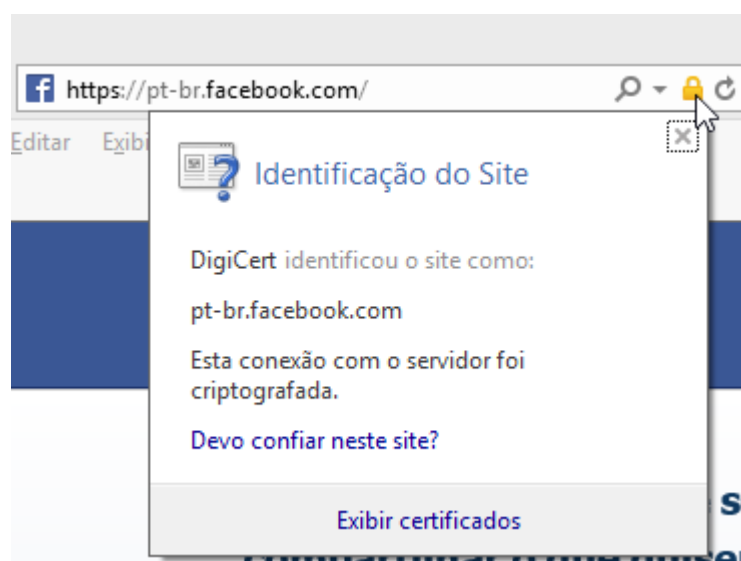


O segundo item a ser visualizado corresponde a algum desenho ou sinal, indicando que a conexão é segura.

Normalmente, o desenho mais adotado nos browsers recentes é de um "cadeado fechado", apresentado na barra de status, na parte inferior da janela do browser (se o cadeado estiver aberto, a conexão não é segura).

A figura abaixo apresenta desenhos dos cadeados fechados, indicando conexões seguras, observados nas barras de status do Internet Explorer

Ao clicar sobre o cadeado, será exibida uma tela que permite verificar as informações referentes ao certificado emitido para a instituição que mantém o site, bem como informações sobre o tamanho da chave utilizada para criptografar os dados.



Teclas de Atalho

Para fazer isto	Pressione o seguinte no Internet Explorer 11	Pressione o seguinte no Abrir o Internet Explorer para área de trabalho
Adicionar o site atual aos favoritos	Ctrl+D	Ctrl+D
Fechar a guia	Ctrl+W	Ctrl+W
Ir para a home page	(Não disponível)	Alt+Home
Excluir o histórico de navegação	(Não disponível)	Ctrl+Shift+Delete
Obter ajuda e suporte	F1	F1
Abrir o histórico de navegação	(Não disponível)	Ctrl+H
Abrir uma nova guia	Ctrl+T	Ctrl+T
Abrir uma nova janela de Navegação InPrivate	Ctrl+Shift+P	Ctrl+Shift+P
Imprimir a página atual	Ctrl+P	Ctrl+P
Atualizar a página	F5	F5
Alternar entre guias	Ctrl+Tab	Ctrl+Tab
Exibir os comandos de aplicativo (barra de endereços, sites frequentes, etc.)	Alt+D	(Não disponível)
Exibir os downloads	Ctrl+J	Ctrl+J

Pesquisar

Para fazer isto	Pressione o seguinte no Internet Explorer 11	Pressione o seguinte no Abrir o Internet Explorer para área de trabalho
Abrir uma consulta de pesquisa na barra de endereços	Ctrl+E	Ctrl+E
Abrir uma consulta de pesquisa em uma nova guia	(não disponível)	Alt+Enter

Para fazer isto	Pressione o seguinte no Internet Explorer 11	Pressione o seguinte no Abrir o Internet Explorer para área de trabalho
Abrir a barra de endereços (para exibir o histórico, os favoritos e os provedores de pesquisa)	Ctrl+Seta para baixo	Ctrl+Seta para baixo
Pesquisar usando texto copiado	Ctrl+Shift+L	Ctrl+Shift+L

Aplicar zoom

Para fazer isto	Pressione o seguinte no Internet Explorer 11	Pressione o seguinte no Abrir o Internet Explorer para área de trabalho
Ampliar (+ 10%)	Ctrl+Sinal de adição	Ctrl+Sinal de adição
Reduzir (- 10%)	Ctrl+Sinal de subtração	Ctrl+Sinal de subtração
Aplicar zoom de 100%	Ctrl+0	Ctrl+0

Chrome

O Google Chrome é um navegador desenvolvido pelo Google e compilado com base em componentes de código aberto e sua estrutura de desenvolvimento de aplicações (Framework). Em menos de dois anos de uso, o Google Chrome já era o terceiro navegador mais usado do mundo, atrás apenas do Internet Explorer e Mozilla Firefox. Em outubro de 2010, cerca de 8,50% dos usuários de Internet do mundo mantiveram o Google Chrome como seu navegador principal.

Atualmente, o Chrome é o navegador mais utilizado no mundo, com 49,18% dos usuários de Desktop, contra 22,62% do Internet Explorer e 19,25% do Mozilla Firefox, segundo a StatCounter. O nome do navegador deriva do término usado para o marco da interface gráfica do usuário ("chrome").

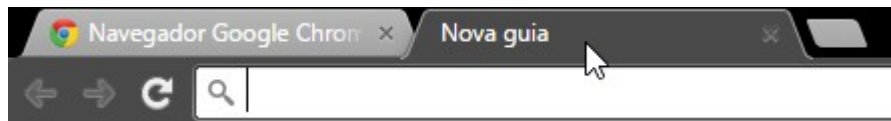


Principais Conceitos

Navegação por Guias

A navegação com guias é um recurso que permite a abertura de vários sites em uma única janela do navegador. Você pode abrir páginas da Web em novas guias, e alternar entre elas clicando nas guias que desejar

exibir. Ao usar a navegação com guias, você reduz potencialmente o número de itens exibidos na barra de tarefas.



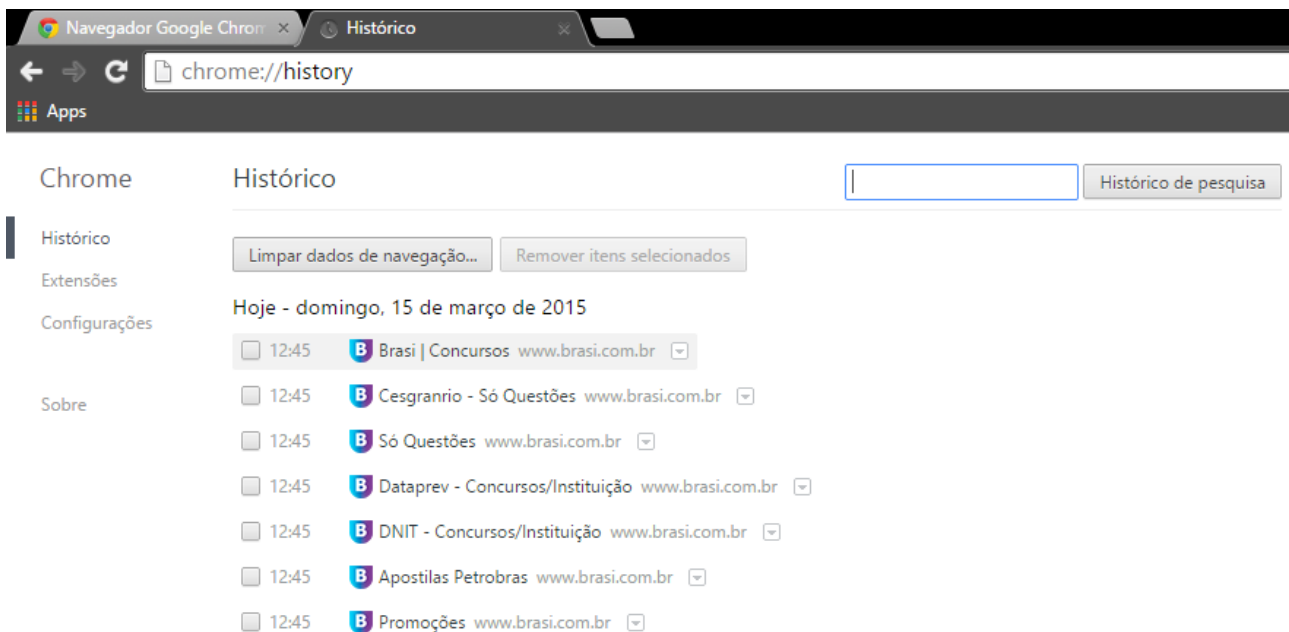
Gerenciador de favoritos



Você pode ver e organizar seus favoritos na guia do Gerenciador de favoritos da Biblioteca. Para abrir a guia "Gerenciador de Favoritos", clique no botão Personalizar e Controlar, ao lado direito da Barra de Endereço, e selecione a opção Favoritos – Gerenciador de Favoritos.

Histórico

O Histórico traz os links visitados pelo usuário do computador em determinados períodos de tempo. O Google Chrome organiza os links de acordo com os sites visitados, agrupando site a site. O histórico NÃO guarda arquivos, ele é apenas uma listagem de links.

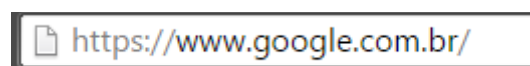


Barra de Endereço

Na Barra de Endereço pode ser também utilizada como Campo de Pesquisa.

Campo de Endereço

Como campo de Endereço você pode navegar para uma nova página da web digitando seu endereço ou URL na Barra de Endereço. URLs normalmente começam com "http://" seguido de um ou mais nomes que identificam o endereço.



Navegação Anônima

Quando
você
navega na



web, o Google Chrome guarda informações para você - sites que você visitou, arquivos que você baixou e muito mais. No entanto, pode haver momentos em que você não quer que outros usuários tenham acesso a tais informações. Por exemplo, se você compartilha um computador com alguém e quer lhe comprar um presente de aniversário.

A Navegação Anônima permite-lhe navegar na Internet sem guardar qualquer informação sobre os sites e páginas que você visitou.

A Navegação Anônima não o torna indetectável na Internet. O fornecedor de serviços internet, entidade patronal, ou os próprios sites ainda podem localizar as páginas que você visitou.

Você entrou no modo de navegação anônima

As páginas visualizadas nas guias anônimas não serão armazenadas no histórico do navegador, nos cookies nem no histórico de pesquisa depois que **todas** as guias anônimas forem fechadas. Os downloads de arquivos que você fizer e os favoritos serão mantidos. [Saiba mais sobre a navegação anônima](#)

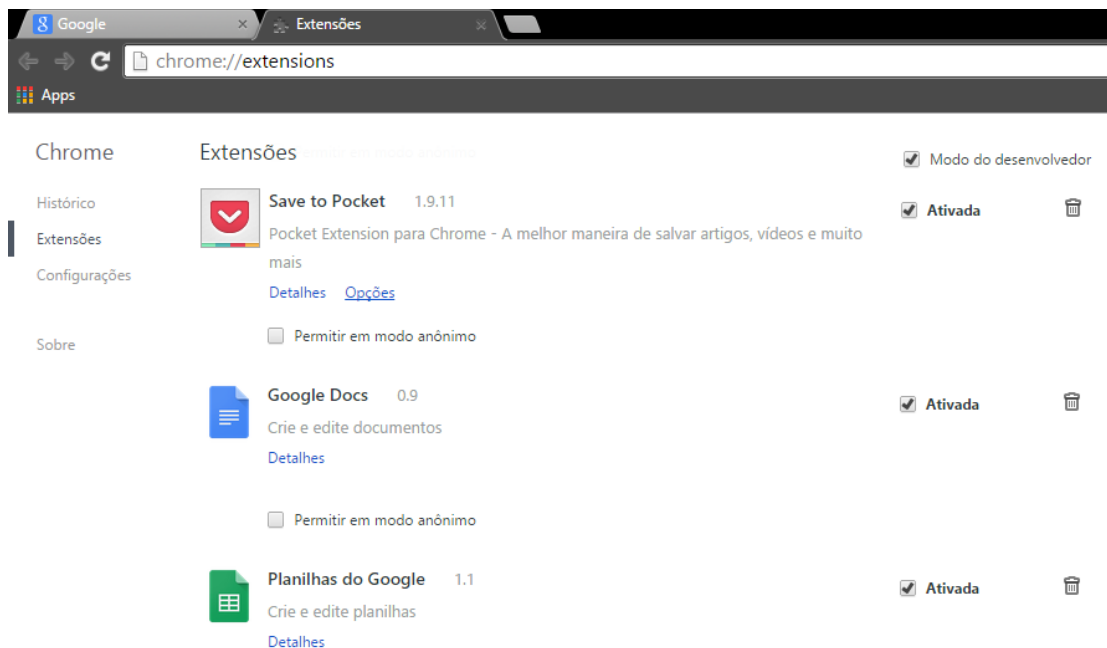
A navegação anônima não oculta a navegação do seu empregador, provedor de serviço de internet nem dos websites visitados.



Extensões

As extensões ou complementos (add-ons) do Google Chrome são pequenos pedaços de programas que adicionam novas características ou funcionalidades ao navegador. As extensões podem incrementar o Google Chrome com novos sistemas de busca, dicionários de língua estrangeira, ou mudar a aparência do Google Chrome.

Através dos complementos, você pode customizar o Google Chrome para encontrar suas necessidades e gostos.

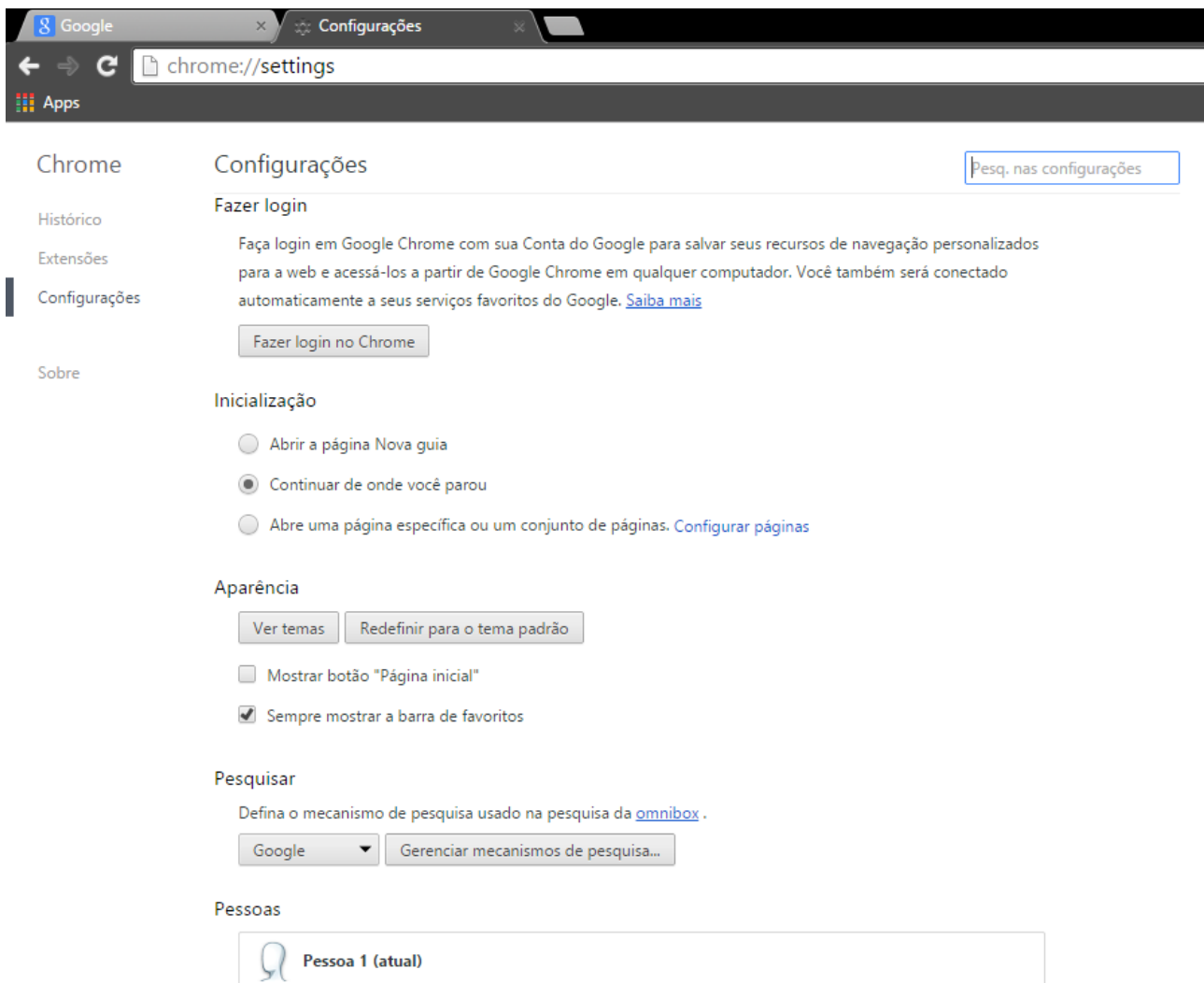


Downloads

A opção Downloads mantém o usuário informado dos arquivos que você baixou ao usar o Google Chrome, incluindo arquivos que você abre e salva os arquivos em seu computador. O Downloads exibe informações sobre cada download, como o nome do arquivo, tempo restante para o download está completo, onde o arquivo foi baixado, e o tempo ou a data do download. Por padrão, o gerenciador de downloads será exibido um histórico de downloads do passado até que você limpe a lista.

Configurações

Na guia de Configurações do Google Chrome o usuário pode realizar, entre outras funções: Configurar uma conta de acesso Google, definir padrões de inicialização, ajustar aparência e pesquisar, alterar configurações de Privacidade, Idiomas, Downloads e Sistema.



Principais Símbolos e Ícones

Voltar e Avançar

Botões usados para realizar as ações de "Voltar" e "Avançar"



entre o histórico de páginas navegadas. O botão "Voltar" fica disponível quando você sai da página inicial e vai para uma outra página, permitindo que o usuário possa retornar a página anterior. O Botão "Avançar" fica disponível quando o usuário "Volta" de uma página acessada, permitindo ao usuário avançar para a página de onde voltou.

Recarregar

Atualiza o conteúdo da página atualmente exibida, é o famoso F5

Página Inicial

Carrega a página inicial configurada no Google Chrome na guia atual e, caso aja mais de uma página inicial configurada no Chrome, elas serão abertas em outras abas

Favoritos

A estrela branca indica que a página atualmente exibida não faz parte dos favoritos do Google Chrome. Ao clicar na estrela branca a página atual é automaticamente inserida como favorito e a estrela dourada passará a ser sempre exibida para esse site.

Indicador de Página Segura

Existem pelo menos dois itens que podem ser visualizados na janela do seu browser, e que significam que as informações transmitidas entre o browser e o site visitado estão sendo criptografadas.

O primeiro pode ser visualizado no local onde o endereço do site é digitado. O endereço deve começar com <https://> (diferente do <http://> nas conexões normais), onde o **s** antes do sinal de dois-pontos indica que o endereço em questão é de um site com conexão segura e, portanto, os dados serão criptografados antes de serem enviados.

A figura abaixo apresenta o primeiro item, indicando uma conexão segura



O segundo item a ser visualizado corresponde a algum desenho ou sinal, indicando que a conexão é segura.

Normalmente, o desenho mais adotado nos browsers recentes é de um "cadeado fechado", apresentado na barra de status, na parte inferior da janela do browser (se o cadeado estiver aberto, a conexão não é segura).

A figura abaixo apresenta desenhos dos cadeados fechados, indicando conexões seguras, observados nas barras de status do Internet Explorer

Ao clicar sobre o cadeado, será exibida uma tela que permite verificar as informações referentes ao certificado emitido para a instituição que mantém o site, bem como informações sobre o tamanho da chave utilizada para criptografar os dados.

Teclas de Atalho

Atalhos de guias e janelas Windows

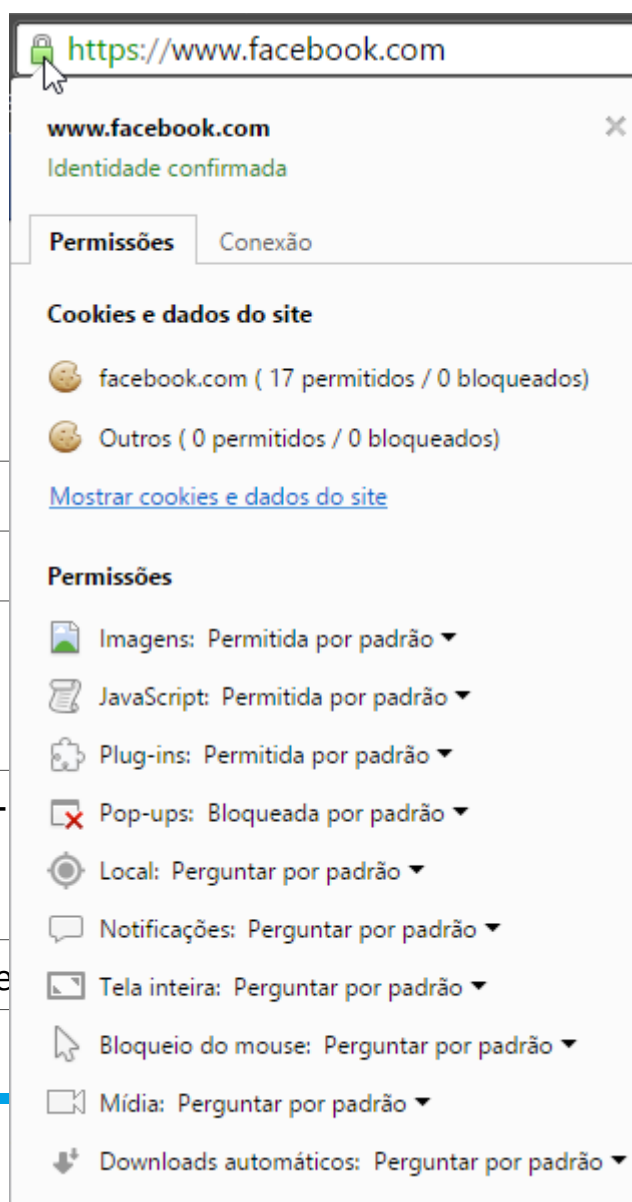
Ctrl+N

Ctrl+T

Ctrl+Shift+N

Pressionar **Ctrl+** e
arquivo.

Pressionar **Ctrl** e



re uma nova janela.

re uma nova guia.

re uma nova janela no
do de navegação
ônima.

re um arquivo do seu
nputador no Google
ome.

re o link em uma

um link com o botão do meio do mouse (ou rolar o mouse).	nova guia em segundo plano.
Pressionar Ctrl+Shift e clicar em um link. Ou pressionar Shift e clicar em um link com o botão do meio de seu mouse (ou rolar o mouse).	Abre o link em uma nova guia e alterna para a guia recém-aberta.
Pressionar Shift e clicar em um link.	Abre o link em uma nova janela.
Ctrl+Shift+T	Reabre a última guia que você fechou. O Google Chrome lembra as dez últimas guias fechadas.
Arrastar um link para uma guia.	Abre o link na guia.
Arrastar um link para uma área em branco na barra de guias.	Abre o link em uma nova guia.
Arrastar uma guia para fora da barra de guias.	Abre a guia em uma nova janela.
Arrastar uma guia para fora da barra de guias e em uma janela já existente.	Abre a guia na janela já existente.
Pressionar Esc ao arrastar uma guia.	Retorna a guia para sua posição original.
Ctrl+1 a Ctrl+8	Alterna para a guia no número de posição especificado na barra de guias.
Ctrl+9	Alterna para a última guia.
Ctrl+Tab ou Ctrl+PgDown	Alterna para a próxima guia.
Ctrl+Shift+Tab ou Ctrl+PgUp	Alterna para a guia anterior.
Alt+F4 ou Ctrl + Shift + W	Fecha a janela atual.

Ctrl+W ou Ctrl+F4	Fecha a guia ou pop-up atual.
Clicar em uma guia com o botão do meio do mouse (ou rolar o mouse).	Fecha a guia em que você clicou.
Clicar com o botão direito do mouse ou clicar e manter pressionada a seta "Voltar" ou "Avançar" na barra de ferramentas do navegador.	Exibe seu histórico de navegação na guia.
Pressionar Backspace ou Alt e a seta para esquerda ao mesmo tempo.	Vai para a página anterior no seu histórico de navegação da guia.
Pressionar Shift+Backspace ou Alt e a seta para a direita ao mesmo tempo.	Vai para a próxima página no seu histórico de navegação da guia.
Pressionar Ctrl e clicar na seta "Voltar", na seta "Avançar" ou no botão "Ir" na barra de ferramentas. Ou clicar em um dos botões com o botão do meio do mouse (ou rolar o mouse).	Abre o destino do botão em uma nova guia em segundo plano.
Clicar duas vezes na área em branco na barra de guias.	Maximiza ou minimiza a janela.
Alt+Home	Abre sua página inicial na janela atual.

Linux

Ctrl+N	Abre uma nova janela.
Ctrl+T	Abre uma nova guia.
Ctrl+Shift+N	Abre uma nova janela no modo de navegação anônima.
Pressionar Ctrl+O e, em seguida, selecionar arquivo.	Abre um arquivo do seu computador no Google Chrome.
Pressionar Ctrl e clicar em um link. Ou	Abre o link em uma nova guia

clicar em um link com o botão do meio do mouse (ou rolar o mouse).	em segundo plano.
Pressionar Ctrl+Shift e clicar em um link. Ou pressionar Shift e clicar em um link com o botão do meio de seu mouse (ou rolar o mouse).	Abre o link em uma nova guia e alterna para a guia recém-aberta.
Pressionar Shift e clicar em um link.	Abre o link em uma nova janela.
Ctrl+Shift+T	Reabre a última guia que você fechou. O Google Chrome lembra as dez últimas guias fechadas.
Arrastar um link para uma guia.	Abre o link na guia.
Arrastar um link para uma área em branco na barra de guias.	Abre o link em uma nova guia.
Arrastar uma guia para fora da barra de guias.	Abre a guia em uma nova janela.
Arrastar uma guia para fora da barra de guias e em uma janela já existente.	Abre a guia na janela já existente.
Pressionar Esc ao arrastar uma guia.	Retorna a guia para sua posição original.
Ctrl+1 a Ctrl+8	Alterna para a guia no número de posição especificado na barra de guias.
Ctrl+9	Alterna para a última guia.
Ctrl+Tab ou Ctrl+PgDown	Alterna para a próxima guia.
Ctrl+Shift+Tab ou Ctrl+PgUp	Alterna para a guia anterior.
Ctrl+Shift+Q	Fecha o Google Chrome.
Ctrl+W ou Ctrl+F4	Fecha a guia ou pop-up atual.
Clicar em uma guia com o botão do meio do mouse (ou rolar o mouse).	Fecha a guia em que você clicou.

Clicar com o botão direito do mouse ou clicar e manter pressionada a seta "Voltar" ou "Avançar" na barra de ferramentas do navegador.	Exibe seu histórico de navegação na guia.
Pressionar Alt e a seta para a esquerda ao mesmo tempo.	Vai para a página anterior no seu histórico de navegação da guia.
Pressionar Alt e a seta para a direita ao mesmo tempo.	Vai para a próxima página no seu histórico de navegação da guia.
Clicar na seta "Voltar", na seta "Avançar" ou no botão "Ir" na barra de ferramentas com o botão do meio do mouse (ou rolar o mouse).	Abre o destino do botão em uma nova guia em segundo plano.
Clicar duas vezes na área em branco na barra de guias.	Maximiza ou minimiza a janela.

Atalhos de recursos do Google Chrome

Windows

Alt+F ou Alt+E ou F10	Abre o menu do Google Chrome ☰, que permite personalizar e controlar as configurações do Chrome.
Ctrl+Shift+B	Ativa e desativa a barra de favoritos.
Ctrl+H	Abre a página "Histórico".
Ctrl+J	Abre a página "Downloads".
Ctrl+Shift+Esc	Abre o "Gerenciador de tarefas".
Shift+Alt+T	Define o foco na primeira ferramenta da barra de ferramentas do navegador. Você pode usar os seguintes atalhos para se mover na barra de ferramentas:

	<ul style="list-style-type: none"> • Pressione Tab, Shift+Tab, Home, End, seta para a direita e seta para a esquerda para mover o foco para diferentes itens na barra de ferramentas. • Pressione Espaço ou Enter para ativar os botões da barra de ferramenta, incluindo ações da página e do navegador. • Pressione Shift+F10 para acessar qualquer menu de contexto associado (por exemplo, o histórico de navegação do botão "Voltar"). • Pressione Esc para mudar o foco da barra de ferramentas de volta à página.
F6 ou Shift+F6	<p>Muda o foco para o próximo painel acessível pelo teclado. Os painéis incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Destaca o URL na barra de endereço • Barra de favoritos (se visível) • O conteúdo principal da Web (incluindo qualquer barra de informações) • Barra de downloads (se visível)
Ctrl+Shift+J	Abre as ferramentas do desenvolvedor.
Ctrl+Shift+Delete	Abre a caixa de diálogo "Limpar dados de navegação".
F1	Abre a Central de Ajuda em uma nova guia (nosso favorito).
Ctrl+Shift+M	Alternar entre vários usuários.

Linux

Alt+F	Abre o menu "Ferramentas", que permite personalizar e controlar as configurações no Google Chrome.
Ctrl+Shift+B	Ativa e desativa a barra de favoritos.
Ctrl+H	Abre a página "Histórico".
Ctrl+J	Abre a página "Downloads".

Shift+Esc	Abre o "Gerenciador de tarefas".
Ctrl+Shift+J	Abre as ferramentas do desenvolvedor.
Ctrl+Shift+Delete	Abre a caixa de diálogo "Limpar dados de navegação".
F1	Abre a Central de Ajuda em uma nova guia (nosso favorito).
Ctrl+Shift+M	Alternar entre vários usuários.

Atalhos da barra de endereço

Digitar um termo de pesquisa e pressionar Enter .	Executa uma pesquisa usando seu mecanismo de pesquisa padrão.
Digitar a palavra-chave de um mecanismo de pesquisa, pressionar Espaço , digitar um termo de pesquisa e pressionar Enter .	Executa uma pesquisa usando o mecanismo de pesquisa associado à palavra-chave.
Começar a digitar o URL de um mecanismo de pesquisa, pressionar Tab quando for solicitado, digitar um termo de pesquisa e pressionar Enter .	Executa uma pesquisa usando o mecanismo de pesquisa associado ao URL.
Ctrl+Enter	Adiciona www. e .com para a entrada na barra de endereços e abre o URL resultante.
Digitar um URL e pressionar Alt+Enter .	Abre o URL em uma nova guia.
Ctrl+L ou Alt+D	Destaca o URL.
Ctrl+K ou Ctrl+E	Coloca um "?" na barra de endereço.

	Digite um termo de pesquisa após o ponto de interrogação para realizar uma pesquisa usando seu mecanismo de pesquisa padrão.
Pressionar Ctrl e a seta para a esquerda ao mesmo tempo.	Move seu cursor para o termo-chave anterior na barra de endereço
Pressionar Ctrl e a seta para a direita ao mesmo tempo.	Move seu cursor para o próximo termo-chave na barra de endereço
Ctrl+Backspace	Exclui o termo-chave antes do cursor na barra de endereço
Selecionar uma entrada no menu suspenso da barra de endereço com as setas de seu teclado e pressionar Shift+Delete .	Exclui a entrada do seu histórico de navegação, se for possível.
Clicar em uma entrada no menu suspenso da barra de endereço com o botão do meio do mouse (ou rolar o mouse).	Abre a entrada em uma nova guia em segundo plano.
Pressionar Page Up ou Page Down quando o menu suspenso da barra de endereço estiver visível.	Seleciona a primeira ou a última entrada no menu suspenso.

Linux

Digitar um termo de pesquisa e pressionar Enter .	Executa uma pesquisa usando seu mecanismo de pesquisa padrão.
Digitar a palavra-chave de um mecanismo de pesquisa, pressionar Espaço , digitar um termo de pesquisa e pressionar Enter .	Executa uma pesquisa usando o mecanismo de pesquisa associado à palavra-chave.
Começar a digitar o URL de um mecanismo de pesquisa,	Executa uma pesquisa usando o mecanismo de pesquisa associado ao

pressionar Tab quando for solicitado, digitar um termo de pesquisa e pressionar Enter .	URL.
Ctrl+L	Destaca o URL.
Ctrl+K ou Ctrl+E	Coloca um "?" na barra de endereço. Digite um termo de pesquisa após o ponto de interrogação para realizar uma pesquisa usando seu mecanismo de pesquisa padrão.
Pressionar Ctrl+Shift e a seta para a esquerda ao mesmo tempo.	Move seu cursor para o termo-chave anterior na barra de endereço
Pressionar Ctrl+Shift e a seta para a direita ao mesmo tempo.	Move seu cursor para o próximo termo-chave na barra de endereço
Ctrl+Backspace	Exclui o termo-chave antes do cursor na barra de endereço
Selecionar uma entrada no menu suspenso da barra de endereço com as setas de seu teclado e pressionar Shift+Delete .	Exclui a entrada do seu histórico de navegação, se for possível.
Clicar em uma entrada no menu suspenso da barra de endereço com o botão do meio do mouse (ou rolar o mouse).	Abre a entrada em uma nova guia em segundo plano.
Pressionar Page Up ou Page Down quando o menu suspenso da barra de endereço estiver visível.	Seleciona a primeira ou a última entrada no menu suspenso.

Atalhos de páginas da Web

Windows

Ctrl+P	Imprime sua página atual.
---------------	---------------------------

Ctrl+S	Salva sua página atual.
F5 ou Ctrl+R	Recarrega sua página atual.
Esc	Interrompe o carregamento de sua página atual.
Ctrl+F	Abre a barra "Localizar".
Ctrl+G ou F3	Localiza a próxima correspondência para sua entrada na barra de localização.
Ctrl+Shift+G , Shift+F3 ou Shift+Enter	Localiza a correspondência anterior para sua entrada na barra de localização.
Clicar no botão do meio do mouse (ou rolar o mouse).	Ativa o rolamento automático. Conforme você movimentar o mouse, a página rola automaticamente de acordo com a direção do mouse.
Ctrl+F5 ou Shift+F5	Recarrega sua página atual, ignorando o conteúdo armazenado em cache.
Pressionar Alt e clicar em um link.	Faz download do destino do link.
Ctrl+U	Abre o código-fonte da página atual.
Arrastar um link para a barra de favoritos	Salva o link como um favorito.
Ctrl+D	Salva a página da Web atual como um favorito.
Ctrl+Shift+D	Salva todas as páginas abertas como favoritos em uma nova pasta.
F11	Abre sua página no modo de tela cheia. Pressione F11 novamente para sair desse modo.
Ctrl e + ou pressionar Ctrl e rolar o mouse para cima.	Aumenta tudo na página.
Ctrl e - ou pressionar Ctrl e rolar o mouse para baixo.	Diminui tudo na página.
Ctrl+0	Tudo da página volta ao tamanho normal.

Barra de espaço	Rola a página da Web para baixo.
Home	Vai para a parte superior da página.
End	Vai para a parte inferior da página.
Pressionar Shift e rolar o mouse.	Rola a página na direção horizontal.

Linux

Ctrl+P	Imprime sua página atual.
Ctrl+S	Salva sua página atual.
Ctrl+R	Recarrega a página atual.
Esc	Interrompe o carregamento de sua página atual.
Ctrl+F	Abre a barra "Localizar".
Ctrl+G ou Enter	Localiza a próxima correspondência para sua entrada na barra "Localizar".
Ctrl+Shift+G ou Shift+Enter	Localiza a correspondência anterior da sua entrada na barra "Localizar".
Pressionar Alt e clicar em um link.	Faz download do destino do link.
Ctrl+U	Abre o código-fonte da página atual.
Arrastar um link para a barra de favoritos	Salva o link como um favorito.
Ctrl+D	Salva a página da Web atual como um favorito.
Ctrl+Shift+D	Salva todas as páginas abertas como favoritos em uma nova pasta.
F11	Abre sua página no modo de tela cheia. Pressione F11 novamente para sair desse modo.

Ctrl e + ou pressionar Ctrl e rolar o mouse para cima.	Aumenta tudo na página.
Ctrl e - ou pressionar Ctrl e rolar o mouse para baixo.	Diminui tudo na página.
Ctrl+0	Tudo da página volta ao tamanho normal.
Barra de espaço	Rola a página da Web para baixo.
Home	Vai para a parte superior da página.
End	Vai para a parte inferior da página.

Atalhos de texto

Windows e Linux

Ctrl+C	Copia o conteúdo realçado na área de transferência.
Ctrl+V ou Shift+Insert	Cola o conteúdo da área de transferência.
Ctrl+Shift+V	Cola o conteúdo da área de transferência sem formatação.
Ctrl+X ou Shift+Delete	Exclui o conteúdo realçado e o copia na área de transferência

Email

E-Mail ou Correio Eletrônico é um serviço disponível na Internet que possibilita o envio e o recebimento de mensagens de texto ("mails").

Surgido em 1965 aproximadamente, o serviço de troca de mensagens eletrônicas permite que pessoas situadas em localidades diversas troquem mensagens simples ou mensagens com arquivos anexos, de maneira fácil e rápido. Porém, para que a troca de dados, mensagens ocorra sem erros é necessário que:

O Emissor e o Receptor (Remetente e Destinatários) tenham um endereço de correio eletrônico que pode ser, hoje, criado gratuitamente por meio de provedores de e-mail. Vejamos alguns:

Gmail da Google: [nome@gmail.com](#)

Hotmail: [nome@hotmail.com](#) / [nome@msn.com](#)

Yahoo: [nome@yahoo.com](#) / [nome@yahoo.com.br](#)

Utilizar um software para enviar, receber e ler as mensagens de correio eletrônico, que pode ser um Browser (Navegador) ou Gerenciador de Contas de Correio, como o Microsoft Outlook Express.

Protocolos

Protocolos são regras de comunicação úteis para que a troca de informações seja realizada com sucesso.

POP (Post Office Protocol) / POP3 – Este protocolo é usada para transferir, copiar (download) mensagens de correio de uma conta do Servidor para a máquina do usuário. Exemplo: pop.servidorweb.com.br

O POP portanto é usado no recebimento de mensagens de e-mail. A porta de comunicação é 110.

SMTP (Simple Message Transfer Protocol / Protocolo de Transferência de Mensagens Simples) – Já este, tem o objetivo de transferir as mensagens do computador do usuário para um servidor de correio da Web. Exemplo: smtp.servidorweb.com.br.

Portanto, o SMTP é usado para enviar mensagens de e-mail. A porta de comunicação é 25.

IMAP (Internet Message Access Protocol / Protocolo de Acesso à mensagens da Internet) – É um protocolo superior ao POP3.

Atualmente, se encontra na versão IMAP4. O interessante, é que, este protocolo permite que o usuário acesse suas mensagens de qualquer computador usando qualquer software, Outlook ou Internet Explorer. Diferentemente do POP ou POP3, o IMAP não copia as mensagens do servidor para a máquina do usuário, apesar de que, é possível, por meio de configuração, realizar a transferência local. A Porta de comunicação do IMAP é 993 ou 995.

WebMail



O WebMail é uma aplicação acessada diretamente na Internet, sem a necessidade de usar um programa de correio eletrônico. Praticamente todos os e-mails possuem aplicações para acesso direto na Internet. É grande o número de provedores que oferecem correio eletrônico gratuitamente, mais os 3 mais populares no mundo são:

» Outlook – <http://www.outlook.com> (Antigo Hotmail)

» GMail – <http://www.gmail.com>

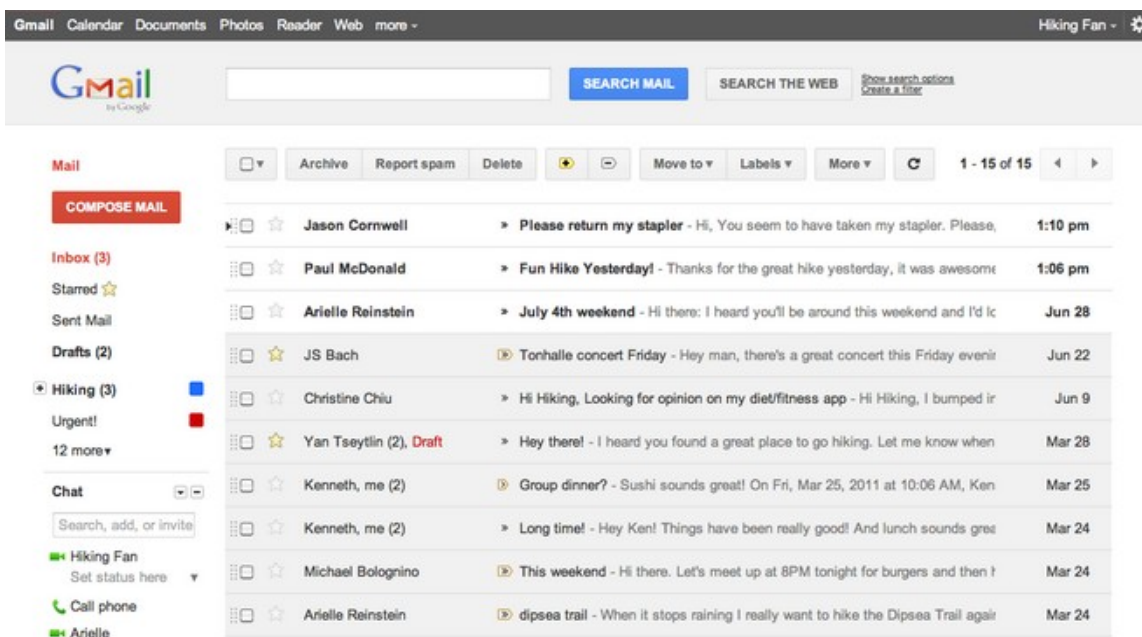
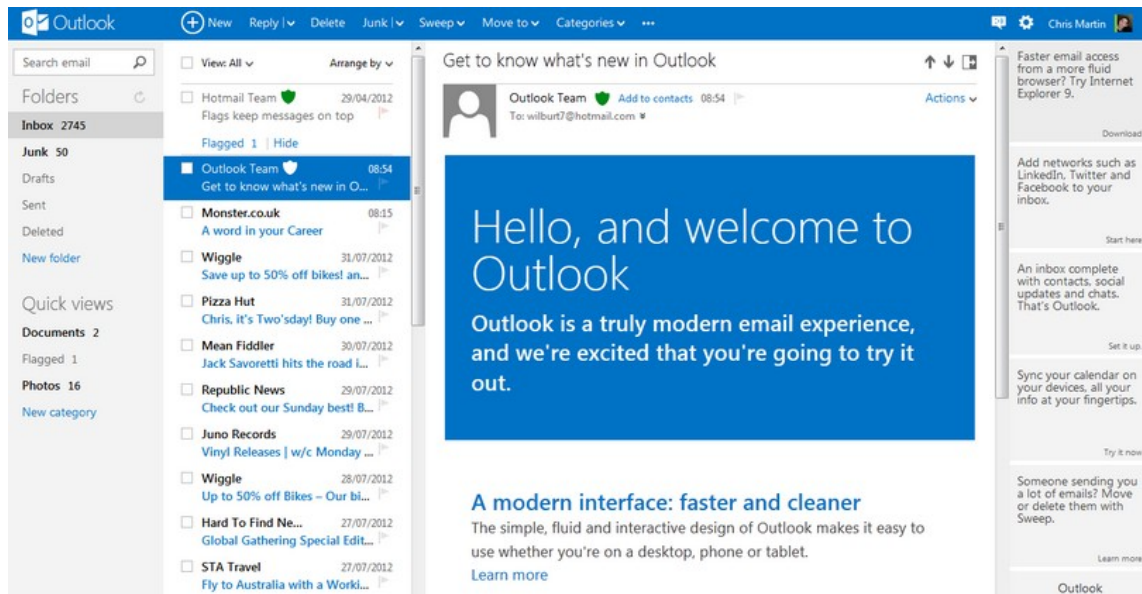
» Yahoo – <http://www.yahoo.com.br>

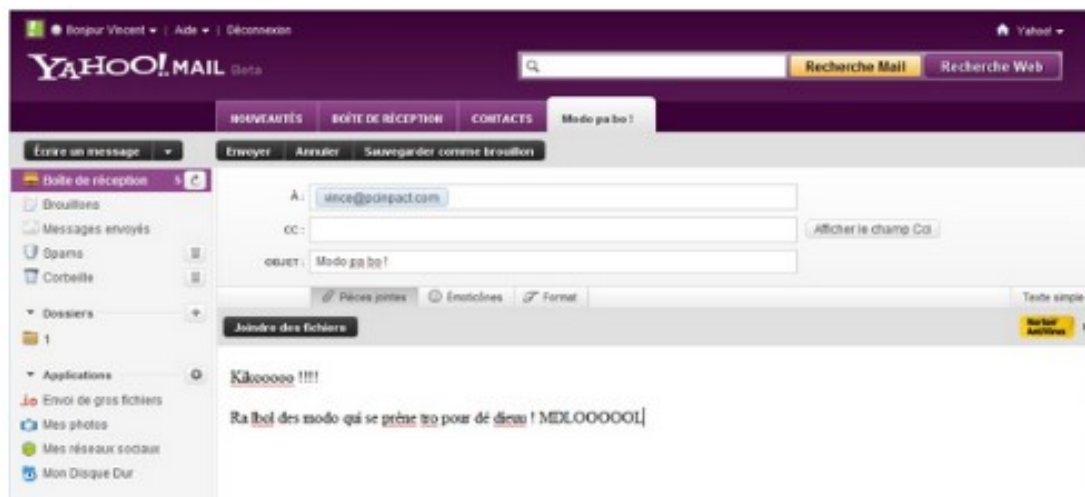
Para criar seu e-mail basta visitar o endereço do provedor desejado e seguir as instruções do site.

Outro importante fator a ser observado é o tamanho máximo permitido por anexo onde atualmente a maioria já oferece em média 20 a 25 Mb.

Além de caixa postal os provedores costumam oferecer serviços de agenda e contatos.

A figura abaixo mostra a interface dos principais e-mails gratuitos.





Programas de Email

Os gerenciadores de contas de correio eletrônico são software específicos para o Envio e recebimento de mensagens de e-mail. Pos principais são:

MICROSOFT OUTLOOK que acompanha o pacote de aplicativos Office da Microsoft (Word, Excel, PowerPoint, Access). Possui diversas ferramentas como:

- Agenda de Compromissos
- Lista de Contatos
- Tarefas
- Calendário

É o mais completo programa de correio da Microsoft e para usá-lo, é necessário realizar as configurações necessárias de protocolo de correio.

MICROSOFT OUTLOOK EXPRESS é uma versão compacta do Microsoft Outlook. Possui ferramenta de Contatos. O software vem acompanhado do Sistema Operacional Windows.

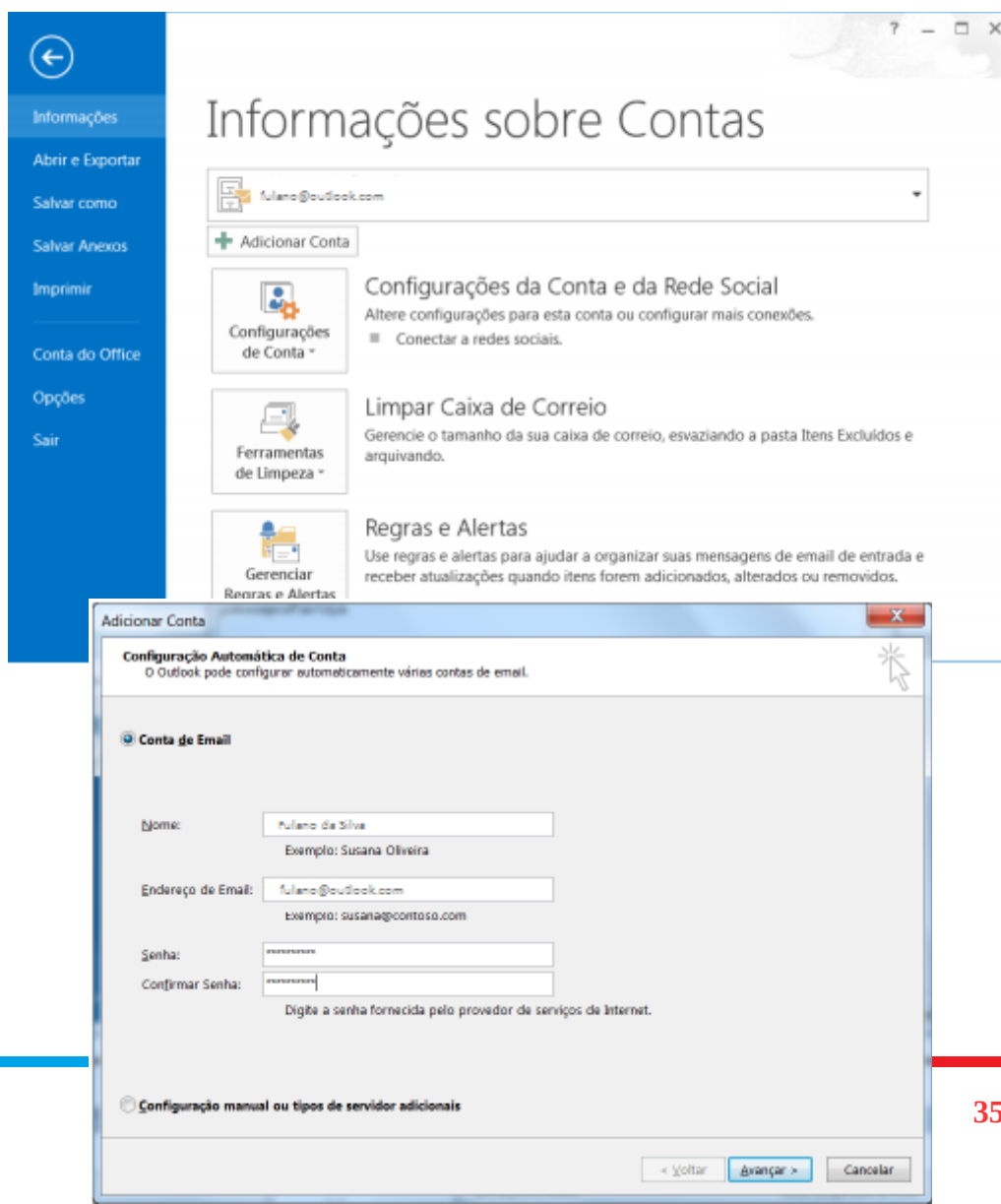
MOZILLA THUNDERBIRD é um software alternativo para quem não quer usar o Outlook ou também para quem é usuário Linux. O Thunderbird da empresa Mozilla pode ser instalado nas plataformas de Sistemas Windows da Microsoft ou Linux (software livre). Não há incompatibilidade na troca de mensagens entre Outlook e Thunderbird ou vice-versa. E também, para que ele seja usado, é necessário realizar configurações específicas dos protocolos de correio.

Microsoft Outlook

O Microsoft Outlook é um cliente de e-mail, integrante do Microsoft Office. Diferentemente do Outlook Express, que é usado basicamente para receber e enviar e-mail, o Microsoft Outlook além das funções de e-mail, ele é um calendário completo, onde você pode agendar seus compromissos diários, semanais e mensais.

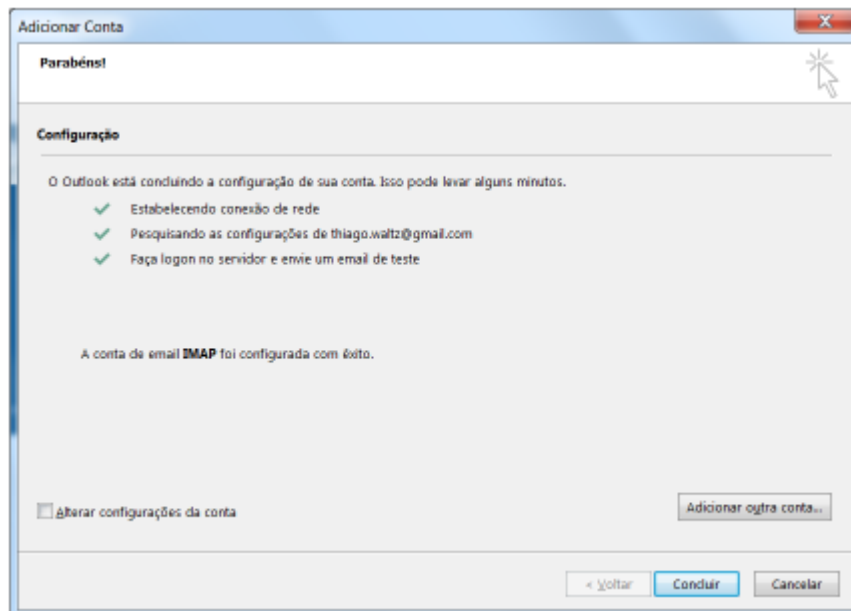
Ele traz também um rico gerenciador de contatos, onde você pode além de cadastrar o nome e e-mail de seus contatos, todas as informações relevantes sobre os mesmos, como endereço, telefones, Ramo de atividade, detalhes sobre emprego, Apelido, etc.

Oferece também um Gerenciador de tarefas, as quais você pode organizar em forma de lista, com todos os detalhes sobre determinada atividade a ser realizada. Conta ainda com um campo de anotações, onde ele simula aqueles post-its, papéis amarelos pequenos autoadesivos. Utilizado geralmente no sistema operacional Windows.



Automaticamente o Outlook realiza a conexão com seu servidor de e-mails e a configuração da sua conta.

Outras
Funções
Pesquise
Localize



mensagens de e-mail, anexos, compromissos do calendário e contatos de forma ainda mais rápida através da pesquisa avançada para poder se comunicar com as pessoas certas sem perder tempo.

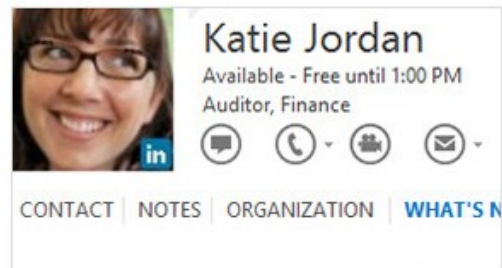
Filtros rápidos e comandos de contexto

Descubra como os filtros e os comandos de contexto aceleram os processos. Com um único clique, veja instantaneamente o conteúdo do calendário de hoje, da próxima semana ou do próximo mês. Escolha entre as várias formas de filtrar, organizar e trabalhar com o e-mail.

Cartão de Pessoas

Integre vários contatos em uma única vista com todas as informações de contato dessa pessoa (incluindo atualizações da rede social) para

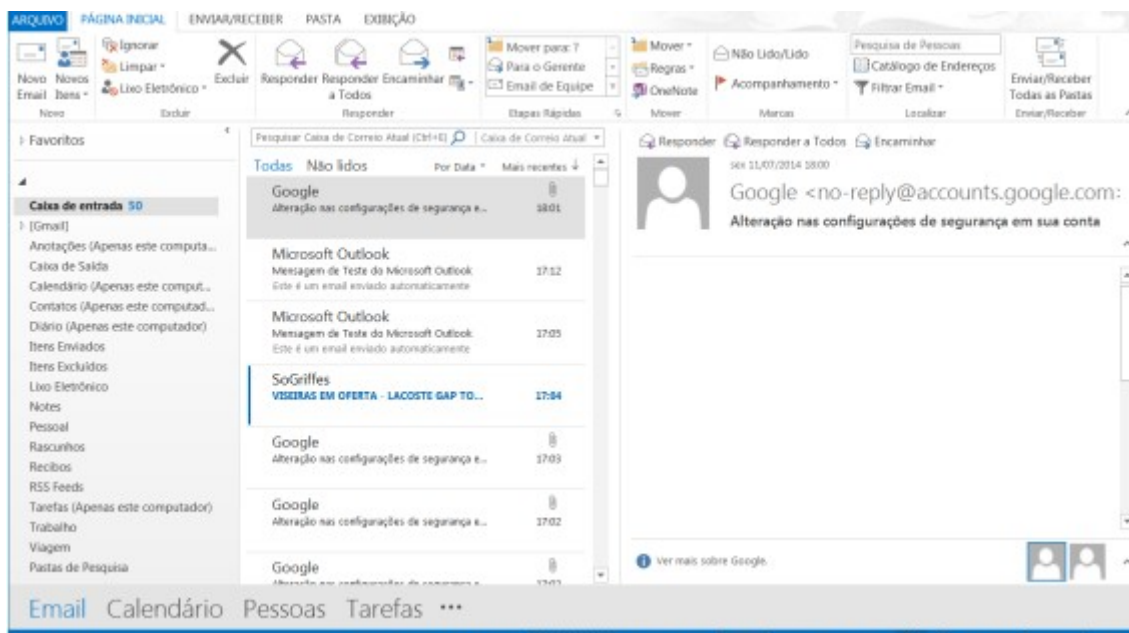
identificar o contexto social das pessoas mais rapidamente e remover duplicações desnecessárias.



Conectores sociais

Mantenha-se informado. Obtenha automaticamente atualizações de pessoas nas redes sociais em que você mais confia, como o LinkedIn, o Facebook, etc.

Interface



Modo de exibição Backstage ou Guia Arquivo

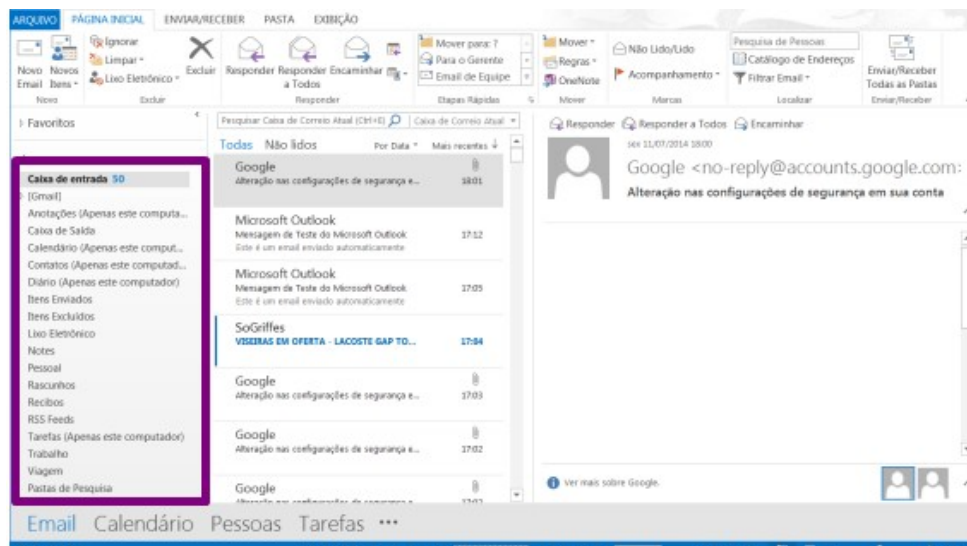
Quando você clicar na Guia Arquivo, verá os mesmos



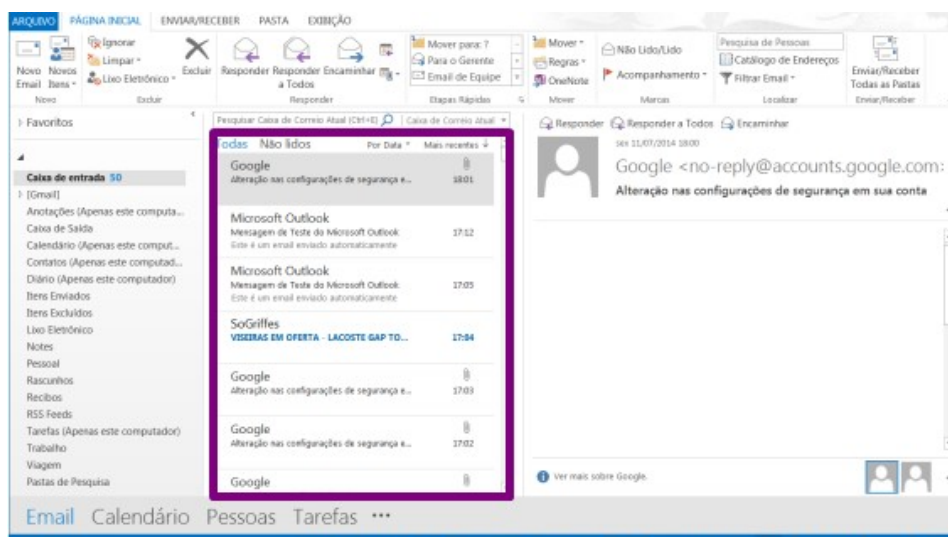
comandos básicos disponíveis nas versões anteriores do Microsoft Office para abrir, salvar e imprimir arquivos, além de novos comandos como Concluir e Publicar. Essa guia que contém todas as operações com arquivos é também conhecida como Modo de Exibição Backstage.

Essa opção apresenta um espaço centralizado para todas as tarefas de gerenciamento de arquivos, incluindo salvar, compartilhar, imprimir, publicar e a nova opção exportar, que permite a criação de arquivos portáteis como o PDF.

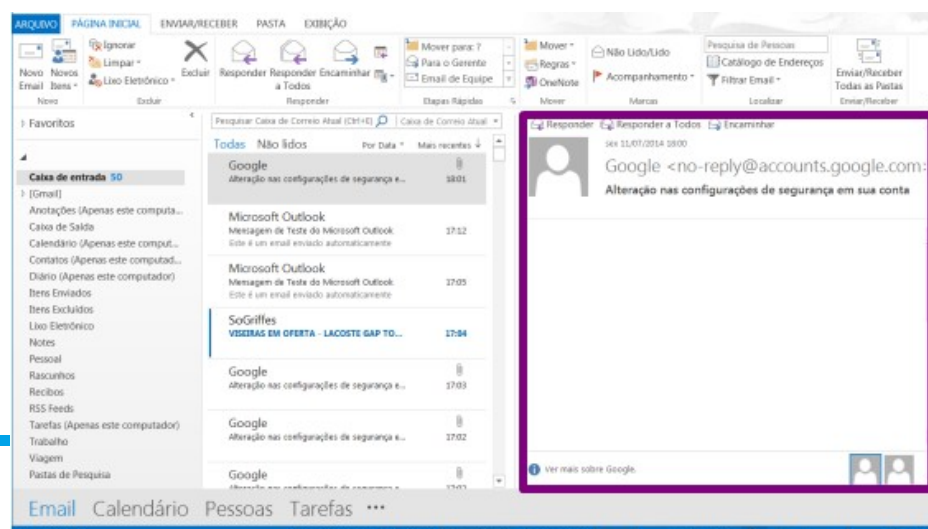
Painel de Pastas



Painel de Navegação

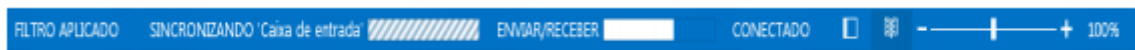


Painel de Leitura



Barra de Status

Exibe uma série de informações a respeito da apresentação em edição como: Indicador de Slide, Tema utilizado e outros, além de permitir alterar o modo de visualização e o nível de zoom do documento.



Ícones e Funções

Exibe

Informações

Detalhes/Propriedades do documento atual. Apresenta as funcionalidades: Otimizar Compatibilidade, Tamanho e Desempenho de Mídia, Proteger Documento e Versões.

Salva o email ativo/aberto.

Salvar


Exibe tela com opções para salvar o email ativo em um local diferente do atual, com nome diferente do atual ou com tipo de arquivo diferente do atual.

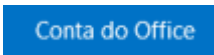
Salvar como


Exibe uma lista dos arquivos anexados a mensagem,

Salvar Anexos

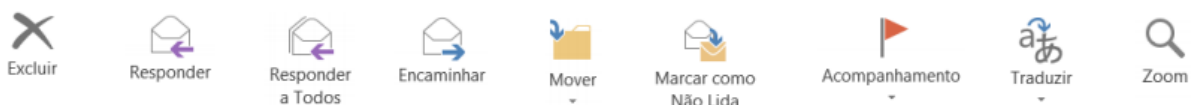
permitindo que o usuário possa escolher o local de destino do download do anexo.

Imprimir (Ctrl + P) - Chama o  modo de impressão, responsável por configurar a impressão e imprimir o documento atual.

Permite realizar o login com uma  conta Microsoft para acessar documentos de forma online e utilizar as ferramentas online do Office. Exibe as informações de atualização e da licença ativa do Office.

Exibe as opções para realizar os  ajustes: Geral, Email, Calendário, Pessoas, Tarefas, Pesquisar, Idioma, Avançado, Personalizar Faixa de Opções, Barra de Ferramentas de Acesso Rápido, Suplementos e Central de Confiabilidade.

Outros ícones importantes



Responda

1 - CESPE - 2014 - MTE - Contador

No Microsoft Outlook 2013, o cartão de visita reúne os principais detalhes de um contato, como telefone, e-mail e endereço, bem como permite ao usuário enviar uma mensagem instantânea, fazer uma chamada ou agendar uma reunião.

- () Certo () Errado

2 - FCC - 2013 - Sergipe Gás S.A. - Assistente Técnico Administrativo - RH

Roberto utiliza o Microsoft Office Outlook para enviar e receber e-mails e para baixar os e-mails de sua conta de e-mail corporativa para o computador de sua residência, de forma que ele possa ler posteriormente os e-mails baixados sem estar conectado à Internet. Quando recebe spam e e-mails que não lhe interessam na Caixa de Entrada, ele os seleciona e pressiona a tecla Delete para excluí-los. Os e-mails excluídos são então enviados para a pasta Itens Excluídos, mas não são apagados de fato do computador. Certo dia, Roberto excluiu por engano um e-mail importante de sua Caixa de Entrada. Dias depois, notou a falta do e-mail e o encontrou na pasta Itens Excluídos. Para devolver o e-mail para sua pasta Caixa de Entrada, Roberto deve clicar com o botão direito do mouse sobre o e-mail excluído, selecionar a opção e, em seguida, selecionar a opção referente à pasta Caixa de Entrada.

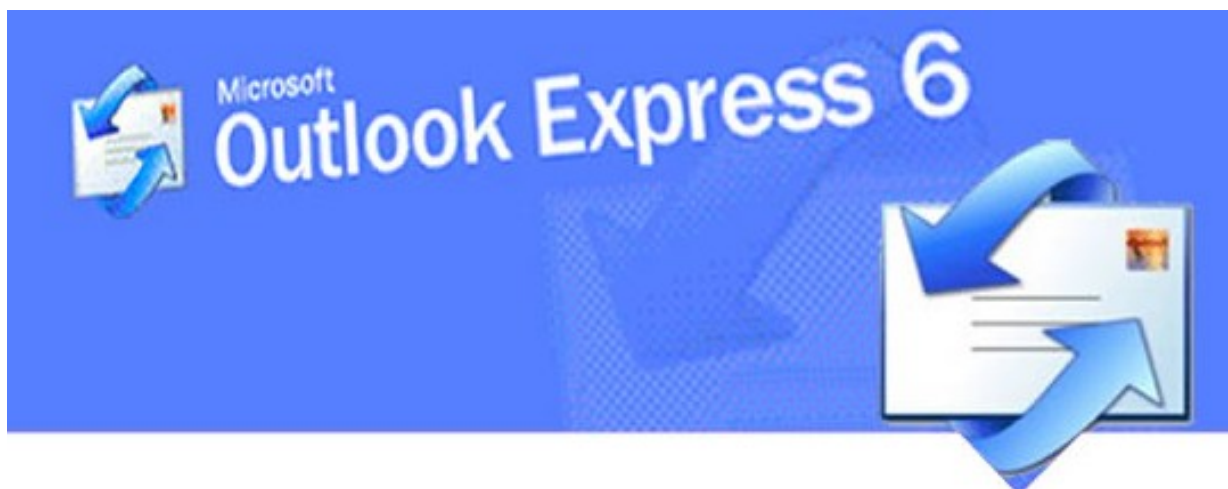
A palavra que preenche corretamente a lacuna é

- **a)** Desfazer
- **b)** Mover
- **c)** Enviar para
- **d)** Encaminhar
- **e)** Reverter

GABARITO

1 - C 2 - B

Outlook Express



Muitas vezes existe uma certa confusão quando nos referimos ao Outlook Express somente como Outlook. São dois aplicativos diferentes, embora eles executem a mesma função.

A principal diferença entre esses dois aplicativos é que um grátis e o outro é pago.

O Outlook Express faz parte do sistema operacional Windows e é grátis enquanto o Outlook faz parte do pacote Office dependendo da versão adquirida.

Muitas pessoas acham que o Outlook Express é uma versão básica do Microsoft Outlook, o que não procede. O Outlook Express permite, gerir diversas contas em diversas entidades e oferece aos grupos de discussão facilidades não proporcionadas pelo Microsoft Outlook.

Portanto o Outlook Express pode ser até mais capaz que o Microsoft Outlook, exceto em duas situações, que podem ser relevantes apenas para uma pequena parte dos usuários.

1. Pessoas que utilizam o aplicativo numa empresa que possui internamente servidores de correio eletrônico da Microsoft, podem ser obrigados pelo administrador a migrar para o Outlook.

2. Aqueles que desejam fazer uso de agenda eletrônica na gestão do correio eletrônico.

Para todas as outras utilizações o Outlook Express desempenha seu papel de maneira excelente, independente do volume de dados que tratam.

É muito mais fácil realizar cópias de segurança, pois no Outlook Express usa-se um arquivo em disco para cada pasta, contrário do que realiza o Outlook, que junta todo o conteúdo de todas as pastas em um único arquivo, pouco interessante em termos de cópias de segurança parciais e incrementais.

Outra vantagem é que o Outlook Express é instalado automaticamente ao se instalar o Internet Explorer, pois é parte integrante dele.

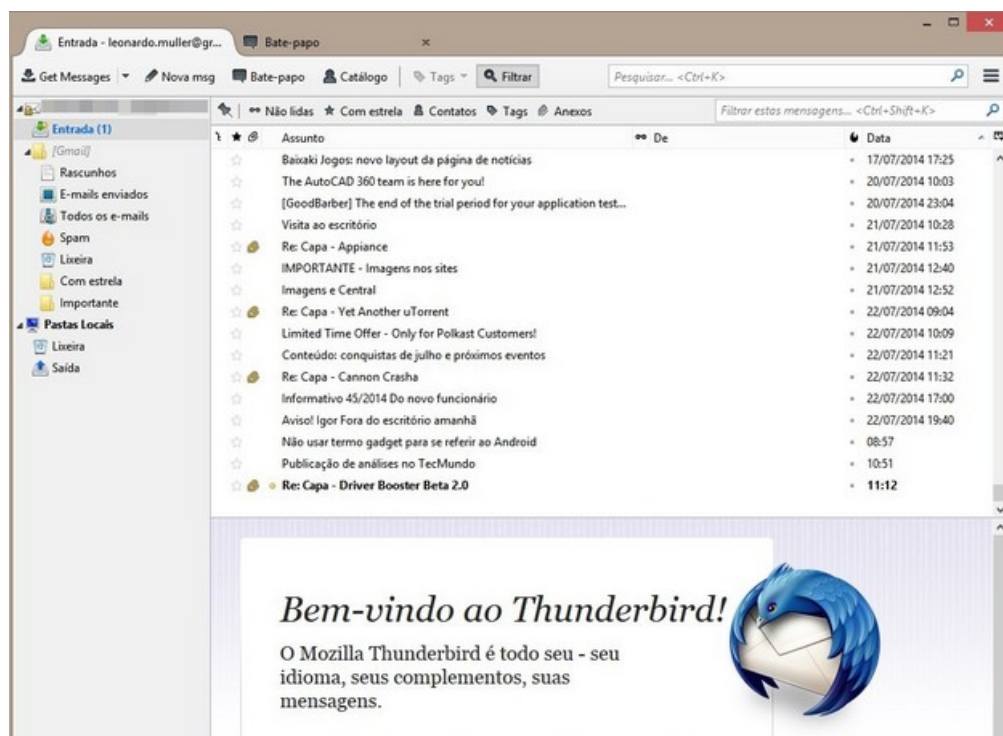
Importante

O Outlook Express não está mais disponível e não tem mais suporte da Microsoft. Ou seja, na versão do Windows 7 e Windows 8 ele não existe!

Mozilla Thunderbird

Mozilla Thunderbird é um cliente de email que permite a você gerenciar várias contas de email diretamente no seu computador. Com isso, não é necessário abrir seu email no navegador e ficar lidando com problemas de lentidão na conexão com a internet.

Por ser um cliente de emails local, o Mozilla Thunderbird permite a você compor mensagens e ler o que você recebeu mesmo que a web não esteja ajudando, já que ele se conecta apenas para receber e enviar seus emails de uma forma mais passiva.

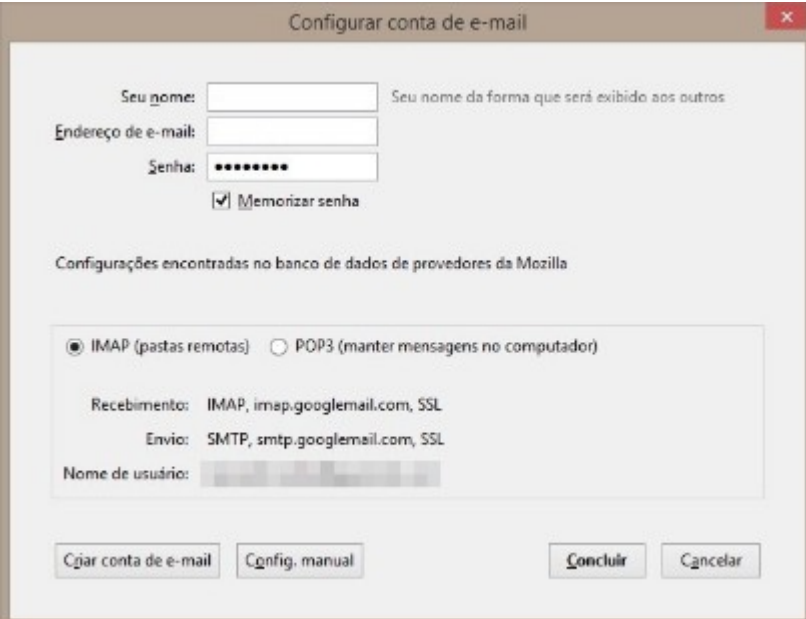


O Mozilla Thunderbird é mais indicado para quem precisa cuidar de muitas contas de email de servidores diferentes. Por exemplo, você pode ter duas contas Gmail, uma Outlook.com e uma Yahoo!.

Eventualmente, problemas para conectar todas elas a uma só vão acontecer por conta das várias incompatibilidades. No Thunderbird, isso não acontece, já que ele é desenvolvido justamente para lidar com essas diferenças.

Para começar a usar o Mozilla Thunderbird, você deve primeiro terminar a instalação no modo rápido (nenhum software adicional entra no pacote neste caso) e, quando ele estiver iniciado, uma janela de boas vindas será mostrada e você deve clicar em "Ignorar e usar um email existente". Em seguida, você terá que digitar o seu endereço de email, sua senha e confirmar a operação em "Continuar" na próxima tela.

Diferente de outros clientes de email, o Mozilla Thunderbird consegue identificar todas as configurações necessárias automaticamente, evitando que você precise digitar detalhes de servidores e domínios.

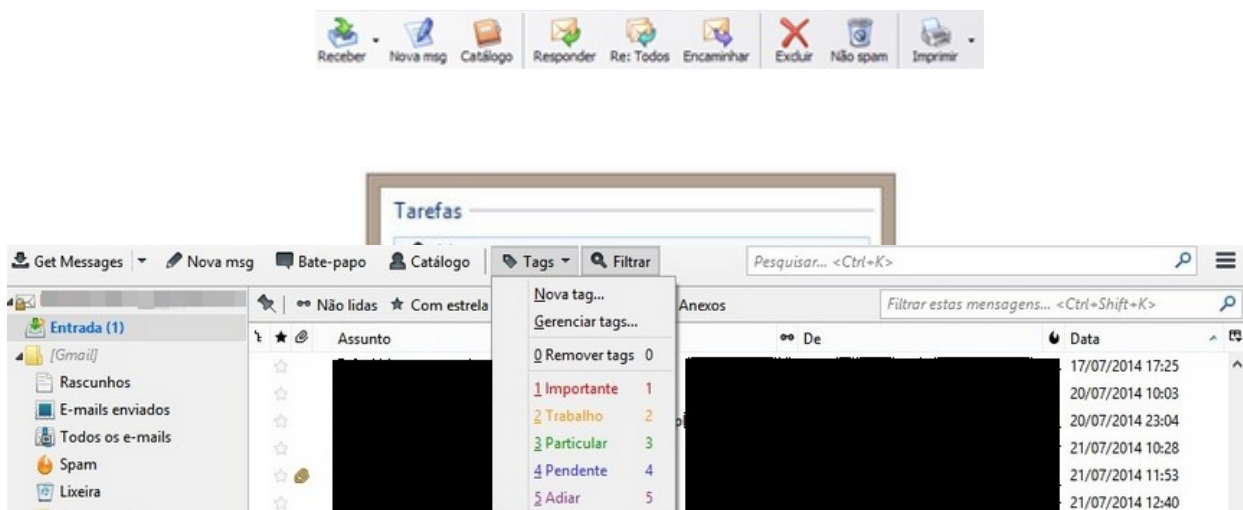


Complementos

Um dos grandes diferenciais dos produtos da família Mozilla sempre foi a possibilidade de estender as suas funções por meio de complementos. Com o Thunderbird não poderia ser diferente! Inclusive o aplicativo disponibiliza um gerenciador para as extensões em sua própria interface.

Principais botões

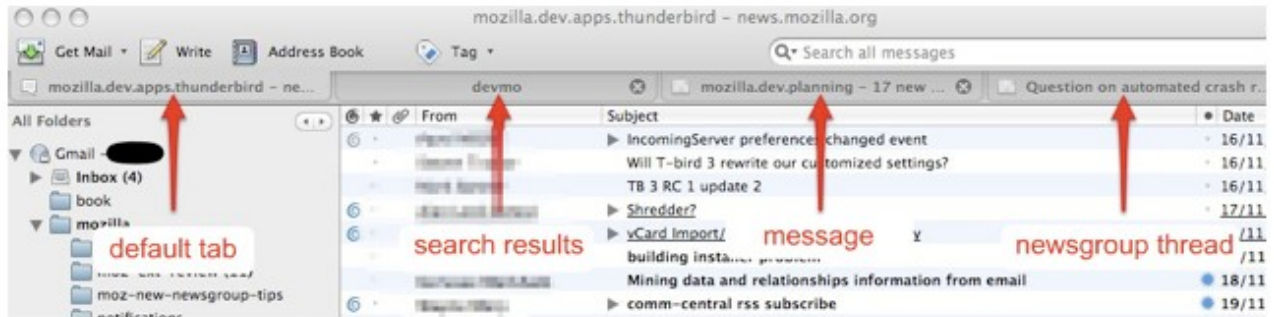
Não possui diferença para os demais programas de e-mail.



Abas de mensagens

Abas de mensagens é um novo recurso que permite que as mensagens, pastas, resultados de pesquisa e até mesmo algum conteúdo web seja exibido em abas dentro de uma única janela do Thunderbird.

Semelhante a navegação por abas do Firefox, várias mensagens podem ser exibidas sem abrir várias janelas de mensagens do Thunderbird.



Sistema de busca

O mecanismo de busca do aplicativo é integrado ao do Windows. Logo, você pode selecionar filtros de pesquisa para escolher quais tipos de resultado você deseja que sejam exibidos (conteúdo de mensagens e notícias, por exemplo). Vale lembrar que esse tipo de mecanismo faz com que os resultados demorem um pouco mais para ser exibidos.

Além disso, se você necessita realizar as mesmas pesquisas constantemente, o Thunderbird tem por padrão salvar o histórico de suas buscas, para que possam ser acessadas rapidamente no futuro.

Grupos de discussão

Grupo de discussão são ferramentas de comunicação assíncronas, ou seja, para o recebimento e envio de mensagens não é necessário que os participantes estejam conectados ao mesmo tempo.

Também conhecido como "Lista de discussão" ou "lista de e-mail" ou "grupos de e-mail" ou pelo termo inglês "Newsgroups" é um serviço oferecido na Internet por vários sites como Yahoo Grupos (br.groups.yahoo.com), Google Groups (groups.google.com), Grupos (www.grupos.com.br) e outros. Nesse serviço é possível a grupo de

peessoas a troca de mensagens via e-mail com todos os membros do grupo.

Estrutura Básica

Inicialmente uma pessoa deve ser responsável por cadastrar o grupo desejado, escolhendo um nome e fazendo as configurações apropriadas. Esta pessoa é chamada de administrador (ou gerente) e possui como função gerenciar o grupo, tendo plenos poderes inclusive para deletar o grupo de discussão se necessário. Diversas configurações estão disponíveis ao administrador: determinar que as mensagens do grupo não sejam lidas por pessoas não cadastradas no grupo, determinar quem pode ou não se inscrever no grupo de discussão, as regras que o grupo de discussão deve seguir, selecionar outras pessoas para serem administradores, etc. Além disto, o administrador é responsável por manter o bom andamento do grupo de discussão: não raro, o administrador pode excluir ou penalizar usuários que não atendam às políticas do grupo.

A inscrição em um grupo de discussão pode ocorrer por convite ou por inscrição. No caso do convite, em geral, a maioria dos grupos de discussão permite ao administrador enviar, para uma lista de e-mails desejados, convites para participação no grupo. Em outros casos, uma pessoa pode solicitar a inscrição no grupo diretamente. Conforme as configurações iniciais estabelecidas pelo administrador, a pessoa pode entrar automaticamente no grupo de discussão após solicitar a inscrição ou "ser aprovada" pelo administrador antes de participar.

As discussões podem ocorrer em diversas formas diferentes: nos fóruns de discussão, quando um membro deseja falar sobre um assunto específico, ele entra na página do seu grupo com login e senha, e insere

um novo tópico de discussão. Ao submeter o tópico de discussão, qualquer outro membro que queira responder, deverá entrar no tópico criado inicialmente e responder ao assunto. Como isto é feito continuamente, para cada tópico cria-se uma lista de mensagens relacionadas vinculadas ao tópico em questão.

Nos casos das listas de discussão, não há necessidade do usuário entrar na página do grupo. Após a inscrição inicial, toda vez que o usuário quiser criar um novo tópico de discussão, ele deve enviar sua mensagem por e-mail para o endereço de e-mail do grupo. De forma automática, o sistema cria o tópico. Para responder ao tópico, basta responder ao e-mail em questão enviado pelo membro, e automaticamente o sistema vai ordenando os tópicos.

Uma das deficiências dos grupos de discussão é a possível redundância de mensagens. Como as mensagens são enviadas para os membros, e isso facilitar o uso, pois não é necessário voltar ao site para verificar se a sua mensagem foi respondida, temas antigos já respondidos podem voltar com o tempo ao mesmo grupo de discussão, uma vez que usuários novos sempre poderão entrar no grupo, e sem conhecimento das mensagens antigas voltarem ao mesmo assunto novamente. Uma possível solução para essa deficiência é a existência dos FÓRUNS via web.

Fóruns

A ideia é a mesma, dos grupos de discussão, porém as mensagens ficam arquivadas no site organizadas por tema e com a consulta mais facilitada. Fórum nada mais é que um site, onde os usuários podem

promover debates, tirar dúvidas, dar sua opinião ou apenas trocar informações com outros membros sobre um tema específico. Muitos utilizam fóruns para discutir com outras pessoas assuntos ao qual tem interesse, como Hobbys (fotografia, dança, automobilismo, etc), áreas de atuação (professores, artistas, músicos, jornalistas) e uma porção de outros assuntos.

Q & A

Outro modelo específico de lista de discussão são as plataformas Q&A ("Questions & Answers") que tenta solucionar um problema dos fóruns de discussão: no passado, em fóruns de informática, quando alguém postava uma pergunta sobre tecnologia, poderia haver muitas respostas ao tópico, mas nenhuma resposta útil para a pergunta original. O acúmulo de respostas inúteis, no entanto, atrapalhava quem desejava obter informação confiável: nas plataformas Q&A, o usuário que inicia o tópico posta uma pergunta e outros usuários respondem a pergunta. Os usuários do grupo de discussão então dão notas para as respostas de acordo com sua qualidade, o que faz com que boas respostas apareçam nos primeiros resultados de discussão, evitando que o leitor tenha que ler todo o conteúdo. Um exemplo de plataforma Q&A é o **Yahoo!**

Respostas

Busca e Pesquisa na Internet

Os motores de busca surgiram logo após o aparecimento da Internet, com a intenção de prestar um serviço extremamente importante: a busca de qualquer informação na rede, apresentando os resultados de uma forma organizada, e também com a proposta de fazer isto de uma maneira rápida e eficiente.

A partir deste preceito básico, diversas empresas se desenvolveram, chegando algumas a valer milhões de dólares.

Entre as maiores empresas encontram-se o Google, o Yahoo, o Bing, o Lycos, o Cadê e, mais recentemente, a Amazon.com com o seu mecanismo de busca A9 porém inativo.

Os buscadores se mostraram imprescindíveis para o fluxo de acesso e a conquista novos visitantes.

O Google Search é, atualmente, o site de busca mais famoso, eficaz e visitado da web. Mas será que todo mundo sabe como fazer buscas eficientes no Google? A partir desta pergunta decidimos trazer-lhes algumas informações relevantes sobre como usar a busca do Google da melhor maneira.

Por exemplo: você sabia que é possível saber o horário local das principais cidades do mundo pelo Google? Sabia que também é possível consultar a previsão do tempo, converter moedas ou fazer contas matemáticas? Pois é, estas são apenas algumas de muitas outras ferramentas que o Google oferece.

Conteúdo entre aspas: o comando “entre aspas” efetua a busca pela ocorrência exata de tudo que está entre as aspas, agrupado da mesma forma.

Sinal de subtração: este comando procura todas as ocorrências que você procurar, exceto as que estejam após o sinal de subtração. É chamado de filtro (ex: baixaki -download)

OR (ou): OR serve para fazer uma pesquisa alternativa. No caso de "Carro (vermelho OR verde)" (sem as aspas), Google irá procurar Carro vermelho e Carro verde. É necessário usar os parênteses e OR em letra maiúscula.

Asterisco coringa: utilizar o asterisco entre aspas o torna um coringa. (ex: café * leite: Google buscará ocorrências de café + qualquer palavra + leite).

Define: comando para procurar definições de qualquer coisa na internet (define:abacate).

Info: info serve para mostrar as informações que o Google tem sobre algum site (info:www.brasil.com.br).

Palavra-chave + site: procura certa palavra dentro de um site específico (download site:www.brasil.com.br).

Link: procura links externos para o site especificado (ex: link:www.brasil.com.br).

Intitle: restringe os termos da busca aos títulos dos sites (ex: intitle:eu ja fui).

Allinurl: restringe os termos da busca às URL dos sites (ex: allinurl:cachorro).

Time: pesquisa o horário das principais cidades do mundo (ex: time:new york).

Weather: pesquisa a previsão do tempo para as principais cidades do mundo (ex: weather:tokyo).

Calculadora: serve para efetuar contas matemáticas com o Google (ex: 10 / 2).

Conversão de moedas: serve para comparar o atual valor de duas moedas (ex: 7 dollar in real).

Conversão de temperatura: converte temperatura em Celsius para Fahrenheit (ex: 140 C in F).

Conversão de distâncias: utilizada para ver a correspondente distância em diferentes medidas (ex: 100 miles in kilometers).

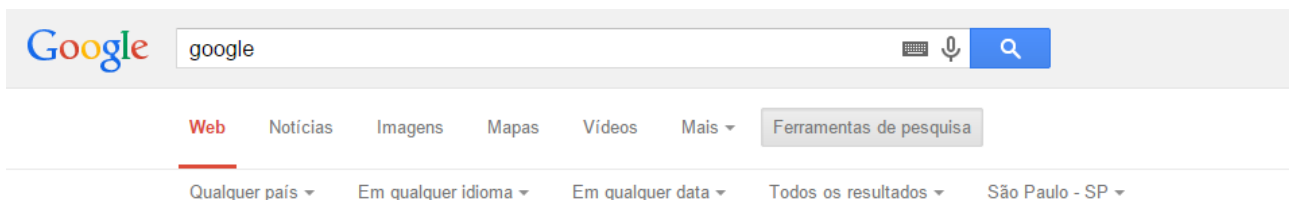
Conversão de velocidade: comando para converter medidas de velocidade (ex: 48 kph to mph).

Find a business: procure lojas ou restaurantes em certa cidade. (não disponível para o Brasil) (ex: shopping, Chicago).

Movie: comando para procurar por títulos de filmes (ex: movie: Batman).

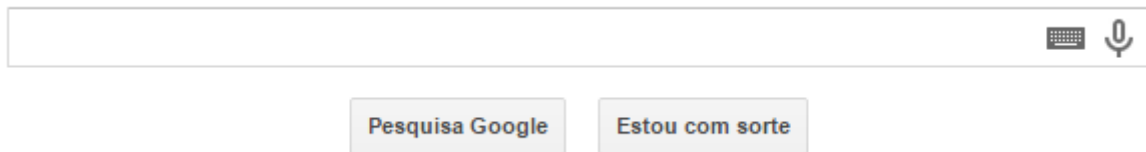
Director: o comando director serve para descobrir o nome de um diretor de certo filme (ex: director braveheart).

Barra de Pesquisa do Google

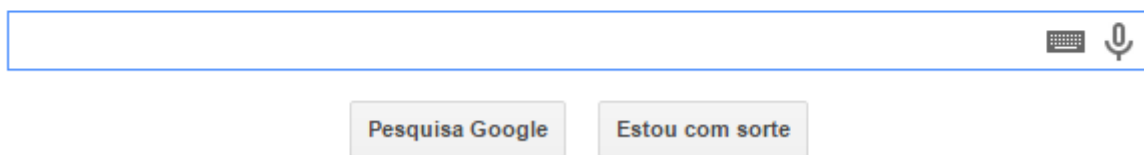


O Google possui a ferramenta “estou com sorte” há muito tempo, este recurso basicamente leva você para o primeiro resultado da pesquisa.

O Google define que o primeiro resultado é o mais “relevante” para o que você está procurando, porém este recurso gera um custo de oportunidade muito grande pois quem clica no “estou com sorte” normalmente não visualiza os anúncios presentes nos resultados da busca e não gera receita para o Google através dos anunciantes.



Uma das ferramentas do Google permite que o usuário faça pesquisas de voz pelo computador, em português.



Basta acessar o ícone



Responda

1 - IBFC - 2014 - PC-SE - Escrivão Substituto

Na pesquisa avançada do Google, temos como padrão, condições de limitar os resultados de pesquisa por:

- I. tipo de arquivo
- II. tamanho da página
- III. idioma

Estão corretos os itens:

- **a)** I e II
- **b)** II e III.
- **c)** I e III
- **d)** todos os itens

2 - *VUNESP - 2014 - SP-URBANISMO - Assistente Técnico - Planejamento*

O site de buscas www.google.com é um dos mais utilizados para realização de buscas na internet e é o buscador padrão de alguns navegadores. Outra opção de site de buscas é o site _____.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

- **a)** www.iexplorer.exe
- **b)** www.vunesp.com.br
- **c)** www.bing.com
- **d)** www.facebook.com
- **e)** ftp.chrome.com

3 - *VUNESP - 2014 - SP-URBANISMO - Assistente Administrativo*

O site de buscas www.google.com é um dos mais utilizados para realização de buscas na internet e é o buscador padrão de alguns navegadores. Outra opção de site de buscas é o site_____. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

- **a)** www.iexplorer.exe
- **b)** www.vunesp.com.br
- **c)** www.bing.com
- **d)** www.facebook.com
- **e)** ftp.chrome.com

4 - FGV - 2014 - BNB - Analista Bancário

Em certas situações, a caixa de busca para o Google mostra-se como na figura abaixo.



Nesse caso, o ícone



indica que a pesquisa:

- **a)** se refere a termos de busca previamente gravados num arquivo;
- **b)** ficará restrita à localização de vídeos e arquivos de áudio;
- **c)** ficará restrita aos sites do país onde o computador está conectado;
- **d)** será realizada por meio de protocolos seguros, criptografados;
- **e)** será determinada por comando de voz.

GABARITO

1 - C 2 - C 3 - C 4 - E

Editor de textos – Word

Não existiria nenhuma função útil no computador se este não possuísse programas que pudéssemos usar na vida profissional e pessoal, estes programas que têm funções definidas para nosso uso são chamados de APLICATIVOS.

Os aplicativos estão divididos em várias categorias, como: Processadores de texto, Planilhas, Bancos de Dados, Linguagens de Programação, Jogos, Ilustradores gráficos, Animadores, Programas de Comunicação, etc...

Abaixo estão listados alguns dos programas mais comuns:

Processadores de Texto: Microsoft Word, Write...

Planilha de Cálculos: Microsoft Excel, Quattro Pro, Lotus...

Bancos de Dados: Microsoft Access, Paradox, SQL, Oracle, dBase...

Programação: Microsoft Visual Basic, Delphi, Clipper, C++, Java...

Gráficos: Corel Draw, Adobe Illustrator, Macromedia Freehand...

Animação: Macromedia Flash, Macromedia Director...

Quando falamos em texto (cartas, memorandos, ofícios, livros, apostilas), o programa que precisamos é um processador de textos.

O mais famoso processador de textos do mundo é o Microsoft Word. Fabricado pela mesma empresa que fabrica o Windows, este programa já teve várias versões as quais abordaremos as principais na apostila.

Salvar – Permite salvar um documento em edição

Permissão (Irrestrito) – Permite proteger os direitos autorais do documento em edição

Imprimir – Envia diretamente o documento em edição para a impressora

Visualizar Impressão – Permite a visualização do documento antes da impressão

Ortografia e Gramática – Realiza a busca por erros de grafia e gramática no documento em edição

Pesquisar – Permite pesquisa de termos sinônimos ou em outro idiomas.

Recortar

Copiar

Colar

Pincel – Permite copiar a formatação usada em uma palavra/texto e colar em outra palavra/texto

Desfazer Ações

Refazer Ações

Inserir Hiperlinks

Tabelas e Bordas

Inserir Tabela

Inserir Planilha do Excel

Colunas Formatar Documento para Duas ou Mais colunas

Desenho – Exibe / Oculta a barra de ferramentas Desenho

Estrutura do Documento

Mostrar / Ocultar caracteres não imprimíveis

ZOOM - Aumentar / Diminuir Zoom da Área de Trabalho do Word

Ajuda do Word

LER – Permite o usuário visualizar o documento como se fosse um livro.

Barra de Ferramentas Formatação

Estilos e Formatação – Exibe a coluna de Estilos

Caixa de Estilos e Formatação

Caixa de Fontes

Caixa Tamanho da Fonte

Negrito

Itálico

Sublinhado

Alinhar texto à Esquerda

Centralizar Texto

Alinhar texto à Direita

Justificar Texto – Alinhar simultaneamente à direita e a Esquerda

Espaçamento entre linhas

Numeração

Marcadores

Diminuir Recuo

Aumentar Recuo

Bordas

Realçar

Cor da Fonte

BARRA DE MENUS

Na Barra de Menus do Word, encontramos diversos comandos utilizados na formatação, configuração e edição de um documento do Word. Vejamos algumas opções encontradas:

MENU ARQUIVO

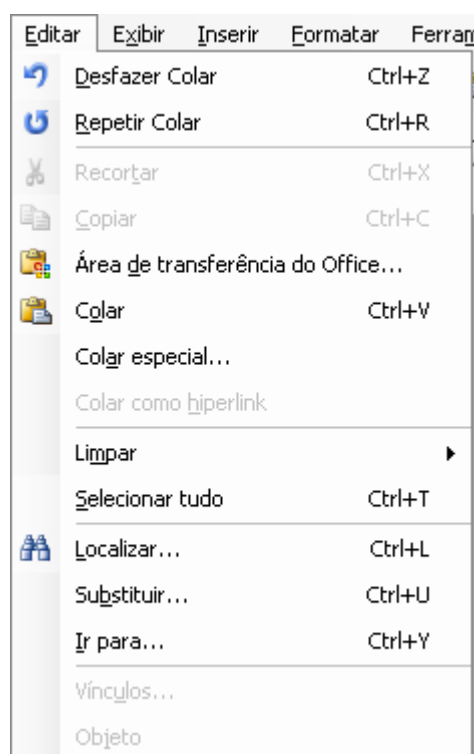


Através do
Menu

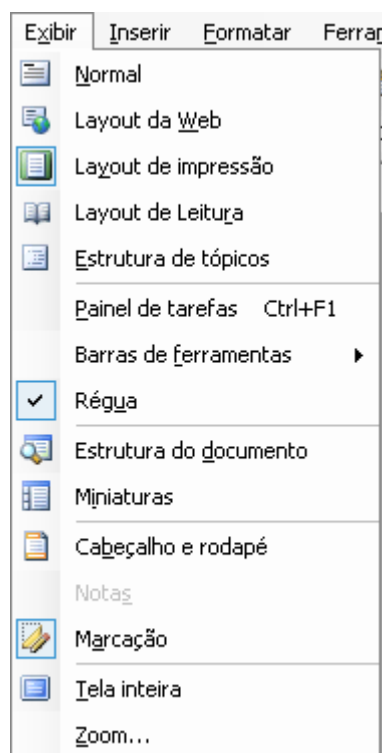
Arquivo, por exemplo, é possível abrir um documento existente, iniciar um novo documento, salvar um documento em edição, imprimir e visualizar os últimos documentos abertos no Word.

É possível também realizar pesquisas de arquivos compatíveis com o Word.

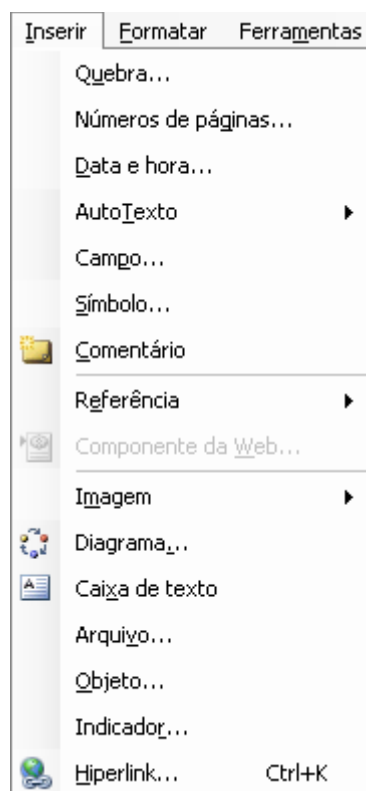
MENU EDITAR



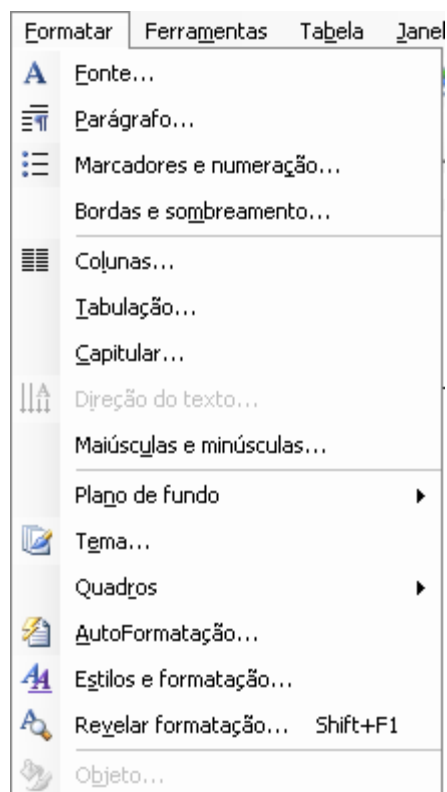
MENU EXIBIR



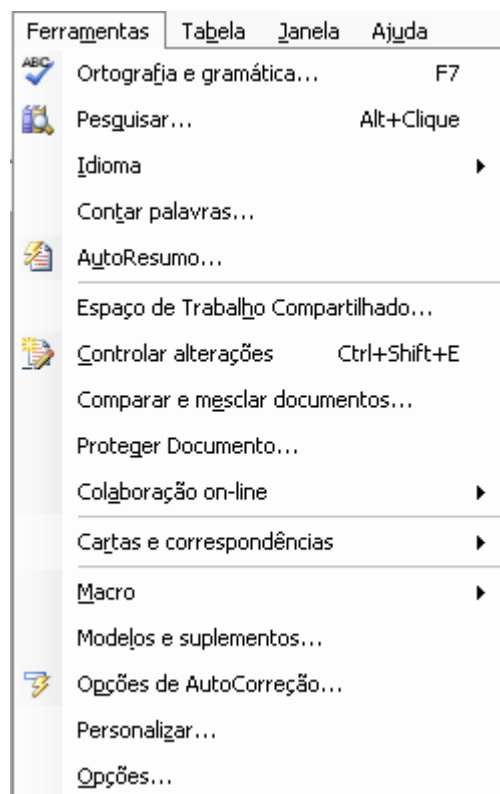
MENU INSERIR



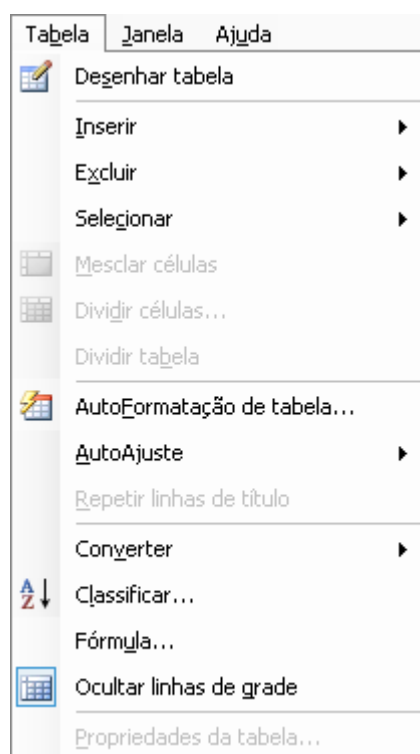
MENU FORMATAR



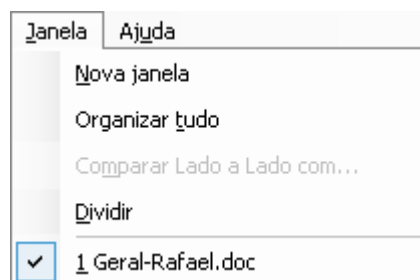
MENU FERRAMENTAS



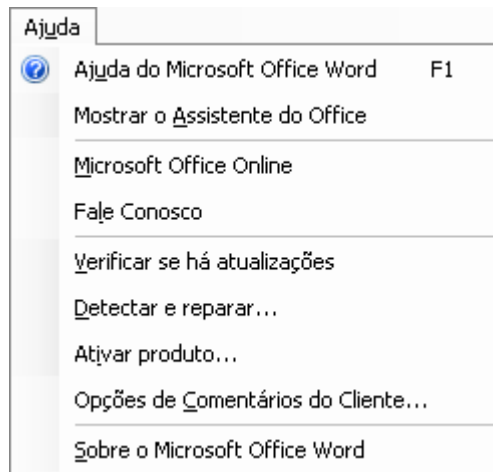
MENU TABELA



MENU JANELA



MENU AJUDA

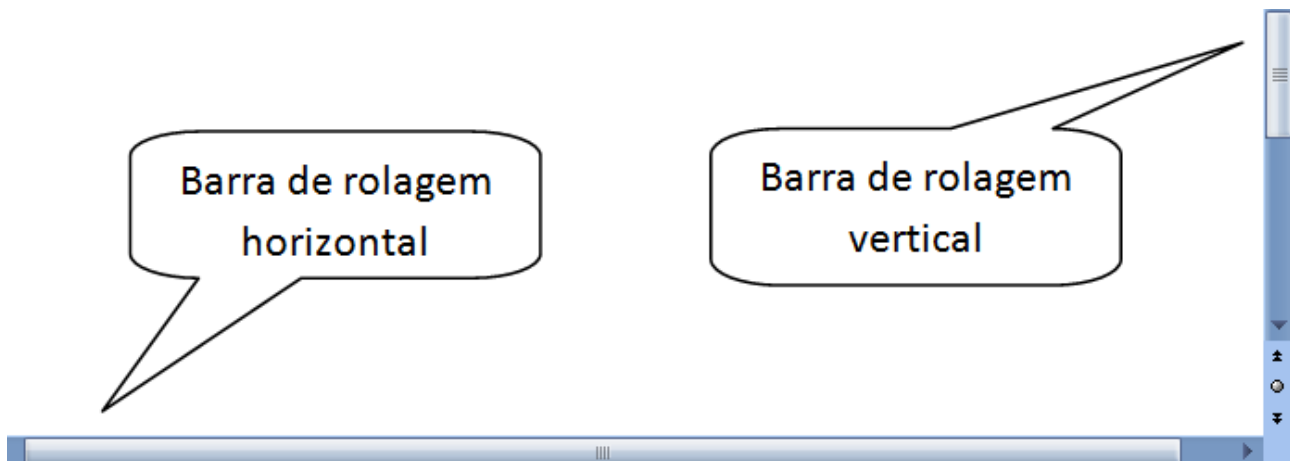


RÉGUA DO WORD




Através da Régua Horizontal podemos ajustar as margens direita e esquerda e as Margens Superior e Inferior por meio da Régua Vertical do Word.

BARRA DE ROLAGEM



Além de ter a função de movimentar a tela ou área de trabalho do Word, na barra de rolagem podemos encontrar diversas funções.



Através do botão "Selecionar Objeto de Procura"  é possível localizar uma página, texto, expressão, tabela, figura, objeto que estão dentro do documento em edição.

LOCALIZAR E SUBSTITUIR

Para Localizar uma palavra ou expressão dentro de um documento, você poderá fazê-lo utilizando a tecla de atalho CTRL + L, para Substituir CTRL+U e para Ir Para outra página CTRL+Y ou acessar estas mesmas opções por meio do menu Editar.

SELECIONANDO TEXTO COM O TECLADO

Você pode facilmente selecionar uma linha, uma palavra ou o texto inteiro por meio de comandos realizados com auxílio do Teclado. Vejamos alguns exemplos:

TECLAS	POSIÇÃO DO CURSOR
Shift + 	Seleciona um caractere à direita, um a um
Shift + 	Seleciona caractere à esquerda, um a um

Shift + ↓	Seleciona para as linhas abaixo, selecionando, ao mesmo tempo, tudo o que estiver à direita do posicionamento do cursor e à esquerda da última linha.
Shift + ↑	Seleciona para as linhas acima, selecionando, ao mesmo tempo, tudo o que estiver à esquerda do posicionamento do cursor e à direita da primeira linha.
"Ctrl" + "Shift" + "→"	Seleciona palavra à direita.
"Ctrl" + "Shift" + "←"	Seleciona palavra à esquerda.
"Ctrl" + "Shift" + "↓"	Seleciona parágrafo abaixo.
"Ctrl" + "Shift" + "↑"	Seleciona parágrafo acima.
"Shift" + "End"	Seleciona até o fim da linha.
"Shift" + "Home"	Seleciona até o início da linha
"Shift" + "Page Up"	Seleciona página acima
"Shift" + "Page Down"	Seleciona página abaixo.
"Ctrl" + "T"	Seleciona todo o texto.
"F8" (duas vezes)	Seleciona palavra atual.
"F8" (três vezes)	Seleciona a linha atual.
"F8" (quatro vezes)	Seleciona o parágrafo atual.
"F8" (cinco vezes)	Seleciona todos o texto.

SELECIONANDO TEXTO COM O MOUSE

Para selecionarmos uma palavra é suficiente aplicar um Clique Duplo sobre a palavra que se deseja selecionar.

Para selecionar um parágrafo, é suficiente aplicar um Clique Triplo sobre qualquer palavra do parágrafo desejado. Você ainda pode usar teclas auxiliares para selecionar parcialmente um parágrafo ou uma palavra. As teclas auxiliares são: CTRL, SHIFT e ALT.

FORMATANDO TEXTOS

Caso desejarmos alterar o formato dos caracteres e suas respectivas cores, seja parcialmente ou total de um texto, devemos selecionar o trecho ou a palavra que iremos “formatar” antes de qualquer ação.

Para alterar a cor da fonte, além dos comandos encontramos na Barra de Ferramentas de Formatação.

Você pode aplicar outros formatos de fontes (letras), espaçamento de caracteres e efeitos animados no texto.

MARCADORES E NUMERAÇÃO

Na janela Marcadores e Numeração podemos enumerar (Numeração) ou ordenar (Marcadores) uma lista no texto em edição ou ainda podemos personalizar utilizando o botão Personalizar.... ´

É possível utilizar esta ferramenta antes de iniciarmos a digitação de um texto ou após. Para atribuir estes formatos o texto ou parágrafo deverá ser selecionado.


CONFIGURAÇÃO & IMPRESSÃO

Antes de fazermos um documento devemos realizar configurações para que o texto não esteja desalinhado e não ocorra problemas durante a impressão deste documento. Para configurar as margens, o papel que será usado na impressão e o Layout do documento, temos acima a


janela Configurar Página que encontramos no Menu Arquivo > Configurar Página.

As configurações feitas por meio desta janela, poderão ser aplicadas em todo o documento ou em apenas uma seção deste mesmo documento.

IMPRIMIR

O caminho para realizar a impressão de um texto é através do Menu arquivo > imprimir... ou também podemos utilizar a tecla de atalho CTRL + P, ou na barra de ferramentas padrão acionarmos o botão . Nas duas primeiras alternativas, a janela de configuração de impressão é aberta antes da impressão do documento.


COLUNAS

Podemos dividir o texto em colunas (com em jornais e revistas) é muito simples e pode ser realizado através do menu "Formatar" e da opção "Colunas..." ou ainda utilizando o ícone atalho da barra de ferramentas padrão . podemos criar até seis colunas automáticas.

NUMERAÇÃO DE PÁGINAS

A numeração de página permite o usuário identificar facilmente as páginas de um documento que está sendo editado sem ter que usar o recurso cabeçalho e rodapé. Para inserir números de páginas em um documento do Word é suficiente acessar o Menu Inserir > Números de Páginas. Você ainda pode escolher a posição onde a numeração deverá ficar na página do documento.

INSERIR TABELA

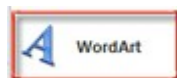
Durante a criação de um documento, poderemos inserir uma tabela com diversas células que poderão ser preenchidas por u texto, figura ou gráfico. Para isso, basta acessar o menu Tabela ou pressionar o botão  na barra de ferramentas padrão.

WORDART

É um recurso do pacote Microsoft Office que permite a criação de um texto baseado em um formato predefinido pelo programa.

INSERIR IMAGEM

Para inserir uma imagem no Word, você poderá acessar através do menu Inserir > Imagem e escolher uma das opções.



TECLAS DE ATALHO

AÇÕES	ATALHO
Abrir	CTRL + A
Abrir o dicionário de sinônimos	SHIFT + F7
Alterar maiúsculas e minúsculas	SHIFT + F3
Colar	CTRL + V
Copiar	CTRL + C
Cortar	CTRL + X
Desfazer	CTRL + Z
Excluir uma palavra	CTRL + BACKSPACE
Imprimir	CTRL + P
Inserir um hiperlink	CTRL + K
Ir para o fim do documento	CTRL + END
Ir para o início do documento	CTRL + HOME

Itálico	CTRL + I
Localizar e substituir	CTRL + L ou U
Negrito	CTRL + N
Repetir a última ação	F4
Salvar	CTRL + B
Selecionar até o fim do documento	CTRL + SHIFT + END
Selecionar até o início do documento	CTRL + SHIFT + HOME
Selecionar tudo	CTRL + T
Vai para início da página seguinte	ALT + CTRL + Y
Abre caixa de formatação de tipo de letra	CTRL + D

Planilha eletrônica - Excel

Planilha eletrônica, é um tipo de programa de computador que utiliza tabelas para realização de cálculos ou apresentação de dados. Cada tabela é formada por uma grade composta de linhas e colunas. O nome eletrônica se deve à sua implementação por meio de programas de computador.

Existem no mercado diversos aplicativos de planilha eletrônica. Os mais conhecidos são Microsoft Excel, Lotus123 e o OpenOffice.org Calc.

Vamos aos estudos!



As Planilhas Eletrônicas são utilizadas para criação de gráficos, cálculos financeiros e matemáticos, criação de listas, entre outras diversas finalidades.

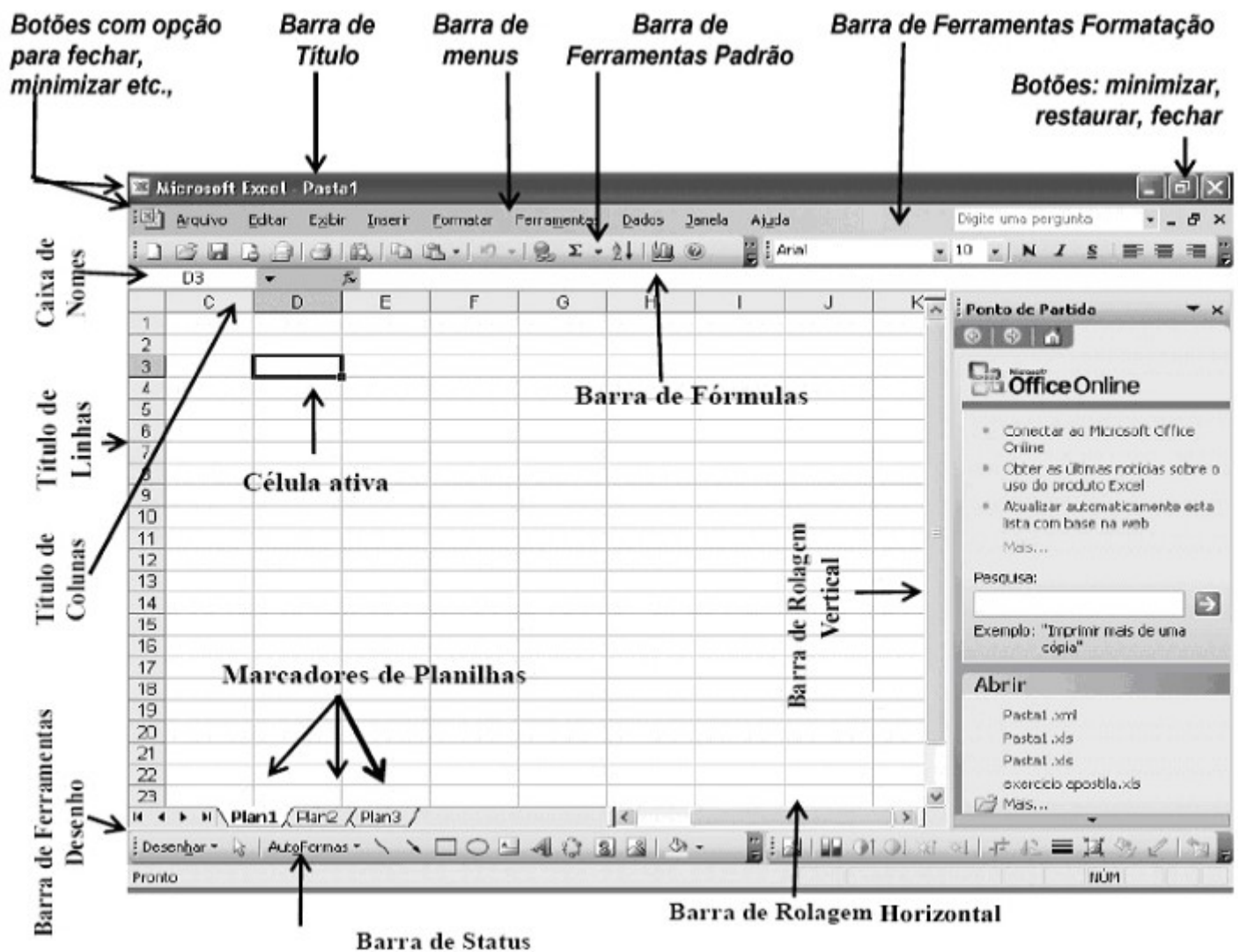
Podemos dividir estes programas em algumas partes como:

PASTAS: Janela onde estão localizadas as planilhas que serão utilizadas.

PLANILHAS: Local onde estão as células, onde os dados serão digitados

CÉLULAS: Onde os dados são digitados pelo usuário. As mesmas podem ser mescladas.

Confira na próxima página a tela principal do Excel:



Nome	Finalidade
Nova Pasta de Trabalho	cria uma nova pasta de trabalho
Abrir	abre uma pasta de trabalho existente
Salvar	salva a planilha da janela ativa

Imprimir	imprime a planilha ou gráfico da janela ativa
Visualizar Impressão	inicia visualização de prévia de impressão da planilha ativa
Verificar Ortografia	inicia a verificação ortográfica da planilha ativa
Recortar	remove a área selecionada e a insere na Área de Transferência
Copiar	copia a área selecionada e a insere na Área de Transferência
Colar	insere o conteúdo que fora recortado ou copiado para a Área de Transferência na seleção.
Pincel	copia o formato das células selecionadas. Um clique permite colar uma única vez o formato. Duplo clique permite colar inúmeras vezes esse formato.
Desfazer	desfaz as últimas ações ou comandos: um comando efetuado ou uma entrada digitada
Repetir	repete a última ação ou comando
Inserir Hyperlink	Efetua vínculos com endereço URL (Internet)
Barra de Ferramentas WEB	Contém ícones para abrir, pesquisar e procurar em qualquer documento, inclusive páginas na WEB

AutoSoma	Aciona automaticamente a função SOMA. Se houver dados numéricos acima ou à esquerda, irá sugerir o intervalo de células a serem somadas.
----------	--

Colar Função	para escolher função a ser inserida na célula ou na barra de fórmulas
Classificação Crescente	ordena a lista selecionada do menor para o maior valor, usando a coluna que contém a célula ativa
Classificação Decrescente	ordena a lista selecionada do maior para o menor, usando a coluna que contém a célula ativa

Assistente de Gráfico	tutorial para auxiliar a criação de um gráfico
Mapa	cria um mapa com recursos geográficos e dados associados.
Desenho	exibe a barra de ferramentas de Desenho
Controle de Zoom	amplia ou reduz a visualização da planilha
Assistente do Office	Para auxiliar no esclarecimento de dúvidas sobre as ações e comandos do Excel.



Contém os ícones daqueles comandos que são frequentemente usados. Podem ser utilizados em lugar dos comandos dos menus.

Barra de Formatação



Assim como a Barra de Ferramentas, contém os ícones daqueles comandos que são freqüentemente usados, podendo ser utilizados em lugar dos comandos dos menus.

Nome	Finalidade
Fonte	exibe a lista de fontes disponíveis
Tamanho da fonte	exibe a lista de tamanhos de fontes
Negrito	transforma o trecho selecionado em negrito
Itálico	transforma o trecho selecionado em itálico
Sublinhado	sublinha o trecho selecionado
Alinhamento a esquerda	alinha à esquerda os caracteres da seleção
Alinhamento centralizado	centraliza os caracteres da

	seleção
Alinhamento a direita	alinha à direita os caracteres da seleção
Mesclar e centralizar	Mescla e Centraliza colunas
Formato de Moeda	formata a seleção como R\$ 000.000,00
Formato de porcentagem	formata a seleção como ## % (sem casas decimais)
Separador de milhares	formata a seleção como 000.000,00 (com duas casas decimais)
Aumentar casas decimais	aumenta em uma unidade as casas decimais da seleção
Diminuir casas decimais	diminui uma casa decimal na seleção
Diminuir recuo	diminui a distância entre o texto e a margem esquerda da planilha
Aumentar recuo	aumenta a distância entre o texto e a margem esquerda da planilha
Bordas	aplica o tipo escolhido ao redor da área selecionada da planilha


Cor do Preenchimento	aplica a cor escolhida ao fundo da seleção
Cor da Fonte	aplica a cor escolhida ao conteúdo da seleção

INICIANDO UMA PLANILHA

Ao iniciamos o Excel percebemos que sua área de trabalho nos sugere uma planilha, que é identificada por letras na parte superior, fazendo referência às colunas e por números no lado esquerdo da tela como referência às linhas.

Cada célula será identificada pelo cruzamento destas letras e números, como, por exemplo, A10, B12, G2, F1 etc.

SALVANDO UMA PASTA

Podemos salvar uma pasta do Excel através do Menu Arquivo, escolhendo as opções: Salvar e Salvar como... ou através do botão  encontrado na barra de ferramentas padrão do Excel. Também temos a opção de tecla de Atalho: (CTRL+B para Salvar) e (F12 para Salvar como...)

LOCALIZAR OU SUBSTITUIR

Para substituir ou pesquisar dados na planilha é suficiente pressionarmos a tecla CTRL + L.

INTERVALO

É uma região da planilha que é representada pelo endereço da primeira célula (canto superior esquerdo), dois pontos (:) e o endereço da última célula (canto inferior direito). Usamos os intervalos para calcular uma seqüência de células sem precisar digitar repetidamente. Exemplo. Caso desejamos somar os números das seguintes células: A1, A2, A3, A4, A5, A6 e A7, podemos resumidamente digitar a fórmula: =soma(A1:A7).


	A	B	C
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			

Para somar número em intervalos, podemos realizar a seguinte ação: =soma(A1;A4;A7). Assim, somaremos apenas os números das células A1, A4 e A7.

(:) Dois pontos = Indica intervalo e lemos "ATÉ".

(;) Ponto e Vírgula = Intervalos separados. Lemos "E"

ARRASTANDO / MOVENDO UMA CÉLULA

Movimentamos uma célula e seu conteúdo e arrastamos em outra posição através da figura  exibida ao lado. Uma célula

também pode ser movida para outra planilha ou até outra pasta do Excel.

DIGITANDO DADOS NAS CÉLULAS

Textos: É interpretado como texto toda a informação que se inicia com uma letra ficando alinhados à esquerda. Utilizamos o texto em títulos e definições.


Números: É interpretado como número todo dado precedido pelos seguintes caracteres: 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 + menos, abre e fecha parênteses, / \$ %. Utilizamos os números para cálculos. Os valores numéricos sempre são alinhados à direita e podem assumir vários formatos como: número fixo de casas decimais, percentual entre outros.

Fórmulas: são compostas por números, operadores matemáticos, referências de células etc.

Funções: são as fórmulas criadas pelo Excel. Existem funções estatísticas, matemáticas, financeiras etc.

BARRA DE FÓRMULAS



Na Barra de Fórmulas estão os dados que digitamos dentro das células. Portanto, quando há a necessidade alterar estes dados, podemos fazê-lo efetuando um duplo clique sobre a célula desejada, ou clicando na barra de fórmulas. Encontramos na barra de fórmula o botão  de Inserir Funções.

OPERAÇÕES BÁSICAS

As Fórmulas do Excel são iniciadas através sinal igual (=) seguido dos elementos que serão calculados.

Exemplo: $=5+2*3$. O resultado é 11.

O Excel calcula os elementos da Esquerda para a direita, obedecendo os seguintes critérios:

1º Parênteses ()

2º Expoentes ^

3º Multiplicação e/ou Divisão

3º Soma e/ou Subtração

Uma fórmula também pode conter uma célula referenciada, exemplo:
 $=A2+B3*C4$

SÍMBOLOS UTILIZADOS

MATEMÁTICOS		LÓGICOS	
^	Exponenciação	=	Igual
-	Subtração	<	Menor que
+	Adição	>	Maior que
*	Multiplicação	<=	Menor ou igual a
/	Divisão	>=	Maior ou igual a

Estes elementos são usados para especificar a operação que irá ser utilizada.

Exemplo: =10^2*25% (eleva 10 ao quadrado e multiplica o resultado por 0,25).

OPERADORES DE COMPARAÇÃO

São utilizados para realizar a comparação do conteúdo de uma célula com outra. A comparação produz um valor lógico que será: Verdadeiro ou Falso.

Ex.: =A2<=F6

OUTRAS FUNÇÕES DO EXCEL

Nome da Fórmula	Exemplo	Descrição da Fórmula
MAIOR	=MAIOR(B3:C3;2)	O resultado será o 2º maior. O 2 na formula é um parâmetro obrigatório
MENOR	=MENOR(B3:C3;2)	Mostrará o 2º menor número do intervalo.
Máximo	=MÁXIMO(A1:A4)	Calcula o maior valor dentro de um intervalo
Mínimo	=MINIMO(A1:A4)	Calcula o menor valor dentro de um intervalo
DESCONTO	=B3-(B3*20%)	Aplica um desconto à um valor especificado
MÉDIA	=MÉDIA(A1:	Calcula a Média entre os intervalos

	A7)	referenciados.
Porcentagem	= (B3*25%)	Retira o valor em porcentagem de um valor qualquer
Subtração	= (B3-C3-D3)	Subtrai quantos valores forem necessários
Multiplicação	= (B3*C3)	Multiplica apenas dois valores
Divisão	= (B3/C3)	Divide quantos valores forem necessários
Moda	= MODA(B3:C3)	Busca por valores repetidos e o exibe na célula
MOD	= MOD(B3;7)	Realiza uma divisão, porém o resultado será o resto.

FUNÇÃO CONT.SE

Basicamente, usamos a função cont.se para contar o número de células que possui o conteúdo especificado na fórmula.

	A	B
1	amor	
2	paixão	
3	amor	
4		

Exemplo: =cont.se(A1:A3;"amor"). Nesta fórmula, a função calcula o número de células entre os intervalos A1 até A3 que contém a palavra Amor. O resultado será: 2.

FUNÇÃO SE()

Diferentemente da função cont.se, a função lógica SE calcula um conjunto de células a fim de detectar se o conteúdo de uma célula é maior, menor, igual ou diferente de outra. Vamos analisar o exemplo abaixo:

	A	B
1	125	100
2		25
3		
4		

A fórmula: =se(A1<SOMA(B1;B2); "APROVADO "; "REPROVADO")

A sintaxe da fórmula é:

=se(teste_lógico;Valor_se_verdadeiro;valor_se_falso).

Então: Se o valor da célula A1 for menor que o valor da soma das células B1 e B2, o resultado final será Aprovado. Caso contrário será Reprovado.

FUNÇÃO SOMASE

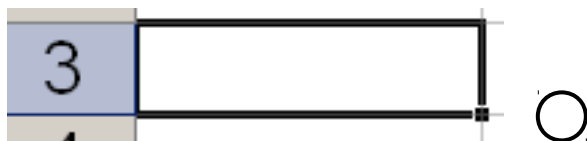
A Função SOMASE adiciona as células especificadas por um determinado critério.

Exemplo: =SOMASE(A1:A3;"aprovado";B1:B3)

AUTO-PREENCHIMENTO

Este recurso é de grande utilidade no Excel, pois permite a continuação de dados digitação sem a necessidade de repetição dos mesmos. A

ferramenta de "Auto-Preenchimento" está na alça da célula. Vejamos abaixo na figura:



AUTO-PREENCHIMENTO EM FUNÇÕES

	A	B	C
1	Some o 1º valor pelo 2º		
2	Primeiro valor	Segundo valor	Resultado
3	250	15	=A3+B3
4	1540	80	
5	580	70	
6	445	35	
7	365	25	
8	800	25	
9	280	10	
10	920	90	

Fazemos a soma da primeira linha (Linha 3), clicamos e arrastamos a alça para baixo e vejamos o que ocorre:

B	C	D
me o 1º valor pelo 2º		
Segundo valor	Resultado	
15	265	
80		
70		
35		

	A	B	C
1	Some o 1º valor pelo 2º		
2	Primeiro valor	Segundo valor	Resultado
3	250	15	265
4	1540	80	1620
5	580	70	650
6	445	35	480
7	365	25	390
8	800	25	825
9	280	10	290
10	920	90	1010

SIGNIFICADO DOS ERROS DE DADOS

- A coluna não é larga o suficiente para exibir o conteúdo. Aumente a largura da coluna, diminua o conteúdo para ajustá-lo à coluna ou aplique um formato numérico diferente.
- REF! Uma referência de célula não é válida. Células podem ter sido excluídas ou sobrepostas.
- NOME? Você pode ter digitado o nome de uma função incorretamente.
- DIV/0! Está dividindo um número por zero
- VALOR! Introduziu uma fórmula matemática e está usando um operando que é texto, ou está a indicando um intervalo de células quando é esperado um valor único
- N/D Não está disponível a informação para o cálculo que quer executar
- NÚM! Está utilizando um argumento que não é válido para a função, ou a função que está usando não encontrou resultado nenhum, ou introduziu uma fórmula cujo o resultado é demasiado pequeno ou demasiado grande para ser representado na folha de cálculo

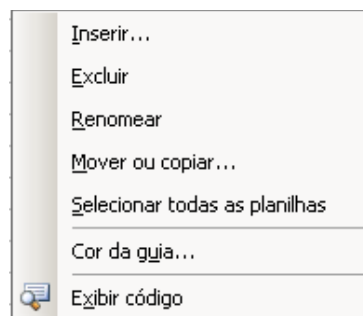
- NULO! Utilização de um operador de intervalos ou de uma referência de célula incorretos. Por exemplo na intersecção de intervalos quando não há células comuns

PLANILHAS DO EXCEL

Normalmente quando iniciamos uma pasta nova do Excel, esta pasta já possui 3 planilhas. Veja na figura abaixo:



Você pode ter quantas planilhas puder. Quanto mais planilhas, mais memória RAM você irá precisar. É possível portanto, mudar o nome da planilha e inserir novas planilhas pressionando o botão direito do mouse sobre qualquer uma delas e escolher as opções abaixo:



Podemos efetuar a soma dos valores que estão em planilhas diferentes. Exemplo:

Selecione a planilha e após a célula que irá receber o valor; Digite:
`=Plan1!A10+Plan2!B20+Plan4!A15`

Esta fórmula irá somar a célula A10 da planilha 1 com a célula B20 da planilha 2 e também com a célula A15 da planilha 4. Se você renomear as planilhas, a fórmula deverá conter os nomes corretos das planilhas.

Veja o exemplo. =ContasReceber!A10-ContasPagar!B20

Esta fórmula irá subtrair o valor da célula A10 da planilha "ContasReceber" com o valor da célula B20 da planilha "ContasPagar".

AUTO-FORMATAÇÃO

A Auto-Formação é um recurso do Excel que permite a criação automática de modelos prontos de células para agilizar o desenvolvimento da estética de uma planilha.

CÉLULAS RELATIVAS E ABSOLUTAS


Relativa: Cada referência de célula relativa em uma fórmula é automaticamente alterada quando essa fórmula é copiada verticalmente em uma coluna ou transversalmente em uma linha. Ex.: =C4*\$D\$9 é copiada de uma linha para a outra, as referências de célula relativas são alteradas de C4 para C5 e para C6.

Absoluta: Uma referência de célula absoluta é fixa. Referências absolutas não serão alteradas se você copiar uma fórmula de uma célula para a outra. Referências absolutas apresentam cifrões (\$) como este: \$D\$9. Como mostra a imagem, quando a fórmula =C4*\$D\$9 é copiada de uma linha para a outra, a referência de célula absoluta permanece como \$D\$9.

Mista: Uma referência de célula mista possui uma coluna absoluta e uma linha relativa ou uma linha absoluta e uma coluna relativa. Por exemplo,

\$A1 é uma referência absoluta para a coluna A e uma referência relativa para a linha 1. À medida que uma referência mista é copiada de uma célula para a outra, a referência absoluta permanece a mesma, mas a referência relativa é alterada. A figura a seguir mostra um exemplo de fórmulas usando referências constantes e variáveis (absoluta, relativa e mista).

CRIANDO UM GRÁFICO

Podemos criar um gráfico no Excel da seguinte maneira: Selecionando primeiro os dados que farão parte do gráfico ou iniciar o "Assistente de Criação de Gráfico" por meio do botão  e depois selecionar os dados do Gráfico.

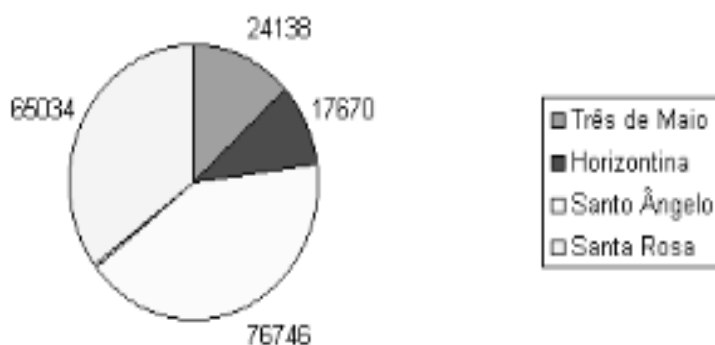
PASSOS PARA CRIAÇÃO DO GRÁFICO

1º Passo: Tipos de Gráfico

2º Passo: Dados de Origem

3º Passo: Opções do Gráfico

4º Passo: Escolha do Local onde o gráfico ficará



FILTRO DE DADOS

Este permite que você visualize rapidamente conteúdos de uma planilha e um modo bem rápido prático de defini-los é através do auto-filtro.

AUTO FILTRO

Caso queira fazer a filtragem automática de dados, você poderá utilizar o recurso chamado Auto-Filtro que pode ser encontrado no menu DADOS.

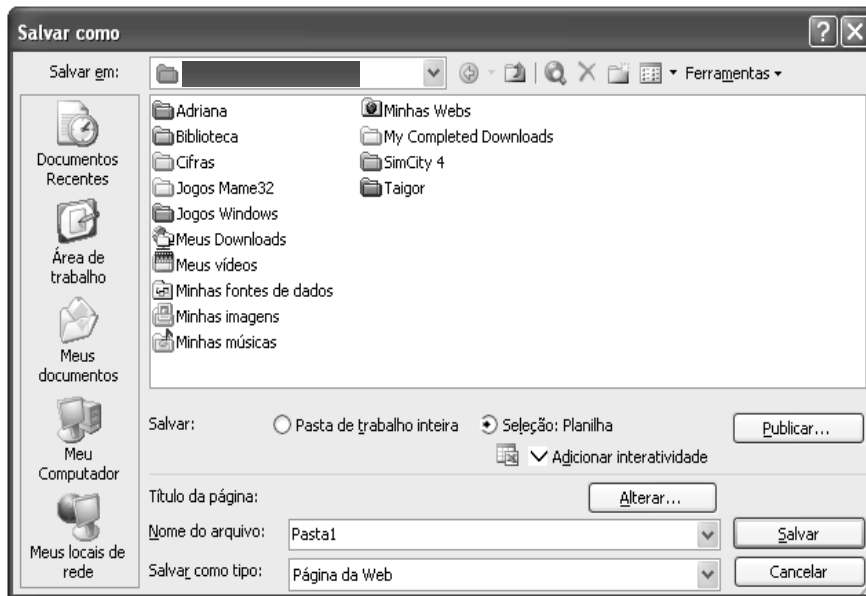
FORMATAÇÃO CONDICIONAL

O Excel possui uma função que permite ao usuário aplicar formatos especiais na planilha, dependendo do seu resultado. Esta função se chama Formatação Condicional. Para adicionar um formato condicional, clique no menu Formatar/Formatação Condicional.

PROTEGENDO UMA PLANILHA

Através do menu Ferramentas, encontramos uma opção que permite você proteger uma pasta, planilha ou célula contra formatação ou edição por meio de uma senha, por exemplo.

SALVANDO UMA PLANILHA / PASTA



Através da Janela Salvar Como... é possível salvar a pasta utilizada no excel em outros formatos. Por exemplo: XLS, XML, HTML, HTM, DBF, CSV e outras extensões.

Se você quiser salvar as modificações feitas na planilha pelo navegador de Internet, terá de editá-la no Excel usando o botão Exportar para o Excel.

Responda

1 - CESGRANRIO - 2014 - Petrobras - Técnico(a) de Administração e Controle Júnior

Um profissional liberal que está trabalhando em determinada planilha Excel 2010 deseja gerar um gráfico de seus dados financeiros.

Para tanto, ele tem a possibilidade de selecionar, no Excel 2010, alguns tipos, como os gráficos de

- **a)** colunas, linhas, pizza ou barras
- **b)** colunas, diapasão, Laplace ou Pitágoras
- **c)** colunas, Pitágoras, barras ou diapasão
- **d)** barras, Pitágoras, espirais ou Fourier
- **e)** Laplace, linhas, pizza ou Fourier

2 - CONSULPLAN - 2014 - MAPA - Agente Administrativo

Observe a planilha produzida com a ferramenta Microsoft Office Excel 2007 (configuração padrão).

	A	B	C
1	BAHIA	BA	200
2	RIO DE JANEIRO	RJ	300
3	MINAS GERAIS	MG	500
4	ESPÍRITO SANTO	ES	100
5	ACRE	AC	400
6	SÃO PAULO	SP	600
7			

Se na célula A7 for inserida a fórmula
=SE(A4=B5;SOMA(C4:C5);SE(B2="RJ";A2;C2)), o resultado será

- **a)** 300.
- **b)** 500.
- **c)** RIO DE JANEIRO.
- **d)** ESPÍRITO SANTO.

GABARITO

1 - A 2 - C

Power Point

Microsoft PowerPoint é um programa utilizado para edição e exibição de apresentações gráficas originalmente escrito para sistema operacional Microsoft Windows e também suportado na plataforma Mac OS X.

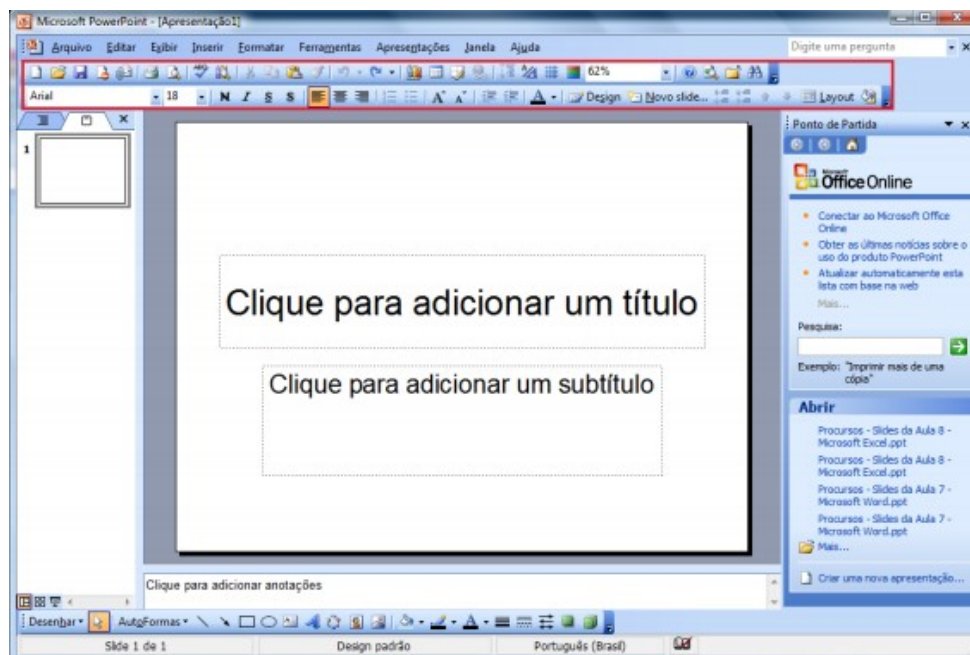
O PowerPoint é usado em apresentações, cujo objetivo é informar sobre um determinado tema, podendo usar: imagens, sons, textos e vídeos que podem ser animados de diferentes maneiras. O PowerPoint tem suporte a objetos OLE e inclui uma ferramenta especial de formatação de texto (WordArt), modelos de apresentação pré-definidos, galeria de objetos gráficos e uma gama de efeitos de animação e composição de slides.

O formato nativo do PowerPoint é o PPT, para arquivos de apresentações, e o PPS, para apresentações diretas. A partir da versão 2007 do programa, a Microsoft introduziu o formato .PPTX.

Para executar o Powerpoint em máquinas que não o tenham instalado, é necessário usar o software PowerPoint Viewer, uma vez que o PowerPoint não tem suporte nativo para outros formatos como o SWF, o PDF e mesmo o OpenDocument Format.

Os arquivos do PowerPoint em geral são lidos sem problemas por outros softwares similares como o Impress.

Interface



Barra de Menu



Modos de Exibição



Exibe a apresentação atual no modo Normal.



Exibe a apresentação atual no modo Classificação de slides. Nesse modo você pode visualizar toda a apresentação através de pequenas representações dos slides.



Exibe em modo de Apresentação.

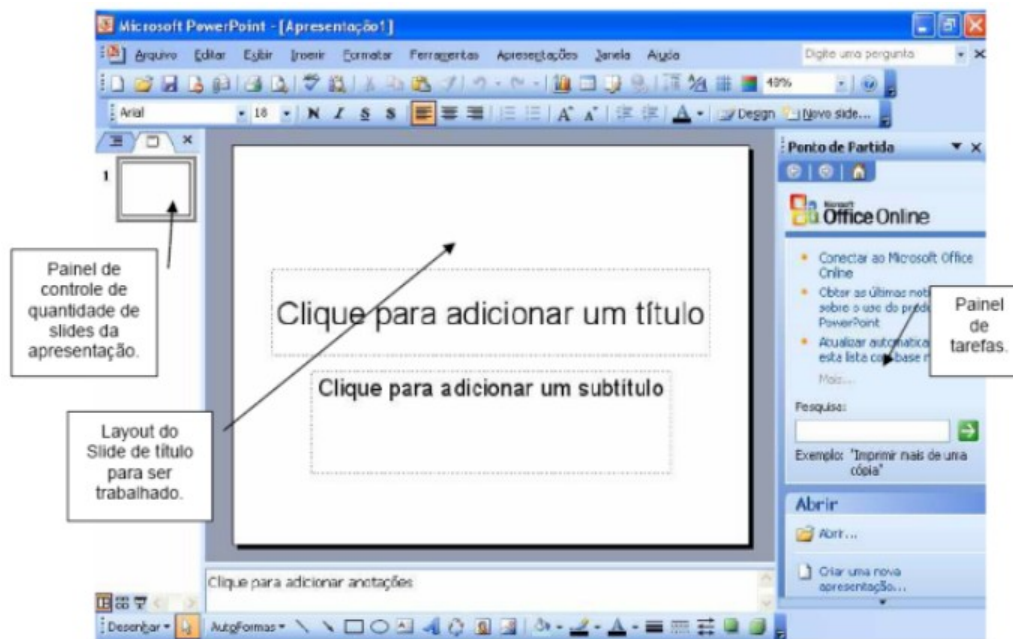
Barra de Status



Criando um slide


O que é SLIDE?

É o conjunto de texto, desenho e cor em um só plano, em uma só página. O conjunto de slides chama-se apresentação, e pode conter quantos slides for preciso.



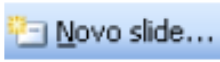
Criando o primeiro Slide

Este primeiro slide da sua apresentação ainda não foi salvo. Para salvá-lo existem três formas.

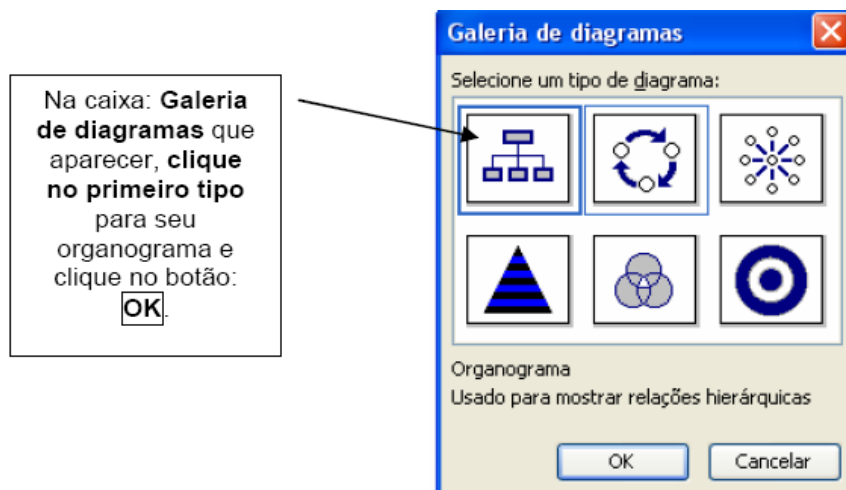
- Clique no botão : (Salvar
- Acione o menu: Arquivo – Salvar, ou;
- Pressione as teclas de atalho: Ctrl + B.

NOVO SLIDE


Para inserirmos o segundo slide, escolha uma das três opções a seguir:

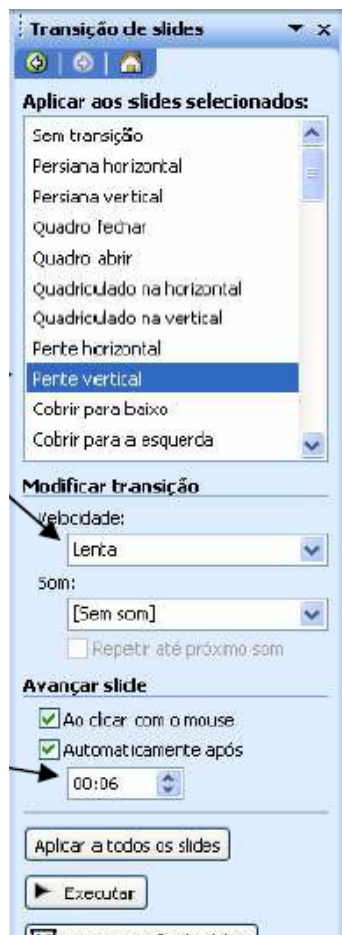
- ☐☐ Clique no botão: , ou;
- ☐☐ Pressione as teclas de atalho: Ctrl + M, ou;
- ☐☐ Acione o menu: Inserir – Novo slide...

GALERIA DE DIAGRAMAS



ANIMANDO O SLIDE – TRANSIÇÃO DE SLIDES

clique no botão:  Transição de slides, ou acione o menu: Apresentações – Transição de slides...;




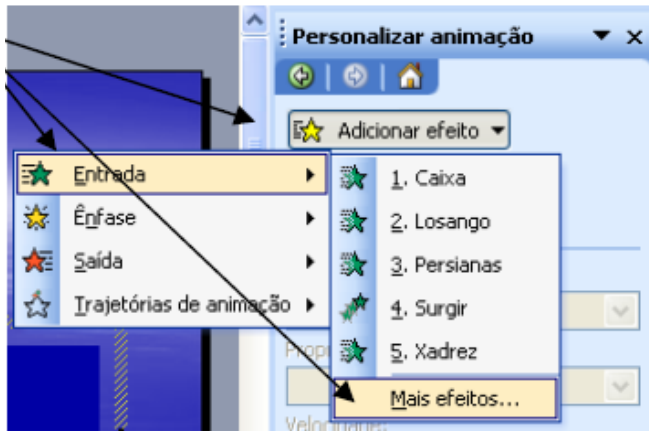
ADICIONANDO EFEITOS – FONTES/IMAGENS


Acione o menu: Exibir – Normal, ou clique, no rodapé da tela, à esquerda, no botão: (Modo

normal) ou clique duas vezes sobre o slide número 1;

- No seu primeiro slide, clique no título;
- Acione o menu: Apresentações – Personalizar animação...;

- No painel à direita, clique no botão:  ;



Para testar a animação basta clicar no botão: 

Ou pressionar o botão F5 do teclado.

Obs.: É possível inserir imagens e vídeos nos slides e ainda salvar no formato HTML

RACIOCÍNIO LÓGICO

Raciocínio Lógico

A Lógica procura apurar se as coisas que sabemos ou em que acreditamos, de fato constituem uma razão para acreditar em uma tese obtida, ou seja, se está adequadamente justificada em vista das informações que são dadas.

Já o Raciocínio é um processo mental.

Existem muitas definições para a palavra “lógica”, porém no caso do nosso estudo não é relevante um aprofundamento nesse ponto.

Alguns autores definem lógica como sendo a “Ciência das leis do pensamento”, e neste caso existem divergências com essa definição, pois o pensamento é matéria estudada na Psicologia, que é uma ciência distinta da lógica (ciência).

Segundo Irving Copi, uma definição mais adequada é: “A lógica é uma ciência do raciocínio”, pois a sua ideia está ligada ao processo de raciocínio correto e incorreto que depende da estrutura dos argumentos envolvidos nele.

Assim concluímos que a lógica estuda as formas ou estruturas do pensamento, isto é, sua destinação é estudar e estabelecer propriedades das relações formais entre as proposições.

Estruturas lógicas

Entende-se por estruturas lógicas as que são formadas pela presença de proposições ou sentenças lógicas (são aquelas frases que apresentam sentido completo, como por exemplo: Madalena é culpada).

Observe que a estrutura lógica pode ligar relações arbitrárias e, neste caso, nada deverá ser levado para a prova a não ser os conhecimentos de Lógica propriamente dita, os concursandos muitas vezes caem em erros como:

Se Luiza foi à praia então Rui foi pescar, ora eu sou muito amigo de uma Luiza e de um Rui e ambos detestam ir à praia ou mesmo pescar, auto induzindo respostas absurdas.

Dessa forma, as relações são arbitrárias, ou seja, não importa se você conhece Luiza, Madalena ou Rui.

Vamos aos conhecimentos básicos de estruturas lógicas.

PROPOSIÇÕES OU SENTENÇA

Chamamos de proposição ou sentença, todo conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo. É todo

encadeamento de termos, palavras ou símbolos que expressa um pensamento de sentido completo cabível de ser julgado, valorado, em verdadeiro ou falso. Esta valoração também é chamada de valor lógico ou valor verdade. Dentro deste conceito, toda afirmação é uma proposição.

Sendo assim, vejamos os exemplos:

- a) O Instituto do Coração fica em São Paulo.
- b) O Brasil é um País da América do Sul.
- c) A Polícia Federal pertence ao poder judiciário.

Você já deve ter notado que as proposições podem assumir os valores falsos ou verdadeiros, pois elas expressam a descrição de uma realidade, e também observamos que uma proposição representa uma informação enunciada por uma oração, e, portanto, pode ser expressa por distintas orações, tais como:

“Pedro é maior que Carlos”, ou podemos expressar também por “Carlos é menor que Pedro”.

Temos vários tipos de sentenças:

- Declarativas
- Interrogativas
- Exclamativas
- Imperativas

Leis do Pensamento

Vejamos algumas leis do pensamento para que possamos desenvolver corretamente o nosso pensar.

- Princípio da Identidade. Se qualquer proposição é verdadeira, então, ela é verdadeira.
- Princípio de Não-Contradição. Uma proposição não pode ser ao mesmo tempo verdadeira e falsa.
- Princípio do Terceiro Excluído. Uma proposição só pode ser verdadeira ou falsa, não havendo outra alternativa.
- Sentenças Abertas. Quando substituimos numa proposição alguns componentes por variáveis, teremos uma sentença aberta.

VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES

Valor lógico é a classificação da proposição em verdadeiro (V) ou falso (F), pelos princípios da não-contradição e do terceiro excluído. Sendo assim, a classificação é única, ou seja, a proposição só pode ser verdadeira ou falsa.

Exemplos de valores lógicos:

r: O número 2 é primo. (Verdadeiro)

s: Marte é o planeta vermelho. (Verdadeiro)

t: No Brasil, fala-se espanhol. (Falso)

u: Toda ave voa. (Falso)

v: O número 3 é par. (Falso)

x: O número 7 é primo. (Verdadeiro)

z: O número 7 é ímpar. (Verdadeiro)

Somente às sentenças declarativas pode-se atribuir valores de verdadeiro ou falso, o que ocorre quando a sentença é, respectivamente, confirmada ou negada. De fato, não se pode atribuir um valor de verdadeiro ou falso às demais formas de sentenças como as interrogativas, as exclamativas e outras, embora elas também expressem juízos.

São exemplos de proposições as seguintes sentenças declarativas:

O número 6 é par.

O número 15 não é primo.

Todos os homens são mortais.

Nenhum porco espinho sabe ler.

Alguns canários não sabem cantar.

Se você estudar bastante, então aprenderá tudo.

Eu falo inglês e francês.

Marlene quer um sapatinho novo ou uma boneca.

Não são proposições:

Qual é o seu nome?

Preste atenção ao sinal.

Caramba!

TAUTOLOGIA

Uma proposição composta formada por duas ou mais proposições é uma tautologia se ela for sempre verdadeira, independente da verdade de seus termos.

Resumindo: para saber se uma proposição composta é uma Tautologia, construiremos a sua tabela-verdade! Daí, se a última coluna da tabela-verdade só apresentar verdadeiro (e nenhum falso), então estaremos diante de uma Tautologia.

Simples!

Exemplo:

A	$\sim A$	B	$A \rightarrow B$	$\sim A \vee B$	$(A \rightarrow B) \leftrightarrow (\sim A \vee B)$
V	F	V	V	V	V
V	F	F	F	F	V
F	V	V	V	V	V
F	V	F	V	V	V

A proposição $(A \rightarrow B) \leftrightarrow (\sim A \vee B)$

é uma tautologia.

CONTRADIÇÕES

A contradição é uma relação de incompatibilidade entre duas proposições que não podem ser simultaneamente verdadeiras nem simultaneamente falsas, por apresentarem o mesmo sujeito e o mesmo predicado, mas diferirem ao mesmo tempo em quantidade e qualidade.

Exemplo: Todos os homens são mortais e alguns homens não são mortais.

Há uma relação de incompatibilidade entre dois termos em que a afirmação de um implica a negação do outro e reciprocamente.

Uma proposição composta $P(p, q, r, \dots)$ é uma contradição se $P(p, q, r, \dots)$ tem valor lógico F quaisquer que os valores lógicos das proposições componentes p, q, r, \dots , ou seja, uma contradição conterá apenas F na última coluna da sua tabela-verdade.

Como uma tautologia é sempre verdadeira e uma contradição sempre falsa, tem-se que: a negação de uma tautologia é sempre uma contradição enquanto a negação de uma contradição é sempre uma tautologia.

CONTINGÊNCIA

Há uma contingência quando não temos nem uma tautologia nem uma contradição, ou seja, quando a tabela-verdade apresenta alguns verdadeiros e alguns falsos, a depender do valor das proposições que dão origem à sentença em análise.

Exemplo: $p \leftrightarrow q$

O bicondicional pode ser tanto verdadeiro (quando suas duas parcelas são ou ambas

p	q	$p \leftrightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

verdadeiras ou ambas falsas) quanto falso (quando uma parcela é verdadeira e a outra é falsa).

Com isso, o “se, e somente se” não é nem uma tautologia, nem uma contradição. É uma contingência.

Resumidamente temos:

- Tautologia contendo apenas V na última coluna da sua tabela-verdade;
- Contradição contendo apenas F na última coluna da sua tabela-verdade;
- Contingência contendo apenas V e F na última coluna da sua tabela-verdade.

Em concursos, a contingência é a situação mais comum de ocorrer. Ela é a regra geral. A tautologia e a

contradição são exceções.

EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS

Duas proposições compostas são equivalentes quando apresentam sempre o mesmo valor lógico, independentemente dos valores lógicos das proposições simples que as compõem.

Quando duas proposições p , q são equivalentes escrevemos $p \Leftrightarrow q$.

É possível construirmos inúmeras equivalências lógicas. Para concursos, eu creio que 4 delas

são especialmente importantes:

- $\sim(p \wedge q) \Leftrightarrow (\sim p) \vee (\sim q)$
- $\sim(p \vee q) \Leftrightarrow (\sim p) \wedge (\sim q)$
- $p \rightarrow q \Leftrightarrow (\sim p) \vee q$
- $p \rightarrow q \Leftrightarrow (\sim q) \rightarrow (\sim p)$

Vejamos a primeira delas: $\sim(p \wedge q) \Leftrightarrow (\sim p) \vee (\sim q)$

Para negar um "e" lógico, nós temos que fazer um "ou" da negação de cada parcela.

Ou ainda: para negar um "e", nós negamos cada parcela e trocamos o "e" por um "ou".

Exemplo: A negação de "Pedro é alto e Júlio é rico" é "Pedro não é alto ou Júlio não é rico".

Para a verificação da equivalência, vamos montar as tabelas-verdade.

Primeiro vamos fazer a tabela de " $\sim(p \wedge q)$ ". Para tanto, começamos com o "e" que está entre parênteses.

Na sequência,
realizamos a negação
deste resultado. Com

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

isso, teremos o lado esquerdo da igualdade:

Pronto, o lado
esquerdo da

p	q	$p \wedge q$	$\sim(p \wedge q)$
V	V	V	F
V	F	F	V
F	V	F	V
F	F	F	V

igualdade está feito. Vamos para o lado direito: " $(\sim p) \vee (\sim q)$ ".

Neste caso, primeiro fazemos as negações e depois o "ou".

Depois da negação
feita, realizamos o

p	$\sim p$	q	$\sim q$
V	F	V	F
V	F	F	V
F	V	V	F
F	V	F	V

"ou" entre as negações.

Pronto.

Agora temos os dois lados da igualdade para comparar.

p	$\sim p$	q	$\sim q$	$(\sim p) \vee (\sim q)$
V	F	V	F	F
V	F	F	V	V
F	V	V	F	V
F	V	F	V	V

Veja que as duas tabelas apresentam as mesmas respostas para todos os valores de "p" e "q":

Isso significa que as

$\sim(p \wedge q)$		$(\sim p) \vee (\sim q)$
F	=	F
V	=	V
V	=	V
V	=	V

proposições apresentadas são, de fato, equivalentes em termos lógicos.

ARGUMENTOS

Denomina-se argumento a relação que associa um conjunto de proposições P_1, P_2, \dots, P_n , chamadas premissas do argumento, a uma proposição C a qual chamamos de conclusão do argumento.

No lugar dos termos premissa e conclusão podem ser usados os correspondentes hipótese e tese, respectivamente.

Os argumentos que têm somente duas premissas são denominados silogismos.

Assim, são exemplos de silogismos os seguintes argumentos:

I - P1: Todos os artistas são apaixonados.

P2: Todos os apaixonados gostam de flores.

C: Todos os artistas gostam de flores.

II - P1: Todos os apaixonados gostam de flores.

P2: Miriam gosta de flores.

C: Miriam é uma apaixonada.

Outro exemplo de um argumento (forma típica):

Quem nasce no Brasil e tem pais brasileiros possui nacionalidade brasileira.

Roberto nasceu no Brasil e seus pais são brasileiros.

Roberto tem nacionalidade brasileira.

Exemplos de diferentes maneiras de expressar o mesmo argumento (na cor verde, indicadores de premissa ou de conclusão):

Roberto tem nacionalidade brasileira, pois Roberto nasceu no Brasil e seus pais são brasileiros, e quem nasce no Brasil e tem pais brasileiros possui nacionalidade brasileira.

Quem nasce no Brasil e tem pais brasileiros possui nacionalidade brasileira. Portanto, Roberto tem nacionalidade brasileira, uma vez que Roberto nasceu no Brasil e seus pais são brasileiros.

Roberto nasceu no Brasil e seus pais são brasileiros. Ora, quem nasce no Brasil e tem pais brasileiros possui nacionalidade brasileira. Logo, Roberto tem nacionalidade brasileira.

Roberto é brasileiro, porque nasceu no Brasil e seus pais são brasileiros.

[Pressupostos:

(a) Quem nasce no Brasil e tem pais brasileiros possui nacionalidade brasileira;

(b) "brasileiro" significa "ter nacionalidade brasileira".]

Quem nasce no Brasil e tem pais brasileiros possui nacionalidade brasileira. Por isso, Roberto é brasileiro.

[Pressupostos:

(a) Roberto nasceu no Brasil e seus pais são brasileiros;

(b) "brasileiro" significa "ter nacionalidade brasileira".]

Não são argumentos (embora possam parecer):

Condicionais, isto é, hipóteses. Nesse caso, o que se está propriamente afirmando é apenas o condicional como um todo - a proposição composta que estabelece o nexó entre duas proposições componentes, o antecedente e o conseqüente. Quando digo que se fizer sol neste fim de semana, eu irei à praia, não estou fazendo previsão do tempo, afirmando que fará sol neste fim de semana, nem estou pura e simplesmente me comprometendo a ir à praia. A única coisa que estou fazendo é afirmar a conexão entre duas proposições, dizendo que a eventual verdade da primeira acarreta a verdade da segunda. Sendo assim, apenas uma proposição é afirmada; logo, não temos um argumento.

Ligações não-proposicionais, isto é, conexões de frases em que pelo menos uma delas não é uma proposição. Se pelo menos uma das frases ligadas não for uma proposição (for, por exemplo, um imperativo ou um pedido), não caberá a afirmação da verdade de algo com base na verdade de outra coisa. Não se terá, conseqüentemente, um argumento.

Veremos mais sobre argumentos na sequência, no segundo tópico cobrado no edital, lógica de argumentação.

Questões de Concursos

1 - ESPP - BANPARÁ - Técnico Bancário

André, Paulo e Marcos fazem aniversário no mesmo mês, porém não têm as mesmas idades, pois, nasceram em anos consecutivos. Um deles é professor, o mais velho é advogado e outro é dentista. Paulo é o mais velho e tem 27 anos. Marcos é o mais novo e não é dentista. Podemos dizer que

- a) Marcos tem 26 anos.
- b) André tem 25 anos e é dentista.
- c) Marcos é professor e tem 26 anos.
- d) Paulo é dentista.
- e) André tem 26 anos.

2 - ESAF - Receita Federal - Auditor Fiscal da Receita Federal

A afirmação "A menina tem olhos azuis ou o menino é loiro" tem como sentença logicamente equivalente:

- a) se o menino é loiro, então a menina tem olhos azuis.
- b) se a menina tem olhos azuis, então o menino é loiro.
- c) se a menina não tem olhos azuis, então o menino é loiro.
- d) não é verdade que se a menina tem olhos azuis, então o menino é loiro.
- e) não é verdade que se o menino é loiro, então a menina tem olhos azuis.

3 - ESAF - Receita Federal - Auditor Fiscal da Receita Federal

Se Anamara é médica, então Angélica é médica. Se Anamara é arquiteta, então Angélica ou Andrea são médicas. Se Andrea é arquiteta, então Angélica é arquiteta. Se Andrea é médica, então Anamara é médica. Considerando que as afirmações são verdadeiras, segue-se, portanto, que:

- a) Anamara, Angélica e Andrea são arquitetas.
- b) Anamara é médica, mas Angélica e Andrea são arquitetas.
- c) Anamara, Angélica e Andrea são médicas.
- d) Anamara e Angélica são arquitetas, mas Andrea é médica.
- e) Anamara e Andrea são médicas, mas Angélica é arquiteta.

4 - ESAF - Receita Federal - Auditor Fiscal da Receita Federal

Se Ana é pianista, então Beatriz é violinista. Se Ana é violinista, então Beatriz é pianista. Se Ana é pianista, Denise é violinista. Se Ana é violinista, então Denise é pianista. Se Beatriz é violinista, então Denise é pianista. Sabendo-se que nenhuma delas toca mais de um instrumento, então Ana, Beatriz e Denise tocam, respectivamente:

- a) piano, piano, piano.
- b) violino, piano, piano.
- c) violino, piano, violino.
- d) violino, violino, piano.
- e) piano, piano, violino.

5 - ESAF - Receita Federal - Auditor Fiscal da Receita Federal

Caso ou compro uma bicicleta. Viajo ou não caso. Vou morar em Pasárgada ou não compro uma bicicleta. Ora, não vou morar em Pasárgada. Assim,

- a) não viajo e caso.
- b) viajo e caso.
- c) não vou morar em Pasárgada e não viajo.
- d) compro uma bicicleta e não viajo.
- e) compro uma bicicleta e viajo.

6 - ESAF - Receita Federal - Analista Tributário da Receita Federal

A negação da proposição "se Paulo estuda, então Marta é atleta" é logicamente equivalente à proposição

- a) Paulo não estuda e Marta não é atleta.
- b) Paulo estuda e Marta não é atleta.
- c) Paulo estuda ou Marta não é atleta.
- d) se Paulo não estuda, então Marta não é atleta.
- e) Paulo não estuda ou Marta não é atleta.

7 - ESAF - Receita Federal - Analista Tributário da Receita Federal

Se Paulo é irmão de Ana, então Natália é prima de Carlos. Se Natália é prima de Carlos, então Marta não é mãe de Rodrigo. Se Marta não é

mãe de Rodrigo, então Leila é tia de Maria. Ora, Leila não é tia de Maria. Logo

- a) Marta não é mãe de Rodrigo e Paulo é irmão de Ana.
- b) Marta é mãe de Rodrigo e Natália é prima de Carlos.
- c) Marta não é mãe de Rodrigo e Natália é prima de Carlos.
- d) Marta é mãe de Rodrigo e Paulo não é irmão de Ana.
- e) Natália não é prima de Carlos e Marta não é mãe de Rodrigo.

GABARITO

1 - E 2 - C 3 - C 4 - B 5 - B 6 - B 7 - D

Lógica da argumentação

Se raciocinar é passar do desconhecido ao conhecido, é partir do que se sabe em direção àquilo que não se sabe, a analogia (aná = segundo, de acordo + lógon = razão) é um dos caminhos mais comuns para que isso aconteça.

No raciocínio analógico, compara-se uma situação já conhecida com uma situação desconhecida ou parcialmente conhecida, aplicando a elas as informações previamente obtidas quando da vivência direta ou indireta da situação-referência.

Normalmente, aquilo que é familiar é usado como ponto de apoio na formação do conhecimento, por isso, a analogia é um dos meios mais comuns de inferência.

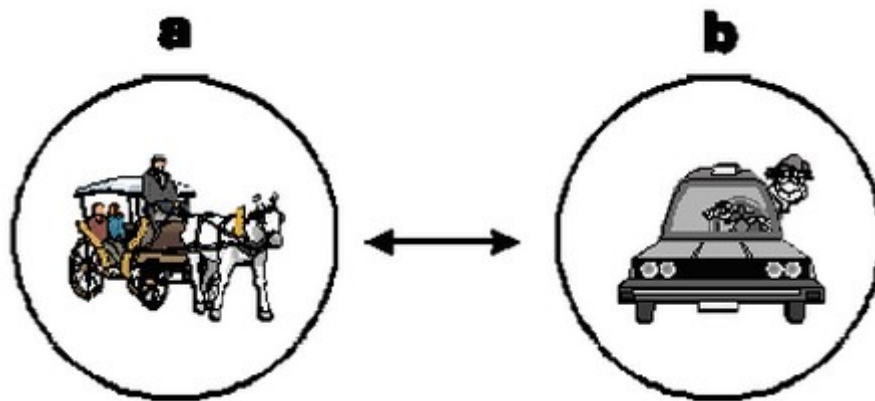
Se, por um lado, é fonte de conhecimentos do dia a dia, por outro, também tem servido de inspiração para muitos gênios das ciências e das artes, como nos casos de Arquimedes na banheira (lei do empuxo), de Galileu na catedral de Pisa (lei do pêndulo) ou de Newton sob a macieira (lei da gravitação universal). No entanto, também é uma forma de raciocínio em que se cometem muitos erros. Tal acontece porque é difícil estabelecer-lhe regras rígidas. A distância entre a genialidade e a falha grosseira é muito pequena.

A força de uma analogia depende, basicamente, de três aspectos:

a) os elementos comparados devem ser verdadeiros e importantes;

b) o número de elementos semelhantes entre uma situação e outra deve ser significativo;

c) não devem existir divergências marcantes na comparação.



No raciocínio analógico, comparam-se duas situações, casos, objetos etc. semelhantes e tiram-se as conclusões adequadas. Na ilustração, tal como a carroça, o carro a motor é um meio de transporte que necessita de um condutor. Este, tanto num caso quanto no outro, precisa ser dotado de bom senso e de boa técnica para desempenhar adequadamente seu papel.

Aplicação das regras acima a exemplos:

a) Os elementos comparados devem ser verdadeiros e relevantes, não imaginários ou insignificantes.

Analogia forte - Ana Maria sempre teve bom gosto ao comprar suas roupas, logo, terá bom gosto ao comprar as roupas de sua filha.

Analogia fraca - João usa terno, sapato de croco e perfume francês e é um bom advogado; Antônio usa terno, sapato de croco e perfume francês; logo, deve ser um bom advogado.

b) O número de aspectos semelhantes entre uma situação e outra deve ser significativo.

Analogia forte - A Terra é um planeta com atmosfera, com clima ameno e tem água; em Marte, tal como na Terra, houve atmosfera, clima ameno e água; na Terra existe vida, logo, tal como na Terra, em Marte deve ter havido algum tipo de vida.

Analogia fraca - T. Edison dormia entre 3 e 4 horas por noite e foi um gênio inventor; eu dormirei durante 3 1/2 horas por noite e, por isso, também serei um gênio inventor.

c) Não devem existir divergências marcantes na comparação.

Analogia forte - A pescaria em rios não é proveitosa por ocasião de tormentas e tempestades; a pescaria marinha não está tendo sucesso porque troveja muito.

Analogia fraca - Os operários suíços que recebem o salário mínimo vivem bem; a maioria dos operários brasileiros, tal como os operários suíços, também recebe um salário mínimo; logo, a maioria dos operários brasileiros também vive bem, como os suíços.

Pode-se notar que, no caso da analogia, não basta considerar a forma de raciocínio, é muito importante que se avalie o seu conteúdo. Por isso, esse tipo de raciocínio não é admitido pela lógica formal. Se as premissas forem verdadeiras, a conclusão não o será necessariamente, mas possivelmente, isto caso cumpram-se as exigências acima.

Tal ocorre porque, apesar de existir uma estrutura geral do raciocínio analógico, não existem regras claras e precisas que, uma vez observadas, levariam a uma conclusão necessariamente válida.

O esquema básico do raciocínio analógico é:

A é N, L, Y, X;

B, tal como A, é N, L, Y, X;

A é, também, Z

logo, B, tal como A, é também Z.

Argumento Válido

Dizemos que um argumento é válido ou ainda que ele é legítimo ou bem construído quando a sua conclusão é uma consequência obrigatória do seu conjunto de premissas. Posto de outra forma: quando um argumento é válido, a verdade das premissas deve garantir a verdade da conclusão do argumento. Isto significa que jamais poderemos chegar a uma conclusão falsa quando as premissas forem verdadeiras e o argumento for válido.

É importante observar que ao discutir a validade de um argumento é irrelevante o valor de verdade de cada uma das premissas. Em Lógica, o estudo dos argumentos não leva em conta a verdade ou falsidade das proposições que compõem os argumentos, mas tão-somente a validade destes.

Exemplo:

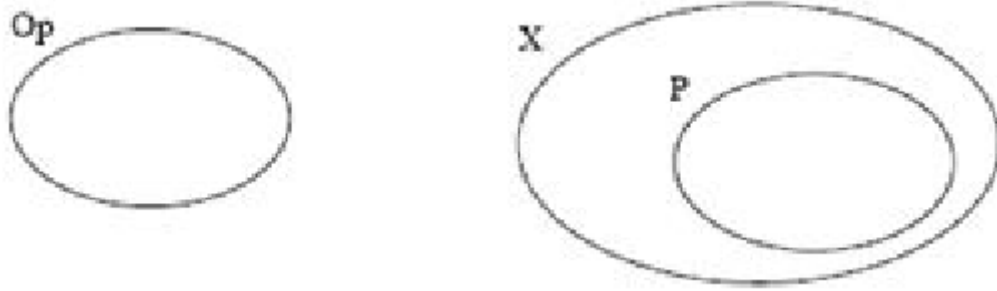
O silogismo:

"Todos os pardais adoram jogar xadrez.

Nenhum enxadrista gosta de óperas.

Portanto, nenhum pardal gosta de óperas."

está perfeitamente bem construído (veja o diagrama abaixo), sendo, portanto, um argumento válido, muito embora a verdade das premissas seja questionável.



Op = Conjunto dos que gostam de óperas

X = Conjunto dos que adoram jogar xadrez

P = Conjunto dos pardais

Pelo diagrama pode-se perceber que nenhum elemento do conjunto P (pardais) pode pertencer ao conjunto Op (os que gostam de óperas).

Argumento Inválido

Dizemos que um argumento é inválido, também denominado ilegítimo, mal construído ou falacioso, quando a verdade das premissas não é suficiente para garantir a verdade da conclusão.

Exemplo:

O silogismo:

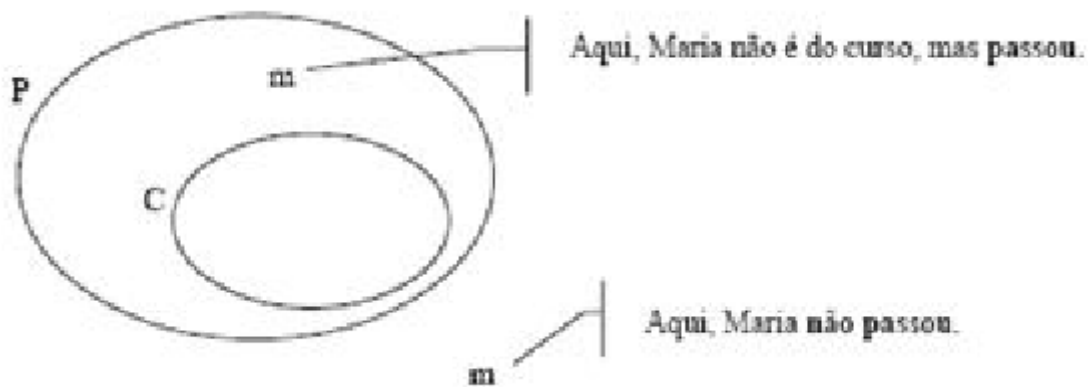
"Todos os alunos do curso passaram.

Maria não é aluna do curso.

Portanto, Maria não passou."

é um argumento inválido, falacioso, mal construído, pois as premissas não garantem (não obrigam) a verdade da conclusão (veja o diagrama

abaixo). Maria pode Ter passado mesmo sem ser aluna do curso, pois a primeira premissa não afirmou que somente os alunos do curso haviam passado.



P = Conjunto das pessoas que passaram.

C = Conjunto dos alunos do curso.

Na tabela abaixo, podemos ver um resumo das situações possíveis para um argumento:

Quando um argumento é ...	E as premissas...	Então a conclusão será:
Válido (bem construído)	são todas verdadeiras	Necessariamente Verdadeira
	não são todas verdadeiras	ou Verdadeira ou Falsa
Inválido (mal construído)	são todas verdadeiras	ou Verdadeira ou Falsa
	não são todas verdadeiras	ou Verdadeira ou Falsa

Inferência

Uma vez que haja concordância sobre as premissas, o argumento procede passo a passo através do processo chamado inferência.

Na inferência, parte-se de uma ou mais proposições aceitas (premissas) para chegar a outras novas. Se a inferência for válida, a nova proposição também deve ser aceita. Posteriormente essa proposição poderá ser empregada em novas inferências.

Assim, inicialmente, apenas podemos inferir algo a partir das premissas do argumento; ao longo da argumentação, entretanto, o número de afirmações que podem ser utilizadas aumenta.

Há vários tipos de inferência válidos, mas também alguns inválidos, os quais serão analisados neste documento. O processo de inferência é comumente identificado pelas frases "conseqüentemente..." ou "isso implica que...".

Dedução

A dedução é um tipo de raciocínio que parte de uma proposição geral (referente a todos os elementos de um conjunto) e conclui com uma proposição particular (referente a parte dos elementos de um conjunto), que se apresenta como necessária, ou seja, que deriva logicamente das premissas. Veja dois exemplos:

- Todo metal é dilatado pelo calor. (Premissa maior)
- Ora, a prata é um metal. (Premissa menor)
- Logo, a prata é dilatada pelo calor. (Conclusão)

- Todo brasileiro é sul-americano. (Premissa maior)
- Ora, todo paulista é brasileiro. (Premissa menor)
- Logo, todo paulista é sul-americano. (Conclusão)

Assim, a dedução organiza e especifica o conhecimento que já temos. Ela tem como ponto de partida o plano do inteligível, ou seja, da verdade geral, já estabelecida.

Sofismas ou falácias

Existem também os raciocínios ou argumentos que são incorretos, e que visam induzir ao erro. Chamam-se *falácia* ou *sofisma*, e, em geral, contêm falhas no âmbito formal ou material. Eis um exemplo que tem circulado pela Internet, com outros de igual calibre, para fazer graça:

Toda regra tem exceção.
Isto é uma regra e, portanto, tem exceção.
Logo, nem toda regra tem exceção.

Observe que a premissa maior é um dito popular, baseado no senso comum, cujo caráter verdadeiro é discutível. É isso o que possibilita extrair a conclusão paradoxal ou absurda.

Também é um sofisma ou falácia a generalização indevida, isto é, algo que é correto para um grupo restrito de elementos é generalizado para toda a espécie. Considere ainda a seguinte proposição: "Todo criminoso merece a ir para a cadeia". Neste caso, temos uma falácia de falsa premissa, a partir do momento em que existem penas alternativas, em que se deve verificar a natureza e a gravidade do crime, etc.

Conclusão

Finalmente se chegará a uma proposição que consiste na conclusão, ou seja, no que se está tentando provar. Ela é o resultado final do processo de inferência, e só pode ser classificada como conclusão no contexto de um argumento em particular.

A conclusão se respalda nas premissas e é inferida a partir delas. Esse é um processo sutil que merece explicação mais aprofundada.

Premissa	Conclusão	Inferência
A	B	A => B
Falso	Falso	Verdadeiro
Falso	Verdadeiro	Verdadeiro
Verdadeiro	Falso	Falso
Verdadeiro	Verdadeiro	Verdadeiro

- Se as premissas são falsas e a inferência é válida, a conclusão pode ser verdadeira ou falsa. (Linhas 1 e 2.)
- Se as premissas são verdadeiras e a conclusão é falsa, a inferência deve ser inválida. (Linha 3.)
- Se as premissas são verdadeiras e a inferência é válida, a conclusão deve ser verdadeira. (Linha 4.)

Então o fato que um argumento é válido não necessariamente significa que sua conclusão suporta - pode

ter começado de premissas falsas.

Se um argumento é válido, e além disso começou de premissas verdadeiras, então é chamado de um

argumento sensato. Um argumento sensato deve chegar à uma conclusão verdadeira.

Exemplo de argumento

A seguir exemplificamos um argumento válido, mas que pode ou não ser "consistente".

1 - Premissa: Todo evento tem uma causa.

2 - Premissa: O Universo teve um começo.

3 - Premissa: Começar envolve um evento.

4 - Inferência: Isso implica que o começo do Universo envolveu um evento.

5 - Inferência: Logo, o começo do Universo teve uma causa.

6 - Conclusão: O Universo teve uma causa.

A proposição da linha 4 foi inferida das linhas 2 e 3.

A linha 1, então, é usada em conjunto com proposição 4, para inferir uma nova proposição (linha 5).

O resultado dessa inferência é reafirmado (numa forma levemente simplificada) como sendo a conclusão.

Questões de Concursos

1 - ESAF - MF - Assistente Técnico - Administrativo

Se Marta é estudante, então Pedro não é professor. Se Pedro não é professor, então Murilo trabalha. Se Murilo trabalha, então hoje não é domingo. Ora, hoje é domingo. Logo,

- a) Marta não é estudante e Murilo trabalha.
- b) Marta não é estudante e Murilo não trabalha.
- c) Marta é estudante ou Murilo trabalha.
- d) Marta é estudante e Pedro é professor.
- e) Murilo trabalha e Pedro é professor.

2 - ESAF - MF - Assistente Técnico - Administrativo

Em uma cidade as seguintes premissas são verdadeiras: Nenhum professor é rico. Alguns políticos são ricos. Então, pode-se afirmar que:

- a) Nenhum professor é político.

- b) Alguns professores são políticos.
- c) Alguns políticos são professores.
- d) Alguns políticos não são professores.
- e) Nenhum político é professor.

3 - CESPE - TRE-MS - Técnico Judiciário - Programação de Sistemas

As proposições a seguir são as premissas de um argumento.

Se uma companhia tem grande porte e numerosas ramificações, sua falência teria um custo intolerável para a sociedade.

Se a falência de uma companhia tem um custo intolerável para a sociedade, o governo protegê-las-á na iminência ou durante de uma crise séria.

Se o governo protege uma companhia durante uma crise séria, recursos públicos são usados em benefício de um ente privado.

Assinale a opção correspondente à conclusão que, juntamente com as premissas acima, constituem um argumento válido.

- a) Se uma companhia tem grande porte e numerosas ramificações, então recursos públicos são usados em benefício de um ente privado.

- b) Se a falência de uma companhia tem um custo intolerável para a sociedade, então recursos públicos são usados em benefício de um ente privado.
- c) Se uma companhia entrar em falência, então a sociedade arcará com um custo intolerável.
- d) Se o governo protege uma companhia na iminência de uma crise séria, então recursos públicos são usados em benefício de um ente privado.
- e) Se ocorre uma crise séria em uma companhia, então recursos públicos são usados em benefício de um ente privado.

GABARITO

1 - B 2 - D 3 - A

Análise combinatória

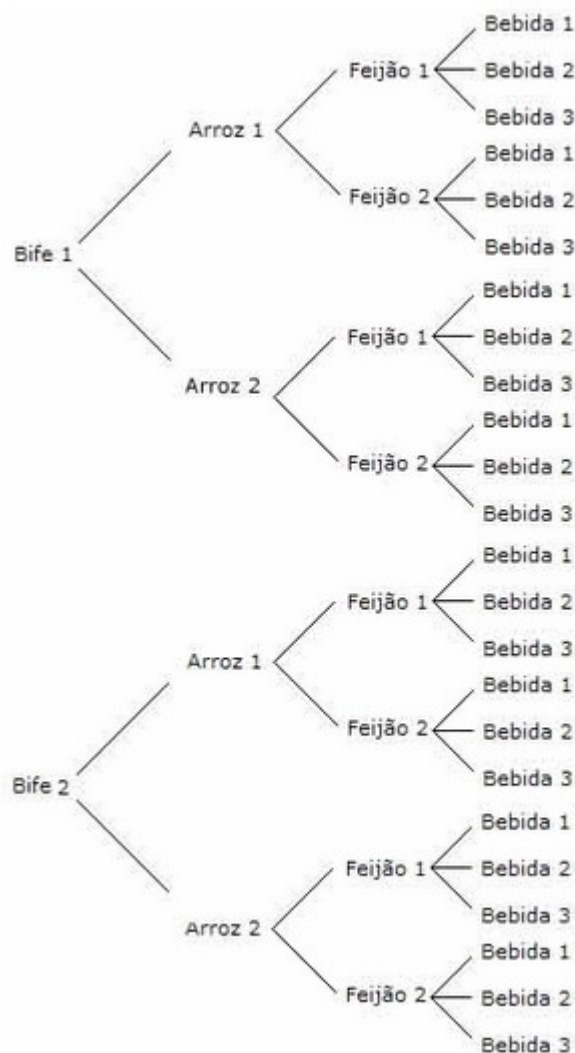
O estudo da análise combinatória nos permite descobrir quais são as diferentes possibilidades de uma combinação de variáveis.

A explicação dessa matéria é muito mais fácil quando utilizamos exemplos.

Então, supondo que um restaurante "À la carte" tenha disponível 2 tipos de bifes, 2 tipos de arroz, 2 tipos de feijão e 3 tipos de bebidas.

O dono do restaurante queira servir pratos contendo 1 elemento de cada tipo de comida.

Nomeando os tipos de comida da forma "bife 1, arroz 1, arroz 2 ... bebida 1, bebida 2, etc", montamos o esquema:



Se formos seguir os caminhos descritos pelas linhas, encontraremos 24 caminhos, que são o total de possibilidades de pratos diferentes.

Perceba que quanto mais opções de comidas, maior e mais complexo fica o esquema. Então, imagine como seria descobrir as possibilidades das placas de carro no sistema brasileiro? (três letras, 4 algarismos).

Podemos calcular de forma diferente.

Basta multiplicar todas as opções de comida disponíveis: $2 \cdot 2 \cdot 2 \cdot 3 = 24$

Probabilidade

Inicialmente para falarmos sobre probabilidade devemos definir o que é um evento aleatório.

Evento aleatório é aquele que pode ser reexecutado várias vezes, sempre nas mesmas condições, e se obtém resultados diferentes, que estão previstos dentro dos possíveis resultados para este experimento, isto ocorre devido ao acaso, não podemos ter a certeza do resultado de cada um destes eventos.

Exemplo:

- I) Lançar uma moeda para cima e observar a face que ficará virada para cima após a queda.
- II) Escolhermos um aluno dentre os 30 alunos de uma classe.

Espaço Amostral

Ao lançarmos uma moeda não sabemos qual será a face que ficará para cima, no entanto podemos afirmar com toda certeza que ou será cara,

ou será coroa, pois uma moeda só possui estas duas faces. Neste exemplo, ao conjunto { cara, coroa } damos o nome de espaço amostral, pois ele é o conjunto de todos os resultados possíveis de ocorrer neste experimento.

Representamos um espaço amostral, ou espaço amostral universal como também é chamado, pela letra S. No caso da moeda representamos o seu espaço amostral por:

$$S = \{ \text{cara, coroa} \}$$

Se novamente ao invés de uma moeda, o objeto a ser lançado for um dado, o espaço amostral será:

$$S = \{ 1, 2, 3, 4, 5, 6 \}$$

Evento

Quando lançamos um dado ou uma moeda, chamamos a ocorrência deste fato de evento. Qualquer subconjunto de um espaço amostral é um evento.

Em relação ao espaço amostral do lançamento de um dado, veja o conjunto a seguir:

$$A = \{ 2, 3, 5 \}$$

Note que $A \subset S$ (A está contido em S, A é um subconjunto de S). O conjunto A é a representação do evento do lançamento de um dado, quando temos a face para cima igual a um número primo.

Classificação de Eventos

Podemos classificar os eventos por vários tipos.

Vejamos alguns deles:

Evento Simples

Classificamos assim os eventos que são formados por um único elemento do espaço amostral.

$A = \{ 5 \}$ é a representação de um evento simples do lançamento de um dado cuja face para cima é divisível por 5. Nenhuma das outras possibilidades são divisíveis por 5.

Evento Certo

Ao lançarmos um dado é certo que a face que ficará para cima, terá um número divisor de 720. Este é um evento certo, pois $720 = 6! = 6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1$, obviamente qualquer um dos números da face de um dado é um divisor de 720, pois 720 é o produto de todos eles.

O conjunto $A = \{ 2, 3, 5, 6, 4, 1 \}$ representa um evento certo pois ele possui todos os elementos do espaço amostral $S = \{ 1, 2, 3, 4, 5, 6 \}$.

Evento Impossível

No lançamento conjunto de dois dados qual é a possibilidade de a soma dos números contidos nas duas faces para cima, ser igual a **15**?

Este é um **evento impossível**, pois o valor máximo que podemos obter é igual a doze. Podemos representá-lo por $A = \emptyset$, ou ainda por $A = \{ \}$.

Evento União

Seja $A = \{ 1, 3 \}$ o evento de ocorrência da face superior no lançamento de um dado, ímpar e menor ou igual a 3 e $B = \{ 3, 5 \}$, o evento de ocorrência da face superior, ímpar e maior ou igual a 3, então $C = \{ 1, 3, 5 \}$ representa o evento de ocorrência da face superior ímpar, que é a união dos conjuntos A e B, ou seja $C = A \cup B$

Note que o evento C contém todos os elementos de A e B.

Evento Intersecção

Seja $A = \{ 2, 4 \}$ o evento de ocorrência da face superior no lançamento de um dado, par e menor ou igual a 4 e $B = \{ 4, 6 \}$, o evento de ocorrência da face superior, par e maior ou igual a 4, então $C = \{ 4 \}$ representa o evento de ocorrência da face superior par, que é a intersecção dos conjuntos A e B, ou seja, $C = A \cap B$.

Veja que o evento C contém apenas os elementos comuns a A e B.

Eventos Mutuamente exclusivos

Seja $A = \{ 1, 2, 3, 6 \}$ o evento de ocorrência da face superior no lançamento de um dado, um número divisor de 6 e $B = \{ 5 \}$, o evento de ocorrência da face superior, um divisor de 5, os eventos A e B são mutuamente exclusivos, pois $A \cap B = \emptyset$, isto é, os eventos não possuem elementos em comum.

Evento Complementar

Seja $A = \{ 1, 3, 5 \}$ o evento de ocorrência da face superior no lançamento de um dado, um número ímpar, o seu evento complementar é $A^c = \{ 2, 4, 6 \}$ o evento de ocorrência da face superior no lançamento de um dado, um número par.

Os elementos de A são todos os elementos do espaço amostral S que não estão contidos em A , então temos que $A = S - A$ e ainda que $S = A + A$.

Probabilidade de Ocorrência de um Evento

Os três irmãos Pedro, João e Luís foram brincar na rua. Supondo-se que as condições de retorno para casa são as mesmas para cada um deles, qual é a probabilidade de Luís voltar para casa primeiro?

Como 3 é o número total de irmãos, então Luís tem 1 chance em 3 de voltar para casa primeiro, por isto a probabilidade de Luís voltar para casa antes dos seus irmãos é igual a $1/3$.

Definição

A probabilidade de um evento ocorrer (Luís voltar para casa primeiro) considerando-se um espaço amostral (Pedro, João e Luís) é igual a razão do número de elementos do evento (1, apenas Luís) para o número de elementos do espaço amostral (3, o número de irmãos que foram brincar na rua), desde que espaço o amostral seja um conjunto equiprovável, ou seja, todos os seus elementos tenham a mesma possibilidade de ocorrer (as condições de retorno para casa são as mesmas para os três irmãos).

Sendo E um evento, $n(E)$ o seu número de elementos, S o espaço amostral não vazio e $n(S)$ a quantidade de elementos do mesmo, temos que a probabilidade de E ocorrer é igual a:

$$P(E) = \frac{n(E)}{n(S)}, \text{ sendo } n(S) \neq 0.$$

A probabilidade é um número entre zero e um, inclusive, o que significa que no mínimo não a nenhuma hipótese do evento acontecer e no máximo o evento sempre ocorrerá:

$$0 \leq P(E) \leq 1$$

Normalmente representamos probabilidades através de frações, mas também podemos representá-las por números decimais, ou até mesmo por porcentagens.

Confira alguns exemplos:

Uma urna tem 30 bolas, sendo 10 vermelhas e 20 azuis. Se sortearmos 2 bolas, 1 de cada vez e repondo a sorteada na urna, qual será a probabilidade de a primeira ser vermelha e a segunda ser azul?

Resolução:

Como os eventos são independentes, a probabilidade de sair vermelha na primeira retirada e azul na segunda retirada é igual ao produto das probabilidades de cada condição, ou seja, $P(A \text{ e } B) = P(A).P(B)$. Ora, a probabilidade de sair vermelha na primeira retirada é $10/30$ e a de sair azul na segunda retirada $20/30$. Daí, usando a regra do produto, temos: $10/30.20/30=2/9$.

Observe que na segunda retirada foram consideradas todas as bolas, pois houve reposição. Assim, $P(B/A) = P(B)$, porque o fato de sair bola vermelha na primeira retirada não influenciou a segunda retirada, já que ela foi repostada na urna.

Se dois dados, azul e branco, forem lançados, qual a probabilidade de sair 5 no azul e 3 no branco?

Considerando os eventos:

A: Tirar 5 no dado azul e $P(A) = 1/6$

B: Tirar 3 no dado branco e $P(B) = 1/6$

Sendo S o espaço amostral de todos os possíveis resultados, temos:

$n(S) = 6 \cdot 6 = 36$ possibilidades. Daí, temos: $P(A \text{ ou } B) = 1/6 + 1/6 - 1/36 = 11/36$

Se retirarmos aleatoriamente uma carta de baralho com 52 cartas, qual a probabilidade de ser um 8 ou um Rei?

Sendo S o espaço amostral de todos os resultados possíveis, temos: $n(S) = 52$ cartas. Considere os eventos:

A: sair 8 e $P(A) = 4/52$

B: sair um rei e $P(B) = 4/52$

Assim, $P(A \text{ ou } B) = 4/52 + 4/52 - 0 = 8/52 = 2/13$. Note que $P(A \text{ e } B) = 0$, pois uma carta não pode ser 8 e rei ao mesmo tempo. Quando isso ocorre dizemos que os eventos A e B são mutuamente exclusivos.

Questões de Concursos

1 - CESGRANRIO - 2014 - Petrobras

João retirou de um baralho as 7 cartas de copas numeradas de 2 a 8 e as colocou dentro de um saco plástico opaco. Em seguida, pediu a seu amigo Augusto que retirasse de dentro desse saco, sem olhar, duas cartas.

Qual é a probabilidade de que a soma dos números escritos nas cartas retiradas por Augusto seja maior do que 10?

- a) $\frac{3}{7}$
- b) $\frac{4}{7}$
- c) $\frac{13}{21}$
- d) $\frac{12}{49}$
- e) $\frac{24}{49}$

2 - CESGRANRIO - 2014 - CEFET-RJ

O elevador de um condomínio passará por três serviços de manutenção no semestre que vem. Apenas duas empresas prestam tais serviços: a empresa A e a empresa B. Na ocasião da realização de cada um dos serviços, o condomínio escolherá qual das duas empresas irá realizá-lo. Sabe-se que a probabilidade de a empresa A ser escolhida para realizar um serviço é quatro vezes maior do que a probabilidade de a empresa B ser escolhida para realizar o mesmo serviço.

A probabilidade de todos os três serviços de manutenção, previstos para o semestre que vem, serem realizados por uma mesma empresa é

- a) 25%
- b) 50%
- c) 52%
- d) 66%
- e) 75%

3 - CESGRANRIO - 2013 - BNDES - Técnico Administrativo

João e Maria estão enfrentando dificuldades em algumas disciplinas do 1o ano do Ensino Médio. A probabilidade de João ser reprovado é de 20%, e a de Maria é de 40%.

Considerando-se que João e Maria são independentes, qual é a probabilidade de que um ou outro seja reprovado?

- a) 0
- b) 0,2
- c) 0,4
- d) 0,52
- e) 0,6

GABARITO

1 - A 2 - C 3 - D

GEOGRAFIA DA PARAÍBA

Formação do território paraibano

A Paraíba localiza-se no leste da Região Nordeste. Limita-se com três estados: Rio Grande do Norte (norte), Pernambuco (sul) e Ceará (oeste), além do Oceano Atlântico (leste). Sua área é de 56 469,778 km², pouco menor que a Croácia.

O estado é dividido em quatro mesorregiões, 23 microrregiões e 223 municípios. Com uma população acima de quatro milhões de habitantes, a Paraíba é o décimo terceiro estado mais populoso do Brasil. A capital e município mais populoso é João Pessoa. Outros municípios com população superior a cem mil habitantes são Campina Grande, Santa Rita e Patos.

Antes da colonização portuguesa, a Paraíba foi habitada por várias tribos indígenas.

As terras pertenciam a grande tribo Cariri e vieram provavelmente da região amazônica.

Devido à sua agressividade, foram chamados de tapuias por outros nativos, o que significa inimigos. Por volta de 1500 chegaram novas famílias indígenas, pertencentes à Nação Tupi-Guarani: eram os Potiguaras, emigrados do litoral maranhense e que se situaram na parte norte do litoral paraibano, desde as proximidades da Baía da Traição até os contrafortes da Borborema, de onde moveram guerra aos Cariris; o resultado foi o deslocamento destes últimos, para as regiões sertanejas.

Na época da conquista da Paraíba – segunda metade do século XVI – chegaram outros silvícolas, dessa vez pertencentes à tribo Tabajara, também de origem Tupi-Guarani, mas logo tornaram-se inimigos tradicionais dos Potiguaras, fixando-se na várzea do rio Paraíba.

Na segunda metade do século XVII, a maior parte da população ainda era constituída de índios.

O nível de civilização do índio paraibano era considerável. Muitos sabiam ler e conheciam ofícios como a carpintaria. Esses índios tratavam bem os jesuítas e os missionários que lhes davam atenção.

A maioria dos índios estava de passagem do Período Paleolítico para o Neolítico. A língua falada por eles era o tupi-guarani, utilizado também pelos colonos na comunicação com os índios. O tupi-guarani mereceu até a criação de uma gramática elaborada pelo Padre José de Anchieta.

Os Cariris

Os índios Cariris se encontravam em maior número que os Tupis e ocupavam uma área que se estendia desde o planalto da Borborema até os limites do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Os Cariris eram índios que diziam ter vindo de um grande lago. Estudiosos acreditam que eles tenham vindo do Amazonas ou da Lagoa Maracaibo, na Venezuela.

A Nação Cariri dividia-se em várias tribos das quais citaremos apenas as que existiam em território paraibano e proximidades. Esses grupos na Paraíba eram os seguintes: Paiaçus, Icós, Sucurus, Ariús, Panatis, Canindés, Pegas, Janduis, Bultrins e Carnoiós. Destes, os Tapuias Pegas ficaram conhecidos nas lutas contra os bandeirantes.

Os Tupis

Os Tupis habitavam a zona mais próxima ao litoral e estavam divididos em Potiguaras e Tabajaras.

a) Tabajaras: Na época da fundação da Paraíba, os Tabajaras formavam um grupo de aproximadamente cinco mil pessoas. O seu nome indicava que viviam em tabas ou aldeias. Eram sedentários e de fácil convívio. A

aliança que firmaram com os portugueses foi de grande proveito para os índios quando da conquista da Paraíba e fundação de João Pessoa.

Todos os aldeamentos ao sul do Cabo Branco pertenciam a indígenas dessa tribo e deram origem a muitas cidades e vilas, como, Aratagui (Alhandra), Jacoca (Conde), Piragibe (João Pessoa), Tibiri (Santa Rita), Pindaúna (Gramame), Taquara, Acaú, Pitimbu. Os Tabajaras parecem ter deixado o território paraibano em 1599.

b) Potiguaras: Eram mais numerosos que os Tabajaras e ocupavam uma pequena região nos limites do Rio Grande do Norte com a Paraíba. Estavam localizados na parte norte do rio Paraíba, curso do rio Mamanguape e serra da Copaoba, foram rechaçados para o Rio Grande do Norte e aldeados na Bahia de Traição, onde ainda hoje se encontram seus remanescentes.

Esses índios locomoviam-se constantemente, deixando aldeias para trás e formando outra. Com esta constante locomoção os índios ocuparam áreas desabitadas. Da serra da Copaoba, para o Sul, excetuando-se as aldeias estabelecidas no litoral, ao que parece, em nenhum ponto se fixaram. Toda a região do Agreste Acatingado que se estende de Guarabira a Pedras de Fogo, passando por Alagoa Grande, Alagonha, Mulungu, Sapé, Gurinhém, desocupada, no dizer de Horácio de Almeida ou assim foi encontrada quando da conquista.

Os Potiguaras eram uma das tribos mais populosas da nação Tupi, desempenharam importante papel na guerra holandesa com cujos povos se aliaram. Anos antes eles também foram aliados dos franceses, que mantinham feitorias no estuário do Paraíba e Baía da Traição (Acejutibiró) e de onde faziam incursões até a serra da Copaoba (Serra da Raiz) para a extração do pau-brasil. Esses índios resistiram feroz e bravamente, desde o início da conquista portuguesa.

Ainda hoje, encontram-se tribos indígenas potiguaras localizadas na Baía da Traição, mas apenas em uma aldeia a São Francisco, onde não há miscigenados, pois a tribo não aceita a presença de caboclos, termo que eles utilizavam para com as pessoas que não pertencem a tribo.

Atualmente, as aldeias constituem reservas indígenas mal administradas pelo governo, e suas terras, quase todas, foram griladas por grandes proprietários e usinas da região, mencionando-se a Companhia de Tecidos Rio Tinto, hoje desativada. A principal atividade desses índios é a pesca e em menor escala, a agricultura.

Geografia física: relevo, clima, vegetação, hidrografia

A maior parte do território paraibano é constituída por rochas resistentes, e bastantes antigas, que remontam a era pré-cambriana com mais de 2,5 bilhões de anos.

Elas formam um complexo cristalino que favorecem a ocorrência de minerais metálicos, não metálicos e gemas. Os sítios arqueológicos e paleontológicos, também resultam da idade geológica desses terrenos.

No litoral temos a Planície Litorânea que é formada pelas praias e terras arenosas.

Na região da mata, temos os tabuleiros que são formados por acúmulos de terras que descem de lugares altos.

No Agreste, temos algumas depressões que ficam entre os tabuleiros e o Planalto da Borborema, onde apresenta muitas serras, como a Serra de Teixeira, etc.

No sertão, temos uma depressão sertaneja que se estende do município de Patos até após a Serra da Viração.

Planalto da Borborema

O Planalto da Borborema é o mais marcante do relevo do Nordeste. Na Paraíba ele tem um papel fundamental no conjunto do relevo, rede hidrográfica e nos climas. As serras e chapadas atingem altitudes que variam de 300 a 800 metros de altitude.

A Serra de Teixeira é uma das mais conhecidas, com uma altitude média de 700 metros, onde se encontra o ponto culminante da Paraíba, a saliência do Pico do Jabre, que tem uma altitude de 1.197 metros acima do nível do mar, e fica localizado no município de Matureia.

O Planalto da Borborema, também conhecido como Serra das Ruças, e denominado antigamente como Serra da Copaoba, é uma região montanhosa brasileira no interior do Nordeste. Situa-se nos estados da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e de Alagoas.

Seu rebordo oriental, escarpado, domina a baixada litorânea com um desnível de 300m, o que lhe confere ao topo uma altitude de 500m. Para o interior, o planalto ainda se alteia mais e alcança média de 800m em seu centro, donde passa a baixar até atingir 600m junto ao rebordo ocidental. Diferem consideravelmente as topografias da porção oriental e da porção ocidental.

A leste, erguem-se sobre a superfície do planalto cristas de leste para oeste, separadas por vales, que configuram parques relevos de 300m. Aproximadamente no centro-sul do planalto eleva-se o maciço dômico de Garanhuns, que supera a altitude de 1.000m.

Com altitude média de 400 metros, podendo chegar a mais de 1.000 metros (como é o caso do Pico do Jabre, de 1.197 m e do Pico do Papagaio, de 1.260 m) em seus pontos extremos (serras), o planalto está encrustado no agreste do Nordeste Oriental, espalhando-se de norte a sul e tendo como fronteira natural as planícies do litoral (região úmida) e a depressão sertaneja (região semi-árida). Constitui uma área de transição entre a mata atlântica e a caatinga, possuindo vegetação variada que vai desde a caatinga propriamente dita até resquícios de mata atlântica (matas de brejo) nos pontos mais altos das serras, como ocorre na Unidade de Conservação Estadual Mata de Goiamunduba, na Paraíba.

Com amplitude térmica acentuada, que vai dos 35°C durante o dia e 18°C/20°C à noite, chegando a cair, no inverno, para 20°C/25°C dia e 8°C/12°C noite, vem se constituindo em uma região de forte atração turística, principalmente para os habitantes da área litorânea. O ecoturismo também vem pouco a pouco se desenvolvendo, como é o que vem ocorrendo no Parque Estadual Pedra da Boca, recentemente criado.

No Planalto da Borborema localizam-se importantes cidades, como Campina Grande (Paraíba), Caruaru e Garanhuns (Pernambuco) e Arapiraca (Alagoas).

Clima

O clima varia de acordo com o relevo. Na Baixada Litorânea e na encosta leste da Borborema predomina o clima tropical úmido, com chuvas de outono-inverno e estação seca durante o verão. As chuvas no litoral atingem índices de 1.700mm anuais e temperaturas na casa dos 24°C. Seguindo para o interior as chuvas diminuem (800mm - encosta leste da Borborema), voltando a aumentar o índice pluviométrico no topo do planalto para 1.400mm.

Dominando o planalto da Borborema, exceto a encosta leste, está o clima semi-árido quente; o índice pluviométrico nesta região pode ser considerado baixo chegando a 500-600mm anuais.

O menor índice pluviométrico anual do Brasil é registrado no município de Cabaceiras, 279mm.

Uma terceira tipologia climática ocorre a oeste do Estado, no planalto do rio Piranhas. Clima tropical úmido caracterizado por apresentar chuvas de verão e inverno seco, as temperaturas médias anuais são elevadas, marcando 26°C; o índice pluviométrico é de 600 a 800 mm/ano. A leste da Borborema as chuvas são irregulares, o que resulta em secas prolongadas.

Vegetação

A vegetação litorânea do estado da Paraíba apresenta, matas, manguezais e cerrados, que recebem a denominação de "tabuleiro", formado por gramíneas e arbustos tortuosos, predominantemente representados, entre outras espécies por batiputás e mangabeiras. Formadas por floresta Atlântica, as matas registram a presença de

árvores altas, sempre verdes, como a peroba e a sucupira. Localizados nos estuários, os manguezais apresentam árvores com raízes de suporte, adaptadas à sobrevivência neste tipo de ambiente natural.

A vegetação nativa do planalto da Borborema e do Sertão caracteriza-se pela presença da caatinga, devido ao clima quente e seco característico da região. A caatinga pode ser do tipo arbóreo, com espécies como a baraúna, ou arbustivo representado, entre outras espécies pelo xique-xique e o mandacaru.

Hidrografia

Na hidrografia da Paraíba, os rios fazem parte de dois setores, Rios Litorâneos e Rios Sertanejos.

Rios Litorâneos

São rios que nascem na Serra da Borborema e vão em busca do litoral paraibano, para desaguar no Oceano Atlântico. Entre estes tipos de rios podemos destacar: o Rio Paraíba, que nasce no alto da Serra de Jabitacá, no município de Monteiro, com uma extensão de 360 km de curso d'água e o maior rio do estado. Também podemos destacar outros rios, como o Rio Curimataú e o Rio Mamanguape.

Rios Sertanejos

São rios que vão em direção ao norte em busca de terras baixas e desaguando no litoral do Rio Grande do Norte. O rio mais importante deste grupo é o Rio Piranhas, que nasce na Serra de Bongá, perto da divisa com o estado do Ceará. Esse rio é muito importante para Sertão da Paraíba, pois através desse rio é feita a irrigação de grandes extensões de terras no sertão. Tem ainda outros rios, como o Rio do Peixe, Rio Piancó e o Rio Espinhara, todos afluentes do Rio Piranhas.

Os rios da Paraíba estão inseridos na Bacia do Atlântico Nordeste Oriental e apenas os rios que nascem na Serra da Borborema e na Planície Litorânea são perenes. Os outros rios são temporários e correm em direção ao norte, desaguando no litoral do Rio Grande do Norte.

Geografia humana: aspectos econômicos, sociais e culturais

A economia da Paraíba é a décima nona mais rica do país e a sexta da região Nordeste (ficando atrás de Bahia, de Pernambuco, do Ceará, do Maranhão e do Rio Grande do Norte, e à frente de Alagoas, Sergipe e Piauí). De acordo com dados relativos a 2014, o Produto Interno Bruto da Paraíba era de R\$ 155 143 milhões e o PIB per capita de R\$ 16 722,05.

As maiores economias da Paraíba são João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Santa Rita e Patos.

Em 2010, considerando-se a população municipal com idade igual ou superior a dezoito anos, 59,3% eram economicamente ativas ocupadas, 32,2% economicamente inativa e 8,5% ativa desocupada. Ainda no mesmo ano, levando-se em conta população ativa ocupada a mesma faixa etária, 40,30% trabalhavam no setor de serviços, 23,38% na agropecuária, 15,55% no comércio, 7,96% em indústrias de transformação, 7,09% na construção civil e 1,15% na utilidade pública.

No final do século XVI, quando começou a ocupação do território paraibano, a economia da Paraíba era centralizada no setor primário (agropecuária), principalmente no cultivo de cana-de-açúcar.

Segundo o IBGE, a Paraíba possuía, em 2015, um rebanho de 10 647 748 galináceos, 1 170 803 bovinos, 566 576 caprinos, 501 362 ovinos, 312 409 codornas, 174 533 suínos, 52 683 equinos e 913 bubalinos.

No mesmo ano, o estado produziu, na lavoura temporária, cana-de-açúcar (6 801 981 t), abacaxi (290 772 mil frutos), mandioca (131 073 t), batata-doce (30 192 t), tomate (13 045 t), milho (10 934 t), feijão (7 019 t), melancia (4 292 t), cebola (2 256 t), fava (1 439 t), batata-inglesa (473 t), arroz (360 t), amendoim (252 t), algodão herbáceo (228 t) e alho (10 t).

Já na lavoura permanente: banana (134 606 t), coco-da-baía (36 385 t), mamão (30 810 t), tangerina (15 304 t), manga (11 306 t), maracujá (8 287 t), laranja (5 424 t), sisal (5 035 t), uva (2 196 t), goiaba (2 023 t), limão (1 882 t), castanha de caju (960 t), abacate (624 t), urucum (395 t) e pimenta-do-reino (58 t).

Em 2011, os municípios que possuíam o maior produto interno bruto agropecuário do estado eram, em ordem decrescente, Pedras de Fogo, Santa Rita, Itapororoca e Araçagi.

O perfil industrial da Paraíba está voltado principalmente para o benefício de minerais e de matéria-prima vindas do setor primário. Os principais centros industriais da Paraíba, bem como os principais industriais do estado, são: na zona da mata, a Região Metropolitana de João Pessoa (Bayeux, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Lucena e Santa Rita), onde se encontram principalmente as indústrias alimentícia, de cimento, de construção civil e a têxtil; no agreste, Campina Grande, onde se destacam novamente as indústrias de alimentos, como também as de bebidas, calçados, frutas industrializadas e, mais recentemente, de software; no sertão, Cajazeiras, Patos, São Bento e Sousa, com destaque para as indústrias de confecções e a têxtil. A atividade industrial no estado encontra-se, até os dias atuais, em processo de desenvolvimento, com intuito de gerar melhores condições de vida à população.

Os maiores PIBs do setor secundário são João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Cabedelo e Caaporã.

No comércio, o valor de vendas em todo o estado chegou a 4,8 bilhões de reais, enquanto todo o setor terciário contribuiu com mais de 25 bilhões.

O estado é o quinto maior em exportação no Nordeste, destacando-se na exportação de bens de consumo, bens intermediários e de capital. Açúcar, álcool etílico, calçados, granito, roupas, sisal e tecidos são os principais produtos exportados da Paraíba para o exterior, destinados principalmente para Austrália, Argentina, Estados Unidos, Rússia e União Europeia.

Aspectos Sociais

Conforme dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população paraibana totaliza 3.766.528 habitantes, sendo o quinto estado mais populoso do Nordeste brasileiro. Esse contingente populacional corresponde a 1,97% da população nacional.

Com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,718, a Paraíba ocupa o 24º lugar no ranking de IDH dos estados brasileiros, ou seja, detém o quarto menor índice do país. O analfabetismo atinge 21,6% da população, sendo a terceira pior média nacional, pois somente as taxas de Alagoas (24,6%) e Piauí (23,4%) são superiores. Outro problema social no estado se refere à taxa de mortalidade infantil: 35,2 óbitos a cada mil nascidos vivos.

Cultura

Paraíba reúne um rico acervo cultural. Como se repete em outros estados do Nordeste, a cultura paraibana está fincada em origens ibéricas, africanas e indígenas, embora tenha ganhado suas particularidades ao longo do tempo.

Por meio de danças, folguedos, peças de teatros e manifestações diversas oriundas da imaginação e criatividade popular, a cultura paraibana é fortalecida e preservada com o passar dos anos. As danças folclóricas mais expoentes no Estado são diversas, a exemplo da nau-catarineta, do bumba-meu-boi, do xaxado, do coco-de-roda, da ciranda, das quadrilhas juninas e do pastoril. Todas elas são cultivadas pelos paraibanos durante todo o ano. Algumas, entretanto, ganham mais notoriedade nos períodos carnavalescos e durante as festas juninas.

Boa parte dessas expressões culturais ganha vida a partir de comunidades carentes, mas não se limita a elas. Até porque, no Estado, a cultura local é trabalhada nas escolas e universidades, como forma de

levar ao conhecimento dos estudantes as expressões culturais paraibanas, provocando neles o interesse pela preservação do folclore da terra.

Além do esforço para manter viva a tradição cultural do Estado, a Paraíba faz história por também preparar novos artistas. Desde 1931, funciona em João Pessoa a Escola de Música Anthenor Navarro, criada pelo então interventor estadual (como era chamado o governador no período da Revolução de 1930), Anthenor de França Navarro.

A escola é referência até os dias atuais, sendo uma das principais formadoras de novos músicos para integrar orquestras ou, simplesmente, para prepará-los para graduações em Música.

Teatro

A arte e a cultura na Paraíba também ganham vida nos palcos dos históricos teatros espalhados pelo estado. O Minerva foi o primeiro teatro a ser erguido na Paraíba, inaugurado em 1859, e fica localizado no município de Areia. Ele possui capacidade para 250 pessoas e uma acústica de excelente qualidade.

Apesar do pioneirismo dele, é em João Pessoa que está instalado o Santa Roza, teatro considerado como a mais importante casa de espetáculos da Paraíba. Com o passar do tempo, mais espaços teatrais foram surgindo, com projetos modernos de arquitetura e tecnologia. O mais recente deles é o Teatro Facisa, instalado em 2012, no município de Campina Grande.

HISTÓRIA DA PARAÍBA

O sistema de Capitânicas Hereditárias e a anexação do território da Paraíba à capitania de Pernambuco

Após a descoberta do Brasil, como capitania, a paraíba foi explorada e colonizada. Na administração colonial do Brasil, foram configurados três modalidades de estatutos políticos: o das capitânicas hereditárias, o do governo geral e o do Vice-reino. Na Paraíba, tivemos a criação da Capitania Real em 1574. Em 1694, esta capitania se tornou independente. Entretanto, passados mais de sessenta anos, a capitania da Paraíba foi anexada à de Pernambuco em 1º de janeiro de 1756. Assistiu e participou dos movimentos contra a invasão dos estrangeiros (franceses e holandeses).

A criação da Capitania da Paraíba: As expedições de conquista da Paraíba(1574-1585)

Demorou um certo tempo para que Portugal começasse a explorar economicamente o Brasil, uma vez que os interesses lusitanos estavam voltados para o comércio de especiarias nas Índias. Além disso, não havia nenhuma riqueza na costa brasileira que chamasse tanta atenção quanto o ouro, encontrado nas colônias espanholas, minério que tornara uma nação muito poderosa na época.

Devido ao desinteresse lusitano, piratas e corsários começaram a extrair o pau-brasil, madeira muito encontrada no Brasil-colônia. Esses invasores eram, em sua maioria, franceses, e logo que chegaram no Brasil se aproximaram dos índios, o que possibilitou entre eles uma relação comercial conhecida como "escambo": o trabalho indígena era trocado por alguma manufatura sem valor. Com o objetivo de povoá-la, a colônia portuguesa foi dividida em quinze capitânicas para doze donatários. Entre elas destacam-se a capitania de Itamaracá, a qual se

estendia do rio Santa Cruz até a Baía da Traição. Em 1574 aconteceu um incidente conhecido como "Tragédia de Tracunhaém", no qual índios mataram todos os moradores de um engenho chamado Tracunhaém, em Pernambuco. Esse episódio ocorreu devido ao rapto e posterior desaparecimento de uma índia, filha do cacique potiguar nesse engenho. Após esta tragédia, D. João III, rei de Portugal, desmembrou Itamaracá, dando formação à capitania do Rio Paraíba.

Quando o governador-geral D. Luís de Brito recebeu a ordem para separar Itamaracá, recebeu também do rei de Portugal a ordem de punir os índios responsáveis pelo massacre, expulsar os franceses e fundar uma cidade. Assim começaram as cinco expedições para a conquista da Paraíba. Para isso o rei D. Sebastião mandou primeiramente o ouvidor-geral D. Fernão da Silva.

A primeira expedição aconteceu em 1574, cujo comandante foi o ouvidor-geral D. Fernão da Silva. Ao chegar no Brasil, Fernão tomou posse das terras em nome do rei sem que houvesse nenhuma resistência, mas isso foi apenas uma armadilha. Sua tropa foi surpreendida por indígenas e teve que recuar para Pernambuco.

A segunda expedição ocorreu em 1575 e foi comandada pelo governador-geral, D. Luís de Brito. Sua expedição foi prejudicada por ventos desfavoráveis e eles nem chegaram sequer às terras paraibanas. Três anos depois outro governador-geral Lourenço Veiga, tenta conquistar o Rio Paraíba, não obtendo êxito.

A terceira aconteceu em 1579, ainda sob forte domínio "de fato" dos franceses, foi concedida, por dez anos, ao capitão Frutuoso Barbosa a capitania da Paraíba, desmembrada de Olinda. Essa ideia só lhe trouxe prejuízos, uma vez que quando estava vindo à Paraíba, caiu sobre sua frota uma forte tormenta e além de ter que recuar até Portugal, ele perdeu sua esposa. Em 1582, na quarta expedição, com a mesma proposta imposta por ele na expedição anterior, Frutuoso Barbosa volta

decidido a conquistar a Paraíba, mas cai na armadilha dos índios e dos franceses. Barbosa desiste após perder um filho em combate. Na quinta e última expedição, em 1584, após a sua chegada à Paraíba, Frutuoso Barbosa capturou cinco navios de traficantes franceses, solicitando mais tropas de Pernambuco e da Bahia para assegurar os interesses portugueses na região. Nesse mesmo ano, da Bahia vieram reforços por meio de uma esquadra comandada por Diogo Flores de Valdés, e de Pernambuco tropas sob o comando de D. Filipe de Moura. Conseguiram finalmente expulsar os franceses e conquistar a Paraíba. Após a conquista, eles construíram os fortes de São Tiago e São Filipe.

Para as jornadas, o ouvidor-geral Martim Leitão formou uma tropa constituída por brancos, índios, escravos e até religiosos. Quando aqui chegaram se depararam com índios que sem defesa, fogem e são aprisionados. Ao saber que eram índios tabajaras, Martim Leitão manda soltá-los, afirmando que sua luta era contra os potiguaras, rivais dos Tabajaras. Após o incidente, Leitão procurou formar uma aliança com os Tabajaras, que por temerem outra traição, rejeitaram-na.

Depois de um certo tempo, Leitão e sua tropa finalmente chegaram aos fortes (Forte de São Filipe/São Filipe e Santiago), ambos em decadência e miséria devido às intrigas entre espanhóis e portugueses. Com isso, Martim Leitão nomeou o espanhol conhecido como Francisco Castejón para o cargo de Frutuoso Barbosa. A troca só fez piorar a situação. Ao saber que Castejón havia abandonado, destruído o Forte e jogado toda a sua artilharia ao mar, Leitão o prendeu e o enviou de volta à Espanha.

Quando ninguém esperava, os portugueses unem-se aos Tabajaras, fazendo com que os potiguaras recuassem. Isto se deu no início de agosto de 1585. A conquista da Paraíba se deu ao final, pela união de um português e um chefe indígena chamado Pirajibe, palavra que significa "Braço de Peixe". A província tornou-se estado com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

A fundação

Martim Leitão trouxe pedreiros, carpinteiros, engenheiros e outros para edificar a Cidade de Nossa Senhora das Neves. Com o início das obras, Leitão foi a Baía da Traição expulsar o resto dos franceses que permaneciam na Paraíba. Leitão nomeou João Tavares para ser o capitão do Forte. Na Paraíba teve-se a terceira cidade a ser fundada no Brasil e a última do século XVI.

Capitão-mor

João Tavares foi o primeiro capitão-mor, ao qual governou de 1585 a 1588 a Capitania da Paraíba. João Tavares foi encarregado pelo ouvidor-geral, Martim Leitão, de construir uma nova cidade. Para edificação dessa cidade, vieram 25 cavaleiros, além de pedreiros e carpinteiros, entre outros trabalhadores do gênero. Chegaram também jesuítas e outras pessoas para residir na cidade.

Foi fundado por João Tavares o primeiro engenho, o d'El-Rei, em Tibiri, e o forte de São Sebastião, construído por Martim Leitão para a proteção do engenho. Os jesuítas ficaram responsáveis pela catequização dos índios. Eles ainda fundaram um Centro de Catequese e em Passeio Geral edificaram a capela de São Gonçalo.

O governo de João Tavares foi demasiadamente auxiliado por Duarte Gomes da Silveira, natural de Olinda. Silveira foi um senhor de engenho e uma grande figura da Capitania da Paraíba durante mais de 50 anos. Rico, ajudou financeiramente na ascensão da cidade. Em sua residência atualmente se encontra o Colégio Nossa Senhora das Neves.

Apesar de ter se esforçado muito para o progresso da capitania, João Tavares foi posto para fora em 1588, devido à política do Rei.

Os Holandeses na Paraíba

Em 1578 o jovem rei de Portugal, D. Sebastião, foi morto na batalha de Alcácer-Quibir, na África, deixando o trono português para seu tio, o cardeal D. Henrique, o qual devido à sua avançada idade acabou morrendo em 1579, sem deixar herdeiros. O Rei da Espanha, Felipe II, que se dizia primo dos reis portugueses, com a colaboração da nobreza portuguesa e do seu exército, conseguiu em 1580 o trono português.

A passagem do trono português à coroa espanhola prejudicou os interesses holandeses, pois eles estavam travando uma luta contra a Espanha pela sua independência e a Holanda era responsável pelo comércio do açúcar nas colônias portuguesas, o que lhes garantiam altos lucros. Dessa forma, rivais dos espanhóis, os holandeses foram proibidos de aportarem em terras portuguesas, o que lhes trouxe grande prejuízo.

Interessados em recuperar seus lucrativos negócios com as colônias portuguesas, o governo e companhias privadas holandesas formaram a Companhia das Índias Ocidentais, para invadir as colônias.

A primeira tentativa de invasão holandesa ocorreu em 1624, em Salvador. O governador da Bahia, Diogo de Mendonça Furtado, havia se preparado para o combate, porém com o atraso da esquadilha holandesa, os brasileiros não mais acreditavam na invasão quando foram pegos de surpresa.

Durante o ataque o governador foi preso. Mas orientadas por Marcos Teixeira, as forças brasileiras mataram vários chefes batavos, enfraquecendo as tropas holandesas. Em maio de 1625, eles foram expulsos da Bahia pela esquadra de

D. Fradique de Toledo Osório.

o se retirarem de Salvador, os holandeses, comandados por Hendrikordoon, seguiram para Baía da Traição, onde desembarcaram e se fortificaram. Tropas paraibanas, pernambucanas e índios se uniram a mando do governador Antônio de Albuquerque e Francisco Carvalho para expulsar os holandeses. A derrota batava veio em agosto de 1625.

Após esse conflito ao holandeses seguiram para Pernambuco, onde o governador Matias de Albuquerque, objetivando deixá-los sem suprimentos, incendiou os armazéns do porto e se entrincheirou-se.

Na Paraíba, por terem ajudado os holandeses, os Potiguaras foram expulsos por Francisco Coelho. Percebe-se nesse período a grande defesa da terra.

Temendo novos ataques, a Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo, foi reconstruída e guarnecida e a sua frente, na margem oposta do Rio Paraíba, foi construído o Forte de Santo Antônio.

Aos cinco dias de dezembro de 1632, comandados por Callenfels, 1600 batavos desembarcaram na Paraíba. Ocorreu um tiroteio, os holandeses construíram uma trincheira em frente a fortaleza de Santa Catarina, mas foram derrotados com a chegada de 600 homens vindos de Felipéia de Nossa Senhora das Neves a mando do governador.

Após esse acontecimento os brasileiros tentam construir uma trincheira em frente a fortaleza. Os holandeses tentam impedir, mas o forte resiste. Incapazes de vencer, os batavos se retiram para Pernambuco.

Os holandeses decidem atacar o Rio Grande do Norte, mas Matias de Albuquerque, 200 índios e 3 companhias paraibanas os impediram de desembarcar.

Os holandeses voltam à Paraíba para atacar o Forte de Santo Antônio, mas ao desembarcarem percebam a trincheira levantada pelos paraibanos, fazendo com que eles desistissem da invasão e voltassem ao Cabo de Santo Agostinho.

Após um tempo os holandeses resolvem tentar invadir a Paraíba novamente, pois ela representava uma porta para a invasão batava em Pernambuco. Dessa forma, em 25 de novembro de 1634 partiu uma esquadra de 29 navios para a Paraíba.

Aos quatro dias de dezembro de 1634, bem preparados os soldados holandeses chegam ao Norte do Jaguaribe, onde desembarcaram e

aprisionaram três brasileiros, entre eles o governador, que conseguiu fugir.

No dia seguinte o resto da tropa holandesa desembarcou aprisionando mais pessoas. No caminho por terra para Cabedelo os batavos receberam mais reforços.

Antônio de Albuquerque Maranhão enviou à Paraíba tudo o que foi preciso para combater com os chefes holandeses na região do forte. Enquanto isso, Callabar roubava as propriedades. Vieram reforços do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. O capitão Francisco Peres Souto assumiu o comando da fortaleza de Cabedelo.

Apenas em 15 de novembro chegou à Paraíba o Conde Bagnuolo, para auxiliar os paraibanos. Como os paraibanos já encontravam-se em situação irremediável, resolveram entregar o Forte de Cabedelo e logo em seguida o Forte de Santo Antônio.

O Conde de Bagnuolo foi para Pernambuco; Antônio de Albuquerque e o resto da tropa, juntamente com o resto do povo, tentou fundar o Arraial do Engenho Velho.

Os holandeses chegaram com seus exércitos na Felipéia de Nossa Senhora das Neves em 1634, e a encontraram vazia. Foram então à procura de Antônio de Albuquerque no Engenho Velho, mas não o encontraram.

O comandante das tropas holandesas entendeu-se com Duarte Gomes, que procurou a Antônio de Albuquerque, que prendeu-o e mandou-o para o Arraial do Bom Jesus. Depois, os holandeses mandaram libertar Duarte Gomes.

No Engenho Espírito Santo, os nossos guerreiros venceram os invasores, que eram chefiados por André Vidal de Negreiros.

Os paraibanos continuavam com a ideia de querer expulsar os holandeses. Buscaram forças para isso: arranjam homens no Engenho São João e contaram com o apoio de André V. de Negreiros. Quando os holandeses descobriram, também se prepararam para o combate. Os

paraibanos reuniram-se em Timbiri, e depois seguiram para o Engenho Santo André, onde foram atacados por Paulo Linge e sua tropa.

Após várias lutas, morreram oitenta holandeses e a Paraíba perdeu o capitão Francisco Leitão.

Os combatentes, que estavam recolhidos no engenho Santo André, continuaram com as provocações aos holandeses, tornando assim complicada a situação de Pernambuco.

A fortaleza de Pernambuco estavam entregue aos prisioneiros soltos por Hautyn. Francisco Figueroa chegou para governar a capitania por um determinado tempo. Em 1655, chegou João Fernandes Vieira para assumir a Capitania da Paraíba.

Jerônimo de Albuquerque conquistou o Maranhão com a ajuda de seu filho Antônio de Albuquerque Maranhão. Em 1618, então este teve por herança o governo do Maranhão, que teria a assessoria de duas pessoas escolhidas pelo povo. Antônio não gostou muito de seus auxiliares e os dispensou. Seguindo os assessores seu próprio caminho, Antônio de Albuquerque abandonou o governo do Maranhão e casou-se em Lisboa, tendo desse casamento dois filhos.

Antônio voltou ao Brasil em 1627, com a nomeação de Capitão-Mor da Paraíba.

A Capitania da Paraíba na época da invasão holandesa.

Na época da invasão holandesa, a população era dividida em dois grupos: os homens livres (holandeses, portugueses e brasileiros) e os escravos (de procedência brasileira ou africana). Durante muito tempo de domínio holandês no Brasil, não houve mistura de raças.

Política administrativa holandesa na Paraíba

Por uma década, a capitania da Paraíba teve como administradores alguns governadores holandeses:

Servais Carpentier: Também governou o Rio Grande do Norte, e sua residência oficial foi no Convento São Francisco.

Ippo Elyssens: Foi um administrador violento e desonesto. Apoderou-se dos melhores engenhos da capitania.

Elias Herckmans: Governador holandês importante, que governou por cinco anos.

Sebastian Von Hogveen: Governaria no lugar de Elias H., mas morreu antes de assumir o cargo.

Daniel Aberti: Substituto do anterior.

Gisberk de With: Foi o melhor governador holandês, pois era honesto, trabalhador e humano.

Paulo de Lince: Foi derrotado pelos "Libertadores da Insurreição", e retirou-se para Cabedelo.

A Inquisição na Paraíba e a expulsão dos Jesuítas

Foram os jesuítas os primeiros missionários que chegaram à capitania da Paraíba, acompanhando todas as suas lutas de colonização. Vieram desde as primeiras expedições de conquista.

Chegaram primeiro dois padres, Simão Travassos e Jerônimo Machado; depois vieram outros, entre os quais, Francisco Fernandes, Manuel Correia e Baltasar Lopes. O visitador da Companhia, Cristóvão de Gouvêa, mandou que o padre Jerônimo Machado relatasse todas as lutas da Paraíba, escrevendo-as no "Sumário das Armadas".

Sabe-se que em 1591 já havia residência dos padres jesuítas nesta Capitania, em São Gonçalo. Era o local de moradia deles.

Ao mando de Frutuoso Barbosa, os jesuítas se puseram a construir um colégio na Filipéia. Porém, devido a desavenças com os franciscanos, que não usavam métodos de educação tão rígidos como os jesuítas, a idéia foi interrompida.

Aproveitando esses desentendimentos, o rei que andava descontente com os jesuítas pelo fato de estes não permitirem a escravização dos índios, culpou os jesuítas pela rivalidade com os franciscanos e expulsou-os da capitania. Cento e quinze anos depois, os jesuítas voltaram a Paraíba fundando um colégio onde ensinavam latim, filosofia e letras. Passando algum tempo, fundaram um Seminário junto à igreja de Nossa Senhora da Conceição. Atualmente essa área corresponde ao jardim do Palácio do Governo.

Em 1728, os jesuítas foram novamente expulsos. Em 1773, o Ouvidor-Geral passou a residir no seminário onde moravam os jesuítas, com a permissão do Papa Clemente XIV.

Os Franciscanos

Atendendo a Frutuoso Barbosa, chegaram os padres franciscanos, com o objetivo de catequizar os índios.

O Frei Antônio do Campo Maior chegou com o objetivo de fundar o primeiro convento da capitania. Seu trabalho se concentrou em várias aldeias, o que o tornou importante.

No governo de Feliciano Coelho, começaram alguns desentendimentos, pois os franciscanos, assim como os jesuítas, não escravizavam os índios. Ocorreu que depois de certos desentendimentos entre os franciscanos, Feliciano e o governador geral; Feliciano acabou se acomodando junto aos frades.

A igreja e o convento dos franciscanos foram construídos em um sítio muito grande, onde atualmente se encontra a praça São Francisco.

Os Beneditinos

O superior dos beneditinos tinha interesse em fundar um convento na Capitania da Paraíba.

O governador da capitania recebeu o abade e conversou com o mesmo sobre a tal fundação. Resolveu doar um sítio, que seria a ordem do superior geral dos beneditinos.

A condição imposta pelo governador era que o convento fosse construído em até dois anos. O mosteiro não foi construído em dois anos, mesmo assim, Feliciano manteve a doação do sítio.

A igreja de São Bento se encontra atualmente na Rua Nova, onde ainda há um cata-vento em lâmina, construído em 1753.

Os missionários carmelitas

Os carmelitas vieram à Paraíba a pedido do cardeal D. Henrique. Quando chegaram à Paraíba o Brasil estava sob domínio espanhol. Os carmelitas chegaram fundaram um convento e iniciaram trabalhos missionários.

O convento de Nossa Senhora do Carmo deve ter sido construído na Paraíba em 1591, com a sua igreja. Ele foi todo edificado em pedra. Era um edifício simples de um só andar.

A história dos carmelitas aqui na Paraíba é incompleta, uma vez que vários documentos históricos foram perdidos nas invasões holandesas. Em 1763, Frei Manuel de santa Teresa restaurou o convento, mas logo este foi demolido para servir de residência ao primeiro bispo da Paraíba, D. Adauto de Miranda Henriques.

O prestígio da Igreja e o Tribunal do Santo Ofício

A Igreja naquela época dispunha de enorme prestígio. Habitualmente a obtenção de sesmarias era acompanhada do levantamento de capelas, pelos sesmeiros, como símbolo da posse da terra. No interior das casas grandes e fazendas não faltava o oratório, para o terço em família, sendo que também se rezava as refeições. Nas vilas e cidades, as missas faziam-se obrigatórias e o sino das igrejas regulava a vida das

habitantes. As eleições eram paroquiais e, cedo, as famílias da classe dominante adquiriram o costume de converter um dos filhos em padre.

Ressalte-se que o clero regular, de franciscanos, jesuítas, beneditinos e carmelitas, dispunha de propriedades, engenhos e escravos, na sede da capitania e fora dela, com o que participava da ocupação da terra.

Com o clero secular chegou à Paraíba, em 1595, a terrível Inquisição cujo Tribunal do Santo Ofício perseguia os acusados de práticas diferentes das permitidas pela Igreja católica e, principalmente, os judeus. Instalada pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça, a primeira visita do Santo Ofício fez-se tão rigorosa que alcançou o vigário da freguesia de N. S. das Neves. Acusado de ascendência árabe e práticas judaizantes, o padre João Vaz de Salem, homem rico e influente, teve seus bens confiscados. Vários desses reverteriam à ordem beneditina.

A Paraíba e a independência do Brasil

Por ter sido um dos pontos territoriais do Brasil conhecido e explorado desde o início da colonização, a paraíba em sua história, acompanha a própria História do Brasil, desde seu descobrimento até os dias atuais.

Com a chegada da família real portuguesa no Brasil, entrava em decomposição o sistema colonial no Brasil em virtude das transformações exercidas na colônia tanto na administração, como nas novas idéias implantadas, assim como na abertura dos portos ao comércio das nações estrangeiras, a elevação da colônia à categoria de reino com a criação da impressão régia, e a revogação das leis que proibiam as atividades industriais no Brasil.

Sendo o Areópago fundado pelo naturalista paraibano Manoel de Arruda da Câmara no ano de 1799 em Itambé com a finalidade de estudar as ideologias da revolução francesa contra o absolutismo monárquico de Portugal e preparou adeptos para o sistema republicano essencialmente democrático com noção da dignidade do homem sem diferenciação de raça, que entre eles faziam parte André Dias de

Figueiredo, do Padre João Ribeiro Pessoa, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque Montenegro, José Pereira Tinoca e outras figuras de destaque da Paraíba e Pernambuco que cogitavam na criação de uma república sob a proteção de Napoleão Bonaparte na qual os irmãos Suassuna foram os mais comprometidos na conjura, e logo após o plano ser descoberto foi aberto uma devassa na qual não se apurou nada de positivo, e os acusados sendo libertados, porém a idéia de independência continuou bailando no ar quando cresceu e se propagou através das lojas maçônicas que funcionavam com o rótulo de academia.

A Academia do Cabo fundada por Francisco Paes Barreto, o Morgado do Cabo, que funcionava no Recife e também nesta mesma cidade funcionavam a Pernambuco do Oriente fundada por Cruz Cabugá e a do Oriente fundada por Domingos José Martins, e a Academia Suassuna, além destas academias também haviam em Iguaraçu uma oficina que foi fundada pelo Capitão Francisco Xavier de Morais Cavalcanti, nesta época não funcionava nenhuma academia na Paraíba, porém pessoas como Amaro Gomes Coutinho, Estevan José Carneiro da Cunha, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, Joaquim Batista Avundano, Francisco Xavier Monteiro da França, André Dias de Figueiredo e outros mais que já estavam iniciado nos mistérios da maçonaria.

E no ano de 1800 o bispo Azeredo Coutinho que era um homem culto, viajado e integrado no espírito da época, muito embora não participasse das idéias revolucionárias, fundou o Seminário de Olinda que concorreu em muito para a propagação da idéias republicana no nordeste brasileiro em virtude dos padres estarem bem informados a respeito da revolução francesa e por se colocarem em posição contrária com o poder absoluto do monarca e com isto acabaram-se se tornando os arautos da idéias que só admitiam independência com república, E a par disso, crescia a animosidade entre brasileiros e portugueses que acabou irrompendo o sentimento nativista que foi a primeira manifestação de nacionalismo e que deu aos brasileiro a consciência de pátria que naquela época não existia. E devido aos ânimos acirrados em 6 de Março de 1817 ocorreu a prisão de alguns militantes maçons quando o brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa que era odiado por sua prepotência e superioridade portuguesa mandou chamar ao quartel

para que fossem preso todos os oficiais brasileiros suspeitos de serem conspiradores.

E como consequência a cidade de Recife foi tomada de inteira desordem quando o Governador Caetano Pinto que havia se refugiado na fortaleza do Brum foi obrigado a renunciar e alguns oficiais foram mortos após esboçarem alguma reação, desta forma estava vitorioso o movimento revolucionário que rebentou inopino, sem data marcada, sem plano de ação e sem articulação com as capitanias vizinhas, porém compensado pelo contágio ideológico dos chefes locais para exercerem de forma maravilhosa a organização e a propaganda do plano revolucionário quando implantou de pronto uma república com bases democráticas, e no momento em que organizavam o governo, os pernambucanos enviaram alguns emissários para explicar o sentido da revolução e pedir adesão do movimento ao triunvirato que administrava a Paraíba em virtude da morte do Governador Antônio Caetano Pereira.

E partiu junto com Manoel Clemente Cavalcanti para Pilar comandando um terço armado para plantar a bandeira da liberdade e se juntar as tropas de André Dias de Figueiredo e de Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão e partiu com destino a capital onde a administração da Paraíba era exercida interinamente por um triunvirato composto pelo Ouvidor Geral André Alves Pereira Ribeiro Cirne, pelo Coronel Francisco José da Silveira e do Vereador Manoel José Ribeiro de Almeida que ao tomarem conhecimento dos primeiros rumores dos fatos ocorridos na cidade de Recife, imediatamente colocaram os quartéis de prontidão e confiaram a ordem publica ao Coronel de Milícia Amaro Gomes Coutinho e ao Comandante da Tropa de Linha Estevam José Carneiro da Cunha, e na madrugada do dia 13 ao tomar conhecimento da aproximação das forças revolucionarias vinda do interior da capitania, o Ouvidor Geral André Pereira Cirne que era o presidente da junta governativa, imediatamente fugiu da capital para Mamanguape de onde seguiu para o sertão disfarçado de vaqueiro e pela manhã quando os outros membros da junta chegaram ao palácio do governo, foram surpreendido com a fuga do presidente e por conta dista e sem medirem as consequências, de imediato entregaram o governo aos chefes militares Amaro Gomes Coutinho e Estevam José

Carneiro da Cunha que também participavam das mesmas idéias democráticas e estavam dispostos a proclamarem a república na Paraíba, por este motivo quando da chegada das forças revolucionárias avinda do interior em 15 de Março.

Que proclamaram a república e elegeram no palácio do governo uma junta composta pelo Padre Antônio Pereira de Albuquerque Melo, Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, Francisco Xavier Monteiro de França e Francisco José da Silveira que aboliram as insígnias reais a fim de apagar a lembrança do absolutismo monárquico quando extinguíram os cargos de ouvidor geral e juiz de fora, anistiam todos aqueles que haviam sido condenados pelo ex-Ouvidor Geral André Alves Pereira Ribeiro Cirne, acabaram com o imposto da carne, proibiram a criação de gado solto nas terras de cultura, prescreveram concessões para novas sesmarias, regulamentaram a administração dos índios e adotaram a bandeira da república da Paraíba.

Os revolucionários paraibanos que se denominaram como patriotas imediatamente enviaram ao Rio Grande do Norte uma expedição militar sob o comando de José Peregrino de Carvalho, com a missão de propagar a causa da república, que já estava proclamada em terras potiguar pelo patriota André de Albuquerque Maranhão senhor de Cunhaú com pouca aceitação pelo povo, e por conta disto José Peregrino permaneceu alguns dias no Rio Grande do Norte para ajudar a André de Albuquerque Maranhão na sua sustentação a frente do governo, porém no final do mês de Abril José Peregrino foi chamado de volta a Paraíba, e a república potiguar acabou se desmoronando em virtude do assassinato do patriota André de Albuquerque Maranhão dentro do palácio do governo.

No retorno de José Peregrino de Carvalho a Paraíba ele encontrou a república bastante enfraquecida em seus movimentos em face do bloqueio praticado em todas as partes pelas forças legais que acarretavam um desânimo nas hostes republicanas da Paraíba, e por conta disto João Alves Sanches Massa e Matias da Gama Cabral marcharam contra as forças rebeldes do Coronel Amaro Gomes Coutinho para um confronto que se realizou no dia 5 de Maio em Tibiri

que levou as forças republicanas a baixar as armas com a capitulação de Amaro Gomes Coutinho no dia 6 no improvisado quartel armado no Convento de São Bento quando jurou obediência e vassalagem ao Rei Dom VI, e que com isto a Paraíba foi restaurada, e para compor o governo em caráter provisório foi chamado os legalistas Gregário José da Silva Coutinho, o Capitão João Soares Neiva e o Vereador Manoel José Ribeiro de Almeida que ficaram em plena liberdade para atuarem conforme os termos da capitulação e por conta disto no período do dia 6 a 13 de Maio ninguém foi punido ou molestado.

A exceção de José Carneiro da Cunha que era o líder da revolução e que era o líder da revolução e que escapou de ser preso por estar escondido no seu engenho Tibiri nas proximidades de Santa Rita, pois quando procurado por agentes da legalidade se encontrava metido num buraco que fora cavado na choupana de uma escrava de estimação onde permaneceu até que cessou as buscas e seguiu para a cidade do Recife onde se escondeu na casa de um amigo e embarcou para a Inglaterra junto com José da Cruz Gouveia que chegou da Paraíba por outros caminhos.

Com o restabelecimento do legalismo, foi instalado na cidade do Recife uma comissão militar que ficou encarregada de apurar a responsabilidade dos implicados na revolução de 1817, comissão esta que praticou as mais variadas injustiças ao exercer todo tipo de vingança em nome do poder legal, pois as vítimas foram sumariamente condenadas e a primeira a ser executada foi o Tenente Antônio Henrique que comandava a fortaleza de cinco pontas no Recife, e que ao caminhar para o patíbulo onde foi degredado seguiu resoluto e soltou alguns impropérios contra ao absolutismo monárquico até ser empurrado pelo carrasco e a seguir no dia 10 de Maio foram enforcados os Capitães Domingos Teotônio Jorge e José de Barros Lima o Leão Dourado que do alto da força vociferaram contra a vingança legal e no dia 21 de Maio foram enforcados os patriotas paraibanos José Peregrino de Carvalho, Amaro Gomes Coutinho e Francisco José da Silveira e no dia 6 de Setembro subiram ao patíbulo os seus companheiros de infortúnio os Padres Antônio Pereira de Albuquerque e Inácio de Albuquerque Maranhão.

E que fez parte da junta que governou a Paraíba na república de 1817, e ao tomar conhecimento da conspiração que sufocou as tropas comandadas por Amaro Gomes Coutinho na batalha travada nas margens do rio Tibiri, se manifestou no sentido de que as tropas revolucionárias deveriam se render debaixo do título de capitulação para evitar uma efusão inútil de sangue e por ser um dos líderes da insurreição acabou preso e condenado a morte, porém a sentença que o condenou teve efeito suspensivo por força de um recurso quando Francisco Xavier Monteiro de França declarou que foi levado contra a sua vontade a fazer parte da revolução e por conta disto a comissão militar interpôs para ao soberano que através da carta régia de 28 de Novembro concedeu perdão da pena de morte para o réu e o remeteu aos cárceres da Bahia de onde foi libertado em 2 de Março de 1821 por força do perdão geral.

Através da carta régia de 6 de Agosto foi criada uma alçada que substituiu a comissão militar em 13 de Outubro quando se instalou sob a presidência do Desembargador Bernardo Teixeira Coutinho Alvares de Carvalho que pertencia a relação da Bahia e de formação granítica que sabia prender mas não sabia soltar e por conta disto Manoel da Fonseca Galvão que havia levantado a bandeira da liberdade em Mamanguape cuja guarda foi confiada ao Vigário Veríssimo Machado Coelho que hospedara a tropa de Peregrino de Carvalho em seu regresso do Rio Grande do Norte acabou sendo preso quando o Capitão mor Sebastião Nobre de Almeida hasteou o estandarte real como triunfo da legalidade e na oportunidade alguns moradores do lugar deixaram de comparecer ao ato da restauração e por conta disto acabaram sendo presos e remetidos para os calabouços da Bahia junto ao vigário, em Vila Nova da Rainha o vigário da freguesia Virginio Rodrigues Campelo foi preso, processado e enviado aos cárceres da Bahia por ter feito propaganda da revolução para os seus paroquianos no Brejo da Areia quando da contra revolução Antônio José Gomes Loureiro e o Frei João de Santa Teresa que faziam parte do governo estabelecido para restabelecer a ordem do lugar e que haviam se arrependido de terem tomado parte na república instalada na Paraíba e que recriminavam-se reciprocamente, acabaram sendo presos quando acompanhavam alguns prisioneiros que eram remetidos para a capital sob a acusação de cometerem desmandos

durante a jornada e um outro fato relevante se deu quando Antônio Tomaz Duarte ao chegar em Brejo de Areia foi imediatamente preso e remetido para a capital fortemente escoltado, no entanto misteriosamente acabou fugindo junto com os soldados que o conduziam.

Em Vila do Pombal o Vigário José Ferreira Nobre e seu irmão Antônio José Nobre implantaram a revolução instruído pelo Frei Miguelito e por João Ribeiro quando estavam no seminário de Olinda, e ao organizarem um corpo de tropa e marcharam para a cidade de Souza ao encontro do Padre Luís José Correia de Sá que era considerado como um homem forte do sertão

Na intenção de derrubar o governo tirano de Manoel Inácio Sampaio e proclamarem a república da liberdade, todavia ao chegarem em São João do Rio do Peixe foi surpreendido com a notícia de que havia caído a república na Paraíba e em Pernambuco, e por conta disto imediatamente dissolveu o seu exército e ainda de armas nas mãos passou para a legalidade exatamente quando o Ouvidor Geral André Alves Cirne abandonava o seu esconderijo em Painço e marchava em direção a capital acompanhado de um exército fortemente armado e que ao chegarem na Paraíba em 9 de Junho destituiu o triunvirato que a governa e constituiu um outro que junto a ele ficou formado por Matias da Gama Cabral e Manoel José Ribeiro de Almeida que foi dissolvido três dias após em virtude da posse do novo Governador Tomaz de Souza Mafra que era um homem demasiadamente tímido e por isto viveu grande parte de seu governo assustado com o fantasma de outra revolução e para que isto não acontecesse ordenou que o ouvidor geral que deixou fama de desonesto em virtude da distorção da justiça por ele aplicada, que abrisse uma devassa contra os suspeitos de terem participado da república paraibana, e por conta da recomendação do Presidente da Alçada Bernardo Teixeira para que dessem preferência para as testemunhas portuguesas, as quais acabaram acusando e prestando falsos testemunhos por meras suspeição e por conta disto a cadeia da Paraíba e a fortaleza do Cabedelo se encheram de muitos inocentes, como no caso de Manoel Lobo de Miranda Henriques que não teve nenhuma participação ativa, porém por ser genro de Francisco

José da Silveira que era membro da junta revolucionária acabou sendo preso e remetido para a Bahia, entretanto muitos revolucionários não prestaram conta a justiça em virtude das extorsões praticadas pelo ouvidor geral como no caso do Sargento mor Antônio Galdino Alves da Silva que comandou a tropa rebelde na marcha de Pilar sobre a Paraíba em 13 de Março e que nada sofreu pois nenhum processo foi aberto contra ele por ser filho do Coronel João Alves Sanches Massa que era amigo íntimo do ouvidor geral, e um outro que nada sofreu foi o Capitão Manoel Alves da Costa Lima que comandou uma companhia de ordenança na marcha de Pilar à Paraíba e que era genro do Coronel João Alves Sanches Massa, e num outro caso o governador do Ceará Manoel Inácio Sampaio organizou um exército sob o comando do Coronel Alexandre José Leite Chaves para vasculhar os sertões da Paraíba, onde capturou diversos elementos comprometidos com o movimento, e entre eles estava o Padre Luís José Correia de Sá e o seu filho Francisco Antônio Correia de Sá os quais o Ouvidor Geral André Alves Cirne os acolheu em Souza e os excluíram da devassa por entender que estavam inocentes das acusações recebidas e os fizeram regressar a capital, e pela carta régia de 6 de Fevereiro de 1812 a devassa foi encerrada e os presos que não fossem líderes da revolução deveriam ser postos em liberdade, todavia o Presidente da Alçada Bernardo Teixeira interpretou que todos os presos eram líderes do movimento, e por este motivo nenhum preso foi solto, e por conta disto o Governador de Pernambuco Luís do Rego através de uma carta enviada ao Ministro Tomaz Antônio Vila Nova Portugal pediu clemência para todos os envolvidos na devassa e relatou como agia o presidente da alçada contra os que apesar da esmagadora opressão faziam continuar viva a idéia de independência com democracia nas grades das prisões que serviram de lenitivo para as pregações cívicas. E bem antes do grito de independência em 11 de Junho de 1822 a junta de governo da Paraíba através de um ofício enviado a José Bonifácio deu adesão ao Príncipe Dom Pedro I e pleitearam por parte dele que as prerrogativas de igualdade que a constituição jurada assegurava as comunidades luso-brasileiras

O absolutismo monárquico contra o qual os nordestinos se levantaram na revolução de 1817 e que os portugueses não consentiram que fosse empregado no Brasil, acabou-se realizando na revolução do Porto quando forçaram que o Rei Dom João VI jurasse as bases de uma constituição que os deputados das cortes portuguesas iriam ainda aprovar e cujas bases o rei ficaria amputado dos poderes absoluto por ele exercido, e por conta disto em 26 de Fevereiro de 1821 Dom João VI jurou a constituição no Rio de Janeiro e no dia 10 de Junho ela foi jurada pela câmara da Paraíba onde os régulos do soberano poder que tão enfurecidos se mostraram contra os patriotas, estavam agora desencantados com o rei por ter jurado e mandado jurar a constituição e por conta disto João Alves Sanches Massa e Matias da Gama Cabral impugnaram a constituição jurada por considerarem obra de libertinos, e por conta disto foram afastados do poder em virtude da nova câmara que se implantava na Paraíba, e a partir deste momento tomaram como pretexto que o Rei Dom João VI estaria sendo coagido quando jurou a constituição

e nesse pressuposto saíram em defesa do rei com um bando armado a cometerem violências pelo interior, quando depredaram e saquearam Pilar, Itabaiana, Guarabira, Alagoas Grande até serem contidos e desbaratados ao penetrarem na Vila Real do Brejo de Areia quando foram presos e mandados para as prisões da cidade do Recife e o governador da Paraíba solicitando através de um ofício enviado a José Bonifácio de Andrada e Silva que baixasse uma ordem proibindo o regresso dos mesmos a Paraíba. Com o decreto das cortes de 29 de Setembro de 1821 que determinava que fosse realizada as eleições de uma junta governativa para cada província e que na Paraíba a mesma se realizou em 25 de Outubro quando foram escolhido para presidente o português João de Araújo que em 18 de Julho de 1822 renunciou o seu cargo e como seu substituto foi nomeado o Padre Galdino da Costa Vilar e no dia 29 de Setembro a câmara da Paraíba realizou as eleições para deputados a assembléia constituinte do Rio de Janeiro, e no dia 8 de Outubro declarava-se desligada da metrópole portuguesa e em 28 de Novembro proclamavam Dom Pedro I como Imperador do Brasil e entre os dias 16 a 24 de Dezembro festejou-se na Paraíba a aclamação do imperador, e o governador que nesta época além de assegurar a

ordem interna na Paraíba, enviou uma força militar para Bahia com a finalidade de ajudar na expulsão dos portugueses que se opunham a independência do Brasil sob o comando do General Madeira, e um outro contingente foi enviado ao Ceará para reforçar as forças de José Pereira Filguera que lutava contra as forças portuguesas de João da Cunha Fidié que acabou sendo vencido em uma batalha que foi travada no Piauí, e no dia 3 de Fevereiro de 1823 uma nova junta governativa foi eleita sob a presidência de Estevan José Carneiro da Cunha que de imediato se viu envolvido nos tumultos

Com intento de fugir para restabelecer na Paraíba os laços do colonialismo e em consequência desse distúrbios acabaram sendo presos muitos portugueses na Paraíba e remetidos para a ilha de Fernando de Noronha.

A Paraíba e a Revolução Praieira

A revolta Praieira pode-se dizer que foi a última revolução política de protesto contra as mudanças ministeriais. O ambiente para a revolução já se vinha preparando com as divulgações das idéias de reforma social, contra a prepotência econômica e política dos latifundiários e a exploração dos grandes comerciantes.

Estando na Presidência do Gabinete Conservador Pedro de Araújo Lima, rebentou a revolução. Estava bem vivo ainda o espírito republicano de 1817, sufocado pelo Império.

O partido liberal de Pernambuco, chamado de "praieiro", porque ficava na Rua da Praia, tinha o seu Jornal – o "Diário Novo" – de propriedade de Luiz Roma, sendo seu principal redator Abreu e Lima. Governava Pernambuco de 1845 a novembro de 1848 o Desembargador Chichorro da Gama. O partido era constituído de conservadores e liberais, que se uniam para combater os portugueses que chamavam de marinheiros, e também para combater as oligarquias de famílias regionais, como os Cavalcanti de Albuquerque, os Rego Barros, Paes Barreto, etc. que alicerçavam o partido Conservador. Os Republicanos apoiavam-se no

paraibano Borges da Fonseca, apelidado de o "Republico". Era agitador, inteligente, valente e líder. Apesar disto, quando rebentou a revolução, Borges da Fonseca esqueceu todas as mágoas e entrou na revolta contra os "Aristocratas".

Em novembro de 1848, assumiu o Governo de Pernambuco Dr. Herculano Pena. Infelizmente iniciou seu governo com uma série de demissões de pessoas filiadas ao partido liberal que, na sua maioria, era do grupo dos "Praieiros".

Os liberais chamaram logo o seu líder, o deputado Nunes Machado, para vir comandar uma revolta, que deveria rebentar logo. Com a confirmação da vinda de Nunes Machado, os liberais exultavam. Em 7 de setembro de 1848, anos depois da Sabinada, em Olinda, rebentou a revolução, espalhando-se pelo litoral pernambucano, sob o comando de Nunes Machado aliado de Borges da Fonseca.

Na Paraíba, o governador João Antônio de Vasconcelos enviou, para a fronteira de Alhandra e Pedra de Fogo, 400 homens a fim de impedir a invasão dos revoltosos na Província. Tinham ordens também de, se fossem requisitados pelo Governo de Pernambuco, se incorporar às fileiras legalistas pernambucanas. A força foi requisitada, aliás, havendo muitas deserções. No ataque a Recife, morreu Nunes Machado. Em vista disto, os Praieiros retiraram-se para o interior da Paraíba, chefiados por Borges da Fonseca.

Em Alagoa Grande, os revoltosos acharam adeptos, nas pessoas do comandante da Guarda Nacional de Areia, do Cel. Joaquim dos Santos Leal, do delegado Maximiliano Machado, do juiz Municipal de Areia. Escreveram estas autoridades de Areia um ofício ao Governador da Província demitindo-se dos seus cargos.

Os revoltosos entraram em Areia entusiasmados com a adesão das principais autoridades. O governo Imperial, alarmado com o caso, mandou imediatamente uma coluna de soldados comandada pelo Cel. Falcão. Colocaram-se os soldados legalistas nos Engenhos Gregório, Boa

Vista e Ladeira do Tatu. Das 07: 00 horas às 13 00 horas, houve um terrível tiroteio que resultou na tomada de Areia, em 21 de fevereiro de 1849. as tropas rebeldes que puderam fugir, escaparam para o interior, seguindo rumo de Campina Grande e Pocinhos, onde dispersaram-se.

Os revoltosos de Pernambuco vieram à Paraíba em socorro de seus companheiros e ideal, chefiados por Pedro Ivo. Borges da Fonseca, querendo reorganizar a revolta, foi preso. Em vista disto, terminou a rebelião que não pôde ser de novo organizada, com a prisão do restante.

O Partido Conservador, triunfante, dominou por longo tempo e se apresentou ao Brasil, como partido de ordem. Ao terminar a "Praieira", na Paraíba, realizaram-se eleições para a legislatura de 1850-1852.

O Ronco da Abelha na Paraíba

Ficou conhecida como Revolta do ronco da abelha a movimento popular armado ocorrido entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852, que envolveu vilas e cidades de cinco províncias do Nordeste: Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe, sendo mais forte nas duas primeiras províncias. Nos dias de feiras os revoltosos causavam um enorme burburinho entre a população. Quando perguntavam o porquê de tantos comentários, as vozes mais precavidas diziam que era apenas "o ronco da abelha", nome por qual acabou ficando conhecido o movimento.

Os incidentes foram provocados por dois decretos imperiais, de junho de 1851, o 797 e o 798, cujo propósito era instituir o Registro Civil dos Nascimentos e Óbitos. O primeiro decreto estabelecia o Censo Geral do Império, logo após a divulgação em editais em jornais ou a afixação em igrejas matrizes. O 798 obrigava todo brasileiro a se apresentar nas paróquias e à frente de juízes de paz das diferentes localidades, para fornecer os dados pessoais, data e local de nascimento, filiação, estado

civil e cor da pele. A real intenção do Estado era colher dados para calcular a população, com o objetivo de sistematizar o recrutamento de homens para o serviço militar.

Com a implementação destes decretos, rapidamente espalhou-se entre a população mais humilde o boato de que o governo queria reduzir os cidadãos pobres à condição de escravos. Temia-se que a escravidão atasse em ferros também a população branca.

Vale lembrar que apenas um ano antes fora aprovada a Lei Eusébio de Queirós, proibindo o tráfico de escravos, e a economia, em especial da região nordestina, passou por drásticas mudanças, pois os escravos da área eram mandados para as plantações de café no sudeste, e a disponibilidade de mão de obra ficara escassa.

Reagindo a esses boatos, um grande número de pessoas, armadas de foices, enxadas e espingardas, passou a atacar prédios e autoridades públicas, em meio a gritos de “Abaixo a Lei, morra o Governo” como palavras de ordem.

Em meio à violência destas ações, o governo foi obrigado a reagir, mobilizando mais de mil soldados da polícia, além da convocação da Guarda Nacional e da utilização de padre Capuchinhos que, ao se darem conta de que o movimento fugiu do controle, passaram a conclamar os fiéis para o respeito à ordem pública, prometendo ao revoltoso que desistisse dos protestos a salvação, e o fogo do inferno a quem não se submetesse.

Já no final de janeiro 1852 a paz social foi restabelecida, mas, em meio à baderna resultante, ficou difícil identificar os verdadeiros líderes do movimento. Muitas pessoas são acusadas, mas não se consegue obter provas concretas do envolvimento das mesmas. Finalmente, o governo edita o decreto 970, de 29 de janeiro de 1852, que suspende os decretos 797 e 798, adiando a realização do primeiro censo no Brasil para vinte

anos depois, sendo que o registro civil só será adotado com o advento da república.

A Paraíba e a Guerra do Paraguai

Apesar de a política externa brasileira ser marcada por uma tradição de defesa de soluções negociadas, no período do Segundo Império o Brasil se envolveu numa das maiores guerras travadas no continente.

Ao longo do século 19, o Brasil realizou várias intervenções militares na região da Argentina e do Uruguai. A que se tornou mais importante ocorreu em 1864.

Naquele ano, o governo uruguaio, controlado pelo Partido Blanco, adotou medidas prejudiciais aos pecuaristas brasileiros que tinham terras no Uruguai e, além disso, negou-se a conter pecuaristas uruguaios que teimavam em invadir terras do Rio Grande do Sul. Depois de negociações infrutíferas, o governo brasileiro decidiu invadir o Uruguai, depôs o Partido Blanco e assumiu o controle de Montevideú, o que fez por meio de grupos aliados locais (Partido Colorado).

A intervenção brasileira provocou uma reação imediata de Solano Lopez, presidente do Paraguai. Ele considerou a invasão parte de um projeto expansionista que visava garantir ao Brasil o controle do estuário do rio da Prata, único elo entre o Paraguai e o comércio internacional.

Tal situação lhe parecia inaceitável. Solano Lopez tentou mediar o conflito entre o Brasil e o Uruguai, mas, uma vez consumada a invasão brasileira, reagiu invadindo o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul, abrindo duas frentes de batalha. Para atingir o Rio Grande, cruzou o território argentino sem autorização.

O Brasil, a Argentina e o Uruguai responderam firmando um acordo, a Tríplice Aliança, e passaram a lutar juntos contra o Paraguai.

Nas primeiras batalhas de infantaria, o Paraguai saiu-se vitorioso. Apesar de ser um país de menor extensão territorial, seu efetivo militar era

superior, mais organizado e treinado (64 mil homens contra 27 mil da Tríplice Aliança, no início da campanha).

Já nas batalhas fluviais, travadas no rio Paraná e nos seus afluentes, a Marinha brasileira, mais poderosa, arrasou as embarcações paraguaias. A duração da guerra foi esgotando as forças paraguaias, cujas derrotas, em maio de 1866 e em dezembro de 1868, selaram a sorte de Solano Lopez. Ele caiu em Cerro Corá, em março de 1870.

A Força Policial da Paraíba participou da Guerra do Paraguai. Depois de declarada a guerra, o Império convocou toda a Tropa de Primeira Linha existentes nas Províncias. Da Paraíba seguiram também para o Rio de Janeiro, onde se incorporaram às forças imperiais, contingentes da Guarda Nacional e Corpos de Voluntários.

Todo efetivo da Força Policial, totalizando 210 homens, sob o Comando do Maj José Vicente Monteiro da Franca, embarcou para a Capital do Império, no dia 23 de junho de 1865, saindo de Cabedelo no Vapor Paraná. Enquanto aguardava o embarque, a Força Policial ficou aquartelada na Fortaleza da Santa Catarina. Faziam parte do efetivo da Força Policial, os Capitães José Francisco de Atayde Melo, Frederico do Carmo Cabral e José Silva Neves, além dos Tenentes Francisco Gomes Monteiro, Pedro César Paes Barreto e Joaquim Ferreira Soares.

Depois das batalhas, o Capitão Frederico foi condecorado com medalha de honra, o que revela que o contingente da Força Policial teve papel destacado na guerra, de onde só retornou após sua conclusão. Para substituir a Força Policial durante esse período foi criada uma Força Policial Provisória, que foi extinta em 1870, quando a tropa retornou do Paraguai.

A Revolta do Quebra-Quilos

Em 1874, a Força Policial da Paraíba teve outra importante participação em acontecimento histórico. Foi a pacificação do movimento que ficou conhecido como a Revolta de Quebra Quilo. Nesse período havia no seio da população interiorana da Paraíba, um sentimento de revolta com

recentes acontecimentos religiosos envolvendo o Estado, a igreja e seguimentos maçônicos, que resultaram na prisão de um Bispo em Pernambuco.

Ainda nessa época, o Brasil passou a adotar o sistema métrico decimal, o alistamento militar e, na Paraíba, começava-se a cobrar o imposto de Chão, para permitir a prática de comércio nas feiras-livres. Essas medidas não eram bem explicadas à população.

A soma desses fatos provocou o movimento que ficou conhecido como a revolução de quebra-quilo. Centenas de pessoas, como na revolta do Ronco da Abelha, invadiam as Vilas, quebravam os pesos e outras medidas, queimavam arquivos, soltavam presos, e gritavam "morte aos maçons".

Esses fatos ocorreram em Ingá, Fagundes, Areia, Campina Grande, Guarabira e outras cidades do brejo paraibano. Todo efetivo da Força Policial, sob o Comando do Tenente Coronel Francisco Antônio Aranha Chacon, foi deslocado no dia 18 de novembro de 1874 para pacificar o movimento. Depois de muitos confrontos, que duraram cerca de dois meses, sem registros de mortes, a revolta foi pacificada e o contingente Policial retornou a Capital.

A Revolta de Princesa

Em 1930, um grupo armado, sediado na cidade de Princesa, no alto sertão paraibano, chefiado pelo Deputado Estadual José Pereira, tentou conturbar a ordem pública no interior do Estado. Os objetivos do movimento, como os dos rebeldes de Monteiro em 1912, era provocar uma intervenção federal na Paraíba. A consequência imediata seria a deposição do Presidente João Pessoa, que havia rompido relações políticas com Washington Luiz, depois dos acontecimentos que resultaram no famoso "NEGO".

Mas uma vez a Força Pública foi acionada, e um grande efetivo foi mobilizado para enfrentar os rebeldes sertanejos, que recebiam ajuda do Governo Federal. Foram mais de quatro meses de violentos

combates, em que foram registradas muitas mortes de ambos os lados. Foi criado um Batalhão Provisório, na Força Pública, só para reforçar o contingente empregado na luta.

Os acontecimentos mais marcantes desses confrontos foram; O desastre da Água Branca, em que cerca de duzentos policiais foram mortos em uma emboscada; a tomada, pela Polícia, das cidades de Teixeira, Imaculada e Tavares, que haviam sido ocupadas pelos grupos liderados por José Pereira e o cerco de Tavares, que se achava ocupada pela Polícia e foi cercada por grupos de cangaceiros, durante 18 dias. Princesa foi cercada e a intervenção pretendida por José Pereira não foi alcançada. Muito foram os Policiais que se destacaram nessas lutas. Entre eles podemos citar; Ten Cel Elísio Sobreira, Comandante Geral na época, Capitão Irineu Rangel, Comandante do contingente empregado na luta, Capitão João Costa, Ten José Maurício, Ten Elias Fernandes, Ten Manuel Benício, Aspirante Ademar Naziazene, Sgt Severino Bernardo e Sgt Manuel Ramalho.

O Movimento Revolucionário de 1930 e a Revolução constitucionalista de 1932

Em busca da redemocratização do país, ou objetivando reconquistar espaços políticos perdidos desde a revolução de 1930, liderança políticas e militares de São Paulo, inclusive integrantes da Força Pública daquele Estado, articularam um movimento armado em 1932, tentando depor o Governo Federal. A História registrou esses acontecimentos como a Revolução Constitucionalista Para debelar esse movimento, Getúlio Vargas, que governava o país, convocou tropas federais, e efetivos das Polícias Militares de todo Brasil.

Da Paraíba, seguiram, de imediato, para participar das lutas, duas Companhias do 1º Batalhão, e um Batalhão Provisório. Posteriormente, foram enviados mais três Batalhões Provisórios, que não chegaram a participar dos confrontos. Esses Batalhões eram formados por voluntários e os Oficiais eram civis comissionados, escolhidos entre

integrantes de famílias tradicionais do Estado. O 2º Batalhão Provisório foi recrutado em Campina Grande. O efetivo do 1º Batalhão, que participou dessa luta, foi comandado pelo Capitão do Exército Aristóteles da Souza Dantas, e, partindo do Estado de Minas Gerais, combateu na chamada frente norte de São Paulo integrando uma Coluna formada por Batalhões de outras Polícias e do Exército, sob o Comando do então Coronel Eurico Gaspar Dutra.

O 1º Batalhão Provisório, sob o Comando do Maj Guilerme Falcone, participou de combates na frente sul daquele Estado, entrando através do Paraná, compondo outra Coluna, comandada pelo General Walddomiro Lima. O contingente da Paraíba teve destacadas participações em combates ocorridos na cidade de Capão Bonito, Buri, e Itapetinga, na frente sul e em Lindóia, Monte Sião, Campinas e Itapira, na frente norte. Em diversas oportunidades, os combates foram decididos em lutas de corpo a corpo, e com uso de arma branca, onde prevaleceram a destreza e a coragem pessoal dos paraibanos.

A Paraíba e a intentona Comunista de 1935

Em novembro de 1935 ocorreu, em Natal, Recife e Rio de Janeiro, uma tentativa de implantação de um Governo Comunista. Grupos orientados por Carlos Prestes e com a participação de simpatizantes militares, tomaram o Quartel do Exército em Natal e pretendiam depor o Governo do Rio Grande do Norte, instituindo uma Junta Governativa. Houve luta entre os rebelados e a Polícia daquele Estado.

Informado da situação, o Governador da Paraíba, Argemiro de Figueredo, enviou a Natal, para auxiliar as forças legalistas, um Batalhão Policial, sob o Comando do Ten Cel Elias Fernandes. Ainda no percurso de João Pessoa a Natal, a Polícia paraibana prendeu vários integrantes da Junta Governativa e apreendeu farto material que eles haviam saqueado em diversas cidades.

Em várias cidades, onde as autoridades constituídas haviam fugido, temendo o movimento, Elias Fernandes restaurou a ordem, garantiu a posse de Prefeitos, e o funcionamento da justiça. Serenados os ânimos, os comandados de Cel Elias Fernandes permaneceram em Natal até o final daquele ano, sendo alvo de muitas homenagens do povo potiguar em sinal de gratidão pela honrosa forma como auxiliaram a debelar aquele movimento.

A Paraíba e a Segunda Guerra Mundial

A tomada de Monte Castelo constituiu na missão dos brasileiros, nos campos de batalha da Itália, em tentar conter o avanço das tropas alemãs na França. Os alemães estavam em posição favorável, nas montanhas, com uma visão direta dos inimigos, o que tornava o ataque mais favorável.

A Tomada de Monte Castelo representa uma das maiores conquistas da FEB em sua participação naquele conflito mundial. Durante essa campanha, que durou aproximadamente três meses no Norte da Itália, houve diversos enfrentamentos entre as tropas aliadas e as forças do exército alemão.

Monte Castelo foi mais que uma grande batalha vencida. Representa, ainda hoje, a força, a garra e a coragem do povo brasileiro, na construção de paradigmas para toda a humanidade. Cultuar e reverenciar os nossos pracinhas é um ato memorável e uma justa homenagem àqueles que escreveram essa história de luta e superação.

A Paraíba e as ligas Camponesas

As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no

estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.

Formação

As ligas assim conhecidas foram precedidas de alguns movimentos de natureza idêntica que, em virtude de seu isolamento, não tiveram a mesma repercussão social e política. Este seria o caso, por exemplo, do conflito de Porecatu, no norte do Paraná (1950-1951), e do movimento de Formoso (1953-1954), que, no entanto, influíram de maneira durável nas respectivas áreas de origem.

O movimento que se tornou nacionalmente conhecido como Ligas Camponesas iniciou-se, de fato, no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco. A propriedade congregava 140 famílias de foreiros nos quinhentos hectares de terra do engenho que estava de "fogo morto". O movimento foi criado no dia 1º de janeiro de 1955 e autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Coube a setores conservadores, na imprensa e na Assembléia, batizar a sociedade de "liga", temerosos de que ela fosse a reedição de outras ligas que, em período recente (1945-1947), haviam proliferado abertamente na periferia do Recife e nas cidades satélites, sob a influência do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). De fato, o movimento de Galiléia parece ter recebido influência desses antigos núcleos, geograficamente próximos, sobretudo através de José dos Prazeres, dirigente da antiga Liga de Iputinga, nos arredores de Recife.

Existem muitas versões sobre a criação da Liga de Galiléia. A mais conhecida, e a mais lendária, atribui à entidade o objetivo de arrecadar recursos para enterrar os mortos, até então depositados em vala comum. Esta versão, divulgada por Antônio Calado em suas célebres reportagens no Correio da Manhã (setembro de 1959), tiveram enorme repercussão pública. Outra versão, mais completa, nos diz que a sociedade recém-criada tinha finalidades assistenciais mais amplas e

que escolhera como presidente de honra o próprio dono do engenho, Oscar de Arruda Beltrão. O objetivo do grupo era gerar recursos comuns para a assistência educacional e de saúde, e para comprar adubos, com a finalidade de melhorar a produção.

A criação da Liga de Galiléia provocou a reação do filho do proprietário do engenho, temeroso, como era natural, de que a consolidação de um núcleo de produção camponesa pudesse sustar a utilização mais rentável da pecuária nas terras esgotadas do engenho. Nesta e em outras propriedades, para deslocar a mão-de-obra já sem utilidade imediata, e para tornar a terra mais lucrativa, lançou-se mão então do aumento generalizado no preço do foro, o que teve como consequência imediata a luta comum contra o aumento da renda da terra e contra as ameaças mais diretas de expulsão.

Para defendê-los na Justiça, os representantes da SAPPP procuraram Francisco Julião Arruda de Paula, advogado em Recife, que se havia notabilizado por uma original declaração de princípios em defesa dos trabalhadores rurais, a "Carta aos foreiros de Pernambuco", de 1945. Julião aceitou defendê-los, assim como a muitos outros. A pendência se prolongou até 1959, quando foi aprovada a proposta de desapropriação do engenho, encaminhada à Assembléia Legislativa pelo governador Cid Sampaio com base num antigo projeto de Julião. A questão deu notoriedade aos camponeses de Galiléia e, ainda mais, transformou o primeiro núcleo das Ligas Camponesas no símbolo da reforma agrária que os trabalhadores rurais almejavam. Essa vitória localizada do movimento teve porém consequências contraditórias, pois se, por um lado, ela conseguiu apaziguar os ânimos e alimentar a esperança de acomodação através de soluções legais, por outro, estimulou as lideranças a prosseguirem na mobilização em favor de uma reforma agrária radical que atendesse às reivindicações camponesas em seu conjunto.

Nesse mesmo período, numerosos núcleos das Ligas foram criados em Pernambuco. Até 1961, 25 núcleos foram instalados no estado, com predominância visível da Zona da Mata e do Agreste sobre o Sertão.

Dentre esses núcleos destacavam-se os de Pau d'Alho, São Lourenço da Mata, Escada, Goiana e Vitória de Santo Antão.

A partir de 1959 as Ligas Camponesas se expandiram também rapidamente em outros estados, como a Paraíba, estado do Rio (Campos) e Paraná, aumentando o impacto político do movimento. Dentre esses núcleos, o mais importante foi o de Sapé, na Paraíba, o mais expressivo e o maior de todos. A expansão da Liga de Sapé se acelerou a partir de 1962, quando foi assassinado seu principal líder, João Pedro Teixeira, a mando do proprietário local. Pouco depois esse núcleo congregaria cerca de dez mil membros, enquanto outros núcleos iriam se espalhar pelos municípios limítrofes.

Entre 1960 e 1961, as Ligas organizaram comitês regionais em cerca de dez estados da Federação. Em 1962 criou-se o jornal A Liga, porta-voz do movimento, que pretendia ter uma difusão nacional, mas que na realidade permaneceu ligado a um número reduzido de leitores, que eram os próprios militantes do movimento. Também nesse ano fez-se uma tentativa de constituir um partido político que se chamou Movimento Revolucionário Tiradentes. O que ocorreu, no entanto, é que enquanto as reivindicações camponesas pela terra, advogadas pelas Ligas, ganhavam corpo, as pretensões políticas da cúpula do movimento se esvaziavam diante de um movimento sindical organizado e mais ligado à Igreja e ao Estado.

Atuação

De um modo geral, as associações criadas tinham caráter civil, voluntário, e por isso mesmo dependiam de um estatuto e de seu registro em cartório. Para constituir legalmente uma liga, bastava aprovar um estatuto, registrá-lo na cidade mais próxima e lá instalar a sua sede. Como disse um jornalista da Paraíba, "a liga começa na feira, vai para o tabelião e ganha o mundo".

As finalidades das Ligas eram prioritariamente assistenciais, sobretudo jurídicas e médicas, e ainda de autodefesa, nos casos graves de ameaças a quaisquer de seus membros. As mais comuns eram aquelas que,

contrariando o Código Civil, obrigavam à expulsão sem indenização pelas benfeitorias realizadas, e nesse sentido específico a ação das Ligas parece ter sido bastante eficaz. As lideranças pretendiam também, a médio e longo prazos, fortalecer a consciência dos direitos comuns, que compreendiam a recusa em aceitar contratos lesivos, tais como o cumprimento do "cambão" (dia de trabalho gratuito para aqueles que cultivavam a terra alheia) e outras prestações de tipo "feudal".

A expansão e o crescimento de associações voluntárias como as Ligas ou associações do tipo da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) se explica em função das dificuldades político-burocráticas que durante muitos anos impediram a criação e o reconhecimento oficial dos sindicatos rurais. De fato, embora o Decreto-Lei nº. 7.038, promulgado por Getúlio Vargas em novembro de 1944 como extensão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), previsse a sindicalização rural, só a partir de 1962 é que os sindicatos começariam a ser efetivamente reconhecidos, como proposta alternativa (e mais institucionalizada) às Ligas Camponesas, identificadas com a liderança de Francisco Julião.

As Ligas falavam em nome de uma ampla e diversificada categoria de trabalhadores que incluía foreiros, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários, que produziam uma cultura de subsistência e comercializavam os excedentes produzidos em terra própria ou em terra alheia. Nesse sentido, convém lembrar que a utilização do termo "camponês" parece ter sido fator de auto-identificação e de unidade para designar categoria tão ampla em oposição a um adversário comum, politicamente denominado pelas lideranças como "o latifúndio improdutivo e decadente". Sendo as camadas representadas basicamente dependentes da produção direta em terra cedida, alugada ou própria (minifúndios), podemos compreender porque se aglutinaram em torno de reivindicações ligadas à posse e ao usufruto imediato da terra. O processo de politização global ocorrido nesse período, sobretudo a partir de 1960, facilmente converteu demandas individuais ou localizadas pela posse da terra, tais como o Código Civil o previa, em reivindicações mais abrangentes, estimuladas pelas lideranças, de reforma agrária radical.

A mudança parece ter ocorrido, de fato, a partir do I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em Belo Horizonte em novembro de 1961, onde o grupo de Julião e das Ligas Camponesas se confrontou com outro, mais moderado, sob influência comunista, e sob liderança da ULTAB. Nessa ocasião, Julião recusou alianças e entendimentos mais duradouros com João Goulart, então presidente da República, que havia comparecido ao congresso. O resultado desse confronto foi a vitória formal de Julião e de seus seguidores, que advogavam então uma "reforma agrária na lei ou na marra". Essa vitória, porém, foi politicamente enganosa, pois a partir daí o Estado reforçaria a ação sindical em detrimento da liderança das Ligas.

Podemos, por isso mesmo, definir as Ligas como um movimento autônomo, avesso à colaboração com o Estado. Esta posição, assumida em Belo Horizonte, confirmou-se por ocasião do plebiscito que restituiu plenos poderes ao presidente João Goulart (janeiro de 1963), e diante do qual, em posição extremamente minoritária, as Ligas pregaram - ou melhor, Julião pregou - a abstenção. O mesmo ocorreria durante o governo de Miguel Arrais em Pernambuco (1963-1964) - abertamente aliado das populações camponesas -, diante do qual algumas facções mais radicais das Ligas - já fora do controle das próprias lideranças - não hesitaram em criar confrontos radicais, de difícil solução, que levaram inclusive à prisão de alguns membros.

A recusa a colaborar com o Estado teve, portanto, consequências imediatas, concedendo às organizações sindicais mais oficializadas maior poder de controle sobre o movimento camponês do período. A partir daí, redefiniu-se o papel das Ligas, que passaram muitas vezes a expressar os interesses mais autônomos da base camponesa que representavam, em detrimento de uma liderança populista ligada a camadas e interesses políticos externos ao campesinato enquanto classe: estudantes, intelectuais, jornalistas, militantes de partidos políticos de origem urbana etc. Enquanto isso, a liderança intermediária, e de origem camponesa, manifestou muitas vezes sinais mais evidentes de autonomia. Nesses casos, ora coexistiam, ora eram absorvidas pelas organizações sindicais, mas, ao serem incorporadas, induziam os

sindicatos a adotar - sob pena de perder o controle sobre seus próprios associados - as reivindicações básicas de luta pela terra às quais esses mesmos sindicatos eram inicialmente pouco sensíveis.

Por outro lado, os sindicatos - organizações substancialmente mais poderosas - diversificaram a plataforma das Ligas, acentuando a necessidade de estender ao trabalhador rural os benefícios sociais já usufruídos pelos trabalhadores urbanos e de fazer aplicar o recém-aprovado Estatuto do Trabalhador Rural (1963) ao campo.

Cabe destacar no movimento a importância das lideranças intermediárias, que constituíram o seu cerne. Em Galiléia, Zezé da Galiléia, João Virgínio e José Francisco; em Sapé, João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro, Elizabeth Teixeira e João Severino Gomes foram alguns dos mártires do movimento e os que alimentaram a sua mística. Tinham em geral um nível educacional mínimo, eram pequenos proprietários ou exerciam, intermitentemente ou não, atividades artesanais, o que lhes permitia a autonomia de ação indispensável ao exercício da própria liderança.

No plano nacional o maior destaque coube à liderança de Francisco Julião, que aglutinou o movimento em torno de seu nome e de sua figura, reunindo estudantes, idealistas, visionários, alguns intelectuais, além de nomes como os de Clodomir de Moraes, advogado, deputado, ex-militante comunista e um dos organizadores de um malogrado movimento de guerrilha sediado em Dianópolis, em Goiás (1963).

Julião foi eleito deputado federal por Pernambuco, após ter sido deputado estadual naquele mesmo estado. Foi nesse momento que as Ligas Camponesas chegaram ao ápice de seu prestígio político. A partir de 1962 essa influência decaiu, embora Francisco Julião mantivesse o prestígio do movimento. Essa notoriedade se deveu em grande parte às repercussões internacionais das Ligas. De fato, a Revolução Cubana alertou os políticos e a opinião pública dos EUA para os perigos de outros focos revolucionários semelhantes, e o temor recaiu sobre o Nordeste brasileiro, a mais extensa e povoada zona de pobreza do mundo ocidental.

As Ligas Camponesas foram como que um grito de alerta e de protesto que atraiu para Pernambuco a atenção do mundo e para seus núcleos mais expressivos visitas ilustres, como Robert Kennedy, Arthur Schlesinger Jr., Sargent Shriver, Jean-Paul Sartre e Yuri Gagarin, entre outros. A televisão e a imprensa, em diversos países do mundo, transformaram Julião e as Ligas em símbolo do Terceiro Mundo emergente. Nessa época, as aproximações de Julião com Cuba foram notórias, especialmente após viagem que realizou àquele país em 1960, acompanhando Jânio Quadros, e em 1961, seguido por uma centena de militantes.

Criadas em uma conjuntura favorável de liberalização política, que coincidiu com o governo Kubitschek, as Ligas seriam marcadas pelo período de ascensão do populismo. De fato, a existência mesma do movimento parece estar ligada às ideologias desenvolvimentistas, de integração nacional e de expansão da cidadania. Nesse sentido, as reivindicações camponesas ecoavam como parte de um único e amplo projeto.

A desagregação do movimento, em 1964, eliminou as organizações mas não desarticulou suas reivindicações básicas, que seriam incorporadas pelos sindicatos rurais no período seguinte (1965-1983). Convém notar que esses sindicatos rurais têm sido particularmente ativos nas antigas zonas de influência das Ligas.

NOÇÕES DE DIREITO

Noções de Direito Constitucional

Dos Direitos e Garantias Fundamentais em Espécie

Um dos temas mais atuais e, portanto, um dos mais cobrados em provas de Direito Constitucional de qualquer concurso público é a análise, conhecimento e interpretação dos Direitos e Garantias Fundamentais.

Neste sentido, toda leitura destes direitos fundamentais deve partir da lição de que os direitos e garantias fundamentais constituem um dos pilares do tripé do Estado de Direito, ao lado do enunciado da Legalidade e do Princípio da Separação de Poderes.

Sobre a figura dos direitos e garantias fundamentais são válidas as palavras do Professor José Afonso da Silva para quem os direitos e garantias fundamentais "são aquelas prerrogativas e instituições que o Direito Positivo concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas".

Exatamente por conta desta natureza básica para a própria existência das pessoas, reconheceu-se ainda as seguintes características:

- Historicidade
- Inalienabilidade - não é possível a transferência de direitos fundamentais, a qualquer título ou forma (ainda que gratuita);
- Irrenunciabilidade - não está sequer na disposição do seu titular, abrir mão de sua existência;
- Imprescritibilidade - não se perdem com o decurso do tempo;
- Relatividade ou Limitabilidade - não há nenhuma hipótese de direito humano absoluto, eis que todos podem ser ponderados com os demais;
- Universalidade - são reconhecidos em todo o mundo.

Por outro lado, nem todo direito fundamental sempre foi expressamente previsto nas Constituições, ainda que a grande maioria ali esteja. Neste sentido, extrai-se da Constituição Federal de 1988 o exemplo de que a

mesma não trata de alguns direitos da personalidade, como o nome. Exatamente para que não fosse entendida tal previsão como uma lacuna, o próprio art. 5º contemplou o §2º com a admissão de que existiriam outros decorrentes dos sistemas adotados pelo país.

Ademais, esta discriminação não se deu na Constituição de forma exaustiva ou taxativa, ex vi o parágrafo segundo do próprio artigo. Trata-se, na verdade, de rol apenas exemplificativo:

“§2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa seja parte.”

Além da classificação acima, podemos reconhecer que a estrutura constitucional de 1988 tratou dos direitos fundamentais no Título II de forma a separar o objeto de cada grupo.

Assim, temos:

Direitos individuais: (art. 5º);

Direitos coletivos: representam os direitos do homem integrante de uma coletividade (art. 5º);

Direitos sociais: subdivididos em direitos sociais propriamente ditos (art. 6º) e direitos trabalhistas (art. 7º ao 11);

Direitos à nacionalidade: vínculo jurídico-político entre a pessoa e o Estado (art. 12 e 13);

Direitos políticos; direito de participação na vida política do Estado; direito de votar e de ser votado, ao cargo eletivo e suas condições (art. 14 ao 17).

Todos estes temas serão sempre informados pelos conceitos básicos dos direitos e garantias fundamentais, guardando natural peculiaridade para cada um dos seus segmentos que veremos com detalhes mais adiante.

Direito à vida

A vida é um direito garantido por lei. O direito à vida é o mais importante e mais discutido dentre todos os direitos abarcados pelo Código Civil Brasileiro e pela Constituição Federal.

Na Constituição Federal de 1988, exatamente no artigo 5º, caput, tem-se o direito à vida a todos os brasileiros e estrangeiros que aqui no Brasil residem:

"Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade".

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, em seu livro Direito Constitucional, diz que: *"A existência humana é o pressuposto elementar de todos os demais direitos e liberdades disposto na Constituição e que esses direitos têm nos marcos da vida de cada indivíduo os limites máximos de sua extensão concreta. O direito a vida é a premissa dos direitos proclamados pelo constituinte; não faria sentido declarar qualquer outro se, antes, não fosse assegurado o próprio direito estar vivo para usufruí-lo. O seu peso abstrato, inerente à sua capital relevância, é superior a todo outro interesse".*

Nesse mesmo sentido, ANDRÉ RAMOS TAVARES, *"é o mais básico de todos os direitos, no sentido de que surge como verdadeiro pré-requisito da existência dos demais direitos consagrados constitucionalmente. É, por isto, o direito humano mais sagrado".*

Direito à Liberdade

O direito à liberdade, por ser um direito inerente a própria natureza humana, foi consagrado em nossa Constituição vigente sobre suas diversas formas.

Liberdade consiste na escolha de uma das possibilidades da forma de pensar e agir. Assim, apesar do embate sobre amplitude axiológica desse termo, a CF/88 consagrou esse direito no rol dos direitos e garantias individuais em suas diversas modalidades. Por isso que alguns doutrinadores chegam a denominar direito às liberdades, devido à pluralidade de liberdades abordadas por nossa Carta Magna. Mas vale ressaltar a posição de Pimenta Bueno "A liberdade é sempre uma e a mesma, mas como ela pode ser considerada em diferentes relações, por isso costuma-se dividi-la ou classificá-la" (1958, p. 384)

Assim, diante de várias classificações entendemos como a mais didática a classificação de José Afonso da Silva sobre as formas de liberdade que são divididas em "*cinco grandes grupos*:"

- (1) *Liberdade da pessoa física (liberdade de locomoção, de circulação);*
- (2) *Liberdade de pensamento, com todas as suas liberdades (opinião, religião, informação, artística, comunicação do conhecimento);*
- (3) *Liberdade de expressão coletiva em suas várias formas (de reunião, de associação);*
- (4) *Liberdade de ação profissional (livre escolha e de exercício de trabalho, ofício e profissão);*
- (5) *Liberdade de conteúdo econômico e social;"*(2008, p. 235)

Princípio da Igualdade (Art. 5º I)

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Princípio da legalidade e da Anterioridade Penal (Art. 5º II, XXXIX)

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

Liberdade da Manifestação do Pensamento (Art. 5º IV)

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

Inviolabilidade da Intimidade. Vida Privada, Honra e Imagem (Art. 5º X)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Inviolabilidade do Lar (Art. 5º XI)

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

Sigilo de Correspondência e de Comunicação (Art. 5º XII)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

Liberdade de Locomoção (Art. 5º XV)

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

Direito de Reunião e de Associação (Art. 5º XVI, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI)

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

Direito de Propriedade (Art. 5º XXII e XXIII)

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

Vedação ao Racismo (Art. 5º XLII)

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

Garantia às Integridades Física e Moral do Preso (Art. 5º XLIX)

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

Vedação às Provas Ilícitas (Art. 5º LVI)

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

Princípio da Presunção de Inocência (Art. 5º LVII)

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

Privilegia Contra a Auto- Incriminação (Art. 5º LXIII)

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (art. 42)

Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos

governadores. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Da Segurança Pública (art.144)

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:" (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art.

39. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014)

I - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014)

II - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014)

Noções de Direito Penal

Princípios do Direito Penal

Segundo consta na obra de Fernando (CAPEZ, 2004, p. 14), é da dignidade da pessoa humana que nascem os princípios orientadores e limitadores do Direito Penal (DP). Damásio (JESUS, 2009, p. 9-12) define quatorze Princípios Fundamentais do Direito Penal:

- a) Princípio da Legalidade ou da reserva legal: Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal (CF/88, art. 5º, XXXIX e Código Penal (CP) art. 1º).
- b) Princípio da proibição da analogia "in malam partem": Proibição da adequação típica "por semelhança" entre os fatos.
- c) Princípio da anterioridade da lei: Só há crime e pena se o ato foi praticado depois de lei que os define e esteja em vigor.
- d) Princípio da irretroatividade da lei mais severa: A lei só pode retroagir para beneficiar o réu.
- e) Princípio da fragmentariedade: O estado só protege os bens jurídicos mais importantes, assim intervém só nos casos de maior gravidade.
- f) Princípio da intervenção mínima: O estado só deve intervir pelo DP "quando os outros ramos do Direito não conseguirem prevenir a conduta ilícita." (JESUS, 2009, p. 10).
- g) Princípio da ofensividade: Não basta que a conduta seja imoral ou pecaminosa, ela deve ofender um bem jurídico provocando uma lesão efetiva ou um perigo concreto ao bem.
- h) Insignificância ou Bagatela: Baseia no pressuposto de que a tipicidade penal exige um mínimo de lesividade ao bem jurídico, reconhecendo a "atipicidade do fato nas perturbações jurídicas mais leves." (JESUS, 2009, p. 10).
- i) Princípio da culpabilidade: Só será penalizado quem agiu com dolo ou culpa cometeu um fato atípico e antijurídico.

- j) Princípio da humanidade: O réu deve ser tratado como pessoa humana.
- l) Princípio da Proporcionalidade da pena: "A pena não pode ser superior ao grau de responsabilidade pela prática do fato." (JESUS, 2009, p. 11.).
- m) Princípio do estado de inocência: "Ninguém será culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória." (CF/88, art. 5º, LVII).
- n) Princípio da igualdade: Todos são iguais perante a lei. (CF/88, art. 5º, caput).
- o) Princípio do "ne bis in idem": É dizer que ninguém pode ser punido duas vezes pelo mesmo fato.

A lei penal no tempo e no espaço

Artigo 1º: Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

Há nesse artigo, há quatro princípios a serem analisados:

a) Princípio da legalidade: Não há crime nem pena sem lei anterior que defina: "nullun crimen, nulla poena sine lege".

Tem sua origem consolidada na Magna Carta de João Sem Terra, na qual o artigo 39 transcrevia que nenhum homem poderia ser punido senão pela lei da terra. No século XVIII, o artigo 8º da "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", de 26/08/1789, define que ninguém poderia ser punido senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente no direito e legalmente aplicada.

No Brasil, o princípio da legalidade está previsto desde 1824 e é o eixo de todo o sistema penal. Possui conotação política, pois garante a certeza jurídica do estado democrático de direito e a segurança política do cidadão.

Extrai-se do princípio da legalidade outros princípios, quais sejam:

- a.1) Princípio da Intervenção Mínima – O Direito Penal regula aquilo que o Estado considera extremamente danoso à sociedade;
- a.2) Princípio da Proporcionalidade – A ação do Estado deve ser proporcional à conduta do criminoso;
- a.3) Princípio da Humanidade – O sistema normativa penal possui finalidade de socialização;
- a.4) Princípio da Culpabilidade – Não há crime se inexistentes a “culpa” ou “dolo”, impedindo, assim, a responsabilidade objetiva. É preciso, no mínimo, que o agente tenha agido sem o devido dever de cuidado ou com vontade e consciência.
- a.5) Princípio da Taxatividade – A lei penal deve ser taxativa, isto é, precisa e completa, delimitando expressamente a conduta incriminadora;

b) Princípio da reserva legal: Decorre do princípio da legalidade, porém deve ser interpretado em sentido estrito. Significa delimitar um conjunto de matéria. Assim, a lei penal sob a égide do princípio da reserva legal é aquela que segue com rigor o processo legislativo acolhido pela Constituição Federal.

O princípio da reserva legal não estava presente no sistema legal de 1935 vigente na Alemanha, em razão do Nazismo, pois aí a punição de qualquer fato estava condicionada somente aos sentimentos do povo.

c) Princípio da Anterioridade: A lei deve ser anterior, deve estar em vigor na data em que o fato é praticado.

d) Princípio da Irretroatividade: Decorre do princípio da anterioridade da lei penal, pela qual a lei penal é editada para o futuro e não para o passado.

A Lei Penal No Tempo – Artigo 2º, CP

Artigo 2º: Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Parágrafo único: A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

Sabemos que, em regra, aplica-se a lei penal a fatos ocorridos durante sua vigência, porém, por vezes, verificamos a “extratividade” da lei penal. A extratividade da lei penal se manifesta de duas maneiras, ou pela ultratividade da lei ou retroatividade da lei.

Assim, considerando que a extra-atividade da lei penal é o seu poder de regular situações fora de seu período de vigência, podendo ocorrer seja em relação a situações passadas, seja em relação a situações futuras.

Quando a lei regula situações passadas, fatos anteriores a sua vigência, ocorre a denominada retroatividade. Já, se sua aplicação se der para fatos após a cessação de sua vigência, será chamada ultratividade.

Em se tratando de extra-atividade da lei penal, observa-se a ocorrência das seguintes situações:

- a) “Abolitio criminis” – trata-se da supressão da figura criminosa;
- b) “Novatio legis in melius” ou “lex mitior” – é a lei penal mais benigna; Tanto a “abolitio criminis” como a “novatio legis in melius”, aplica-se o princípio da retroatividade da Lei penal mais benéfica.

A Lei nº 11.106 de 28 de março de 2006 descriminalizou os artigos 217 e 240, do Código Penal, respectivamente, os crimes de “sedução” e “adultério”, de modo que o sujeito que praticou uma destas condutas em fevereiro de 2006, por exemplo, não será responsabilizado na esfera penal.

Segundo a maior parte da doutrina, a Lei nº 11.106 de 28 de março de 2006, não descriminalizou o crime de rapto, previsto anteriormente no artigo 219 e seguintes do Código Penal, mas somente deslocou sua tipicidade para o artigo 148 e seguintes (“sequestro” e “cárcere privado”), houve, assim, uma continuidade normativa atípica.

A “abolitio criminis” faz cessar a execução da pena e todos os efeitos penais da sentença.

A Lei 9.099/99 trouxe novas formas de substituição de penas e, por consequência, considerando que se trata de “novatio legis in melius” ocorreu retroatividade de sua vigência a fatos anteriores a sua publicação.

- c) “Novatio legis in pejus” – é a lei posterior que agrava a situação;
- d) “Novatio legis incriminadora” – é a lei posterior que cria um tipo incriminador, tornando típica a conduta antes considerada irrelevante pela lei penal.

Para melhor exemplificar, considere que o sujeito pratica fato criminoso cuja prescrição equivale a "x". Contudo, lei posterior aumenta o prazo prescricional para "2x".

A lei posterior não retroage para atingir os fatos praticados na vigência da lei mais benéfica ("Irretroatividade da lei penal"). Contudo, haverá extratividade da lei mais benéfica, pois será válida mesmo após a cessação da vigência (Ultratividade da Lei Penal).

Ressalta-se, por fim, que aos crimes permanentes e continuados, aplica-se a lei nova ainda que mais grave, nos termos da Súmula 711 do STF.

Lei Excepcional ou Temporária (leis intermitentes) – Art. 3º, do CP

Artigo 3º: A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência.

Lei temporária é a que caracteriza viger durante determinado período de tempo previamente estabelecido pelo legislador na própria lei. Lei excepcional é a promulgada para viger enquanto persistir determinada situação anormal. Por exemplo: epidemias e guerras. Atende às transitórias necessidades estatais.

Ambas possuem duas características: são ultra-ativas (produzem efeitos mesmo depois de revogadas) e são auto revogáveis.

Do Tempo Do Crime – Artigo 4º, do Código Penal

A respeito do tempo do crime, existem três teorias:

- a) Teoria da Atividade – O tempo do crime consiste no momento em que ocorre a conduta criminosa;
- b) Teoria do Resultado – O tempo do crime consiste no momento do resultado advindo da conduta criminosa;
- c) Teoria da Ubiquidade ou Mista – O tempo do crime consiste no momento tanto da conduta como do resultado que adveio da conduta criminosa.

O Artigo 4º do Código Penal dispõe que:

Artigo 4º: Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado (Tempus regit

actum). Assim, aplica-se a teoria da atividade, nos termos do sistema jurídico instituído pelo Código Penal.

O Código Penal vigente seguiu os moldes do Código Penal português em que também é adotada a Teoria da Atividade para o tempo do crime. Em decorrência disso, aquele que praticou o crime no momento da vigência da lei anterior terá direito a aplicação da lei mais benéfica. O menor de 18 anos, por exemplo, não será considerado imputável mesmo que a consumação ocorrer quando tiver completado idade equivalente a maioridade penal. E, também, o deficiente mental será imputável, se na época da ação era consciente, tendo sofrido moléstia mental tão somente na época do resultado.

Novamente, observa-se a respeito dos crimes permanentes, tal como o sequestro, nos quais a ação se prolonga no tempo, de modo que em se tratando de "novatio legis in pejus", nos termos da Súmula 711 do STF, a lei mais grave será aplicada.

Princípio da Territorialidade

Territorialidade – Artigo 5º, CP

Artigo 5º: Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido em território nacional.

Parágrafo 1º: Para efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional, as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e embarcações brasileiras de natureza mercante ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto mar.

Parágrafo 2º: É também aplicável a lei penal brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de

propriedade privada, achando-se aquela em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

Segundo o Princípio da Territorialidade, vigora a aplicação da lei brasileira aos crimes cometidos dentro do território nacional.

Como resultado do princípio temos que ninguém, nacional ou estrangeiro, apátrida, residente ou em trânsito, poderá subtrair-se à lei brasileira por fatos criminosos aqui praticados.

Ressalva-se, porém, o disposto nos tratados e convenções internacionais, tais como a Convenção de Viena, que estabelece algumas situações em que o agente criminoso será julgado pelo país de origem.

Outrossim, o artigo 5º, do Código Penal define território para fins do sistema normativo penal. Desse modo, depreende-se de sua própria redação que nosso sistema adotou a chamada "Territorialidade Temperada". Como se não bastasse excetuar os tratados e convenções internacionais para fins de aplicação da lei penal, mesmo se praticados em território nacional, o Código Penal estabelece situações em que, mesmo que o crime não seja praticado em solo nacional, mas em embarcações ou aeronaves, haverá aplicação da lei penal brasileira. Para melhor compreender a estrutura do artigo 5º do Código Penal, convém definir o que é considerado território para fins de aplicação da norma jurídica.

O Território pode ser físico ou jurídico. O território físico compreende o solo, o subsolo, o mar territorial e o espaço aéreo correspondente. O território jurídico (também conhecidos como “Territórios Flutuantes”) compreende os navios e aeronaves públicos ou a serviço do governo, onde quer que se encontrem, e também os navios e aeronaves privadas em alto mar ou espaço aéreo correspondente (lei da bandeira – lei de onde a embarcação ou aeronave estiver matriculada).

Dessa forma, nos termos do artigo 5º do Código Penal, aplica-se a lei penal brasileira tanto ao Território Físico bem como ao Território Jurídico, de sorte que foi adotada a Teoria da Territorialidade Temperada para regular a aplicação da lei penal no espaço. Por fim, realiza-se um questionamento: e quanto as embaixadas? Não estão no rol dos Territórios Flutuantes ou Jurídicos? Não restam dúvidas que a pergunta apresentada é fruto de informação apresentada em filmes internacionais, em que muitas vezes o criminoso procurado busca a embaixada de seu país, para impossibilitar a aplicação da lei do país onde, em tese, teria cometido o crime.

Aplicação e interpretação da lei processual

Porque se usa a técnica de interpretação da lei processual penal? Por causa das impropriedades técnicas da lei, que exigem interpretação. Em alguns casos a lei é ambígua, contraditória e não inteligível (dizendo mais ou menos do que deveria).

INTERPRETAÇÃO AUTÊNTICA

Quando a própria lei interpreta.Ex. "Dos crimes praticados por funcionário público", que é crime próprio (somente determinados agentes podem praticá-lo). O artigo 327 CPP traz a interpretação do que seja funcionário público para a lei penal, interpretando a norma.

INTERPRETAÇÃO DOUTRINAL

Própria doutrina.Força livre e criadora, vai além da lei (crítica, sugere modificação, revogação, etc).É ampla.

INTERPRETAÇÃO JUDICIAL

É menos abrangente do que a doutrinal.É limitada à lei.

INTERPRETAÇÃO GRAMATICAL OU LITERAL

Primeira forma de interpretação procurada pelo aplicador da lei, sem prejuízo das demais pois, em alguns casos, a lei não basta.Ex. artigo 4o CPP que antes, erroneamente, tratava de "jurisdição", necessitando de outra forma interpretativa.

INTERPRETAÇÃO LÓGICA OU TELEOLÓGICA

O artigo 155 CP trata de "furto simples" e o parágrafo primeiro de sua figura agravada. O parágrafo segundo traz a figura privilegiada e o quarto trata das figuras qualificadas. Pode ter um crime qualificado e privilegiado ao mesmo tempo? Não. Pela lógica somente poderia se estivesse em um parágrafo após a forma qualificada. Na prática, porém, o privilégio também se estende às figuras qualificadas. Por quê? Por

causa da “política criminal”, argumento combatido por muitos doutrinadores.

INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA

Exame de um grupo de dispositivos para melhor interpretar um, se analisado separadamente pode ser erroneamente entendido. Ex. se analisarmos, separadamente, o artigo 28 CPP entenderíamos que não há “Princípio da Obrigatoriedade”, mas se analisarmos c/c o artigo 24 percebe-se que o MP está adstrito ao princípio.

INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA

História da lei, evolução histórica da lei.

INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA

Para os casos em que a lei diz menos do que deveria. Artigo 34 CPP – dá ao maior de 21 anos plena capacidade de exercício da queixa. Queixa: peça inaugural da ação penal privada. O ofendido é o autor. Tem plena capacidade para atos processuais como “acusador”, mas o réu, se o menor de 21 anos deve ser nomeado um curador (pois ele não tem plena capacidade, se réu). Artigo 34 CPP que não fala em representação:

INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA

Para os casos em que a lei diz mais do que deveria. Ex. artigo 271 CPP – “exceto a prova testemunhal”.

Infração penal

Ocorre quando uma pessoa pratica qualquer conduta descrita na lei e, através dessa conduta, ofende um bem jurídico de uma terceira pessoa.

Ou seja, as infrações penais constituem determinados comportamentos humanos proibidos por lei, sob a ameaça de uma pena.

Sujeito Ativo ou agente: é aquele que ofende o bem jurídico protegido por lei. Em regra só o ser humano maior de 18 anos pode ser sujeito ativo de uma infração penal. A exceção acontece nos crimes contra o meio ambiente onde existe a possibilidade da pessoa jurídica ser sujeito ativo, conforme preconiza o Art. 225, § 3º da Constituição Federal.

Art. 225 [...].

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Sujeito Passivo: pode ser de dois tipos. O sujeito passivo formal é sempre o Estado, pois tanto ele como a sociedade são prejudicados quando as leis são desobedecidas. O sujeito passivo material é o titular do bem jurídico ofendido e pode ser tanto pessoa física como pessoa jurídica.

O princípio da lesividade diz que, para haver uma infração penal, a lesão deve ocorrer a um bem jurídico de alguém diferente do seu causador, ou seja, a ofensa deva extrapolar o âmbito da pessoa que a causou.

Dessa forma, se uma pessoa dá vários socos em seu próprio rosto (autolesão), não há crime de lesão corporal (Art. 129 do CP), pois não foi ofendido o bem jurídico de uma terceira pessoa.

Entretanto, a autolesão pode caracterizar o crime de fraude para recebimento de seguro (Art. 171, § 2º, V do CP) ou criação de incapacidade para se furtar ao serviço militar (Art. 184 do CPM).

Espécies de Infração Penal

A legislação brasileira, ao definir as espécies de infração penal, apresentou um sistema bipartido. Ou seja, existem apenas duas espécies (crime = delito ≠ contravenção). Situação diferente ocorre com alguns países tais como a França e a Espanha que adotaram o sistema tripartido (crime ≠ delito ≠ contravenção).

As duas espécies são: o crime, considerado o mesmo que delito, e a contravenção. Entretanto, apesar de existirem duas espécies, os conceitos são bem parecidos, diferenciando-se apenas na gravidade da conduta e no tipo (natureza) da sanção ou pena.

Com relação à gravidade da conduta, os crimes e delitos se distinguem por serem infrações mais graves, enquanto que a contravenção refere-se às infrações menos graves, sendo, inclusive, chamadas pelo Direito italiano de delito anão.

Referente ao tipo da sanção, a diferença tem origem no Art. 1º da Lei de

Introdução ao Código Penal (Decreto-Lei 3.914/41).

Art. 1º - Considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, penas de prisão simples ou de multa, ou ambas. Alternativa ou cumulativamente.

Por serem os crimes condutas mais graves, então eles são repelidos através da imposição de penas mais graves (reclusão ou detenção e/ou multa). As contravenções, por serem condutas menos graves, são sancionadas com penas menos graves (prisão simples e/ou multa).

A escolha se determinada infração penal será crime/delito ou contravenção é puramente política, da mesma forma que o critério de escolha dos bens que devem ser protegidos pelo Direito Penal. Além disso, o que hoje é considerado crime pode vir, no futuro, a ser considerada infração e vice-versa. O exemplo disso aconteceu com a conduta de portar uma arma ilegalmente. Até 1997, tal conduta caracterizava uma mera contravenção, porém, com o advento da Lei 9.437/97, esta infração passou a ser considerada crime/delito.

Diferenças práticas entre crimes e contravenções

a) Tentativa: no crime/delito a tentativa é punível, enquanto que na contravenção, por força do Art. 4º do Decreto-Lei 3.688/41, a tentativa não é punível.

b) Extraterritorialidade: no crime/delito, nas situações do Art. 7º do Código Penal, a extraterritorialidade é aplicada, enquanto que nas contravenções a extraterritorialidade não é aplicada.

c) Tempo máximo de pena: no crime/delito, o tempo máximo de cumprimento de pena é de 30 anos, enquanto que nas contravenções, por serem menos graves, o tempo máximo de cumprimento de pena é de 5 anos.

d) Reincidência: de acordo com o Art. 7º do Decreto-Lei 3.688/41, é possível a reincidência nas contravenções. Ou seja, a reincidência ocorrerá após a prática de crime ou contravenção no Brasil e após a prática de crime no estrangeiro. Não há reincidência após a prática de contravenção no estrangeiro.

“Art. 7º Verifica-se a reincidência quando o agente pratica uma contravenção depois de passar em julgado a sentença que o tenha condenado, no Brasil ou no estrangeiro, por qualquer crime, ou, no Brasil, por motivo de contravenção.”

Tipicidade, ilicitude, culpabilidade, punibilidade

Tipo é o conjunto dos elementos do fato punível descrito na lei penal; é a descrição concreta da conduta proibida.

Tipicidade é a conformidade do fato praticado pelo agente com a moldura descrita na lei penal. Para o fato ser típico deve compreender: Dolo ou culpa – resultado – nexo causal – tipicidade.

Dolo é a consciência e vontade de realização da conduta no tipo. Culpa é a inobservância do dever objetivo de cuidado (imprudência negligência-imperícia.

Elementares são imprescindíveis para a configuração do tipo e as circunstâncias são dados.

CONDUTA (ação ou comportamento humano) – Finalismo: dirigida à consecução de um fim. Se este for lícito, gerará culpa; ao revés, sendo fim ilícito, haverá dolo.

+

RESULTADO

+

NEXO DE CAUSALIDADE

+

TIPICIDADE (formal e/ou conglobante)

=

FATO TÍPICO

Ilícito

é o comportamento humano contrário à ordem jurídica que lesa ou expõe a perigo bens jurídicos tutelados.

Illicitude é a relação de antagonismo que se estabelece entre a conduta humana voluntária e o ordenamento jurídico.

Causas excludentes de Illicitude: estado de necessidade – legítima defesa – estrito cumprimento do dever legal – exercício regular do direito – consentimento do ofendido

Quando o agente não atua em: estado de necessidade, legítima defesa,

estrito cumprimento do dever legal, exercício regular do direito e consentimento do ofendido.

=

FATO ILÍCITO

Culpável

Culpabilidade é a censurabilidade, a reprovabilidade social.

Para ser culpável deve haver: imputabilidade, que é a condição de maturidade; potencial consciência da ilicitude, que é a possibilidade do agente saber que a conduta é ilícita e exigibilidade de conduta diversa.

As excludentes de culpabilidade são: doença mental, menoridade, embriaguez, erro de proibição, coação moral irresistível e obediência hierárquica.

IMPUTABILIDADE

+

POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE

+

EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA

=

FATO CULPÁVEL

OBS: 3 sentidos da culpabilidade

- a) Elemento integrante do tipo
- b) Como medidor de pena
- c) Como impedimento para responsabilidade objetiva

Punibilidade

Depois de verificada a tipicidade, a ilicitude e a culpabilidade há o crime e este, portanto, deve ser punido.

Punibilidade é a possibilidade jurídica de o Estado impor a sanção ao autor do delito.

Causas de Extinção da Punibilidade: morte do agente, anistia, graça, indulto, abolitio criminis, decadência, prescrição, perempção, renúncia, perdão do ofendido, retratação do agente, casamento da vítima com o agente, com terceiro, perdão judicial.

Imputabilidade

Imputabilidade consiste na atribuição de capacidade para o agente ser responsabilizado criminalmente.

O agente é considerado imputável quando, ao tempo da conduta, for capaz de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento, e tenha completado 18 anos.

A imputabilidade encontra fundamento na dirigibilidade do ato humano e na possibilidade de sua intimidação pela ameaça de pena. São distintos os conceitos de imputabilidade e responsabilidade. O primeiro é a capacidade de culpabilidade; já a responsabilidade funda-se no princípio de que toda pessoa imputável (dotada de capacidade de culpabilidade) deve responder pelos seus atos.

O Código Penal define apenas as situações de inimputabilidade:

TÍTULO III DA IMPUTABILIDADE PENAL

Inimputáveis

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Redução de pena

Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Menores de dezoito anos

Art. 27 - Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Emoção e paixão

Art. 28 - Não excluem a imputabilidade penal: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - a emoção ou a paixão; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Embriaguez

II - a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 1º - É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 2º - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Concurso de pessoas

Cuidando do concurso de pessoas, diz o art. 29, caput, do Código Penal, que quem, de qualquer modo, concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

O art. 29 do Código Penal aplica-se, como regra, aos delitos unissubjetivos, também conhecidos como delitos de concurso eventual, uma vez que para os crimes plurissubjetivos, ou de concurso necessário, pelo fato de exigirem a presença de, no mínimo, duas ou mais pessoas, dependendo do tipo penal, não haveria necessidade de regra expressa para os autores, ou co-autores, tendo aplicação somente no que diz respeito à participação nessas infrações penais.

Fala-se em concurso de pessoas, portanto, quando duas ou mais pessoas concorrem para a prática de uma mesma infração penal. Essa colaboração recíproca pode ocorrer tanto nos casos em que são vários os autores, bem como naqueles onde existam autores e partícipes.

Como bem nos ensina o renomado Professor Rogério Greco, a regra trazida pelo art. 29 do Código Penal aplica-se, mormente, aos chamados crimes de concurso eventual (unissubjetivos), que são aqueles que podem ser cometidos por um único agente, mas que, eventualmente, são praticados por duas ou mais pessoas. Quando duas ou mais pessoas se reúnem a fim de cometer tais infrações penais (homicídio, furto, dano etc.), ou, na expressão do Código, se concorrerem para o crime, incidirão nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

Para que se possa concluir pelo concurso de pessoas, será preciso verificar a presença dos seguintes requisitos:

- a) pluralidade de agentes e de condutas;
- b) relevância causal de cada conduta;
- c) liame subjetivo entre os agentes;
- d) identidade de infração penal.

A pluralidade de agentes (e de condutas) é requisito indispensável à caracterização do concurso de pessoas. O próprio nome nos está a induzir sobre a necessidade de, no mínimo, duas pessoas que, envidando esforços conjuntos, almejam praticar determinada infração penal.

O segundo requisito diz respeito à relevância causai das condutas praticadas por aqueles que, de alguma forma, concorreram para o crime. Se a conduta levada a efeito por um dos agentes não possuir relevância para o cometimento da infração penal, devemos desconsiderá-la e concluir que o agente não concorreu para a sua prática. Imaginemos o seguinte: A, com o firme propósito de causar a morte de B, pelo fato de não ter encontrado a sua arma, vai até a residência de C e, explicando-lhe o fato, pede-lhe o revólver emprestado. C, mesmo sabendo da intenção de A, empresta-lhe a arma. Antes de ir ao encontro de B, A resolve, mais uma vez, procurar a sua pistola, calibre 380, e, para sua surpresa, consegue achá-la. Assim, deixa de lado a arma que havia solicitado a C e, agora, com a sua pistola vai à procura de B e causa-lhe a morte.

A pergunta que devemos nos fazer é a seguinte: Será que a conduta de C foi relevante a ponto de podermos atribuir-lhe o delito de homicídio praticado por A, ou, em razão de não ter o agente utilizado a arma tomada de empréstimo de C, a conduta deste último deixou de ser relevante na cadeia causal? Como o agente já estava decidido a cometer o crime, entendemos que, pelo fato de não ter se utilizado da arma emprestada por C, a conduta deste passou a ser irrelevante, uma vez que não estimulou, ou de qualquer modo influenciou o agente no cometimento de sua infração penal. Dessa forma, embora tenha querido contribuir, a ausência de relevância de sua conduta fará com que não seja responsabilizado penalmente pelo resultado.

O terceiro requisito indispensável à caracterização do concurso de pessoas diz respeito ao chamado liame subjetivo, isto é, o vínculo psicológico que une os agentes para a prática da mesma infração penal. Se não se conseguir vislumbrar o liame subjetivo entre os agentes, cada qual responderá, isoladamente, por sua conduta. No caso clássico em que A e B atiram contra C, sendo que um deles acerta mortalmente o

alvo e o outro erra, não se sabendo qual deles conseguiu alcançar o resultado morte, dependendo da conclusão que se chegue com relação ao vínculo psicológico entre os agentes, as imputações serão completamente diferentes. Se dissermos que A e B agiram unidos pelo liame subjetivo, não importará saber, a fim de condená-los pelo crime de homicídio, qual deles, efetivamente, conseguiu acertar a vítima, causando-lhe a morte. Aqui, o liame subjetivo fará com que ambos respondam pelo homicídio consumado. Agora, se chegarmos à conclusão de que os agentes não atuaram unidos pelo vínculo subjetivo, cada qual deverá responder pela sua conduta. No caso em exame, não sabemos quem foi o autor do resultado morte. A dúvida, portanto, deverá beneficiar os agentes, uma vez que um deles não conseguiu alcançar o resultado morte, praticando, assim, uma tentativa de homicídio. Dessa forma, ambos deverão responder pelo crime de homicídio tentado.

O quarto e último requisito necessário à caracterização do concurso de pessoas é a identidade de infração penal. Quer isto dizer que os agentes, unidos pelo liame subjetivo, devem querer praticar a mesma infração penal. Seus esforços devem convergir ao cometimento de determinada e escolhida infração penal.

Em síntese, somente quando duas ou mais pessoas, unidas pelo liame subjetivo, levarem a efeito condutas relevantes dirigidas ao cometimento de uma mesma infração penal é que poderemos falar em concurso de pessoas.

Teorias

Ainda na lição do ilustre mestre Rogério Greco, com a finalidade de distinguir e apontar a infração penal cometida por cada um dos seus participantes (autores e partícipes), surgiram três teorias que estão a merecer destaque:

- a) teoria pluralista;
- b) teoria dualista;
- c) teoria monista.

Para a teoria pluralista, haveria tantas infrações penais quantos fossem o número de autores e partícipes. Na precisa lição de Cezar Bitencourt, "a cada participante corresponde uma conduta própria, um elemento psicológico próprio e um resultado igualmente particular.

À pluralidade de agentes corresponde a pluralidade de crimes. Existem tantos crimes quantos forem os participantes do fato delituoso" Seria como se cada autor ou partícipe tivesse praticado a sua própria infração penal, independentemente da sua colaboração para com os demais agentes. Assim, se alguém tivesse induzido duas outras pessoas a praticar um delito de furto, teríamos três infrações penais distintas. Uma para cada um dos agentes. Ou seja, uma para o partícipe e uma para cada um dos co-autores, isto é, para aqueles que realizaram a subtração da coisa alheia móvel.

Já a teoria dualista distingue o crime praticado pelos autores daquele cometido pelos partícipes. Para esta teoria, haveria uma infração penal para os autores e outra para os partícipes. Manzini, defensor da mencionada teoria, argumentava que "se a participação pode ser principal e acessória, primária e secundária, deverá haver um crime único para os autores e outro crime único para os chamados cúmplices *stricto sensu*. A consciência e vontade de concorrer num delito próprio confere unidade ao crime praticado pelos autores; e a de participar no delito de outrem atribui essa unidade ao praticado pelos cúmplices". Tomando emprestado o exemplo acima, teríamos uma infração para aquele que induziu os agentes à prática do crime de furto e outra para os co-autores, isto é, para aqueles que subtraíram a coisa alheia.

A teoria monista, também conhecida como unitária, adotada pelo nosso Código Penal, aduz que todos aqueles que concorrem para o crime, incidem nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. Para a teoria monista existe um crime único, atribuído a todos aqueles que para ele concorreram, autores ou partícipes. Embora o crime seja praticado por diversas pessoas, permanece único e indivisível. No escólio de Esther de Figueiredo Ferraz, "o delito cometido graças ao concurso de várias pessoas não se fraciona em uma série de crimes distintos. Ao contrário, conserva-se íntegro, indiviso, mantendo sua

unidade jurídica à custa da convergência objetiva e subjetiva das ações dos múltiplos participantes". Ainda nos valendo do exemplo acima, haveria um único crime de furto, atribuído ao partícipe e aos coautores.

Participação

A participação (propriamente dita) consiste em contribuir na conduta criminosa do autor ou coautores, praticando atos que não se amoldam diretamente à figura típica ou que não possuam o domínio final da ação criminosa. Mesmo assim, o partícipe concorre, de qualquer modo, para a realização do crime.

O partícipe responde pelo crime em virtude do disposto no art.29 do Código Penal, a saber:

"Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade".

A participação ocorre antes da consumação. Se a contribuição for após a consumação poderá configurar crime autônomo, como, por exemplo, receptação, favorecimento real, favorecimento pessoal.

Formas de Participação

a – participação moral (determinação ou induzimento);

b – participação material (cumplicidade).

Parte da doutrina admite a hipótese de participação por omissão quando o agente podia e devia agir para evitar o resultado, mas se omitiu, aderindo ao crime de outrem. Assim, se um policial, podendo e devendo agir, deixa de evitar um fardo, aderindo subjetivamente a este, responde pelo crime. Em outro sentido, há quem sustente que neste exemplo, o policial não é partícipe, mas sim autor direto (crime omissivo impróprio, nos termos do art.13, §2º, a, do CP) Ao adotar a tese da possibilidade da participação por omissão Luiz Flávio Gomes esclarece que "a diferença que existe entre o partícipe por omissão e o crime omissivo impróprio (ou comissivo por omissão) é a seguinte: no primeiro (participação omissiva) o partícipe não tem o domínio do fato (é mero participante dele); no segundo o autor tem total domínio

do fato (ou seja: é ele quem dirige o destino do fato)".

Natureza jurídica

Trata-se de uma das formas de adequação típica de subordinação mediata. Inicialmente a conduta do partícipe é atípica, pois seu fato não se subsume ao tipo penal. Mas, aplicando-se a norma de ampliação espacial e pessoal da figura típica (art.29 do CP), o tipo passa a abranger a sua conduta (acessória). Trata-se de uma forma de acessão ao fato praticado pelo executor.

Para haver participação (conduta acessória) é necessária uma conduta principal, praticada pelo autor ou co-autores (fato principal). Segundo a doutrina, há quatro classes de acessoriedade (teoria da acessoriedade):

- 1) mínima: é necessário que a conduta principal constitua fato típico;
- 2) limitada: é necessário que a conduta principal constitua fato típico e antijurídico;
- 3) extrema: é necessário que a conduta principal constitua fato típico, antijurídico e culpável;
- 4) hiperacessoriedade: é necessário que a conduta principal constitua fato típico, antijurídico, culpável e, ainda, que concorram as circunstâncias de agravação e atenuação existentes em relação ao autor principal.

Na doutrina pátria predomina a acessoriedade limitada, o fato principal deve ser típico e antijurídico.

Participação de menor importância

Art. 29, § I". Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

Possui aplicação apenas ao partícipe, haja vista que é incompatível com a conduta do coautor, que realiza o verbo típico ou possui o domínio do fato.

Esta causa de diminuição de pena não se concilia com as agravantes descritas no art.62, isto porque ninguém pode ter uma participação de menor importância e, ao mesmo tempo, promover, coagir, etc.

Uma vez evidenciada a contribuição de menor importância para o delito, a redução da pena se torna obrigatória. A expressão "pode" refere-se ao quantum da diminuição. Em sentido contrário, existe o entendimento de que a redução é facultativa, podendo o juiz deixar de aplicá-la, mesmo convencido da participação de pouca importância. O critério para fixação do quantum deve variar de acordo com a maior ou menor contribuição do partícipe na prática delituosa: "quanto mais a conduta se aproximar do núcleo do tipo, maior deverá ser a pena; quanto mais distante do núcleo, menor deverá ser a resposta penal".

Cooperação dolosamente distinta

Art.29, §2 " Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave."

Considerando o termo concorrente, esse dispositivo pode ser aplicado tanto aos coautores como aos partícipes.

No caso de não ser previsível o resultado mais grave, o concorrente responderá apenas pelo crime menos grave, ou seja, que quis participar. Sendo previsível o resultado mais grave, responderá pelo crime menos grave, com a pena deste elevada até metade. Ex.: A induz B a furtar C. Acontece que B agrediu C para realizar a infração. Havendo a previsibilidade do resultado, A responderá por furto, mas com o aumento de pena. B responderá por roubo. A pena do crime menos grave, mesmo com o aumento, não pode ser superior àquela que seria aplicada ao crime mais grave.

Se o resultado mais grave era previsto e aceito como possível, o concorrente por ele responderá, uma vez que houve dolo eventual.

Importante frisar que "não ocorrendo o rompimento do vínculo subjetivo havido entre os agentes, não há que se falar em participação de menor importância, tampouco em

responsabilização pelo crime menos grave, eis que, em se tratando de roubo com emprego de arma, respondem pelo resultado morte todos os que, mesmo não tendo de mão própria realizado o ato letal, planejaram e executaram o tipo básico, assumindo o risco do resultado mais grave durante a ação criminosa.

Com base neste dispositivo, fica impedida a responsabilidade penal objetiva, com reafirmação do caráter individual da culpabilidade.

Circunstâncias incomunicáveis

Art. 30. Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

Circunstâncias são dados acessórios ao crime dispensáveis para a configuração da figura penal básica, embora causem influência sobre a quantidade de pena (circunstâncias acessórias - *accidentalia delicti*).

Elementares (*essentialia delicti*), por sua vez, são dados que constituem o tipo penal, ou seja, são os elementos constitutivos do crime. A.

elementar é imprecisamente chamada de circunstância elementar, pois se é elementar não pode ser circunstância, já que esta significa o que está ao redor de algo, que no caso seria ao redor do crime. No entanto, o art.30 do CP utiliza a expressão circunstância elementar.

As circunstâncias podem ser:

- a) Circunstâncias objetivas: são as que se relacionam com aspectos objetivos do crime, como os meios e modos de execução, tempo, ocasião, lugar etc. Ex: emprego de fogo, veneno ou explosivo.
- b) Circunstâncias subjetivas: "são as que só dizem respeito com a pessoa do participante, sem qualquer relação com a materialidade do delito, como os motivos determinantes, suas condições ou qualidades pessoais e relações com a vítima ou com outros concorrentes".

Do art.30 pode-se concluir que:

Circunstâncias objetivas: sempre comunicáveis, desde que sejam do conhecimento do partícipe.

Circunstâncias e condições subjetivas: são incomunicáveis, salvo quando elementares do crime e de conhecimento do partícipe. Exemplo de incomunicabilidade: o homicídio privilegiado não é comunicável ao outro agente que na agiu diante de uma das hipóteses.

Crimes contra a pessoa

São os delitos previstos na parte especial do Código Penal, no Título Dos Crimes Contra a Pessoa, Capítulo I, Dos Crimes contra a Vida, quais sejam: homicídio (artigo 121), induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio (artigo 122), infanticídio (artigo 123) e aborto (artigos 124, 125, 126, 127 e 128).

Homicídio

É a morte de um homem praticada por outro homem. É a eliminação da vida de uma pessoa provocada por outra. Tem por ação nuclear o verbo "matar", que significa destruir ou eliminar, no caso a vida humana, utilizando-se de qualquer meio capaz de execução.

É um crime comum, pois o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, não exigindo a Lei, nenhum requisito especial, sendo excluídos aqueles que atentam contra a própria vida, já que o suicídio, por si mesmo, é fato atípico. Admite a coautoria ou participação, por ação ou omissão.

Desse modo, o agente pode lançar mão de todos os meios, não só materiais, para realizar o núcleo da figura típica. Portanto, pode-se matar por meios físicos (mecânicos, químicos ou patogênicos), morais ou psíquicos, com emprego de palavras, direta ou indiretamente, por ação ou omissão.

O Sujeito passivo do crime de homicídio é "alguém", ou seja, qualquer pessoa, independentemente de idade, sexo, condição social etc. É o titular do bem jurídico lesado ou ameaçado.

Pode ser praticado com dolo (vontade e consciência na produção do resultado) ou com culpa (por imprudência, negligência ou imperícia). Dá-se o nome de homicídio doloso no primeiro caso e de homicídio culposo no segundo.

O Código Penal distingue várias modalidades de homicídio: simples (artigo 121, caput), privilegiado (§ 1º), qualificado (§ 2º) e culposo (§ 3º).

Por homicídio simples, entende-se que é aquele que constitui o tipo básico fundamental, ou seja, contém os componentes essenciais do crime.

O homicídio privilegiado é aquele que, em virtude de certas circunstâncias subjetivas, conduzem a uma menor reprovação social da conduta do homicida e, por este motivo, a pena é atenuada.

Já o homicídio qualificado é aquele que tem sua pena majorada (aumentada). Diz respeito aos motivos determinantes do crime e aos meios de execução, reveladores de maior periculosidade ou perversidade do agente.

O homicídio culposos há uma ação voluntária dirigida a uma atividade lícita, porém, pela quebra do dever de cuidado a todos exigidos, sobrevém um resultado ilícito não querido, cujo risco nem sequer foi assumido.

O crime de homicídio tem por objeto jurídico a vida humana extrauterina. Não é necessário, para a existência de um crime de homicídio, que se trate de vida humana viável, bastando, apenas, a prova de que a vítima tenha nascido viva.

Ressalta-se que só os crimes dolosos contra a vida, na sua forma consumada ou tentada, são julgados pelo Tribunal do Júri. Os crimes culposos contra a vida são de competência do juiz singular.

Homicídio simples

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a

injusta provocação da vítima, ou juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

Homicídio culposo

§ 3º Se o homicídio é culposo: (Vide Lei nº 4.611, de 1965)

Pena - detenção, de um a três anos.

Aumento de pena

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as conseqüências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos. (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

§ 5º - Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as conseqüências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. (Incluído pela Lei nº 6.416, de 24.5.1977)

§ 6º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio. (Incluído pela Lei nº 12.720, de 2012)

Induzimento, instigação ou auxílio ao Suicídio

O suicídio é a deliberada destruição da própria vida. Suicida, segundo o Direito, é somente aquele que busca direta e voluntariamente a própria morte.

O tipo previsto no artigo 122 do código penal, de participação de suicídio alheio, é crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa que execute uma das condutas descritas no tipo.

Por ser um tipo misto alternativo (crime de ação múltipla ou de conteúdo variado), o agente, ainda que realize todas as condutas, responde por um só crime.

Três são as ações previstas pelo tipo penal:

- a) Induzir: significa suscitar a idéia, sugerir o suicídio. É fazer surgir, na mente da vítima, um desejo de suicídio que não existia.
- b) Instigar: significa reforçar, estimular, encorajar um desejo já existente. Aqui, o sujeito ativo potencializa a ideia de suicídio que já havia na mente da vítima.
- c) Auxiliar: consiste na prestação de ajuda material (e moral), que tem caráter meramente secundário. Em regra, se traduz por ato material (fornecimento de arma, veneno etc), mas pode ser também de ordem moral (instruções para por termo à vida etc).

Por se tratar de crime comum, pode ser praticado por qualquer pessoa que tenha capacidade de induzir, instigar ou auxiliar alguém, de modo eficaz e consciente, a suicidar-se.

Qualquer pessoa pode ser vítima do crime em tela, desde que possua capacidade de resistência e discernimento.

Tratando-se de doente mental, sem capacidade de discernimento, ou menor sem compreensão, haverá homicídio, falando-se no caso de autoria mediata. A pessoa que tenta suicídio não pode ser responsabilizada criminalmente.

O crime consuma-se com o resultado naturalístico, ou seja, a morte ou lesão corporal de natureza grave.

A tentativa no crime, aqui exposto, é inadmissível, embora, em tese, fosse possível. Se não ocorrer a morte ou lesão corporal de natureza grave, o fato é atípico.

Dessa forma, o ato de induzir, instigar ou auxiliar que alguém se suicide, sem que deles decorram os eventos naturalísticos acima mencionados, não constitui crime.

O elemento subjetivo do delito de participação em suicídio é somente o dolo, direto ou eventual, consistente na vontade livre e consciente de concorrer para que a vítima se suicide.

Não há previsão legal da modalidade culposa do crime de participação em suicídio. Há posicionamento na doutrina no sentido de que se alguém, por culpa, dá causa a que alguém se suicide, responderá por homicídio culposo, se o evento morte for previsível.

Pode ser praticado de forma simples ou qualificada. Na primeira, é a figura descrita no caput do artigo 122 do Código Penal. Na segunda, é a figura prevista no parágrafo único do artigo 122, onde a pena será duplicada nos seguintes casos:

a) Motivo egoístico: elemento subjetivo que demonstra interesses personalíssimos no evento morte (herança, competição nos negócios etc).

b) Vítima menor: em termos de outros dispositivos, seria a pessoa entre os 14 e 18 anos. Apesar de não haver indicação expressa na Lei indicando a menoridade a que ela se refere, funda-se a agravante em tela na menor capacidade de resistência moral da vítima à criação ou estímulo do propósito suicida por parte do agente.

Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio

Art. 122 - Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão, de um a três anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.

Parágrafo único - A pena é duplicada:

Aumento de pena

I - se o crime é praticado por motivo egoístico;

II - se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.

Infanticídio

É a vida do ser nascente ou neonato ceifada pela própria mãe, que encontra-se sob influência do estado puerperal.

Trata-se de uma espécie de homicídio doloso privilegiado, cujo privilegium é concedido em virtude da "influência do estado puerperal" sob o qual se encontra a parturiente.

É que o estado puerperal, por vezes, pode acarretar distúrbios psíquicos na genitora, os quais diminuem a sua capacidade de entendimento ou autoinibição, levando-a a eliminar a vida do infante.

Conforme Mirabete, "o estado puerperal é o período que vai do deslocamento e expulsão da placenta à volta do organismo materno às condições normais, havendo discordância quanto a seu limite de duração (de 6 a 8 dias a 6 semanas)".

Não se trata, especificamente, de uma perturbação psíquica, mas de eventual diminuição da capacidade de a parturiente determinar-se, livremente, causa de sua incriminação por infanticídio e não homicídio, fundando-se o tipo especial em um critério psicofisiológico (critério adotado pelo Código Penal) e não em motivo de honra, como já se decidiu.

Tutela o artigo 123 do Código Penal o direito á vida, contudo, a vida humana extrauterina, assim como no delito de homicídio.

Por ser um crime próprio, somente a mãe puérpera pode praticar o crime em tela, porém, nada impede que terceiro responda por este delito na modalidade de concursos de pessoas: a) mãe que mata o próprio filho com, contando com o auxílio de terceiro; b) o terceiro mata o recém-nascido, contando com a participação da mãe; c) mãe e terceiro executam e coautoria a conduta principal, matando a vítima.

O sujeito passivo do crime é, somente, o filho "durante o parto ou logo após".

Por se tratar de crime de execução de forma livre, pode ser praticado por qualquer meio comissivo (enforcamento, estrangulamento, afogamento...) ou omissivo (deixar de amamentar a criança, abandonar recém-nascido em lugar ermo com o fim de praticar sua morte - animus necandi - ...).

O elemento subjetivo do crime de infanticídio é o dolo, ou seja, a vontade consciente e voluntária de produzir o resultado. Não existe a modalidade culposa neste crime.

Sobre esta questão, há duas posições na doutrina:

a) O fato será penalmente atípico (posição adotada por Damásio E. de Jesus);

b) Responderá pelo delito de homicídio culposo (posição adotada por Nélson Hungria, Julio Fabbrini Mirabete, Cezar Roberto Bitencourt e E. Magalhães Noronha);

Vale citar a posição de Fernando Capez que entende que o tipo se amolda à segunda conduta (homicídio culposo), pois a capacidade pessoal de previsão do agente (afetada pelo estado puerperal) pertence ao terreno da culpabilidade e não do fato típico.

A consumação do delito se dá com a morte do neonato ou nascente. Por se tratar de um crime plurissubsistente, admite a tentativa quando, por circunstâncias alheias a sua vontade, não logra eliminar a vida do ser nascente ou neonato.

Infanticídio

Art. 123 - Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após:

Pena - detenção, de dois a seis anos.

Aborto

É a interrupção da gravidez com a morte do produto da concepção. Consiste na eliminação da vida intrauterina.

Pode ser espontâneo, natural ou provocado, sendo neste último caso criminoso, exceto se praticado em uma das formas do artigo 128 do Código Penal.

No autoaborto só há um bem jurídico tutelado, que é o direito à vida do feto. É, portanto, a preservação da vida humana intrauterina.

No abortamento provocado por terceiro, além do direito à vida do produto da concepção, também é protegido o direito à vida e à incolumidade física e psíquica da própria gestante.

No autoaborto ou aborto consentido, artigo 124 do Código Penal, somente a gestante pode ser autora desse crime, pois trata-se de crime de mão própria.

É discutida a possibilidade de coautoria ou participação no crime previsto no artigo 124, mas nada impede o concurso de agentes, por instigação, auxílio moral ou material. Se o agente atua em consonância com a gestante, por instigação, acompanhamento etc, responderá por este delito; se presta colaboração à conduta de terceiro, pelo artigo 126.

No aborto provocado por terceiro, com ou sem o consentimento da gestante, artigos 125 e 126 do código penal, por tratar-se de crime comum, o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa.

Por ser crime de ação livre, a provocação do aborto pode ser realizada de diversas formas, seja por ação, seja por omissão.

A ação provocadora poderá dar-se por meio dos seguintes executivos:

- a) meios químicos: substâncias que atuam por via de intoxicação, como o arsênio, fósforo, mercúrio, quinina, estricnina, ópio etc;
- b) meios psíquicos: susto, terror, sugestão etc;
- c) meios físicos: são os meios mecânicos (curetagem); térmicos (aplicação de bolsas de água quente e fria no ventre); e elétricos (emprego de corrente galvânica ou farádica).

O elemento subjetivo do crime de aborto é o dolo (vontade livre e consciente de interromper a gravidez) de causar a morte do produto da concepção. Não se admite a modalidade culposa.

Por se tratar de crime material, a tentativa é perfeitamente admissível.

Não podemos ignorar os outros dois dispositivos que tratam do crime de aborto: artigos 127 e 128.

No primeiro, os crimes previstos nos artigos 125 e 126 constituem causas especiais de aumento de pena, quando provoca lesão corporal

de natureza grave, quando a pena é acrescida de um terço, ou morte, quando é ela duplicada.

Não se aplica o dispositivo à gestante nem àquele que é coautor ou partícipe de seu crime, previsto no artigo 124. Responsabilizado, porém, como autor ou partícipe dos crimes previstos nos artigos 125 e 126, a pena também deve ser acrescida.

No segundo, o dispositivo trata do aborto legal. No inciso I, dispõe do aborto necessário, que é aquele em que não há outro meio de salvar a vida da gestante, senão o aborto. Dessa forma, havendo perigo para a vida da gestante, o crime está excluído pela excludente de ilicitude (estado de necessidade).

Já no inciso II, dispõe sobre o aborto sentimental, que é autorizado quando a gravidez resulta de estupro e há o consentimento da gestante ou de seu representante legal.

Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento

Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque: (Vide ADPF 54)

Pena - detenção, de um a três anos.

Aborto provocado por terceiro

Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de três a dez anos.

Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante: (Vide ADPF 54)

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou debil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência

Forma qualificada

Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico: (Vide ADPF 54)

Aborto necessário

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

Todos os crimes, aqui elencados, são da competência do Tribunal do Júri para julgamento, desde que cometidos dolosamente na forma consumada ou tentada.

Também são da competência do Tribunal do Júri, os crimes cometidos em conexão com os aqui descritos.

Crimes contra o patrimônio

O Título II da parte especial do Código Penal Brasileiro, faz referências aos Crimes Contra o Patrimônio.

Antes de mais nada é preciso definir o conceito de patrimônio, tendo em vista o complexo das relações jurídicas: considera-se patrimônio de uma pessoa, os bens, o poderio econômico, a universalidade de direitos que tenham expressão econômica para a pessoa. Considera-se em geral, o patrimônio como universalidade de direitos. Vale dizer como uma unidade abstrata, distinta, diferente dos elementos que a compõem isoladamente considerados.

Além desse conceito jurídico, que é próprio do direito privado, há uma noção econômica de patrimônio e, segundo a qual, ele consiste num complexo de bens, através dos quais o homem satisfaz suas necessidades.

Cabe lembrar, que o direito penal em relação ao direito civil, ao direito econômico, ele é autônomo e constitutivo, e por isso mesmo quando tutela bens e interesses jurídicos já tutelados por outros ramos do direito, ele o faz com autonomia e de um modo peculiar.

A tutela jurídica do patrimônio no âmbito do Código Penal Brasileiro, é sem dúvida extensamente realizada, mas não se pode perder jamais em conta, a necessidade de que no conceito de patrimônio esteja envolvida uma noção econômica, uma noção de valor material econômico do bem.

Falarei de alguns dos crimes contra o patrimônio, tais como previstos no Código Penal Brasileiro.

FURTO

O primeiro é o crime de furto descrito no artigo 155 do Código Penal Brasileiro, em sua forma básica: "subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa".

O conceito de furto pode ser expresso nas seguintes palavras: furto é a subtração de coisa alheia móvel para si ou para outrem sem a prática de violência ou de grave ameaça ou de qualquer espécie de constrangimento físico ou moral à pessoa. Significa pois o assenhoreamento da coisa com fim de apoderar-se dela com ânimo definitivo.

Quanto a objetividade jurídica do furto é preciso ressaltar uma divergência na doutrina: entende-se que é protegida diretamente a posse e indiretamente a propriedade ou, em sentido contrário, que a incriminação no caso de furto, visa essencial ou principalmente a tutela da propriedade e não da posse. É inegável que o dispositivo protege não só a propriedade como a posse, seja ela direta ou indireta além da própria detenção.

Devemos ter primeiro o bem jurídico daquele que é afetado imediatamente pela conduta criminosa. Vale dizer que a vítima de furto não é necessariamente o proprietário da coisa subtraída, podendo recair a sujeição passiva sobre o mero detentor ou possuidor da coisa.

Qualquer pessoa pode praticar o crime de furto, não exige além do sujeito ativo qualquer circunstância pessoal específica. Vale a mesma

coisa para o sujeito passivo do crime, sendo ela física ou jurídica, titular da posse, detenção ou da propriedade.

O núcleo do tipo é subtrair, que significa tirar, retirar, abrangendo mesmo o apossamento à vista do possuidor ou proprietário.

O crime de furto pode ser praticado também através de animais amestrados, instrumentos etc. Esse crime será de apossamento indireto, devido ao emprego de animais, caso contrário é de apossamento direto.

Reina uma única controvérsia, tendo em vista o desenvolvimento da tecnologia, quanto a subtração praticada com o auxílio da informática, se ela resultaria de furto ou crime de estelionato. Tenho para mim, que não podemos “aprioristicamente” ter o uso da informática como meio de cometimento de furto ou mesmo estelionato, pois é preciso analisar, a cada conduta, não apenas a intenção do agente, mas o modo de operação do agente através da informática.

O objeto material do furto é a coisa alheia móvel. Coisa em direito penal representa qualquer substância corpórea, seja ela material ou materializável, ainda que não tangível, suscetível de apreciação e transporte, incluindo aqui os corpos gasosos, os instrumentos, os títulos, etc.

O homem não pode ser objeto material de furto, conforme o fato, o agente pode responder por sequestro ou cárcere privado, conforme artigo 148 do Código Penal Brasileiro, ou subtração de incapazes artigo 249.

Afirma-se na doutrina que somente pode ser objeto de furto a coisa que tiver relevância econômica, ou seja, valor de troca, incluindo no conceito, a ideia de valor afetivo (o que eu acho que não tem validade jurídica penal). Já a jurisprudência invoca o princípio da insignificância, considerando que se a coisa furtada tem valor monetário irrisório, ficará eliminada a antijuridicidade do delito e, portanto, não ficará caracterizado o crime.

Furto é crime material, não existindo sem que haja desfalque do patrimônio alheio. Coisa alheia é a que não pertence ao agente, nem mesmo parcialmente. Por essa razão não comete furto e sim o crime contido no artigo 346 (Subtração ou Dano de Coisa Própria em Poder de Terceiro) do Código Penal Brasileiro, o proprietário que subtrai coisa sua que está em poder legítimo de outro

O crime de furto é cometido através do dolo que é a vontade livre e consciente de subtrair, acrescido do elemento subjetivo do injusto também chamado de "dolo específico", que no crime de furto está representado pela ideia de finalidade do agente, contida da expressão "para si ou para outrem". Independe todavia de intuito, objetivo de lucro por parte do agente, que pode atuar por vingança, capricho, liberalidade.

O consentimento da vítima na subtração elide o crime, já que o patrimônio é um bem disponível, mas se ele ocorre depois da consumação, é evidente que sobrevivi o ilícito penal.

O delito de furto também pode ser praticado entre: cônjuges, ascendentes e descendentes, tios e sobrinhos, entre irmãos.

Trago aqui jurisprudência onde defende que o furto praticado contra ascendente, a ação é antijurídica, descabendo a aplicação da pena. Significa conforme artigo 181 do Código Penal Brasileiro, que subsiste o crime com todos os seus requisitos, excluindo-se apenas a punibilidade. Nelson Hungria, ressalta a antijuridicidade da ação do agente, porém, esclarece que não se aplica a pena respectiva.

O direito romano não admitia, nesses casos, a ação penal. Já o direito moderno não proíbe o procedimento penal, mas isenta de pena, como elemento de preservação da vida familiar.

Para se definir o momento da consumação, existem duas posições:

- 1) atinge a consumação no momento em que o objeto material é retirado de posse e disponibilidade do sujeito passivo, ingressando na livre disponibilidade do autor, ainda que não obtenha a posse tranquila;
- 2) quando exige-se a posse tranquila, ainda que por breve tempo.

Temos a seguinte classificação para o crime de furto: comum quanto ao sujeito, doloso, de forma livre, comissivo de dano, material e instantâneo.

A ação penal é pública incondicionada, exceto nas hipóteses do artigo 182 do Código Penal Brasileiro, que é condicionada à representação.

O crime de furto pode ser de quatro espécies: furto simples, furto noturno, furto privilegiado e furto qualificado

FURTO DE USO

Vou falar agora do furto de uso, que é a subtração de coisa apenas para usufruí-la momentaneamente, está prevista no art. 155 do Código Penal Brasileiro, para que seja reconhecível o furto de uso e não o furto comum, é necessário que a coisa seja restituída, devolvida, ao possuidor, proprietário ou detentor de que foi subtraída, isto é, que seja reposta no lugar, para que o proprietário exerça o poder de disposição sobre a coisa subtraída. Fora daí a exclusão do "animus furandi" dependerá de prova plena a ser oferecida pelo agente.

Os tribunais tem subordinado o reconhecimento do furto de uso a efetiva devolução ou restituição, afirmando que há furto comum se a coisa é abandonada em local distante ou diverso ou se não é recolocada na esfera de vigilância de seu dono. Há ainda entendimentos que exigem que a devolução da coisa, além de ser feita no mesmo lugar da subtração seja feita em condições de restituição da coisa em sua integridade e aparência interna e externa, assim como era no momento da subtração.

Vale dizer a coisa devolvida assemelha-se em tudo e por tudo em sua aparência interna e externa à coisa subtraída

FURTO NOTURNO

O Furto Noturno, está previsto no § 1º do artigo 155: “apena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno”

É furto agravado ou qualificado o praticado durante o repouso noturno, aumenta-se de 1/3 artigo 155 §1º , a razão da majorante está ligada ao maior perigo que está submetido o bem jurídico diante da precariedade de vigilância por parte de seu titular.

Basta que ocorra a cessação da vigilância da vítima, que, dormindo, não poderá efetivá-la com a segurança e a amplitude com que a faria, caso estivesse acordada, para que se configure a agravante do repouso noturno.

Repouso noturno é o tempo em que a cidade repousa, é variável, dependendo do local e dos costumes.

É discutida pela doutrina e pela jurisprudência a cerca da necessidade do lugar, ser habitado ou não, para se dar a agravante. A jurisprudência dominante nos tribunais é no sentido de excluir a agravante, se o furto é praticado em lugar desabitado, pois evidente se praticado desta forma não haveria, mesmo durante a época o momento do não repouso, a possibilidade de vigilância que continuaria a ser tão precária quanto este momento de repouso.

Porém, como diz o mestre Magalhães Noronha “para nós, existe a agravante quando o furto se dá durante o tempo em que a cidade ou

local repousa, o que não importa necessariamente seja a casa habitada ou estejam seus moradores dormido. Podem até estar ausente, ou desabitado o lugar do furto”.

A exposição de motivos como a do mestre Noronha, é a que se iguala ao meu parecer, pois é prevista como agravante especial do furto a circunstância de ser o crime praticado durante o período do sossego noturno, seja ou não habitada a casa, estejam ou não seus moradores dormindo, cabe a majoração se o delito ocorreu naquele período.

Furto em garagem de residência, também há duas posições, uma em que incide a qualificadora, da qual o Professor Damásio é partidário, e outra na qual não incide a qualificadora.

FURTO PRIVILEGIADO ou mínimo

O furto privilegiado está expresso no § 2º do artigo 155: “Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa”.

Vale dizer que é uma forma de causa especial de diminuição de pena. Existem requisitos para que se dê essa causa especial:

- O primeiro requisito para que ocorra o privilégio é ser o agente primário, ou seja, que não tenha sofrido em razão de outro crime condenação anterior transitada em julgado.

- O segundo requisito é ser de pequeno valor a coisa subtraída.

A doutrina e a jurisprudência têm exigido além desses dois requisitos já citados, que o agente não revele personalidade ou antecedentes comprometedores, indicativos da existência de probabilidade, de voltar a delinquir.

A pena pode-se substituir a de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a multa.

O § 3º do artigo 155 faz menção à igualdade entre energia elétrica, ou qualquer outra que tenha valor econômico à coisa móvel, também a caracterizando como crime

A jurisprudência considera essa modalidade de furto como crime permanente, pois o agente pratica uma só ação, que se prolonga no tempo.

FURTO QUALIFICADO

Em determinadas circunstâncias são destacadas o §4º do art. 155, para configurar furto qualificado, ao qual é cominada pena autônoma sensivelmente mais grave: “reclusão de 2 à 8 anos seguida de multa”.

São as seguintes as hipóteses de furto qualificado:

- se o crime é cometido com destruição ou rompimento de obstáculos à subtração da coisa; está hipótese trata da destruição, isto é, fazer desaparecer em sua individualidade ou romper, quebrar, rasgar, qualquer obstáculo móvel ou imóvel a apreensão e subtração da coisa.

A destruição ou rompimento deve dar-se em qualquer momento da execução do crime e não apenas para apreensão da coisa. Porém é imprescindível que seja comprovada pericialmente, nem mesmo a confissão do acusado supre a falta da perícia

Trata-se de circunstância objetiva e comunicável no caso de concurso de pessoas, desde que o seu conteúdo haja ingressado na esfera do conhecimento dos participantes.

- A segunda hipótese é quando o crime é cometido com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.

Há abuso de confiança quando o agente se prevalece de qualidade ou condição pessoal que lhe facilite à prática do furto. Qualifica o crime de furto quando o agente se serve de algum artifício para fazer a subtração.

Mediante fraude é o meio enganoso capaz de iludir a vigilância do ofendido e permitir maior facilidade na subtração do objeto material. O furto mediante fraude distingue-se do estelionato, naquele a fraude é empregada para iludir a atenção e vigilância do ofendido, que nem percebe que a coisa lhe está sendo subtraída; no estelionato, ao

contrário, a fraude antecede o apossamento da coisa e é a causa de sua entrega ao agente pela vítima; esta entrega a coisa iludida, pois a fraude motivou seu consentimento.

É ainda qualificadora a penetração no local do furto por via que normalmente não se usa para o acesso, sendo necessário o emprego de meio artificial, é no caso de escalada, que não se relaciona necessariamente com a ação de galgar ou subir. Também deve ser comprovada por meio de perícia, assim como o rompimento de obstáculo.

Falarei sobre tentativa, é admissível a tentativa. Via de regra, a prisão em flagrante indica delito tentado nos casos de furto, por não chegar o agente a ter a posse tranquila da coisa subtraída, que não ultrapassa a esfera de vigilância da vítima.

Há ainda a tentativa frustrada, citarei um exemplo: um batedor de carteira segue uma pessoa durante vários dias. Decide, então, subtrair, do bolso interno do paletó da vítima, envelope que julga conter dinheiro. Furtado o envelope, o batedor de carteira é apanhado. Chegando à Delegacia, verifica-se que o envelope estava vazio, pois, naquele dia, a vítima esquecera o dinheiro em casa. O agente será responsabilizado pelo crime nesse exemplo? Não, pois a ausência do objeto material do delito faz do evento um crime impossível.

O último é a qualificadora da destreza, que se dá quando a subtração se dá dissimuladamente com especial habilidade por parte do agente, onde a ação, sem emprego de violência, em situação em que a vítima,

embora consciente e alerta, não percebe que está tendo os bens furtados. O arrebatamento violento ou inopinado não a configura.

- A terceira hipótese é o emprego de chave falsa.

Constitui chave falsa qualquer instrumento ou engenho de que se sirva o agente para abrir fechadura e que tenha ou não o formato de uma chave, podendo ser grampo, pedaço de arame, pinça, gancho, etc. O exame pericial da chave ou desse instrumento é indispensável para a caracterização da qualificadora

Quanto ao emprego de chave verdadeira apanhada ardilosamente, há duas opiniões divergentes:

- incide a qualificadora – RT 533:368, 548:427 e 539:325;
- há fraude e não qualificadora da chave falsa – RTJ 99:723.
- A Quarta e última hipótese é quando ocorre mediante concurso de duas ou mais pessoas, quando praticado nestas circunstâncias, pois isto revela uma maior periculosidade dos agentes, que unem seus esforços para o crime.

No caso de furto cometido por quadrilha, responde por quadrilha pelo artigo 288 do Código Penal Brasileiro seguido de furto simples, ficando excluída a qualificadora

Concurso de qualificadoras, o agente incidindo em duas qualificadoras, apenas uma qualifica, podendo servir a outra como agravante comum.

FURTO DE COISA COMUM

Este crime está definido no art. 156 do Código Penal Brasileiro, que diz: "Subtrair o condômino, co-herdeiro, ou sócio, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum: pena – detenção, de 6 (seis) meses à 2 (dois) anos, ou multa".

A razão da incriminação é de que o agente subtraia coisa que pertença também a outrem. Este crime constitui caso especial de furto, distinguindo-se dele apenas as relações existentes entre o agente e o lesado ou os lesados.

Sujeito ativo, somente pode ser o condômino, co-proprietário, co-herdeiro ou o sócio. Esta condição é indispensável e chega a ser uma elementar do crime e por tanto é transmitido ao partícipe estranho nos termos do artigo 29 do Código Penal Brasileiro.

Sujeito passivo será sempre o condomínio, co-proprietário, co-herdeiro ou o sócio, não podendo excluir-se o terceiro possuidor legítimo da coisa.

Não difere a conduta do crime de furto de coisa comum, o crime do artigo 155 do Código Penal Brasileiro, é a subtração de coisa móvel ou

mobilizável, é necessário que o agente tenha uma parte ideal da coisa para que possa falar em algo que seja punível, mas não importa qual o montante da sua parte na totalidade da coisa.

A vontade de subtrair configura o momento subjetivo, fala-se em dolo específico na doutrina, na expressão “para si ou para outrem”.

A pena cuminada para furto de coisa comum é alternativa de detenção de 6 (seis) meses à 2 (dois) anos ou multa. Dá-se ao juiz a margem para individualização da pena tendo em vista as circunstâncias do caso concreto.

A ação penal é pública, porém depende de representação da parte ofendida

ROUBO

Como expresso no artigo 157 do Código Penal Brasileiro: “Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa”.

Trata-se de crime contra o patrimônio, em que é atingido também a integridade física ou psíquica da vítima.

É um crime complexo, onde o objeto jurídico imediato do crime é o patrimônio, e tutela-se também a integridade corporal, a saúde, a liberdade e na hipótese de latrocínio a vida do sujeito passivo.

O Roubo também é um delito comum, podendo ser cometido por qualquer pessoa, dando-se o mesmo com o sujeito passivo. Pode ocorrer a hipótese de dois sujeitos passivos: um que sofre a violência e o titular do direito de propriedade.

Como no Furto, a conduta é subtrair, tirar a coisa móvel alheia, mas faça-se necessário que o agente se utilize de violência, lesões corporais, ou vias de fato, como grave ameaça ou de qualquer outro meio que produza a possibilidade de resistência do sujeito passivo.

A vontade de subtrair com emprego de violência, grave ameaça ou outro recurso análogo é o dolo do delito de roubo. Exige-se porém, o elemento subjetivo do tipo, o chamado dolo específico, idêntico ao do furto, para si ou para outrem, é que se dá a subtração.

Há uma figura denominada roubo impróprio que vem definido no art. 157 §1º do Código Penal Brasileiro: "na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro". Nesse caso a violência ou a grave ameaça ocorre após a consumação da subtração, visando o agente assegurar a posse da coisa subtraída ou a impunidade do crime.

A violência posterior ou roubo para assegurar a sua impunidade, deve ser imediato para caracterização do roubo impróprio.

A consumação do roubo impróprio ocorre com a violência ou grave ameaça desde que já ocorrido a subtração, não se consumando esta, tem se entendido que o agente deverá ser responsabilizado por tentativa de furto em concurso com o crime de lesões corporais.

Temos divergências quanto ao Roubo de Uso:

- 1) Constitui crime. É o entendimento uniforme da equipe de repressão a roubos do Ministério Público de São Paulo;
- 2) Não configura roubo, podendo subsistir constrangimento ilegal

Hipóteses de causas de aumento de pena, popularmente chamadas de "Roubo Qualificado", descritas no §2º do artigo 157 do Código Penal Brasileiro: "a pena aumenta-se de um terço até metade" .

- A primeira hipótese é se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma.

Neste caso é necessário o efetivo emprego da arma, seja para caracterizar a ameaça, seja para a violência. O fundamento da agravante reside no maior perigo que o emprego da arma proporciona.

Roubo a mão armada quem pratica crime de roubo à mão armada demonstra audácia e temibilidade, características de personalidade que recomendam a imposição de um período de segregação carcerária mais rigorosa no início de cumprimento da pena, ou seja, o regime prisional fechado (neste sentido TACrim Ap. 918.023/1 – SP, 2º Câ. Rel. Juiz Ricardo Lewandowski, j. 26/01/98 e TACrim – as mais recentes decisões nº. 1, Fev/97, pág. 05).

Ausência de apreensão da arma, o fato de não ser apreendida a arma usada no crime de roubo não afasta a qualificadora, se o demonstrar a prova oral produzida na instrução da causa (neste sentido TACrim Ap. 913.181/4 – Birigui, 16º Câ. Rel. Juiz Eduardo Pereira, j. 23/02/95 e TACrim – as mais recentes decisões nº 1. Fev/97 pág. 07)

A jurisprudência tem debatido sobre o emprego de arma de brinquedo, se caracteriza ou não a causa de aumento de pena. Para muitos doutrinadores como o Professor Maurício Ribeiro Lopes, armas de brinquedo não passam de brinquedos que tem forma de arma, sendo que a qualificadora destina-se a arma e não aos brinquedos. Esse raciocínio foi elaborado a partir de jurisprudências mais liberais, também adotadas por Damásio E. de Jesus, H. Fragoso e Celso Delmanto. Já a segunda corrente tem entendido que a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o aumento de pena

- A Segunda hipótese é se há o concurso de duas ou mais pessoas.

Ocorre aqui a mesma relevância da situação já estudada no crime de furto, ou seja, agindo os agentes entre duas ou mais pessoas, quando

praticado nestas circunstâncias, pois isto revela uma maior periculosidade dos agentes, que unem seus esforços para o crime.

Roubo em que o co-partícipe não tenha sido identificado e denunciado, mesmo assim aplica-se a qualificadora.

- se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância, é a terceira hipótese.

Nítida esta aqui a intenção da lei penal em proteger o transporte de dinheiro, jóias, ouro, etc. O ofendido deve estar transportando valores de outrem, e não próprios.

Apenas incide a qualificadora quando o agente tem consciência de que a vítima está em serviço de transporte de valores.

Mesmo que se prove mais de uma qualificadora, incide apenas uma; as demais servirão e circunstâncias agravantes, se cabíveis.

Consuma-se no momento em que o agente retira o objeto material da esfera de disponibilidade da vítima, mesmo que não haja a posse tranquila. Há entendimento no sentido da necessidade da posse tranquila, nem que seja por pouco tempo. Entendimento uniforme da Equipe de repressão a roubos do Ministério Público de São Paulo, Nº13, sendo também a posição de Celso Delmanto.

Tentativas, quanto ao roubo próprio ela é admitida, visto podendo ocorrer quando o sujeito, após empregar a violência ou grave ameaça contra a pessoa, por motivos alheios a sua vontade, não consegue efetuar a subtração.

Já a tentativa para o crime de roubo impróprio temos duas correntes:

- emprega a violência ou grave ameaça após a subtração e o crime se consuma, ou não, então, o crime será se furto tentado ou consumado. É o entendimento dominante.
- admite-se a tentativa, o agente, tendo efetuado a subtração e antes da consumação, tenta empregar violência contra a pessoa, ou quando, empregada a violência após a retirada da coisa, não consegue consumir a subtração.

Sua classificação doutrinária é de crime comum quanto ao sujeito, doloso, de forma livre, de dano, material e instantâneo. Tendo ação penal pública incondicionada.

ROUBO E LESÃO CORPORAL GRAVE

Nos termos do artigo 157 § 3º do Código Penal Brasileira primeira parte, é qualificado roubo quando: "da violência resulta lesão corporal de natureza grave, fixando-se a pena num patamar superior ao fixado

anteriormente, aqui reclusão de 5 (cinco) à 15 (quinze) anos, além da multa”.

É indispensável que a lesão seja causada pela violência, não estando o agente, sujeito às penas previstas pelo dispositivo em estudo, se o evento decorra de grave ameaça, como enfarte, choque ou do emprego de narcóticos. Haverá no caso roubo simples seguido de lesões corporais de natureza grave em concurso formal.

A lesão poderá ser sofrida pelo titular do direito ou em um terceiro.

Se o agente fere gravemente a vítima mas não consegue subtrair a coisa, há só a tentativa do artigo 157 § 3º 1ª parte (TACrim SP, julgados 72:214).

ROUBO E MORTE O CHAMADO “LATROCÍNIO”

A segunda parte do § em estudo, comina-se pena de reclusão de 20 à 30 anos se resulta a morte, as mesmas considerações referentes aos crimes qualificados pelo resultado, podem ser aqui aplicadas.

O artigo da Lei 8072/90 (Lei dos Crimes Hediondos), em conformidade com o artigo 5º XLIII, da Constituição Federal Brasileira, considera crime de latrocínio Hediondo.

Nos termos legais o Latrocínio não exige que o evento morte seja desejado pelo agente, basta que ele empregue violência para roubar e que dela resulte a morte para que se tenha caracterizado o delito.

É indiferente porém, que a violência tenha sido exercida para o fim da subtração ou para garantir, depois desta, a impunidade do crime ou a detenção da coisa subtraída.

Ocorre latrocínio ainda que a violência atinja pessoa diversa daquela que sofre o desapossamento da coisa. Haverá no entanto um só crime com dois sujeitos passivos.

A consumação do latrocínio ocorre com a efetiva subtração e a morte da vítima, embora no latrocínio haja morte da vítima, ele é um crime contra o patrimônio, sendo Juiz singular e não do Tribunal do Júri, essa é a posição válida, porém temos outras relacionadas com a tentativa:

Homicídio tentado e subtração tentada, teremos a tentativa de latrocínio.

Homicídio tentado e subtração consumada, temos 2 posições:

- 1) tentativa de latrocínio, seguida pelo Supremo Tribunal Federal, mv, RTJ 122:590 e 585:409.
- 2) tentativa de homicídio, havendo julgado nesse sentido: TJSP, RT 441:380.

Homicídio consumado e subtração tentada, aqui há quatro posições:

- tentativa de latrocínio, ocorre quanto o agente, após subtrair os bens da vítima, atira-lhe, visando atingi-la fatalmente e nele provoca lesões graves, comprovadas por laudo pericial. (neste sentido, TACrim, N° 266.654/6 – SP, 4º Gr. Cs., rel. Juiz Bento Mascarenhas, j. 20/04/95, e TJRJ, RT 515:424
- homicídio qualificado consumado em concurso de roubo – TJRJ, RF 258:363
- homicídio qualificado – TJSP, RT 441:380
- latrocínio consumado – é a posição dominante. Súmula n.º 610 do Supremo Tribunal Federal: “Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima”.

Pena, teremos reclusão de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa, conforme alteração do artigo 6º da Lei n.º. 8072/90. Conforme o artigo 9º dessa lei, a pena é agravada de metade quando a vítima se encontra nas condições do artigo 224 do Código Penal Brasileiro: “presunção de violência”.

Crimes contra a administração pública

São considerados crimes contra a administração os crimes cometidos por funcionários públicos.

De acordo com o Código Penal, pode ser considerado funcionário público quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego, ou função pública.

O crime de peculato, por exemplo, que consiste em subtrair um bem móvel valendo-se da condição de funcionário público, caso seja cometido por um cidadão comum será considerado como furto.

TÍTULO XI

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I

DOS CRIMES PRATICADOS

POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO

CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre

para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Peculato culposo

§ 2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Peculato mediante erro de outrem

Art. 313 - Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Inserção de dados falsos em sistema de informações (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Art. 313-A. Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000))

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Art. 313-B. Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Parágrafo único. As penas são aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento

Art. 314 - Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Emprego irregular de verbas ou rendas públicas

Art. 315 - Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Concussão

Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

Excesso de exação

§ 1º - Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza: (Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990)

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990)

§ 2º - Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Facilitação de contrabando ou descaminho

Art. 318 - Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho (art. 334):

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990)

Prevaricação

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art. 319-A. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo: (Incluído pela Lei nº 11.466, de 2007).

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

Condescendência criminosa

Art. 320 - Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Advocacia administrativa

Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo:

Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.

Violência arbitrária

Art. 322 - Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, além da pena correspondente à violência.

Abandono de função

Art. 323 - Abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

§ 1º - Se do fato resulta prejuízo público:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 2º - Se o fato ocorre em lugar compreendido na faixa de fronteira:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado

Art. 324 - Entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Violação de sigilo funcional

Art. 325 - Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

§ 1º Nas mesmas penas deste artigo incorre quem: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

I – permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública;(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

II – se utiliza, indevidamente, do acesso restrito. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Violação do sigilo de proposta de concorrência

Art. 326 - Devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena - Detenção, de três meses a um ano, e multa.

Funcionário público

Art. 327 - Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

§ 1º - Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§ 2º - A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. (Incluído pela Lei nº 6.799, de 1980)

Noções de Direito Processual Penal

Inquérito Policial

Um conceito básico para entendimento sobre inquérito policial é que ele é um instrumento de natureza administrativa que tem por finalidade expor o crime em sua primeira fase, a fim de que se descubra a autoria, a materialidade, circunstâncias do crime, além de provas, suspeitas, etc.

O Inquérito Policial comporta dois ângulos de interpretação, duas modalidades conceituais: uma de caráter formal e outra de caráter material.

Assim também pensa Câmara Leal, quando diz:

"Em sentido material, inquérito policial é o conjunto de atos, ordenados e disciplinados por lei, que constituem, em cada caso criminal, a sequência de atividade policial nas diligências que lhe competem. Em sentido formal, o inquérito policial é a peça processual que contém e autentica, em forma legal, os atos e diligências policiais, relativos a determinado caso criminal".

É o Inquérito policial, uma peça preliminar ou preparatória da ação penal, na medida em que colhe elementos informativos necessários para a instrução criminal judiciária.

É uma escrita, porque todos seus termos e atos são datilografados.

É também, uma peça investigatória, porque se destina a fazer investigações sobre o fato criminoso e sua autoria. O inquérito policial

deve obedecer certa ordem, mas não tem rito predeterminado. É inquisitivo, havendo certa discricionariedade da autoridade policial não obedece ao princípio do contraditório, e não havendo acusação formal, não há prejuízo para a defesa.

Nada mais é, então, o inquérito policial, do que a formalização da atividade da polícia judiciária, quando investiga o fato delituoso e a sua autoria, demonstrando os passos dados na busca da completa clareza do ocorrido.

Não se sujeita ao princípio da publicidade, ao contrário, segundo o art. 20 da CPP "a autoridade assegurará no Inquérito Policial o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pela sociedade".

Porém, esse sigilo é relativo, não atingindo a pessoa do advogado do indiciado, tendo em vista o disposto no art. 89, VI, b, e XV, da Lei 4.215 de 27 de abril de 1963 (Estatuto da OAB).

É posição firmada na jurisprudência o fato de ser o Inquérito Policial mera peça informativa e, por isso, discute-se seu valor probatório. Não se pode negar; no entanto, o valor de peças como o Auto de Prisão em Flagrante, os exames de locais, as perícias, etc., pois, pelo princípio da imediatidade e oportunidade, exigem urgência, sob pena de desaparecerem os vestígios e não poderem ser realizados na fase judicial.

Não se pode falar em "nulidade", mas em "irregularidades", quando de falhas que possam ocorrer, ensejando, apenas, o relaxamento da prisão, não prejudicando a propositura da ação penal.

A autoridade policial, tomando conhecimento da notitia criminis, deverá dar início às investigações. Essa notícia pode chegar de várias maneiras

através da atividade rotineira; notícia veiculada pela imprensa, delação, etc. (notícia de cognição imediata); pelo conhecimento através de requerimento da vítima (cognição mediata); ou, no caso de prisão em flagrante (cognição coercitiva), pois, neste caso, juntamente com a notitia criminis é apresentado, à autoridade, o autor do fato.

Tomando conhecimento a autoridade, portanto, de que um delito foi praticado, iniciará as diligências.

E o fará através da instauração do Inquérito Policial.

Fique atento no enunciado da questão no concurso, pois o Inquérito Policial também é chamado de procedimento apuratório; procedimento investigatório; investigação policial; procedimento inquisitorial, entre outros.

O CPP (Código de Processo Penal) trata do Inquérito Policial em seus Artigos 4 ao 23.

Art. 4º A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria. (Redação dada pela Lei nº 9.043, de 9.5.1995)

Parágrafo único. A competência definida neste artigo não excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função.

Art. 5º Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado:

I - de ofício;

II - mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

§ 1º O requerimento a que se refere o nº II conterá sempre que possível:

a) a narração do fato, com todas as circunstâncias;

b) a individualização do indiciado ou seus sinais característicos e as razões de convicção ou de presunção de ser ele o autor da infração, ou os motivos de impossibilidade de o fazer;

c) a nomeação das testemunhas, com indicação de sua profissão e residência.

§ 2º Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.

§ 3º Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

§ 4º O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

§ 5º Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais;

(Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994) (Vide Lei nº 5.970, de 1973)

II - apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais; (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994)

III - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;

IV - ouvir o ofendido;

V - ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;

VI - proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações;

VII - determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias;

VIII - ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;

IX - averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.

Art. 7º Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

Art. 8º Havendo prisão em flagrante, será observado o disposto no Capítulo II do Título IX deste Livro.

Art. 9º Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade.

Art. 10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

§ 1º A autoridade fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará autos ao juiz competente.

§ 2º No relatório poderá a autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas.

§ 3º Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.

Art. 11. Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.

Art. 12. O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.

Art. 13. Incumbirá ainda à autoridade policial:

I - fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos;

II - realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público;

III - cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias;

IV - representar acerca da prisão preventiva.

Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

Art. 15. Se o indiciado for menor, ser-lhe-á nomeado curador pela autoridade policial.

Art. 16. O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

Art. 17. A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

Art. 19. Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

Art. 20. A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.

Parágrafo único. Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes, salvo no caso de existir condenação anterior. (Incluído pela Lei nº 6.900, de 14.4.1981)

Art. 21. A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.

Parágrafo único. A incomunicabilidade, que não excederá de três dias, será decretada por despacho fundamentado do Juiz, a requerimento da autoridade policial, ou do órgão do Ministério Público, respeitado, em qualquer hipótese, o disposto no artigo 89, inciso III, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n. 4.215, de 27 de abril de 1963) (Redação dada pela Lei nº 5.010, de 30.5.1966)

Art. 22. No Distrito Federal e nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas poderá, nos inquéritos a que esteja procedendo, ordenar diligências em circunscrição de outra, independentemente de precatórias ou requisições, e bem assim providenciará, até que compareça a autoridade competente, sobre qualquer fato que ocorra em sua presença, noutra circunscrição.

Art. 23. Ao fazer a remessa dos autos do inquérito ao juiz competente, a autoridade policial oficiará ao Instituto de Identificação e Estatística, ou repartição congênere, mencionando o juízo a que tiverem sido distribuídos, e os dados relativos à infração penal e à pessoa do indiciado.

Ação Penal

Ação Penal é o direito subjetivo público autônomo e abstrato de invocar a tutela jurisdicional do Estado para que este resolva conflitos provenientes da prática de condutas definidas em lei como crime.

A ação penal é um direito autônomo do autor de satisfazer sua pretensão; é também um direito abstrato, já que independe do resultado final do processo; direito subjetivo porque o titular do direito pode exigir do Estado-Juiz a prestação de sua função jurisdicional; e direito público, pois a prestação jurisdicional a ser invocada é de natureza pública.

A Possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir, a legitimidade "ad causam" e a justa causa são as denominadas condições para o exercício da Ação Penal. O pedido será possível juridicamente se a conduta praticada for típica, formal ou materialmente.

O Interesse de agir é a necessidade e utilidade de ingressar com a ação penal. Terá a legitimidade causam o autor da ação se este for titular do direito ao qual a prestação da atividade jurisdicional protegerá, sendo o réu responsável pela lesão ao direito do autor

A justa causa nada mais é do que materialidade e indícios de autoria do crime em questão.

A Ação penal poderá ser de iniciativa Pública ou Privada. A Ação Penal de iniciativa Pública se divide em Incondicionada e Condicionada. A Ação Penal de iniciativa Privada poderá ser Personalíssima ou Subsidiária da Pública.

Na Ação Penal de iniciativa Pública, o Ministério Público é obrigado a oferecer a denúncia, desde que estejam presentes as condições da ação, não podendo o mesmo desistir da Ação nem do Recurso interposto; Se obriga Também o Ministério Público a denunciar a todos os autores do crime (para a vedação da vingança); A autoridade oficial do Estado é responsável pela propositura da ação; Nenhum efeito da ação penal poderá afetar terceiros, pois a responsabilidade penal é subjetiva e personalíssima;

Quando a Ação Penal de Iniciativa Pública for Condicionada, esta condição poderá ser a Representação ou Requisição. Somente terá legitimidade para representar a vítima ou seu representante legal (em caso de incapacidade), ou em caso de morte do ofendido, terá legitimidade, em ordem de preferência, seu cônjuge – ou companheiro, ascendente, descendente ou irmãos.

A Representação possui eficácia em relação aos fatos, não aos autores, tendo esta o prazo de seis meses a contar do conhecimento da autoria.

Quando a Ação Penal for de Iniciativa Pública condicionada à Requisição, esta, sendo irretratável, deverá ser realizada pelo Ministro da Justiça, nos casos de crime contra a honra do Presidente da República ou Chefe de Governo Estrangeiro. A Requisição deverá ser feita *strepitus judici*, ou seja, de acordo com a conveniência e oportunidade, e não se submete a prazo decadencial de seis meses.

Na Ação Penal de Iniciativa Privada, a queixa deverá ser realizada também de acordo com a conveniência e oportunidade da parte autora, transmitindo-se a persecução penal ao particular. Este deverá conduzir o processo, sendo devidamente representado por seu advogado.

Nesta modalidade de Ação Penal, a punibilidade será extinta se a vítima promover a Renúncia (Artigo 104 do Código Penal), expressa ou tacitamente (se o ofendido praticar ato incompatível com a vontade de prestar queixa). Também extingue a punibilidade o decurso do prazo decadencial de seis meses.

Na Ação Penal de Iniciativa Privada Personalíssima, o único legitimado para prestar a queixa crime é o ofendido, não cabendo substituição processual (Representante legal) nem sucessão processual (por morte ou ausência).

A Ação Penal de Iniciativa Privada Subsidiária da Pública ocorrerá quando o Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo

estipulado por lei (5 dias após receber o inquérito policial, se o réu estiver preso e 15 dias após receber o inquérito policial, se o réu estiver solto) , podendo o ofendido propor ele mesmo a ação. Neste caso, a vítima não oferecerá denúncia, mas sim queixa substitutiva.

Título III do Código Processual Penal

Da Ação Penal

Art. 24. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

§ 1º No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão. (Parágrafo único renumerado pela Lei nº 8.699, de 27.8.1993)

§ 2º Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública. (Incluído pela Lei nº 8.699, de 27.8.1993)

Art. 25. A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.

Art. 26. A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.

Art. 27. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

Art. 28. Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.

Art. 29. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

Art. 30. Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada.

Art. 31. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

Art. 32. Nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.

§ 1º Considerar-se-á pobre a pessoa que não puder prover às despesas do processo, sem privar-se dos recursos indispensáveis ao próprio sustento ou da família.

§ 2º Será prova suficiente de pobreza o atestado da autoridade policial em cuja circunscrição residir o ofendido.

Art. 33. Se o ofendido for menor de 18 (dezoito) anos, ou mentalmente enfermo, ou retardado mental, e não tiver representante legal, ou colidirem os interesses deste com os daquele, o direito de queixa poderá ser exercido por curador especial, nomeado, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, pelo juiz competente para o processo penal.

Art. 34. Se o ofendido for menor de 21 (vinte e um) e maior de 18 (dezoito) anos, o direito de queixa poderá ser exercido por ele ou por seu representante legal.

Art. 35. (Revogado pela Lei nº 9.520, de 27.11.1997)

Art. 36. Se comparecer mais de uma pessoa com direito de queixa, terá preferência o cônjuge, e, em seguida, o parente mais próximo na ordem de enumeração constante do art. 31, podendo, entretanto, qualquer delas prosseguir na ação, caso o querelante desista da instância ou a abandone.

Art. 37. As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes.

Art. 38. Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.

Parágrafo único. Verificar-se-á a decadência do direito de queixa ou representação, dentro do mesmo prazo, nos casos dos arts. 24, parágrafo único, e 31.

Art. 39. O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

§ 1º A representação feita oralmente ou por escrito, sem assinatura devidamente autenticada do ofendido, de seu representante legal ou procurador, será reduzida a termo, perante o juiz ou autoridade policial, presente o órgão do Ministério Público, quando a este houver sido dirigida.

§ 2º A representação conterá todas as informações que possam servir à apuração do fato e da autoria.

§ 3º Oferecida ou reduzida a termo a representação, a autoridade policial procederá a inquérito, ou, não sendo competente, remetê-lo-á à autoridade que o for.

§ 4º A representação, quando feita ao juiz ou perante este reduzida a termo, será remetida à autoridade policial para que esta proceda a inquérito.

§ 5º O órgão do Ministério Público dispensará o inquérito, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de quinze dias.

Art. 40. Quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os juízes ou tribunais verificarem a existência de crime de ação pública, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.

Art. 41. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado

ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

Art. 42. O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

Art. 43. (Revogado pela Lei nº 11.719, de 2008).

Art. 44. A queixa poderá ser dada por procurador com poderes especiais, devendo constar do instrumento do mandato o nome do querelante e a menção do fato criminoso, salvo quando tais esclarecimentos dependerem de diligências que devem ser previamente requeridas no juízo criminal.

Art. 45. A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subseqüentes do processo.

Art. 46. O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado. No último caso, se houver devolução do inquérito à autoridade policial (art. 16), contar-se-á o prazo da data em que o órgão do Ministério Público receber novamente os autos.

§ 1º Quando o Ministério Público dispensar o inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia contar-se-á da data em que tiver recebido as peças de informações ou a representação

§ 2º O prazo para o aditamento da queixa será de 3 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos, e, se este não se pronunciar dentro do tríduo, entender-se-á que não tem o que aditar, prosseguindo-se nos demais termos do processo.

Art. 47. Se o Ministério Público julgar necessários maiores esclarecimentos e documentos complementares ou novos elementos de convicção, deverá requisitá-los, diretamente, de quaisquer autoridades ou funcionários que devam ou possam fornecê-los.

Art. 48. A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.

Art. 49. A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.

Art. 50. A renúncia expressa constará de declaração assinada pelo ofendido, por seu representante legal ou procurador com poderes especiais.

Parágrafo único. A renúncia do representante legal do menor que houver completado 18 (dezoito) anos não privará este do direito de queixa, nem a renúncia do último excluirá o direito do primeiro.

Art. 51. O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

Art. 52. Se o querelante for menor de 21 e maior de 18 anos, o direito de perdão poderá ser exercido por ele ou por seu representante legal, mas o perdão concedido por um, havendo oposição do outro, não produzirá efeito.

Art. 53. Se o querelado for mentalmente enfermo ou retardado mental e não tiver representante legal, ou colidirem os interesses deste com os do querelado, a aceitação do perdão caberá ao curador que o juiz lhe nomear.

Art. 54. Se o querelado for menor de 21 anos, observar-se-á, quanto à aceitação do perdão, o disposto no art. 52.

Art. 55. O perdão poderá ser aceito por procurador com poderes especiais.

Art. 56. Aplicar-se-á ao perdão extraprocessual expreso o disposto no art. 50.

Art. 57. A renúncia tácita e o perdão tácito admitirão todos os meios de prova.

Art. 58. Concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de três dias, se o aceita, devendo, ao mesmo tempo, ser cientificado de que o seu silêncio importará aceitação.

Parágrafo único. Aceito o perdão, o juiz julgará extinta a punibilidade.

Art. 59. A aceitação do perdão fora do processo constará de declaração assinada pelo querelado, por seu representante legal ou procurador com poderes especiais.

Art. 60. Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal:

I - quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos;

II - quando, falecendo o querelante, ou sobrevindo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo, ressalvado o disposto no art. 36;

III - quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais;

IV - quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.

Art. 61. Em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício.

Parágrafo único. No caso de requerimento do Ministério Público, do querelante ou do réu, o juiz mandará autuá-lo em apartado, ouvirá a

parte contrária e, se o julgar conveniente, concederá o prazo de cinco dias para a prova, proferindo a decisão dentro de cinco dias ou reservando-se para apreciar a matéria na sentença final.

Art. 62. No caso de morte do acusado, o juiz somente à vista da certidão de óbito, e depois de ouvido o Ministério Público, declarará extinta a punibilidade.

Prisão

Conforme lição do doutrinador Fernando Capez, "prisão é a privação de liberdade de locomoção determinada por ordem escrita da autoridade competente ou em caso de flagrante delito". A prisão é um "castigo" imposto pelo Estado ao condenado pela prática de infração penal, para que este possa se reabilitar visando restabelecer a ordem jurídica violada.

Embora seja este o sentido técnico da palavra, no direito pátrio ela possui vários significados diferentes, tais como pena privativa de liberdade; o ato da captura; a própria custódia etc.

Via de regra, a prisão somente pode ser efetuada por ordem escrita da autoridade competente, que é a judiciária, porém existem exceções legais como, por exemplo, nos caso de flagrante delito; quando decorrente de transgressão militar ou de crime propriamente militar; quando for efetivada no curso do estado de defesa ou de estado de sítio; bem como na recaptura do foragido.

Prisão em flagrante

A prisão em flagrante é autorizada pela própria Constituição do Brasil, cujo artigo 5.º, ao indicar os direitos fundamentais, a menciona em dois tópicos. No inciso XI, prevê que a ocorrência de crime em situação de flagrância (quando está ocorrendo ou quando acabou de ser cometido) permite o ingresso, mesmo sem autorização, na casa de alguém. No inciso LXI, o art. 5.º autoriza a prisão em flagrante mesmo sem ordem judicial.

Além disso, o art. 53, § 2.º (o símbolo “§” lê-se como “parágrafo”), estabelece que, desde a expedição do diploma de eleito pela Justiça Eleitoral, os membros do Congresso Nacional não podem ser presos, salvo em caso de flagrante de crime inafiançável. Crimes inafiançáveis são aqueles referidos no Código de Processo Penal (CPP), artigos 323 e 324.

De acordo com o art. 302 do CPP, caracteriza-se a situação de flagrante delito nestes casos:

- a) quando alguém está cometendo a infração penal;
- b) quando acaba de cometê-la;
- c) quando o indivíduo é perseguido, logo após, pela polícia, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser ele o autor da infração;

d) quando a pessoa é encontrada, logo depois do ato, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

O art. 301 do mesmo Código dispõe que qualquer pessoa do povo pode realizar a prisão, nesses casos. É direito das pessoas, mas não dever. Já para a polícia, é dever realizar a prisão em flagrante.

Prisão preventiva

A prisão preventiva somente pode acontecer por ordem judicial devidamente fundamentada. Pode ocorrer em qualquer fase da investigação ou do processo criminal, por iniciativa da polícia (desde que com a concordância do Ministério Público), do Ministério Público, do querelante (o autor da ação penal privada – entenda aqui) ou do assistente do Ministério Público (o advogado da vítima ou de sua família, quando auxilia o MP no processo criminal).

Segundo o art. 312 do CPP, a prisão preventiva pode ter um dos seguintes fundamentos:

- a) garantia da ordem pública (como no caso em que o réu seja pessoa dedicada a praticar crimes ou haja indícios de que voltará a delinquir);
- b) garantia da ordem econômica (no caso de acusados que possam lesionar o funcionamento legal dos mercados);

c) conveniência da instrução criminal (necessidade ligada ao desenvolvimento do processo penal, como no caso em que o réu pratique coação de testemunha ou destrua provas, entre outros);

d) para assegurar a aplicação da lei penal (como no caso em que o réu possa fugir do local do crime ou do processo).

Os tribunais brasileiros consideram a prisão preventiva como exceção, em virtude do princípio da presunção de inocência (também chamado de princípio da presunção de não culpabilidade). O fato de alguém ser processado ou de cometer crime, mesmo grave, não é considerado necessariamente como fundamento para a prisão do acusado. A regra, portanto, é que o acusado responda em liberdade ao processo. Somente caberá a prisão se estiver presente ao menos um dos requisitos do art. 312 do CPP, acima apontados.

Por ser excepcional, a prisão preventiva somente deve ser determinada pelo juiz ou tribunal competente se não couber alguma das medidas restritivas previstas no art. 319 do CPP, como a retenção de passaporte, a proibição de ausentar-se do local do juízo no qual tramita o processo, o recolhimento domiciliar noturno etc.

Prisão domiciliar

O CPP prevê a prisão domiciliar como forma atenuada de prisão preventiva. Como o nome indica, ela consiste no recolhimento da pessoa à sua residência, da qual somente pode ausentar-se com

autorização do juiz ou tribunal (arts. 317 e 318). Essa forma de prisão só cabe nos seguintes casos:

- a) para indivíduo maior de 80 anos;
- b) para pessoa extremamente debilitada por doença grave;
- c) quando imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de seis anos de idade ou com deficiência;
- d) para gestante a partir do sétimo mês de gravidez ou se esta for de alto risco.

Prisão temporária

A prisão temporária é regulamentada pela Lei 7.960, de 21 de dezembro de 1989, como instrumento para a investigação criminal. Ela deve ser necessária à investigação e não cabe para qualquer crime. A investigação deve ser de algum dos delitos relacionados na Lei 7.960, como o homicídio doloso, o sequestro, o roubo, alguns crimes sexuais, o crime de associação criminosa (antes denominado de quadrilha ou bando) e os crimes financeiros, entre outros.

Em geral, a prisão temporária dura apenas cinco dias (art. 2.º da Lei 7.960), prazo que pode ser prorrogado uma vez, em caso de extrema necessidade. No caso de investigação relativa a crime hediondo, a

prisão temporária pode valer por até 30 dias, também prorrogáveis uma vez (art. 2.º, § 4.º, da Lei dos Crimes Hediondos – Lei 8.072, de 25 de julho de 1990).

Lei nº 7.960/1989 - Dispõe sobre prisão temporária

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Caberá prisão temporária:

I - quando imprescindível para as investigações do inquérito policial;

II - quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade;

III - quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes:

a) homicídio doloso (art. 121, caput, e seu § 2º);

b) sequestro ou cárcere privado (art. 148, caput, e seus §§ 1º e 2º);

c) roubo (art. 157, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º);

d) extorsão (art. 158, caput, e seus §§ 1º e 2º);

e) extorsão mediante sequestro (art. 159, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º);

f) estupro (art. 213, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único);

g) atentado violento ao pudor (art. 214, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único);

h) rapto violento (art. 219, e sua combinação com o art. 223 caput, e parágrafo único);

- i) epidemia com resultado de morte (art. 267, § 1º);
- j) envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte (art. 270, caput, combinado com art. 285);
- l) quadrilha ou bando (art. 288), todos do Código Penal;
- m) genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), em qualquer de suas formas típicas;
- n) tráfico de drogas (art. 12 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976);
- o) crimes contra o sistema financeiro (Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986).

Art. 2º A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

§ 1º Na hipótese de representação da autoridade policial, o Juiz, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público.

§ 2º O despacho que decretar a prisão temporária deverá ser fundamentado e prolatado dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento da representação ou do requerimento.

§ 3º O Juiz poderá, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público e do Advogado, determinar que o preso lhe seja apresentado, solicitar informações e esclarecimentos da autoridade policial e submetê-lo a exame de corpo de delito.

§ 4º Decretada a prisão temporária, expedir-se-á mandado de prisão, em duas vias, uma das quais será entregue ao indiciado e servirá como nota de culpa.

§ 5º A prisão somente poderá ser executada depois da expedição de mandado judicial.

§ 6º Efetuada a prisão, a autoridade policial informará o preso dos direitos previstos no art. 5º da Constituição Federal.

§ 7º Decorrido o prazo de cinco dias de detenção, o preso deverá ser posto imediatamente em liberdade, salvo se já tiver sido decretada sua prisão preventiva.

Art. 3º Os presos temporários deverão permanecer, obrigatoriamente, separados dos demais detentos.

Art. 4º O art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, fica acrescido da alínea i, com a seguinte redação:

"Art. 4º

i) prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade;"

Art. 5º Em todas as comarcas e seções judiciárias haverá um plantão permanente de vinte e quatro horas do Poder Judiciário e do Ministério Público para apreciação dos pedidos de prisão temporária.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSÉ SARNEY

Noções de Direito Militar

Estatuto dos Policiais Militares da Paraíba (Lei 3.909/77) - Da Hierarquia e da Disciplina (Art. 12 à 19)

Art. 12 - A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquica.

Parágrafo 1º - A hierarquia policial-militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar. A ordenação se faz por postos ou graduações. Dentro de um mesmo posto ou de uma mesma graduação se faz pela antiguidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência de autoridade.

Parágrafo 2º - Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das Leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-o pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.

Parágrafo 3º - A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida, entre policiais militares da ativa, da reserva remunerada e reformados.

Art. 13 – Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os policiais militares da mesma

categoria e têm a finalidade de desenvolver a espírito de camaradagem em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo de respeito mútuo

Art. 14 – Os círculos hierárquicos e a escala hierárquica na Polícia Militar são fixados no Quadro e parágrafos seguintes:

CÍRCULO DE OFICIAIS E PRAÇAS

CÍRCULO DE OFICIAIS (POSTOS)

OFICIAIS SUPERIORES

Coronel PM

Tenente Coronel PM

Major PM

INTERMEDIÁRIOS

Capitão PM

SUBALTERNOS

Primeiro Tenente PM

Segundo Tenente PM

PRAÇA ESPECIAL

Aspirante-a-Oficial PM

CÍRCULO DAS PRAÇAS (GRADUAÇÕES)

Subtenentes PM

Primeiro Sargento PM

Segundo Sargento PM

Terceiro Sargento PM

Cabo PM

Soldado PM

Parágrafo 1º - Posto é o grau hierárquico do Oficial conferido por ato do Governador do Estado da Paraíba.

Parágrafo 2º - Graduação é o grau hierárquico da praça conferido por ato do Comandante-Geral da Polícia Militar

Parágrafo 3º - Os Aspirantes-a-Oficial e os Alunos Oficiais PM são denominados Praças Especiais.

Parágrafo 4º - Os graus hierárquicos inicial e final dos diversos Quadros e Qualificações são fixados, separadamente, para cada caso, em Lei de Fixação de Efetivos.

Parágrafo 5º - Sempre que o policial militar da reserva remunerada ou reformado fizer uso do posto ou graduação, deverá fazê-lo mencionando essa situação.

Art. 15 - A precedência entre policiais militares da ativa do mesmo grau hierárquico é assegurada pela antiguidade no posto ou na graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento.

Parágrafo 1º - A antiguidade de cada posto ou graduação é contada a partir da data da assinatura do ato da respectiva promoção, nomeação, declaração ou inclusão, salvo quando estiver taxativamente fixada outra data.

Parágrafo 2º - No caso de ser igual à antiguidade referida no parágrafo anterior, a antiguidade é estabelecida:

- a) entre policiais militares do mesmo quadro pela posição nas respectivas escalas numéricas ou registros de que trata o art. 17;
- b) nos demais casos, pela antiguidade no posto ou na graduação anterior; se, ainda assim, subsistir a igualdade de antiguidade, recorrer-se-á sucessivamente, aos graus hierárquicos

anteriores, à data de inclusão e a data de nascimento para definir a precedência e, neste último caso, o mais velho será considerado mais antigo; e
c) entre os alunos de um mesmo órgão de formação de policiais militares, de acordo com o regulamento do respectivo órgão, se não estiverem especificadamente enquadrados nas letras "a" e "b".

Parágrafo 3º - Em igualdade de posto ou graduação, os policiais militares, da ativa tem precedência sobre os da inatividade.

Parágrafo 4º - Em igualdade de posto ou graduação, a precedência entre os policiais militares de carreira na ativa e os da reserva remunerada que estiverem convocados, é definida pelo tempo de efetivo serviço no posto ou graduação.

Art. 16 - A precedência entre as Praças Especiais e as demais praças é assim regulada:

I - Os Aspirantes-a-oficial PM são hierarquicamente superiores às demais praças;

II - Os Alunos-Oficiais PM são hierarquicamente superiores aos Subtenentes PM.

Art. 17 - A Polícia Militar manterá um registro de todos os dados referentes a seu pessoal da ativa e da reserva remunerada, dentro das respectivas escalas numéricas, segundo as instruções baixadas pelo Comandante-Geral da Corporação.

Art. 18. Os Alunos-Oficiais PM são declarados Aspirantes-a-Oficial PM pelo Comandante-Geral da Corporação.

DO CARGO E DA FUNÇÃO POLICIAIS MILITARES

Art. 19 - Cargo policial militar é aquele que só pode ser exercido por policial militar serviço ativo.

Parágrafo 1º - O cargo policial-militar a que se refere este artigo é o que se encontra especificado nos Quadros da Organização ou previsto, caracterizado ou definido como tal em outras disposições legais.

Parágrafo 2º - A cada cargo policial militar corresponde um conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades que se constituem em obrigações do respectivo titular.

Parágrafo Único - As obrigações inerentes ao policial militar devem ser compatíveis com o correspondente grau hierárquico e definidos em legislação ou regulamentação específicas.

Do Valor Policial Militar (Art. 26)

Art. 26 - São manifestações essenciais do valor policial-militar:

- I - O sentimento de servir à comunidade estadual, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, mesmo com o risco da própria vida;
- II - A fé na elevada missão da Polícia Militar;
- III - O civismo e o culto das tradições históricas;
- IV - O espírito de corpo, orgulho do policial militar pela organização policial-militar onde serve;
- V - O amor à profissão policial-militar e o entusiasmo com que é exercida; e
- VI - O aprimoramento técnico-profissional.

Da Ética Policial Militar (Art. 27 à 29)

Art. 27. O sentimento do dever, o pundonor policial e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes da Polícia Militar, conduta moral e profissional irrepreensíveis. Com a observância dos seguintes preceitos da ética policial militar:

- I - Amar a verdade e a responsabilidade como fundamento da dignidade pessoal;
- II - Em Exercer com autoridade, eficiência e probidade as funções que lhe couberem em decorrência do cargo;
- III - Respeitar a dignidade da pessoa humana;
- IV - Cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes;
- V - Ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação do mérito dos subordinados;
- VI - Zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual, físico e também pelos dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum;
- VII - Empregar todas as suas energias em benefício do serviço;
- VIII - Praticar a camaradagem e desenvolver permanentemente o espírito de cooperação;
- IX - Ser discreto em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada;
- X - Abster-se de tratar, fora do âmbito apropriado, de matéria sigilosa relativa à Segurança Nacional;
- XI - Acatar as autoridades civis;
- XII - Cumprir seus deveres de cidadão;
- XIII - Proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular;
- XIV - Observar as normas de boa educação;
- XV - Garantir assistência moral e material a seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar;

XVI - Conduzir-se mesmo fora do serviço ou na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro policial militar;

XVII - Abster-se de fazer uso do posto ou da graduação para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros;

XVIII - Abster-se o policial-militar na inatividade do uso das designações hierárquicas quando:

- a) em atividades político-partidárias
- b) em atividades comerciais;
- c) em atividades industriais;
- d) para discutir ou provocar discussões pela imprensa a respeito de assuntos políticos ou policiais militares, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, se devidamente autorizado; e

XIX - Zelar pelo bom nome da Polícia Militar e de cada um dos seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos da ética policial-militar.

Art. 28 - Ao policial-militar da ativa, ressalvado o disposto nos parágrafos 2º e 3º, é vedado comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista, em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada.

Parágrafo 1º - Os policiais militares na reserva remunerada, quando convocados, ficam proibidos de tratar, nas organizações policiais militares e nas repartições públicas civis, dos interesses de organizações ou empresas privadas de qualquer natureza.

Parágrafo 2º - Os policiais militares da ativa podem exercer diretamente a gestão de seus bens,

desde que não infrinjam o disposto no presente artigo.

Parágrafo 3º - No intuito de desenvolver a prática profissional dos integrantes do Quadro de Saúde, é-lhe permitido o exercício da atividade técnico-profissional no meio civil, desde que tal prática não prejudique o serviço.

Art. 29 - O Comandante-Geral da Polícia Militar poderá determinar aos policiais militares da ativa que, no interesse da salvaguarda da dignidade dos mesmos, informem sobre a origem e a natureza de seus bens, sempre que houver razões que recomendem tal medida.

Dos Deveres Policiais Militares (Art. 30)

Art. 30 - Os deveres policiais militares emanam de vínculos relacionais que ligam o policial militar à comunidade estadual e a sua segurança, e compreendem, essencialmente:

- I - A dedicação integral ao serviço policial militar e a fidelidade à instituição a que pertence, mesmo com sacrifício da própria vida;
- II - O culto aos Símbolos Nacionais;
- III - A probidade e a lealdade em todas as circunstâncias;
- IV - A disciplina e o respeito à hierarquia;
- V - O rigoroso cumprimento das obrigações e ordens;
- VI - A obrigação de tratar o subordinado dignamente e com urbanidade.

Do Compromisso Policial Militar (Art. 31)

Art. 31 - Todo cidadão, após ingressar na Polícia Militar, mediante inclusão, matrícula ou nomeação, prestará compromisso de honra, no

qual afirmará a sua ACEITAÇÃO consciente das obrigações e dos deveres policiais e manifestará sua firme disposição de bem cumpri-los.

Do Comando e da Subordinação (Art. 33 à 39)

Art. 33 - Comando é a soma de autoridade, de deveres e responsabilidades de que o policial militar é investido legalmente, quando conduz homens ou dirige uma organização policial militar.

O comando está vinculado ao grau hierárquico e constitui uma prerrogativa pessoal, em cujo exercício o policial militar se define e se caracteriza como chefe.
Parágrafo Único - Aplica-se à Direção e à Chefia de Organização Policial Militar, no que couber, o estabelecido para o Comando.

Art. 34 - A subordinação não afeta, de modo algum, a dignidade pessoal do policial militar e decorre, exclusivamente da estrutura hierárquica da Polícia Militar.

Art. 35 - O Oficial é preparado, ao longo da carreira para o exercício do Comando, da Chefia e da Direção das Organizações Policiais Militares.

Art. 36 - Os Subtenentes e Sargentos auxiliam e completam as atividades dos oficiais, quer no adestramento e no emprego dos meios, quer na instrução e na administração; poderão ser empregados na execução de atividades de policiamento ostensivo peculiares a Polícia Militar.

Parágrafo Único - No exercício das atividades mencionadas neste artigo e no comando de elementos subordinados, os Subtenentes e Sargentos deverão impor-se pela lealdade, pelo exemplo e pela capacidade profissional e técnica, incumbindo-lhes assegurar a observância

minuciosa e ininterrupta das ordens, das regras de serviço e das normas operativas pelas praças que lhes estiverem diretamente subordinadas e a manutenção da coesão e do moral das mesmas praças em todas as circunstanciais.

Art. 37 - Os Cabos e Soldados; são essencialmente, os elementos de execução.

Art. 38 - As Praças Especiais cabe a rigorosa observância das prescrições dos regulamentos que lhes são pertinentes, exigindo-se-lhe inteira dedicação ao estudo e ao aprendizado técnico-profissional.

Art. 39 - Cabe ao policial-militar a responsabilidade integral pelas decisões que tomar, pelas ordens que emitir e pelos atos que praticar.

Lei Complementar Estadual nº 87/2008

Crime militar: caracterização do crime militar (art. 9º do CPM); propriamente e impropriamente militar. Violência contra superior (art.157 CPM) Violência contra inferior (art.175 CPM); Abandono de Posto (art.195 CPM); Embriaguez em serviço (art. 202 CPM); Dormir em serviço (art. 203 CPM).

Infelizmente, por se tratar de um documento digitalizado, disponibilizamos o documento oficial no link Anexo da apostila.

Justiça Militar Estadual - Art. 125, §§ 3º, 4º e 5º CF/88

Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 2º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

§ 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 5º Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Art 187 a 198 da Lei Complementar 096/10 (Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba)

TÍTULO IV

DA JUSTIÇA MILITAR

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

Seção I

Da Composição

Art. 187. A Justiça Militar estadual, com sede na Capital e jurisdição em todo o Estado é composta:

I – no primeiro grau de jurisdição:

- a) pelos juízes de direito de Vara Militar;
- b) pelos conselhos de Justiça Militar;

II – no segundo grau de jurisdição pelo Tribunal de Justiça.

Seção II

Da Competência Geral

Art. 188. Compete à Justiça Militar processar e julgar os militares do Estado, nos crimes militares definidos em lei, e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do Tribunal do Júri quando a vítima for civil, cabendo ao Tribunal de Justiça decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

Seção III

Do Juiz de Direito de Vara Militar

Art. 189. O cargo de juiz de direito de Vara Militar será provido por juiz de direito de terceira entrância, observadas as normas estabelecidas para o provimento dos demais cargos de carreira da magistratura estadual.

Art. 190. Compete ao juiz de direito de Vara Militar:

- I – processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares;
- II – presidir os conselhos de Justiça Militar e relatar, com voto inicial e direto, os processos respectivos;
- III – exercer o poder de polícia durante a realização de audiências e sessões de julgamento;

- IV – expedir todos os atos necessários ao cumprimento das suas decisões e das decisões dos conselhos da Justiça Militar;
- V – exercer o ofício da execução penal em todas as unidades militares estaduais, onde haja preso militar ou civil sob sua guarda provisória ou definitiva;
- VI – cumprir carta precatória relativa à matéria de sua competência.

Seção IV

Do Cartório de Vara Militar

Art. 191. O cartório de vara Militar terá seus cargos preenchidos por membros da Polícia Militar e/ou do Corpo de Bombeiros do Estado, habilitados para o exercício da função, sem prejuízo da participação de servidores da justiça comum, quando necessário.

§ 1º O cartório será chefiado por um militar graduado (primeiro sargento ou subtenente) ou por um oficial até a patente de capitão, requisitado mediante indicação do juiz competente ao comandante-geral da Polícia Militar, através de ato do presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º O militar a serviço de vara militar tem fé de ofício quando da prática dos atos inerentes às respectivas funções, que correspondem à função de analista judiciário, de técnico judiciário, de movimentador e de oficial de justiça.

Seção V

Dos Atos Judiciais

Art. 192. As audiências e sessões de julgamento da Justiça Militar são realizadas na sede da comarca, salvo os casos especiais por justa causa ou força maior, fundamentados pelo juiz de direito titular da Vara Militar.

CAPÍTULO II

DOS CONSELHOS DA JUSTIÇA MILITAR

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 193. Integram a Justiça Militar do Estado, observada a separação institucional entre a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, os seguintes Conselhos de Justiça:

- I – Conselhos Especiais;

II – Conselhos Permanentes ou Trimestrais.

Seção II

Da Composição

Art. 194. Os Conselhos Especiais são compostos por quatro juízes militares, todos oficiais de postos não inferiores ao do acusado.

§ 1º Havendo mais de um acusado no processo, o de posto mais elevado servirá de referência à composição do conselho.

§ 2º Sendo o acusado do posto mais elevado na corporação policial ou do corpo de bombeiro militar, o conselho especial será composto por oficiais da respectiva corporação militar, que sejam da ativa, do mesmo posto do acusado e mais antigos que ele; não havendo na ativa oficiais mais antigos que o acusado, serão sorteados e convocados oficiais da reserva remunerada.

§ 3º Sendo o acusado do posto mais elevado da corporação, e nela não existindo oficial, ativo ou inativo, mais antigo que ele, o conselho especial será composto por oficiais que atendam ao requisito da hierarquia, embora pertencentes à outra instituição militar estadual.

§ 4º Não havendo, em qualquer das corporações, no posto mais elevado, oficial, ativo ou inativo, mais antigo que o acusado, será este julgado pelo Tribunal de Justiça.

§ 5º Quando, em um mesmo processo, os acusados forem oficiais e praças, responderão todos perante o conselho especial.

Art. 195. Os Conselhos Permanentes serão compostos pelo mesmo número de oficiais previsto para os Conselhos Especiais, devendo ser integrados por, no mínimo, um oficial superior.

Seção III

Da Competência

Art. 196. Compete aos Conselhos de Justiça Militar processar e julgar os crimes militares não compreendidos na competência monocrática de juiz de vara militar.

Parágrafo único. Aos Conselhos Especiais compete o julgamento de oficiais, enquanto aos Conselhos Permanentes ou Trimestrais compete o julgamento das praças em geral.

Seção IV

Da Escolha e Convocação dos Conselhos

Art. 197. Os comandantes-gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado remeterão, trimestralmente, ao juiz de direito da Vara Militar relação nominal dos oficiais da ativa em condições de servir nos conselhos, com indicação dos seus endereços residenciais, a fim de serem realizados os sorteios respectivos.

§ 1º Os sorteios para a composição dos Conselhos Permanentes realizar-se-ão entre os dias vinte e vinte e cinco do último mês de cada trimestre, ressalvado motivo de força maior para sua não ocorrência.

§ 2º O resultado dos sorteios será informado aos comandantes-gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros para que providenciem a publicação em boletins gerais e ordenem o comparecimento dos juízes não togados à hora marcada na sede do Juízo Militar, ficando à sua disposição enquanto durarem as convocações.

§ 3º Os sorteios para a composição dos Conselhos Especiais ocorrerão sempre que se iniciar processo criminal contra oficial, mantendo-se sua constituição até a sessão de julgamento, se alguma causa intercorrente não justificar o arquivamento antecipado da ação penal.

§ 4º O sorteio para a composição dos Conselhos Permanentes da Justiça Militar dará preferência a oficiais aquartelados na Capital.

§ 5º Caso a relação dos oficiais da ativa, prevista no caput deste artigo, não seja enviada ao juiz competente, no prazo legal, os sorteios para composição dos Conselhos da Justiça Militar serão realizados com base na relação enviada no trimestre anterior, sem prejuízo da apuração de responsabilidades.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DA PENA

Art. 198. O regime carcerário aplicável ao condenado pelo juiz de direito titular de Vara Militar é o seguinte:

I – no caso de pena privativa da liberdade por até dois anos, o regime será regulamentado nas decisões que proferirem o juiz monocrático e os conselhos da Justiça Militar, sendo o condenado recolhido à prisão militar;

II – ultrapassado o limite da pena de dois anos e havendo o condenado perdido a condição de militar, será ele transferido para prisão da

jurisdição comum, deslocando-se a competência quanto à execução da pena para o respectivo juízo, ao qual serão remetidos os autos do processo.

Legislação Extravagante

Lei nº 4.898/65 (Abuso de Autoridade)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, contra as autoridades que, no exercício de suas funções, cometerem abusos, são regulados pela presente lei.

Art. 2º O direito de representação será exercido por meio de petição:

a) dirigida à autoridade superior que tiver competência legal para aplicar, à autoridade civil ou militar culpada, a respectiva sanção;

b) dirigida ao órgão do Ministério Público que tiver competência para iniciar processo-crime contra a autoridade culpada.

Parágrafo único. A representação será feita em duas vias e conterá a exposição do fato constitutivo do abuso de autoridade, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado e o rol de testemunhas, no máximo de três, se as houver.

Art. 3º. Constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

a) à liberdade de locomoção;

b) à inviolabilidade do domicílio;

c) ao sigilo da correspondência;

d) à liberdade de consciência e de crença;

e) ao livre exercício do culto religioso;

f) à liberdade de associação;

g) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto;

- h) ao direito de reunião;
- i) à incolumidade física do indivíduo;
- j) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional. *(Incluído pela Lei nº 6.657, de 05/06/79)*

Art. 4º Constitui também abuso de autoridade:

- a) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;
- b) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;
- c) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa;
- d) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada;
- e) levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei;
- f) cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio em lei, quer quanto à espécie quer quanto ao seu valor;
- g) recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa;
- h) o ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal;
- ~~i) prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade.~~ *(Incluído pela Medida Provisória nº 111, de 1989)*

i) prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade. (Incluído pela Lei nº 7.960, de 21/12/89)

Art. 5º Considera-se autoridade, para os efeitos desta lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.

Art. 6º O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa civil e penal.

§ 1º A sanção administrativa será aplicada de acordo com a gravidade do abuso cometido e consistirá em:

- a) advertência;
- b) repreensão;
- c) suspensão do cargo, função ou posto por prazo de cinco a cento e oitenta dias, com perda de vencimentos e vantagens;
- d) destituição de função;
- e) demissão;
- f) demissão, a bem do serviço público.

§ 2º A sanção civil, caso não seja possível fixar o valor do dano, consistirá no pagamento de uma indenização de quinhentos a dez mil cruzeiros.

§ 3º A sanção penal será aplicada de acordo com as regras dos artigos 42 a 56 do Código Penal e consistirá em:

- a) multa de cem a cinco mil cruzeiros;
- b) detenção por dez dias a seis meses;
- c) perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até três anos.

§ 4º As penas previstas no parágrafo anterior poderão ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

§ 5º Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.

Art. 7º recebida a representação em que for solicitada a aplicação de sanção administrativa, a autoridade civil ou militar competente determinará a instauração de inquérito para apurar o fato.

§ 1º O inquérito administrativo obedecerá às normas estabelecidas nas leis municipais, estaduais ou federais, civis ou militares, que estabeleçam o respectivo processo.

§ 2º não existindo no município no Estado ou na legislação militar normas reguladoras do inquérito administrativo serão aplicadas supletivamente, as disposições dos arts. 219 a 225 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).

§ 3º O processo administrativo não poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal ou civil.

Art. 8º A sanção aplicada será anotada na ficha funcional da autoridade civil ou militar.

Art. 9º Simultaneamente com a representação dirigida à autoridade administrativa ou independentemente dela, poderá ser promovida pela vítima do abuso, a responsabilidade civil ou penal ou ambas, da autoridade culpada.

Art. 10. Vetado

Art. 11. À ação civil serão aplicáveis as normas do Código de Processo Civil.

Art. 12. A ação penal será iniciada, independentemente de inquérito policial ou justificação por denúncia do Ministério Público, instruída com a representação da vítima do abuso.

Art. 13. Apresentada ao Ministério Público a representação da vítima, aquele, no prazo de quarenta e oito horas, denunciará o réu, desde que o fato narrado constitua abuso de autoridade, e requererá ao Juiz a sua citação, e, bem assim, a designação de audiência de instrução e julgamento.

§ 1º A denúncia do Ministério Público será apresentada em duas vias.

Art. 14. Se a ato ou fato constitutivo do abuso de autoridade houver deixado vestígios o ofendido ou o acusado poderá:

a) promover a comprovação da existência de tais vestígios, por meio de duas testemunhas qualificadas;

b) requerer ao Juiz, até setenta e duas horas antes da audiência de instrução e julgamento, a designação de um perito para fazer as verificações necessárias.

§ 1º O perito ou as testemunhas farão o seu relatório e prestarão seus depoimentos verbalmente, ou o apresentarão por escrito, querendo, na audiência de instrução e julgamento.

§ 2º No caso previsto na letra a deste artigo a representação poderá conter a indicação de mais duas testemunhas.

Art. 15. Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia requerer o arquivamento da representação, o Juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa da representação ao Procurador-Geral e este oferecerá a denúncia, ou designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la ou insistirá no arquivamento, ao qual só então deverá o Juiz atender.

Art. 16. Se o órgão do Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo fixado nesta lei, será admitida ação privada. O órgão do Ministério Público poderá, porém, aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva e intervir em todos os termos do processo, interpor recursos e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

Art. 17. Recebidos os autos, o Juiz, dentro do prazo de quarenta e oito horas, proferirá despacho, recebendo ou rejeitando a denúncia.

§ 1º No despacho em que receber a denúncia, o Juiz designará, desde logo, dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, que deverá ser realizada, improrrogavelmente, dentro de cinco dias.

§ 2º A citação do réu para se ver processar, até julgamento final e para comparecer à audiência de instrução e julgamento, será feita por mandado sucinto que, será acompanhado da segunda via da representação e da denúncia.

Art. 18. As testemunhas de acusação e defesa poderão ser apresentada em juízo, independentemente de intimação.

Parágrafo único. Não serão deferidos pedidos de precatória para a audiência ou a intimação de testemunhas ou, salvo o caso previsto no artigo 14, letra "b", requerimentos para a realização de diligências, perícias ou exames, a não ser que o Juiz, em despacho motivado, considere indispensáveis tais providências.

Art. 19. A hora marcada, o Juiz mandará que o porteiro dos auditórios ou o oficial de justiça declare aberta a audiência, apregoando em seguida o réu, as testemunhas, o perito, o representante do Ministério Público ou o advogado que tenha subscrito a queixa e o advogado ou defensor do réu.

Parágrafo único. A audiência somente deixará de realizar-se se ausente o Juiz.

Art. 20. Se até meia hora depois da hora marcada o Juiz não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de termos de audiência.

Art. 21. A audiência de instrução e julgamento será pública, se contrariamente não dispuser o Juiz, e realizar-se-á em dia útil, entre dez (10) e dezoito (18) horas, na sede do Juízo ou, excepcionalmente, no local que o Juiz designar.

Art. 22. Aberta a audiência o Juiz fará a qualificação e o interrogatório do réu, se estiver presente.

Parágrafo único. Não comparecendo o réu nem seu advogado, o Juiz nomeará imediatamente defensor para funcionar na audiência e nos ulteriores termos do processo.

Art. 23. Depois de ouvidas as testemunhas e o perito, o Juiz dará a palavra sucessivamente, ao Ministério Público ou ao advogado que houver subscrito a queixa e ao advogado ou defensor do réu, pelo prazo de quinze minutos para cada um, prorrogável por mais dez (10), a critério do Juiz.

Art. 24. Encerrado o debate, o Juiz proferirá imediatamente a sentença.

Art. 25. Do ocorrido na audiência o escrivão lavrará no livro próprio, ditado pelo Juiz, termo que conterá, em resumo, os depoimentos e as alegações da acusação e da defesa, os requerimentos e, por extenso, os despachos e a sentença.

Art. 26. Subscreverão o termo o Juiz, o representante do Ministério Público ou o advogado que houver subscrito a queixa, o advogado ou defensor do réu e o escrivão.

Art. 27. Nas comarcas onde os meios de transporte forem difíceis e não permitirem a observância dos prazos fixados nesta lei, o juiz poderá aumentá-las, sempre motivadamente, até o dobro.

Art. 28. Nos casos omissos, serão aplicáveis as normas do Código de Processo Penal, sempre que compatíveis com o sistema de instrução e julgamento regulado por esta lei.

Parágrafo único. Das decisões, despachos e sentenças, caberão os recursos e apelações previstas no Código de Processo Penal.

Art. 29. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

Lei nº 8.072/90 (Crimes Hediondos)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: (Redação dada pela Lei nº 8.930, de 1994) (Vide Lei nº 7.210, de 1984)

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII); (Redação dada pela Lei nº 13.142, de 2015)

I-A – lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas

contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição; (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015)

II - latrocínio (art. 157, § 3º, **in fine**); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

III - extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

IV - extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, **caput**, e §§ 1º, 2º e 3º); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

V - estupro (art. 213, **caput** e §§ 1º e 2º); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

VI - estupro de vulnerável (art. 217-A, **caput** e §§ 1º, 2º, 3º e 4º); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

VII - epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º). (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

VII-A – (VETADO) (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 1998)

VII-B - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, **caput** e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com a redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998). (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 1998)

VIII - favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, **caput**, e §§ 1º e 2º). (Incluído pela Lei nº 12.978, de 2014)

Parágrafo único. Consideram-se também hediondos o crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, e o de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, previsto no art. 16 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, todos tentados ou consumados. (Redação dada pela Lei nº 13.497, de 2017)

Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de: (Vide Súmula Vinculante)

I - anistia, graça e indulto;

II - fiança. (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007)

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida inicialmente em regime fechado. (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007)

§ 2º A progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente. (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007)

§ 3º Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade. (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007)

§ 4º A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade. (Incluído pela Lei nº 11.464, de 2007)

Art. 3º A União manterá estabelecimentos penais, de segurança máxima, destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta

periculosidade, cuja permanência em presídios estaduais ponha em risco a ordem ou incolumidade pública.

Art. 4º (Vetado).

Art. 5º Ao art. 83 do Código Penal é acrescido o seguinte inciso:

"Art. 83.

.....

V - cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza."

Art. 6º Os arts. 157, § 3º; 159, caput e seus §§ 1º, 2º e 3º; 213; 214; 223, caput e seu parágrafo único; 267, caput e 270; caput, todos do Código Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 157.

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de cinco a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa.

.....

Art. 159.

Pena - reclusão, de oito a quinze anos.

§ 1º

Pena - reclusão, de doze a vinte anos.

§ 2º

Pena - reclusão, de dezesseis a vinte e quatro anos.

§ 3º

Pena - reclusão, de vinte e quatro a trinta anos.

.....

Art. 213.

Pena - reclusão, de seis a dez anos.

Art. 214.

Pena - reclusão, de seis a dez anos.

.....

Art. 223.

Pena - reclusão, de oito a doze anos.

Parágrafo único.

Pena - reclusão, de doze a vinte e cinco anos.

.....

Art. 267.

Pena - reclusão, de dez a quinze anos.

.....

Art. 270.

Pena - reclusão, de dez a quinze anos.

....."

Art. 7º Ao art. 159 do Código Penal fica acrescido o seguinte parágrafo:

"Art. 159.

.....

§ 4º Se o crime é cometido por quadrilha ou bando, o co-autor que denunciá-lo à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços."

Art. 8º Será de três a seis anos de reclusão a pena prevista no art. 288 do Código Penal, quando se tratar de crimes hediondos, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou terrorismo.

Parágrafo único. O participante e o associado que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, terá a pena reduzida de um a dois terços.

Art. 9º As penas fixadas no art. 6º para os crimes capitulados nos arts. 157, § 3º, 158, § 2º, 159, caput e seus §§ 1º, 2º e 3º, 213, caput e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único, 214 e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único, todos do Código Penal, são acrescidas de metade, respeitado o limite superior de trinta anos de reclusão, estando a vítima em qualquer das hipóteses referidas no art. 224 também do Código Penal.

Art. 10. O art. 35 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 35.

Parágrafo único. Os prazos procedimentais deste capítulo serão contados em dobro quando se tratar dos crimes previstos nos arts. 12, 13 e 14."

Art. 11. (Vetado).

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de julho de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR

Bernardo Cabral

Lei nº 9.455/97 (Tortura)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

§ 3º Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

§ 4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

~~II - se o crime é cometido contra criança, gestante, deficiente e adolescente;~~

II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos; (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

III - se o crime é cometido mediante seqüestro.

§ 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

§ 6º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

§ 7º O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o art. 233 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Brasília, 7 de abril de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Nelson A. Jobim

Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

Das disposições Preliminares (Art. 1º à 6º)

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Da prevenção (Art. 70 à 85)

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 70-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de

educação de crianças e de adolescentes, tendo como principais ações: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

I - a promoção de campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

II - a integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

III - a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

IV - o apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

V - a inclusão, nas políticas públicas, de ações que visem a garantir os direitos da criança e do adolescente, desde a atenção pré-natal, e de atividades junto aos pais e responsáveis com o objetivo de promover a informação, a reflexão, o debate e a orientação sobre alternativas ao uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante no processo educativo; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

VI - a promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Parágrafo único. As famílias com crianças e adolescentes com deficiência terão prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Art. 70-B. As entidades, públicas e privadas, que atuem nas áreas a que se refere o art. 71, dentre outras, devem contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer e comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014)

Parágrafo único. São igualmente responsáveis pela comunicação de que trata este artigo, as pessoas encarregadas, por razão de cargo, função, ofício, ministério, profissão ou ocupação, do cuidado, assistência ou guarda de crianças e adolescentes, punível, na forma deste Estatuto, o injustificado retardamento ou omissão, culposos ou dolosos. (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014)

Art. 71. A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 72. As obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 73. A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade da pessoa física ou jurídica, nos termos desta Lei.

Capítulo II

Da Prevenção Especial

Seção I

Da informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos

Art. 74. O poder público, através do órgão competente, regulará as diversões e espetáculos públicos, informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada.

Parágrafo único. Os responsáveis pelas diversões e espetáculos públicos deverão afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza do espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação.

Art. 75. Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária.

Parágrafo único. As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

Art. 76. As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infanto juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

Parágrafo único. Nenhum espetáculo será apresentado ou anunciado sem aviso de sua classificação, antes de sua transmissão, apresentação ou exibição.

Art. 77. Os proprietários, diretores, gerentes e funcionários de empresas que explorem a venda ou aluguel de fitas de programação em

vídeo cuidarão para que não haja venda ou locação em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente.

Parágrafo único. As fitas a que alude este artigo deverão exhibir, no invólucro, informação sobre a natureza da obra e a faixa etária a que se destinam.

Art. 78. As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

Parágrafo único. As editoras cuidarão para que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca.

Art. 79. As revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições, e deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Art. 80. Os responsáveis por estabelecimentos que explorem comercialmente bilhar, sinuca ou congênere ou por casas de jogos, assim entendidas as que realizem apostas, ainda que eventualmente, cuidarão para que não seja permitida a entrada e a permanência de crianças e adolescentes no local, afixando aviso para orientação do público.

Seção II

Dos Produtos e Serviços

Art. 81. É proibida a venda à criança ou ao adolescente de:

I - armas, munições e explosivos;

II - bebidas alcoólicas;

III - produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;

IV - fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;

V - revistas e publicações a que alude o art. 78;

VI - bilhetes lotéricos e equivalentes.

Art. 82. É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

Seção III

Da Autorização para Viajar

Art. 83. Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.

§ 1º A autorização não será exigida quando:

a) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;

b) a criança estiver acompanhada:

1) de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco;

2) de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

§ 2º A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos.

Art. 84. Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente:

I - estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável;

II - viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.

Art. 85. Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

Da Política de Atendimento (Art.86 à 97)

Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento: (Vide Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - políticas sociais básicas;

II - serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

VI - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

I - municipalização do atendimento;

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;

V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;

VI - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VII - mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VIII - especialização e formação continuada dos profissionais que trabalham nas diferentes áreas da atenção à primeira infância, incluindo os conhecimentos sobre direitos da criança e sobre desenvolvimento infantil; (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

IX - formação profissional com abrangência dos diversos direitos da criança e do adolescente que favoreça a intersetorialidade no atendimento da criança e do adolescente e seu desenvolvimento integral; (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

X - realização e divulgação de pesquisas sobre desenvolvimento infantil e sobre prevenção da violência. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 89. A função de membro do conselho nacional e dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Capítulo II

Das Entidades de Atendimento

Seção I

Disposições Gerais

Art. 90. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

- I - orientação e apoio sócio-familiar;
- II - apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III - colocação familiar;
- IV - acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) vigência
- V - prestação de serviços à comunidade; (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)
- VI - liberdade assistida; (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)
- VII - semiliberdade; e (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)
- VIII - internação. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

§ 1º As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º Os recursos destinados à implementação e manutenção dos programas relacionados neste artigo serão previstos nas dotações orçamentárias dos órgãos públicos encarregados das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, observando-se o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente preconizado pelo caput do art. 227 da Constituição Federal e pelo caput e parágrafo único do art. 4º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Vigência

§ 3º Os programas em execução serão reavaliados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no máximo, a cada 2 (dois) anos, constituindo-se critérios para renovação da autorização de funcionamento: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Vigência

I - o efetivo respeito às regras e princípios desta Lei, bem como às resoluções relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - a qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido, atestadas pelo Conselho Tutelar, pelo Ministério Público e pela Justiça da Infância e da Juventude; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - em se tratando de programas de acolhimento institucional ou familiar, serão considerados os índices de sucesso na reintegração familiar ou de adaptação à família substituta, conforme o caso. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 91. As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

§ 1º Será negado o registro à entidade que: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

a) não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

b) não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei;

c) esteja irregularmente constituída;

d) tenha em seus quadros pessoas inidôneas.

e) não se adequar ou deixar de cumprir as resoluções e deliberações relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis. (Incluída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º O registro terá validade máxima de 4 (quatro) anos, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, periodicamente, reavaliar o cabimento de sua renovação, observado o disposto no § 1º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;

- IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V - não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII - participação na vida da comunidade local;
- VIII - preparação gradativa para o desligamento;
- IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

§ 1º O dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º Os dirigentes de entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional remeterão à autoridade judiciária, no máximo a cada 6 (seis) meses, relatório circunstanciado acerca da situação de cada criança ou adolescente acolhido e sua família, para fins da reavaliação prevista no § 1º do art. 19 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 3º Os entes federados, por intermédio dos Poderes Executivo e Judiciário, promoverão conjuntamente a permanente qualificação dos profissionais que atuam direta ou indiretamente em programas de acolhimento institucional e destinados à colocação familiar de crianças e adolescentes, incluindo membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 4º Salvo determinação em contrário da autoridade judiciária competente, as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional, se necessário com o auxílio do Conselho Tutelar e dos órgãos de assistência social, estimularão o contato da criança ou

adolescente com seus pais e parentes, em cumprimento ao disposto nos incisos I e VIII do caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º As entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional somente poderão receber recursos públicos se comprovado o atendimento dos princípios, exigências e finalidades desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 6º O descumprimento das disposições desta Lei pelo dirigente de entidade que desenvolva programas de acolhimento familiar ou institucional é causa de sua destituição, sem prejuízo da apuração de sua responsabilidade administrativa, civil e criminal. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 7º Quando se tratar de criança de 0 (zero) a 3 (três) anos em acolhimento institucional, dar-se-á especial atenção à atuação de educadores de referência estáveis e qualitativamente significativos, às rotinas específicas e ao atendimento das necessidades básicas, incluindo as de afeto como prioritárias. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 93. As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Recebida a comunicação, a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público e se necessário com o apoio do Conselho Tutelar local, tomará as medidas necessárias para promover a imediata reintegração familiar da criança ou do adolescente ou, se por qualquer

razão não for isso possível ou recomendável, para seu encaminhamento a programa de acolhimento familiar, institucional ou a família substituta, observado o disposto no § 2º do art. 101 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 94. As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras:

I - observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;

II - não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação;

III - oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos;

IV - preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;

V - diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares;

VI - comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares;

VII - oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal;

VIII - oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos adolescentes atendidos;

IX - oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos;

X - propiciar escolarização e profissionalização;

- XI - propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- XII - propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
- XIII - proceder a estudo social e pessoal de cada caso;
- XIV - reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente;
- XV - informar, periodicamente, o adolescente internado sobre sua situação processual;
- XVI - comunicar às autoridades competentes todos os casos de adolescentes portadores de moléstias infecto-contagiosas;
- XVII - fornecer comprovante de depósito dos pertences dos adolescentes;
- XVIII - manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos;
- XIX - providenciar os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem;
- XX - manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do adolescente, seus pais ou responsável, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento da sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento.

§ 1º Aplicam-se, no que couber, as obrigações constantes deste artigo às entidades que mantêm programas de acolhimento institucional e familiar. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º No cumprimento das obrigações a que alude este artigo as entidades utilizarão preferencialmente os recursos da comunidade.

Art. 94-A. As entidades, públicas ou privadas, que abriguem ou recepcionem crianças e adolescentes, ainda que em caráter temporário, devem ter, em seus quadros, profissionais capacitados a reconhecer e reportar ao Conselho Tutelar suspeitas ou ocorrências de maus-tratos. (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014)

Seção II

Da Fiscalização das Entidades

Art. 95. As entidades governamentais e não-governamentais referidas no art. 90 serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.

Art. 96. Os planos de aplicação e as prestações de contas serão apresentados ao estado ou ao município, conforme a origem das dotações orçamentárias.

Art. 97. São medidas aplicáveis às entidades de atendimento que descumprirem obrigação constante do art. 94, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos: (Vide Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - às entidades governamentais:

- a) advertência;
- b) afastamento provisório de seus dirigentes;
- c) afastamento definitivo de seus dirigentes;
- d) fechamento de unidade ou interdição de programa.

II - às entidades não-governamentais:

- a) advertência;
- b) suspensão total ou parcial do repasse de verbas públicas;
- c) interdição de unidades ou suspensão de programa;
- d) cassação do registro.

§ 1º Em caso de reiteradas infrações cometidas por entidades de atendimento, que coloquem em risco os direitos assegurados nesta Lei, deverá ser o fato comunicado ao Ministério Público ou representado perante autoridade judiciária competente para as providências cabíveis, inclusive suspensão das atividades ou dissolução da entidade.

(Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º As pessoas jurídicas de direito público e as organizações não governamentais responderão pelos danos que seus agentes causarem às crianças e aos adolescentes, caracterizado o descumprimento dos princípios norteadores das atividades de proteção

específica. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Das medidas de proteção (Art. 98 a 102)

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III - em razão de sua conduta.

Capítulo II

Das Medidas Específicas de Proteção

Art. 99. As medidas previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.

Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - proteção integral e prioritária: a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida nesta Lei deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - responsabilidade primária e solidária do poder público: a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes por esta Lei e pela Constituição Federal, salvo nos casos por esta expressamente ressalvados, é de responsabilidade primária e solidária das 3 (três) esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento e da possibilidade da execução de programas por entidades não governamentais; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IV - interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Vigência

V - privacidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à

imagem e reserva da sua vida privada; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VI - intervenção precoce: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VII - intervenção mínima: a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VIII - proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IX - responsabilidade parental: a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

X - prevalência da família: na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente deve ser dada prevalência às medidas que os mantenham ou reintegrem na sua família natural ou extensa ou, se isso não for possível, que promovam a sua integração em família adotiva; (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

XI - obrigatoriedade da informação: a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsável devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

XII - oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a ser

ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII - acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IX - colocação em família substituta. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2º Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 130 desta Lei, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 3º Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária, na qual obrigatoriamente constará, dentre outros: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - sua identificação e a qualificação completa de seus pais ou de seu responsável, se conhecidos; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - o endereço de residência dos pais ou do responsável, com pontos de referência; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - os nomes de parentes ou de terceiros interessados em tê-los sob sua guarda; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IV - os motivos da retirada ou da não reintegração ao convívio familiar. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 4º Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá contemplar sua colocação em família substituta, observadas as regras e princípios desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º O plano individual será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento e levará em consideração a opinião da criança ou do adolescente e a oitiva dos pais ou do responsável. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 6º Constarão do plano individual, dentre outros: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

I - os resultados da avaliação interdisciplinar; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

II - os compromissos assumidos pelos pais ou responsável; e (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsável, com vista na reintegração familiar ou, caso seja esta vedada por expressa e fundamentada determinação judicial, as providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 7º O acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável e, como parte do processo de reintegração familiar, sempre que identificada a necessidade, a família de origem será incluída em programas oficiais de

orientação, de apoio e de promoção social, sendo facilitado e estimulado o contato com a criança ou com o adolescente acolhido. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 8º Verificada a possibilidade de reintegração familiar, o responsável pelo programa de acolhimento familiar ou institucional fará imediata comunicação à autoridade judiciária, que dará vista ao Ministério Público, pelo prazo de 5 (cinco) dias, decidindo em igual prazo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 9º Em sendo constatada a impossibilidade de reintegração da criança ou do adolescente à família de origem, após seu encaminhamento a programas oficiais ou comunitários de orientação, apoio e promoção social, será enviado relatório fundamentado ao Ministério Público, no qual conste a descrição pormenorizada das providências tomadas e a expressa recomendação, subscrita pelos técnicos da entidade ou responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, para a destituição do poder familiar, ou destituição de tutela ou guarda. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 10. Recebido o relatório, o Ministério Público terá o prazo de 15 (quinze) dias para o ingresso com a ação de destituição do poder familiar, salvo se entender necessária a realização de estudos complementares ou de outras providências indispensáveis ao ajuizamento da demanda. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 11. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um cadastro contendo informações atualizadas sobre as crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar e institucional sob sua responsabilidade, com informações pormenorizadas sobre a situação jurídica de cada um, bem como as providências tomadas para sua reintegração familiar ou colocação em

família substituta, em qualquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 12. Terão acesso ao cadastro o Ministério Público, o Conselho Tutelar, o órgão gestor da Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, aos quais incumbe deliberar sobre a implementação de políticas públicas que permitam reduzir o número de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e abreviar o período de permanência em programa de acolhimento. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 102. As medidas de proteção de que trata este Capítulo serão acompanhadas da regularização do registro civil. (Vide Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 1º Verificada a inexistência de registro anterior, o assento de nascimento da criança ou adolescente será feito à vista dos elementos disponíveis, mediante requisição da autoridade judiciária.

§ 2º Os registros e certidões necessários à regularização de que trata este artigo são isentos de multas, custas e emolumentos, gozando de absoluta prioridade.

§ 3º Caso ainda não definida a paternidade, será deflagrado procedimento específico destinado à sua averiguação, conforme previsto pela Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 4º Nas hipóteses previstas no § 3º deste artigo, é dispensável o ajuizamento de ação de investigação de paternidade pelo Ministério Público se, após o não comparecimento ou a recusa do suposto pai em assumir a paternidade a ele atribuída, a criança for encaminhada para adoção. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º Os registros e certidões necessários à inclusão, a qualquer tempo, do nome do pai no assento de nascimento são isentos de

multas, custas e emolumentos, gozando de absoluta prioridade. (Incluído dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 6º São gratuitas, a qualquer tempo, a averbação requerida do reconhecimento de paternidade no assento de nascimento e a certidão correspondente. (Incluído dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Da prática de Ato Infracional (Art. 103 à 128)

Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101.

Capítulo II

Dos Direitos Individuais

Art. 106. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

Parágrafo único. O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.

Art. 107. A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

Parágrafo único. Examinar-se-á, desde logo e sob pena de responsabilidade, a possibilidade de liberação imediata.

Art. 108. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

Parágrafo único. A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

Art. 109. O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.

Capítulo III

Das Garantias Processuais

Art. 110. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.

Art. 111. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias:

I - pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;

II - igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;

III - defesa técnica por advogado;

IV - assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;

V - direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;

VI - direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

Capítulo IV

Das Medidas Sócio-Educativas

Seção I

Disposições Gerais

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semi-liberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Art. 113. Aplica-se a este Capítulo o disposto nos arts. 99 e 100.

Art. 114. A imposição das medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, nos termos do art. 127.

Parágrafo único. A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.

Seção II

Da Advertência

Art. 115. A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

Seção III

Da Obrigação de Reparar o Dano

Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.

Seção IV

Da Prestação de Serviços à Comunidade

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de

modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

Seção V

Da Liberdade Assistida

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV - apresentar relatório do caso.

Seção VI

Do Regime de Semi-liberdade

Art. 120. O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

Seção VII

Da Internação

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

§ 6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

§ 7º A determinação judicial mencionada no § 1º poderá ser revista a qualquer tempo pela autoridade judiciária. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal. (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

§ 2º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

I - entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;

II - peticionar diretamente a qualquer autoridade;

III - avistar-se reservadamente com seu defensor;

IV - ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;

V - ser tratado com respeito e dignidade;

VI - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;

VII - receber visitas, ao menos, semanalmente;

VIII - corresponder-se com seus familiares e amigos;

IX - ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;

X - habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;

XI - receber escolarização e profissionalização;

XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;

XIII - ter acesso aos meios de comunicação social;

XIV - receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;

XV - manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade;

XVI - receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.

§ 1º Em nenhum caso haverá incomunicabilidade.

§ 2º A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente.

Art. 125. É dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.

Capítulo V

Da Remissão

Art. 126. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e conseqüências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

Parágrafo único. Iniciado o procedimento, a concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo.

Art. 127. A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semi-liberdade e a internação.

Art. 128. A medida aplicada por força da remissão poderá ser revista judicialmente, a qualquer tempo, mediante pedido expresso do adolescente ou de seu representante legal, ou do Ministério Público.

Das medidas Pertinentes aos Pais ou responsável (Art. 129 e 130)

Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

I - encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

II - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

III - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;

VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;

VII - advertência;

VIII - perda da guarda;

IX - destituição da tutela;

X - suspensão ou destituição do poder familiar. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Na aplicação das medidas previstas nos incisos IX e X deste artigo, observar-se-á o disposto nos arts. 23 e 24.

Art. 130. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

Parágrafo único. Da medida cautelar constará, ainda, a fixação provisória dos alimentos de que necessitem a criança ou o adolescente dependentes do agressor. (Incluído pela Lei nº 12.415, de 2011)

Do Conselho Tutelar (Art.131 à 140)

Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha. (Redação dada pela Lei nº 12.696, de 2012)

Art. 133. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - idade superior a vinte e um anos;
- III - residir no município.

Art. 134. Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a: (Redação dada pela Lei nº 12.696, de 2012)

I - cobertura previdenciária; (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

III - licença-maternidade; (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

IV - licença-paternidade; (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

V - gratificação natalina. (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

Parágrafo único. Constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares. (Redação dada pela Lei nº 12.696, de 2012)

Art. 135. O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral. (Redação dada pela Lei nº 12.696, de 2012)

Capítulo II

Das Atribuições do Conselho

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014)

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar,

comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 137. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Capítulo III

Da Competência

Art. 138. Aplica-se ao Conselho Tutelar a regra de competência constante do art. 147.

Capítulo IV

Da Escolha dos Conselheiros

Art. 139. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público. (Redação dada pela Lei nº 8.242, de 12.10.1991)

§ 1º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial. (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

§ 2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha. (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

§ 3º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor. (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

Capítulo V

Dos Impedimentos

Art. 140. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO SISTEMA NACIONAL DE ARMAS

Art. 1º O Sistema Nacional de Armas – Sinarm, instituído no Ministério da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, tem circunscrição em todo o território nacional.

Art. 2º Ao Sinarm compete:

I – identificar as características e a propriedade de armas de fogo, mediante cadastro;

II – cadastrar as armas de fogo produzidas, importadas e vendidas no País;

III – cadastrar as autorizações de porte de arma de fogo e as renovações expedidas pela Polícia Federal;

IV – cadastrar as transferências de propriedade, extravio, furto, roubo e outras ocorrências suscetíveis de alterar os dados cadastrais, inclusive as decorrentes de fechamento de empresas de segurança privada e de transporte de valores;

V – identificar as modificações que alterem as características ou o funcionamento de arma de fogo;

VI – integrar no cadastro os acervos policiais já existentes;

VII – cadastrar as apreensões de armas de fogo, inclusive as vinculadas a procedimentos policiais e judiciais;

VIII – cadastrar os armeiros em atividade no País, bem como conceder licença para exercer a atividade;

IX – cadastrar mediante registro os produtores, atacadistas, varejistas, exportadores e importadores autorizados de armas de fogo, acessórios e munições;

X – cadastrar a identificação do cano da arma, as características das impressões de raiamento e de microestriamento de projétil disparado, conforme marcação e testes obrigatoriamente realizados pelo fabricante;

XI – informar às Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal os registros e autorizações de porte de armas de fogo nos respectivos territórios, bem como manter o cadastro atualizado para consulta.

Parágrafo único. As disposições deste artigo não alcançam as armas de fogo das Forças Armadas e Auxiliares, bem como as demais que constem dos seus registros próprios.

CAPÍTULO II

DO REGISTRO

Art. 3º É obrigatório o registro de arma de fogo no órgão competente.

Parágrafo único. As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Comando do Exército, na forma do regulamento desta Lei.

Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos; (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

II – apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

III – comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.

§ 1º O Sinarm expedirá autorização de compra de arma de fogo após atendidos os requisitos anteriormente estabelecidos, em nome do requerente e para a arma indicada, sendo intransferível esta autorização.

§ 2º A aquisição de munição somente poderá ser feita no calibre correspondente à arma registrada e na quantidade estabelecida no regulamento desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 3º A empresa que comercializar arma de fogo em território nacional é obrigada a comunicar a venda à autoridade competente, como também a manter banco de dados com todas as características da arma e cópia dos documentos previstos neste artigo.

§ 4º A empresa que comercializa armas de fogo, acessórios e munições responde legalmente por essas mercadorias, ficando registradas como de sua propriedade enquanto não forem vendidas.

§ 5º A comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas somente será efetivada mediante autorização do Sinarm.

§ 6º A expedição da autorização a que se refere o § 1º será concedida, ou recusada com a devida fundamentação, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do requerimento do interessado.

§ 7º O registro precário a que se refere o § 4º prescinde do cumprimento dos requisitos dos incisos I, II e III deste artigo.

§ 8º Estará dispensado das exigências constantes do inciso III do caput deste artigo, na forma do regulamento, o interessado em adquirir arma de fogo de uso permitido que comprove estar autorizado a portar arma com as mesmas características daquela a ser adquirida. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

Art. 5º O certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa. (Redação dada pela Lei nº 10.884, de 2004)

§ 1º O certificado de registro de arma de fogo será expedido pela Polícia Federal e será precedido de autorização do Sinarm.

§ 2º Os requisitos de que tratam os incisos I, II e III do art.

4º deverão ser comprovados periodicamente, em período não inferior a 3 (três) anos, na conformidade do estabelecido no regulamento desta Lei, para a renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo.

§ 3º O proprietário de arma de fogo com certificados de registro de propriedade expedido por órgão estadual ou do Distrito Federal até a data da publicação desta Lei que não optar pela entrega espontânea prevista no art. 32 desta Lei deverá renová-lo mediante o pertinente registro federal, até o dia 31 de dezembro de 2008, ante a apresentação de documento de identificação pessoal e comprovante de residência fixa, ficando dispensado do pagamento de taxas e do cumprimento das demais exigências constantes dos incisos I a III do caput do art. 4º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008) (Prorrogação de prazo)

§ 4º Para fins do cumprimento do disposto no § 3º deste artigo, o proprietário de arma de fogo poderá obter, no Departamento de Polícia Federal, certificado de registro provisório, expedido na rede mundial de computadores - internet, na forma do regulamento e obedecidos os procedimentos a seguir: (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

I - emissão de certificado de registro provisório pela internet, com validade inicial de 90 (noventa) dias; e (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

II - revalidação pela unidade do Departamento de Polícia Federal do certificado de registro provisório pelo prazo que estimar como necessário para a emissão definitiva do certificado de registro de propriedade. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

CAPÍTULO III

DO PORTE

Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

I – os integrantes das Forças Armadas;

II - os integrantes de órgãos referidos nos incisos I, II, III, IV e V do **caput** do art. 144 da Constituição Federal e os da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP); (Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017)

III – os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei;

IV - os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço; (Redação dada pela Lei nº 10.867, de 2004)

V – os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VI – os integrantes dos órgãos policiais referidos no art. 51, IV, e no art. 52, XIII, da Constituição Federal;

VII – os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias;

VIII – as empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, nos termos desta Lei;

IX – para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta Lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental.

X - integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário. (Redação dada pela Lei nº 11.501, de 2007)

XI - os tribunais do Poder Judiciário descritos no art. 92 da Constituição Federal e os Ministérios Públicos da União e dos Estados, para uso exclusivo de servidores de seus quadros pessoais que efetivamente estejam no exercício de funções de segurança, na forma de regulamento a ser emitido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI do caput deste artigo terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, nos termos do regulamento desta Lei, com validade em âmbito nacional para aquelas constantes dos incisos I, II, V e VI. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 1º-A (Revogado pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 1º-B. Os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, desde que estejam: (Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014)

I - submetidos a regime de dedicação exclusiva; (Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014)

II - sujeitos à formação funcional, nos termos do regulamento;
e (Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014)

III - subordinados a mecanismos de fiscalização e de controle interno. (Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014)

§ 1º-C. (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014)

§ 2º A autorização para o porte de arma de fogo aos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI, VII e X do caput deste artigo está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do caput do art. 4º desta Lei nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 3º A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial, à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei, observada a supervisão do Ministério da Justiça. (Redação dada pela Lei nº 10.884, de 2004)

§ 4º Os integrantes das Forças Armadas, das polícias federais e estaduais e do Distrito Federal, bem como os militares dos Estados e do Distrito Federal, ao exercerem o direito descrito no art. 4º, ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do mesmo artigo, na forma do regulamento desta Lei.

§ 5º Aos residentes em áreas rurais, maiores de 25 (vinte e cinco) anos que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar será concedido pela Polícia Federal o porte de arma de fogo, na categoria caçador para subsistência, de uma arma de uso permitido, de tiro simples, com 1 (um) ou 2 (dois) canos, de alma lisa e de calibre igual ou inferior a 16 (dezesseis), desde que o interessado comprove a efetiva necessidade em

requerimento ao qual deverão ser anexados os seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

I - documento de identificação pessoal; (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

II - comprovante de residência em área rural; e (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

III - atestado de bons antecedentes. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 6º O caçador para subsistência que der outro uso à sua arma de fogo, independentemente de outras tipificações penais, responderá, conforme o caso, por porte ilegal ou por disparo de arma de fogo de uso permitido. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 7º Aos integrantes das guardas municipais dos Municípios que integram regiões metropolitanas será autorizado porte de arma de fogo, quando em serviço. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

Art. 7º As armas de fogo utilizadas pelos empregados das empresas de segurança privada e de transporte de valores, constituídas na forma da lei, serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas empresas, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo essas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da empresa.

§ 1º O proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança privada e de transporte de valores responderá pelo crime previsto no parágrafo único do art. 13 desta Lei, sem prejuízo das demais sanções administrativas e civis, se deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que

estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato.

§ 2º A empresa de segurança e de transporte de valores deverá apresentar documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art. 4º desta Lei quanto aos empregados que portarão arma de fogo.

§ 3º A listagem dos empregados das empresas referidas neste artigo deverá ser atualizada semestralmente junto ao Sinarm.

Art. 7º-A. As armas de fogo utilizadas pelos servidores das instituições descritas no inciso XI do art. 6º serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas instituições, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo estas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da instituição. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 1º A autorização para o porte de arma de fogo de que trata este artigo independe do pagamento de taxa. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 2º O presidente do tribunal ou o chefe do Ministério Público designará os servidores de seus quadros pessoais no exercício de funções de segurança que poderão portar arma de fogo, respeitado o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do número de servidores que exerçam funções de segurança. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 3º O porte de arma pelos servidores das instituições de que trata este artigo fica condicionado à apresentação de documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art.

4º desta Lei, bem como à formação funcional em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 4º A listagem dos servidores das instituições de que trata este artigo deverá ser atualizada semestralmente no Sinarm. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 5º As instituições de que trata este artigo são obrigadas a registrar ocorrência policial e a comunicar à Polícia Federal eventual perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

Art. 8º As armas de fogo utilizadas em entidades desportivas legalmente constituídas devem obedecer às condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, respondendo o possuidor ou o autorizado a portar a arma pela sua guarda na forma do regulamento desta Lei.

Art. 9º Compete ao Ministério da Justiça a autorização do porte de arma para os responsáveis pela segurança de cidadãos estrangeiros em visita ou sediados no Brasil e, ao Comando do Exército, nos termos do regulamento desta Lei, o registro e a concessão de porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores e de representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional.

Art. 10. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm.

§ 1º A autorização prevista neste artigo poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada, nos termos de atos regulamentares, e dependerá de o requerente:

I – demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física;

II – atender às exigências previstas no art. 4º desta Lei;

III – apresentar documentação de propriedade de arma de fogo, bem como o seu devido registro no órgão competente.

§ 2º A autorização de porte de arma de fogo, prevista neste artigo, perderá automaticamente sua eficácia caso o portador dela seja detido ou abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas.

Art. 11. Fica instituída a cobrança de taxas, nos valores constantes do Anexo desta Lei, pela prestação de serviços relativos:

I – ao registro de arma de fogo;

II – à renovação de registro de arma de fogo;

III – à expedição de segunda via de registro de arma de fogo;

IV – à expedição de porte federal de arma de fogo;

V – à renovação de porte de arma de fogo;

VI – à expedição de segunda via de porte federal de arma de fogo.

§ 1º Os valores arrecadados destinam-se ao custeio e à manutenção das atividades do Sinarm, da Polícia Federal e do Comando do Exército, no âmbito de suas respectivas responsabilidades.

§ 2º São isentas do pagamento das taxas previstas neste artigo as pessoas e as instituições a que se referem os incisos I a VII e X e o § 5º do art. 6º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

Art. 11-A. O Ministério da Justiça disciplinará a forma e as condições do credenciamento de profissionais pela Polícia Federal para comprovação da aptidão psicológica e da capacidade técnica para o manuseio de arma de fogo. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 1º Na comprovação da aptidão psicológica, o valor cobrado pelo psicólogo não poderá exceder ao valor médio dos honorários profissionais para realização de avaliação psicológica constante do item 1.16 da tabela do Conselho Federal de Psicologia. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 2º Na comprovação da capacidade técnica, o valor cobrado pelo instrutor de armamento e tiro não poderá exceder R\$ 80,00 (oitenta reais), acrescido do custo da munição. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 3º A cobrança de valores superiores aos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo implicará o descredenciamento do profissional pela Polícia Federal. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

CAPÍTULO IV

DOS CRIMES E DAS PENAS

Posse irregular de arma de fogo de uso permitido

Art. 12. Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Omissão de cautela

Art. 13. Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência

mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade:

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorrem o proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixarem de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte quatro) horas depois de ocorrido o fato.

Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente. (Vide Adin 3.112-1)

Disparo de arma de fogo

Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável. (Vide Adin 3.112-1)

Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito

Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

I – suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato;

II – modificar as características de arma de fogo, de forma a torná-la equivalente a arma de fogo de uso proibido ou restrito ou para fins de dificultar ou de qualquer modo induzir a erro autoridade policial, perito ou juiz;

III – possuir, detiver, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

IV – portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado;

V – vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente; e

VI – produzir, recarregar ou reciclar, sem autorização legal, ou adulterar, de qualquer forma, munição ou explosivo.

Comércio ilegal de arma de fogo

Art. 17. Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório

ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Parágrafo único. Equipara-se à atividade comercial ou industrial, para efeito deste artigo, qualquer forma de prestação de serviços, fabricação ou comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em residência.

Tráfico internacional de arma de fogo

Art. 18. Importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 19. Nos crimes previstos nos arts. 17 e 18, a pena é aumentada da metade se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso proibido ou restrito.

Art. 20. Nos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18, a pena é aumentada da metade se forem praticados por integrante dos órgãos e empresas referidas nos arts. 6º, 7º e 8º desta Lei.

Art. 21. Os crimes previstos nos arts. 16, 17 e 18 são insuscetíveis de liberdade provisória. (Vide Adin 3.112-1)

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. O Ministério da Justiça poderá celebrar convênios com os Estados e o Distrito Federal para o cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 23. A classificação legal, técnica e geral bem como a definição das armas de fogo e demais produtos controlados, de usos proibidos, restritos, permitidos ou obsoletos e de valor histórico serão

disciplinadas em ato do chefe do Poder Executivo Federal, mediante proposta do Comando do Exército. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 1º Todas as munições comercializadas no País deverão estar acondicionadas em embalagens com sistema de código de barras, gravado na caixa, visando possibilitar a identificação do fabricante e do adquirente, entre outras informações definidas pelo regulamento desta Lei.

§ 2º Para os órgãos referidos no art. 6º, somente serão expedidas autorizações de compra de munição com identificação do lote e do adquirente no culote dos projéteis, na forma do regulamento desta Lei.

§ 3º As armas de fogo fabricadas a partir de 1 (um) ano da data de publicação desta Lei conterão dispositivo intrínseco de segurança e de identificação, gravado no corpo da arma, definido pelo regulamento desta Lei, exclusive para os órgãos previstos no art. 6º.

§ 4º As instituições de ensino policial e as guardas municipais referidas nos incisos III e IV do caput do art. 6º desta Lei e no seu § 7º poderão adquirir insumos e máquinas de recarga de munição para o fim exclusivo de suprimento de suas atividades, mediante autorização concedida nos termos definidos em regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

Art. 24. Excetuadas as atribuições a que se refere o art. 2º desta Lei, compete ao Comando do Exército autorizar e fiscalizar a produção, exportação, importação, desembaraço alfandegário e o comércio de armas de fogo e demais produtos controlados, inclusive o registro e o porte de trânsito de arma de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores.

Art. 25. As armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não mais interessarem à persecução penal serão encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma do regulamento desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 1º As armas de fogo encaminhadas ao Comando do Exército que receberem parecer favorável à doação, obedecidos o padrão e a dotação de cada Força Armada ou órgão de segurança pública, atendidos os critérios de prioridade estabelecidos pelo Ministério da Justiça e ouvido o Comando do Exército, serão arroladas em relatório reservado trimestral a ser encaminhado àquelas instituições, abrindo-se-lhes prazo para manifestação de interesse. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 2º O Comando do Exército encaminhará a relação das armas a serem doadas ao juiz competente, que determinará o seu perdimento em favor da instituição beneficiada. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 3º O transporte das armas de fogo doadas será de responsabilidade da instituição beneficiada, que procederá ao seu cadastramento no Sinarm ou no Sigma. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 4º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 5º O Poder Judiciário instituirá instrumentos para o encaminhamento ao Sinarm ou ao Sigma, conforme se trate de arma de uso permitido ou de uso restrito, semestralmente, da relação de armas acauteladas em juízo, mencionando suas características e o local onde se encontram. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

Art. 26. São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas se possam confundir.

Parágrafo único. Excetuem-se da proibição as réplicas e os simulacros destinados à instrução, ao adestramento, ou à coleção de usuário autorizado, nas condições fixadas pelo Comando do Exército.

Art. 27. Caberá ao Comando do Exército autorizar, excepcionalmente, a aquisição de armas de fogo de uso restrito.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às aquisições dos Comandos Militares.

Art. 28. É vedado ao menor de 25 (vinte e cinco) anos adquirir arma de fogo, ressalvados os integrantes das entidades constantes dos incisos I, II, III, V, VI, VII e X do caput do art. 6º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

Art. 29. As autorizações de porte de armas de fogo já concedidas expirar-se-ão 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei. (Vide Lei nº 10.884, de 2004)

Parágrafo único. O detentor de autorização com prazo de validade superior a 90 (noventa) dias poderá renová-la, perante a Polícia Federal, nas condições dos arts. 4º, 6º e 10 desta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação, sem ônus para o requerente.

Art. 30. Os possuidores e proprietários de arma de fogo de uso permitido ainda não registrada deverão solicitar seu registro até o dia 31 de dezembro de 2008, mediante apresentação de documento de identificação pessoal e comprovante de residência fixa, acompanhados de nota fiscal de compra ou comprovação da origem lícita da posse, pelos meios de prova admitidos em direito, ou declaração firmada na qual constem as características da arma e a sua condição de proprietário, ficando este dispensado do pagamento de taxas e do

cumprimento das demais exigências constantes dos incisos I a III do caput do art. 4º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008) (Prorrogação de prazo)

Parágrafo único. Para fins do cumprimento do disposto no caput deste artigo, o proprietário de arma de fogo poderá obter, no Departamento de Polícia Federal, certificado de registro provisório, expedido na forma do § 4º do art. 5º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

Art. 31. Os possuidores e proprietários de armas de fogo adquiridas regularmente poderão, a qualquer tempo, entregá-las à Polícia Federal, mediante recibo e indenização, nos termos do regulamento desta Lei.

Art. 32. Os possuidores e proprietários de arma de fogo poderão entregá-la, espontaneamente, mediante recibo, e, presumindo-se de boa-fé, serão indenizados, na forma do regulamento, ficando extinta a punibilidade de eventual posse irregular da referida arma. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

Parágrafo único. (Revogado pela Lei nº 11.706, de 2008)

Art. 33. Será aplicada multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme especificar o regulamento desta Lei:

I – à empresa de transporte aéreo, rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial ou lacustre que deliberadamente, por qualquer meio, faça, promova, facilite ou permita o transporte de arma ou munição sem a devida autorização ou com inobservância das normas de segurança;

II – à empresa de produção ou comércio de armamentos que realize publicidade para venda, estimulando o uso indiscriminado de armas de fogo, exceto nas publicações especializadas.

Art. 34. Os promotores de eventos em locais fechados, com aglomeração superior a 1000 (um mil) pessoas, adotarão, sob pena de responsabilidade, as providências necessárias para evitar o ingresso de pessoas armadas, ressalvados os eventos garantidos pelo inciso VI do art. 5º da Constituição Federal.

Parágrafo único. As empresas responsáveis pela prestação dos serviços de transporte internacional e interestadual de passageiros adotarão as providências necessárias para evitar o embarque de passageiros armados.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei.

§ 1º Este dispositivo, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em outubro de 2005.

§ 2º Em caso de aprovação do referendo popular, o disposto neste artigo entrará em vigor na data de publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 36. É revogada a Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

José Viegas Filho

Marina Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.2003

ANEXO

(Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

TABELA DE TAXAS

ATO ADMINISTRATIVO	R\$
I - Registro de arma de fogo:	
- até 31 de dezembro de 2008	Gratuito (art. 30)
- a partir de 1º de janeiro de 2009	60,00
II - Renovação do certificado de registro de arma de fogo:	
- até 31 de dezembro de 2008	Gratuito (art. 5º, § 3º)
- a partir de 1º de janeiro de 2009	60,00
III - Registro de arma de fogo para empresa de segurança privada e de transporte de valores	60,00
IV - Renovação do certificado de registro de arma de fogo para empresa de segurança privada e de transporte de valores:	
- até 30 de junho de 2008	30,00
- de 1º de julho de 2008 a 31 de outubro de 2008	45,00

- a partir de 1º de novembro de 2008	60,00
V - Expedição de porte de arma de fogo	1.000,00
VI - Renovação de porte de arma de fogo	1.000,00
VII - Expedição de segunda via de certificado de registro de arma de fogo	60,00
VIII - Expedição de segunda via de porte de arma de fogo	60,00

Noções de Sociologia

Reinvindicações populares urbanas

O movimento social refere-se então a perspectiva de mudança social, isto é, a possibilidade de superação das condições de opressão e da construção de uma nova forma de sociedade.

Na Antiguidade destacam-se o movimento de escravos e religiosos; na Baixa Idade Média, os movimentos camponeses e servis – os camponeses tinham poucos direitos, viviam quase completamente a mercê de seus senhores, pagando a esses várias taxas.

Os nobres dominavam a terra, detendo todo poder político, econômico, judicial e militar, formando a classe dominante na Europa por aproximadamente 400 anos; ocorrem as insurreições camponesas e as revoltas se alastram rompendo com os laços de lealdade.

Nas cidades (burgos), os artesãos entram em conflito com os comerciantes ricos (burgueses) que os mantinham presos e impotentes. Os comerciantes, por sua vez pressionam o rei, exigindo maior liberdade comercial e reconhecimento político junto às esferas do poder. Este período de grande efervescência dos movimentos sociais culmina na derrocada do sistema feudal.

Chega-se na Idade Moderna com os movimentos dos mercadores e comerciantes protagonizando a Revolução Industrial e a transição para o sistema capitalista de produção.

Na Idade Contemporânea, com o capitalismo já consolidado, destacam-se os movimentos operários denunciando as precárias condições de vida nas fábricas e nas cidades.

Movimentos e lutas sociais na história do Brasil

Para se compreender a construção histórica dos movimentos sociais é preciso valorizar as experiências efetivas de reivindicações e conscientização dos trabalhadores, por meio das organizações representativas como sindicatos e partidos políticos. Neste cenário, Antônio Gramsci, pensador italiano teórico do marxismo, enfatiza: "a necessidade da formação do intelectual orgânico, ou seja, o intelectual ligado a sua classe e capaz de elaborar coerente e criticamente a experiência proletária." (GRAMSCI apud ARANHA, 1992, p. 165).

Os avanços observados em alguns momentos da história do Brasil, nas órbitas econômicas, sociais e políticas, sempre estiveram vinculadas aos interesses do capitalismo internacional o que significa que na divisão internacional do trabalho, o papel do Brasil foi sempre de subalternidade em relação aos países desenvolvidos, submetendo o povo a uma situação opressiva.

Nos três séculos de colonização portuguesa não se proporcionou nenhum desenvolvimento interno e nem uma base para o desenvolvimento industrial futuro, os movimentos sociais deste período tinham como motivação comum a opressão econômica e política exercida por Portugal.

A principal beneficiária do sete de setembro foi a aristocracia rural, que manteve seus interesses econômicos garantidos, continuando a responder aos movimentos de resistências com opressão, como por exemplo, nas revoltas: "Cabanagem" - no Pará de 1835 a 1840, que culminou no extermínio de grande parte da população pela polícia - e na "Balaiada", no Maranhão de 1838 a 1841.

O esmagamento desses movimentos revolucionários que apresentavam um claro conteúdo social e uma evidente ameaça a ordem escravocrata, consolidou o poder desta aristocracia. A paz social ou a estabilidade política deste período é o resultado da brutal repressão aos movimentos sociais que explodiam. Tratava-se de manter à distância o povo brasileiro, sendo de acordo com o jurista brasileiro Raimundo Faoro

(apud FARIA, 1993, p. 230) “uma espécie de vulcão adormecido que não deve ser despertado”.

No final do Império, a estrutura social resultante de quase quatrocentos anos de história era de “uma classe dominante” composta de senhores de escravos e de terras, uma “classe média” de militares, profissionais liberais, funcionários públicos e pequenos produtores agrícolas e de uma “classe baixa”, maioria da população, composta de escravos, trabalhadores semilivres, colonos e assalariados.

Não havia projeto político que contemplasse os interesses dessa maioria. Ficando essa população sujeita, por longo tempo, à dominação das oligarquias agrárias conservadoras e das elites liberais.

No início da República, a repressão aos movimentos de Canudos (1893-1897) – resistência das populações sertanejas contra a opressão do latifúndio – e o do Contestado (1912-1916) – resistência de camponeses que juntamente com o “monge” João Maria lutavam pela permanência em suas terras –, marcou o tom com que os governos tratariam os movimentos sociais nos anos seguintes.

O movimento operário no Brasil é influenciado pelas idéias anarquistas trazidas pelos imigrantes europeus. Na luta pela emancipação, a classe operária começou a se organizar, os sindicatos surgiram nos primeiros anos do século XX. As greves por melhores salários, pela redução da jornada de trabalho, pela regulamentação do trabalho feminino e infantil, pelo descanso semanal, pela revogação da lei de expulsão dos estrangeiros, que eram proibidos de participar das lutas sindicais, atingiram seu apogeu.

Entretanto, em 1920, o movimento entra em fase de refluxo, após as violentas repressões sofridas, com prisões e expulsões de estrangeiros, sem resultados práticos efetivos. Apesar de muitas lutas, as reivindicações nas greves eram sempre as mesmas em face da limitação das conquistas obtidas e da pouca mudança em relação à opressão a que os trabalhadores eram submetidos dentro e fora das fábricas.

No final dos anos 20, no entanto, o movimento operário voltaria a crescer, sob a influência dos comunistas, que passariam a exercer a hegemonia no movimento operário daquele momento em diante. Todavia, o crescimento verificado no movimento operário foi inibido pelas reformas promovidas a partir da década de 30.

A mudança do eixo econômico, de agrário para industrial, com o Estado à dianteira, implicou a institucionalização das relações entre capital e trabalho, como por exemplo, a definição da jornada de oito horas diárias, do salário mínimo e da organização sindical. Assim, ao mesmo tempo em que o Estado atendia às reivindicações dos operários, aparecendo como protetor e benevolente, controlava todos os movimentos sociais, restringindo quase totalmente suas ações políticas.

Nas décadas de 45 a 46, o movimento operário voltaria a crescer, com relativa liberdade, proporcionada pela Constituição Liberal que vigorou até 1964; nos anos 60, os movimentos sociais avançaram, denotando uma crescente participação popular nas discussões dos problemas nacionais. Contudo, esse processo de intensa participação, foi interrompido com o golpe militar de 1964, que, a pretexto de livrar o Brasil do “perigo comunista” e respaldando-se no binômio ideológico “segurança e desenvolvimento”, restringiu a participação popular e proibiu qualquer manifestação que representasse ameaça a “ordem pública”.

A perversa situação instaurada no Brasil pela Ditadura Militar (1964 – 1985), propondo impedimento do livre exercício dos direitos políticos, desmobilizou os movimentos sociais que passaram de um plano de atuação concreta para a descrença em face da decepção da sociedade civil com a política, que não mais articulava as demandas das camadas populares e médias.

Neste contexto, a acumulação capitalista se fez apoiada em um governo militar e autoritário, a partir de um modelo de desenvolvimento excludente, que beneficiou apenas as classes empresariais ligadas aos monopólios, os movimentos sociais que ocorreram no início dos anos

70, tinham como objetivo a satisfação das necessidades mínimas de sobrevivência da população pobre.

Através dos setores populares, surgiram, então, movimentos por: creches, habitação, transportes, postos de saúde e melhoria em favelas, e ainda reivindicação por congelamento de preços e correção dos salários.

No final dos anos 70, acontece o reaparecimento do movimento operário, com as greves no ABCD paulista, em 1978, bem como sua reorganização através das centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e da articulação com partidos políticos. Nos anos 80, a relevância dos movimentos sociais foi notável na campanha por eleições diretas para presidente da República – as Diretas Já (1984-1985) e na Constituinte de 1988, na qual se verificaram avanços importantes com relação aos direitos de cidadania.

Surgem novos movimentos centrados em questões éticas ou de valorização da vida. Em vista da violência, dos escândalos políticos, clientelismo e corrupção, a população reage no plano da moral e nas questões sociais referentes a problemática da idade, fazendo emergir movimentos como: Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), Movimento dos Aposentados, do Negro e do Indígena, dos Homossexuais, Feministas, Ecológicos e outros.

Nos anos 90, a deposição do então presidente Fernando Collor de Mello é resultado de intensas mobilizações da sociedade civil onde se destacaram os “cara-pintadas”, cujo intuito era o estabelecimento da ética na política. Adentrando o século XXI, os movimentos sociais e a participação popular se reconfiguram em face da globalização, inclusive por meio das Organizações – não – governamentais (ONG's).

As ONG's se apresentam como novas formas de resistência que substituem os movimentos sociais, são grupos de cidadãos que se organizam na defesa de direitos, com estatuto jurídico de entidades

privadas sem fins lucrativos. Seu objetivo fundamental é a reconstrução da vida social.

São ações coletivas “novas” decorrentes de problemas “antigos” na sociedade brasileira – fome, violência, miséria, desemprego e subemprego, exploração de menores e o dilema da ausência do teto e da terra para morar e produzir. As lutas sociais no Brasil redefinem-se, o movimento popular rural cresce e aparece, ficando conhecido como: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra (MST).

Esse movimento surgiu em Santa Catarina em 1979 e transformou-se no maior movimento da década de 90, reivindicando a posse da terra e lutando pela reforma agrária no país, sendo apoiado por parte da sociedade brasileira que vê na distribuição da terra a possibilidade de fixar o homem no campo diminuindo a pobreza na cidade. As mudanças sociais oriundas da globalização da economia a partir da década de 90 anulam importantes conquistas das classes subalternas brasileiras em sua secular luta pela conquista de direitos.

A conquista dos direitos é resultado de lutas sociais empreendidas por movimentos populares e organizações sociais que reivindicaram direitos e espaços de participação social. O conflito social deixa de ser simplesmente reprimido e passa a ser reconhecido

Movimentos sociais e lutas pela moradia

Os direitos sociais elencados em nossa Carta Magna seguem uma tradição do constitucionalismo contemporâneo, onde o Estado Social-Democrata mostra-se em sua estrutura normativa uma peculiar preocupação com os menos favorecidos da sua comunidade.

Os direitos sociais representam uma prestação positiva do poder soberano para com os seus cidadãos, visando solucionar os problemas que atingem o corpo social. “(...) os Direitos sociais visam a uma

melhoria das condições de existência, através de prestações positivas do Estado, que deverá assegurar a criação de serviços de educação, saúde, habitação, dentre outros, para a sua realização” (CARVALHO. 2004 :443).

O Direito a moradia, citado no Art. 6º da Constituição Brasileira de 1988, reflete uma das mais básicas necessidades do ser - humano, o indivíduo, para que viva dignamente e mantenha-se numa ótima qualidade de vida faz necessário o seu habitat, não penas um pedaço de terra, mas, toda a infra-estrutura para manter o sujeito com as necessidades básicas atendidas, como saneamento, iluminação e vias de acesso eficaz.

É indispensável à efetivação da dignidade da pessoa humana, um dos preceitos garantidos por nossa Carta magna em seu Art. 1º III, de forma em que milhares de pessoas descobertas de uma das necessidades tão básicas, ao lado da alimentação, que é a moradia, assim, se constituindo um grande desafio para o poder soberano na efetivação de seus objetivos elencados no Art. 3º da Constituição Brasileira de 1988.

E o art. XXV da Declaração universal dos Direitos Humanos, ao declara o direito a habitação como Direito universal da humanidade.

Os movimentos sociais pela moradia possuem uma forte tendência de se institucionalizarem, levando-os a uma grande organização de tarefas entre os membros, bem como a escolhas de seus líderes e os caminhos e meios necessários para a consecução do fim almejado.

MNLM

O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) é um movimento social brasileiro. Foi criado em julho de 1990, no I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, com representação de 14 estados.

Materializou-se depois das grandes ocupações de áreas e conjuntos habitacionais nos centros urbanos, deflagradas principalmente na década de 1980.

Entre vários organismos, teve como apoiadores a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Cáritas, Central de Movimentos Populares.

Hoje também tem parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e vínculo com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).

O Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLM) tem a proposta de buscar acabar com o déficit habitacional, através do estímulo à organização e articulação nacional dos movimentos de luta pela moradia, desenvolvidos por sem-tetos, inquilinos, mutuários e ocupantes, unificando suas lutas pela conquista da moradia e o direito fundamental à cidade.

O debate da reforma urbana compreende não apenas a questão da casa, mas todo o seu contexto: educação, saúde, economia, trabalho, comunicação, meio ambiente, mobilidade urbana, relações humanas, etc.

O movimento está organizado em 14 estados (Pará, Acre, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Tocantins, Paraná, Paraíba, Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal.

Em outubro de 2017 realizou uma ocupação no térreo da sede da Caixa Econômica Federal.

Movimentos sociais e educação

Dentro da Educação, os movimentos sociais têm um papel importante ainda que não formalmente. São fontes de saber, proporcionam aprendizado de como funcionam as estâncias governamentais, as hierarquias, ensinam a falar em público, a se portar à frente do outro e a respeitá-lo, leva ao exercício de observação, à leitura de textos e, muito importante, à aprendizagem ética que percorre todos os ensinamentos e está calcada em valores como solidariedade.

Os educadores sociais, como são conhecidos esses atores sociais, têm um perfil filantrópico, se identificam com a causa, têm um senso de respeito e são pessoas com grande facilidade de lidar com diversas situações, por estarem em lugares de vulnerabilidade social, ou seja, por esse e outros motivos, precisam ter uma metodologia diferenciada, uma didática que atraia e mantenha a atenção das crianças e adolescentes que estão inscritas nesses projetos sociais.

Nas circunstâncias da globalização, os movimentos sociais e suas mobilizações colaboram para a verificação de que há uma diversidade maior do que a visível nas sociedades, constituído por grupos que reclamam por mais espaços. Esses novos movimentos sociais atuam em estruturas descentralizadas e não hierárquicas. Por isso há uma preferência por ações políticas não intitucionalizadas e dirigidas à opinião pública, com a utilização do veículos de comunicação de massa, como analisa Santos(2001). As características de novos movimentos são: atuação independente dos partidos políticos, democratização decisórios de acesso da política, direito à identidade e autonomia e autogestão das unidades sociais. Eles se afastam dos partidos políticos e lutam pela transparência, pela autonomia e pela autogestão.

As escolas estão se deparando com um aumento significativo de pais que buscam essa complementação do ensino ofertado na escola, como forma de incluir os filhos em novas formas de aprendizagem, e também como forma de adquirirem novos conhecimentos através de várias oficinas que são oferecidas nesses espaços.

Classes Sociais e movimentos sociais

Os Movimentos Sociais são manifestações que expressam as contradições da estrutura social vigente, em sua estrutura política e econômica, de modo que a relação entre os movimentos e a organização política e econômica. Mas as estruturas política, econômica e jurídica representam os princípios e conceitos do direito e se confundem com os fundamentos da justiça.

Os Movimentos Sociais trouxeram várias reivindicações da população carente, que não tem voz.

As classes sociais essenciais, no modo de produção capitalista são: burguesia e proletariado, que economicamente se relacionam com interesses antagônicos. Marx no Manifesto do Partido Comunista deixa claro que "as pequenas classes intermediárias anteriores, os pequenos burgueses industriais e comerciantes, os rentistas, os artesãos e os camponeses, todas essas classes engrossam as fileiras do proletariado" (MARX e ENGELS, 1998, p. 14).

Embora não consciente de seu estado, a pequena burguesia, intitulada classe média é uma classe essencialmente contraditória e não representa, e nem se faz representar, pelos interesses da burguesia nem do proletariado.

É uma classe que se movimenta de acordo com as circunstâncias e a conjuntura econômica.

Seu interesse imediato é ascender para a classe da burguesia, ou classe alta conforme conceitos tradicionais, para tanto seus aliados são aqueles

que ajudam acumular capital. Do ponto de vista imediato acreditam ser possível se aliar com a burguesia para acumular, mas na prática isso não é possível, portanto, se constituem como inimigo histórico do proletariado. Os primeiros movimentos sociais no Brasil ocorreram mesmo antes da Independência oficial. Na época havia uma estrutura social, política e econômica dependente da Metrópole. Pela dimensão geográfica, os vários movimentos sociais do Brasil, embora com bandeiras amplas, ainda eram específicas e não tinham condições de representar o interesse do conjunto da população que vivia em nosso país, até mesmo pela diversidade cultural que começava a se definir naquele momento. Também não se configuravam como movimentos de classes.

A principal revolta contra a Metrópole foi a Inconfidência Mineira (1792), foi um dos mais importantes movimentos sociais da História do Brasil, mesmo sendo uma luta econômica, esse movimento não tem origem numa luta de classe.

Foi um movimento de uma elite da colônia contra uma elite da metrópole. Significou a luta do povo brasileiro pela liberdade, contra a opressão do governo português, mas esse movimento ainda estava fundamentado no liberalismo, portanto, não se configurava como uma legítima defesa dos verdadeiros produtores, mas sim de uma elite brasileira que tinha acesso ao conhecimento e as informações. Razão pela qual esse movimento pode ser considerado como expressão do liberalismo no Brasil.

Depois da renúncia de D Pedro I (1831), outros movimentos sociais surgiram, entre eles: cabanagem (1835 – 1840), Sabinada (1837 – 1838), Balaiada (1838 – 1841), Praieira (1848 – 1850).

Mas foram movimentos específicos sem base nacional e sem as condições de promover uma unidade de interesse nacional do conjunto dos brasileiros que estavam sendo explorados. Podemos enfatizar, contudo, que cada um dos movimentos possuía uma reivindicação específica, no entanto, todos expressavam as contradições econômicas e

sociais presentes na estrutura da sociedade que já se delineava como interesses de classes.

As classes sociais, e os conflitos de classe, desempenham papel fundamental na História, para superação da consciência imediatista e da submissão da lógica do capital; sendo assim, a consciência é, antes de tudo, a consciência do meio sensível imediato, ou seja, das reais condições a quais os sujeitos estão historicamente inseridos.

Compreende-se uma classe historicamente a partir do momento em que desvela o antagonismo de interesses, emergindo assim a consciência de si. Neste sentido, as diferentes categorias de trabalho que constituem as classes na sociedade capitalista, identificam-se muito mais pela pobreza e dominação político-ideológica do que pela inserção direta no processo produtivo.

As lutas travadas por diferentes movimentos sociais, não estão, na perspectiva histórica, voltadas para a superação da desigualdade social, nesse sentido, perde-se a dialética da totalidade e suas lutas passam a ser apenas reivindicatórias em nível local, no máximo por reformas do próprio sistema.